



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO LXXIV Nº 43, QUINTA-FEIRA, 28 DE NOVEMBRO DE 2019



BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)

Presidente

Deputado Marcos Pereira (REPUBLICANOS-SP)

1º Vice-Presidente

Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS)

2º Vice-Presidente

Deputada Soraya Santos (PL-RJ)

1ª Secretária

Senador Eduardo Gomes (MDB-TO)

2º Secretário

Deputado Fábio Faria (PSD-RN)

3º Secretário

Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS)

4º Secretário

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)

Presidente

Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)

1º Vice-Presidente

Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS)

2º Vice-Presidente

Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

1º Secretário

Senador Eduardo Gomes (MDB-TO)

2º Secretário

Senador Flávio Bolsonaro (S/Partido-RJ)

3º Secretário

Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS)

4º Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES)

2º - Senador Weverton (PDT-MA)

3º - Senador Jaques Wagner (PT-BA)

4ª - Senadora Leila Barros (PSB-DF)

COMPOSIÇÃO DA MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ)

Presidente

Deputado Marcos Pereira (REPUBLIC-SP)

1º Vice-Presidente

Deputado Luciano Bivar (PSL-PE)

2º Vice-Presidente

Deputado Soraya Santos (PL-RJ)

1º Secretário

Deputado Mário Heringer (PDT-MG)

2º Secretário

Deputado Fábio Faria (PSD-RN)

3º Secretário

Deputado André Fufuca (PP-MA)

4º Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Deputado Rafael Motta (PSB-RN)

2º - Deputado Geovania de Sá (PSDB-SC)

3º - Deputado Isnaldo Bulhões Jr. (MDB-AL)

4º - Deputado Assis Carvalho (PT-PI)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Roberta Lys de Moura Rocha

Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Patricia Gomes de Carvalho Carneiro

Coordenadora de Elaboração de Diários

Mardem José de Oliveira Júnior

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Quesia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Alessandro Pereira de Albuquerque

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

PARTE I

1 – ATA DA 27ª SESSÃO, CONJUNTA, EM 26 DE NOVEMBRO DE 2019

1.1 – ABERTURA	22
1.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE	
1.2.1 – Expediente encaminhado à publicação (Vide Parte II)	22
1.2.2 – Oradores	
Deputada Benedita da Silva – Considerações sobre o retrocesso na agenda social brasileira sob o Governo Bolsonaro.	22
Deputado Frei Anastácio Ribeiro – Solidariedade às famílias dos acampamentos Abril Vermelho, Irmã Dorothy e Irani Sousa, assim como ao MST, por ação de policiais e de milícias armadas no Estado da Bahia. Destaque à realização de melhorias na Região Nordeste pelo Governo Bolsonaro após o ex-Presidente Lula ter saído da prisão. Denúncia do fechamento do laboratório Fibras e Fios da Embrapa Algodão em Campina Grande-PB.	24
Deputado Rogério Correia – Apelo aos Presidentes da Câmara e do Senado para que pautem projetos relativos às barragens ante o risco de novos rompimentos.	25
Deputado José Ricardo – Pesar pelo falecimento do Prof. Dr. José Aldemir de Oliveira no Estado do Amazonas. Cumprimentos à Deputada Federal Gleisi Hoffmann, reeleita para a Presidência do PT. Destaque à Conferência Nacional de Assistência Social que está acontecendo em Brasília. Registro do Dia Internacional de Combate à Violência Contra a Mulher, comemorado em 25 de novembro.	27
Deputado Vinícius Poit – Satisfação com os resultados positivos alcançados pelo Governo Bolsonaro em 2019, com destaque para o número de novos empregos gerados no País.	29
Deputado Otoni de Paula – Preocupação com as denúncias contidas na matéria da jornalista Berenice Seara sobre o Governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel	31
Deputado Bohn Gass – Exposição sobre a situação dos servidores públicos do Estado do Rio Grande do Sul. Críticas ao pacote de medidas adotado pelo Governador Eduardo Leite. Apoio à greve de professores gaúchos. Denúncia de suposta escalada de ações autoritárias do Governo Bolsonaro.	32



Deputado Hildo Rocha – Registro da eleição da Mesa Diretora da Frente Parlamentar da Agropecuária - FPA. Expectativa quanto à conclusão das deliberações previstas para a presente sessão. Insatisfação com a proposta de reforma da previdência apresentada pelo Governador do Estado do Maranhão. ...	34
Deputado José Nelto, como Líder – Críticas à declaração do Ministro Paulo Guedes sobre a possibilidade de volta do AI-5.	37
Deputado João Daniel – Críticas aos discursos do Presidente da República Jair Bolsonaro e do Ministro da Economia Paulo Guedes relativos ao AI-5 e à Garantia da Lei e da Ordem. Repúdio aos despejos e destruição de escolas, igrejas e casas por forças federais em região do Estado da Bahia.	39
Deputado Pompeo de Mattos – Lamento pelas declarações anti-democráticas do Presidente Jair Bolsonaro, do General Augusto Heleno, do Deputado Federal Eduardo Bolsonaro e, mais recentemente, do Ministro Paulo Guedes.	41
Deputado Marcelo Ramos, como Líder – Considerações sobre o primeiro balanço feito pela Secretaria de Avaliação de Políticas Públicas, Planejamento, Energia e Loteria, no âmbito do Ministério da Economia, sobre os benefícios tributários no Brasil.	42
Deputado Marcelo Nilo – Preocupação com a exposição do Ministro Paulo Guedes sobre a volta do AI-5.	44
Deputado Marcel Van Hattem – Insatisfação com a decisão dos Líderes dos partidos no Congresso Nacional de pautar os projetos sobre a prisão após a condenação em segunda instância apenas no próximo ano. Pedido aos colegas Deputados que assinem o pedido de urgência urgentíssima para o projeto que altera o art. 283 do Código de Processo Penal.	45
Deputado Charles Fernandes – Preocupação com o vencimento do FUNDEB, previsto para 2020. Insatisfação com a atuação do DNIT, que ainda não concluiu a obra da BR-030 no entroncamento da cidade de Iuiú até a cidade de Malhada, ambas no Estado da Bahia.	47
Deputado Frei Anastacio Ribeiro – Lamento pelo anúncio do Governo Federal sobre a utilização das Forças Armadas em reintegrações de posse nas propriedades rurais.	48
Deputado Nilto Tatto – Reflexão sobre a informação divulgada pela imprensa de que o Governo Federal pretende utilizar operações de Garantia da Lei e da Ordem em reintegrações de posse nas propriedades rurais.	48
Deputado Fábio Henrique – Comemoração com a eleição do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe como o melhor Tribunal de Justiça Estadual do Brasil. Apelo ao Congresso Nacional pela aprovação dos Projetos de Lei do Congresso Nacional nºs 42 e 48/2019, bem como pela derrubada do Veto nº 37/2019.	49
Deputado Bibó Nunes – Críticas aos posicionamentos dos Parlamentares de partidos políticos de esquerda.	51
Deputado Marcon – Lamento pela morte do Sr. Clóvis Ilgenfritz, ex-Presidente do PT do Rio Grande do Sul, fundador do partido, Deputado Federal, Vereador de Porto Alegre e Secretário de Estado.	53
Deputado General Girão – Defesa da utilização das Forças Armadas em ações de reintegração de posse de propriedades rurais.	54
Deputado Daniel Almeida – Elogios ao Governador do Estado da Bahia, Rui Costa. Manifestação contrária à suposta intervenção nos Estados, o que aconteceria caso fosse aprovada a proposta de utilização da Garantia da Lei e da Ordem nas ações de reintegração de posse de propriedades rurais. Repúdio à Medida Provisória nº 905/2019.	55



Deputado Ivan Valente, como Líder – Críticas aos projetos que tratam de operações da Garantia da Lei e da Ordem propostos pelo Governo Bolsonaro. Registro de dados relativos à aplicação da Garantia da Lei e da Ordem no Estado do Rio de Janeiro, fornecidos pelo Observatório da Intervenção da Universidade Candido Mendes. 57

1.3 – ENCERRAMENTO 59

2 – ATA DA 28ª SESSÃO, CONJUNTA, EM 27 DE NOVEMBRO DE 2019

2.1 – ABERTURA 75

2.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE

2.2.1 – Fala da Presidência 75

Encerramento das reuniões de todas as comissões 75

2.2.2 – Expediente encaminhado à publicação (Vide Parte II) 75

2.2.3 – Oradores

Deputado João Roma – Menção à Confederação Nacional do Comércio e ao Presidente da Federação do Comércio no Estado da Bahia, Carlos Andrade. Defesa do Sistema S para dar oportunidade para milhares de jovens e profissionais realizarem treinamentos e capacitações em todo o Brasil. 75

Deputado Frei Anastácio Ribeiro – Registro do aniversário de 50 anos do funcionamento do Hospital da Polícia Militar da Paraíba General Edson Ramalho, em João Pessoa-PB. Preocupação com os Municípios paraibanos que poderão ser extintos em PEC apresentada pelo Governo Federal. Insatisfação com ações de despejo violentas realizadas com o apoio da Polícia Militar, da Polícia Federal e de outros órgãos. 76

Deputado Marcelo Nilo – Apelo ao Presidente Rodrigo Maia para não colocar na pauta de votações o requerimento de urgência do novo marco regulatório do saneamento no Plenário da Câmara dos Deputados. 77

Deputado Rogério Correia – Solicitação ao Presidente Davi Alcolumbre para pautar a votação dos projetos referentes à questão da mineração a partir da CPI de Brumadinho ainda em 2019. Críticas ao Governo Federal pela apresentação de Medida Provisória nº 905/2019 e do excludente de ilicitude para militares para operação de Garantia da Lei e da Ordem. 78

2.3 – ORDEM DO DIA

2.3.1 – Discussão, em globo, dos Vetos nºs 34 a 44/2019 (itens 1 a 11) 80

2.3.1.1 – Item 1

Veto Total nº 34/2019, aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 466/2013 (nº 7.705/2014, na Câmara dos Deputados), que *acrescenta o art. 14-A à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para permitir que a emissão da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) ocorra por meio eletrônico. Mantido.*

2.3.1.2 – Item 2



Veto Parcial nº 35/2019, aposto ao Projeto de Lei nº 5.029/2019 (nº 11.021, de 2018, na Câmara dos Deputados), que *altera as Leis nºs 9.096, de 19 de setembro de 1995, 9.504, de 30 setembro de 1997, 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), 13.831, de 17 de maio de 2019, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre regras aplicadas às eleições; revoga dispositivo da Lei nº 13.488, de 6 de outubro de 2017; e dá outras providências. Mantido o dispositivo 35.19.001 e rejeitados os dispositivos 35.19.002 e 35.19.040 a 35.19.045. Os dispositivos 35.19.003 a 35.19.39 foram destacados para votação em separado, após Requerimentos nºs 124 a 126/2019-CN.*

2.3.1.3 – Item 3

Veto Total nº 36/2019, aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 231/2012 (nº 6.566/2013, na Câmara dos Deputados), que *altera a Lei nº 10.332, de 19 de dezembro de 2001, para garantir aplicação de percentual dos recursos do Programa de Fomento à Pesquisa em Saúde em atividades relacionadas ao desenvolvimento tecnológico de medicamentos, imunobiológicos, produtos para a saúde e outras modalidades terapêuticas destinados ao tratamento de doenças raras ou negligenciadas. Rejeitado.*

2.3.1.4 – Item 4

Veto Total nº 37/2019, aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 60/2007 (nº 3.688/2000, na Câmara dos Deputados), que *dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. Rejeitado.*

2.3.1.5 – Item 5

Veto Total nº 38/2019, aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 61/2017 (nº 2.538/2019, na Câmara dos Deputados), que *altera a Lei nº 10.778, de 24 de novembro de 2003, para dispor sobre a notificação compulsória dos casos de suspeita de violência contra a mulher. Rejeitado.*

2.3.1.6 – Item 6

Veto Parcial nº 39/2019, aposto ao Projeto de Lei nº 510/2019, que *altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para prever a competência dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher para a ação de divórcio, separação, anulação de casamento ou dissolução de união estável nos casos de violência e para tornar obrigatória a informação às vítimas acerca da possibilidade de os serviços de assistência judiciária ajuizarem as ações mencionadas; e altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para prever a competência do foro do domicílio da vítima de violência doméstica e familiar para a ação de divórcio, separação judicial, anulação de casamento e reconhecimento da união estável a ser dissolvida, para determinar a intervenção obrigatória do Ministério Público nas ações de família em que figure como parte vítima de violência doméstica e familiar, e para estabelecer a prioridade de tramitação dos procedimentos judiciais em que figure como parte vítima de violência doméstica e familiar. Rejeitado.*

2.3.1.7 – Item 7

Veto Parcial nº 40/2019, aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 133/2017 (nº 6.754/2013, na Câmara dos Deputados), que *institui a Política Nacional de Prevenção do Diabetes e de Assistência Integral à Pessoa Diabética. Mantido.*

2.3.1.8 – Item 8

Veto Parcial nº 41/2019, aposto ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 27/2019, que *altera a Lei nº 13.707, de 14 de agosto de 2018, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2019. Rejeitado.*

2.3.1.9 – Item 9



Veto Parcial nº 42/2019, aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 24/2019 (proveniente da Medida Provisória nº 886/2019), que *altera a Lei nº 13.844, de 18 junho de 2019, a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, a Lei nº 12.897, de 18 de dezembro de 2013, e a Lei nº 13.334, de 13 de setembro de 2016, para dispor sobre a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios.*
Rejeitado.

2.3.1.10 – Item 10

Veto Parcial nº 43/2019, aposto ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 5/2019, que *dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2020 e dá outras providências.*
Mantidos os dispositivos 43.19.001 a 43.19.022, 43.19.024 e 43.19.027 a 43.19.022 e rejeitados os dispositivos 43.19.023, 43.19.025 e 43.19.026.

2.3.1.11 – Item 11

Veto Parcial nº 44/2019, aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 47/2017 (nº 3.820/2019, na Câmara dos Deputados), que *dispõe sobre a política de desenvolvimento e apoio às atividades das mulheres marisqueiras.* **Destacado para votação em separado, após Requerimento nº 127/2019-CN.**

2.3.2 – Convocação de sessão

Convocação de sessão conjunta do Congresso Nacional para dia 3 de dezembro de 2019, às 11 horas, no Plenário da Câmara dos Deputados.

128

PARTE II

3 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 27ª SESSÃO

3.1 – EXPEDIENTE

3.1.1 – Discursos e documento encaminhados à publicação

Deputada Benedita da Silva - Documento encaminhado à publicação, nos termos do art. 210 do Regimento Interno do Senado Federal

130

Deputada Perpétua Almdeida - Íntegra do discurso de S. Exa., nos termos do art. 203 do Regimento Interno do Senado Federal

133

Deputado Charles Fernandes - Íntegra do discurso de S. Exa., nos termos do art. 203 do Regimento Interno do Senado Federal

135

Deputado Fábio Henrique - Íntegra do discurso de S. Exa., nos termos do art. 203 do Regimento Interno do Senado Federal

136

Deputado Frei Anastacio Ribeiro - Íntegra do discurso de S. Exa., nos termos do art. 203 do Regimento Interno do Senado Federal

137

Deputado Ivan Valente - Íntegra do discurso de S. Exa., nos termos do art. 203 do Regimento Interno do Senado Federal

138

Deputado João Daniel - Íntegra do discurso de S. Exa., nos termos do art. 203 do Regimento Interno do Senado Federal

140

Deputado José Ricardo - Íntegra do discurso de S. Exa., nos termos do art. 203 do Regimento Interno do Senado Federal

144

Deputado Leônidas Cristino - Íntegra do discurso de S. Exa., nos termos do art. 203 do Regimento Interno do Senado Federal

145



Deputado Marcon - Íntegra do discurso de S. Exa., nos termos do art. 203 do Regimento Interno do Senado Federal	146
---	-----

4 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 28ª SESSÃO

4.1 – EXPEDIENTE

4.1.1 – Designação

Designação dos membros do Senado Federal e da Câmara dos Deputados para compor Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados – CMMIR (Ofício nº 75/2019-PP/SF, Memorando nº 134/2019-Bloco Senado Independente/SF, Ofícios nºs 115 e 116/2019-PSDB/SF, 111/2019-Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/SF e 156/2019-PSD/SF, e Ofícios nºs 356/2019-Bloco PP/MDB/PTB/CD, 596/2019-PT/CD, 473/2019-PSD/CD, 367/2019-PL/CD, 582/2019-PSDB/CD, 822/2019-DEM/CD e 346/2019-PDT/CD)	148
---	-----

4.2 – DELIBERAÇÕES DA ORDEM DO DIA

4.2.1 – Vetos nºs 34 a 44/2019

Requerimentos nºs 124 a 130/2019-CN	165
Declaração de voto	179
Exemplar da cédula de votação	180
Resultado da votação dos Vetos na cédula	191
Cédulas de votação individualizadas	222

5 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

5.1 – EXPEDIENTE

5.1.1 – Adoção de Medida Provisória

Adoção da Medida Provisória nº 906/2019, que altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana. Constituição da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria (Ofícios nºs 165/2019-PSD/SF, 383/2019-PDT/CD e 400/2019-PL/CD)	226
--	-----

5.1.2 – Avisos do Tribunal de Contas da União

Nº 905/2019, na origem, que encaminha cópia do Acórdão nº 2.704/2019 (TC-018.272/2018-5). ...	235
Nº 906/2019, na origem (nº 32/2019, no Congresso Nacional) que encaminha cópia do Acórdão nº 2.704/2019 (TC-018.272/2018-5).	236

<i>Estabelecimento de calendário para tramitação do Aviso nº 32/2019-CN.</i>	316
--	-----

5.1.3 – Comunicações

Da Liderança do PP na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 899/2019 (Ofício nº 221/2019).	319
Da Liderança do PP na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 903/2019 (Ofício nº 220/2019).	320



Da Liderança do PSD na Câmara dos Deputados, de indicação de membro para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 900/2019 (Ofício nº 514/2019). <i>Substituído o membro</i>	321
Da Liderança do Bloco PP/MDB/PTB na Câmara dos Deputados, de substituição e indicação de membros na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 901/2019 (Ofício nº 396/2019).	322
Da Liderança do PSL na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 901/2019 (Ofício nº 488/2019). <i>Substituído o membro</i>	323
Da Liderança do PV na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 902/2019 (Ofício nº 77/2019). <i>Substituído o membro</i>	324
Da Liderança do PATRIOTA na Câmara dos Deputados, de indicação de membro para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 902/2019 (Ofício nº 12/2019). <i>Substituído o membro</i>	325
Da Liderança do Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil no Senado Federal, de indicação de membros para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 902/2019 (Ofício nº 228/2019). <i>Substituídos os membros</i>	326
Da Liderança do Bloco Parlamentar Senado Independente no Senado Federal, de substituição de membros na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 903/2019 (Memorando nº 138/2019). <i>Substituídos os membros</i>	327
Da Liderança do Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil no Senado Federal, de indicação de membros para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 903/2019 (Ofício nº 229/2019).	328
Da Liderança do Bloco Senado Independente no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 904/2019 (Memorando nº 139/2019). <i>Substituído o membro</i>	329
Da Liderança do Bloco PP/MDB/PTB na Câmara dos Deputados, de substituição e indicação de membros na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 904/2019 (Ofício nº 222/2019).	330
Da Liderança do Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil no Senado Federal, de indicação de membros para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 904/2019 (Ofício nº 231/2019).	331
Da Liderança do PDT na Câmara dos Deputados, de substituição de membros na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 904/2019 (Ofício nº 382/2019). <i>Substituídos os membros</i>	332
Da Liderança do PSL na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 904/2019 (Ofício nº 475/2019).	333
Da Liderança do DEM na Câmara dos Deputados, de indicação de membro para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 904/2019 (Ofício nº 612/2019). ..	334
Da Liderança da REDE na Câmara dos Deputados, de indicação de membro para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 904/2019 (Expediente s/nº/2019). <i>Substituído o membro</i>	335
Da Liderança do PSL no Senado Federal, de indicação de membros para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 905/2019 (Ofício nº 106/2019).	336



Da Liderança do PSDB no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 905/2019 (Ofício nº 122/2019).	337
Da Liderança do PSD no Senado Federal, de substituição de membros na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 905/2019 (Ofício nº 166/2019). <i>Substituídos os membros</i>	338
Da Liderança do SOLIDARIEDADE na Câmara dos Deputados, de desligamento do Deputado Lucas Vergílio da Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 905/2019 (Ofício nº 215/2019).	339
Da Liderança do PP/MDB/PTB na Câmara dos Deputados, de indicação de membros para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 905/2019 (Ofício nº 223/2019).	340
Da Liderança do PP/MDB/PTB na Câmara dos Deputados, de indicação de membro para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 905/2019 (Ofício nº 224/2019).	341
Da Liderança do PSB na Câmara dos Deputados, de indicação de membros para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 905/2019 (Ofício nº 321/2019). <i>Substituídos os membros</i>	342
Da Liderança do PL na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 905/2019 (Ofício nº 395/2019).	343
Da Liderança do PL na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 905/2019 (Ofício nº 403/2019).	344
Da Liderança do PSL na Câmara dos Deputados, de substituição de membros na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 905/2019 (Ofício nº 473/2019). <i>Substituídos os membros</i>	345
Da Liderança do PT na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 905/2019 (Ofício nº 673/2019). <i>Substituído o membro</i>	346
Da Liderança do DEM na Câmara dos Deputados, de indicação de membro para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 905/2019 (Ofício nº 829/2019). . .	347
Da Liderança do PATRIOTA na Câmara dos Deputados, de indicação de membro para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 905/2019 (Ofício nº 12/2019). . .	348
Da Liderança do PP no Senado Federal, de indicação de membros para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 906/2019 (Ofício nº 81/2019).	349
Da Liderança do Bloco Senado Independente no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 906/2019 (Memorando nº 140/2019). <i>Substituído o membro</i>	350
Da Liderança do PSB na Câmara dos Deputados, de indicação de membro para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 906/2019 (Ofício nº 329/2019). <i>Substituído o membro</i>	351
Da Liderança do DEM na Câmara dos Deputados, de substituição de membros na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 906/2019 (Ofício nº 853/2019). <i>Substituídos os membros</i>	352
Da Liderança do NOVO na Câmara dos Deputados, de desligamento do Sr. Deputado Tiago Mitraud e indicação de membro na Representação Brasileira do Parlamento no Mercosul (Ofício nº 129/2019). . .	353



5.1.4 – Emendas

N^{os} 1 a 54, apresentadas à Medida Provisória n^o 904/2019 355

N^{os} 1 a 1930, apresentadas à Medida Provisória n^o 905/2019 (**vide item 7**)

N^{os} 1 a 46, apresentadas à Medida Provisória n^o 906/2019 508

5.1.5 – Mensagens do Presidente da República

N^o 13/2019-CN, que encaminha o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas referente ao quinto bimestre de 2019. 616

Estabelecimento de calendário para tramitação da Mensagem n^o 13/2019-CN 4471

N^o 617/2019, na origem, que encaminha ao Congresso Nacional proposta de modificação do Projeto de Lei n^o 22 de 2019-CN, que “Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2020”. (**vide item 7**)

5.1.6 – Veto

Veto Total n^o 45/2019, apostado ao Projeto de Lei do Senado n^o 11/2004 (**Mensagem n^o 616/2019, do Presidente da República**) 687

PARTE III**6 – ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL**

N^o 66/2019 692

7 – SUPLEMENTOS À PRESENTE EDIÇÃO

Emendas n^{os} 1 a 1930, apresentadas à Medida Provisória n^o 905/2019. (**Suplemento "A"**)

Mensagem n^o 617/2019, na origem, do Presidente da República, que encaminha ao Congresso Nacional proposta de modificação do Projeto de Lei n^o 22/2019-CN, que “estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2020”. (**Suplemento "B"**)

8 – COMISSÕES MISTAS 693

9 – COMISSÕES MISTAS DE MEDIDAS PROVISÓRIAS 709

10 – COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS 777

11 – COMISSÕES PARLAMENTARES MISTAS DE INQUÉRITO 778

12 – CONSELHOS E ÓRGÃOS 782

13 – COMPOSIÇÃO DA MESA 789

14 – LIDERANÇAS E VICE-LIDERANÇAS 790



Ata da 27ª Sessão, Conjunta do Congresso Nacional,
em 26 de novembro de 2019

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura

Presidência dos Srs. Marcos Pereira e Gilberto Abramo.

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 9 minutos e encerra-se às 16 horas e 44 minutos.)





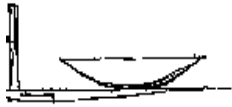
Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Relação de Presença na Sessão (Senadores)

Data: 06/12/2019
 Hora: 17:42
 Número: 49

56ª LEGISLATURA**PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA
ORDINÁRIA****SESSÃO CONJUNTA Nº 027 - 26/11/2019****Presidente da Casa:** Davi Alcolumbre - DEM/AP
Presidiram a Sessão: Marcos Pereira - 14:09
 Gilberto Abramo - 15:59
 Marcos Pereira - 16:07
Registro Eletrônico de Presença em Plenário**Início : 26/11/2019 14:09****Fim : 26/11/2019 16:44****Total de Presentes: 32**

	Partido	Bloco
RORAIMA		
Chico Rodrigues	DEM	
Mecias de Jesus	Republican	
Presentes de Roraima : 2		
AMAPÁ		
Randolfe Rodrigues	REDE	
Presentes de Amapá : 1		
PARÁ		
Zequinha Marinho	PSC	
Presentes de Pará : 1		
AMAZONAS		
Plínio Valério	PSDB	
Presentes de Amazonas : 1		
RONDONIA		
Acir Gurgacz	PDT	
Marcos Rogério	DEM	
Presentes de Rondonia : 2		
ACRE		
Márcio Bitar	MDB	
Presentes de Acre : 1		
TOCANTINS		
Eduardo Gomes	MDB	
Irajá	PSD	
Presentes de Tocantins : 2		
MARANHÃO		
Eliziane Gama	CIDADANIA	
Roberto Rocha	PSDB	
Presentes de Maranhão : 2		
PIAUÍ		
Ciro Nogueira	PP	
Marcelo Castro	MDB	
Presentes de Piauí : 2		





Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Relação de Presença na Sessão (Senadores)

Data: 06/12/2019
 Hora: 17:42
 Número: 49

	Partido	Bloco
PARAÍBA		
Daniella Ribeiro	PP	
Presentes de Paraíba : 1		
PERNAMBUCO		
Fernando Bezerra Coelho	MDB	
Humberto Costa	PT	
Presentes de Pernambuco : 2		
SERGIPE		
Rogério Carvalho	PT	
Presentes de Sergipe : 1		
BAHIA		
Otto Alencar	PSD	
Presentes de Bahia : 1		
MINAS GERAIS		
Antonio Anastasia	PSDB	
Presentes de Minas Gerais : 1		
ESPÍRITO SANTO		
Fabiano Contarato	REDE	
Luiz Pastore	MDB	
Presentes de Espírito Santo : 2		
RIO DE JANEIRO		
Flávio Bolsonaro	S.Part.	
Presentes de Rio de Janeiro : 1		
MATO GROSSO		
Jayme Campos	DEM	
Wellington Fagundes	PL	
Presentes de Mato Grosso : 2		
DISTRITO FEDERAL		
Izalci Lucas	PSDB	
Reguffe	Podemos	
Presentes de Distrito Federal : 2		
GOIÁS		
Luiz do Carmo	MDB	
Vanderlan Cardoso	PP	
Presentes de Goiás : 2		
MATO GROSSO DO SUL		
Nelsinho Trad	PSD	
Soraya Thronicke	PSL	
Presentes de Mato Grosso do Sul : 2		
SANTA CATARINA		
Dário Berger	MDB	
Presentes de Santa Catarina : 1		





Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Relação de Presença na Sessão (Deputados)

Data: 06/12/2019

Hora: 17:42

Número: 49

56ª LEGISLATURA**PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA
ORDINÁRIA****SESSÃO CONJUNTA Nº 027 - 26/11/2019****Presidente da Casa: Davi Alcolumbre - DEM/AP****Presidiram a Sessão: Marcos Pereira - 14:09
Gilberto Abramo - 15:59
Marcos Pereira - 16:07****Registro Eletrônico de Presença em Plenário****Início : 26/11/2019 14:09****Fim : 26/11/2019 16:44****Total de Presentes: 242**

	Partido	Bloco
RORAIMA		
Haroldo Cathedral	PSD	
Joenia Wapichana	REDE	
Nicoletti	PSL	
Otaci Nascimento	Solidaried	
Presentes de Roraima : 4		
AMAPÁ		
Camilo Capiberibe	PSB	
Leda Sadala	Avante	
Luiz Carlos	PSDB	
Presentes de Amapá : 3		
PARÁ		
Airton Faleiro	PT	
Beto Faro	PT	
Cássio Andrade	PSB	
Celso Sabino	PSDB	
Eduardo Costa	PTB	PpMdbPtb
Joaquim Passarinho	PSD	
Júnior Ferrari	PSD	
Nilson Pinto	PSDB	
Presentes de Pará : 8		
AMAZONAS		
Capitão Alberto Neto	Republican	
Delegado Pablo	PSL	
José Ricardo	PT	
Marcelo Ramos	PL	
Sidney Leite	PSD	
Presentes de Amazonas : 5		
RONDONIA		
Expedito Netto	PSD	
Jaqueline Cassol	PP	PpMdbPtb
Mariana Carvalho	PSDB	
Mauro Nazif	PSB	
Silvia Cristina	PDT	
Presentes de Rondonia : 5		





Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Relação de Presença na Sessão (Deputados)

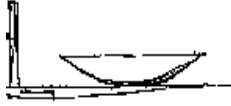
Data: 06/12/2019

Hora: 17:42

Número: 49

	Partido	Bloco
ACRE		
Alan Rick	DEM	
Dra. Vanda Milani	Solidaried	
Manuel Marcos	Republican	
Mara Rocha	PSDB	
Perpétua Almeida	PCdoB	
Presentes de Acre : 5		
TOCANTINS		
Carlos Henrique Gaguim	DEM	
Célio Moura	PT	
Dulce Miranda	MDB	PpMdbPtb
Osires Damaso	PSC	
Professora Dorinha Seabra Rezende	DEM	
Tiago Dimas	Solidaried	
Vicentinho Júnior	PL	
Presentes de Tocantins : 7		
MARANHÃO		
Aluisio Mendes	PSC	
Bira do Pindaré	PSB	
Cleber Verde	Republican	
Edilázio Júnior	PSD	
Eduardo Braide	PMN	
Gastão Vieira	PROS	
Gildenemyr	PL	
Hildo Rocha	MDB	PpMdbPtb
Pedro Lucas Fernandes	PTB	PpMdbPtb
Zé Carlos	PT	
Presentes de Maranhão : 10		
CEARÁ		
André Figueiredo	PDT	
José Guimarães	PT	
Leônidas Cristino	PDT	
Mauro Benevides Filho	PDT	
Vaidon Oliveira	PROS	
Presentes de Ceará : 5		
PIAUI		
Átila Lira	PP	PpMdbPtb
Flávio Nogueira	PDT	
Marcos Aurélio Sampaio	MDB	PpMdbPtb
Marina Santos	Solidaried	
Paes Landim	PTB	PpMdbPtb
Rejane Dias	PT	
Presentes de Piauí : 6		
RIO GRANDE DO NORTE		
Benes Leocádio	Republican	
Fábio Faria	PSD	
General Girão	PSL	
Presentes de Rio Grande do Norte : 3		





Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Relação de Presença na Sessão (Deputados)

Data: 06/12/2019

Hora: 17:42

Número: 49

	Partido	Bloco
PARAÍBA		
Damião Feliciano	PDT	
Edna Henrique	PSDB	
Efraim Filho	DEM	
Frei Anastacio Ribeiro	PT	
Gervásio Maia	PSB	
Hugo Motta	Republican	
Julian Lemos	PSL	
Pedro Cunha Lima	PSDB	
Wilson Santiago	PTB	PpMdbPtb
Presentes de Paraíba : 9		
PERNAMBUCO		
André de Paula	PSD	
Daniel Coelho	CIDADANIA	
Daniilo Cabral	PSB	
Felipe Carreras	PSB	
Gonzaga Patriota	PSB	
Marília Arraes	PT	
Ossesio Silva	Republican	
Pastor Eurico	Patriota	
Raul Henry	MDB	PpMdbPtb
Renildo Calheiros	PCdoB	
Presentes de Pernambuco : 10		
ALAGOAS		
Isnaldo Bulhões Jr.	MDB	PpMdbPtb
Sergio Toledo	PL	
Presentes de Alagoas : 2		
SERGIPE		
Fábio Henrique	PDT	
Fabio Reis	MDB	PpMdbPtb
Gustinho Ribeiro	Solidaried	
João Daniel	PT	
Valdevan Noventa	PSC	
Presentes de Sergipe : 5		
BAHIA		
Afonso Florence	PT	
Cacá Leão	PP	PpMdbPtb
Charles Fernandes	PSD	
Claudio Cajado	PP	PpMdbPtb
Daniel Almeida	PCdoB	
João Roma	Republican	
Joseildo Ramos	PT	
Marcelo Nilo	PSB	
Márcio Marinho	Republican	
Waldenor Pereira	PT	
Presentes de Bahia : 10		





Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Relação de Presença na Sessão (Deputados)

Data: 06/12/2019

Hora: 17:42

Número: 49

	Partido	Bloco
MINAS GERAIS		
Alê Silva	PSL	
André Janones	Avante	
Delegado Marcelo Freitas	PSL	
Dimas Fabiano	PP	PpMdbPtb
Domingos Sávio	PSDB	
Dr. Frederico	Patriota	
Fabiano Tolentino	CIDADANIA	
Gilberto Abramo	Republican	
Júlio Delgado	PSB	
Leonardo Monteiro	PT	
Lincoln Portela	PL	
Margarida Salomão	PT	
Mário Heringer	PDT	
Mauro Lopes	MDB	PpMdbPtb
Misael Varella	PSD	
Odair Cunha	PT	
Paulo Guedes	PT	
Pinheirinho	PP	PpMdbPtb
Reginaldo Lopes	PT	
Rodrigo de Castro	PSDB	
Rogério Correia	PT	
Tiago Mitraud	NOVO	
Vilson da Fetaemg	PSB	
Zé Silva	Solidaried	
Zé Vitor	PL	

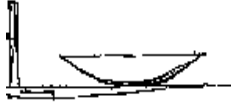
Presentes de Minas Gerais : 25**ESPÍRITO SANTO**

Amaro Neto	Republican
Dra. Soraya Manato	PSL
Helder Salomão	PT
Lauriete	PL
Norma Ayub	DEM

Presentes de Espírito Santo : 5**RIO DE JANEIRO**

Benedita da Silva	PT	
Chico D' Angelo	PDT	
Chiquinho Brazão	Avante	
Christino Aureo	PP	PpMdbPtb
Flordelis	PSD	
Glauber Braga	PSOL	
Hugo Leal	PSD	
Jandira Feghali	PCdoB	
Lourival Gomes	PSL	
Luiz Antônio Corrêa	PL	
Luiz Lima	PSL	
Major Fabiana	PSL	
Marcelo Freixo	PSOL	
Otoni de Paula	PSC	
Paulo Ganime	NOVO	
Paulo Ramos	PDT	
Professor Joziel	PSL	
Rosangela Gomes	Republican	
Wladimir Garotinho	PSD	

Presentes de Rio de Janeiro : 19



Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Relação de Presença na Sessão (Deputados)

Data: 06/12/2019

Hora: 17:42

Número: 49

	Partido	Bloco
SÃO PAULO		
Abou Anni	PSL	
Adriana Ventura	NOVO	
Alex Manente	CIDADANIA	
Alexandre Frota	PSDB	
Alexis Fonteyne	NOVO	
Arlindo Chinaglia	PT	
Baleia Rossi	MDB	PpMdbPtb
Bruna Furlan	PSDB	
Celso Russomanno	Republican	
Cezinha de Madureira	PSD	
Coronel Tadeu	PSL	
David Soares	DEM	
Enrico Misasi	PV	
General Peternelli	PSL	
Geninho Zuliani	DEM	
Herculano Passos	MDB	PpMdbPtb
Ivan Valente	PSOL	
Marco Bertaiolli	PSD	
Marcos Pereira	Republican	
Maria Rosas	Republican	
Miguel Lombardi	PL	
Milton Vieira	Republican	
Nilto Tatto	PT	
Pr. Marco Feliciano	Podemos	
Renata Abreu	Podemos	
Roberto Alves	Republican	
Rodrigo Agostinho	PSB	
Samuel Moreira	PSDB	
Vanderlei Macris	PSDB	
Vinicius Carvalho	Republican	
Vinicius Poit	NOVO	
Vitor Lippi	PSDB	

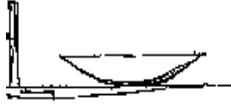
Presentes de São Paulo : 32**MATO GROSSO**

Carlos Bezerra	MDB	PpMdbPtb
Dr. Leonardo	Solidaried	
José Medeiros	Podemos	
Juarez Costa	MDB	PpMdbPtb
Neri Geller	PP	PpMdbPtb
Professora Rosa Neide	PT	

Presentes de Mato Grosso : 6**DISTRITO FEDERAL**

Celina Leão	PP	PpMdbPtb
Erika Kokay	PT	
Julio Cesar Ribeiro	Republican	

Presentes de Distrito Federal : 3



Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Relação de Presença na Sessão (Deputados)

Data: 06/12/2019

Hora: 17:42

Número: 49

	Partido	Bloco
GOIÁS		
Adriano do Baldy	PP	PpMdbPtb
Alcides Rodrigues	Patriota	
Dr. Zacharias Calil	DEM	
Flávia Moraes	PDT	
Glaustin Fokus	PSC	
João Campos	Republican	PpMdbPtb
José Nelto	Podemos	
Lucas Vergílio	Solidaried	
Professor Alcides	PP	
Rubens Otoni	PT	

Presentes de Goiás : 10**MATO GROSSO DO SUL**

Bia Cavassa	PSDB
Dr. Luiz Ovando	PSL
Fábio Trad	PSD
Rose Modesto	PSDB
Vander Loubet	PT

Presentes de Mato Grosso do Sul : 5**PARANÁ**

Aroldo Martins	Republican	PpMdbPtb
Diego Garcia	Podemos	
Gustavo Fruet	PDT	
Luciano Ducci	PSB	
Luizão Goulart	Republican	
Pedro Lupion	DEM	PpMdbPtb
Reinhold Stephanes Junior	PSD	
Ricardo Barros	PP	
Rubens Bueno	CIDADANIA	
Sargento Fahur	PSD	
Schiavinato	PP	PpMdbPtb
Toninho Wandscheer	PROS	
Vermelho	PSD	

Presentes de Paraná : 13**SANTA CATARINA**

Carmen Zanotto	CIDADANIA	PpMdbPtb
Caroline de Toni	PSL	
Celso Maldaner	MDB	
Coronel Armando	PSL	
Daniel Freitas	PSL	
Fabio Schiochet	PSL	PpMdbPtb
Gilson Marques	NOVO	
Hélio Costa	Republican	
Rodrigo Coelho	PSB	
Rogério Peninha Mendonça	MDB	

Presentes de Santa Catarina : 10



Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Relação de Presença na Sessão (Deputados)

Data: 06/12/2019

Hora: 17:42

Número: 49

	Partido	Bloco
RIO GRANDE DO SUL		
Afonso Motta	PDT	
Alceu Moreira	MDB	PpMdbPtB
Bibo Nunes	PSL	
Bohn Gass	PT	
Carlos Gomes	Republican	
Giovani Cherini	PL	
Heitor Schuch	PSB	
Jerônimo Goergen	PP	PpMdbPtB
Lucas Redecker	PSDB	
Marcel van Hattem	NOVO	
Marcelo Brum	PSL	
Marcelo Moraes	PTB	PpMdbPtB
Marcon	PT	
Marlon Santos	PDT	
Nereu Crispim	PSL	
Paulo Pimenta	PT	
Pompeo de Mattos	PDT	

Presentes de Rio Grande do Sul : 17



O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - A lista de presença registra na Casa o comparecimento de 32 Senhoras Senadoras e Senhores Senadores e 136 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.

Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Passa-se às Breves Comunicações.

Tem a palavra a Deputada Benedita da Silva.

V.Exa. dispõe de 5 minutos.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT - RJ. Para uma breve comunicação. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, eu estou hoje aqui muito emocionada por continuar a fazer parte da história do serviço social, da assistência social e da seguridade social, reconhecidos como políticas públicas na Constituição de 1988.

O debate acerca da assistência social no Brasil vem ganhando destaque no momento atual, suscitado pelos brutais indicadores que demonstram que estamos voltando para o mapa da fome, com aumento da pobreza, do racismo, da intransigência religiosa e as profundas desigualdades que o desemprego gera neste País.

Sob esses eixos temáticos, articula-se uma rede de questões que traz à tona a relação do Estado com a sociedade e do Estado com o mercado, num contexto no qual predominam, de um lado, políticas econômicas voltadas para a estabilização da moeda e o ajuste estrutural da economia e, de outro, a complexa relação entre democracia política e democracia social.

A Conferência Nacional Democrática de Assistência Social está acontecendo aqui em Brasília, respaldada pela UnB, onde encontrou abrigo. Houve uma resistência, porque não houve, por parte do Governo, a indicação de que faria com certeza essa Conferência.

No momento em que este País sofre com a miséria, nós encontramos neste Governo políticas que não são igualitárias e que não fortalecem a democrática. Pelos números de assassinatos, de genocídios e de homicídios, com a população indígena e negra sofrendo e com o feminicídio aumentando neste País, é indispensável o trabalho dos profissionais da assistência social e também da seguridade social, garantida pela Constituição brasileira.

Nestes tempos sombrios, com este retrocesso que o País está sofrendo, nós devemos avançar na consolidação de um projeto, Sr. Presidente, de sociedade inclusiva. Nós não queremos mais conviver com gente morrendo na rua como barata, embora o Governo diga: *"Os caras vão morrer na rua igual barata, pô"*. Assim como diz: *"Ideologia de gênero é coisa do capeta"*; *"Sou o capitão motosserra"*; *"Todo mundo gostaria de passar a tarde com um príncipe. Principalmente vocês, mulheres"*; *"Quilombola não serve nem para procriar"*. Um Governo que pensa dessa maneira e diz essas coisas não pode ser responsável pela política social neste País. Essas frases trazem impacto, colocam o brasileiro para baixo. Este Governo não tem auxiliado para que se crie uma perspectiva de continuarmos a ter um Brasil mais ordeiro com inclusão.

Sr. Presidente, a encruzilhada está traçada. Ou nós atendemos à democracia brasileira, na qual existe a liberdade para as manifestações, ou nós vamos viver uma barbárie.

Se acabarem com os Conselhos, que significam a participação popular no controle social das políticas governamentais, como é o caso do esvaziamento do Conselho Nacional da Assistência Social,



se acabarem também com o direito de registro dos trabalhadores e trabalhadoras da cultura e também do serviço social, será impossível, Sr. Presidente, conviver em sociedade.

Eu peço a publicação nos Anais da íntegra do pronunciamento que fiz na Conferência Nacional Democrática de Assistência Social e sua divulgação nos meios de comunicação da Casa.

DOCUMENTO ENCAMINHADO PELA SRA. DEPUTADA BENEDITA DA SILVA.

(Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno do Senado Federal, primeiro subsidiário do Regimento Comum.) (Vide item 3.1.1 do Sumário)

Matéria referida:

– Discurso proferido na Conferência Nacional Democrática de Assistência Social

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - O.k., Deputada.

O próximo inscrito é o Deputado Frei Anastacio Ribeiro. Enquanto S.Exa. se dirige à tribuna, tem a palavra o Deputado Delegado Pablo por 1 minuto.

O SR. DELEGADO PABLO (PSL - AM. Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, ocupo esta tribuna hoje para registrar a minha ida à cidade de Manaus no fim do dia de hoje, para participar de um culto de ação de graças pela vida do Presidente Bolsonaro, que passou por bastantes dificuldades e até hoje se recupera do atentado contra a sua vida. E vou participar também, a partir de amanhã, da Feira de Sustentabilidade do Polo Industrial da Zona Franca de Manaus, um evento único, que vai registrar o compromisso do Governo Federal não só com a manutenção da Zona Franca de Manaus, mas também com a sua oxigenação, como o Presidente da República disse tantas vezes durante a campanha.

Vou acompanhar o Presidente e estarei amanhã nessa Feira de Sustentabilidade, que é um marco para registrar esse compromisso de permanência e de fortalecimento da Zona Franca de Manaus, um patrimônio de Manaus, do Amazonas e do Brasil.

Brasileiros e amazonenses, aguardem-me! Em breve, estarei chegando a nossa cidade.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - Tem a palavra o Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (PDT - RO. Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, faço o registro do passamento, hoje pela manhã, do nosso amigo Euro Tourinho. O jornalismo brasileiro perde um dos seus mais antigos profissionais em atividade, o jornalista Euro Tourinho, de 97 anos. Os rondonienses perdem um dos pioneiros do jornalismo do Estado, uma figura exemplar, um homem que soube como poucos expressar o cotidiano e os valores de Rondônia e da Amazônia, sempre com muita dedicação e sabedoria, e na constante busca pela verdade, que também marcou a trajetória do jornal em que trabalhou e que dirigiu por 63 anos, o centenário jornal *Alto Madeira*.

Neste momento de perda e de dor, manifesto minha solidariedade aos familiares, aos amigos e aos colegas de profissão do mestre Euro Tourinho, nosso colega jornalista.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - Obrigado, Senador Acir Gurgacz.

Deputado Frei Anastacio Ribeiro, V.Exa. dispõe de 5 minutos.



O SR. FREI ANASTACIO RIBEIRO (PT - PB. Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Marcos Pereira, deixo aqui a minha total solidariedade às 700 famílias dos acampamentos Abril Vermelho, Irmã Dorothy e Irani Sousa, na Bahia. O Brasil todo ficou chocado com a ação de policiais e de milícias armadas, que agiram de forma truculenta contra aquelas famílias. Em nome do colega Deputado Valmir Assunção, da Bahia, eu me solidarizo também com o MST — Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que coordena aquelas famílias.

As informações são de que a Polícia e as milícias entraram nos acampamentos atirando com balas de borracha e bombas de efeitos moral, espancando e destruindo casas. Isso é mais um atentado aos direitos humanos de famílias que estão lutando pela sobrevivência. E o maior absurdo é a denúncia de que a Polícia Federal e a Polícia Militar agiram, lado a lado, junto das milícias armadas. Que país é este, Sr. Presidente, em que estamos vivendo, com autoridades agindo ao lado de criminosos para massacrar famílias carentes e indefesas?

Como se trata de denúncia contra a Polícia Federal, o Ministério da Justiça tem que investigar esse fato, assim como a Justiça da Bahia tem que investigar essa relação entre a Polícia Militar e as milícias armadas, que teriam agido juntas nessa operação criminosa.

Sr. Presidente, gostaria de deixar registrado também que o efeito Lula Livre está alcançando até o Governo Bolsonaro. Os jornais do fim de semana divulgaram que o simples fato de Lula estar andando pelos Estados fez o Governo planejar um pacote de bom moço. Esse pacote, segundo os jornais, seria na área social, e não simplesmente para ajudar a pobreza, mas para tentar se contrapor à imagem do Presidente que realmente cuidou da pobreza. Isso mostra, Sr. Presidente, que o Governo não faz mais pelos pobres porque não quer. Esse Governo, até agora, só fez retirar direitos dos trabalhadores e da população em geral. Mas a presença de Lula nas ruas está obrigando o Governo a fazer alguma coisa, para dizer que também olha para a pobreza.

Na semana em que Lula foi solto, o Governo também resolveu liberar o bombeamento de água do Rio São Francisco para o Eixo Leste da Transposição. O bombeamento estava suspenso desde o mês de fevereiro. Foi só Lula sair da prisão, e a água foi liberada. Os açudes que dependem dessa água, na Paraíba, já estavam quase secos. O que estamos vendo é que o efeito Lula é benéfico até para quem já disse que quem gosta de pobre é o povo do PT.

Peço que este pronunciamento seja divulgado nos meios de comunicação desta Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Sr. Presidente, quero também denunciar nesta Casa mais um desmonte na área da pesquisa brasileira. Trata-se do fechamento do laboratório Fibras e Fios da Embrapa Algodão, em Campina Grande. O fechamento do laboratório é uma perda inestimável para a pesquisa e o desenvolvimento agropecuário da região da Paraíba, isso porque o laboratório é destaque no Brasil e nos fóruns mundiais, quando o assunto é cultura do algodão colorido e pesquisas avançadas da fibra desse produto.

De acordo com o Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário, a unidade Embrapa Algodão é de extrema importância. Atende diversos parceiros do setor produtivo, envolvendo pequenos, médios e grandes produtores, além da indústria. Mais de trinta instituições de pesquisa e de ensino, inseridas no polo de inovação de Campina Grande e região, também são beneficiadas. Sr. Presidente, de acordo com os pesquisadores da unidade, esse laboratório é essencial para avaliar a qualidade das fibras de algodão e dos experimentos de campo.



Faço um apelo para que o fechamento dessa unidade seja revisto, pois ela tem grande importância para o desenvolvimento do algodão colorido e, conseqüentemente, para o crescimento da economia da região.

Sr. Presidente Marcos Pereira, solicito que estes três pronunciamentos sejam divulgados nos meios de comunicação desta Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - O pedido de V.Exa. será concedido, Deputado.

Concedo a palavra ao Deputado Marcelo Nilo. (*Pausa.*)

S.Exa. não está presente.

Concedo a palavra ao Deputado Rogério Correia. Enquanto S.Exa. se dirige à tribuna, passo a palavra ao Deputado Nilto Tatto.

O SR. NILTO TATTO (PT - SP. Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero expressar o meu apoio e a minha solidariedade ao Projeto Saúde e Alegria, assim como à WWF e aos brigadistas de Alter do Chão.

Agora de manhã, numa operação da Polícia Civil do Estado, prenderam quatro brigadistas acusando-os de atear fogo à área de preservação ambiental de Alter do Chão. Isso mostra claramente que se trata de uma armação para criminalizar as organizações não governamentais e os movimentos populares, dos quais eram exatamente as entidades e os brigadistas voluntários que participaram junto com o corpo de bombeiro da ação de combate ao fogo que foi ateadado lá. Claramente está demonstrado que existem por trás disso interesses econômicos que querem acabar com o movimento dos brigadistas e dos que vem protegendo aquela área de proteção ambiental.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - Concedo a palavra ao Deputado Rogério Correia.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu trago novamente o assunto das barragens em Minas Gerais, a partir do relatório que foi aprovado — tive a honra de ser o Relator — na CPI de Brumadinho.

Não sei se V.Exas. tiveram conhecimento, mas nesta madrugada houve um terremoto de 3,2 graus na Escala Richter em Ouro Preto que fez tremer também Congonhas. Como se não bastasse só Ouro Preto, onde existem várias barragens, algumas com risco alto de rompimento, também tremeu a cidade de Congonhas.

Os Deputados mineiros que estão aqui, Leonardo Monteiro e Reginaldo Lopes, conhecem muito bem a região. Congonhas tem uma das maiores barragens de Minas Gerais, uma barragem a jusante — se fosse a montante, provavelmente já se teria rompido. Há poucos metros abaixo dessa população reside uma enorme população.

Para se ter uma ideia do perigo que representam as barragens em Minas Gerais, cerca de vinte delas podem se romper, e, infelizmente, eu tenho que dizer: provavelmente alguma vai se romper agora neste verão, porque as chuvas estão intensas.

Por que eu faço esse apelo? Nós aprovamos quatro projetos de lei aqui na Câmara de Deputados, e os quatro projetos de lei estão no Senado. Não é possível que vá ter que se romper outra barragem para se avançarmos novamente na pauta que proíbe barragens como essas e que dá mais segurança ao



nosso povo. Eu venho novamente fazer um apelo, agora ao Senado, para que possamos pautar imediatamente, em regime de urgência, esses quatro projetos. São projetos que protegem os atingidos de barragem, que garantem maior segurança, que dificultam que barragens sejam construídas a torto e a direito, que estabelecem leis mais duras em relação ao licenciamento ambiental.

Para que V.Exas. tenham uma ideia, querem construir agora no norte de Minas uma barragem que equivaleria a 1 bilhão de metros cúbicos de rejeito. Se nós não aprovamos novas leis, a construção de barragens assim vai continuar sendo possível, e as empresas que as constroem vão continuar apressando o processo de licenciamento — e agindo dentro do Governo e do Congresso Nacional, inclusive, para que as coisas não andem.

Então, eu chamo a atenção e peço encarecidamente ao Presidente do Senado, Senador Davi Alcolumbre, que coloque em regime de urgência os quatro projetos de lei que nós já aprovamos aqui. Quanto aos dois ou três projetos que ainda faltam ser aprovados na Câmara, pedimos ao Presidente Rodrigo Maia que os coloque em pauta. Não há condições de termos que aguardar o rompimento de mais uma barragem para avançarmos na aprovação desses projetos. Tampouco se poderá dizer depois que o trabalho que nós fizemos terminou em *pizza*, porque nosso trabalho foi muito bem feito, ele mostrou as medidas que precisam ser tomadas, mas não podem demorar a outra Casa e o Poder Judiciário.

Esse é o apelo, repito, que faço aqui encarecidamente ao Senado e à Câmara, para que apressemos a votação dos projetos e não venha a ficar sobre nossas costas mais um rompimento de barragem. Foram 270 mortos em Brumadinho — não é possível que tenha que morrer mais alguém para aprovarmos os projetos! Esse é o pedido que faço encarecidamente.

Infelizmente, Sr. Presidente, o Governo Federal sumiu de cena: não o vemos Brumadinho, não o vemos fazer absolutamente nada. Bolsonaro só está preocupado em minerar na Amazônia, só está preocupado em ameaçar o povo com outro AI-5 — agora é Paulo Guedes quem ameaça a democracia. É um Governo que só faz bagunça, só faz balbúrdia: ataca todo mundo e não faz nada, sequer cuida de problemas como esse das barragens de Minas Gerais. O Governo Federal abandonou o povo mineiro, e o Governo do Estado também — Romeu Zema não diz nada. Todos eles estão em silêncio, esperando uma porcaria de barragem se romper.

Senhores e senhoras, nós não podemos ficar com a culpa de uma coisa assim.

Peço, mais uma vez, encarecidamente, que coloquemos em votação os projetos relativos às barragens.

A Vale não pode mandar no Brasil, as mineradoras não podem mandar no Brasil!

Esse é o pedido que eu faço, Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - Tem a palavra o Deputado Pompeo de Mattos.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS. Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu quero expressar aqui a minha profunda solidariedade à família da Policial Militar Marciele Renata dos Santos Alves, de 28 anos, que tombou na luta defendendo a sociedade, defendendo o cidadão, defendendo a liberdade, defendendo a vida.



Em uma operação da Polícia Militar na cidade de Sério, no Vale do Taquari, quando enfrentava bandidos, quadrilhas que praticavam assalto e roubo de carros, Marciele foi atropelada da forma mais covarde por uma caminhonete roubada. Marciele tombou, mas tombou com honras e glória. Ela foi uma mártir que precisamos reconhecer e respeitar.

Marciele, mulher guerreira e lutadora, estava lotada no 23º Batalhão Policial de Santa Cruz e prestava serviço ao povo gaúcho em defesa da sociedade. Minha solidariedade à família brigadiana, à minha família brigadiana, permitam-me dizer assim, aos familiares de todos os brigadianos que tombaram na luta — Marciele, só nos últimos anos, já foi a quinta brigadista morta.

Precisamos enfrentar a bandidagem, botá-la na cadeia e deixá-la na cadeia. Também o Judiciário tem que ajudar a dar uma resposta, não adianta enxugar gelo. Se prendeu, tem que julgar, condenar, manter o bandido na cadeia para cumprir pena, porque eles estão por aí roubando, assaltando, matando policiais, como mataram Marciele Renata dos Santos Alves.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - Tem a palavra o Deputado José Ricardo.

O SR. JOSÉ RICARDO (PT - AM. Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, saúdo todos os Parlamentares presentes, Deputados e Senadores.

Primeiro, gostaria de registrar o falecimento na semana passada, no Estado do Amazonas, do Prof. José Aldemir de Oliveira, ex-Reitor da Universidade do Estado do Amazonas e professor da Universidade Federal do Amazonas.

Foi o Prof. José Aldemir quem colocou em funcionamento a Fundação Estadual de Amparo à Pesquisa. Foi autor de várias obras, estudioso que era da geografia da região amazônica e do povo amazônico. Foi também um grande militante social do Partido dos Trabalhadores, um homem preocupado com a vida do povo de seu Estado. Seu falecimento representa uma grande perda para as universidades, para o conhecimento sobre a Região Amazônica.

Manifestamos nossos pêsames e solidariedade à família, aos amigos e a todos que acompanharam a trajetória e o trabalho do Prof. José Aldemir.

Segundo, Sr. Presidente, eu gostaria de parabenizar a companheira Deputada Federal Gleisi Hoffmann pela reeleição à Presidência do Partido dos Trabalhadores durante o 7º Congresso Nacional do PT, ocorrido no final de semana.

Desejo a S.Exa. muita sorte, muita perseverança, muita firmeza em seu trabalho de conduzir o maior partido de esquerda do Brasil, da América Latina e talvez do mundo, sobretudo neste momento em que temos que enfrentar os desmandos, os retrocessos, os golpes do Governo Federal contra os trabalhadores do País. Eu realmente desejo à Deputada muita saúde e firmeza na condução do Partido dos Trabalhadores.

Terceiro, Sr. Presidente, saúdo todos os participantes da Conferência Nacional Democrática de Assistência Social, que está acontecendo em Brasília. Neste momento, está ocorrendo um ato no Auditório Nereu Ramos, nesta Casa. Estão presentes em Brasília assistentes sociais e profissionais do Brasil inteiro. Deixo aqui um grande abraço a todos do Estado do Amazonas que estão participando da conferência. Eles vieram, apesar de o Governo Federal não lhes ter dado o apoio necessário, para discutir o direito à assistência social, previsto na Constituição e agora ameaçado pelo atual Governo,



que está retirando recursos das políticas sociais e banindo os direitos fundamentais da população mais pobre do País.

Vamos acompanhar o debate na conferência, vamos continuar defendendo o espaço de trabalho para os profissionais da área da assistência social, que lamentavelmente ainda não são devidamente valorizados pelo Brasil afora.

Estamos apoiando o projeto que já teve votações favoráveis nesta Casa e que diz respeito à inclusão de assistentes sociais nas escolas. É um projeto que consegui aprovar no Amazonas, junto com outros colegas Parlamentares. Apresentei uma PEC para incluir, na Constituição, a previsão de que haja, nas escolas, assistentes sociais, psicólogos, nutricionistas, enfim, uma equipe multidisciplinar que garanta a qualidade da educação e os direitos dos profissionais e professores.

Sejam bem-vindos todos que participam da Conferência Nacional Democrática de Assistência Social!

Por fim, Sr. Presidente, também não posso deixar de me manifestar sobre a data de ontem, uma data importante, o Dia Internacional de Combate à Violência contra a Mulher. É também o início dos 16 dias de ativismo em defesa das mulheres e contra a violência que atinge as mulheres no nosso Brasil. As estatísticas todas mostram o crescimento da violência. Dados recentes dizem que o número de mulheres atendidas na área da saúde que relataram ter sofrido algum tipo de violência desde 2010 é de 1 milhão e 230 mil. E no Amazonas não é diferente. Lamentavelmente, o Amazonas é o terceiro Estado do Brasil em número de feminicídios, muitas vezes por conta do parceiro e da violência de modo geral, a que ocorre em casa, na família.

Parabenizo todo o movimento de mulheres que estive nas ruas ontem em Manaus cobrando justiça e vida às mulheres, pedindo justiça e criticando a morosidade da Justiça em relação aos feminicídios.

Parabéns a todos que estão nesta luta! Estamos juntos! Portanto, vamos lutar contra a violência que atinge as mulheres.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO JOSÉ RICARDO.

(Inserido nos termos do art. 203 do Regimento Interno do Senado Federal, primeiro subsidiário do Regimento Comum.) (Vide item 3.1.1 do Sumário)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - Concedo a palavra ao Deputado Reginaldo Lopes. S.Exa. dispõe de 1 minuto.

O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG. Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, os economistas conservadores e os políticos ultraliberais e conservadores precisam compreender que é impossível construir segurança macroeconômica sem segurança social.

O Brasil está assistindo ao dólar chegar a 5 reais. Talvez por isso eles falem tanto em AI-5. Não adianta ameaçar o povo brasileiro. Com o desemprego bombando, com a economia sem nenhuma reação e com cada vez mais concentração de renda e desigualdade, ao ameaçar o povo brasileiro este Governo de fanáticos e de irresponsáveis vai colocar o povo nas ruas. Eles estão incentivando isso, porque ninguém aguenta mais. Eles não podem transferir para o povo brasileiro as suas responsabilidades.

Então, quero aqui fazer essa manifestação.



O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - Concedo a palavra ao Deputado Vinicius Poit.

O SR. VINICIUS POIT (NOVO - SP. Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Caros colegas Parlamentares, governar é escolher prioridades, e escolher prioridades num país com quase 13 milhões de desempregados envolve fazer a economia crescer e gerar empregos. Essas são as prioridades do nosso País.

Mas há outra coisa, meus amigos: governar também é ouvir as pessoas. Temos que saber ouvir as críticas e também temos que saber ouvir os elogios. Hoje é o dia em que eu quero falar dos acertos deste Governo. Há pontos do Governo com que eu não concordo, e digo isso por ser um Deputado com mandato independente do Partido Novo. Mas hoje é dia de falar dos acertos, de falar da solução e de falar do lado cheio do copo.

De janeiro a outubro, mais de 800 mil vagas de emprego foram criadas no Brasil. Isso é fato, colegas. Isso é um número.

A Secretaria de Desburocratização é outra pauta positiva, pois digitalizou 400 serviços que eram físicos. Com essa digitalização economizou-se mais de 350 milhões de reais para o nosso País. Isso é notícia positiva. Vamos olhar para o lado cheio do copo e vamos ser otimistas para fazer o nosso Brasil crescer.

A taxa de juros básica é a mínima histórica. Isso atrai investimento, faz o Brasil crescer, faz os investidores, as empresas e pessoas terem coragem de empreender para fazer o Brasil evoluir. A Bolsa de Valores está com números máximos, com pico histórico também. O PIB está reagindo, já há uma previsão de crescer 1% este ano, Deputado Hildo Rocha. A inflação está cada vez menor.

Então, vamos começar a olhar para o lado cheio do copo do nosso País. Nós somos brasileiros. Nós não queremos que o Brasil dê errado. Ou há alguém aqui que quer que o Brasil dê errado?

Criticar o Governo é fácil. Eu também tenho pontos a criticar, mas na hora em que o Governo acerta temos que elogiar, sim. Esses acertos da equipe econômica não podem passar batidos.

Meus parabéns à equipe econômica. É lógico que foi o Presidente da República que colocou essa equipe econômica lá, mas a equipe econômica é liderada por Paulo Guedes, por Paulo Uebel, por Wagner Lenhart, por Salim Mattar e por outros que estão tocando pautas e focando prioridades: geração de emprego e crescimento econômico. Com isso, a economia evolui, a taxa de desemprego cai, os investimentos são retomados com a taxa de juros básica.

Então, eu queria dividir com meus caros colegas notícias positivas. Na hora em que se acerta, temos que elogiar. Só que não dá para ceder por corporativismo, não dá para simplesmente nos acomodarmos também e não tocarmos em frente as reformas de que o Brasil precisa, porque se nós pararmos, se não colocarmos a reforma administrativa para rodar, se não acelerarmos a reforma tributária, o Brasil vai para. Toda essa expectativa e esses pontos positivos vão por água abaixo.

O que eu quero é um futuro com um Brasil próspero, com um Brasil que cresça, com um Brasil que gere empregos, com brasileiros que voltem a sonhar e a ter renda. Esse eu acredito que seja o objetivo de todos aqui.

Obrigado, Sr. Presidente. Peço para registrar o meu discurso no programa *A Voz do Brasil* e ganhar um tempinho para avançarmos.



Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - Obrigado, Deputado Vinicius Poit.

Vou conceder a palavra ao Deputado Otoni de Paula e ao Deputado Charles Fernandes, por 1 minuto.

Depois concederei a palavra ao Deputado Benevides.

O SR. JOSÉ RICARDO (PT - AM) - Sr. Presidente, gostaria de pedir para que seja divulgado no programa *A Voz do Brasil* o meu discurso.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - O discurso do Deputado José Ricardo será registrado no programa *A Voz do Brasil*.

O SR. JOSÉ RICARDO (PT - AM) - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - Concedo a palavra ao Deputado Charles Fernandes.

V.Exa. dispõe de 1 minuto.

O SR. CHARLES FERNANDES (PSD - BA. Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) - Presidente Marcos Pereira, apresentei um projeto de lei a esta Casa que propõe a instalação de *playgrounds* junto às academias de saúde.

Nos últimos anos, assistimos a um grande crescimento das chamadas academias de saúde nas praças, nos parques, nas áreas verdes da cidade. A disponibilização desses equipamentos representa ganho muito positivo para a população, sobretudo para os idosos.

Os *playgrounds*, por sua vez, estimulam as crianças em seu desenvolvimento. Devido ao seu aspecto lúdico, os *playgrounds* são necessários para complementar a ocupação dos espaços por adultos e por crianças.

Desse modo, eu já apresentei esse projeto, Sr. Presidente. É importante, daqui para frente, que os *playgrounds* estejam junto a todas as academias de saúde.

Peço que seja divulgado o meu discurso pelos meios de comunicação desta Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Obrigado.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO CHARLES FERNANDES.

(Inserido nos termos do art. 203 do Regimento Interno do Senado Federal, primeiro subsidiário do Regimento Comum.) (Vide item 3.1.1 do Sumário)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - Concedo a palavra ao Deputado Otoni de Paula.

Antes, V.Exa. dá 1 minuto para o Deputado Mauro Benevides, nosso economista-mor, que já está aqui?

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (PDT - CE. Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero primeiramente agradecer a V.Exa. pela oportunidade. Será um assunto rápido. Hoje o Congresso Nacional poderá deliberar sobre os vetos que o Presidente Bolsonaro após naquelas emendas feitas à Lei de Diretrizes Orçamentárias. Obviamente, vamos discutir isso amplamente no momento oportuno, mas há o seguinte item: educação. Enquanto estiver vigendo



o novo regime fiscal, não há a vinculação dos 18%. Portanto, os gastos em educação serão aquilo que foi executado no ano passado mais a variação da inflação. Essa é a regra hoje estabelecida até enquanto durar, mais 10 anos, as despesas com educação e saúde.

Num desses vetos, Sr. Presidente, para encerrar, há uma emenda que diz que na hora em que for feito o contingenciamento, a função educação, mesmo limitada pela inflação, ela não será objeto de limite de empenho.

Esta Casa vai ter, com certeza, o discernimento para derrubarmos esse veto e deixarmos a educação como prioridade. Como disse o meu colega Vinicius Poit, governar é exercer prioridade.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - Com a palavra o Deputado Otoni de Paula.

O SR. OTONI DE PAULA (PSC - RJ. Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.)

- Eu sou um homem consumido pela verdade e sou um homem que não me prostro diante do medo, enquanto a verdade for a minha aliada. A matéria que saiu nos jornais no Rio de Janeiro sobre ninhos de arapongas dentro do Governo de Wilson Witzel é seriíssima. Eu passo a ler a matéria:

Um grupo de deputados bolsonaristas vai bater na porta da Procuradoria-Geral da República nos próximos dias. Leva em mãos uma queixa formal contra o governador Wilson Witzel, (PSC) — o meu partido. Os moços alegam que é voz corrente na política fluminense a existência de um bunker no Palácio Guanabara. A tal estrutura, citada tanto por amigos quanto por inimigos do Governo, seria ocupado por investigadores — inclusive da Polícia Civil — que estariam levantando a vida de Parlamentares e de seus parentes.

Continua ainda a jornalista Berenice Seara:

A ameaça de divulgação de dossiês paira sobre os Deputados — em especial sobre os que se alinham com o presidente Jair Bolsonaro, o mais destacado desafeto do Governador Wilson Witzel. Alguns juram até ter recebido mensagens intimidatórias do próprio Wilson. Os Deputados estão certos que vão conseguir a abertura de investigação pela Polícia Federal.

Srs. Deputados, Sras. Deputadas, Sr. Presidente, essa reportagem precisa ser levada a sério e digo por que: porque mais do que a reportagem, eu sou testemunha, e irei juntamente com esses Deputados à PGR. Quando o então recém-eleito Governador do Rio de Janeiro, eu perguntava ao Governador Wilson Witzel como ele conseguiria tocar os projetos do Governo junto à ALERJ sem construir uma base. Eu lembro que ele me mostrou um documento. Havia uma pilha de documentos e ele bateu em cima dessa pilha, dizendo que ele sabia como controlar cada Deputado, insinuando que aquela pilha de documentos seriam dossiês contra os Deputados Estaduais.

Sr. Presidente, eu não tenho medo de falar a verdade e não vou me curvar diante do medo e da tentativa de ameaças do Governador Wilson Witzel, apesar de ser do seu partido.

Se querem saber se o Governador Wilson Witzel ainda usa as velhas práticas, não como um ex-juiz, mas como um justiceiro, foi a ameaça que este Deputado recebeu, depois de subir nesta tribuna e falar sobre os desmandos, as covardias e a falta de caráter do Sr. Governador, quando assume o Palácio Guanabara, virando as costas para o grupo político dos "bolsonarianos" ou dos eleitores de Bolsonaro, do Presidente da República, que o levaram ao poder. Ele me manda este Zap, que eu vou



levar à PGR. Depois da minha fala, ele diz no Zap: *"Deus coloca e Deus tira."* E ele me manda um texto bíblico — está aqui, até parece que ele é crente desse jeito —, dizendo: *"A verdade chegará, e, com ela, a impiedosa justiça de Deus"*. Como se não bastasse, Sr. Presidente, o Governador me mandou uma foto dele com toga de juiz, dizendo: *"Para você lembrar de onde eu vim"*. Então, eu questionei o Governador Wilson Witzel: *"Não entendi. O que o senhor quer dizer com isso? Isso é uma ameaça, Governador?"* E ele, ironicamente, disse: *"Jamais ameaçaria um Parlamentar de mal injusto"*.

Eu quero dizer ao Sr. Wilson Witzel que não tenho medo dele nem da sua corja. E não tenho medo do fato de ele estar aparelhando o Estado do Rio de Janeiro, com apadrinhados da Justiça do Rio de Janeiro. Enquanto a verdade estiver do nosso lado, eu serei uma voz. Engana-se quem acha que eu estou forçando a minha saída do meu partido. Não, não quero sair do PSC, porque o que me provoca a estar nesta tribuna, Sr. Wilson Witzel, não é ser expulso do meu partido, mas é a justiça que terá que ser feita no meu Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - Com a palavra o Deputado Bohn Gass. (*Pausa.*)

Com a palavra o Deputado Christino Aureo, por 1 minuto.

O SR. CHRISTINO AUREO (Bloco/PP - RJ. Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu só quero fazer um registro importante.

Hoje nós elegemos a nova diretoria da Frente Parlamentar da Agropecuária — FPA, que terá importantes missões para o próximo exercício. E nós temos ali uma posição na área de logística e de infraestrutura que muito me orgulha.

O Brasil neste momento tem uma dependência muito forte de desenvolver esses modais. E tudo o que a Casa fizer aqui para abrir espaço para o investimento é pouco diante da necessidade do desafio que nós temos.

Portanto, gostaria de fazer esse registro e desejar sucesso à nova diretoria da FPA no próximo mandato e que tenhamos, cada vez mais, o agro brasileiro, seja o agro empresarial, seja a agricultura familiar, à frente das nossas preocupações.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - Com a palavra o Deputado Bohn Gass.

O SR. BOHN GASS (PT - RS. Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, fui procurado por uma professora estadual do Rio Grande do Sul que teve a luz de sua casa cortada pela Companhia Estadual de Energia Elétrica — CEEE. Ela foi até à sede da companhia para explicar que não tinha conseguido pagar a conta em dia porque há 47 meses o seu salário está sendo parcelado, com atraso. A resposta da companhia foi de que não era possível parcelar a conta de luz. E a professora voltou para casa às escuras.

Gente, isso é muito cruel! Mas é assim que o Governo gaúcho tem tratado a maioria dos servidores públicos, professores, policiais, o pessoal da saúde, o pessoal da agricultura. E o que fez o Governo tucano de Eduardo Leite? Propôs um pacote, no pior estilo do Bolsonaro, cortando direitos e os poucos benefícios do plano de carreira dos professores. A proposta é indecente. Uma professora, ao final de carreira não chega a 5 mil reais de salário, após décadas de trabalho. O magistério resolveu



dar um basta e entrou em greve. E o que fez o Governador? Mandou dizer que vai cortar o ponto dos grevistas, porque, segundo ele, esse serviço precisa ser prestado.

Ora, Governador, para que o professor possa prestar esse serviço, ele precisa comer, ele precisa morar, ele precisa se transportar, ele precisa pagar a luz.

É por isso que eu reafirmo aqui o meu total apoio à greve dos professores gaúchos e o meu total repúdio a esse pacote do Governo Leite, que, além de não resolver nada, apaga qualquer luz do futuro para os servidores do Estado.

Sr. Presidente, quero também aproveitar esta oportunidade para denunciar a escalada autoritária do Governo Bolsonaro. Só nessas últimas horas, houve três episódios que mostram esse caráter. Um deles é a fala do Ministro Paulo Guedes, que é um fracasso na economia, porque fez as reformas e só aumenta o desemprego; fez as reformas, a economia não cresce; fez as reformas, a tal da estabilidade jurídica não aparece; fez as reformas e o investidor externo que viria para cá não veio. Frente a esse fracasso econômico, ele ameaça com o que o filho do Presidente já tinha dito: *"Não se assustem se vier o AI-5."* É muito grave o que faz o Ministro Paulo Guedes com essa ameaça!

Segundo, o Presidente insiste na GLO, na Garantia da Lei e da Ordem. O que ele quer, e ele manifestou isso, é colocar a estrutura do Estado brasileiro para reprimir os movimentos sociais.

Ele enxerga que no Chile, que tem a mesma política que eles estão querendo colocar aqui no Brasil, as pessoas se rebelaram e foram às ruas e disseram "não", e ele quer reprimir. Por isso, o segundo ato autoritário anunciado por esse Governo é a GLO, a Garantia da Lei e da Ordem.

Terceiro, o que nos preocupa demais, porque é no fundo uma autorização para matar, é o tal do excludente de ilicitude. O que significa isso? É quando um policial vai para uma atividade e precisa matar em temas de segurança, de autoproteção: é uma ilicitude. Mas aí há uma legislação para isso.

O que ele quer agora não é só em autodefesa, em legítima defesa. O que o Bolsonaro quer é aplicar em três casos: forte emoção, surpresa e medo. Que o policial possa matar e tenha o excludente de ilicitude. Isso não é aceitável. Isso é a pena de morte! Isso é autorização para matar! E, de novo, vale para quem? Contra a Esquerda, contra quem faz movimento, contra os negros, contra aqueles que fazem sua manifestação democrática. Nós não podemos aceitar nem a ameaça do AI-5, nem a GLO, como querem impor para reprimir protestos, nem o excludente de ilicitude.

Por isso, é importante que esta Casa, o Congresso Nacional, coloque um freio nesse conceito e sobre atitudes autoritárias que apresenta o Presidente Bolsonaro.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - Com a palavra o Deputado Paulo Ramos. *(Pausa.)*

Com a palavra o Deputado Leônidas Cristino, por 1 minuto.

O SR. LEÔNIDAS CRISTINO (PDT - CE. Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sobral, Município do Ceará, conquistou em 2019, pela terceira vez, o primeiro lugar no *ranking* do Índice de Oportunidades da Educação Brasileira — IOEB, divulgado este mês, em sua terceira edição.

Sobral, com o índice IOEB de 6,6, lidera entre os 4.909 Municípios brasileiros avaliados. A média nacional desse índice é de 4,71.

A avaliação desse índice leva em conta a escolaridade dos professores, número médio de horas-aula/dia, experiência dos diretores e taxa de atendimento da educação infantil. Também são



considerados a nota do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica — IDEB, dos anos iniciais do ensino fundamental, nota do IDEB dos anos finais do ensino fundamental e a taxa líquida de matrícula do ensino médio.

Nesse critério, Sobral se distingue com a melhor nota nacional. Essa é uma vitória de toda a sociedade sobralense. Eu queria saudar toda a equipe gestora da educação liderada pelo Prefeito de Sobral, Ivo Ferreira Gomes.

Sr. Presidente, gostaria que o meu pronunciamento fosse divulgado nos meios de comunicação do Congresso Nacional e no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - Será divulgado o seu pronunciamento.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO LEÔNIDAS CRISTINO.

(Inserido nos termos do art. 203 do Regimento Interno do Senado Federal, primeiro subsidiário do Regimento Comum.) (Vide item 3.1.1 do Sumário)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - Com a palavra o Deputado Hildo Rocha.

O SR. HILDO ROCHA (Bloco/MDB - MA. Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) - Deputado Marcos Pereira, que neste momento preside a sessão do Congresso Nacional, Srs. e Sras. Congressistas, ao meio-dia houve a eleição da Mesa Diretora da Frente Parlamentar da Agropecuária — FPA. Foi reeleito Presidente o Deputado Alceu Moreira, Vice-Presidente do Senado o Senador Luis Carlos Heinze e Vice-Presidente da Câmara o Deputado Sergio Souza. Também fui reeleito Coordenador da Comissão de Relação Internacional da FPA, assim como o colega Deputado Celso Maldaner, Coordenador da Comissão de Agricultura Familiar. Outros colegas Deputados e Deputadas, Senadoras e Senadores também se reelegeram para continuar a fazer esse trabalho no ano que vem, em 2020, fortalecendo cada vez mais a agropecuária brasileira.

Mas, Sr. Presidente, eu queria também, neste momento, convidar os colegas Deputados e Deputadas, os colegas Senadores e Senadoras a marcarem presença na sessão do Congresso, para que nós possamos concluir a pauta desta sessão, ainda na tarde de hoje. Esta é uma sessão simples, vamos apreciar apenas dez vetos, para os quais já foi devidamente feito o acordo com todas as Lideranças que compõem o Congresso Nacional. Portanto, só é preciso registrar a presença. Alcançado o quórum, eu acredito que em meia hora nós podemos concluir esta sessão e iniciarmos, em seguida, a sessão extraordinária da Câmara, porque há várias matérias importantes a serem votadas e deliberadas hoje, amanhã e quinta-feira.

Sr. Presidente, eu quero também falar a respeito da reforma da Previdência feita, de forma açodada, pelo Governador Flávio Dino lá no Estado do Maranhão. O Governador Flávio Dino cada vez mais mostra o que ele é: um grande poço de incoerência. Ele tanto falou sobre a reforma da Previdência realizada por este Congresso Nacional. Desde o início, quando o Presidente Jair Bolsonaro encaminhou a PEC, ele falou que não havia necessidade de se fazer reforma da Previdência, que os sistemas de previdência eram superavitários, inclusive o do Maranhão.



E agora, o que ele fez? Ele encaminhou projeto à Assembleia Legislativa para alterar as alíquotas pagas pelos servidores públicos do Estado do Maranhão. E fez isso sem que houvesse o debate, fez isso de forma antidemocrática, fez com que a Assembleia aprovasse, na calada da noite, um projeto com repercussão enorme, porque atinge 70 mil servidores públicos do Estado do Maranhão.

E ele alega que fez as mudanças nas alíquotas porque estaria obedecendo aos ditames constitucionais, estaria obedecendo ao que estabelece a Emenda Constitucional nº 103, de 2019, e isso não é verdade. Quem construiu esse texto fomos nós Deputados e Senadores. E nós sabemos que não é isso que ele está dizendo.

Ele alega que o art. 9º, § 4º, diz que tem que mudar as alíquotas. Não é assim. O que se diz é que, estando o instituto de previdência do Estado ou do Município desequilibrado, com déficit atuarial, não se pode cobrar do servidor público uma alíquota inferior à mínima que é praticada pela Previdência pública federal. É isso.

Agora, para haver o equilíbrio atuarial, ele não precisava fazer isso, sacrificando os servidores públicos do Estado do Maranhão, diminuindo o poder de compra deles. Bastava ele devolver o mais de 1 bilhão de reais que ele sacou do fundo de pensão do Estado do Maranhão. Ele sacou para fazer tapa-buraco, para se reeleger Governador.

Outra solução, Sr. Presidente, seria ele ter aumentado a alíquota do Estado. Se o Estado, que recolhe 11%, passasse a recolher a alíquota de 16%, isso resolveria o problema e haveria um equilíbrio atuarial. Ele não precisaria sacrificar os servidores públicos do Estado do Maranhão.

E ele disse, durante as suas duas campanhas, que iria valorizar os servidores, mas faz o contrário. Ele não valoriza os servidores públicos estaduais. Há servidores públicos que já estão há 5 anos sem aumento salarial. E agora o que Governador faz? Diminui o salário deles, já que aumentou a alíquota de contribuição dos servidores para o regime próprio de previdência do Estado do Maranhão.

Portanto, o Governador Flávio Dino está mostrando o que ele é na verdade: um grande poço de incoerência. Em âmbito nacional, ele faz aqueles belíssimos discursos afirmando que é contra a reforma da Previdência, mas, no Maranhão, na calada da noite, sem nenhum debate, ele faz a reforma, de forma ditatorial, como é comum nos governos comunistas.

Sr. Presidente, solicito que o meu pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - Deferido o pedido de V.Exa., Deputado Hildo Rocha.

O Deputado José Nelto pediu o tempo de Líder, mas, antes de S.Exa. fazer o seu pronunciamento, eu vou conceder 1 minuto à Deputada Rosângela Gomes e 1 minuto ao Deputado Danilo Cabral, pois eles já estão esperando há algum tempo.

Quero aproveitar e fazer um apelo às Lideranças dos partidos políticos e aos assessores que estão aqui presentes para que avisem as Sras. Deputadas e os Srs. Deputados, as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores para comparecerem ao plenário. Existe acordo sobre os temas que serão votados. Precisamos alcançar o quórum para iniciarmos a Ordem do Dia. Faço esse apelo para que comuniquem aos Senadores e às Senadoras, aos Deputados e às Deputadas.

Tem a palavra a Deputada Rosângela Gomes, por 1 minuto. Peço que S.Exa. se atenha ao tempo.



Em seguida, usarão da palavra o Deputado Danilo Cabral e o Deputado José Nelto, pela Liderança.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT - CE) - O Líder permite-me usar da palavra por 1 minuto antes?

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - V.Exa. permite, Deputado José Nelto?

O SR. JOSÉ NELTO (PODE - GO) - Eu sou democrático.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - O Deputado José Guimarães é o próximo da sequência.

Então, serão 3 minutos. Falarão na sequência a Deputada Rosângela, o Deputado Danilo e o Deputado José Guimarães.

Tem V.Exa. a palavra, Deputada Rosângela Gomes.

A SRA. ROSÂNGELA GOMES (REPUBLICANOS - RJ. Para uma breve comunicação. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ontem, dia 25 de novembro, foi o Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra a Mulher.

Eu tive a honra de participar ontem da segunda edição do Prêmio Viva, promovido pela revista *Marie Claire* e pelo Instituto Avon. Ontem, Deputado José Guimarães, foram reconhecidas várias personalidades que trabalham no combate à violência contra mulheres e meninas.

Fomos uma das três indicadas para concorrer ao prêmio na categoria Legislativo. Não ganhamos, mas tivemos a grata satisfação, Deputada Perpétua Almeida, de saber que a Senadora Vanessa Grazziotin foi premiada pelo projeto de lei de combate ao estupro coletivo.

Fui indicada por ter proposto alteração na Lei nº 11.340, de 2006, a Lei Maria da Penha, para tipificar os agressores que cometam violência contra mulheres deficientes ou que causem deficiência em mulheres em virtude da violência sofrida.

Eu não ganhei, mas quero agradecer a todos, Deputado José Guimarães, Deputada Perpétua, que votaram no nosso projeto, que se envolveram e o apreciaram. Quero agradecer principalmente aos que me acompanharam quando eu apresentei o projeto nas Comissões da Câmara e no Senado, e essa proposição foi apreciada favoravelmente.

Portanto, eu quero agradecer à revista *Marie Claire* e também ao Instituto Avon. E quero parabenizar, mais uma vez, a nossa querida Senadora Vanessa Grazziotin, que foi feliz em levar a premiação da segunda edição do Prêmio Viva.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - Com a palavra o Deputado Danilo Cabral.

O SR. DANILO CABRAL (PSB - PE. Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, o Brasil hoje está fazendo um dia dedicado à mobilização em defesa do Sistema Único de Assistência Social — SUAS, que é o grande sistema de proteção da população mais vulnerável do nosso País. O SUAS vem, desde o final de 2017, sofrendo ataques ao seu orçamento, justamente no momento em que mais precisamos estruturar essa rede de proteção social.

A crise, que continua se agravando em nosso País, tem vitimado, sobretudo, a população mais vulnerável. São mais de 13 milhões de brasileiros que sobrevivem hoje com 140 reais por mês. Nesta



Casa vai haver hoje importante deliberação, na Sessão do Congresso Nacional, do PLN 42/19 que está na pauta, que garante uma parte do orçamento do SUAS para 2019. Mas é importante que façamos também o debate da recomposição do orçamento do SUAS para 2020.

Neste exato momento, no Auditório Nereu Ramos, estamos fazendo uma grande mobilização, organizada por aqueles que fazem o ambiente da assistência social, o Fórum Nacional de Secretários de Estado da Assistência Social — FONSEAS, o Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social — CONGEMAS, o Conselho Nacional de Assistência Social — CNAS, o Fórum Nacional de Usuários do Sistema Único de Assistência Social — FNUSUAS, o Fórum Nacional de Trabalhadoras e Trabalhadores do SUAS — FNTSUAS, mobilizando toda a sociedade para garantirmos, neste momento, uma rede de proteção social que respeite a cidadania brasileira.

Eu agradeço a participação neste debate.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que este discurso seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - Com a palavra o Deputado José Guimarães.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT - CE. Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu lembro que, em 2016 e 2017, eu era o Líder do Governo Dilma e V.Exa., inclusive, era Ministro. E eu ouvia, pelos quatro cantos desta Casa, que não haveria economia do mundo que resistisse ao dólar a 3,89 reais. Era essa a cotação àquela época. Isso exigiria uma mudança de Governo, senão a economia degingolava.

Pois bem, ao adentrar este plenário, já disparou o dólar, que está cotado hoje a 4,27 reais. Imaginem! O pior é que esse Ministro da Economia, ao invés de cuidar da economia, fica soltando frases de efeito, comprometendo aquilo que é basilar e central para nós, que é a democracia, dizendo que, se for o caso, vai usar o AI-5. Que ele use o AI-5 para resolver o problema da economia, porque a economia, do jeito que vai, Sr. Presidente, vai para o buraco, vai para o abismo, vai inexoravelmente para o caminho do abismo.

Pior ainda é que se aprovam as reformas e nada se resolve. Não se resolve porque não há confiança do investidor. O Brasil não tem poupança interna para fazer investimento. E o mundo lá fora olha para o Governo e diz: "*Se o Ministro da Economia diz isso, o que falta mais para o Governo dizer?*" Não falta mais nada. É por isso que não gera confiança.

Nunca vimos um Ministro da Economia de cabeça tão desarrumada, tão destrambelhada como é este. E o Brasil assiste a isso. E eu até brinquei hoje na minha rede social: "*E aqueles que pediram o impeachment da Dilma, por causa da situação econômica, não vão hoje aqui pedir o impeachment do atual Governo, em função dessa escalada, desse desastre que a economia brasileira vive no momento?*"

Fica a pergunta, Sr. Presidente. V.Exa. se lembra bem disso.

Aqui fica o nosso registro e o nosso repúdio com relação ao Ministro da Economia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - Concedo a palavra ao Deputado José Nelto, que vai falar pela Liderança do Podemos.

Em seguida, terão a palavra os Deputados Celso Maldaner e Perpétua Almeida.

O SR. JOSÉ NELTO (PODE - GO. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Marcos Pereira, que ora se encontra no exercício da Presidência do Congresso Nacional, Sras. e Srs.



Congressistas, minha palavra é simples: pobre Ministro da Economia, pobre Ministro da Economia, que tem a coragem de incentivar a população brasileira a pedir a volta do AI-5! Isso me deixa assustado.

A população brasileira, em certos momentos, pede a pena de morte, a prisão perpétua, a liberdade. Agora, um Ministro da Economia quer tumultuar a política brasileira. Nós temos que defender a democracia. Sempre repudiei nesta tribuna do Congresso Nacional qualquer ato autoritário de qualquer governo, seja da Direita, seja da Esquerda.

Nós não podemos conviver com o autoritarismo e com a ânsia de transformar o Brasil numa republiqueta das bananas. Respeitem o povo brasileiro! A saída é a democracia.

Sras. e Srs. Parlamentares, com a frase do Ministro, o dólar bate em 4,27 reais após as declarações sobre o câmbio. A situação do Ministro é vexatória! Ele não deveria se envolver com política, isso não compete a ele. Ele deveria, sim, fazer um plano de governo para tirar o Brasil da crise e gerar 13 milhões de empregos. É este o plano que nós queremos votar.

Vou além, Sr. Presidente. Foi infeliz a declaração que deu o Ministro. Quero frisar que não tenho nada pessoal contra Paulo Guedes, mas lamento as bobagens e as besteiras que ele tem dito, como a afirmação de que o Congresso Nacional é uma fábrica de corrupção. O Presidente Rodrigo Maia deveria acioná-lo, para provar quais são os corruptos no Congresso Nacional. Onde está a fábrica de corrupção?

Nem eu nem meu partido aceitamos, como nenhum companheiro deste Parlamento, que se dirija uma palavra como esta, porque na minha convivência eu nunca vi ninguém fazer parte de nenhuma fábrica de corrupção.

Vou mais além, Sras. e Srs. Parlamentares. Estrangeiros estão receosos quanto à oferta de ações do Brasil por um PIB baixo e ruído político. Investidores compraram apenas 40% do que foi ofertado. Esta é a realidade.

Nós sempre combatemos a ditadura militar. Na minha infância e adolescência, aos 16 anos de idade, eu enfrentei a ditadura militar em Goiânia, no meu Estado de Goiás. Eu não aceito nenhum regime como este mais no Brasil.

A saída é a democracia. Se houver alguém que queira botar fogo no Brasil, se houver alguém que queira o mal para o Brasil, que seja enquadrado na Lei de Segurança Nacional. Nós temos que respeitar as vidas, temos que respeitar aqueles que têm patrimônio no País, quem quer investir no Brasil, quem quer gerar emprego e dar tranquilidade ao povo brasileiro. Não há espaço para baderneiros.

Nosso Exército, nossa Polícia Militar, nossas forças de segurança estão preparados. Mas não vamos aceitar incitação à volta do AI-5. Isso significa brincar com o povo brasileiro e com o Congresso Nacional.

Mais uma vez, espero que esses autoritários fiquem de lado, porque a democracia é muito mais forte. A quem não corresponde à altura da democracia lembro que nós temos leis brasileiras para punir e colocar para fora algum Ministro do STF, algum Parlamentar, algum Prefeito ou Governador que se envolverem com qualquer ato de corrupção. Precisamos valorizar o que há de mais bonito na vida de uma sociedade, na vida do ser humano, que é a liberdade de expressão e a imprensa livre. É isso que nós queremos.

Imaginem os senhores a vergonha que estamos passando perante o mundo civilizado, a Europa e os Estados Unidos!

Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que minha fala seja divulgada pelo programa *A Voz do Brasil*.



Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - Deferido o pedido de V.Exa., Deputado José Nelto.

Concedo a palavra ao Deputado Celso Maldaner. Em seguida, falará a Deputada Perpétua Almeida.

O SR. CELSO MALDANER (Bloco/MDB - SC. Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, demais colegas Parlamentares, o assunto de hoje é quente. Eu acredito que a manifestação do Ministro Paulo Guedes se deu numa circunstância em que ele respondeu à imprensa, em face da incitação feita pelo ex-Presidente da República. Nós temos que dar um desconto: não foi realmente para instituir o AI-5.

Nós estamos iniciando um novo período agora. O setor privado começa a gerar empregos. Nós temos a criação de empregos formais, e a taxa de desemprego está caindo. Nunca tivemos um risco Brasil tão baixo, uma taxa de juros tão baixa e a inflação controlada.

Estamos entrando numa nova era. Com certeza, o País vai melhorar. É claro que precisamos ter muito cuidado com o que falamos à imprensa. Isso é necessário. Mas eu acredito que nós estamos vivendo um bom momento diante das reformas que estamos aprovando.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - Concedo a palavra à Deputada Perpétua Almeida.

A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB - AC. Para uma breve comunicação. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, estamos na campanha 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres. Começou ontem, dia 25, o Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra a Mulher, que vai até o dia 10, o Dia Internacional dos Direitos Humanos.

Campanhas como esta são muito importantes, principalmente no Brasil, onde os números da violência contra a mulher são assustadores. A cada 2 horas, uma mulher morre vítima de feminicídio. Só neste ano, foi 1,5 milhão de mortes de mulheres. Aliás, a cada 2 horas, uma mulher é espancada. Neste ano, 1,5 milhão de mulheres morreram assassinadas vítimas de feminicídio. Não dá para aceitar esse nível de violência contra as mulheres!

Abaixo o machismo!

Nós precisamos convencer e educar as gerações futuras para o respeito e a convivência em paz!

Muito obrigada.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELA SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA.

(Inserido nos termos do art. 203 do Regimento Interno do Senado Federal, primeiro subsidiário do Regimento Comum.) (Vide item 3.1.1 do Sumário)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - Tem a palavra o Deputado João Daniel.

O SR. JOÃO DANIEL (PT - SE. Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Marcos Pereira, Sras. e Srs. Senadores, nossa Câmara dos Deputados e aqueles que nos ouvem pela *Rádio Câmara*, pela *TV Câmara* e pela *TV Senado*, nós queremos dizer que acompanhamos com muita preocupação as ameaças feitas pelo Presidente da República e pelo Ministro da Economia,



Paulo Guedes. A Garantia da Lei e da Ordem e o AI-5 são coisas da ditadura militar! Significam o mesmo que rasgar nossa Constituição e a Democracia.

Nós externamos nossa preocupação, que deve ser de todo o Parlamento, de toda esta Casa e de todo o povo brasileiro.

Hoje a imprensa brasileira traz as medidas que o Governo Bolsonaro e Paulo Guedes pretendem tomar para o Brasil. O AI-5 e a Garantia da Lei e da Ordem são instrumentos claros da ditadura militar. São instrumentos antidemocráticos, instrumentos que visam à repressão.

Por que o Governo Bolsonaro e Paulo Guedes propõem isso? Nenhuma das propostas que eles trouxeram a este Parlamento, ao Congresso Nacional e ao povo brasileiro resolveu os problemas do povo brasileiro. A economia piora, nossas empresas estatais estão sendo vendidas, e nada melhora na economia nacional.

Ronda pelo Brasil aquilo que já foi implementado e que continua sendo implementado pelos Governos Temer e Bolsonaro. Bolsonaro e Temer formam um consórcio de dois golpes: um, feito pelo *impeachment*, que foi um golpe; o outro, feito com uma eleição mentirosa, cheia de *fake news*.

Vemos um compromisso de desrespeito permanente com a democracia por parte do Presidente da República e dos seus Ministros. Nós nos preocupamos com isso. Não há como inventar nenhuma desculpa.

Repudiamos os despejos de ontem feitos pelo Governo Federal, que utilizou as forças federais, a violência em Juazeiro, na região da Bahia, que eu tive a oportunidade, no fim de julho, de visitar, com o Líder Paulo Pimenta, o Deputado Federal Valmir Assunção, outros Parlamentares e representantes de movimentos sociais, quando vimos áreas produtivas havia mais de 15 anos ser destruídas na madrugada de ontem. Foram destruídas igrejas, escolas e casas.

Ao mesmo tempo, ouvimos com muita indignação o Governo dizer que vai preparar a Garantia da Lei e da Ordem para o campo; vai preparar as condições para perdoar a Polícia e as Forças que utilizarem a violência contra as manifestações e contra as pessoas, para que não respondam por crime.

O Governo sabe que o que ele está fazendo é inconstitucional, ilegal e antidemocrático. A Polícia Militar, a Polícia Civil, a Polícia Federal e as Forças Armadas sabem que esse tipo de atitude, de tentativa de criação de leis da ditadura só traz violência e tensão ao povo brasileiro e só piora a situação daqueles que fazem a segurança.

Nós devemos combater isso como o mais alto compromisso daqueles que defendem a democracia e condenar este Governo, que não mostrou nenhum projeto de melhora na vida do povo brasileiro. Já está próximo de completar 1 ano da mentira dita ao povo brasileiro, e este Governo espera controlar este País na base da repressão, já que ele é um daqueles que amam os ditadores, os torturadores.

Manifesto o nosso mais profundo sentimento de repúdio a Paulo Guedes e a Bolsonaro.

DISCURSOS NA ÍNTEGRA ENCAMINHADOS PELO SR. DEPUTADO JOÃO DANIEL.

(Inseridos nos termos do art. 203 do Regimento Interno do Senado Federal, primeiro subsidiário do Regimento Comum.) (Vide item 3.1.1 do Sumário)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - Tem a palavra o Deputado Pompeo de Mattos por 5 minutos. Antes, porém, concedo a palavra à Deputada Rejane Dias por 1 minuto.



Em seguida, falará o Deputado Marcelo Nilo.

A SRA. REJANE DIAS (PT - PI. Para uma breve comunicação. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, demais Deputados, o Brasil está diante de uma grande oportunidade de reverter, com a ajuda dos psicólogos e assistentes sociais, o quadro de intolerância, *bullying* e violência que se instalou dentro das nossas escolas. Quando nós assumimos a Frente Parlamentar de Enfrentamento à Violência nas Escolas, esse foi o primeiro projeto que surgiu como divisor de águas.

Daqui a pouco, os nossos psicólogos e assistentes sociais irão ocupar essas galerias para ouvir deste Plenário um sinal de apoio.

Por isso, peço aos Deputados e Senadores que derrubemos este veto por uma cultura de paz e pelo resgate do papel da educação.

Aproveito para agradecer a todos.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - Tem a palavra o Deputado Pompeo de Mattos.

V.Exa. tem 5 minutos.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS. Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, nós estamos testemunhando e vivenciando os dias de ameaça, de retrocesso, de volta aos anos de chumbo, da noite escura caindo sobre o sol da liberdade.

Primeiro, lamentavelmente, o Presidente Jair Bolsonaro veio falar da volta do AI-5; depois, o General Augusto Heleno veio com a mesma conversa, a mesma ameaça e o mesmo constrangimento.

Não suficientemente, aqui no Parlamento, o filho do Presidente, Deputado Eduardo Bolsonaro, também fez ameaças. Ele, que já tinha dito que, com um jipe e um soldado, fechava o STF, ameaçou aqui dentro fechar o Congresso Nacional com a edição de um AI-5, de que seu pai já havia falado, de que o seu general já havia falado, e que ele replicava.

Agora, não suficiente, vem o Paulo Guedes. Logo o Paulo Guedes! Quem é essa figura? O que ele foi politicamente neste País? Não se elegeu nem a inspetor de quartelão. Nenhum cargo eletivo ele tinha. Nunca concorreu a nada. É um inútil político. Ele é economista? Eu o respeito. Mas, então, fique na sua, até para merecer o respeito, e não se meta onde não sabe, onde não conhece. É um ditadorzinho de plantão, botando para fora um sentimento retrógrado, atrasado, vil.

Ninguém vai ficar calado. Eu me levanto, porque, se a democracia fosse fácil, ninguém teria experimentado a ditadura. Quem passou pela ditadura sabe: ditadura nunca mais! Eu tive meu pai preso em 1964. Quem o prendeu morreu e não lhe disse por que o tinha prendido e ele morreu sem saber por que foi preso.

A ditadura é o retrocesso, é a coisa mais vil que pode haver numa sociedade civil organizada num país como o Brasil. Ninguém vai aceitar a ditadura. Enganam-se aqueles que pregam a ditadura. Ela é tão ruim, é tão má, é tão maléfica, que, ao final e ao cabo, sucumbe e leva junto os ditadores. Não conheço uma que não tenha sucumbido e que os ditadores não tenham pagado pelos crimes que fizeram na sua própria ditadura.

Então, todo o respeito ao Presidente Bolsonaro, que foi eleito democraticamente não para pregar a ditadura, mas para defender a democracia, todo o respeito ao Deputado Eduardo Bolsonaro, que foi eleito vários mandatos e é um dos mais votados do Brasil. Mas virem pregar a ditadura, tendo sido



eleitos pela democracia, a quem interessa? A quem estão servindo? Qual é o propósito? Essas perguntas ficam no ar. Aliás, têm que responder por isso. Temos que saber se querem a democracia ou se querem e desejam a ditadura. Se querem a ditadura, podem ir lá para fora, porque aqui dentro é o lugar da democracia, aqui dentro é o lugar da liberdade.

Ainda que possamos ter na democracia excessos, que tenhamos, mas que combatamos o excesso da democracia com o excesso de mais democracia. Pois, quando tivermos uma democracia fragilizada, vamos responder pedindo mais democracia, mais democracia e mais democracia, para que a democracia responda com a sua própria sabedoria.

Ditadura? Ditadura nunca mais! O Brasil não quer e não aceita. E nós temos que avisar àqueles que tem dentro de si um ditadorzinho que, de vez em quando, salta para fora, como o Sr. Paulo Guedes — que respeito em economia, embora divirja dele —, que falar em democracia quando nunca disputou nada, nunca concorreu a nada, mal votou, se é que votou e se é que vota, vir fazer essa pregação nojenta — nojenta! — da ditadura...

A ditadura fez tão mal para este País, e fez mal para quem ajudou a ditadura e para quem se opôs a ela. Todos pagaram um preço. Eu sei, e a história conta, que muitos que apoiaram a ditadura, quando foi implantada no Brasil, depois foram vítimas da própria ditadura que apoiaram.

Então, estão semeando vento. Estão semeando vento! E *'quem semeia vento colhe tempestade'*. Eu estou aqui para semear da boa semente, para colher do bom fruto; para semear a democracia e colher mais, mais, muito mais democracia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - Obrigado, Deputado Pompeo de Mattos.

Pelo tempo de Líder do PL, tem a palavra o Deputado Marcelo Ramos.

Depois tem a palavra o Deputado Marcelo Nilo.

O SR. MARCELO RAMOS (PL - AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Governo Federal distribuiu nesses dias, por meio do Ministério da Economia, um primeiro balanço feito pela Secretaria de Avaliação de Políticas Públicas, Planejamento, Energia e Loteria sobre os benefícios tributários no Brasil, e este é o tema da minha fala no tempo de Líder.

O Governo Federal insiste no erro de tratar o tributo apenas pelo viés fiscal, e, sob esse viés, não há como discutir uma política tributária nacional.

A equipe econômica, no afã de arrecadar mais — mesmo num momento em que o ambiente econômico apresenta sinais de melhora e certamente elevará a arrecadação —, tem se empenhado em apresentar propostas que priorizam a variável fiscal do tributo, produzindo relatórios que condenam a indicação do desenvolvimento regional por meio de incentivos fiscais. Matéria do jornal *Valor Econômico* de hoje repercute justamente isso.

Ora, Excelências, o art. 151 da Constituição da República Federativa do Brasil impera que, apesar de em questões tributárias o Estado não poder diferenciar os entes, o mesmo artigo autoriza o tratamento diferenciado para a promoção de desenvolvimento social e econômico — estão postas as bases para a extrafiscalidade do tributo.

Na Zona Franca de Manaus, a extrafiscalidade é a regra e não há exceção. Quando analisamos os objetivos lógicos de existir um polo incentivado especial, sua criação não foi para abarrotar os cofres



do Estado com o dinheiro dos investidores a partir da arrecadação tributária. Pelo contrário, a ideia foi reduzir a carga tributária numa região distante dos centros consumidores para promover uma dinâmica econômica naquela região.

Quando, em qualquer discussão de planejamento fiscal do Estado brasileiro, o princípio da extrafiscalidade for esquecido, estaremos falindo o modelo de desenvolvimento regional social e econômico de um país continental com desigualdades regionais tão profundas. Não há que se falar em um único Brasil tributário. Temos cinco Regiões distintas e dentro delas as mais diversas variações de atividades.

É bem verdade que o rombo nas contas públicas cresceu nos últimos anos, mas isso não foi responsabilidade dos investidores da zona franca ou da fruticultura no Nordeste ou do agronegócio no Centro-Oeste ou da metalurgia no Sudeste. Enfim, temos muitos Brasis dentro deste Brasil e precisamos tratar essas diferenças de forma diferente.

Se, por um lado, a renúncia fiscal brasileira aumentou, ou como preferir, em gasto tributário — um gasto que não se efetiva na realidade —, a Zona Franca de Manaus nos últimos 10 anos reduziu sua relativa participação nesse gasto de pouco mais de 17% para 8%. Então não há que se falar em eficiência do gasto tributário para a zona franca, visto que os números apresentam a produtividade do setor industrial, comercial e de serviços nessa porção do planeta.

Senhores, a Zona Franca de Manaus é composta por cinco Estados: Acre, Rondônia, Amapá, Roraima e Amazonas. No ano de 2017, sua renúncia fiscal foi de pouco mais de 24 bilhões de reais. Contudo, considerando a arrecadação federal do Estado do Amazonas, e somente somada a arrecadação do Estado do Amazonas com tributos estaduais e a arrecadação da Prefeitura de Manaus, o Estado brasileiro arrecadou, pela dinâmica econômica produzida lá no Polo Industrial de Manaus, a monta de 31,82 bilhões de reais. Arrecadou muito mais do que concedeu de renúncia fiscal.

Ademais, a análise ignora algumas especificidades a que o Estado do Amazonas está submetido.

A primeira delas, nos imóveis rurais do Amazonas em áreas de floresta, a reserva legal é de 80%. Portanto, só 20% da área pode ser economicamente explorada, os 80% restantes têm que permanecer com cobertura vegetal nativa.

Enquanto isso, para o restante do País a reserva legal é de apenas 20%, podendo haver exploração econômica de 80%.

Prestem atenção neste dado: no Brasil inteiro, é preciso manter apenas 20% de áreas de florestas intactas, no Amazonas, é preciso manter 80%. Obviamente, a capacidade de exploração econômica dessas áreas é muito menor no Amazonas e, por isso, se justificam medidas compensatórias.

Fora isso, o Amazonas tem 16,97% do seu território em 119 Unidades de Conservação Federais, e 12,3 em Unidade de Conservação Estaduais, totalizando 29,10 do território do Estado.

O Amazonas tem dez Municípios entre os 52 piores IDHs do País.

Portanto, não aceito o tratamento do tributo pelo viés apenas fiscal, quando o Estado é incapaz de ser eficiente na promoção do desenvolvimento regional. É concedendo incentivos que ele alimenta o setor privado para investir.

Sou advogado por formação, mas aqui me empresto a frase de um economista para concluir esta fala, Gregory Mankiw: *"As pessoas reagem a incentivos"*. E a economia também reage, como tem



escrito reiteradamente Lawrence Samy, ex-Secretário do Tesouro Americano, doutor em Harvard. A economia também reage a incentivos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - Com a palavra o Deputado Marcelo Nilo.

O SR. MARCELO NILO (PSB - BA. Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente do Congresso Nacional, Deputado Marcos Pereira, Sras. e Srs. Deputados, hoje o Brasil amanheceu muito preocupado com as palavras do Ministro da Economia, Paulo Guedes, ameaçando indiretamente, ou talvez diretamente, a volta do AI-5.

Há 3, 4 meses, o Líder do PSL, filho do Presidente da República, Deputado Eduardo Bolsonaro, também ameaçou a volta do AI-5, quando foi repudiado praticamente à unanimidade pelo Congresso Nacional e pelo povo brasileiro.

O Eduardo Bolsonaro falou isso, mas o Brasil não levou a sério, porque ele mesmo disse que precisava apenas de um soldado e de um jipe para fechar o Supremo Tribunal Federal.

O Ministro da Economia é o responsável por administrar e gerir a política econômica do nosso País, uma vez que o Presidente Jair Messias disse por diversas vezes que não entende de economia e que o Paulo Guedes é quem comanda essa Pasta importante. Esse Ministro, que deveria trabalhar no sentido da paz na área política e na área econômica, fala alto e bom som sobre a volta do AI-5. Talvez tenha dito isso para esconder as suas palavras sobre a aprovação da reforma da Previdência, que o investidor estrangeiro voltaria para o nosso País; talvez tenha dito isso para esconder a alta do dólar; talvez tenha dito isso para esconder a alta do combustível, porque, sem dúvida nenhuma, quando sobe o combustível, praticamente sobem todos os preços no nosso querido País.

Sr. Presidente, quero repudiar essas palavras irresponsáveis do Ministro da Economia, Sr. Paulo Guedes, que falou da volta AI-5, do fechamento desta Casa, do Congresso Nacional, da volta da ditadura, da tortura. É isso que o Governo Bolsonaro quer? O filho falou isso; o Ministro da Economia falou isso; o General Heleno fala isso. Há uma arquitetura para a volta da ditadura ou as pessoas não estão preparadas para ficar nos cargos para os quais foram nomeadas pelo Presidente Jair Messias?

Presidente Marcos Pereira, quero repudiar isso. Quero que isso fique registrado nos Anais desta Casa do Povo, desta Casa de Leis.

O Ministro da Economia do Brasil, Paulo Guedes, vai aos Estados Unidos. É por isso que o jornalista Lauro Jardim disse hoje que há uma pesquisa que diz que as condições positivas do País estão caindo nos outros países, que a credibilidade na nossa economia está caindo em outros países. É por isso que o Brasil vive uma crise constante. Um Presidente que foi eleito pelo povo, nós o reconhecemos, mesmo com *fake news*, mesmo com facada, mesmo adotando uma política de volta ao autoritarismo. Ele foi eleito pelo povo. Nós reconhecemos que ele é o Presidente da República, mas não podemos aceitar que ele se utilize de terceiros — do filho, do Ministro da Economia, do General Heleno, próximo ao seu gabinete — para defender à volta da ditadura, para defender o AI-5. O AI-5 significa o fechamento dessa Casa, o AI-5 significa a volta da tortura, o AI-5 significa a volta do autoritarismo, da prepotência, da arrogância daqueles que querem comandar o País sem terem tido voto.



Deixo registrado na Casa do povo: Paulo Guedes, você, além de despreparado, foi muito infeliz com essa frase.

Concluo, agradecendo muito ao Presidente desta Sessão do Congresso.

Muito obrigado pela tolerância, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - Tem a palavra o Deputado Bibó Nunes, por 1 minuto. Depois falará o Deputado Marcel Van Hattem.

O SR. BIBO NUNES (PSL - RS. Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) - Digníssimo Presidente Marcos Pereira, eu fico estupefato e surpreso de ver alguns Parlamentares virem a esta tribuna tentar incutir a ideia de que o Governo Bolsonaro está pedindo a volta da ditadura.

Eu sou do Governo Bolsonaro e digo aqui que eu sou contra a ditadura, sou contra qualquer tipo de ditadura. Então, não venham com essa história de que ele quer isso. Essa mancha não existe. O Presidente Bolsonaro ganhou no voto, é um democrata. Não há nada que diga que as atitudes dele são ditatoriais.

O que mais me surpreende é que os Deputados que vêm à tribuna e dizem que são contra a ditadura apoiam Cuba, apoiam a Venezuela. Com que moral vêm a esta tribuna? Eles apoiam ditadores e se dizem contra a ditadura.

Eu sou contra a ditadura e apoio o democrata, que é Bolsonaro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - Tem a palavra o Deputado Marcel Van Hattem, por 1 minuto.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, caros colegas Deputados, como bem observou V.Exa. e os demais colegas, aguardei diligentemente até que chegasse a minha oportunidade de falar nesta tarde de terça-feira, em Brasília, na Sessão do Congresso Nacional.

Faço questão de utilizar este momento na tribuna para lamentar a decisão tomada nesta manhã na residência oficial do Senado, Deputado Alexis Fonteyne, que está revoltando o povo brasileiro. Refiro-me à decisão de jogar para as calendas gregas, como se diz no vocabulário popular, para o próximo ano, a aprovação de uma mudança na nossa Constituição que garante a previsão de condenação e prisão em segunda instância, Deputado Bibó Nunes. É uma vergonha os Líderes desta Casa, em maioria — é verdade que houve divergência, e, é claro, o NOVO divergiu frontalmente dessa decisão —, terem decidido não dar andamento ao projeto de lei do Senado que garantiria a prisão em segunda instância, tanto dos que foram soltos após a lamentável decisão do STF quanto daqueles que vierem a ser condenados em segunda instância nos próximos dias e nos próximos meses.

Sr. Presidente, faço questão de fazer esse desabafo aqui da tribuna, porque nós do Partido Novo estamos colhendo assinaturas para que venha a este plenário e tramite, em regime de urgência urgentíssima, o projeto de lei do Deputado Gilson Marques, que dispõe sobre a alteração do art. 283 do CPP, a fim de garantir, mais uma vez, em segunda instância, a prisão de assassinos, de traficantes, de criminosos perigosos que estão sendo soltos.

A sociedade brasileira não pode conviver com essa insegurança. Não se trata apenas da insegurança jurídica do Supremo Tribunal Federal, que, ora tem uma opinião, ora tem outra, que decide por margens estreitas de 6 a 5 e coloca a sociedade numa insegurança jurídica tremenda.



Não só a insegurança jurídica nos preocupa, mas também a insegurança pública. Esta nos preocupa muito: a insegurança de sabermos que a partir de agora já estamos rodeados, nas ruas, por criminosos, assassinos e traficantes que estão soltos. Esta Casa decidiu, pela maioria de seus Líderes, nada fazer até que seja aprovada uma PEC.

Sabemos que a proposta de emenda à Constituição é importante — é claro que é! Precisamos garantir, na Constituição da República Federativa do Brasil, que nunca mais decisões como as tomadas pelo STF, há poucos dias, voltem a ser realidade.

Nós tivemos do mesmo STF uma sinalização clara. Aliás, não foi apenas uma sinalização, foi uma conclamação. O Supremo Tribunal Federal, no popular, passou a bola de volta para o Parlamento, nos votos de Dias Toffoli e de Rosa Weber, garantido que uma mudança no CPP, por vias infraconstitucionais, não seria entendida como uma afronta ao Supremo Tribunal Federal. Ao contrário, caso questionada no Supremo, garantiria que esta lei seria declarada constitucional e teríamos assim uma aprovação, talvez por margem estreita de 6 a 5, ou, entendo eu, por 7 a 4, conforme os votos de Rosa Weber e de Dias Toffoli, a favor de que voltassem à cadeia aqueles que foram soltos e que passassem a ser presos aqueles que vierem a ser condenados em segunda instância daqui para frente.

No entanto, Sr. Presidente, precisamos nos perguntar: a quem interessa que esta Casa não tome uma atitude clara, imediata, rápida para que bandidos voltem à cadeia? A quem interessa, Sr. Presidente, caros colegas Deputados, que esta Casa jogue para o ano que vem a decisão de uma alteração na Constituição, que nos garantirá um 11 a 0, no Supremo Tribunal Federal, o que é, sim, muito importante. A quem interessa isso? Certamente não interessa ao brasileiro trabalhador, cumpridor das leis, honesto. Certamente não interessa à sociedade brasileira, que quer mais segurança pública. Certamente não interessa ao brasileiro, que quer uma política diferente, mais clara, honesta, transparente e de representação do que a sociedade busca.

Então, Sr. Presidente, se não interessa à sociedade brasileira, quem este Parlamento — ou pelo menos os seus Líderes — está representando? Precisamos mudar esse quadro.

Por isso, fazemos um apelo aos colegas Deputados, para que assinem o nosso pedido de regime de urgência urgentíssima, para que se paute o quanto antes nesta Casa a mudança no CPP, para que os bandidos criminosos soltos voltem à cadeia, para que aqueles que vierem a ser condenados também cumpram pena depois da condenação em segunda instância. Isso já é suficiente para que seja declarada a culpa.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - Concedo a palavra ao Deputado Mauro Nazif, por 1 minuto.

O SR. MAURO NAZIF (PSB - RO. Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, faço registro hoje do falecimento do Sr. Euro Tourinho, no Município de Porto Velho, Capital de Rondônia.

Era um senhor de 97 anos, um dos grandes pioneiros do jornalismo no País. Foram 67 anos fazendo jornalismo. Certamente hoje, e neste momento, ele já está ao lado de Deus. Ele deixou um grande legado, um legado não apenas para sua família, mas também para pais, para mães e para todos nós de Porto Velho e do Estado Rondônia.

Tenho dito.



Meus sentimentos a toda a família.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - Concedo a palavra ao Deputado Charles Fernandes.

O SR. CHARLES FERNANDES (PSD - BA. Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Marcos Pereira, venho hoje a esta tribuna para trazer a grande preocupação dos educadores e dos Prefeitos de todo o País com relação ao FUNDEB.

Todos nós sabemos que o FUNDEB encerra-se, por lei, no ano de 2020. Até agora o Senado e a Câmara não definiram as melhores propostas para a manutenção do FUNDEB, que tem vencimento agora em 2020.

Hoje o FUNDEB é extremamente importante para a educação no nosso País. Eu fui Vereador, Secretário Municipal de Educação, Prefeito na minha cidade Guanambi e sei o quanto é importante esse fundo para a educação neste momento difícil por que vêm passando os nossos Prefeitos.

Hoje, por exemplo, o Prefeito da cidade de Guanambi, Jairo Magalhães, não consegue mais com FUNDEB pagar a folha de pagamento dos professores. É claro que precisamos continuar valorizando a parte salarial dos nossos professores, mas também precisamos continuar melhorando e modernizando as nossas escolas, o ensino fundamental, o ensino Infantil.

Trazemos essa preocupação justamente porque, até o momento, final do ano de 2019, ainda não houve um acordo entre as duas Casas no sentido de como será o FUNDEB para os próximos anos. Isso causa preocupação até mesmo nos educadores do nosso País, que ficam sempre nos perguntando: "*E aí, Deputado, o que vai acontecer com o FUNDEB?*". Essa também é a grande preocupação de nós desta Casa, que queremos resolver isso o quanto antes, porque o FUNDEB, eu repito, é de extrema necessidade para a educação básica do nosso País.

Nós estamos levantando essa preocupação aqui hoje para que o Presidente Davi Alcolumbre e o Presidente Rodrigo Maia possam chegar o mais rápido possível, junto com todos os Líderes das duas Casas, a esse entendimento, que é tanto do Senado como da Câmara, sobre a necessidade da permanência do FUNDEB em nosso País.

Portanto, trago essa preocupação aqui hoje para que possamos ter esse entendimento ainda neste final de ano, nas últimas sessões que ainda restam, para que possamos entrar 2020 já com uma definição e levar uma tranquilidade para todos os educadores do nosso País e também para os Prefeitos, que andam hoje sem condições de pagar a folha salarial dos nossos professores e esperam o mês seguinte para conseguir fazê-lo. É essa a preocupação que nós estamos trazendo aqui hoje a esta Casa, Presidente Marcos Pereira.

Quero trazer aqui outro tema, que tem relação com o DNIT, a BR-030. Começou o período chuvoso no sudoeste da Bahia. Há mais de 1 ano, na BR-030, estão fazendo o entroncamento da cidade de Iuiú até a cidade de Malhada, que atravessa o São Francisco através de uma ponte para Carinhanha, e até o momento não resolveram isso, as obras estão paradas. O mesmo acontece com o anel viário: foi feita uma intervenção no Município de Guanambi, e até o hoje o DNIT não conseguiu resolver. As obras estão paradas, trazendo transtorno para a nossa cidade. Os caminhões que saem da BR-122 para chegar à BR-030 estão trafegando por dentro de Guanambi, trazendo um grande transtorno para a nossa cidade.



Registro nossa preocupação com esses dois assuntos que nós estamos trazendo aqui hoje, Sr. Presidente.

Quero agradecer a V.Exa. por este espaço e pedir que este nosso pronunciamento seja divulgado nos meios de comunicação desta Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - Será concedido o pedido de V.Exa.

Enquanto o Deputado Nilto Tato se dirige à tribuna, tem a palavra o Deputado Frei Anastacio Ribeiro, por 1 minuto.

O SR. FREI ANASTACIO RIBEIRO (PT - PB. Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Marcos Pereira, é uma vergonha, é incalculável o estrago que o Governo Federal, por meio da política de repressão e intimidação, quer causar ao nosso País.

Ao anunciar o uso das Forças Armadas para reintegração de posse no campo, Jair Bolsonaro tenta implantar a política do terror e criminalizar os movimentos sociais. Isso é um ato de intimidação que não deveria nem existir neste País. Ainda deu a entender que está fazendo isso porque os Governadores estão protelando as reintegrações de posse.

Com isso, Bolsonaro instiga o uso das Forças Armadas para matar trabalhadores do campo. Aperta o gatilho contra o trabalhador rural, mas aos ricos e banqueiros estende os braços para enriquecê-los ainda mais. Jair Bolsonaro promove um rompimento do Estado Democrático de Direito e autoriza com esta medida o extermínio. Além disso, está autorizando um banho de sangue, algo que não vemos desde a ditadura.

Por isso, quero denunciar neste plenário este Governo, que se alicerça no massacre aos pobres. Não podemos nos deixar levar pelo ódio aos pobres. Nosso País é alicerçado na democracia. O uso das Forças Armadas para reprimir o povo e servir...

Sr. Presidente, solicito que esta minha fala seja publicada nos meios de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO FREI ANASTACIO RIBEIRO.

(Inserido nos termos do art. 203 do Regimento Interno do Senado Federal, primeiro subsidiário do Regimento Comum.) (Vide item 3.1.1 do Sumário)

(Durante o discurso do Sr. Frei Anastacio Ribeiro, o Sr. Marcos Pereira, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Gilberto Abramo.)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Abramo. REPUBLICANOS - MG) - Tem a palavra o Deputado Nilto Tato.

O SR. NILTO TATTO (PT - SP. Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Presidente Bolsonaro tem anunciado e divulgado na imprensa que quer utilizar operações de GLO — Garantia da Lei e da Ordem para atuação em reintegração de posse. Ele faz isso para agradar os proprietários rurais. Ele quer enviar um projeto de lei desse tipo de ação aqui para esta Casa e, assim, usar o Exército e a Polícia Federal para dissolver ocupações.



Constitucionalmente, a GLO é adotada nos casos onde há esgotamento das forças tradicionais de segurança pública — a Polícia Militar, as Polícias Civis — de responsabilidade dos Governos de Estado. Seriam, então, todos os Governadores brasileiros incapazes de garantir a segurança de uma ação de reintegração de posse? Essa é a pergunta que fica. Os Governadores devem dizer se querem abdicar dessa responsabilidade.

Além disso, o Presidente quer institucionalizar a licença para matar no campo ao dizer que, dentro das propriedades, o Estado permitirá qualquer ação na defesa da propriedade privada. É a legalização da violência do Estado contra quem luta pela reforma agrária, por exemplo. Quem é pobre e deseja ter acesso a terra no Brasil de forma oficial será tratado como criminoso, alguém que merece ser morto, que deve ser morto. É essa a filosofia que está por trás dessa intenção do Governo Bolsonaro.

A pergunta que se faz é: Bolsonaro pretende usar essa GLO para expulsar grileiros e madeireiros que invadem terras indígenas, territórios quilombolas ou áreas da União ocupadas ilegalmente? Ou esses criminosos continuarão tendo benevolência do Estado, do Governo Bolsonaro? Eu pergunto aqui: ele vai usar a GLO para tirar os garimpeiros lá da Terra Indígena Yanomami? Ele vai usar a GLO para tirar os invasores criminosos que estão dentro do Projeto de Desenvolvimento Sustentável Esperança, aquele de Irmã Dorothy Stang? Ele vai usar a GLO para reintegrar as terras ocupadas pela Cutrale para grilagem lá em São Paulo, na região de Monções? Vai enfrentar a Cutrale?

A verdade é que medidas como essa e o excludente de ilicitude, tão saudadas por alguns Parlamentares desta Casa, serão usadas como instrumento para descarregar balas em quem se manifestar contra o Governo, alegando-se depois escusável emoção, ou ainda para assassinar quem contrariar interesses de latifundiários.

Aqui nesta Casa há quem defenda a volta do AI-5. Agora mesmo, o Ministro a serviço dos banqueiros também defendeu publicamente isso, se necessário. Se o povo brasileiro se revoltar contra o aumento da miséria, da fome e do desemprego que vem sendo causado pelo Governo Bolsonaro e por seu Ministro Guedes e, por acaso, se manifestar contra isso, vai-se usar o AI-5?

Eu digo aos colegas Parlamentares tanto da Câmara como do Senado que aquilo que a Polícia Civil está fazendo hoje lá em Alter do Chão, no Pará, é uma operação para criminalizar uma organização não governamental. Em relação a isso e às ideias em defesa do AI-5, eu falo especialmente aos Parlamentares que às vezes usam esta tribuna não para defender o povo, mas para defender as suas igrejas, o seguinte: hoje, estão criminalizando os movimentos populares, partidos de esquerda, progressistas, ONGs; amanhã, não na hora da merenda, mas na hora do café da manhã, vão também criminalizar as igrejas. Continuem apoiando esse tipo de ação, que, com certeza, o fascismo vai crescer, e não vai sobrar mais nada para ninguém.

Gostaria que este pronunciamento fosse divulgado nos meios de comunicação da Casa, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Abramo. REPUBLICANOS - MG) - Que assim se proceda.

Tem a palavra o Deputado Fábio Henrique.

O SR. FÁBIO HENRIQUE (PDT - SE. Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, neste momento de tantos questionamentos e críticas ao Poder Judiciário brasileiro, as boas práticas também devem ser reconhecidas e elogiadas.

O Tribunal de Justiça do meu Estado, Sergipe, foi eleito o melhor Tribunal de Justiça Estadual do Brasil. Na noite de ontem, segunda-feira, dia 25, ocorreu em Maceió, Capital de Alagoas, o VIII



Encontro Nacional do Poder Judiciário, e a abertura do evento foi realizada pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Dias Toffoli, e o Corregedor Nacional de Justiça, Humberto Martins. Nessa solenidade, foram divulgados os vencedores do Prêmio CNJ de Qualidade. O Tribunal de Justiça de Sergipe foi reconhecido como o melhor Tribunal de Justiça Estadual do Brasil e também conquistou, pelo terceiro ano consecutivo, o Selo Diamante.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, o Prêmio CNJ de Qualidade avalia os tribunais brasileiros e os condecora pela excelência na gestão e planejamento, na organização administrativa e judiciária, na sistematização e disseminação das informações e na produtividade, sob a ótica da prestação jurisdicional.

Eu gostaria, Sr. Presidente, de, em nome do Desembargador Osório de Araújo Ramos, que é o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, e de todos os demais desembargadores, juízes e servidores do Poder Judiciário do meu Estado, dizer da alegria de ser sergipano e ver o Tribunal de Justiça do meu Estado sendo reconhecido como o melhor Tribunal de Justiça do Brasil na avaliação e premiação feitas ontem em Maceió, Capital de Alagoas.

A todos aqueles que fazem o Tribunal de Justiça de Sergipe, o nosso reconhecimento e o nosso carinhoso abraço.

Sr. Presidente, provavelmente, na sessão de amanhã, nós vamos analisar e votar PLNs. E eu queria chamar a atenção para dois deles: PLN 42 e PLN 48. Os dois levarão recursos, aproximadamente 65 milhões de reais, para a conclusão de uma das maiores vergonhas patrocinadas pelo poder público neste País. Refiro-me às obras de duplicação da BR-101 no Estado de Sergipe. Digo que é uma vergonha porque essa obra começou em 1994, no Governo do então Presidente Fernando Henrique Cardoso. De lá para cá, muito pouco foi feito, e há trechos que são criminosos, um verdadeiro crime contra a sociedade brasileira e contra a sociedade sergipana. Pessoas e famílias arriscam diariamente a vida para transitar pela BR-101. Há mais de 25 anos essa obra está se arrastando.

E eu queria, por dever de justiça, fazer aqui um agradecimento ao Presidente do Congresso Nacional, Senador Davi Alcolumbre, que, em visita ao Estado de Sergipe, quando estava no exercício da Presidência da República, assumiu o compromisso de aportar recursos para a conclusão da BR ou pelo menos do trecho criminoso, que é de Pedra Branca, em Laranjeiras, até à cidade de Propriá, na divisa com o Estado de Alagoas.

Portanto, aqui fica o apelo para que este Congresso Nacional vote esses dois PLNs, para que esse recurso chegue ao Estado de Sergipe e essa vergonha nacional, uma obra que há 25 anos se arrasta e que ninguém teve coragem de concluir, seja concluída. É um trecho de apenas 200 quilômetros, que fica no menor Estado brasileiro. Há 25 anos essa obra se arrasta.

Por fim, Sr. Presidente, agradecendo a generosidade do Deputado Marcos Pereira, quero dizer também que estamos aqui somados aos assistentes sociais e psicólogos de todo o Brasil para derrubar o Veto nº 37, para que as crianças das escolas públicas deste País possam ter um acompanhamento mais digno, para evitar que problemas maiores possam acontecer. Derrubada já do Veto nº 37!

Sr. Presidente, gostaria que o meu discurso fosse divulgado nos meios de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - Obrigado, Deputado Fábio Henrique. A solicitação de V.Exa. será atendida.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO FÁBIO HENRIQUE.

(Inserido nos termos do art. 203 do Regimento Interno do Senado Federal, primeiro subsidiário do Regimento Comum.) (Vide item 3.1.1 do Sumário)

(Durante o discurso do Sr. Fábio Henrique, o Sr. Gilberto Abramo deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Marcos Pereira, 1º Vice-Presidente.)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - Concedo a palavra ao Deputado Bibó Nunes, por 5 minutos.

O SR. BIBO NUNES (PSL - RS. Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) - Digníssimo Presidente Marcos Pereira, nobres colegas, é uma satisfação estar mais uma vez nesta tribuna.

Eu me surpreendi com o grande número de Parlamentares que vieram à tribuna tentar dar a ideia de que o Governo Bolsonaro quer o AI-5, que o Governo Bolsonaro quer a ditadura. Eles não sabem que o Governo Bolsonaro ganhou a eleição democraticamente com 57 milhões de votos? Vai ser a primeira vez na história da humanidade que alguém se elege e vai pedir ditadura. O que é isso? Estão brincando?

É aquela velha história: mitômanos na esquerda, mitômanos! Eles acreditam na própria mentira. Mentem, mentem, mentem, e querem acreditar. Só que aqui ninguém está para bobo. Aqui todos sabem que poste não faz xixi em cachorro. Então, essa história passou, é superada. E o mais importante, vêm aqui cheios de trejeitos, que a ditadura não pode voltar, "*odeio a ditadura*", "*AI-5 jamais*", quando esses Parlamentares são os principais a apoiar ditaduras como Cuba. Apoiam o ditador Maduro na Venezuela.

Com que moral vêm aqui, se nem cueca têm — estão nus moralmente —, para tentar impingir que o Governo Bolsonaro, que é um Governo democrático, eleito democraticamente, esteja pensando em ditadura? Por favor! Esta Oposição está pensando que não existe gente aqui com raciocínio para combater esse tipo de coisa, ou pensam que a população brasileira é tão ingênua para não entender que não tem fundamento o que falam, não tem propósito aquilo de que acusam.

E, ao falar em ditadura, fiquem sabendo muito da diferença. Eu sou totalmente favorável à exclusão de ilicitude, e explico como: exclusão de ilicitude onde policial pode matar. Mas onde? Onde o policial estiver em combate aberto, em guerra aberta. Não é um passe livre para matar. Não é um policial chegar a uma batida de carros dando tiro. Não. Não é em qualquer lugar. Exclusão de ilicitude só onde estiver em guerra. E quem não sabe o que é guerra vá ver qualquer filme de guerra que entenderá. Na guerra, há tiro pelas costas e pelo lado. E vai o policial ficar ali com jeitinho? O bandido não respeita; o bandido atira para matar. E o policial, esse que está defendendo a vida de todos nós, tem que ser respeitado.

E se é para morrer alguém no combate, que morra o bandido, porque o bem está acima de tudo e deve ser respeitado. Acabou aquele tempo em que respeitavam o bandido e acusavam a polícia.



Estamos vivendo novos tempos neste País, em que se está voltando à normalidade democrática, à liberdade e à segurança dos cidadãos de bem.

Surpreende-me ainda quando se fala em prisão em 2ª instância. O Deputado Marcel esteve aqui indignado, porque parece que deixaram para o ano que vem a prisão em 2ª instância. Eu sou a favor de prisão em 1ª instância: cometeu um crime, tem que ser punido. O que falta no Brasil é punibilidade. Não há respeito pela Justiça, não há respeito pela prisão. Por quê? O mais forte vai lá, põe dinheiro e se liberta. Isso acabou. Cometeu um crime, vai preso. Essa é a Justiça para amarelo, para índio, para branco, para negro, gordo ou magro.

Para quem não sabe, o lugar mais democrático que existe é o presídio. Para o presídio só vai quem quer. Basta não matar, não estuprar, não roubar, que não vai para o presídio.

E como é que se tem medo do presídio? O presídio não é um local confortável, não é um *spa*; o presídio é para sofrer pelos crimes que cometeu contra a sociedade.

Então eu sou a favor da exclusão de ilicitude, mas em casos de guerra declarada, guerra aberta. Não permito que um policial mate um inocente por qualquer coisa. Deu um probleminha, sai atirando? Não! Só em caso de guerra. E sabem o que é guerra? Vão a uma favela no Rio de Janeiro! É bala para todo lado, todos tentam sobreviver, principalmente aquele que sai de casa todo dia para defender a sua vida colocando a dele em jogo.

Não estou dizendo aqui que toda polícia é correta. Há policiais corruptos. Há jornalistas corruptos. Há comunicadores corruptos. Mas nós temos que pensar no bem e no melhor para todos.

Portanto, deixo aqui bem claro: eu pertencço ao Governo Bolsonaro e sou totalmente contrário a qualquer tipo de ditadura! Ditadura comigo, em hipótese alguma! E eu sou do Bolsonaro!

Então, parem com essa história de querer enganar a população, principalmente quando são políticos de esquerda que defendem aqui Cuba, Venezuela e outras ditaduras. Esses não têm moral para vir aqui falar de ditadura!

Nós somos contra a ditadura, somos a favor da democracia. E Bolsonaro venceu a eleição, democraticamente, com mais de 57 milhões de votos.

Democracia sempre!

Grato, nobre Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - Com a palavra a Deputada Silvia Cristina, por 1 minuto.

A SRA. SILVIA CRISTINA (PDT - RO. Para uma breve comunicação. Sem revisão da oradora.) - Deputado Marcos Pereira, utilizo a tribuna para falar sobre uma preocupação. Hoje, centenas, milhares de pessoas estão mobilizadas nesta Casa, no Auditório Nereu Ramos. Elas fazem uma mobilização para a assistência social.

Recurso que deveria estar acampado para ajudar pessoas que tanto precisam infelizmente ainda não foi alocado. Então nós precisamos avançar nos trabalhos aqui. Existe a Proposta de Emenda à Constituição nº 383, de 2017, para realmente atender, com pelo menos 750 milhões de reais, o orçamento do Sistema Único de Assistência Social — SUAS, para pagar dívidas do ano passado inclusive.

Na cidade onde eu moro, recurso que deveria ter sido pago no mês de outubro foi pago agora, no mês de novembro. E o Sistema Único de Assistência Social precisa desse recurso.



Então, nós precisamos caminhar para a frente, porque a assistência social merece essa atenção.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - Obrigado, Deputada Silvia. Concedo a palavra ao Deputado Marcon.

O SR. MARCON (PT - RS. Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, em primeiro lugar, quero aqui prestar a nossa solidariedade à militância do PT e também à família, filha, filhos, esposa do nosso companheiro Clóvis Ilgenfritz. Ele foi Presidente do PT do Rio Grande do Sul, fundador do PT, Deputado Federal, nesta Casa, Vereador de Porto Alegre, Secretário de Estado. Ele veio a falecer no último domingo. Eu estive no velório, realizado na Câmara de Vereadores.

Que o exemplo do nosso companheiro Clóvis sirva para todos os políticos brasileiros, para os políticos gaúchos.

Nossa solidariedade à família, aos militantes do PT, pelo falecimento desse grande companheiro, humilde, sério, mas firme no seu projeto e na convicção que sempre teve! De onde está, ele pode acompanhar a boa política brasileira.

O segundo assunto que me traz a esta tribuna é o perigo de ser brasileiro com esse Governo Bolsonaro, Governo que vem amedrontando o povo brasileiro, chantageando o povo brasileiro com a Garantia da Lei e da Ordem. Eu digo que a melhor lei e a melhor ordem que o Bolsonaro pode fazer é uma que garanta que o povo brasileiro possa comer três vezes por dia. Não tem coisa melhor do que um ser humano, quando está com fome, poder se direcionar aonde tem comida. Não tem coisa melhor do que um brasileiro, quando está com sede, poder tomar água.

Este Governo não está nem aí para os pobres, para os trabalhadores. Ao contrário, Sr. Presidente, está fazendo lei para tirar dos trabalhadores direitos conquistados há muitos anos, com luta, sofrimento, sacrifício.

Agora, o trator do tal de Bolsonaro passa por cima dos trabalhadores. Ele quer fazer essa lei porque tem medo do Lula. Mas o Lula não deveria causar medo a ninguém. O Lula é um cidadão brasileiro que está indignado, como todos aqueles que conquistaram o seu direito e agora veem a patrula passar por cima. Está indignado com a fome, com o desemprego que este País está vivendo.

Aí o filho do Bolsonaro fala do AI-5. O Paulo Guedes, que para mim quer implementar no Brasil o laboratório do Chile, ele que esteve no Governo Pinochet, esteve lá com os americanos... Claro, claro que este Governo Bolsonaro tem que prestar contas ao Trump. O Trump é que dá linha, para ele aqui no Brasil fazer o que bem entende.

Bolsonaro, pare de amedrontar o povo brasileiro! Bolsonaro, pare de gerar desemprego, de quebrar empresa! Essa lei você quer fazer por medo dos sem-terra. Não tem reforma agrária neste País! O INCRA, seja aqui em Brasília, seja lá no Rio Grande do Sul, virou uma tapera velha, virou um prédio que não funciona, porque não tem gente para exercer política e não tem política para a reforma agrária. Não existe neste País política para a agricultura familiar, para os quilombolas, para os indígenas, para os pescadores artesanais, para aqueles que querem casa, para o Programa Minha Casa, Minha Vida. Querem acabar com o ProUni, querem acabar com a educação, com o Sistema Único de Saúde.

Bolsonaro tem medo, e agora quer fazer lei para que a nossa liderança e o povo cale a boca. O povo se cala quando tem a barriga cheia de comida, quando tem água, quando tem um teto para morar. É isso, Bolsonaro, que o povo brasileiro espera de ti!



Sr. Presidente, eu gostaria de divulgar no programa *A Voz do Brasil* os meus dois discursos.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - Deferido.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO MARCON

(Inserido nos termos do art. 203 do Regimento Interno do Senado Federal, primeiro subsidiário do Regimento Comum.) (Vide item 3.1.1 do Sumário)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - Com a palavra o Deputado General Girão. Depois falarão os Deputados Daniel Almeida e Ivan Valente.

O SR. GENERAL GIRÃO (PSL - RN. Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, demais presentes neste plenário, eu gostaria de iniciar pedindo que as nossas palavras aqui sejam publicadas no programa *A Voz do Brasil*, porque acredito que estaremos representando a maioria da população brasileira ao falar sobre essa jogada que está sendo feita, como já disse aqui o Deputado Bibó Nunes, de se dizer que Bolsonaro está instigando o AI-5, que o Governo está instigando o AI-5.

De maneira nenhuma existe essa vontade. O que existe, sim, é que o Brasil, já há décadas, não faz reforma agrária. O que existe, sim, é uma quantidade enorme de processos de reintegração de posse, por invasões seguidas e sequenciadas, que causam esse pânico, esse terror no campo. Os movimentos sociais que fazem as ocupações de terra chegaram a um ponto tal, Deputado Bibó Nunes, que são classificados como movimentos que praticam o terror. E o que são movimentos que praticam o terror? São movimentos terroristas. Essa é uma grande verdade que estamos vivenciando.

A Justiça determina a reintegração de posse. Eu, como fui Secretário de Segurança no Estado durante dois Governos e também, durante um período, no Município, acostumei-me a ver mandados judiciais de reintegração de posse não poderem ser cumpridos, ou porque o Governador não tinha condição, ou porque a polícia não conseguia negociar, enfim, porque não queriam, porque não querem. Isso causou esse caldo grosso de inquietação no campo que não se pode permitir que continue.

Reconheço — reconhecemos — que existem instrumentos na aplicação da Garantia da Lei e da Ordem para que o comando fique com as Forças Armadas, mas as forças policiais estarão sempre subordinadas ao comando das Forças Armadas, até porque isso está no art. 142 da Constituição. Na hora em que um comandante de área requisita força policial ao Governador, ele tem a obrigação de ceder. Isso já não aconteceu, recentemente, na Bahia. Lamentamos que o Governador esteja se achando acima da posição do Presidente da República, que determina observância de preceito constitucional de emprego das forças auxiliares, das forças de segurança do seu Estado, como integrantes da Garantia da Lei e da Ordem.

Essas ações, Sr. Presidente, Srs. Deputados, elas precisam, sim, acontecer, para pacificar o campo. O campo não pode continuar assim, com injustiça, com falta de cumprimento das leis e das ordens. Essa necessidade, com certeza absoluta, será atendida logo que as demandas forem apresentadas ao Presidente da República e tudo será muito bem dirigido, com certeza absoluta, pelo Ministro da Defesa, o General Fernando, um companheiro nosso de turma. Nós nos formamos juntos na Academia Militar das Agulhas Negras. Saímos oficiais-generais juntos. Eu tenho certeza absoluta de que o General Fernando é uma pessoa altamente equilibrada e sensata e não vai deixar isso se transformar num problema para o nosso campo. Com certeza absoluta, as Forças Armadas levarão segurança ao campo.



Lamentamos, Deputado Benes Leocádio, que não tenha havido reforma agrária ao longo dos últimos Governos. Eu não vou nem dizer que tipo de Governo nós tivemos, porque não merecem ser adjetivados. Falam tanto em reforma agrária, mas não promoveram a reforma agrária. Isso é lamentável!

Sr. Presidente, eu gostaria de anunciar que realizaremos agora, no Plenário nº 13 — infelizmente, parece que trocaram o plenário —, uma audiência pública para tratarmos da segurança das urnas eletrônicas. Lamentamos que essa audiência pública não tenha tido a atenção que ela merece, porque correremos, sim, o risco de ver, no processo de votação e apuração, o que já está mais do que comprovado, as urnas eletrônicas serem facilmente hackeadas.

Sr. Presidente, por último, dirijo-me a todos os brasileiros que no sábado passado assistiram ao grande embate de futebol do nosso Flamengo com o River Plate, quando o Flamengo conseguiu, de maneira heroica — é a garra do time brasileiro, é a garra do povo brasileiro —, justa e honesta, consagrar-se bicampeão da Taça Libertadores.

Cumprimento toda a Nação Rubro-Negra. Juntos somos, sim, muito mais fortes. Trabalhamos juntos e continuamos juntos rumo à vitória.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - Muito obrigado, Deputado General Girão.

Com a palavra o Sr. Deputado Daniel Almeida, do PCdoB da Bahia.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB - BA. Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, o orador que me antecedeu insinuou que a Bahia necessitaria de ações para garantir a lei e a ordem. Eu quero dizer que a Bahia é um Estado que vive em paz. Tem um Governador — o Governador Rui Costa — que governa o Estado da Bahia de olho no desenvolvimento daquele Estado; na garantia da paz; no respeito ao processo democrático; no diálogo com todas as instituições, respeitando-as; no diálogo com todas as forças políticas, sejam aquelas que compõem a base de sustentação do Governo, que são forças amplas, de diversos partidos — Centro, Centro-Esquerda, Esquerda —, mas com respeito aos partidos da Oposição; no diálogo com o movimento social.

No Governo da Bahia os trabalhadores têm assento e oportunidade de debater e dialogar sobre suas posições e também há diálogo com aqueles que lutam para ter acesso à terra, a fim de fazer a terra produzir. Há respeito ao agricultor familiar, que tem o direito de ter acesso à terra, ter acesso à tecnologia, ter acesso à comercialização do seu produto, ter acesso a financiamento e ter acesso a políticas públicas que reconheçam o papel da agricultura familiar, já que a Bahia é um dos Estados que tem mais agricultores familiares — por isso mesmo, o Governo do Estado criou a Secretaria do Desenvolvimento Rural com o objetivo de ser o canal, o porta-voz, o aglutinador, o estimulador dessas ações e dessas políticas públicas.

Nós não podemos concordar com o projeto de lei que o Bolsonaro encaminha para esta Casa, que, na verdade, seria o primeiro ato institucional autoritário. Querem um pretexto para intervir nos Estados. Em nome da garantia da lei e da ordem, querem promover uma verdadeira intervenção nos Estados.



Eu sei que o Bolsonaro não gosta do Nordeste, que discrimina o Nordeste, que tem preconceito contra nordestino. Eu sei e todos sabem que ele não gosta de pobre nem de trabalhador, que maltrata os trabalhadores. Mas querer justificar intervenção nos Estados a pretexto da garantia da lei e da ordem é absolutamente intolerável.

Os Governos dos Estados sabem das suas atribuições. O Governo Federal quer estabelecer a tal da Garantia da Lei e da Ordem no campo? O que pretende? Ao invés de dar terra para as pessoas trabalharem, dar acesso à tecnologia, quer levar sangue, quer levar violência, quer levar ódio? Não, não é este o caminho.

Aliás, o Brasil deveria ter vergonha da sua trajetória, com uma visão escravocrata que ainda prevalece na mente de muita gente que nunca conseguiu fazer a distribuição de terras — os Estados Unidos fizeram, o Japão fez, a Europa toda fez — para produzir desenvolvimento, transformar a terra num elemento de interesse social, de geração de renda, de atividade produtiva e paz, que é o que as pessoas querem.

A agricultura familiar é fundamental no nosso País. E eles querem levar intervenção, violência, a pretexto de garantir a lei e a ordem. Nós não podemos tolerar esse tipo de prática.

Portanto, queria aqui defender o Governo da Bahia e afirmar a necessidade de nós termos paz neste País, para o que o Brasil tenha desenvolvimento.

Quero, inclusive, Sr. Presidente, dizer que há pouco as centrais sindicais — a CUT, a CTB, a UGT e a Central Sindical —, junto com alguns Parlamentares, estivemos com o Presidente do Congresso, o Senador Davi Alcolumbre, pedindo a ele que devolva a Medida Provisória nº 950, que é um absurdo, um acinte, um desrespeito ao Congresso Nacional. Esta medida provisória foca na agressão aos direitos dos trabalhadores, da organização sindical, do Ministério Público. É um cipoal, um jabuticabal completo de coisas absurdas. Eles colocaram um bocado de jabutis nesta medida provisória.

Portanto, eu peço mais uma vez que se retire esta medida provisória.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - Obrigado, Deputado.

O Deputado Ivan Valente terá a palavra com o tempo de Líder. Antes disso, concedo a palavra, por 1 minuto, ao Sr. Deputado João Daniel e ao Sr. Deputado Camilo Capiberibe. Em seguida eu encerrarei a sessão.

Deputado Glauber Braga, V.Exa. falará na sessão da Câmara, porque eu terei que me ausentar.

Com a palavra o Sr. Deputado João Daniel.

O SR. JOÃO DANIEL (PT - SE. Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria registrar que nós estivemos agora na grande conferência do SUAS que está sendo realizada no Nereu Ramos.

Por intermédio de todas as delegações e das lideranças nacionais, eu quero parabenizar todos os assistentes sociais, homens e mulheres do Brasil inteiro.

Na pessoa de Itanamara Guedes, grande dirigente sergipana, e na pessoa de Márcia Lopes, dirigente nacional, parabenizo todos os gestores, usuários e trabalhadores do SUAS.

Nós não podemos admitir que o SUAS, este projeto importante para o povo brasileiro, seja jogado água abaixo pelo Governo Bolsonaro.

Deixo nosso total apoio à conferência paralela e manifesto nosso total compromisso com o SUAS.



Queria que fossem divulgados meus três pronunciamentos anteriores e este também no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Deputado Marcos Pereira.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - Defiro o pedido de V.Exa.

Deputado Ivan Valente, V.Exa. concede 1 minuto ao Deputado Glauber Braga antes da sua fala?

(Pausa.)

Então, concedo a palavra, por 1 minuto, ao Sr. Deputado Camilo Capiberibe e, em seguida, ao Sr. Deputado Glauber Braga.

O SR. CAMILO CAPIBERIBE (PSB - AP. Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados acaba de aprovar a admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 112, de 2019, de minha autoria, que prevê que nos Estados federados do Brasil a receita entre os Poderes seja repartida conforme o efetivamente arrecadado.

Muitas vezes tem acontecido de o Poder Executivo ser duplamente penalizado quando o Orçamento não se realiza, porque ele não tem o dinheiro que previu que teria e é obrigado a repassar para os demais Poderes os recursos — de acordo com a decisão judicial do Ministro do STF a quem cabe dar a decisão acerca do tema — conforme a previsão orçamentária. Isso é profundamente injusto e desorganiza completamente as finanças estaduais.

Eu quero já solicitar que a PEC tramite com agilidade, para garantir previsibilidade e tranquilidade para os Estados se planejarem e administrarem.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - Obrigado, Deputado Camilo Capiberibe.

Com a palavra o Deputado Glauber Braga.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ. Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

Excludente de ilicitude para GLO é licença para matar manifestantes. É isso que o Governo do Sr. Jair Bolsonaro quer. Nós não podemos aceitar esse tipo de medida que quer fechar o regime e impor a política de medo como fato consumado.

O Sr. Paulo Guedes, mais uma vez, tentando amedrontar o povo brasileiro, cita o AI-5. Mas não tem Paulo Guedes, não tem Sergio Moro, não tem Jair Bolsonaro, não tem ninguém que seja mais forte do que a mobilização do povo contra as medidas autoritárias e a retirada de direitos que esse Governo tenta operar.

Nem Moro, nem Paulo Guedes, nem Bolsonaro estão acima do povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - Com a palavra o Deputado Ivan Valente.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o nosso pronunciamento de hoje é sobre o excludente de ilicitude, que para nós é uma anuência ao extermínio.

No dia 21 de novembro foi mandado para cá um projeto de lei que estabelece o excludente de ilicitude para agentes da Polícia ou das Forças Armadas nas operações de Garantia da Lei e da Ordem,



chamadas GLO, que, na verdade, deveriam ser utilizadas em casos de esgotamento das forças tradicionais de segurança, em casos muito específicos.

Ontem, além deste projeto, o Presidente da República mandou outro, que determina que qualquer desocupação de terra agora será feita por meio de GLO, com o Exército, para trabalhar para o setor privado. Há uma crise de ocupação de terra? Mande o Exército lá com licença para matar! Isso é crime! E mais: vai ser assassinato em massa, com impunidade!

Mais do que isso ainda, nós sabemos que o Sr. Jair Bolsonaro não mandará fazer GLO para desocupar as terras indígenas, tirando de lá os garimpos ilegais e pegando os desmatadores, que ele protege. Isso é para os camponeses, para os lutadores sociais, para os manifestantes.

E o Paulo Guedes hoje propôs novamente, como o Eduardo Bolsonaro, o Ato Institucional nº 5, ou seja, tortura, assassinato, desaparecimento, fechamento do Congresso Nacional, censura! É isso que eles estão propondo!

Eu quero citar os dados relativos à GLO no Rio de Janeiro, fornecidos pelo Observatório da Intervenção, da Universidade Candido Mendes. Foram contabilizadas 1.375 mortes ocasionadas por agentes do Estado de fevereiro a dezembro de 2018, o que significa um aumento de 33,6% em relação a 2017. Para isto serviu a GLO: para aumentar. No interior do Rio, o incremento foi de 80%.

Eu quero perguntar também o que aconteceu com os militares que mataram o músico Evaldo e o catador Luciano em Guadalupe, no Rio de Janeiro. Alegaram terrorismo? Alegaram grave ameaça, por exemplo, à eventual vigência da lei? O que aconteceu ali foi que um civil, com sua família, foi atingido por 257 tiros, dos quais 67 atingiriam o carro do músico e da sua família. Dos 12 envolvidos, nove estão em liberdade, porque militares são julgados por tribunais militares. Agora é licença total para matar, é impunidade.

No caso da menina Ágatha, no Rio de Janeiro, também haverá impunidade, sob a alegação de que não foi dado um tiro nela, embora a Polícia Civil tenha investigado e dito a mesma coisa.

É óbvio que isso é para combater as movimentações, as manifestações e a organização popular contra o arrocho, contra a retirada de direitos, contra esse extremismo da precarização do trabalho, uma reação contra a carteira verde e amarela.

É para isso que ele quer a GLO. A Garantia da Lei e da Ordem é para reprimir o povo. E eles falam abertamente em AI-5.

O povo chileno está contra a aposentadoria que o Paulo Guedes deixou lá de meio salário mínimo. É isso! O Paulo Guedes queria que o povo se conformasse totalmente.

E o Sergio Moro é o principal responsável por isso. Aqui na Casa, o grupo de trabalho rejeitou as suas propostas, que, na verdade, aumentam a criminalidade, a letalidade e a impunidade de agentes de Estado.

Por isso, Sr. Presidente, nós entendemos que é preciso combater essa política do ódio, da intolerância, da morte. Bolsonaro só pensa nisto: morte. Ele não tem projeto para distribuir renda, ele não tem projeto para desenvolver este Brasil.

Nós estamos aqui para dizer o seguinte: do que o Brasil precisa são políticas de combate ao desemprego, do que o Brasil precisa são oportunidades à juventude brasileira, com ensino técnico profissionalizante, com investimento em educação pública, saúde pública e saneamento básico, com garantia de ofertas culturais, de lazer e de esporte. Mas, não, aqui só se pensa em como oprimir o povo



brasileiro, em como garantir a propriedade privada e não a vida, em como ofertar para o mercado segurança.

É por isso que o Paulo Guedes disse lá que quer segurança para explorar mais. E sabe o que aconteceu? O dólar foi para 4,26 reais, e a Bolsa de Valores caiu, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - Obrigado, Deputado Ivan Valente.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO IVAN VALENTE.

(Inserido nos termos do art. 203 do Regimento Interno do Senado Federal, primeiro subsidiário do Regimento Comum.) (Vide item 3.1.1 do Sumário)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - Esta Presidência informa ao Plenário, às Sras. e aos Srs. Deputados e às Sras. e aos Srs. Senadores que, por falta de quórum, vamos encerrar a sessão do Congresso Nacional.

É lamentável. Estamos aqui desde às 14h09min, quando abrimos a sessão.

Existem 320 Deputados que registraram presença na Casa, mas apenas 240 no plenário. Precisamos de 257 Deputados, Deputado Otoni de Paula, para abrir a Ordem do Dia.

Existem 38 Senadores que registraram presença no Senado — apenas 38 Senadores! —, dos quais 32 registraram presença no Plenário. Precisamos de 41 Senadores.

Dessa forma, infelizmente, o Brasil não avança e a mensagem que mandamos para a sociedade não é boa.

Está encerrada a sessão.

Haverá sessão da Câmara dos Deputados na sequência.

Está mantida a sessão do Congresso Nacional para amanhã, às 10 horas.

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 44 minutos.)



Ata da 28ª Sessão, Conjunta do Congresso Nacional,
em 27 de novembro de 2019

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura

Presidência do Sr. Davi Alcolumbre, Sra. Soraya Santos e Sr. Vanderlan Cardoso.

(Inicia-se a sessão às 10 horas e 35 minutos e encerra-se às 14 horas e 27 minutos.)





Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Relação de Presença na Sessão (Senadores)

Data: 06/12/2019
 Hora: 17:43
 Número: 51

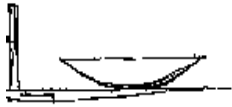
56ª LEGISLATURA**PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA
ORDINÁRIA****SESSÃO CONJUNTA Nº 028 - 27/11/2019****Presidente da Casa:** Davi Alcolumbre - DEM/AP

Presidiram a Sessão: Alan Rick - 10:07
 Davi Alcolumbre - 10:47
 Soraya Santos - 12:54
 Davi Alcolumbre - 13:19

Registro Eletrônico de Presença em Plenário**Início : 27/11/2019 10:06****Fim : 27/11/2019 14:27****Total de Presentes: 71**

	Partido	Bloco
RORAIMA		
Chico Rodrigues	DEM	
Mecias de Jesus	Republican	
Presentes de Roraima : 2		
AMAPÁ		
Davi Alcolumbre	DEM	
Lucas Barreto	PSD	
Randolfe Rodrigues	REDE	
Presentes de Amapá : 3		
PARÁ		
Paulo Rocha	PT	
Zequinha Marinho	PSC	
Presentes de Pará : 2		
AMAZONAS		
Eduardo Braga	MDB	
Omar Aziz	PSD	
Plínio Valério	PSDB	
Presentes de Amazonas : 3		
RONDONIA		
Acir Gurgacz	PDT	
Confúcio Moura	MDB	
Marcos Rogério	DEM	
Presentes de Rondonia : 3		
ACRE		
Márcio Bitar	MDB	
Sérgio Petecão	PSD	
Presentes de Acre : 2		
TOCANTINS		
Eduardo Gomes	MDB	
Irajá	PSD	
Kátia Abreu	PDT	
Presentes de Tocantins : 3		





Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Relação de Presença na Sessão (Senadores)

Data: 06/12/2019
 Hora: 17:43
 Número: 51

	Partido	Bloco
MARANHÃO		
Eliziane Gama	CIDADANIA	
Roberto Rocha	PSDB	
Weverton	PDT	
Presentes de Maranhão : 3		
CEARÁ		
Cid Gomes	PDT	
Eduardo Girão	Podemos	
Tasso Jereissati	PSDB	
Presentes de Ceará : 3		
PIAUÍ		
Ciro Nogueira	PP	
Elmano Férrer	Podemos	
Marcelo Castro	MDB	
Presentes de Piauí : 3		
RIO GRANDE DO NORTE		
Styvenson Valentim	Podemos	
Zenaide Maia	PROS	
Presentes de Rio Grande do Norte : 2		
PARAÍBA		
Daniella Ribeiro	PP	
José Maranhão	MDB	
Veneziano Vital do Rêgo	PSB	
Presentes de Paraíba : 3		
PERNAMBUCO		
Fernando Bezerra Coelho	MDB	
Humberto Costa	PT	
Presentes de Pernambuco : 2		
ALAGOAS		
Rodrigo Cunha	PSDB	
Presentes de Alagoas : 1		
SERGIPE		
Alessandro Vieira	CIDADANIA	
Maria do Carmo Alves	DEM	
Rogério Carvalho	PT	
Presentes de Sergipe : 3		
BAHIA		
Ângelo Coronel	PSD	
Jaques Wagner	PT	
Otto Alencar	PSD	
Presentes de Bahia : 3		
MINAS GERAIS		
Antonio Anastasia	PSDB	
Carlos Viana	PSD	
Rodrigo Pacheco	DEM	
Presentes de Minas Gerais : 3		





Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Relação de Presença na Sessão (Senadores)

Data: 06/12/2019
 Hora: 17:43
 Número: 51

	Partido	Bloco
ESPÍRITO SANTO		
Fabiano Contarato	REDE	
Luiz Pastore	MDB	
Marcos do Val	Podemos	
Presentes de Espírito Santo : 3		
RIO DE JANEIRO		
Arolde de Oliveira	PSD	
Flávio Bolsonaro	S.Part.	
Romário	Podemos	
Presentes de Rio de Janeiro : 3		
SÃO PAULO		
Major Olímpio	PSL	
Mara Gabrilli	PSDB	
Presentes de São Paulo : 2		
MATO GROSSO		
Jayme Campos	DEM	
Juíza Selma	Podemos	
Wellington Fagundes	PL	
Presentes de Mato Grosso : 3		
DISTRITO FEDERAL		
Izalci Lucas	PSDB	
Leila Barros	PSB	
Reguffe	Podemos	
Presentes de Distrito Federal : 3		
GOIÁS		
Luiz do Carmo	MDB	
Vanderlan Cardoso	PP	
Presentes de Goiás : 2		
MATO GROSSO DO SUL		
Nelsinho Trad	PSD	
Simone Tebet	MDB	
Soraya Thronicke	PSL	
Presentes de Mato Grosso do Sul : 3		
PARANÁ		
Álvaro Dias	Podemos	
Flavio Arns	REDE	
Oriovisto Guimarães	Podemos	
Presentes de Paraná : 3		
SANTA CATARINA		
Dário Berger	MDB	
Jorginho Mello	PL	
Presentes de Santa Catarina : 2		
RIO GRANDE DO SUL		
Lasier Martins	Podemos	
Luis Carlos Heinze	PP	
Paulo Paim	PT	
Presentes de Rio Grande do Sul : 3		





Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Relação de Presença na Sessão (Deputados)

Data: 06/12/2019

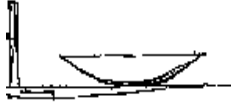
Hora: 17:43

Número: 51

56ª LEGISLATURA**PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA
ORDINÁRIA****SESSÃO CONJUNTA Nº 028 - 27/11/2019****Presidente da Casa:** Davi Alcolumbre - DEM/AP
Presidiram a Sessão: Alan Rick - 10:07
 Davi Alcolumbre - 10:47
 Soraya Santos - 12:54
 Davi Alcolumbre - 13:19
Registro Eletrônico de Presença em Plenário**Início : 27/11/2019 10:06****Fim : 27/11/2019 14:27****Total de Presentes: 429**

	Partido	Bloco
RORAIMA		
Edio Lopes	PL	
Haroldo Cathedral	PSD	
Hiran Gonçalves	PP	PpMdbPtb
Jhonatan de Jesus	Republican	
Joenia Wapichana	REDE	
Otaci Nascimento	Solidaried	
Shéridan	PSDB	
Presentes de Roraima : 7		
AMAPÁ		
Acácio Favacho	PROS	
André Abdon	PP	PpMdbPtb
Camilo Capiberibe	PSB	
Leda Sadala	Avante	
Luiz Carlos	PSDB	
Professora Marcivania	PCdoB	
Presentes de Amapá : 6		
PARÁ		
Airton Faleiro	PT	
Beto Faro	PT	
Cássio Andrade	PSB	
Celso Sabino	PSDB	
Cristiano Vale	PL	
Edmilson Rodrigues	PSOL	
Elcione Barbalho	MDB	PpMdbPtb
José Priante	MDB	PpMdbPtb
Júnior Ferrari	PSD	
Nilson Pinto	PSDB	
Paulo Bengtson	PTB	PpMdbPtb
Vavá Martins	Republican	
Presentes de Pará : 12		
AMAZONAS		
Átila Lins	PP	PpMdbPtb
Bosco Saraiva	Solidaried	
José Ricardo	PT	
Marcelo Ramos	PL	
Sidney Leite	PSD	
Presentes de Amazonas : 5		





Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Relação de Presença na Sessão (Deputados)

Data: 06/12/2019

Hora: 17:43

Número: 51

	Partido	Bloco
RONDONIA		
Coronel Chrisóstomo	PSL	
Exedito Netto	PSD	
Jaqueline Cassol	PP	PpMdbPtb
Léo Moraes	Podemos	
Lucio Mosquini	MDB	PpMdbPtb
Mariana Carvalho	PSDB	
Mauro Nazif	PSB	
Silvia Cristina	PDT	

Presentes de Rondonia : 8**ACRE**

Alan Rick	DEM	
Dra. Vanda Milani	Solidaried	
Flaviano Melo	MDB	PpMdbPtb
Jesus Sérgio	PDT	
Manuel Marcos	Republican	
Mara Rocha	PSDB	
Perpétua Almeida	PCdoB	

Presentes de Acre : 7**TOCANTINS**

Carlos Henrique Gaguim	DEM	
Célio Moura	PT	
Dulce Miranda	MDB	PpMdbPtb
Eli Borges	Solidaried	
Osires Damaso	PSC	
Professora Dorinha Seabra Rezende	DEM	
Tiago Dimas	Solidaried	
Vicentinho Júnior	PL	

Presentes de Tocantins : 8**MARANHÃO**

Aluisio Mendes	PSC	
Bira do Pindaré	PSB	
Edilázio Júnior	PSD	
Eduardo Braide	PMN	
Gil Cutrim	PDT	
Gildenemyr	PL	
Hildo Rocha	MDB	PpMdbPtb
João Marcelo Souza	MDB	PpMdbPtb
Josimar Maranhãozinho	PL	
Juscelino Filho	DEM	
Márcio Jerry	PCdoB	
Marreca Filho	Patriota	
Pedro Lucas Fernandes	PTB	PpMdbPtb
Zé Carlos	PT	

Presentes de Maranhão : 14



Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Relação de Presença na Sessão (Deputados)

Data: 06/12/2019

Hora: 17:43

Número: 51

	Partido	Bloco
CEARÁ		
AJ Albuquerque	PP	PpMdbPtb
André Figueiredo	PDT	
Capitão Wagner	PROS	
Célio Studart	PV	
Denis Bezerra	PSB	
Domingos Neto	PSD	
Dr. Jaziel	PL	
Eduardo Bismarck	PDT	
Heitor Freire	PSL	
Idilvan Alencar	PDT	
José Guimarães	PT	PpMdbPtb
Júnior Mano	PL	
Leônidas Cristino	PDT	
Mauro Benevides Filho	PDT	
Pedro Augusto Bezerra	PTB	
Roberto Pessoa	PSDB	
Ronaldo Martins	Republican	
Vaidon Oliveira	PROS	

Presentes de Ceará : 18**PIAUI**

Assis Carvalho	PT	PpMdbPtb
Átila Lira	PP	
Flávio Nogueira	PDT	
Júlio Cesar	PSD	PpMdbPtb
Marcos Aurélio Sampaio	MDB	
Margarete Coelho	PP	PpMdbPtb
Marina Santos	Solidaried	PpMdbPtb
Paes Landim	PTB	
Rejane Dias	PT	

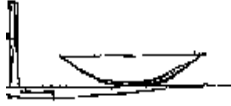
Presentes de Piauí : 9**RIO GRANDE DO NORTE**

Benes Leocádio	Republican	PpMdbPtb
Beto Rosado	PP	
João Maia	PL	
Natália Bonavides	PT	PpMdbPtb
Rafael Motta	PSB	
Walter Alves	MDB	

Presentes de Rio Grande do Norte : 6**PARAÍBA**

Aguinaldo Ribeiro	PP	PpMdbPtb
Damião Feliciano	PDT	
Efraim Filho	DEM	
Frei Anastacio Ribeiro	PT	
Gervásio Maia	PSB	
Hugo Motta	Republican	PpMdbPtb
Pedro Cunha Lima	PSDB	
Ruy Carneiro	PSDB	
Wilson Santiago	PTB	

Presentes de Paraíba : 9



Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Relação de Presença na Sessão (Deputados)

Data: 06/12/2019

Hora: 17:43

Número: 51

	Partido	Bloco
PERNAMBUCO		
André de Paula	PSD	
André Ferreira	PSC	
Daniel Coelho	CIDADANIA	
Danilo Cabral	PSB	
Fernando Coelho Filho	DEM	
Fernando Monteiro	PP	PpMdbPtb
Fernando Rodolfo	PL	
Gonzaga Patriota	PSB	
Marília Arraes	PT	
Ossesio Silva	Republican	
Pastor Eurico	Patriota	
Renildo Calheiros	PCdoB	
Ricardo Teobaldo	Podemos	
Sebastião Oliveira	PL	
Wolney Queiroz	PDT	
Presentes de Pernambuco : 15		
ALAGOAS		
Arthur Lira	PP	PpMdbPtb
Isnaldo Bulhões Jr.	MDB	PpMdbPtb
Marx Beltrão	PSD	
Nivaldo Albuquerque	PTB	PpMdbPtb
Paulão	PT	
Sergio Toledo	PL	
Severino Pessoa	Republican	
Presentes de Alagoas : 7		
SERGIPE		
Bosco Costa	PL	
Fábio Henrique	PDT	
Fábio Reis	MDB	PpMdbPtb
Gustinho Ribeiro	Solidaried	
João Daniel	PT	
Laercio Oliveira	PP	PpMdbPtb
Valdevan Noventa	PSC	
Presentes de Sergipe : 7		





Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Relação de Presença na Sessão (Deputados)

Data: 06/12/2019

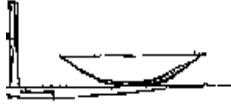
Hora: 17:43

Número: 51

	Partido	Bloco
BAHIA		
Abílio Santana	PL	
Adolfo Viana	PSDB	
Afonso Florence	PT	
Alex Santana	PDT	
Alice Portugal	PCdoB	
Antonio Brito	PSD	
Arthur Oliveira Maia	DEM	
Bacelar	Podemos	
Cacá Leão	PP	PpMdbPtb
Charles Fernandes	PSD	
Claudio Cajado	PP	PpMdbPtb
Daniel Almeida	PCdoB	
Félix Mendonça Júnior	PDT	
João Carlos Bacelar	PL	
João Roma	Republican	
Jorge Solla	PT	
José Nunes	PSD	
José Rocha	PL	
Leur Lomanto Júnior	DEM	
Lídice da Mata	PSB	
Marcelo Nilo	PSB	
Márcio Marinho	Republican	
Mário Negromonte Jr.	PP	PpMdbPtb
Nelson Pellegrino	PT	
Otto Alencar Filho	PSD	
Pastor Sargento Isidório	Avante	
Paulo Azi	DEM	
Professora Dayane Pimentel	PSL	
Raimundo Costa	PL	
Ronaldo Carletto	PP	PpMdbPtb
Sérgio Brito	PSD	
Tito	Avante	
Uldurico Junior	PROS	
Valmir Assunção	PT	
Waldenor Pereira	PT	
Zé Neto	PT	

Presentes de Bahia : 36





Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Relação de Presença na Sessão (Deputados)

Data: 06/12/2019

Hora: 17:43

Número: 51

	Partido	Bloco
MINAS GERAIS		
Aécio Neves	PSDB	
Alê Silva	PSL	
André Janones	Avante	
Charles Evangelista	PSL	
Delegado Marcelo Freitas	PSL	
Dimas Fabiano	PP	PpMdbPtb
Domingos Sávio	PSDB	
Dr. Frederico	Patriota	
Eduardo Barbosa	PSDB	
Emidinho Madeira	PSB	
Enéias Reis	PSL	
Fabiano Tolentino	CIDADANIA	
Fernando Borja	Avante	
Franco Cartafina	PP	PpMdbPtb
Fred Costa	Patriota	
Gilberto Abramo	Republican	
Hercílio Coelho Diniz	MDB	PpMdbPtb
Igor Timo	Podemos	
Júlio Delgado	PSB	
Junio Amaral	PSL	
Lafayette de Andrada	Republican	
Leonardo Monteiro	PT	
Lincoln Portela	PL	
Lucas Gonzalez	NOVO	
Luis Tibé	Avante	
Marcelo Aro	PP	PpMdbPtb
Mauro Lopes	MDB	PpMdbPtb
Misael Varella	PSD	
Newton Cardoso Jr	MDB	PpMdbPtb
Odair Cunha	PT	
Padre João	PT	
Patrus Ananias	PT	
Paulo Abi-Ackel	PSDB	
Paulo Guedes	PT	
Pinheirinho	PP	PpMdbPtb
Reginaldo Lopes	PT	
Rodrigo de Castro	PSDB	
Rogério Correia	PT	
Stefano Aguiar	PSD	
Subtenente Gonzaga	PDT	
Tiago Mitraud	NOVO	
Vilson da Fetaemg	PSB	
Weliton Prado	PROS	
Zé Silva	Solidaried	
Zé Vitor	PL	

Presentes de Minas Gerais : 45**ESPÍRITO SANTO**

Amaro Neto	Republican	
Dra. Soraya Manato	PSL	
Evair Vieira de Melo	PP	PpMdbPtb
Helder Salomão	PT	
Lauriete	PL	
Norma Ayub	DEM	
Sergio Vidigal	PDT	
Ted Conti	PSB	

Presentes de Espírito Santo : 8



Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Relação de Presença na Sessão (Deputados)

Data: 06/12/2019

Hora: 17:43

Número: 51

	Partido	Bloco
RIO DE JANEIRO		
Alessandro Molon	PSB	
Alexandre Serfotis	PSD	
Altineu Côrtes	PL	
Aureo Ribeiro	Solidaried	
Benedita da Silva	PT	
Carlos Jordy	PSL	
Chico D'Angelo	PDT	
Chiquinho Brazão	Avante	
Chris Tonietto	PSL	
Christino Aureo	PP	PpMdbPtb
Clarissa Garotinho	PROS	
Daniel Silveira	PSL	
Daniela do Waguinho	MDB	PpMdbPtb
Delegado Antônio Furtado	PSL	
Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr.	PP	PpMdbPtb
Felício Laterça	PSL	
Flordelis	PSD	
Gelson Azevedo	PL	
Glauber Braga	PSOL	
Gurgel	PSL	
Gutemberg Reis	MDB	PpMdbPtb
Helio Lopes	PSL	
Hugo Leal	PSD	
Jandira Feghali	PCdoB	
Juninho do Pneu	DEM	
Lourival Gomes	PSL	
Luiz Antônio Corrêa	PL	
Luiz Lima	PSL	
Major Fabiana	PSL	
Marcelo Calero	CIDADANIA	
Marcelo Freixo	PSOL	
Márcio Labre	PSL	
Otoni de Paula	PSC	
Paulo Ganime	NOVO	
Paulo Ramos	PDT	
Pedro Paulo	DEM	
Professor Joziel	PSL	
Rosangela Gomes	Republican	
Soraya Santos	PL	
Sóstenes Cavalcante	DEM	
Vinicius Farah	MDB	PpMdbPtb
Wladimir Garotinho	PSD	

Presentes de Rio de Janeiro : 42





Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Relação de Presença na Sessão (Deputados)

Data: 06/12/2019

Hora: 17:43

Número: 51

	Partido	Bloco
SÃO PAULO		
Abou Anni	PSL	
Adriana Ventura	NOVO	
Alencar Santana Braga	PT	
Alex Manente	CIDADANIA	
Alexandre Frota	PSDB	
Alexandre Leite	DEM	
Alexis Fonteyne	NOVO	
Arlindo Chinaglia	PT	
Arnaldo Jardim	CIDADANIA	
Baleia Rossi	MDB	PpMdbPtb
Capitão Augusto	PL	
Carlos Sampaio	PSDB	
Carlos Zarattini (*)	PT	
Celso Russomanno	Republican	
Cezinha de Madureira	PSD	
Coronel Tadeu	PSL	
David Soares	DEM	
Eduardo Bolsonaro	PSL	
Eduardo Cury	PSDB	
Eli Corrêa Filho	DEM	
Enrico Misasi	PV	
General Peternelli	PSL	
Gilberto Nascimento	PSC	
Guiga Peixoto	PSL	
Guilherme Derrite	PP	PpMdbPtb
Herculano Passos	MDB	PpMdbPtb
Ivan Valente	PSOL	
Jefferson Campos	PSB	
Kim Kataguirí	DEM	
Luiz Carlos Motta	PL	
Luiz Philippe de Orleans e Bragança	PSL	
Marcio Alvino	PL	
Marco Bertaiolli	PSD	
Marcos Pereira	Republican	
Maria Rosas	Republican	
Miguel Haddad	PSDB	
Miguel Lombardi	PL	
Milton Vieira	Republican	
Nílto Tatto	PT	
Orlando Silva	PCdoB	
Paulo Pereira da Silva	Solidaried	
Paulo Teixeira	PT	
Policial Katia Sastre	PL	
Pr. Marco Feliciano	Podemos	
Renata Abreu	Podemos	
Ricardo Izar	PP	PpMdbPtb
Roberto Alves	Republican	
Rodrigo Agostinho	PSB	
Rosana Valle	PSB	
Rui Falcão	PT	
Sâmia Bomfim	PSOL	
Samuel Moreira	PSDB	
Tabata Amaral	PDT	
Vanderlei Macris	PSDB	
Vicentinho	PT	
Vinicius Carvalho	Republican	
Vinicius Poit	NOVO	

CENIN / COSEV - Coordenação do Sistema Eletrônico de Votação

Página 8 de 11

(*) Presença consignada a Parlamentar em conformidade com a Nota Taquigráfica.





Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Relação de Presença na Sessão (Deputados)

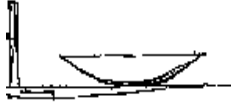
Data: 06/12/2019

Hora: 17:43

Número: 51

	Partido	Bloco
SÃO PAULO		
Vitor Lippi	PSDB	
Presentes de São Paulo : 58		
MATO GROSSO		
Carlos Bezerra	MDB	PpMdbPtb
Dr. Leonardo	Solidaried	
Emanuel Pinheiro Neto	PTB	PpMdbPtb
Juarez Costa	MDB	PpMdbPtb
Nelson Barbudo	PSL	
Neri Geller	PP	PpMdbPtb
Professora Rosa Neide	PT	
Presentes de Mato Grosso : 7		
DISTRITO FEDERAL		
Bia Kicis	PSL	
Erika Kokay	PT	
Julio Cesar Ribeiro	Republican	
Luis Miranda	DEM	
Paula Belmonte	CIDADANIA	
Professor Israel Batista	PV	
Presentes de Distrito Federal : 6		
GOIÁS		
Adriano do Baldy	PP	PpMdbPtb
Alcides Rodrigues	Patriota	
Célio Silveira	PSDB	
Dr. Zacharias Calil	DEM	
Elias Vaz	PSB	
Francisco Jr.	PSD	
Glaustin Fokus	PSC	
Jose Mario Schreiner	DEM	
José Nelto (*)	Podemos	
Lucas Vergilio	Solidaried	
Magda Mofatto	PL	
Professor Alcides	PP	PpMdbPtb
Rubens Otoni	PT	
Vitor Hugo	PSL	
Presentes de Goiás : 14		
MATO GROSSO DO SUL		
Beto Pereira	PSDB	
Bia Cavassa	PSDB	
Dagoberto Nogueira	PDT	
Dr. Luiz Ovando	PSL	
Fábio Trad	PSD	
Rose Modesto	PSDB	
Vander Loubet	PT	
Presentes de Mato Grosso do Sul : 7		





Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Relação de Presença na Sessão (Deputados)

Data: 06/12/2019

Hora: 17:43

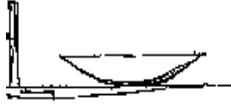
Número: 51

	Partido	Bloco
PARANÁ		
Aliel Machado	PSB	
Aroldo Martins	Republican	
Christiane de Souza Yared	PL	
Diego Garcia	Podemos	
Felipe Francischini	PSL	
Filipe Barros	PSL	
Gleisi Hoffmann	PT	
Gustavo Fruet	PDT	
Hermes Parcianello	MDB	PpMdbPtb
Leandre	PV	
Luciano Ducci	PSB	
Luisa Canziani	PTB	PpMdbPtb
Luiz Nishimori	PL	
Luizão Goulart	Republican	
Paulo Eduardo Martins	PSC	
Pedro Lupion	DEM	
Reinhold Stephanes Junior	PSD	
Ricardo Barros	PP	PpMdbPtb
Roman	PSD	
Rubens Bueno	CIDADANIA	
Sargento Fahur	PSD	
Schiavinato	PP	PpMdbPtb
Sergio Souza	MDB	PpMdbPtb
Toninho Wandscheer	PROS	
Vermelho	PSD	
Zeca Dirceu	PT	

Presentes de Paraná : 26**SANTA CATARINA**

Carlos Chiodini	MDB	PpMdbPtb
Carmen Zanotto	CIDADANIA	
Caroline de Toni	PSL	
Celso Maldaner	MDB	PpMdbPtb
Coronel Armando	PSL	
Daniel Freitas	PSL	
Darci de Matos	PSD	
Fabio Schiochet	PSL	
Geovania de Sá	PSDB	
Gilson Marques	NOVO	
Hélio Costa	Republican	
Pedro Uczai	PT	
Ricardo Guidi	PSD	
Rodrigo Coelho	PSB	
Rogério Peninha Mendonça	MDB	PpMdbPtb

Presentes de Santa Catarina : 15



Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Relação de Presença na Sessão (Deputados)

Data: 06/12/2019

Hora: 17:43

Número: 51

	Partido	Bloco
RIO GRANDE DO SUL		
Afonso Motta	PDT	
Alceu Moreira	MDB	PpMdbPtb
Bibo Nunes	PSL	
Bohn Gass	PT	
Carlos Gomes	Republican	
Daniel Trzeciak	PSDB	
Danrlei de Deus Hinterholz	PSD	
Darcísio Perondi	MDB	PpMdbPtb
Giovani Cherini	PL	
Giovani Feltes	MDB	PpMdbPtb
Heitor Schuch	PSB	
Henrique Fontana	PT	
Jerônimo Goergen	PP	PpMdbPtb
Liziane Bayer	PSB	
Lucas Redecker	PSDB	
Marcel van Hattem	NOVO	
Marcelo Brum	PSL	
Marcelo Moraes	PTB	PpMdbPtb
Márcio Biolchi	MDB	PpMdbPtb
Marcon	PT	
Maria do Rosário	PT	
Maurício Dziedricki	PTB	PpMdbPtb
Nereu Crispim	PSL	
Paulo Pimenta	PT	
Pedro Westphalen	PP	PpMdbPtb
Pompeo de Mattos	PDT	
Sanderson	PSL	

Presentes de Rio Grande do Sul : 27



O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco/DEM - AP) – A lista de presença acusa o comparecimento de 28 Senadores e 164 Deputados.

Há número regimental. Portanto, eu declaro aberta a sessão.

A Presidência determina o cancelamento imediato das reuniões das Comissões da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, em obediência ao art. 154, §6º, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, primeiro subsidiário. O referido dispositivo proíbe a realização de sessão tanto do Senado quanto da Câmara quando seu período coincidir, ainda que parcialmente, com sessão conjunta do Congresso Nacional. As Comissões, órgãos fracionários da Casa, também estão submetidas a esta regra regimental.

Há sobre a mesa expedientes que serão despachados e publicados na forma regimental.

Concedo a palavra ao Deputado Hildo Rocha para as breves comunicações. (*Pausa.*)

Convido o Deputado Hildo Rocha, do MDB do Maranhão, para fazer o seu pronunciamento, pela ordem de inscrição, na lista de breves comunicações.

Pela lista de inscrição, também convido o Deputado João Roma, do PRB da Bahia, para fazer o seu pronunciamento.

O SR. JOÃO ROMA (REPUBLICANOS - BA. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Congressistas, é com grande satisfação que aqui faço uma referência muito especial.

Agora há pouco tivemos uma sessão homenageando a CNC, a Confederação Nacional do Comércio, que é presidida pelo Sr. Trados e que tem significativamente trabalhado pelo desenvolvimento do nosso Brasil. A CNC hoje representa a criação de empregos no nosso Brasil, a capacitação e também o aperfeiçoamento de diversos profissionais em todo o Brasil. Portanto, a CNC tem sido um braço para fortalecer o desenvolvimento nacional, se destacando especialmente através da competitividade e da geração de postos de trabalho, o que é um dilema para toda a nossa sociedade, e a CNC tem contribuído para isso. Desde os seus pilares, da sua origem, tem funcionado como um instrumento marcante para a capacitação dessas pessoas, e nós hoje lhe devemos esse grande e pujante mercado, através da parte do comércio, que tem claramente contribuído para o desenvolvimento do nosso Brasil.

Fico muito feliz, Sr. Presidente, de ocupar esta tribuna. Também faço uma menção toda especial ao Presidente da Federação do Comércio no Estado da Bahia, Carlos Andrade, que tem também trazido o sentimento do empreendedor, do empresário, transmitindo essa energia para esses órgãos que estão cada vez mais se aperfeiçoando e tendo como eficácia maior o profissionalismo de uma gama imensa de profissionais brasileiros que nem sempre encontram na rede pública de ensino a capacitação adequada para os postos de trabalho.

Cada vez mais é importante que nós tenhamos a sensibilidade para que o Sistema S possa, sim, ser um parceiro, ser um braço, ser uma força motriz para que o Estado brasileiro consiga superar o quesito competitividade, também com o aproveitamento e a ocupação de diversos brasileiros, para que eles possam cada vez mais contribuir com o desenvolvimento do nosso Brasil.

Sou uma entusiasta dessa matéria, Presidente Davi Alcolumbre, assim como sei que V. Exa., lá no Estado do Amapá, esse Estado pelo qual eu nutro tanto carinho e tanto amor, uma vez que pude lá viver ao lado da minha esposa, Roberta... Pude presenciar sua sensibilidade perante a capacitação daqueles queridos brasileiros que querem sim uma oportunidade, querem sim obter respeito através da dignidade do seu trabalho e que, para isso, precisam da mão amiga do Sistema S, do sistema da Federação do Comércio, da Confederação Nacional do Comércio, espalhada por



todo o Brasil, que pode, sem dúvida, ser um vetor determinante para que nós possamos superar as nossas dificuldades e encontrar, através dessa oportunidade, um novo brilho para o seu futuro.

É dessa forma que queremos, cada vez mais, ser parceiros e estar aqui atentos, através do Congresso Nacional, sensibilizando inclusive o Governo Federal para que o Sistema S passe a ser sempre uma ferramenta e um instrumento eficaz para que o Brasil consiga orgulhar todos os brasileiros, dando oportunidade para milhares de jovens e profissionais que querem, cada vez mais, poder desenvolver suas atividades com melhor desempenho, com melhor eficácia nas suas funções, orgulhando cada um daqueles que tem a oportunidade de participar dos diversos treinamentos e capacitações oferecidos pelo Sistema S em todo o Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Um forte abraço!

Meus parabéns, mais uma vez, à Confederação Nacional do Comércio em todo o Brasil!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco/DEM - AP) – Eu novamente gostaria de informar à Secretaria-Geral do Congresso Nacional, à Secretaria-Geral do Senado Federal e à Secretaria-Geral da Câmara dos Deputados que a sessão do Congresso Nacional foi aberta por este Presidente e que determinei o encerramento imediato de todas as reuniões das Comissões, tanto da Câmara dos Deputados como do Senado Federal.

Eu fui informado pelo Deputado Guimarães, pelo Líder, que as Comissões ainda estão, na Câmara dos Deputados, funcionando e aprovando requerimentos e votando matérias importantes. Portanto, diante do Regimento do Senado Federal e do Regimento do Congresso Nacional, todas as votações executadas após a abertura dos trabalhos serão anuladas.

Informo que cumpro o art. 154, §6º, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, que é o primeiro subsidiário.

Novamente determino o encerramento de todas as Comissões do Senado Federal e da Câmara dos Deputados.

Concedo a palavra ao Deputado Frei Anastacio, para as breves comunicações.

O SR. FREI ANASTACIO RIBEIRO (PT - PB. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Senadores, eu registro nesta Casa o aniversário de 50 anos do funcionamento do Hospital da Polícia Militar da Paraíba General Edson Ramalho, que fica em João Pessoa.

A programação do aniversário começa nesta quarta-feira e termina no dia 2 de dezembro. É uma programação que não traz só discursos. Durante todos esses dias de programação, haverá a inauguração de vários melhoramentos no hospital para melhor atendimento à população.

O Hospital Edson Ramalho é uma casa de saúde militar, mas o atendimento se estende a toda a população através do SUS. É um hospital moderno, com serviços médico-hospitalares e de alta e média complexidade.

Eu recebi a visita da direção do hospital em meu gabinete e pude conhecer a importância daquela unidade de saúde para o nosso Estado da Paraíba. Dessa forma, eu estou destinando R\$800 mil em emendas para ajudar na manutenção do hospital, com compra de novos equipamentos. Parabéns para a direção do hospital, na pessoa do Cel. Almeida, e parabéns para todos os que fazem aquela casa de saúde pelos 50 anos de funcionamento.

Mas, Sr. Presidente, eu registro também, mais uma vez, nesta Casa, a preocupação da população e dos gestores das cidades paraibanas que poderão ser extintas na PEC do Bolsonaro. Ontem eu recebi no meu gabinete o Presidente da Associação dos Municípios do Cariri e Agreste



da Paraíba, Ronaldo Queiroz, que é Prefeito de Gurjão. Ele veio entregar a carta da entidade externando a preocupação que se instalou nos Municípios. Essa PEC, Sr. Presidente, trará muitas misérias para os Municípios existentes e causará o aumento da população pobre nas periferias das cidades maiores.

Na Paraíba, 68 Municípios estão ameaçados pela PEC do Bolsonaro. No nosso Nordeste, mais de 200 Municípios serão extintos. No Brasil, essa PEC do mal extingue 1.250 Municípios brasileiros, mas já estamos prontos para lutar contra mais essa medida do mal.

Portanto, Sr. Presidente, dizer também que, no Brasil, principalmente na Bahia e no norte da Paraíba, há várias ameaças de despejo e despejos concretizados. Famílias que moram há anos e anos em terras são ameaçadas de despejo. Na Paraíba, nós temos dois grandes acampamentos com mais de 800 famílias que plantam, que produzem, que estão lá há mais de oito anos e estão ameaçadas de despejo. Na Bahia, é da mesma sorte. Acampamentos, famílias residindo há muito tempo nas terras hoje são despejadas violentamente, com a cobertura da Polícia Militar, da Polícia Federal e de outros órgãos, além da capangagem.

Portanto, eu quero deixar aqui o meu protesto diante das insinuações e das medidas que o Governo quer mandar a esta Casa para maltratar e fazer com que os trabalhadores sem terra ou os pequenos produtores continuem sofrendo diante do latifúndio que aí está. Meu protesto às medidas que o Governo Bolsonaro está implantando e quer implantar no Brasil, convocando a Polícia Militar, a Polícia Civil, a Polícia Federal para agirem contra trabalhadores pobres. Ele não faz isso com os grandes banqueiros, com os grandes latifundiários, mas ele faz com os pequenos, que vivem sofrendo e querendo um pedaço de terra para sobreviver. Portanto, Sr. Presidente, eu digo que a luta...

(Interrupção do som.)

(Soa a campainha.)

O SR. FREI ANASTACIO RIBEIRO (PT - PB) – Solicito que esta minha fala seja publicada nos meios de comunicação e no A Voz do Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco/DEM - AP) – Concedo a palavra ao Deputado Bohn Gass. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Deputado Marcelo Nilo. *(Pausa.)*

Deputado Marcelo, V. Exa. está inscrito no período das breves comunicações.

O SR. MARCELO NILO (PSB - BA. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente do Congresso Nacional, Davi Alcolumbre, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, chegam informações de que hoje será votado o requerimento de urgência do novo marco regulatório do saneamento.

É, sem dúvida nenhuma, um projeto que visa a atender exclusivamente os empresários do Brasil. Sei que muitos Parlamentares são favoráveis às privatizações, sei que muitos Parlamentares são contrários às privatizações, mas nesse caso é diferente. Os empresários vão comprar, adquirir somente os sistemas viáveis. Na Bahia, por exemplo, dos 367 sistemas, 25, mais ou menos, dão lucro; os outros trabalham no vermelho. É óbvio que os empresários vão comprar somente os viáveis. Ou seja, os empresários vão ficar com o filé; o Estado e as Prefeituras ficarão com o osso.

Quem se preocupa com o social é o Estado, é o Presidente da República, o Governo do Estado, os Prefeitos, aqueles que têm cargos públicos eleitos no regime democrático brasileiro. O



empresário visa exclusivamente ao dinheiro, não tem nenhuma responsabilidade com o social. Quem vai administrar uma cidade pequena, que, geralmente, é inviável financeiramente? Aí, eles falam que vão formar consórcios. Formar consórcios de 20 sistemas inviáveis significa multiplicar por 20 os problemas daquela cidade, daquele sistema.

Portanto, faço um apelo ao Presidente Rodrigo Maia para não colocar esse requerimento nesta Casa no dia de hoje para que os presidentes de empresas, as estatais, os Governadores, os Líderes partidários cheguem a um denominador comum e que esta Casa aprove esse projeto depois de uma discussão, uma reunião, um acordo político, porque simplesmente, se for aprovado o requerimento do meu querido amigo Deputado Geninho, acabar-se-á o saneamento do Brasil, acabar-se-ão as empresas estatais.

Eu perguntei, na Comissão, ao empresário que administra a cidade de Uruguaiana quanto seria a tarifa no dia em que a iniciativa privada assumisse o sistema. Até hoje, não obtivemos resposta, porque, para tornar um sistema viável e lucrativo, somente aumentando a tarifa de água.

E o povo brasileiro não suporta, não tem condições econômicas de pagar uma tarifa com novo aumento.

Muitas pessoas, muitas residências não têm água tratada porque não têm condições de pagar uma tarifa social.

O empresário, quando assumir, vai se preocupar com o homem pobre? Porque o empresário, na sua maioria esmagadora, só pensa em lucro, só pensa em ganhar dinheiro.

Portanto, nobre Presidente do Congresso Nacional, nobre Presidente da Câmara, não permitam que esse projeto seja colocado em pauta nesta Casa sem numa negociação política, porque a Casa é a Casa das leis e a Casa das forças plurais.

Portanto, Sr. Presidente, eu peço ao Presidente Rodrigo que...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco/DEM - AP) – Deputado Rogério Correia.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Presidente Davi Alcolumbre, ontem, eu fiz um apelo aqui no Plenário do Congresso Nacional a V. Exa. no sentido de que o Senado pautasse os projetos de lei de Brumadinho feitos a partir da comissão externa e da comissão parlamentar de inquérito. Hoje, gostaria de reiterar e fazer a solicitação a V. Exa. para que a gente aprove esses projetos este ano, porque a situação em Minas Gerais continua grave, e barragens, infelizmente, estão apontando no sentido de haver outro rompimento.

Então, eu queria reiterar, Senador Alcolumbre, esse apelo a V. Exa. de pautar esses projetos referentes à questão da mineração a partir da CPI de Brumadinho, tanto no Senado quanto na Câmara.

Mas, Srs. Senadores, Deputados e Deputadas, o assunto que eu trago à tribuna hoje é outro.

Srs. Senadores e Deputados, existe já uma medida provisória do Governo Bolsonaro, de nº 905, que, entre outras coisas, institui imposto para desempregado.

Desempregado, Bohn Gass, tem de pagar imposto no Brasil a partir dessa medida provisória.

Estão no Senado também três emendas à Constituição, que foram enviadas pelo Bolsonaro a partir do Ministro Paulo Guedes, que inviabilizam a educação pública brasileira porque desvinculam receitas obrigatórias.

Imagina, Profa. Rosa Neide, o que será do Brasil sem despesas obrigatórias na área da educação e que constam desde a Constituição de 1988! O Governo ameaça uma reforma administrativa para acabar com a estabilidade do emprego; já diminuiu o direito à aposentadoria



do nosso povo e diversos direitos trabalhistas através de reformas antipopulares; o dólar está nas alturas; o povo está comendo ovo em vez de comer carne; passa gato por lebre; a Amazônia está em chamas; o Governo quer minerar na região da Amazônia e plantar cana de açúcar em áreas de reserva legal; agrotóxicos, hoje, liberaram mais 57 venenos para a mesa do povo brasileiro; óleos nas praias do Nordeste, e o Governo diz que é um problema da Venezuela. E assim vai. A única coisa que este Governo não quer saber é onde está o Queiroz e quem mandou matar Marielle.

Mas o Governo, com todos esses problemas, Deputados e Senadores, tem soluções apontadas no sentido de barrar a democracia brasileira. E o Bolsonaro manda para cá um projeto inconstitucional para a garantia da lei e da ordem. Na verdade, algo parecido com o pacote do Moro, que só pensa em matar, que quer licença para matar e agora licença para reprimir. E o próprio Ministro Paulo Guedes, da Economia, vendo que o que ele arma é uma bomba contra o povo brasileiro, agora vai pregar também o Ato Institucional nº 5 para imitar o filho do Presidente, aquele que disse que um cabo e dois soldados fechariam o Supremo. Em vez, portanto, de resolver os problemas do povo brasileiro e sabendo que as medidas são todas essas que eu li aqui, antipopulares e que levarão o povo brasileiro a uma reação, eles preparam agora uma ampla repressão ao trabalhador e ao povo brasileiro.

É óbvio que haverá no Brasil mobilizações sociais e populares para impedir que essas medidas entrem em execução no nosso País. E isso está acontecendo na América Latina como um todo: no Chile, que reage contra o ultraliberalismo, que Paulo Guedes sonha colocar no Brasil, retirando direitos, ou na reação aos golpes na Bolívia, no Equador. O povo reage porque está vendo que esse modelo, Deputado Solla, é um modelo falido do Governo Bolsonaro e do ultraliberalismo no mundo. E essa reação levará, sim, trabalhadores e povo e multidões às ruas, o que faz parte do sistema democrático. Ou querem calar o povo para impor essas medidas tão antipopulares?

Então, Presidente, é importante que a gente defenda a democracia e o direito do povo de reagir a essas medidas antipopulares.

(Soa a campainha.)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Gostaria de que fosse incluído no A Voz do Brasil.

E reitero a V. Exa., agora no final, que também no caso de Brumadinho a gente aja e rapidamente aprove os projetos de lei que já foram aprovados aqui na Câmara dos Deputados.

Ontem, eu disse isto de forma muito enfática: nós temos 20 barragens para cair na cabeça do povo de Minas Gerais. E tivemos, inclusive, tremor de terra em Ouro Preto e que refletiu na cidade de Congonhas, onde existe uma barragem muito grande, que fica na beira da cidade e que, se romper, será um desastre completo. E nós não podemos esperar que mais uma desgraça, mais uma tragédia aconteça para poder aprovar esse projeto de lei.

Então, eu confio que V. Exa. dará um rumo rápido a esse procedimento no Senado Federal.

Muito obrigado. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco/DEM - AP) – Declaro aberta a Ordem do Dia.

Gostaria de cumprimentar e agradecer o sistema Fecomércio do Estado do Amapá, em uma delegação...

(Manifestação da galeria.)



O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco/DEM - AP) – ... muito grande do meu Estado, do meu querido Amapá, que veio a Brasília participar da Semana do Amapá no Senado Federal e no Congresso Nacional e também da homenagem aos 74 anos da Confederação Nacional do Comércio. Tivemos uma sessão solene especial no Plenário da Câmara dos Deputados.

Eu gostaria de registrar, cumprimentar, parabenizar o sistema Fecomércio do meu Estado, do Estado do Amapá, os empreendedores, que geram emprego, riqueza e pagam os seus impostos para ajudar o Amapá e o Brasil. É uma comitiva...

(Manifestação da galeria.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco/DEM - AP) – ... muito grande, de mais de 50 amapaenses empreendedores, que representam o guerreiro comércio do Estado do Amapá, que emprega mais de 50% de toda a mão de obra do Estado, junto ao setor produtivo.

Esta semana a gastronomia do Amapá também foi palco de um grande espetáculo com a nossa culinária, com a nossa cultura, com o nosso marabaixo, que é a nossa dança típica, tradicional do meu Amapá, mostrando ao Brasil e ao mundo seus potenciais culturais, mostrando o povo hospitaleiro amapaense. Com certeza é uma grande honra e um privilégio ter essa grande delegação prestigiando o aniversário da CNC, mas, acima de tudo, representando o meu Amapá. Muito obrigado.

(Manifestação da galeria.)

O SR. CARLOS HENRIQUE GAGUIM (DEM - TO) – Sr. Presidente. Presidente. Presidente, me dá só um minuto, só uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco/DEM - AP) – Gostaria de passar a palavra ao Líder, eterno Governador, Deputado Gaguim.

O SR. CARLOS HENRIQUE GAGUIM (DEM - TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Só para informar, Sr. Presidente, ao povo do Amapá que ontem a Assembleia do Tocantins concedeu a V. Exa. também um título de Cidadão Tocantinense. V. Exa. hoje também faz parte do Tocantins, pelo trabalho que V. Exa. tem feito pelo Brasil, pelo Tocantins e pelo seu Amapá. Parabéns.

(Manifestação da galeria.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco/DEM - AP) – Muito obrigado, Deputado Gaguim. É uma honra e um privilégio. Eu fui agraciado com essa homenagem feita pela Assembleia Legislativa, proposta por V. Exa., que já foi Presidente também da Assembleia Legislativa do Estado de Tocantins.

Eu tive a honra e o privilégio de conhecer V. Exa. quando eu ainda era, Governador Gaguim, Vereador em Macapá. V. Exa. foi Presidente da Assembleia e, depois, Governador e, agora, Deputado Federal.

Muito obrigado pela homenagem feita pelo povo do Estado do Tocantins e pela Assembleia Legislativa daquele Estado, que me agraciou com essa comenda, e, hoje, eu passo a ser também, depois dessa homenagem, cidadão tocantinense.

Muito obrigado. *(Pausa.)*

Vamos iniciar a discussão em globo dos Vetos de nºs 34 e 36 a 44, de 2019.

Concedo a palavra ao Deputado Henrique Fontana. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Senador Luiz Pastore, do MDB, do Espírito Santo.



O SR. LUIZ PASTORE (Bloco/MDB - ES. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente do Senado e do Congresso Nacional, Senador Davi Alcolumbre, conforme exposto na minha posse, a reforma tributária é imprescindível para a retomada do crescimento da nossa economia, e entendo que a palavra de ordem seja simplificação.

Nesse sentido, trago aqui, para a reflexão de V. Exas., matéria publicada na *Folha de S.Paulo* no último dia 22, de autoria do eminente tributarista Hamilton Dias de Souza, especialista em Direito Tributário e mestre em Direito Econômico e Financeiro pela Universidade de São Paulo.

Título da matéria: "Fatos e versões da reforma tributária".

A PEC 45/2019 promete um IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) simples, isonômico, neutro, transparente e pretende resolver todos os problemas da tributação sobre o consumo. Será verdade?

Os defensores da PEC 45 afirmam que a versão de que o uso de uma alíquota única seria consenso na literatura internacional. O fato, porém, é que a pesquisa da OCDE "Consumption Tax Trends", de 2018, demonstra que, de 169 países, 154 (91%) adotam duas ou mais alíquotas. E dentre os 35 países membros da OCDE que utilizam o IVA (Imposto sobre Valor Agregado), apenas dois têm alíquota única. [Se me lembro, o Japão, com 8%, e o Chile]. Conclui-se que a maioria dos países tem duas ou mais alíquotas de IVA. Isso porque alíquota única não permite diferenciar bens essenciais de bens supérfluos.

Outra versão controversa é a afirmação de que as classes mais altas consomem mais produtos da cesta básica e mais serviços. Dados coletados pelo IBGE em 2018 demonstram que despesas com transporte, alimentação e saúde representam, em média, 43,6% do orçamento das famílias brasileiras. Dentre os países membros da OCDE são comuns reduções do IVA para alimentos básicos, saúde, educação e transporte público.

Assim, é evidente que o impacto da alíquota única sobre esses itens será maior no orçamento de famílias com menor renda. Por isso, há necessidade de alíquotas variáveis para minimizar a regressividade da tributação sobre o consumo. Afinal, não é razoável aplicar alíquotas idênticas a bens essenciais, como cesta básica, e de luxo, como joia.

De outro lado, há elementos que desmentem a afirmação de que a PEC 45 não aumentará a carga tributária. Com efeito, embora a alíquota do IBS tenha sido estimada em 25%, não há memória de cálculo que permita averiguar a exatidão desse percentual. Mas não é só. Para não haver queda na arrecadação, sua alíquota deverá equivaler às médias de ICMS, IPI, ISS, PIS e Cofins e ainda haverá a incidência adicional de um novo imposto, o seletivo, que recairá sobre as mesmas bases.

Se a alíquota média do setor seletivo for 2%, o impacto será de 27%, no mínimo.

Além do aumento de carga tributária decorrente da instituição do imposto seletivo, diversos setores serão pesadamente onerados, como profissionais autônomos (na ordem de 470%) e prestadores de serviços no regime do lucro presumido (211%, aproximadamente). Também deve ser considerada a questão federativa. Segundo a Receita Federal, IPI, PIS e Cofins representam 41,5% das receitas tributárias da União. Já o ICMS e o ISS representam, respectivamente, 88% e 43% das receitas tributárias dos Estados e Municípios, conforme levantamento da Ernst & Young.



Transferir essas receitas para a União, como pretende a PEC, implicará redução da autonomia financeira dos entes descentralizados. Isso porque Estados, Municípios e Distrito Federal não estarão autorizados a instituir e arrecadar o IBS, nem variar alíquotas em função do setor, do produto ou das circunstâncias econômicas.

Por fim, não é correto afirmar que a PEC 45/2019, simplificará o sistema, afinal serão inseridos 141 dispositivos inéditos na Constituição Federal e cerca de 40 novos conceitos em matéria tributária. Nos dez primeiros anos de vigência do IBS, o País terá que conviver com dois modelos paralelos de tributação sobre o consumo.

Nesse período, os contribuintes terão que arcar com custos de conformidade em dobro e estarão sujeitos à fiscalização da União, Estados e Municípios, além daquela própria do IBS. Portanto, não haverá simplificação do proposto.

Em suma, entre fatos e versões, deve-se pensar se esta é a reforma de que o Brasil precisa. É necessário que os fatos sejam devidamente considerados.

Assim, nós Parlamentares deveremos refletir e debater à exaustão sobre a tão esperada reforma tributária.

(Soa a campanha.)

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Presidente, Senador Davi Alcolumbre, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco/DEM - AP) – Questão de ordem, Deputado Bohn Gass.

O SR. BOHN GASS (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Isso. Questão de ordem, baseada no art. 96, sobre a questão do funcionamento da Casa, que trata de uma reclamação que eu quero fazer.

Eu, agora, fui à Mesa, porque eu pedi para a nossa assessoria para saber a ordem das inscrições, como é que funciona. Era comum que os assessores das bancadas pudessem subir à Mesa para falar com a assessoria, ver como é que funciona, para nos ajudar, apenas para dar bom andamento as nossas atividades.

O que acontece é que agora os assessores, Presidente, estão sendo impedidos, impedidos – a nossa assessoria neste momento – de subir até a Mesa para falar com a assessoria de V. Exa. para ajudar nos trabalhos. Então, eu faço a seguinte reclamação: eu quero, gostaria, gostaria, porque, quando a gente precisa falar com V. Exa., nós mesmos subimos e conversamos, mas o assessor sempre tem nos ajudado para que se possa coordenar. Se são muitos, porque há vários partidos, então, que ao menos se combine uma forma, eu já estou querendo encaminhar uma solução...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco/DEM - AP) – É, você está certo.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – ... para que...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco/DEM - AP) – V. Exa. está certo!

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – ... uma assessoria nossa designada possa, representando a nossa bancada, poder falar, subir à Mesa, porque, de fato, precisa...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco/DEM - AP) – Vou lhe dizer qual é o problema. Às vezes, a gente está aqui dirigindo a sessão, dirigindo os trabalhos, e há cem pessoas aqui atrás conversando. Então, a própria segurança está tentando controlar para fazer uma regra. Mas eu gostaria de pedir para os assessores e para os seguranças que eles autorizem



gradativamente os assessores dos Parlamentares para que se dirijam à Mesa até para apresentar requerimentos e fazer as ponderações com a equipe técnica, que fiquem por ali.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco/DEM - AP) – Mas aí façam as ponderações e desçam para assessorar os Parlamentares.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Presidente, eu agradeço a sua sensibilidade, porque, de fato...

(Soa a campainha.)

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – E aí eu preciso defender os assessores. Eu acredito que, se há cem, não são cem assessores; acredito que são mais até Parlamentares. Nesse sentido...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco/DEM - AP) – Não, mas eu fui falar que há muita gente e a gente não consegue compreender o...

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Eu entendi, eu entendi. Mas que haja essa designação para que ao menos um responsável de cada partido possa fazer essa interação.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco/DEM - AP) – Claro.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Eu agradeço a sua compreensão. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco/DEM - AP) – V. Exa. está certo.

O SR. ALCIDES RODRIGUES (PATRIOTA - GO) – Sr. Presidente...

Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco/DEM - AP) – Eu quero chamar, pela ordem aqui de inscrição, o Deputado Paulo Teixeira.

Nós estamos em discussão dos Vetos 34, 36 a 40, e já está na ordem de inscrição da discussão. Portanto, as breves comunicações foram suspensas.

Concedo a palavra ao Deputado Paulo Teixeira. *(Pausa.)*

Deputado Paulo Teixeira. *(Pausa.)*

Deputado João Daniel. *(Pausa.)*

Deputado João Daniel. *(Pausa.)*

Deputado Marcon. *(Pausa.)*

Deputado Marcon. *(Pausa.)*

Deputado José Ricardo. *(Pausa.)*

O SR. JOSÉ RICARDO (PT - AM. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de saudar todos os Deputados e Senadores aqui presentes, em sessão conjunta do Congresso.

Queria, primeiro, fazer um registro: o Papa Francisco nomeou o novo Arcebispo da Arquidiocese de Manaus, Dom Leonardo Steiner, Bispo Auxiliar aqui de Brasília, que agora vai estar assumindo, no caso, em janeiro, a Arquidiocese de Manaus, a maior da Amazônia, do Norte do País. E vai estar substituindo a Dom Sérgio Castriani, que, com problemas de saúde muito sérios, pediu o afastamento, e o Papa Francisco atendeu e nomeou, portanto, Dom Leonardo.

E Dom Leonardo é da Congregação dos Frades Menores, franciscano, portanto. Ele é natural de Santa Catarina. Já assumiu várias responsabilidades junto à CNBB, inclusive como Secretário-Geral. Também já foi Bispo de São Félix do Araguaia, Mato Grosso, e agora estará assumindo lá em Manaus. E a gente quer aqui já registrar e acolhê-lo. Seja bem-vindo. Que possa realmente fazer um bom trabalho em prol do povo da Amazônia, do Estado do Amazonas, o maior Estado



do Brasil, nesse momento de grandes desafios, quando a Amazônia, o povo da Amazônia é ameaçado com as ações ou as omissões também do Governo Federal, do atual Governo Bolsonaro – as queimadas, devastações que aumentaram, as ameaças aos povos indígenas.

Dom Leonardo foi inclusive Bispo Referencial do Conselho Indigenista Missionário. Fez um bom trabalho também em defesa dos povos indígenas e com certeza terá muito mais trabalho lá em Manaus, no Estado do Amazonas. Portanto, Dom Leonardo, seja bem-vindo.

Mas não posso também de deixar aqui um abraço e lembrar do trabalho de Dom Sérgio, que se retira agora, mas continua como Bispo Emérito, Arcebispo Emérito da Arquidiocese, ele que há 38 anos trabalha, serve, ajuda o povo da Amazônia, Dom Sérgio Castriani, e a defesa da juventude, dos povos amazônicos foi a grande marca de Dom Sérgio. Ele, um estudioso dessa realidade, bem inserido no debate, nas discussões das soluções, agora se afasta por problemas infelizmente de doença. Continua ativo, escrevendo, refletindo sobre a necessidade de nós defendermos os mais pobres, os que mais necessitam, de nos posicionarmos contra qualquer medida, qualquer ação que possa prejudicar os povos e as pessoas mais vulneráveis.

Ele, um grande entusiasta do Sínodo da Amazônia, não pôde estar lá em Roma, mas foi o grande coordenador nessa Região do Estado do Amazonas, para refletirmos sobre a Amazônia, as riquezas e os direitos dos povos que estão sendo desrespeitados.

Quero aqui deixar, portanto, nossas parabenizações pelo trabalho realizado por Dom Sérgio e desejar a ele muita saúde, que continue perseverante, apesar dos problemas.

Em 2015, ele recebeu o título de Cidadão Amazonense, em projeto de minha autoria, portanto, reconhecendo a dedicação desta pessoa, deste religioso para com o Brasil, a Amazônia, o povo dessa região.

Sr. Presidente, não posso deixar de me manifestar em relação ao veto total que foi apostado pelo Presidente da República em relação ao projeto aprovado por esta Casa, que inclui os profissionais, assistentes sociais e psicólogos nas escolas, na área da educação. Eu apresentei uma PEC com esse mesmo propósito, para ter assistente social, psicólogo e nutricionista em todas as escolas públicas e privadas do Brasil. Mas aqui, esta Casa já aprovou esse projeto de lei, e é um absurdo o que o Governo faz ao vetar, porque precisamos desses profissionais nas escolas. Nós sabemos que hoje boa parte dos problemas passam pela necessidade de ter profissionais para acompanhar também os estudantes, como os assistentes sociais e psicólogos. Professores.

Nós temos aí a juventude, para a qual deve ser dado um olhar especial com relação às drogas. Mas a gente vê a insensibilidade deste atual Governo, que aliás está incentivando a violência em relação às armas, ao combate ao crime de forma desordenada, sem pensar nos direitos, sem pensar na juventude.

Portanto, o nosso posicionamento é contrário a esse veto, a favor do projeto.

E aqui quero parabenizar a Deputada Rejane Dias pela dedicação a esse projeto. Estamos juntos. Nós temos de insistir. Não podemos aceitar que, além dos cortes, da redução do investimento em educação, também não se permita que a escola tenha uma equipe multidisciplinar para poder atender aos alunos, professores e funcionários. Os indicadores estão mostrando a necessidade de nas escolas haver esses profissionais.

Lamento que nós tenhamos ainda um pensamento que é mais importante: fazer o enfrentamento ao crime, encarcerar os jovens, quando nós deveríamos estar fazendo o sentido contrário, investir no jovem, garantir que esteja na escola. E haver assistente social e psicólogo na



escola ajuda na permanência da criança, do adolescente e do jovem na escola que, portanto, terão um futuro melhor.

Portanto, nosso posicionamento contrário, lamentando o veto total a esse projeto.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco/DEM - AP) – Deputado Jorge Solla. (Pausa.)

O Deputado Marcon estava inscrito, mas eu vou chamar o Jorge Solla pela ordem.

Eu chamei V. Exa. e vou chamar V. Exa. assim que ele terminar.

O SR. JORGE SOLLA (PT - BA. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Presidente.

Estamos vivendo realmente um tempo extremamente difícil em nosso País. Esse Governo já disse muito a que veio. A gente sabia que não era coisa que prestasse, Deputado Marcelo Nilo, mas eu tenho certeza de que ninguém imagina que iriam fazer um estrago tão grande em um tempo tão rápido como estão fazendo em todas as áreas, todas.

Nem quem está aqui no Congresso consegue ter a dimensão do tamanho do estrago que a quadrilha que se apossou do poder está fazendo em nosso País: destruição de direitos, direitos trabalhistas, direitos previdenciários; destruição das políticas públicas. Por último, agora querem mudar... Querem não; já aprovaram uma mudança no financiamento da atenção básica, que fere de morte a lógica de organização da atenção básica que a Saúde da Família implantou neste País com resultados extremamente bem-sucedidos.

E vão reduzir recursos. Fizemos simulações que mostram que mais de 80% dos Municípios brasileiros vão perder recursos da atenção básica com a fórmula que eles aprovaram recentemente. A assistência social está sendo destruída, dilapidada. Quase um milhão de famílias já saíram do Bolsa Família.

Da educação não vou nem falar, porque nunca houve um ministro tão destrutivo quanto este que está na educação. Agora foi divulgado o desastre que o próprio Tribunal de Contas já está apurando nas políticas educacionais no País.

E o patrimônio deste País está sendo destruído, entregue. Quero parabenizar, inclusive, a FUP, os petroleiros que estão mobilizados, que estão fazendo greve, que estão lutando contra a destruição da Petrobras, contra a entrega do nosso patrimônio.

E inventaram agora outra coisa, inventaram outra situação, Deputado Glauber. Agora o Governo compra voto aqui na Câmara e não paga. Além de tudo é um governo caloteiro. Inclusive aprovaram os PLNs de que precisavam para pagar a conta. É um absurdo o Governo comprar o voto dos Parlamentares para destruir a previdência social!

Líderes de partido foram publicamente à TV Câmara e a vários órgãos de comunicação e disseram: "Para votar uma proposta tão ruim para a população brasileira, uma proposta tão prejudicial para o nosso eleitorado, tem que haver compensação. Por isso, o Governo vai ter que pagar para comprar esse voto". Assumiram o compromisso e não pagaram. Por isso, há esse descontentamento. Todo dia, aqui ameaçam de não votar uma coisa, de não dar quórum. Parem de ser caloteiros! Paguem a dívida! Vocês compraram o voto. Paguem o voto que vocês compraram! Não sejam caloteiros, senão perdem o crédito!

Quando vier para cá o Projeto Verde Amarelo, que quer destruir ainda mais os direitos trabalhistas, que quer botar o trabalhador para trabalhar no sábado, no domingo e no feriado sem



hora extra, que quer dilapidar ainda mais, mais chicote no lombo do trabalhador, vocês não vão conseguir comprar o voto dos Parlamentares, como fizeram com a previdência social.

E olhem que há muito projeto ruim na pauta – não é só esse que destrói ainda mais o direito trabalhista, não! Há um projeto que destrói o saneamento básico. O projeto que destrói o saneamento básico e que vocês querem aprovar para privatizar o filé *mignon* da água e do saneamento e entregar o osso sem financiamento para os Estados está na pauta, está vindo. Com certeza, a maioria dos Parlamentares não vai querer aprovar a destruição da política de saneamento básico se não tiver uma palhinha no bolso, como teve na previdência. Então, paguem a conta! Deixem de ser caloteiros para ter alguma credibilidade, senão não adianta.

Vocês sabem que aqui só aprovam se botarem dinheiro na mesa. Se não botarem dinheiro na mesa, vocês não aprovam nada, porque o povo brasileiro não quer que destruam o saneamento básico. O povo brasileiro não quer perder ainda mais seu sábado, seu domingo sem hora extra. O povo brasileiro não queria perder o direito de se aposentar. Vocês tiveram que comprar voto, e publicamente, como nunca houve. Vocês lembram que Fernando Henrique Cardoso até hoje diz que é mentira, que ele não comprou voto para aprovar a reeleição. Vocês, não! Vocês dizem publicamente – todo mundo sabe, todo mundo afirma – que compraram voto. Mas têm que pagar a conta – têm que pagar a conta!

Então, vamos parar destruir o direito dos trabalhadores. Vamos parar de destruir as políticas públicas. Vamos parar de entregar o patrimônio da população brasileira, porque a sucata que vocês vão deixar neste País em quatro anos e a destruição que vocês vão fazer não têm limite. A única coisa com que vocês se preocupam, efetivamente – na área de segurança, por exemplo –, é botar arma na rua. Já aprovaram quatro projetos, Deputado Bohn Gass, para botar mais arma na rua. Eu sei que as empresas de armamento financiaram a campanha de Bolsonaro, mas não precisam pagar uma conta tão grande assim também.

Nós temos que cuidar da segurança da população brasileira. São 60 mil homicídios – 60 mil homicídios – por ano, e a única política de segurança que vocês querem fazer é colocar mais arma na rua, matar mais gente, condenar mais ainda o pobre neste País. Nós temos que ter política pública, como houve no Governo de Lula e Dilma, na educação, na saúde, na assistência social. Financiar as políticas para quem mais precisa em nosso...

(Interrupção do som.)

(Soa a campanha.)

O SR. JORGE SOLLA (PT - BA) – Nós precisamos...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco/DEM - AP) – Para concluir, Deputado.

O SR. JORGE SOLLA (PT - BA) – Para concluir.

Nós precisamos investir mais ainda na educação, na saúde e na assistência social.

Durante o Governo do Presidente Lula e da Presidenta Dilma, nós tivemos o aumento real – real – de 60% do orçamento do Sistema Único de Saúde. O orçamento do SUS para o ano que vem, que o Governo mandou para esta Casa, reduz em R\$10 bilhões – R\$10 bilhões. E mais, Sr. Presidente, eu nunca vi, é a primeira vez na vida que eu vejo um Ministério recusar emenda orçamentária para aumentar o orçamento da sua pasta. A Comissão de Seguridade Social propôs fazer um aumento no orçamento do Ministério da Saúde para contemplar os novos serviços que estão sem financiamento, e o Ministério é contra, porque diz que a ordem do Ministro Paulo Guedes é que o orçamento do ano que vem é menor do que o deste ano e...



(Interrupção do som.)

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco/DEM - AP) – Deputado Marcon, o Senador Otto estava inscrito. Deputado Marcon, eu estou intercalando Senador e Deputado. Como ele estava inscrito e não estava no Plenário, mas chegou, eu vou passar a palavra ao Senador e passo para V. Exa.

Senador Líder Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a minha intervenção vem exatamente após a conversa que eu tive o prazer de ter com V. Exa. hoje pela manhã.

Sr. Presidente, V. Exa. tem, se decidir assim, condições de devolver o monstrengo que o Governo Federal mandou para o Congresso Nacional, que é a MP 905, da carteirinha verde-amarela, inconstitucional, inconveniente, que cria uma série de dificuldades para o trabalhador brasileiro, que já está enfrentando depois da reforma trabalhista e da reforma da previdência. Portanto, trata-se de quase uma nova reforma trabalhista, dessa vez por medida provisória. Como mais uma modalidade de trabalho precário, intensifica a jornada de trabalho, que pode gerar desemprego, enfraquece os mecanismos – todos eles – de fiscalização das infrações, enfim, uma série de coisas que essa medida provisória traz no seu bojo.

Em outros casos, Presidente Davi, o Presidente do Congresso Nacional já tomou decisões e devolveu medidas provisórias dessa natureza. O Presidente Renan devolveu duas ou três medidas provisórias que são totalmente inconvenientes para o trabalhador brasileiro. Já tivemos reforma trabalhista e da previdência. Tudo tem que ser em cima da pessoa física do trabalhador da iniciativa privada ou do setor público? Cobrar de desempregado? Seguro-desemprego? Isso é uma maldade muito grande, tanto que eu falei com V. Exa. hoje que o autor dessa medida provisória, o elaborador dela ou aquele que produz essa medida provisória, certamente, não vai para o céu de Jeová; vai para o inferno de Dante, porque está matando, está querendo matar o trabalhador brasileiro.

Eu peço a V. Exa. que devolva esse monstrengo chamado carteirinha verde-amarela.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco/DEM - AP) – Com a palavra o Deputado Marcon.

O SR. MARCON (PT - RS. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Presidente.

Eu estou aqui, Srs. Deputados, Deputadas, Senadores e Senadoras, em primeiro lugar, para prestar nossa solidariedade aos funcionários públicos do Estado do Rio Grande do Sul, principalmente à categoria dos professores. Os professores estão em greve. O Governador Eduardo Leite, antes de abrir o diálogo, chamar para a negociação, vem ameaçando essa categoria de cortar o ponto, de tirar os direitos, de terminar com o plano de carreira, inclusive tirar o difícil acesso dos professores estaduais do Rio Grande do Sul.

Mas, antes de chamar ao gabinete do Governador a Presidente do CPERS, a diretoria do sindicato dos funcionários das escolas, dos professores, companheira Helenir, ontem jogou a Brigada Militar, que é outra categoria que está perdendo direitos. Foi uma guerra campal em frente ao Palácio Piratini, em frente à Assembleia, ontem lá no Rio Grande do Sul.

Nossa solidariedade aos professores, aos funcionários públicos, que não se calaram ante a ameaça do Governador do Estado.



Governador Eduardo Leite, na campanha, você dizia que iria pagar os salários em dia. Além de não pagar os salários em dia, recebe com bombas de gás lacrimogêneo, com pimenta no rosto dos professores e das professoras. Qual é a moral que um professor tem para entrar numa sala de aula e dizer que eles foram espancados? Que moral tem uma professora quando o aluno lhe pergunta "profe, o que aconteceu na sua cabeça, que você está espancada, que está com a cabeça quebrada?"? Essa foi a educação que você aprendeu na sala, Governador do Estado?

Tu estiveste, na semana retrasada, nos Estados Unidos fazendo curso. Tu vais aos Estados Unidos para ter a escola do Trump para espancar quem ensina nossos filhos no Rio Grande do Sul, quem faz a educação, que são os professores e as professoras. Nossa indignação, nossa solidariedade. Governador Eduardo Leite, é de diálogo que a educação precisa no Rio Grande do Sul, não de violência. Basta de violência! Vamos ter a cultura da paz, a cultura do diálogo, a cultura da negociação. É disso que o Rio Grande precisa. Essa é a prática dos "tucanos" e dos filhotes do Bolsonaro, que não querem diálogo.

Outra questão que me traz aqui é a dos Municípios, do pacto federativo, essa PEC que está circulando na Câmara e no Senado, assinada por cerca de 50 Senadores. Todo mundo pode assinar o que quiser, todo mundo pode fazer o que quiser, mas eu quero dizer que essa PEC dá mais obrigação aos Municípios e menos dinheiro do Governo Federal. Terminar com 1.260 Municípios no Brasil, 226 no Rio Grande do Sul...

Cada Estado tem três Senadores, digo para quem está assistindo à TV Câmara. Três Senadores. No Rio Grande do Sul, o Senador Lasier Martins e o Senador Luis Carlos Heinze votaram essa PEC para terminar com 226 Municípios, e eu, aqui, me sinto elogiado pelo Senador Paulo Paim, que disse "não" a essa PEC, que não assinou essa PEC. E eu quero pedir aos Vereadores e Prefeitos que fizeram campanha por esses dois Senadores gaúchos que retirem sua assinatura, que digam "não" a esse projeto maldoso, porque os pequenos Municípios são o que fazem distribuição de renda, os pequenos Municípios são os que atendem a população na área da saúde, na área da educação, da infraestrutura.

E eu quero pedir aos Vereadores e Prefeitos que fizeram campanha por esses dois Senadores gaúchos para que retirem suas assinaturas, que digam "não" a este projeto maldoso, porque os pequenos Municípios são o que fazem distribuição de renda, os pequenos Municípios são os que atendem a população na área da saúde, na área da educação, da infraestrutura.

E eu vou votar contra esta PEC...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco/DEM - AP) – Deputado...

(Soa a campainha.)

O SR. MARCON (PT - RS) – Para terminar, Sr. Presidente.

Lá, no Rio Grande do Sul, vão acabar 46% dos nossos Municípios. E esse recurso que deixa de ir para os pequenos Municípios vai ser dividido para um grande bolo. Não é um Município-mãe que vai receber.

Por isso os Vereadores, os Prefeitos se mobilizam, no Brasil inteiro, para dizerem aos Senadores que retirem a sua assinatura.

Lá, no Rio Grande do Sul, eu espero que o maior número de Prefeitos, que é do Partido Progressista, diga para o seu Senador, diga para aquele para quem fez campanha: não vão destruir os nossos Municípios!



Meu voto é "não" e é a favor dos pequenos Municípios.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco/DEM - AP) – Obrigado.

Agora, está inscrito para discussão o Senador Rodrigo Pacheco.

Em seguida, o Deputado Edmilson Rodrigues.

Como não há outro Senador, será o Deputado Bohn Gass.

Mas, agora, é o Senador Rodrigo Pacheco.

São um Senador e um Deputado.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco/DEM - MG. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Davi Alcolumbre, é uma grande responsabilidade ser Senador da República por um Estado da dimensão do Estado de Minas Gerais. Oitocentos e cinquenta e três Municípios, muitas dificuldades, inúmeros déficits das mais variadas ordens.

E a política, eu aprendi isso, é a arte de escolher – escolher prioridades, escolher o que é possível, escolher o que viável.

Nós temos diversas demandas no norte de Minas Gerais. Uma delas, que reputo a principal e a escolhi como prioridade do meu mandato, é a finalização da Barragem de Jequitaí. Trata-se de uma barragem que resolverá em grande monta o problema hídrico do norte de Minas, que atinge de maneira muito veemente 12 Municípios, uma área irrigada de 35 mil hectares, uma geração de empregos, entre diretos e indiretos, de 100 mil empregos e mais de 400 mil toneladas de produção/ano de alimentos.

O norte de Minas é uma região carente. Essa obra é fundamental para o norte de Minas.

E aqui eu quero fazer um agradecimento a V. Exa., Senador Davi Alcolumbre, que compreendeu essa necessidade quando levei essa demanda a V. Exa. E V. Exa. de pronto pediu ao Ministro Gustavo Canuto que tivesse atenção a essa demanda do norte de Minas. E, juntos, encaminhamos ao Ministro Gustavo Canuto a demanda de recursos para a Barragem de Jequitaí.

E é grande a minha alegria hoje ao ver no PL 48, de 2019, graças a esse trabalho conjunto nosso... E aqui enalteço também a bancada dos Deputados Federais, especialmente com atuação no norte de Minas, para que esse recurso seja liberado, R\$50 milhões para a Barragem de Jequitaí.

V. Exa. tem uma participação importante nisso. Acreditou nesse projeto que encaminhei a V. Exa. E que sejam os primeiros R\$50 milhões de outros que são necessários para a finalização da obra. Eu próprio, como membro da Comissão de Infraestrutura do Senado, fui autor e Relator da emenda, uma das quatro aprovadas na Comissão de Infraestrutura, que garante mais R\$50 milhões para a Barragem de Jequitaí.

E política, Sr. Presidente, é a arte de escolher. Escolhemos como prioridade a Barragem de Jequitaí para que ela seja finalizada, quem sabe, no próximo ano ou daqui a dois anos, que seja finalizada para o povo do norte de Minas, que eu tenho orgulho de representar no Congresso Nacional.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco/DEM - AP) – Senador Rodrigo Pacheco, eu quero aproveitar essa oportunidade para fazer uma manifestação justa a V. Exa., como Parlamentar, como Senador da República, representando o Estado de Minas Gerais. Desde o começo do ano, V. Exa. tem levado ao conhecimento deste Presidente a necessidade e a importância dessa obra para o Estado de Minas Gerais, que é a construção dessa Barragem de Jequitaí. V. Exa. participou de três ou quatro reuniões com a minha presença e, em todas elas, fez



questão de se manifestar em relação a essa obra importante no Estado de V. Exa. Teve de pronto o nosso apoio e com certeza absoluta do próprio Governo Federal.

Eu quero da mesma maneira agradecer ao Ministro Canuto, que sabe da importância dessa obra para o Estado de V. Exa., ao Governo Federal, que, sensível à importância e à magnitude dessa obra para o seu Estado, acolheu o requerimento encaminhado por V. Exa. com a possibilidade de abrir esse crédito. Para fazer justiça a V. Exa., V. Exa. solicitou R\$100 milhões. Era o pleito de V. Exa., porque colocou e ponderou naquele momento que a obra toda custaria R\$200 milhões.

Mas, infelizmente, diante das dificuldades, a gente não pôde contemplar os R\$100 milhões. Mas tenho a certeza de que, com a votação desse crédito, desse projeto de lei do Congresso Nacional, contemplando R\$50 milhões, essa obra se iniciará e nós teremos a dotação e a rubrica para colocar mais R\$50 milhões, mais R\$50 milhões. E, daqui a dois ou três anos, se Deus permitir, essa obra acontecerá no Estado de V. Exa.

Então, quero fazer justiça, porque participei de várias conversas. V. Exa. foi um entusiasta para que essa obra acontecesse e, no dia de hoje, na votação desses projetos de créditos, o projeto e o sonho de V. Exa. serão contemplados.

Parabéns, Senador Rodrigo Pacheco.

Gostaria de chamar o Deputado Bohn Gass para fazer uso da palavra, em discussão dos vetos em globo.

O SR. BOHN GASS (PT - RS. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, colegas Deputados, Senadores e Senadoras, a notícia ruim do dia é que o salário mínimo que este Congresso votou na LDO, na Lei de Diretrizes, que iria em 2020 a R\$1.039, acaba que o Governo Bolsonaro já está começando a cortar. Já cortou R\$8. A notícia de hoje é que o que este Congresso votou, 1.039, vai para 1.031.

Alguém pode dizer, "mas Bohn Gass, o que são R\$8?" Oito reais, para quem tem muito, é pouco; mas para o povo, vai dar, se não abusarem muito do preço do gás, o trabalhador vai comprar um bujão de gás, vai comprar um bujão de gás.

O Temer, depois do golpe, o salário que nós votamos para o trabalhador na época, em 2018, era 979; entrou o Temer – agora até está aparecendo bem que o Cunha fez as manobras aí, inclusive com os que não reconheceram o resultado eleitoral na época –, 979 abaixou para 954.

O Bolsonaro, a primeira atitude do Bolsonaro, no salário que nós votamos, de R\$1.002, a primeira atitude do Bolsonaro, tirou do povo trabalhador, 998. Agora nós votamos 1.039, e o Bolsonaro tira R\$8 de cada trabalhador.

Sabe quanto isso significa a menos na economia do Brasil? Senadores e Deputados, R\$5 bilhões, que não vão à farmácia, que não vão à padaria, que não vão à loja, que hoje está quase sem vendas. E obviamente, se não vende, a indústria não produz, e o emprego não é gerado.

Esse ataque que o Bolsonaro faz ao trabalhador precisa ser revertido. E é isso que esta Casa tem que dizer.

O Presidente Lula reajustou o salário mínimo acima da inflação. Se nós pegássemos lá de 2003 para hoje, se o Lula não tivesse reajustado acima da inflação, dados oficiais do Dieese, R\$573 o salário mínimo. Os 425 que acompanham os 573, para chegar a 998, foram obra do Lula, da Dilma, que deu incremento econômico, consumo, fez gerar emprego, a indústria produzir.



E hoje nós temos o congelamento e, pelo Paulo Guedes, em vez de ameaçar AI-5, que reajuste salário, que pense no consumo, que aqueça a economia, e não intimide a população com ato autoritário, o AI-5.

Eu tenho um projeto tramitando nesta Casa, para reajustar o salário mínimo acima da inflação. Se o meu projeto fosse aprovado, junto com a Deputada Gleisi, nós fizemos juntos esse projeto de reajustar acima da inflação, o trabalhador receberia, para o próximo ano, 1.052. Nós votamos 1.039, e o Bolsonaro está retirando do povo trabalhador esses R\$8 de cada um.

Eu quero aqui, nesta sessão do Congresso, dizer que, na Medida Provisória nº 905, a verde e amarela, no que tange ao fundo de garantia, nós temos um roubo, um assalto ao trabalhador!

Eu tenho os cálculos aqui. Aquele trabalhador que ganha R\$1 mil durante um ano, se ele é demitido, como o patrão tem de recolher 8% e a multa sobre o fundo de garantia é de 40%, então, estaria ganhando... Essa arrecadação é de R\$980, mais 40% de multa. Então, no ano, quem ganha R\$1 mil iria ganhar, então, se demitido, R\$1.344.

Atenção agora! Na nova modalidade da carteira verde e amarela, o patrão não vai mais recolher 8%, vai recolher 2%; a multa não é de 40%, mas 20%. Então, o trabalhador que durante o ano recebeu um salário mínimo, que são R\$1 mil, e que receberia R\$1.344 vai receber sabem quanto? R\$288! Deputados e Senadores, são 78% a menos!

(Interrupção do som.)

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Só para concluir o meu raciocínio, Presidente Davi Alcolumbre.

Obrigado, colegas.

Eu quero chamar a atenção para isso. A indenização do fundo de garantia do trabalhador com um ano recebendo R\$1 mil, que é o salário mínimo, seria de R\$1.344. Na carteira verde e amarela, esse mesmo trabalhador vai receber, Deputados e Senadores, R\$288. São menos 78%! Não é possível que isso possa vingar!

Por isso, nós estamos solicitando, em nome das centrais sindicais, dos nossos partidos, com vários Senadores e Deputados: Senador Davi Alcolumbre, devolva ao Governo essa Medida Provisória 905. Ela é criminosa! Ela é inconstitucional! Ou nós vamos dar o aval para que o trabalhador, que só no tema do fundo de garantia receberia R\$1.344, receba R\$288. Nós podemos concordar com isso? 'É uma nova reforma trabalhista em curso!

Então, mais uma vez, esta sessão do Congresso é importante porque ela pode dizer: "Presidente, devolva ao Governo essa Medida Provisória 905, da carteira verde e amarela, porque ela é inconstitucional e criminosa para com o povo trabalhador".

O SR. DARCI DE MATOS (PSD - SC) – Sr. Presidente, já deu quórum. V. Exa. poderia abrir a votação.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco/DEM - AP) – Eu estou aqui com vários Líderes para construir um acordo em relação à cédula e aos destaques. Por isso, vou ficar chamando os oradores inscritos até a gente concluir. Depois que concluir, inicia-se a votação e, aí, o procedimento será normal. Deixem-me concluir o acordo aqui.

O Deputado Daniel, do Cidadania, encontra-se em Plenário? *(Pausa.)*

Ainda não, Líder Omar. Estamos resolvendo aqui a questão do acordo em relação à cédula.

O Deputado Daniel se encontra? *(Pausa.)*

Daniel, só uma consulta. O destaque fica retirado para a gente derrubar na cédula. *(Pausa.)*

Eu queria que V. Exa. procurasse, enquanto construímos aqui o acordo, o Líder Eduardo.



Concedo a palavra ao Deputado Vicentinho. (*Pausa.*)

Deputado Vicentinho. (*Pausa.*)

Deputado Vicentinho.

O SR. VICENTINHO (PT - SP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, apesar da maldade da Medida 905 e tantas outras apresentadas contra o nosso povo, nem tudo é coisa ruim. Por exemplo, eu sou corinthiano e, de repente, me vi torcendo pelo Flamengo, e torcendo muito. Torcendo, principalmente, porque lá existe um jogador que fez três gols, o jogador Gabigol.

O Gabigol, o nosso querido Gabriel Barbosa Almeida, nasceu em São Bernardo do Campo, lá no Montanhão, um bairro simples, de gente humilde, mas gente digna e corajosa. Jogou no campinho do Cafezal, que é um campinho muito pequenininho ali na região de São Bernardo.

Parabéns ao querido Gabriel, o Gabigol, ao seu pai, Valdemir!

Foi menino, portanto, no Montanhão, e, de repente, o Gabigol faz três gols. O primeiro gol contra o Grêmio, aliás, o primeiro gol contra o time argentino River Plate. O segundo gol, contra o River Plate, nos últimos minutos, momento de alegria para todos nós. Embora cada um tenha o seu time, mas o Brasil certamente torceu pelo Flamengo. E o terceiro gol foi quando o Governador, se aproveitando da fama, procurou o nosso Gabigol, se ajoelhou diante dele e pôs o Gabigol para botar o pé em cima da perna do Governador e o Gabigol não aceitou, deu de bandas.

Na cabeça do Gabigol devia estar a seguinte história: eu, que nasci na periferia, junto com meninos pobres, muitos que perderam a vida, não posso compactuar com um Governador que estimula a morte. E, portanto, esse terceiro gol do Gabigol é um dos gols mais importantes de um jogador que não esqueceu as suas raízes e sabe que, mesmo sendo, talvez, o melhor jogador do Brasil, soube dar uma resposta com um gesto simples.

Parabéns ao Flamengo!

Parabéns ao Gabigol!

Parabéns ao futebol brasileiro!

E, por falar em futebol, futebol brasileiro, eu tenho tido muita sorte. Primeiro, por ter tido o Gabigol como filho da cidade da qual eu tenho a cidadania, que é São Bernardo do Campo. Por falar no campo do Cafezal, em Diadema também existe um campo lá, um campo simples. Quem jogou neste campo quando menino, um dos melhores jogadores da Seleção Brasileira? O nosso querido Denilson, o Denilson, que jogou no campo do Albatroz, lá no Jardim Campanário, em Diadema.

E por que eu me refiro a este campo? Porque eu enviei já, há dois anos, uma indicação para a modernização, a construção do campo do Albatroz. Está lindo, o gramado sintético, o Prefeito Lauro... Nós vamos inaugurar este campo agora, ainda no mês de dezembro.

Portanto, para que se veja, nem tudo é ruim como esse Governo está fazendo.

E, por fim, eu quero agradecer aos meus colegas de bancada e Deputados de outros partidos, em especial ao nosso colega Fábio Trad, pois, ontem, ao saber que eu recebi honrosamente a carteira da OAB anteontem, fez um pronunciamento me felicitando. Obrigado, querido Fábio Trad, a você, que é um dos advogados proeminentes deste País, obrigado pelas suas palavras tão generosas!



Então, meus amigos, nós devemos sempre nos animar. Vamos lutar contra tudo o que é ruim para o nosso povo, mas não podemos perder a esperança de um dia termos um Brasil da alegria, da saúde, da cultura e do lazer.

Obrigado, Presidente.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Sr. Presidente...

Sr. Presidente...

Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco/DEM - AP) – Senador Omar.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu moro num Estado que tem 1,5 milhão de quilômetros quadrados...

(Soa a campainha.)

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – ... que tem dificuldades de transporte, tanto no investimento do transporte fluvial, porque, quanto aos recursos da Marinha Mercante, hoje, em relação a todas aquelas pessoas que procuram esses recursos para fazer embarcações para o transporte fluvial, a Região Norte sofre muito com isso, não tem acesso a esses recursos.

Existe a aviação, que é a agência nacional que cuida dessa questão, mas, principalmente nas Regiões Norte e Nordeste, lá não funciona a Anac, não funciona a Anatel e não funciona a Aneel. Na Anatel, nós não temos a telefonia, a que todos os brasileiros deveriam ter acesso, que é a internet. A Anac, a Agência Nacional de Aviação Civil, se preocupa em beneficiar empresários, e não se preocupa em beneficiar os usuários da aviação. A Aneel é uma verdadeira brincadeira; ela consegue aumentar a tarifa a cada mês, mas não consegue melhorar a qualidade da energia das regiões brasileiras.

E nós chegamos a uma conclusão: para que a Anac, para que a Aneel e para que as outras agências reguladoras, se o papel delas, e elas foram criadas para isso, era prover brasileiros de um bom serviço na aviação...

(Soa a campainha.)

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – E também, Sr. Presidente, na energia, há coisas que não estão acontecendo. Na semana passada, juntamente com alguns Parlamentares do meu Estado, eu estive na Anac. E, para a minha surpresa, o Presidente da Anac... Não sei como a Anac conseguiu sete *slots* para uma empresa no Estado de São Paulo, sem ter condições de colocar um avião para o nosso Estado. O que ela fez?

A Anac entregou esses *slots* para uma empresa e, uma semana depois, vendeu para a Passaredo e retirou as aeronaves da Manaus Aerotáxi, que havia no Estado do Amazonas. Com isso, nós ficamos desabastecidos na aviação regional.

Procurei o Presidente da Anac e ele disse a mim que eu tinha que procurar a empresa para tratar desse assunto. Pois, Sr. Presidente, eu fiz uma denúncia ao Cade e eu espero que o Cade reveja todos os *slots* que a Anac deu graciosamente no Brasil, nos últimos meses. Essa brincadeira do Presidente da Anac requer uma investigação por parte do Cade imediatamente! E eu, como Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, irei convocar o Cade e irei convocar o Presidente da Anac, para que eles expliquem essa brincadeira que está acontecendo na aviação regional brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco/DEM - AP) – Com a palavra o Deputado Darcísio Perondi. Em seguida é V. Exa.



Com a palavra o Deputado Darcísio Perondi. (*Pausa.*)

Com a palavra o Deputado Pompeo de Mattos.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, nós recebemos da Casa a proposta do Governo Bolsonaro de acabar com o DPVAT. São 80 milhões de segurados, 80 milhões de contribuintes, de beneficiários, um recurso que chega a mais de R\$10 bilhões.

Nós fizemos uma CPI aqui na Casa, eu participei dela, e na CPI nós constatamos problemas no DPVAT; problema de desvio de recursos, de verbas, por conta de laudos médicos falsos, venda de boletins de ocorrência, advogados com ações fraudulentas, prestadoras de serviços que nunca foram prestados, serviços fraudados, ou seja, roubaram o povo! Roubaram o contribuinte!

Mas quem fez isso não foi o DPVAT, quem fez isso foram pessoas e empresas, e essas pessoas têm nome e a empresa se chama Seguradora Líder. Esta roubou o DPVAT! Esta roubou o segurado! Esta roubou o Brasil! Pois bem, está feito o diagnóstico. Sabemos o problema. A solução não é acabar com o DPVAT, a solução é acabar com o ladrão! É acabar com a Líder! Acabem com a Líder. Tirem o ladrão de dentro do DPVAT, porque o DPVAT é do povo. É um recurso importante para o País, porque aqueles que pensam que sem o DPVAT é melhor... Ledo engano! O DPVAT, na hora do acidente, dá a proteção de que o cidadão precisa para ter o atendimento médico, hospitalar, prótese. Em eventual falecimento, há indenização. Então, ele é importante, sim, especialmente para o mais pobre. Se terminar o DPVAT, vai o acidentado para o SUS e, aí, adeus, tia Chica! No SUS, ele não vai receber atendimento. Então, a pretexto de que o DPVAT tem problemas – e tem! –, em vez de enfrentar o problema, simplesmente matam o DPVAT.

Mal comparando, é como se a criança estivesse suja, e alguém vai lá e lava a criança: coloca na bacia, coloca água, coloca o xampu, lava a criança e depois, em vez de atirar a sujeira fora, atira a sujeira com a criança e a bacia junto. É um absurdo, é um equívoco!

Vou dar mais um exemplo. O DPVAT tem problema? Tem. É como se alguém estivesse doente. Há duas maneiras de se livrar da doença: dar remédio para o doente se curar ou terminar de matar o doente, que morre junto com a doença. É o que estão fazendo. Em vez de dar remédio para o DPVAT, curar as suas feridas, as suas mazelas, as suas chagas, o câncer que ali está, eles preferem matar o paciente, eles preferem matar o DPVAT.

O pobre vai pagar essa conta, porque o rico compra um seguro privado; o rico faz o seguro do seu carro, o seguro do seu veículo, o seguro, enfim, do veículo automotor que ele tem; o pobre não tem a quem se socorrer. Esse seguro é o seguro do pobre, e o pobre vai morrer ou acidente ou na fila do SUS, porque o SUS não vai atender ao pobre. Eu faço essa advertência. Não que eu queira mais um imposto. Não! O DPVAT é bom, é necessário e importante para o pobre. O que não é aceitável é que roubem o DPVAT.

E há como evitar essa roubalheira. É só colocar fiscalização. Aliás, o Ministério Público detectou todos esses itens, a CPI apontou todos os problemas. Nós temos o diagnóstico; é preciso é o prognóstico, é preciso dar o remédio. É isso que nós temos de fazer e não acabar com o DPVAT, porque o pobre é que vai pagar a conta. Se não morrer no acidente, vai morrer na fila do SUS, porque não haverá mais DPVAT, e o SUS não socorre o pobre, que vai morrer na fila e na miséria.

Muito obrigado.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Pela Liderança do Novo, Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco/DEM - AP) – Deputado Marcel, estou chamando os inscritos aqui. Daqui a pouco eu vou chamar um Líder e um inscrito.

Aliás, vou começar agora a chamar.

Pela Liderança do Novo, Deputado Marcel.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco/DEM - AP) – Aí, eu vou intercalar.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Certo.

Agradeço muito.

Sr. Presidente, nós temos aqui, no Congresso, uma ação... Aliás, há alguns dias já, há algumas semanas já, está por ser realizada a análise de uma série de vetos do Presidente da República. É claro que é impossível, em cinco minutos, abordarmos todos os vetos que aqui vão ser avaliados pelos colegas Deputados, mas há três, em particular, que nós gostaríamos de debater nesta tribuna: um veto que foi corretamente feito pelo Presidente da República, e outros dois dos quais nós da Bancada do Partido Novo divergimos.

O primeiro – inclusive, é objeto de um destaque nosso – é o veto à recriação da propaganda partidária. Nós consideramos um absurdo voltarmos a renunciar em impostos, ou seja, em renúncias fiscais, conceder mais de R\$400 milhões por ano a emissoras de rádio e TV para veicularem propaganda política. Havia sido extinto o horário eleitoral, aliás, o horário partidário com a justificativa ou a desculpa de que esse recurso passaria a compor o fundo eleitoral, o fundão, ao qual, inclusive, nós somos contrários. Porém, essa desculpa só valeu no passado, porque agora recriou-se a propaganda partidária, e corretamente o Presidente Jair Bolsonaro apõe o veto a essa decisão no Congresso Nacional. Nós do Partido Novo destacamos essa matéria para que o Plenário do Congresso Nacional, que é soberano, possa, junto com o Partido Novo, derrubar essa excrescência brasileira, que já havia sido extinta, mas que foi recriada e, se o veto não for mantido, custará mais de R\$400 milhões aos cofres públicos.

O segundo veto do Senhor Presidente da República é o veto ao trecho da lei que criou o fundão, em que se estabelece o mínimo percentual de 30% do valor relativo às emendas de bancada para compor parte do fundo eleitoral nas eleições do ano subsequente. Sem o veto do Presidente da República, volta-se à redação original, em que o percentual mínimo não é estipulado, podendo, portanto, Presidente, se assim quiser, mandar para esta Casa 1%, 5%, e não 30%. Está escrito na lei apenas um percentual, e nós entendemos que isso é muito melhor do que o mínimo de 30%. Inclusive a fundamentação do veto veio equivocada, porque, na fundamentação do Governo, fala-se em teto limite de 30%, quando a lei é clara ao dizer que o fundo eleitoral será composto por dois fatores, e um deles é o de, ao menos, 30% do valor relativo às emendas de bancada impositivas, e não de, no máximo, 30%. Portanto, o Partido Novo orienta a derrubada desse veto.

Estivemos ontem com Cacá Leão, Relator do Orçamento, e com a assessoria da CMO confirmando essa informação e nós queremos menos dinheiro para o fundão, e não a possibilidade de mais dinheiro.

E, agora, o que nós consideramos o pior de todos os vetos aqui colocados, inclusive com recomendação dos próprios interessados, que são os advogados da União, permitindo, Deputado Marcelo Ramos...

(Soa a campainha.)



O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – ... que possam continuar a receber acima do teto os honorários que recebem quando estão exercendo a advocacia pública. Hoje, Sr. Presidente, são aproximadamente 7 mil servidores que recebem acima do teto – 17% de todas as folhas da União são representadas pelos advogados da União, que recebem, mensalmente, quase R\$9 milhões acima do teto constitucional, pagos em honorários.

Nós somos completamente contrários a este veto do Senhor Presidente da República, que, certamente, foi levado ao erro por aqueles que têm interesse próprio – peço, para concluir, Sr. Presidente, apenas um minuto da sua tolerância –, que nos custa R\$116 milhões por ano, dado que a média de cada servidor que recebe acima do teto é de R\$7,4 mil. Nós não podemos mais tolerar isso. Queremos todos acreditar e confiar que o Senhor Presidente da República acabou sendo levado ao erro, vetando este importante dispositivo que consta da nossa LDO, que acabou sendo, portanto, vetado. E agora precisa ser derrubado. Chega de abusos nos salários do setor público. Nem deveria existir esse tipo de pagamento de honorário para quem está ali para cumprir o seu trabalho de advogado da União. Existindo, não se pode admitir que ultrapasse o teto.

Portanto, o Veto 43 conta com a contrariedade do Novo, que busca a sua derrubada.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco/DEM - AP) – Eu gostaria da atenção do Plenário porque foi construído um entendimento e eu quero autorizar o início da votação em cédula, mas antes gostaria de informar ao Plenário que, num acordo feito com vários Líderes partidários e o Governo, nós vamos colocar quatro destaques para votarmos no painel em separado. E faço uma lembrança também: no acordo que foi construído para a retirada dos dispositivos, nós também, da mesma maneira, reduzimos o número de inscritos. Falaremos um a favor de cada destaque e um contra. E eu vou aumentar o tempo da defesa do destaque. E iniciaremos a votação logo em seguida.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Eram dois, Presidente. São quatro agora?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco/DEM - AP) – Quatro.

Vou informar agora aqui, Líder: a primeira votação, logo após encerrarmos a votação por cédula, será do destaque do Novo, que é o dispositivo 35.19.004 até o 35.19.036, que trata da propaganda partidária; a segunda votação no painel destacada será em um entendimento construído entre a Liderança da Rede e a Liderança do Cidadania – são os dispositivos 35.19.003, da Rede, e 35.19.037 até o 35.19.039, do Cidadania, que diz respeito à multa eleitoral e pagamento de despesas eleitorais; a terceira votação destacada será do Cidadania do Senado Federal, é o Veto Parcial 44.19.001, referente ao pagamento de indenização às mulheres marisqueiras; e a quarta e última votação é dos vetos da LDO, Veto Parcial 43.19, do destaque do PT da Câmara dos Deputados e do destaque do Novo da Câmara dos Deputados, que tratam da verba da educação e da inclusão no teto de pagamento de honorários para advogados da União. Portanto, são quatro votações destacadas no acordo, e eu gostaria de agradecer a todos os Líderes pela oportunidade. A relação... (**Requerimentos nºs 124 a 130/2019 – Vide item 4.2.1 do Sumário**)

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Sr. Presidente, do Novo.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco/DEM - AP) – Pois não, Líder.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Aqui, na frente.



O Líder do Governo no Senado está nos garantindo que esse veto será derrubado, que é o interesse do Novo. Se há acordo para derrubá-lo, o Novo retira o Veto 43, da verba dos honorários da AGU.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco/DEM - AP) – Uma consulta que eu faço ao Líder do Governo: esse veto já está na cédula?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – O Líder vai checar. Dando essa garantia, nós retiramos. Vamos aguardar.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Presidente, um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco/DEM - AP) – Deputado Frota.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente, eu gostaria de ressaltar aqui que o Deputado Molon e eu somos autores de um projeto de lei para que o dia 13 de dezembro se torne o Dia da Democracia. O Deputado Molon já tem todas as assinaturas de todos os Líderes, e é fundamental que isso seja visto, seja colocado, para que o povo brasileiro saiba que nós estamos falando em democracia, e não em AI-5.

Muito obrigado. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco/DEM - AP) – Deputado Zarattini, para o Cidadania e o Novo também teremos uma votação só, mesmo sendo dois dispositivos. Então, se V. Exa. aceitar, a gente pode fazer da mesma maneira o destaque do Novo e o destaque do PT, mas em uma única votação.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – O senhor está dizendo em relação à LDO?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco/DEM - AP) – Da LDO.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – Se nos der uma palavra para o Novo e uma palavra para nós, porque são assuntos diferentes...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco/DEM - AP) – Eu faço.

O veto é para derrubar, o do PT.

O veto é para derrubar?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/REDE - AP) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco/DEM - AP) – O veto é para derrubar, o do PT?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/REDE - AP) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco/DEM - AP) – Só um minuto, Líder.

O Líder Marcel está consultando se o veto do Partido dos Trabalhadores é para derrubar.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – É para derrubar.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco/DEM - AP) – Então, pronto. Vamos votar só em um dispositivo, o do Novo e o do PT.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/REDE - AP) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco/DEM - AP) – Estão fazendo uma coligação, o Novo e o PT.

Líder Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/REDE - AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Inusitada coligação, Presidente. Só V. Exa. pode produzi-la.

Estou dizendo que a coligação é inusitada. Só V. Exa. pode produzi-la.

Mas, Presidente, já que também a Rede e o Cidadania construíram uma coligação para a apresentação dos vetos, nós queremos pedir a tolerância de V. Exa. para, no momento da



sustentação dos destaques, ser garantida a sustentação por parte dos representantes da Rede e do Cidadania. Já que concordamos com o encaminhamento de uma votação somente, então, que seja garantida a sustentação de ambos.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco/DEM - AP) – Sim, eu acho que é razoável. Pelo entendimento que foi construído, foram retirados 43 destaques. Portanto, é legítimo que a gente possa conceder um prazo para que as Lideranças possam se manifestar, já que a Rede e o Cidadania também autorizaram a gente a fazer, por uma votação única, os dois dispositivos.

A coligação Cidadania e Rede está alinhada, mas Novo e PT estão dando conflito.

Declaro aberto o processo de votação e solicito aos Parlamentares que se dirijam aos postos de votação.

Pela Liderança do PSDB, concedo a palavra ao Deputado Ruy Carneiro.

O SR. RUY CARNEIRO (PSDB - PB. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Deputados Federais, lembro que, depois desta sessão do Congresso – conversava há pouco com o Presidente Alcolumbre –, às 17h, teremos Deputado Fred, a votação da MP 890 no Senado, que foi aprovada na madrugada de ontem aqui na Câmara. Como nós estamos numa sessão do Congresso, chamo a atenção dos Srs. Senadores para a importância dessa matéria.

Conversava, após a sessão ontem, com o ministro e com a sua equipe, e, logo no início de janeiro, o programa já vai à rua, e a seleção dos 18 mil médicos que irão a campo já começará a ser feita. Então, é importante que essa votação ocorra impreterivelmente no Senado na tarde de hoje.

Tivemos outros avanços ontem como a questão do Revalida, que não acontece há anos no Brasil. Daqui para a frente, vai acontecer, Senadora Daniella, duas vezes por ano, no formato do consenso a que chegamos aqui na Câmara. Esse programa dá uma segurança para os médicos para, após o seu segundo ano, através da Adaps, ter carteira assinada. Ao longo do tempo, podem chegar a um salário de R\$31 mil, com carteira assinada, não com o formato frágil que acontecia no programa passado, que era apenas um contrato temporário.

Enfim, chamo a atenção dos Senadores para a importância da aprovação dessa matéria hoje à tarde, que leva o médico para quem mais precisa, para as comunidades mais distantes, para as comunidades indígenas, para as comunidades fluviais, um médico que é formado no Brasil ou que passou pelo Revalida, ou seja, um médico qualificado. Nós não podemos ter no Brasil um profissional atendendo à população de primeira categoria e outro atendendo à de segunda categoria. A população mais humilde tem direito a um médico qualificado, da mesma forma como qualquer cidadão. Então, eu tenho a certeza da aprovação dessa matéria. Tivemos uma noite ontem de muita luta, com dificuldade, mas, graças a Deus, deu tudo certo com a aprovação dessa MP. Vamos avante e tenho certeza de que no terceiro, no quarto mês do próximo ano, a população brasileira já estará recebendo os novos médicos que lhe atenderão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Parabéns pela condução dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco/DEM - AP) – Deixa eu fazer uma ponderação aqui.

Líder Aguinaldo, eu conversei com o Deputado Marcel, conversei com o Líder Fernando. Há um entendimento, na cédula de votação, feito pelos Líderes partidários, para a derrubada desses vetos.



Então, eu queria consultar o Marcel e consultar V. Exa. também se a gente pode retirar esse destaque do Zarattini, do Líder Zarattini e do Líder Marcel.

O SR. AGUINALDO RIBEIRO (Bloco/PP - PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Só, Sr. Presidente, para fazer um registro que é importante: é que a cédula que o Líder Eduardo Gomes acabou de distribuir, a versão do acordo, essa cédula a que V. Exa. faz referência, alguns Senadores e alguns Parlamentares não tinham recebido ainda. Então, chegou agora, está acabando de chegar. Pode ser que alguns tenham votado, porque foi aberto o processo de votação anteriormente. Então, é necessário que se faça a correção na cédula. E aí não temos nenhuma obstrução em relação a que se faça o acordo de retirada dos referidos destaques.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco/DEM - AP) – Líder Aguinaldo, eu quero aproveitar que consultei a Secretaria-Geral da Mesa: V. Exa. dá o informe de que chegou a cédula desse acordo construído com todas as Lideranças, se por um acaso algum Parlamentar já votou com a outra cédula, ele pode pegar a nova cédula e, quando ele votar novamente, anula a primeira cédula. O sistema cancela a cédula anterior.

Então, é importante aproveitar a fala de V. Exa. e exortar os Parlamentares que votaram anteriormente para que votem novamente com a cédula atualizada, porque estarão votando na cédula do acordo.

Saudando aqui o nosso amigo, Jovair Arantes.

O SR. JHONATAN DE JESUS (REPUBLICANOS - RR) – Presidente Davi, Republicanos.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco/DEM - AP) – Líder Jhonatan.

O SR. JHONATAN DE JESUS (REPUBLICANOS - RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu estou ouvindo o Líder da Maioria e eu queria entender qual foi esse novo acordo que foi feito e qual foi esse outro veto, porque a maioria das cédulas que eu apresentei para o Republicanos já foi depositada, muitos já votaram. Então, eu queria entender qual foi esse artigo sobre o qual foi feito o novo acordo.

O SR. AGUINALDO RIBEIRO (Bloco/PP - PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Vou explicar, Presidente, ao Líder Jhonatan.

Na verdade, não houve mudança na cédula que a Maioria distribuiu, discutida por Líderes, fruto da reunião que V. Exa. fez na última quinta-feira. Essa cédula foi distribuída. Quando chegamos aqui, o Líder Arthur Lira e alguns Líderes nos advertiram de que a cédula que havia sido distribuída estava sendo distribuída de forma diferente da do acordo. Então nós checamos e de fato estava diferente. Então, recorremos aqui ao Líder Eduardo Gomes, o Líder do Governo no Congresso, que fez a correção, e agora distribuiu a célula de acordo com o que nós havíamos acordado. Basicamente é isso, Sr. Presidente.

O SR. JHONATAN DE JESUS (REPUBLICANOS - RR) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu quero só avisar e comunicar a todos os Deputados do Republicanos que a nossa célula foi feita de acordo com o acordo firmado entre o Colégio de Líderes.

O SR. AGUINALDO RIBEIRO (Bloco/PP - PB) – Presidente, Presidente Davi.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco/DEM - AP) – Líder Aguinaldo. Onde está a cédula?

O SR. AGUINALDO RIBEIRO (Bloco/PP - PB) – A cédula está aqui, na mão da assessoria do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco/DEM - AP) – Eu quero uma cédula aqui.



O SR. AGUINALDO RIBEIRO (Bloco/PP - PB) – Vou só conferir se está certa mesmo. Está certa.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco/DEM - AP) – Eu quero uma aqui.

O SR. AGUINALDO RIBEIRO (Bloco/PP - PB) – Vou entregar para o Presidente. *(Pausa.)*

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Novo, dadas as novas condições, sabendo que tanto a oposição como o governo vão votar pela derrubada do 43, não há sentido em destacá-lo, haja vista que está garantida já essa vitória que nós gostaríamos de ter no destaque. Portanto, nós retiraremos o Destaque 43.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco/DEM - AP) – Não entendi, Líder Marcel.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Havendo, da parte do Governo e também da oposição, pelo que estamos percebendo, a vontade de derrubada do Veto 43, em relação aos honorários da AGU, se há esse acordo, nós retiramos o destaque.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco/DEM - AP) – Obrigado, Líder.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – É o 43.19.031. É "não", não é? Trinta e um, é "não". Está bem. Não ao veto, derrubada do veto.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco/DEM - AP) – E o PT? *(Pausa.)*

Então, o Partido dos Trabalhadores também retira os dois destaques feitos à LDO? O Novo e o PT.

Portanto, eu quero corrigir. Nós teremos agora... Eu queria agradecer ao Líder Marcel, ao Líder Zarattini, ao Líder Aguinaldo pela construção do acordo que possibilita a votação dos vetos e dos PLNs na sessão do Congresso de hoje.

Nesse caso, nós teremos apenas três votações destacadas no painel. Destaque do Novo, propaganda partidária; destaque do Rede e do Cidadania, pagamento de multa eleitoral e prazo para aplicação da inelegibilidade; e o destaque do Cidadania, indenização para mulheres marisqueiras. Esse destaque foi feito pelo Cidadania do Senado. Eu falei com a Senadora Eliziane, Líder do Partido, e ela mantém o destaque em separado.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) – Vamos seguir a lista, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco/DEM - AP) – Com a palavra o Líder Zarattini.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, queria lembrar aqui a todos os companheiros da oposição que haverá votação nominal no painel. Então, após a votação, restarão destaques relativos à Lei Eleitoral. É importantíssimo que a gente permaneça aqui no Plenário para votar esses destaques.

Mas eu queria aproveitar aqui para me referir principalmente à situação econômica do País. Ontem o Ministro da Economia, Paulo Guedes, resolveu fazer uma ameaça à oposição e aos movimentos populares: caso houvesse manifestações no País, poderia surgir um novo Ato Institucional nº 5.

Essa atitude do Ministro da Economia foi extremamente negativa para a economia brasileira. O dólar aumentou, aumentou mais, porque o Ministro é um inábil. O Ministro da Economia é o mesmo ministro que faz a proposta de financiar o chamado Contrato Verde e Amarelo com recursos dos desempregados. Ele quer taxar os desempregados para financiar o chamado Contrato



Verde e Amarelo, que só é benéfico efetivamente para o empresariado e é muito pouco benéfico para o trabalhador, que vai ter um Fundo de Garantia menor e uma série de outros direitos retirados.

O Governo vive falando que reduziu os juros, que reduziu a inflação, mas o fato efetivo é que o Brasil está parado, a economia não avança, o desemprego continua na faixa de mais de 12 milhões, isso sem dizer a quantidade de trabalhadores subempregados e a quantidade de trabalhadores que estão no chamado desalento, ou seja, que sequer procuram novos empregos. E isso vem levando a quê? A uma redução do consumo.

Está aí a notícia: dobrou o consumo de ovos no País. O Jornal Nacional de ontem resolveu comemorar o aumento do consumo de ovos, quando ele deveria, sim, lamentar a redução do consumo de carne no País, pois o preço da carne é proibitivo para o trabalhador, que acaba buscando a proteína dos ovos para a sua alimentação.

Ora, nós não podemos continuar desse jeito! É necessário que se adote um programa emergencial no País, e um programa de emergência na direção contrária do que quer Paulo Guedes. Ao contrário de diminuir R\$8 no salário mínimo, que é o que ele propôs ontem, nós temos sim é que dar um aumento no salário mínimo, para que o povo brasileiro possa aumentar o consumo e, com o aumento do consumo, gerar empregos no comércio, nos serviços, na indústria, que estão virtualmente parados.

Nós estamos vivendo uma situação terrível. O Governo não estimula a indústria, o Minha Casa, Minha Vida continua sem recursos e nós precisamos sim gerar mais obras no País.

O Governo parou e se apoia na ideia das concessões. E o Deputado Arnaldo Jardim, que conduziu aqui um projeto para agilizar as concessões, foi ameaçado pelo Ministro da Economia de que o seu projeto será vetado. Quero discutir com o Deputado Arnaldo Jardim o seu projeto, porque eu acho que daqui não pode sair um projeto para ser vetado pelo Presidente da República, um projeto da importância do projeto das concessões.

Sr. Presidente, está na hora de este Congresso assumir, cada vez mais, a decisão de promover...

(Interrupção do som.)

(Soa a campainha.)

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – Está na hora de este Congresso assumir, cada vez mais, as decisões de desenvolvimento do País.

É por isso, Sr. Presidente Davi Alcolumbre, que o senhor foi corretamente buscar um acordo para que, em vez de a gente discutir aqui centralmente a questão da prisão da segunda instância, nós aqui possamos dedicar o tempo deste Congresso a debater medidas que retomem o crescimento, o desenvolvimento e a geração de empregos.

O Brasil não aguenta mais viver nessa situação e o Congresso não pode se dar ao luxo de ter que enfrentar discussão sobre AI-5, discussão sobre questão de prisão em segunda instância, que são temas que não têm importância.

Agora é hora de emprego. É isso o que o Brasil quer.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco/DEM - AP) – Com a palavra, pela Liderança do PSOL, o Deputado Ivan Valente.

Eu vou acumular o tempo que V. Exa. fez nas breves comunicações. *(Pausa.)*



O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) – Sr. Presidente, peço que some o meu tempo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco/DEM - AP) – Eu vou fazer, eu vou fazer.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) – Pode somar.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco/DEM - AP) – Mais três minutos. Pronto, oito minutos.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós queremos aqui analisar, neste momento, o conjunto de medidas econômicas que estão sendo mandadas para cá e que fazem parte do arsenal do Governo e da lógica do Ministro Paulo Guedes.

E eu quero começar com as diversas propostas de emenda à Constituição, particularmente a do pacto federativo, que é, na verdade, um instrumento para desvinculação de receitas. Isso vai representar uma grande queda na verba para a educação, para a saúde no nosso País. E é de uma gravidade essa flexibilização da irredutibilidade salarial, também dos servidores públicos, que pode ultrapassar a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Em segundo lugar, a chamada PEC Emergencial, que é, na verdade, Sr. Presidente, regras que impõem mudanças permanentes e transitórias às despesas obrigatórias, não obrigando mais a prestação de serviços pelos Municípios.

A terceira é a PEC dos Fundos, que vai eliminar 281 fundos públicos para a criação de infraestrutura para abatimento de dívida, ou seja, vai parar na mão dos banqueiros através do pagamento de juros da dívida pública.

E logicamente a PEC Administrativa, em que eles mesmos recuaram neste ano, que quer flexibilizar a vida dos trabalhadores funcionários públicos, e nós sabemos que o principal é também alterar a legislação e a fiscalização das multas. Primeiro eles liquidaram com o Ministério do Trabalho; depois há uma cruzada para enfraquecer a Justiça do Trabalho; e agora eles querem que os empresários sejam, mais uma vez, beneficiados com a flexibilização da fiscalização e das multas. Ninguém mais cobra nada. O patronato está livre para qualquer coisa, inclusive a redução do adicional de periculosidade de 30% para 5%. Onde nós vamos parar? Isso aqui é a volta da escravidão.

Mas, como nós não poderíamos esperar mais, há uma medida provisória – depois da reforma trabalhista que ousou dizer que iria criar 2 milhões de empregos e não criou coisa nenhuma no nosso País, está aí o desemprego com 13 milhões de pessoas – em que eles querem agora criar a chamada bolsa-patrão. E o que é a bolsa-patrão? É a desoneração total – total! – da folha de pagamentos. O patrão não precisa mais pagar os 20% para o INSS; o patrão não precisa mais, Deputado Célio, pagar o salário-educação, não precisa mais pagar o Sistema S.

E, mais, eles estão prometendo criar o primeiro emprego, que vai ser um fiasco, porque quem vai pagar a criação dos empregos é exatamente o povo trabalhador, através adivinhem do quê? Do salário-desemprego; taxar o salário-desemprego de quem já está em situação de grande vulnerabilidade no nosso País. E aí eles esperam recolher R\$12 milhões do salário-desemprego, ou seja, é a chamada bolsa-patrão. É por isso...

O SR. EDUARDO BRAIDE (PMN - MA) – Sr. Presidente...

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) – ... que debaixo dessas condições que não geram emprego, que precarizam a situação dos trabalhadores, que retiraram a aposentadoria da grande maioria, do congelamento do aumento do salário mínimo por dois anos – isso aqui também está



entre as medidas governamentais –, tudo isso gerando mais pobreza e iniquidade, extrema pobreza, e o Ministro Paulo Guedes falou: olhe, se conformem com isso tudo e não vão para a rua, porque ir para a rua defender direitos, ir para a rua reivindicar aposentadoria digna, ir para a rua reivindicar emprego, mudanças sociais, como estão fazendo os trabalhadores e as trabalhadoras do Chile, do Equador e agora da Colômbia, fazer isso é perigoso! E pensem bem, pode voltar o Ato Institucional nº 5. Para quê? Para reprimir os trabalhadores! Para reprimir as lutas!

E ainda o Bolsonaro vem com o excludente de ilicitude e a Garantia da Lei e da Ordem para desapropriações, inclusive, e a licença para matar. É colocar o Exército na rua para matar. O que está acontecendo no Chile e na Colômbia é que está morrendo gente, e é isso que eles estão querendo. É o Governo da morte, não é o Governo dos direitos! Aí ele vai em Nova York, em Washington e diz: "Olha, não reclamem se alguém pedir o AI-5", como pediu aqui o Líder do PSL, Deputado Eduardo Bolsonaro, que já tem dois processos no Conselho de Ética desta Casa.

Por isso, nós estamos aqui para dizer não ao AI-5, não ao pacote de Guedes, não à repressão dos trabalhadores. Democracia! Nós queremos que o povo se organize, que o povo vá para a rua reivindicar direitos e não ficar amortecido, como eles querem, para que eles possam acabar com os direitos, esmagar a classe trabalhadora brasileira. Não será esmagada.

Nós estamos vivendo a paz dos cemitérios aqui no Brasil, mas o povo ressurgirá para defender os seus direitos contra esse Governo autoritário, aqueles que são saudosistas da ditadura militar. Ditadura nunca mais! AI-5...

O SR. EDUARDO BRAIDE (PMN - MA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco/DEM - AP) – Com a palavra, pela Liderança, o Deputado Bibó Nunes.

O SR. BIBO NUNES (PSL - RS. Pela Liderança.) – Grato, nobre Presidente Davi Alcolumbre. Nobres colegas.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco/DEM - AP) – Tem que colocar mais um minuto!

O SR. BIBO NUNES (PSL - RS) – Satisfação em estar...

Mais um minuto? Alguém pediu aí?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco/DEM - AP) – Não. Pode fazer... Eu que estou pedindo aqui para a Secretaria.

O SR. BIBO NUNES (PSL - RS) – Como? Para mim?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco/DEM - AP) – Não. Pode falar, Excelência.

O SR. BIBO NUNES (PSL - RS) – Então, acerta o tempo aí. Mais um minuto para mim, por favor, Secretaria.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco/DEM - AP) – Mais um minuto. São seis minutos.

O SR. BIBO NUNES (PSL - RS) – Para eu começar. Por gentileza!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco/DEM - AP) – Secretaria!

O SR. BIBO NUNES (PSL - RS. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Seis minutos, Secretaria. Porque eu preciso de tempo!

Aí!

Digníssimo Presidente Davi Alcolumbre, nobres colegas, é uma satisfação estar novamente nesta tribuna.



Mais uma vez o nobre Deputado milionário do PSOL...

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) – Cala a boca, vagabundo! Picareta milionário!

O SR. BIBO NUNES (PSL - RS) – Opa!

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) – Você é milionário! Você tem dez milhões!

O SR. BIBO NUNES (PSL - RS) – Olha! Olha o nível!

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) – E não me diga do que você saiu!

O SR. BIBO NUNES (PSL - RS) – Nobre Presidente, eu vou colocar esse cidadão, esse Deputado milionário do PSOL no Conselho de Ética. Quem é ele para vir me chamar de vagabundo aqui? Eu, que respeito todos aqui nesta Casa e jamais ofendi alguém. Ele está em estado de insanidade. Olha a situação em que ele está! Ele me chamou de picareta, de vagabundo, quando eu apenas, nobre Presidente, chamei-o de nobre Deputado milionário do PSOL.

Ele não aceita a condição de milionário, porque ele faz demagogia. Ele é um milionário que diz que defende os pobres e os oprimidos quando ele tem milhões investidos no mercado financeiro. Esse é o PSOL. Que comunista é esse? Que socialista é esse?

Aliás, há boatos de que o senhor vai distribuir mil cestas de Natal no seu Estado com o tanto de dinheiro que o senhor tem para os seus eleitores. Os seus eleitores querem receber alguma coisa do seu socialismo, do seu comunismo.

E o senhor vem aqui falar do Governo Bolsonaro, dizendo que nós defendemos a ditadura? Eu sou do Governo Bolsonaro e deixo claro e em alto som: "Eu sou contra a ditadura em qualquer hipótese".

Vejam: como um Governo que venceu com mais de 57 milhões de votos vai querer ditadura? Ganhamos na democracia, respeitamos a democracia e valorizamos a democracia, agora, não posso permitir que Deputados venham aqui falar inverdades.

Já que estamos em tempo de Natal, quando há tanta lenda, eu lembro a lenda de Pinóquio e Gepeto: cresce o nariz de quem fala inverdades, nobre Deputado milionário do PSOL. E, crescendo o nariz, a lenda diz que está falando inverdades. Então, a sua anatomia lembra muito isso e leva a crer que as suas inverdades estão confirmadas no proporcional tamanho do seu nariz. Portanto, respeito. O senhor me respeite como eu respeito todos aqui.

Chamá-lo de nobre Deputado milionário do PSOL não é ofensa; é um elogio. Eu só chamo porque o senhor é incoerente, o senhor é demagogo, nobre Deputado milionário do PSOL. O senhor tem que repartir as suas posses com a sua filosofia socialista.

O senhor vem falar aqui dizendo que o Governo Bolsonaro defende a ditadura quando o senhor defende aqui a ditadura de Cuba, o senhor defende aqui a ditadura da Venezuela. Portanto, respeite o Governo Bolsonaro. Quem é ditador, quem defende ditadura aqui nesta Casa é o nobre Deputado milionário do PSOL, que é milionário, tem R\$1,5 milhão aplicado. E ele quer me ofender me chamando de milionário.

Eu tenho bem mais que o senhor, mas com muito trabalho, porque o senhor, que é da esquerda, não sabe o que é o emprego, empregar alguém, o senhor não sabe o que é pagar impostos, o senhor não tem noção de vida. O senhor é acostumado simplesmente a pedir direitos, bocas e tetas, enquanto eu estou aqui para servir o Brasil e, acima de tudo, cumprir com meus deveres para que este País cresça cada vez mais.

Portanto, o respeito nesta Casa é fundamental. Eu vou pensar se o coloco ou não na Comissão de Ética pelas palavras ofensivas. Mas como, nobre Deputado milionário do PSOL? Águia não caça mosca. Eu sou uma águia e respeito a sua condição de uma simples mosca,



portanto, não tomarei medida com uma simples mosca e eu me mantenho vulgo como uma águia. Respeite.

Também falou aqui com relação à excludente de ilicitude, dizendo que é ordem para matar deliberada. Não é nada disso! Eu sou a favor da exclusão de ilicitude, mas como? Quando o policial estiver em guerra com o bandido.

Alguém de vocês sabe ou conhece o que é enfrentar uma tropa de bandidos muito bem armados? Sabem o que é isso? O policial chega lá tomando bala de todos os lados. O mínimo que se tem que fazer é responder à bala, à altura, porque a polícia representa os cidadãos de bem. O policial sai de manhã, sem saber se volta vivo, para defender a vida de cada um de vocês. Então, jamais nada que possa defender bandido será respeitado nesta Casa.

Não é ordem para matar! Eu não aceito que um policial saia matando por qualquer coisa; que, num problema de trânsito, haja qualquer intervenção policial. Não! Exclusão de ilicitude simplesmente quando estiver em guerra declarada. Isso é o mínimo em que o cidadão de bem tem que pensar para quem protege a nossa sociedade. Nossa sociedade hoje vive muito bem, mais segura, com o Governo de Bolsonaro.

Nobre Presidente Davi Alcolumbre, eu lamento ter sido ofendido pelo nobre Deputado milionário do PSOL, a quem eu tanto elogio aqui – e ele tenta me ofender. Não o colocarei na Comissão de Ética, lembrando que ele é uma simples mosca, enquanto eu continuo voando como uma águia.

Muito obrigado, nobre Presidente.

(Durante o discurso do Sr. Bibó Nunes, o Sr. Davi Alcolumbre, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Vanderlan Cardoso.)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco/PP - GO) – Com a palavra o Senador Randolfe Rodrigues. *(Pausa.)*

Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/REDE - AP. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, nós não poderíamos deixar de utilizar esta tribuna para fazer referência ao pronunciamento de ontem, à fala de ontem do Sr. Ministro da Economia, Paulo Guedes. É óbvio que a fala – mais uma de várias falas reiteradas de representantes deste Governo em favor do autoritarismo e do arbítrio –, por parte do Sr. Paulo Guedes, tenha talvez alguma justificativa.

Recentemente, em matéria do *Estado*, o ex-Ministro Delfim Netto chegou a dizer que este Governo que aí está tem uma parte iluminada e outra parte obscurantista. Dizia ele que a parte iluminada seria a área econômica.

Ontem, qualquer dúvida de liberalismo democrático, de tese liberal do Sr. Paulo Guedes foi de fato desmascarada – nada mais característico dele. Queremos lembrar que o Sr. Paulo Guedes foi serviçal, *playboy* serviçal de um ditador sanguinário chamado Augusto Pinochet, um ditador sanguinário denunciado, inclusive, internacionalmente por tráfico de drogas. Quem diz isso é a história, não somos nós. E foi a este Governo de Augusto Pinochet que o jovem técnico Paulo Guedes serviu. É por isso que talvez ele seja sedicioso para implementar o programa de retirada de direitos do povo pobre e dos trabalhadores aqui no Brasil, porque esse programa, da forma como eles querem implementar, só é possível em uma ditadura tão sanguinária quanto foi a ditadura de Pinochet.



Outro aspecto: me parece que ele também quis, ao falar de novo no AI-5, esconder o que, de fato, quer se chegar em relação à cotação do dólar. O que eles querem é, com a política que estão levando de evasão de capitais do Brasil, que o dólar, aí sim, chegue a cinco, porque essa é a política de destruição econômica que está em curso.

Argumenta-se que o Brasil está indo bem, está sendo recuperado economicamente. A pergunta é: qual Brasil está sendo recuperado economicamente? Um país que está com o dólar a R\$4,26, a maior cotação nominal desde o início do Plano Real; um país que está com a gasolina a R\$4,45; com uma taxa de desemprego a 12% – é bom destacar: há seis anos, nós tínhamos uma taxa de desemprego inferior a 8% –; um Produto Interno Bruto de crescimento para este ano de menos de 1%. Ora, senhoras e senhores, qual é o país que está bem? Qual é o Brasil que está bem argumentado por esses?

A outra argumentação é em relação ao valor do dólar. O argumento que tentam, como cantilena, vender ao povo brasileiro é de que não tem interferência – já concluo, Sr. Presidente –, a alteração do câmbio, a alta do dólar. Ora, como não tem interferência? Eles desindustrializaram o País. Eles ancoraram os preços. Eles dolarizaram os preços da Petrobras. E isso terá consequência direta sobre o preço das tarifas, sobre o óleo diesel, senhoras e senhores caminhoneiros, sobre o preço da gasolina.

O Presidente da República acabou de aumentar a cota de importação de trigo. E, em decorrência disso, haverá o aumento do valor do pãozinho na mesa do povo pobre e trabalhador. Este Governo desindustrializou o País e, junto com a desindustrialização do País – que, óbvio, é verdade, não é só obra deste Governo, mas tem tido continuidade neste Governo –, desnacionalizou a indústria farmacêutica...

(Interrupção do som.)

(Soa a campanha.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/REDE - AP) – Oitenta e seis por cento dos medicamentos que nós importamos hoje no Brasil vêm do estrangeiro. E esses medicamentos de que o povo pobre e os trabalhadores precisam, necessariamente, serão adquiridos a preços de dólar.

Sr. Presidente, chega a ser desonestidade intelectual falar que não tem alteração para a vida do povo brasileiro o aumento do dólar. Aliás, pela necessidade de cumprimento do rito desta tribuna, eu deveria falar somente desonestidade intelectual. A verdade é que é canalhice dizer que a alteração do preço, a alteração cambial não tem interferência na vida do brasileiro. Vai aumentar os preços, vai trazer inflação em uma economia que já está estagnada, já está em depressão. Este...

(Durante o discurso do Sr. Randolfe Rodrigues, o Sr. Vanderlan Cardoso deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sra. Soraya Santos, 1ª Secretária.)

(Interrupção do som.)

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. PL - RJ) – Deputado Bira, do PSB, do Maranhão.



O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, colegas Parlamentares, eu quero me reportar à Medida Provisória 905, que trata do Contrato Verde e Amarelo.

Sra. Presidente, é absolutamente impressionante a capacidade desse Governo de atacar o direito da classe trabalhadora. Já fizeram uma reforma trabalhista no Governo Temer e agora estão fazendo outra reforma trabalhista com a Medida Provisória 905. Eles fazem uma embalagem, uma roupagem para dizer que não é isso, que é um contrato de trabalho para favorecer o ingresso de jovens no mercado de trabalho. Isso não é verdade! Quando você abre o texto, o que você encontra são maldades, perversidades contra o povo trabalhador deste País. E eu quero enumerar aqui vários itens que estão nessa medida provisória que precisa ser barrada por este Congresso Nacional. O Presidente Davi tem que devolver essa medida provisória para o Governo. Ela não tem que tramitar nesta Casa, porque é uma violência contra o povo trabalhador. Quero dizer aqui que é uma precarização do trabalho completo. Reduz o Fundo de Garantia de 8% para 2%; reduz a multa do Fundo de Garantia, a multa rescisória, que a pessoa recebe quando rescinde o contrato, de 40% para 20%. Isso é meter a mão no bolso do trabalhador, porque o Fundo de Garantia é patrimônio do trabalhador. Então, quem está sendo prejudicado é o trabalhador brasileiro.

Outra coisa: dilui as férias e o décimo terceiro salário. Olha a esperteza do Governo. Eles querem acabar com as férias e querem acabar com o décimo terceiro e encontraram um jeito: vão parcelar, em suaves prestações, as férias e o décimo terceiro. Esse é o primeiro passo. Depois vem a tacada final, que é acabar com esses direitos para o povo trabalhador. Portanto, é outra maldade contida nessa Medida Provisória 905. Enquanto ele desonera a folha de pagamento retirando direito do trabalhador, por outro lado, ele está taxando o desempregado. Pela primeira vez na história deste País, o desempregado vai ser taxado no valor de 7,5%. Aquele que consegue acessar o seguro desemprego vai ter que pagar uma taxa. Agora, eles não querem taxar os mais ricos, não querem taxar os bilionários, não querem taxar os figurões que estão na lista da *Forbes*. Esses eles não querem taxar. Vão continuar com seus iates, vão continuar com seus helicópteros, deitando e rolando no País sem pagar os impostos que são devidos para a mudança fiscal em nosso País.

Para completar, ele vai além. Ele coloca a categoria bancária... Eu sou bancário e faço questão de frisar isto: eles querem acabar com a jornada de seis horas da categoria bancária. A categoria bancária é centenária, é uma das mais antigas e organizadas deste País. Querem acabar com as seis horas dos bancários e obrigar os bancários a trabalhar no sábado, sem falar que eles retomam o projeto de liberar o trabalho aos domingos. Já foi derrotada aqui essa proposta. É inconstitucional esse projeto voltar à discussão neste Congresso Nacional, mas o Governo insiste em querer tirar os domingos do trabalhador, o domingo sagrado do esporte, do lazer, o domingo da igreja, o domingo da família e da comunidade. Querem acabar com os domingos de qualquer jeito.

Para completar, eles acabam com o serviço social do INSS, acabam com o registro de jornalista, ou seja, eles acabam com muitos direitos da classe trabalhadora deste País.

Essa medida provisória não pode prosperar. E essa enganação do verde e amarelo também não. Chega de enganação.



Disseram que a reforma da previdência era necessária, porque o dólar, se não houvesse reforma da previdência, iria chegar a R\$4,20. O dólar já ultrapassou R\$4,20, e a reforma da previdência já foi aprovada.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. PL - RJ) – Para fazer uso da palavra, no tempo de Líder, Deputado Alessandro Molon.

Eu quero esclarecer ao Plenário que estava havendo uma confusão de cédula. Nós vamos esperar mais dez minutinhos para essa substituição e vamos encerrar.

Então, seria bom recomendar que os Deputados e Senadores pudessem comparecer ao Plenário para a substituição dessas cédulas.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA) – Obrigado, Sra. Presidente.

Só para concluir, quero dizer que, para a reforma da previdência, que foi um desmonte nos direitos do trabalhador, a promessa era esta, eles diziam assim: há que se fazer a reforma senão o dólar vai estourar e vai passar de R\$4,20. Agora, foi feita a reforma da previdência, e o dólar está muito acima de R\$4,20, ou seja, uma grande enganação contra o povo brasileiro mais uma vez.

É por isso, Sra. Presidente, que eu insisto: a Medida Provisória 905 tem de voltar para o Governo Federal. Não pode tramitar nesta Casa e tem de ser derrotada em favor de toda a classe trabalhadora deste País.

Obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. PL - RJ) – Obrigada, Deputado Bira do Pindaré. Deputado Alessandro Molon.

O SR. AGUINALDO RIBEIRO (Bloco/PP - PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente, faço só um pedido: se a senhora puder estender mais dez minutos, porque ainda há alguns Parlamentares trocando de cédula e solicitando que se possa estender um pouco. Além dos dez que V. Exa. concedeu, poderia conceder mais dez.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. PL - RJ) – Vinte minutos. A gente vai, Deputado Aguinaldo, monitorar o número de cédulas entregues. Então, quando atingirem 65 Senadores e 400 Deputados, a gente já tem uma tranquilidade.

O SR. AGUINALDO RIBEIRO (Bloco/PP - PB) – Há alguns só trocando, alguns que já votaram e estão votando novamente para substituir a cédula.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. PL - RJ) – Mais dez minutinhos concedidos. Vinte minutos.

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, o herói dele é um torturador, a via escolhida por ele é a via autoritária, e as intenções dele são claras. Na década de 90, quando perguntado se fecharia o Congresso Nacional, caso fosse eleito Presidente da República, Bolsonaro respondeu: "Não há a menor dúvida".

Ainda hoje, quem se opõe ao Presidente da República é ameaçado por ele com a Ponta da Praia, local onde eram feitas execuções durante a ditadura militar. O ocupante do cargo mais alto da nossa República é avesso ao diálogo democrático, à construção de soluções e à liberdade de expressão. É avesso à própria ideia de República, como ele e seus familiares têm deixado claro.

São testes frequentes dos limites da democracia: julho de 2018, seu filho, o Deputado Eduardo Bolsonaro, disse que para fechar o Supremo bastaria um cabo e um soldado; em março deste ano, o Presidente disse que só há liberdade quando as Forças Armadas querem; em setembro



deste ano, exaltou a ditadura de Pinochet, responsável pela prisão e tortura de 32 mil pessoas no Chile, e elogiou o assassino do pai da Alta Comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos, a ex-Presidente Michelle Bachelet; no dia 9 de setembro, o seu filho Carlos disse que as mudanças não virão por vias democráticas; e no dia 31 de outubro, o seu filho Eduardo, Deputado desta Casa, fala em novo AI-5 como uma possibilidade – referindo-se a isso, o Presidente da República disse que quem fala em AI-5 está sonhando. De fato, parece ser um dos sonhos da família Bolsonaro –; o Gen. Augusto Heleno disse que seria preciso estudar como fazer e depois disse que foi mal interpretado; em 25 de novembro, Bolsonaro pede para que a Câmara aprove uma licença para matar em GLOs; e no dia 25 de novembro, Paulo Guedes diz para não nos assustarmos se alguém pedir um AI-5.

É como se a democracia que tanto custou para o Brasil reconquistar e serviu para que Bolsonaro chegasse à Presidência da República, não interessasse mais ao Presidente neste momento. Os ataques aumentam. Cercam a democracia com ameaças de um novo AI-5, não por amnésia, não por não saberem o que ele significa, mas, ao contrário, por se lembrarem exatamente que ele permitiu o fechamento do Congresso, a cassação de mandatos, a tortura, o arbítrio, execuções e assassinatos. É assim que Bolsonaro quer governar: com autoritarismo e com ameaças e cercos à democracia. Nós não permitiremos.

Recolhi ontem as assinaturas de mais de 20 Líderes partidários de todas as posições da Casa, Governo e oposição, esquerda e direita, todos, para que se crie o dia da democracia. O Deputado Alexandre Frota, sem saber da minha iniciativa, teve a mesma. Juntamos as iniciativas para que, no dia 13 de dezembro, seja celebrado nesta Casa o dia nacional da democracia, para que falemos todo dia 13 de dezembro que não queremos nunca mais um ato institucional como o Ato Institucional nº 5.

Não abriremos mão da democracia! Não abriremos mão da liberdade de expressão! Não abriremos mão do direito de ir às ruas protestar contra qualquer Governo que seja! Não abriremos mão das nossas garantias e dos nossos direitos fundamentais!

Viva a democracia! Abaixo a ditadura! AI-5 nunca mais!

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. PL - RJ) – Para falar em nome da Liderança, Deputado Júlio César.

Enquanto ele se dirige, Deputado Marcelo Aro, V. Exa. tem um minuto para a fala.

O SR. MARCELO ARO (Bloco/PP - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Senadores.

Presidente, o que me traz aqui é um veto que nós estamos deliberando agora, do PL 6.566, de 2013. Do que é que trata esse PL? Esse PL foi aprovado pelo Congresso Nacional depois de muito trabalho, e ele trata da contribuição da Cide, desse tipo de tributo, que é a Cide. E a Cide, uma vez arrecadada, é distribuída de diversas maneiras previstas em lei. E a lei fala que 17,5% do valor da Cide tem que ir para pesquisa em saúde.

E o que é que este Congresso, através do PL 6.566, deliberou? Que 30% dos 17,5% da Cide, que já vai para pesquisa em saúde, deveria ir para a pesquisa em doença rara. Mudamos. Em vez de deixar genérico, pesquisa para saúde, 30% dos 17,5% para pesquisa em doença rara.

Sra. Presidente, esse projeto é muito importante para a gente. A gente trabalhou muito na aprovação desse projeto. Foi uma surpresa para mim o veto do Presidente a um assunto tão caro para este Congresso Nacional, que são os doentes raros.



Eu já vi diversos discursos do Presidente, da Primeira-Dama falando em ajudar as pessoas com doenças raras; mas na primeira oportunidade que nós temos de carimbar um recurso do orçamento para as pessoas com doenças raras, para a pesquisa em doenças raras, o Presidente da República vetou. Nós precisamos derrubar esse veto para melhorar a qualidade de vida dessas pessoas com doenças raras, porque, Presidente, é através da pesquisa que o nosso País vai conseguir, para terminar...

(Interrupção do som.)

O SR. MARCELO ARO (Bloco/PP - MG) – Sem querer abusar de V. Exa., Presidente, já foi muito generosa comigo, mas esse projeto, nós vamos conseguir, com a pesquisa, desenvolver terapias gênicas, que o mundo está correndo em direção a isso. E o Brasil fica para trás se não derrubarmos o veto do PL 6.566.

Eu peço a todos os Deputados e Senadores para juntos derrubarmos esse veto.

Muito obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. PL - RJ) – Deputado Júlio César.

O SR. JÚLIO CESAR (PSD - PI. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados, nós nos reunimos, hoje pela manhã, lá no décimo andar do Anexo 4, com o Gen. Ramos, o Ministro da Secretaria de Governo do Presidente Bolsonaro. E discutimos com ele, dentro da bancada do Nordeste, inúmeros problemas que afligem a nossa região e o encaminhamento das soluções.

Estivemos com ele, ele disse que já recebeu quase 400 Deputados. A porta é aberta para o diálogo. Ele é muito diplomático e mostrou muita disposição, como membro do Governo, de ajudar a dar o encaminhamento de várias soluções. Uma delas é disponibilizar do Tesouro recursos para que o Banco do Brasil, o Banco do Nordeste e o Basa possam começar a renegociação da Lei nº 13.340, a lei dos agricultores dessas duas regiões, que tem que ser concluída.

Além disso, nós pedimos o apoio dele junto ao Presidente da Câmara para pautar o 1% de setembro dos Municípios brasileiros, porque, se não for aprovado neste ano, não pode vigor no ano seguinte, e os Municípios estão muito ansiosos para que isso aconteça.

Mais um dos questionamentos também junto ao General foi o problema da redução do número de Municípios, como está na PEC que o Governo encaminhou ao Senado: 1.254 Municípios. Eu defendi a tese que se pode até limitar depois de 10 anos, mas não extinguindo Municípios e, sim, colocando lá um parâmetro que estabeleça que, se ele não atingir os 10% da receita própria, a cada ano se vai reduzindo pelo menos 10% dos fundos constitucionais, principalmente o FPM, que é a principal receita dos Municípios brasileiros.

Mas também nós questionamos as tarifas e os juros do sistema financeiro, com o que ele concorda também. O Governo, através do Banco Central, tem que monitorar melhor o sistema financeiro. Não é possível que o sistema financeiro, num momento de crise como esta que vive o Brasil, tenha o maior lucro da sua história. E mais, Srs. Deputados e Senadores: eles pagam a folha, eles pagam os encargos sobre a folha e distribuem dividendos apenas por tarifas e serviços. Não é possível que tarifas e serviços possam remunerar os cinco maiores bancos – e nós temos os dados –, que têm 84% do mercado, e eles, só com tarifas e serviços, pagando a folha e os encargos, tenham um lucro de R\$35 bilhões a R\$40 bilhões.

Além do mais, houve várias propostas. O problema do financiamento do Fies, principalmente para o aluno de Medicina, que, no final do curso, pela projeção do Deputado José Rocha, vai



dever R\$600 mil. Assim, se não for um financiamento de 15 ou 20 anos, a família não poderá pagar.

Houve ainda propostas de criação de um fundo para combater as anomalias do nosso País, e a maior anomalia do Nordeste, hoje, é o derramamento de óleo em praticamente todas as praias do Nordeste, o que está prejudicando muito o turismo em nossos Estados. Com relação a isso, o Ministro ficou de estudar, juntamente conosco, a apresentação de uma PEC para a criação de um fundo para o combate a essas anomalias.

Além do mais, nós pedimos ao Ministro: "Ministro, defina o dia em que o Governo vai pagar a cessão onerosa". Os Prefeitos, os Governadores estão todos ansiosos para que isso aconteça e...

(Interrupção do som.)

(Soa a campainha.)

O SR. JÚLIO CESAR (PSD - PI) – Sra. Presidente, para concluir – e ele nos garantiu que está tudo fazendo para pagar ainda no presente exercício.

E mais, aqueles lotes que não foram leiloados serão colocados em leilão logo no começo do ano, e, conseqüentemente, em sendo leiloados, eles vão compartilhar na mesma proporção com Estados e Municípios.

E aquele programa que o Governo lançou no Nordeste, de R\$8 bilhões, em que tem que aplicar R\$4 bilhões no primeiro ano e R\$4 bilhões no segundo ano, ele nos garantiu, Sra. Presidente, que este ano ainda vai liberar R\$1 bilhão e, até março, liberar mais R\$3 bilhões para investimento em necessidades do Nordeste.

Muito obrigado.

(Durante o discurso do Sr. Júlio Cesar, a Sra. Soraya Santos, 1ª Secretária, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Davi Alcolumbre, Presidente.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco/DEM - AP) – Vou encerrar a votação.

Eu vou encerrar a votação. *(Pausa.)*

Dois Deputados pediram para aguardar um minuto.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Presidente, nesse um minuto, Presidente, um esclarecimento...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco/DEM - AP) – Pois não, Líder.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – ... porque V. Exa. disse que...

(Soa a campainha.)

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – ... quando começar a sessão, as Comissões ficam impedidas de funcionarem.

Só para esclarecer que, pelo Regimento, é quando iniciada a Ordem do Dia que as Comissões não podem continuar.

Então, só para esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco/DEM - AP) – Não.

Eu me baseei no Regimento do Senado Federal, porque o Congresso Nacional estava marcado. Portanto, o que me amparou em suspender as votações foi a confirmação no *Diário do Senado Federal*, no *Diário do Congresso*, da sessão do Congresso Nacional.



Art. 154, § 6º: "A sessão não se realizará quando o seu período de duração coincidir, embora parcialmente, com o de sessão conjunta do Congresso Nacional".

A minha decisão foi com base nesse trecho do Regimento.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Mas a sessão ou as Comissões?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco/DEM - AP) – As Comissões do Senado e da Câmara foram suspensas.

Eu vou ler de novo para V. Exa., porque eu acho que V. Exa. não estava aqui quando eu tomei, quando eu anunciei esse encaminhamento.

A Presidência determina o encerramento imediato das reuniões das Comissões da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, em observância ao art. 154, § 6º, III, do Regimento Interno do Senado Federal, primeiro subsidiário.

O referido dispositivo proíbe a realização de sessão tanto do Senado, quanto da Câmara quando o seu período coincidir, ainda que parcialmente, com a sessão conjunta do Congresso. As Comissões, órgãos fracionários da Casa, também estão submetidos a esta regra regimental.

Eu vou encerrar a votação.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco/DEM - AP) – Eu vou encerrar a votação.

Está encerrada a votação.

Determino a apuração dos votos. (*Pausa.*)

Vamos aguardar a apuração para podermos passar para os destaques.

Já vai ser publicado no painel. (*Pausa.*)

Senador Major Olimpio, V. Exa. está inscrito? Quando nós... Senador Líder Olimpio, Senador Major Olimpio, V. Exa. está na ordem de inscrição? Quando eu publicar a apuração da votação da cédula, eu chamo V. Exa.

Então, eu estou fazendo a inscrição agora pela Liderança, Deputado Camilo e Deputado... (*Pausa.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco/DEM - AP) – Já está encerrada a votação.

Há algum Parlamentar votando aí?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco/DEM - AP) – Está encerrada a votação.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco/DEM - AP) – Está encerrada a votação. V. Exa. vai votar no destaque.

Esta sessão está a 1h45min para votar a cédula.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco/DEM - AP) – Uma hora e seis minutos. Eu errei por cinco minutos.

(*Intervenção fora do microfone.*)



O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco/DEM - AP) – Já foi suspensa a votação. Está encerrada já. Já estamos proclamando o resultado logo em seguida. (*Pausa.*)

É igual à conferência no cartório eleitoral, se pode ser digital ou analógico.

Enquanto se procede à apuração, vou passar a palavra aos Deputados inscritos.

Deputado Camilo Capiberibe.

O SR. CAMILO CAPIBERIBE (PSB - AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu, na verdade, quero fazer uma solicitação para o senhor, que é Presidente do Congresso. Nós estamos aí com a Medida Provisória 898, que instituiu o abono natalino, já passando do tempo. Várias emendas foram feitas para aperfeiçoar aquela proposta, porque ela institui o abono natalino no Bolsa Família apenas para o ano de 2019. Nós achamos que essa medida provisória precisa ser aperfeiçoada. Várias emendas foram feitas primeiro para criar essa política como sendo uma política de Estado. Todos os anos haverá, então, esse abono natalino. E uma segunda muito importante, Sr. Presidente, que é a instituição do 13º para o Benefício de Prestação Continuada.

Então, nesse momento de tanta dureza, aspereza, que aqueles que mais precisam vivem no nosso País, eu queria solicitar a V. Exa. que instalasse imediatamente essa Comissão Especial para permitir que o Congresso Nacional possa agir e cumprir suas atribuições de melhorar essa medida provisória.

Apenas para lembrar que o senhor, como eu, somos lá do querido Estado do Amapá, e lá é o Estado que tem a maior proporção de beneficiários do BPC. Então, eu faço essa solicitação em nome do povo do Amapá e em nome deste Parlamento, para nós podermos aperfeiçoar essa medida, caso contrário, ela vai caducar, o abono natalino será apenas para um ano, e nós ficaremos aqui assistindo sem poder fazer nada.

Agradeço, Presidente. Instale a Comissão Especial. Eu sou membro, quero participar e votar esse relatório.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco/DEM - AP) – Nós fizemos uma reunião, Deputado Camilo Capiberibe, com o Líder do Governo no Congresso e com vários Líderes partidários e estamos aguardando a indicação dos Líderes para instalarmos a Comissão Mista da medida provisória.

Informo a V. Exa. que, por decisão da Liderança do Governo no Congresso Nacional, acordada com os Líderes partidários, a relatoria desta medida provisória cabe ao Senado Federal. A indicação do Congresso Nacional será feita para o Partido Rede Sustentabilidade. O Relator dessa matéria será o Senador Randolfe Rodrigues.

Concedo a palavra ao Deputado Celso Maldaner.

Em seguida, ao Deputado Edmilson e ao Deputado Fontana.

Deputado Celso Maldaner.

O SR. CELSO MALDANER (Bloco/MDB - SC. Para discursar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, demais colegas Parlamentares, aproveito esta tribuna para falar de assuntos importantes que chegaram a esta Casa, como, por exemplo, o pacto federativo, que vai acontecer e do que há tantos anos se falava aqui na Casa. Inclusive, o nosso ex-Senador Luiz Henrique da Silveira tinha como prioridade e sempre falava do pacto federativo.

Eu diria que já resolvemos alguma coisa. Com a aprovação da reforma da previdência, ao menos vamos acabar com a explosão dos gastos. Não vai resolver o problema, mas vai acabar com



a explosão dos gastos, que cada vez iriam aumentar mais, em torno de 50 bilhões por ano. Então, esse foi o primeiro passo que esta Casa já aprovou.

Também agora veio a reforma administrativa, que é fundamental, muito importante. A reforma administrativa é uma necessidade. Temos o problema fiscal muito grave, porque gastamos mais do que arrecadamos. Essa é a verdade. A União gasta mais do que arrecada. Nos últimos seis anos, nunca aconteceu na história do Brasil, tantos anos seguidos, sempre com déficit. E nós temos que resolver esse problema. A previsão de 139 bilhões deste ano baixa para 80 bilhões, mas, em 2020, com certeza, vamos ter mais de 120 bilhões de déficit. Então, temos de resolver esse grave problema, enfrentar com maturidade.

(Soa a campainha.)

O SR. CELSO MALDANER (Bloco/MDB - SC) – A reforma tributária é fundamental também para o nosso País. As privatizações acho que são fundamentais para resolvermos o problema do Brasil. E agora também há a questão do pacto federativo, a questão dos fundos; temos 220 fundos no Brasil. Isso não tem como! E também a questão emergencial. Então, nós temos que ter muito diálogo.

Não é justo também você querer agora extinguir pequenos Municípios. Nós temos de dialogar e encontrar uma outra maneira de baixar os custos, porque não representa nem 1% extinguir 1.274 Municípios. E nós temos pequenos Municípios em que a renda *per capita* é muito maior do que grandes Municípios. Então, Sr. Presidente, esperamos muita maturidade, um outro grau de racionalidade do Congresso Nacional.

Temos de fazer a nossa parte, porque o sinal começa a melhorar. Eu tenho certeza de que o Brasil tem solução, com a participação do Congresso Nacional.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco/DEM - AP) – Eu vou proclamar o resultado e vou passar a palavra ao Líder Major Olimpio, que estava inscrito (**Vide item 4.2.1 do Sumário**).

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) – Presidente, eu estava na... Presidente, V. Exa. me dá... *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco/DEM - AP) – Concedo a palavra...

Eu me comprometi com o Líder Major Olimpio.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco/PSL - SP. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senadores, Deputados, o Brasil nos está acompanhando, eu gostaria de dizer para a população brasileira acompanhar efetivamente o trabalho do Congresso Nacional no que se refere à legislação sobre a possibilidade da prisão após a segunda instância.

A Câmara aprovou, na CCJ, por 50 a 11, a admissibilidade de uma PEC. O Senado teve uma deliberação no sentido da votação do Projeto de Lei 166, de iniciativa do Senador Lasier, e até o Senador Oriovisto abriu mão da sua PEC 5, apresentada em fevereiro. Isso não foi em função da liberdade de Lula. Nada disso!

Eu vejo com muita preocupação o encadeamento que se deu de o Senado se resignar e dizer: "Vamos fazer uma comissão de acompanhamento do trabalho da Câmara". Eu, sinceramente, Deputado Capitão Augusto, que preside a frente parlamentar, fiquei a lamentar, porque, para mim, fica parecendo uma medida protelatória para não se dar uma resposta à sociedade neste momento. Depois de velho e com os cabelos brancos, não dá mais para ficar com muito embuste.



Há um temor de a população estar cobrando muito agora uma resposta do Congresso, porque, no 6 a 5 lá, na decisão do Supremo, o Supremo Tribunal Federal jogou para o colo do Congresso. Agora, em vez de respondermos...

Ainda até ontem, Deputado Derrite, também da segurança pública, os Líderes aqui na Câmara não tinham deliberado, decidido, quem ia para essa Comissão. Então, já vão ficar para o ano que vem e, se bobear, vão para as calendas as 40 sessões, para ver se engana a opinião pública. Mas nós vamos levar a população para as ruas, Francischini. Isso não vai ficar barato, não. Não vai dar para enganar, ir para o embuste, não.

Eu lamento a postura de alguns Líderes no Senado. Nós temos uma audiência pública na semana que vem, inclusive com a presença do Moro. Na semana anterior, o Senado e alguns Senadores chamaram o Moro, ludibriaram, disseram: "Nós vamos apresentar o projeto de lei". Ele disse: "Firme! Estamos lá". E depois acabou tomando o passa-moleque também.

Então, eu quero dizer a todos os Congressistas: se queriam... E nós tivemos uma reunião entre Líderes da Câmara e do Senado na casa do Presidente do Senado. Eu já deixei muito bem claro o meu posicionamento lá. Deixo aqui. Não adianta falar que os robozinhos do Major Olímpio vão fazer agito nas redes sociais. Não tenho robozinho, não, mas nós vamos dizer para a sociedade brasileira que se carece de resultado agora, de ritmo.

Você que caçava bandido na rota, quantos criminosos estão sendo condenados hoje e continuam em liberdade? Não são só aqueles que foram colocados em liberdade, não. São todos os dias, às centenas. A população está sendo penalizada, Deputado Coronel Tadeu, da segurança pública. Por que eu estou falando dos meus irmãos da segurança pública? Porque a polícia está limpando o chão com a torneira aberta nos Estados. E nós estamos sendo coniventes.

Partimos para a PEC aqui para não ter que votar com o PL de imediato. Em nada um projeto de lei se confronta com a PEC. Dá para o Senado votar o projeto de lei, mandar para a Câmara, a Câmara votar, continuar com as 40 sessões na Comissão Especial, votar aqui e solidificar na Constituição. O povo está pedindo o resultado no Congresso. O que nós estamos entregando neste momento é um embuste. Nós não vamos entregar nada. A população tem que saber. Bandido perigoso, condenado em segunda instância, onde está se cotejando prova? Nos tribunais superiores, nós vamos ver só questões de direito. Nós temos obrigação.

Continuam a soltar criminosos nas ruas hoje, e nós, aqui no Congresso, fazendo de conta que nós vamos tomar providência. Nós não vamos tomar providência coisa nenhuma se não votarmos o projeto de lei no Senado, trazermos para a Câmara e, antes do dia 21, mandarmos para a sanção presidencial. Senão, serão pelo menos mais seis meses aqui e outro tempo lá no Senado, porque, o ano que vem sendo ano eleitoral, é a certeza de que nós não vamos...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco/DEM - AP) – Liderança do Partido Liberal, Deputado Marcelo Ramos.

O SR. MARCELO RAMOS (PL - AM. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Senadores, eu quero aqui tratar do tema da prisão em segunda instância para que nós possamos separar aqui o que verdadeiramente afasta determinados setores do Congresso Nacional.

O que está em discussão aqui não é quem quer uma tramitação mais rápida e quem quer uma tramitação mais lenta. O que está em jogo aqui é quem quer fazer demagogia e surfar numa



falsa onda de parcela da opinião pública e quem quer oferecer ao País uma solução coerente, simétrica e estruturante.

Vejam só o que propõe o projeto de lei que tramita no Senado: aprovado esse projeto, para se prender alguém, não é preciso mais ir ao Supremo Tribunal Federal, mas é preciso para se cobrar uma dívida trabalhista; para se cobrar um tributo arrecadado indevidamente, é preciso; para decidir quem foi o campeão brasileiro de 1987 entre Flamengo e Sport, é preciso ir ao Supremo; para se decidir com quem vai ficar, na partilha de um divórcio litigioso, um cachorrinho, é preciso ir ao STJ, mas não é preciso para se prender alguém.

Ora, a impunidade no Brasil não é só a impunidade de natureza criminal. Incomoda tanto quanto a impunidade de natureza criminal, que permite que a prescrição chegue antes da execução de uma pena de prisão, quanto a impunidade de natureza trabalhista, em que o trabalhador morre antes de fazer seu crédito trabalhista. Incomoda a impunidade tributária, em que o empresário entra em falência antes de conseguir reaver um tributo cobrado indevidamente. Que impunidade seletiva é essa? Que impunidade seletiva é essa que não se incomoda com o empresário que não paga crédito trabalhista, que não se incomoda com o Estado que nega ao cidadão um direito reconhecido pela Justiça?

Nós estamos tendo a coragem de dar uma solução simétrica para o nosso sistema processual transferindo o trânsito em julgado não apenas das ações criminais, mas de todo processo judicial brasileiro para a segunda instância. Nós não podemos ter um sistema em que o trânsito em julgado para prender é um, o trânsito em julgado para executar a dívida trabalhista é outro, o trânsito em julgado para executar um crédito tributário é outro... Que sistema judicial é esse? Que segurança jurídica, que estabilidade, que simetria tem esse sistema?

Quero concluir esta minha fala, Sr. Presidente, argumentando aqui um problema técnico gravíssimo do projeto de lei que me faz ter a certeza de que quem insiste nisso não quer que se prenda ninguém. O projeto de lei que tramita no Senado diz, no *caput*, que condenado em segunda instância pode ser preso por execução provisória da sentença. Mas ele tem um parágrafo, que diz que, se for demonstrada a plausibilidade do direito alegado no recurso e que o recurso não tem natureza protelatória, ele fica solto.

Vejam qual é o efeito prático disso. O recurso para o STJ ou para o STF tem um juízo de admissibilidade no tribunal *a quo*, no tribunal de segunda instância que condenou.

Esse juízo de admissibilidade analisa exatamente a plausibilidade da ofensa a texto da Constituição, no caso do extraordinário, e de lei federal, no caso de recurso especial, e os requisitos formais, se está dentro do prazo, se as custas estão pagas. Sabem o que significa isso? Que todo o recurso extraordinário ou todo o recurso especial recebido pelo tribunal *a quo* é presumidamente plausível e não protelatório.

Qual é o efeito prático disso...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCELO RAMOS (PL - AM) – ... no texto do projeto de lei que tramita?

Todo o recurso especial ou extraordinário admitido pelo tribunal *a quo* vai impedir prisão. Óbvio.

A condição de admissibilidade é o reconhecimento da plausibilidade do direito, e ele não é meramente protelatório. Se essas são as condições que permitem a não prisão, o projeto de lei não quer prender ninguém.



Então, vamos parar de tentar dividir esta Casa e o Congresso Nacional entre céu e inferno, porque, senão, eu vou ser tentado a dividir entre demagogos e pessoas que acreditam e querem dar estabilidade para as instituições.

Eu sou daqueles que prefiro esperar mais um mês e dar uma solução robusta, estruturada...

(Soa a campanha.)

O SR. MARCELO RAMOS (PL - AM) – ... que responde à população, que dá estabilidade para as instituições a embarcar numa aventura, para fazer demagogia, sabendo que ela não terá efeito prático nenhum ou que ela pode mudar ali na próxima esquina.

Nós teremos coragem de enfrentar esse debate dentro da Casa e também com a população, para mostrar quem tem responsabilidade de combater a impunidade não só criminal, mas trabalhista, tributária, ambiental, penal, militar, porque, aí, sim, a população vai acreditar que a solução é simétrica, organizada e coerente com o nosso sistema jurídico.

Tenho absoluta convicção de que a decisão de priorizar a PEC 199 é a decisão necessária para o Parlamento e, acima de tudo, para o País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Um minuto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco/DEM - AP) – Deputado Marcel, o Deputado Edmilson pediu primeiro, e vou passar para ele aqui.

Deputado Edmilson.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA. Para discursar. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Presidente Davi Alcolumbre, quero, em tempo, apresentar reflexões sobre alguns temas.

Em primeiro lugar, todos lembram de o Dr. Galvão, Diretor do Inpe, sendo constrangido por cumprir sua obrigação institucional. E, na condição de técnico com mais de 200 artigos publicados nas mais importantes revistas científicas do planeta, foi demitido porque se negou à covardia, se negou a mentir em favor de um Governo que é marcadamente constituído pela mentira.

Desde o processo eleitoral, com as promessas eleitorais, ao próprio exercício do mandato, é mentira, é mentira, é mentira! É um Governo *fake*. É a mentira como regra para destruir direitos, para destruir a estrutura do Estado, para destruir políticas, para destruir a dignidade do povo brasileiro, não sem resistência e não sem projetos contra-hegemônicos.

Mas aí é parte da luta que nenhuma GLO vai impedir, nenhuma ameaça de AI-5 vai impedir que o nosso povo vá às ruas exigir a reposição do que lhe tem sido tirado. Há muitos exemplos no mundo e o Brasil não fará diferente, porque o nosso povo é um povo generoso e, por ser generoso, amoroso, fraterno, é um povo que luta, que não abre mão da resistência. Não há essa história de povo que diz "sim, senhor", não! A Cabanagem, a Balaiada, a Sabinada, a Farroupilha e tantas outras lutas sinalizam – Revolta dos Malês – a história e o compromisso do povo brasileiro com o fim de todas as formas de exploração e de opressão, particularmente do racismo.

Em falando no Inpe, dizer que o Inpe, apesar da mudança de diretoria, teve que anunciar um fato concreto: o aumento em quase 30%, 29,5% do desmatamento na Amazônia entre agosto de 2018 e julho de 2019. Isso é uma vergonha, porque nós sabemos que esse aumento...

(Soa a campanha.)

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) – ... é baseado na permissividade, é baseado numa postura criminoso do Presidente e do seu Ministro do Meio Ambiente, que



incentivam e têm incentivado a prática de ocupação de unidades de conservação, de terras indígenas! Sabem acusar ONGs, sabem violentar a dignidade do povo, sabem tirar direitos dos trabalhadores, sabem ofender mulheres, negros, indígenas! Mas não perde uma oportunidade para fazer declaração de amor àquele criminoso que responde a um processo de *impeachment* por traição à pátria, esse senhor que infelizmente inspira o nosso Presidente, o Sr. Donald Trump.

O desmatamento da Amazônia...

(Interrupção do som.)

(Soa a campanha.)

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) – Só para concluir.

O desmatamento da Amazônia, de forma criminosa, não é algo menor. Belém, a capital do meu Estado do Pará, tem uma área de 1.059,448km². Sabem qual foi a área desmatada, em um ano, na Amazônia? Quase 10 mil quilômetros quadrados, ou seja, dez vezes Belém. O triste é que o Estado do Pará desmatou quatro áreas de sua capital, mais de 4 mil quilômetros. Isso tem que ter um basta.

Queria expressar, portanto, a minha solidariedade aos que lutam contra essa desgraça...

(Soa a campanha.)

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) – ... esse processo criminoso de destruição dos direitos sociais e do equilíbrio ecológico.

Aproveito, Sr. Presidente, para expressar minha total solidariedade às assistentes e aos assistentes sociais. A maioria é mulher. Aos educadores, aos psicólogos. E espero que nós possamos afirmar e fortalecer a política e que assistentes sociais e psicólogos sejam cada vez mais reconhecidos como necessários suportes pedagógicos ao processo de ensino, orientando professores, orientando alunos das redes.

Então, o veto nessa questão e a posição que aqui este Congresso acaba de tomar tem um significado muito importante.

Por fim, as marisqueiras do Brasil têm direito a ter prioridade quando houver...

(Interrupção do som.)

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) – No que diz respeito...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco/DEM - AP) – Para concluir, Deputado.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) – Vou concluindo.

As marisqueiras ganham uma lei que regula a sua profissão. As marisqueiras, entendidas como aquelas que trabalham artesanalmente para a coleta do caranguejo, do siri e de outros mariscos, o mexilhão no Pará, conhecido de outra forma em outras regiões.

Quando houver acidentes, é justo que essas trabalhadoras, geralmente muito pobres, mas que garantem, com muita força, contribuem para a economia do País e para a riqueza da culinária brasileira, que elas tenham prioridades quando forem vítimas de acidentes ambientais. Então, catástrofes...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco/DEM - AP) – Vou passar agora à apreciação, no painel eletrônico, do item 35.19.004 ao item 35.19.036 do Veto nº 35, de 2019, que trata da propaganda partidária.



O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Sr. Presidente, eu já vou à tribuna, mas antes disso, se puder me conceder um minuto só, sobre o acordo.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco/DEM - AP) – Pois não, um minuto para o Líder Marcel.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Nós fizemos um acordo aqui com os Líderes do Governo, e V. Exa. ajudou para que isso fosse possível, até para agilizar a votação, mas infelizmente a frustração foi muito grande de nossa parte, e certamente também dos Líderes, porque os votos não apareceram conforme aquilo que se esperava. Faltaram três votos no Senado para nós podermos derrubar o veto que foi apostado pelo Presidente da República, na questão dos honorários da AGU. Agora, continuarão os funcionários da AGU, os servidores da AGU continuarão ganhando acima do teto, e nós tínhamos um acordo de que esse veto seria derrubado.

Portanto, Sr. Presidente, eu fico satisfeito de ouvir dos Líderes que se procurará uma forma de corrigir este infortúnio dessa votação. Nós tínhamos um compromisso firmado. Faltaram apenas três votos no Senado. Para que, no início do ano que vem, vamos ver qual é a melhor alternativa, ou ainda este ano, seja editar uma medida provisória, não sei, estamos tratando isso com o Governo, para que seja garantido o acordo feito aqui neste Plenário. O acordo que V. Exa. tão bem construiu precisa ser respeitado, Sr. Presidente. Nos frustra muito.

Percebemos, de outra parte, para nosso, talvez, conforto e consolo, que frustrou também os Líderes do Governo, que esperavam um resultado diferente no painel.

Mas agora nós esperamos que a situação seja resolvida o quanto antes e que nós tenhamos o acordo respeitado e, portanto, que ninguém na AGU receba além do teto, mesmo considerados os honorários advocatícios.

Seria isso, Sr. Presidente. Lamento muito esse episódio, mas agradeço a V. Exa. por toda a colaboração para que fosse possível esse acordo e para que, agora, ele se cumpra de qualquer maneira.

Obrigado.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Presidente, nessa mesma linha, V. Exa. me permite, Presidente?

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco/DEM - AP) – Pois não, Líder.

O SR. BOHN GASS (PT - RS. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Nesse acordo, além desse item que foi relatado pelo Deputado Marcel Van Hattem, também o tema, que nós votamos por unanimidade aqui no Congresso Nacional, que foi discutido na CMO (Comissão Mista do Orçamento) por Senadores e Deputados com a própria base do Governo – nós havíamos acordado, e isso foi vetado pelo Presidente Bolsonaro –, de que não haveria redução nos recursos da educação. Assim, o que tem em 2019 seria repostado integralmente pelos cálculos em 2020, sem possibilidade de redução. Essa parte foi vetada e nós não derrubamos o veto, na mesma lógica do acordo que havia sido construído.

E também na área da saúde, muito importante: nós teríamos a reposição completa, para não ser menor ao ano anterior com a correção inflacionária, mas...

(Interrupção do som.)



(Soa a campainha.)

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Para encerrar, para concluir.

... com o crescimento demográfico que houvesse também esse item incorporado. Se aumenta o número de pessoas, que também aumentasse o valor, para que, no cálculo *per capita*, não ficasse com um valor inferior ao ano anterior. Isso foi vetado e não foi derrubado agora.

Então, é muito grave isso, porque foram matérias votadas por todos os partidos, votadas na CMO, votadas no Congresso Nacional, o Presidente desrespeita este Congresso e este Congresso não impõe a sua história de derrubar o veto.

Então, realmente é lamentável. Eu espero que a gente possa construir equações sobre esse ponto.

E ainda um tema também muito ruim que passou aqui foi o tema do IBGE. O IBGE precisa de recursos para realizar o censo. O censo é base para planejamento em todas as áreas, nos Municípios e nas próprias secretarias do Governo. O Governo cortou o dinheiro e nós não conseguimos derrubar esse veto do...

(Interrupção do som.)

O SR. ARTHUR LIRA (Bloco/PP - AL) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco/DEM - AP) – Concedo a palavra ao Líder Arthur Lira.

O SR. ARTHUR LIRA (Bloco/PP - AL. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, rapidamente, apenas para me associar à pauta que o Líder do Novo levantou com relação à sucumbência da AGU.

Eu acho que, muito mais do que obrigar ao teto, esta Casa e o Senado Federal, de há muito, já tinham de votar o fim da sucumbência. Isso é uma medida esdrúxula que existe na nossa legislação e que fomenta outros tipos de desacordo em favor dos advogados da União.

Com relação a esta sessão, Sr. Presidente, em nome do PP e de outros Líderes que estão aqui, o nosso apelo é de que o senhor a suspenda ou a encerre, leve esta sessão para a próxima semana.

Sobre o que houve com relação à falta de cumprimento do acordo por parte do Senado nos vetos que foram acertados, já há aqui algumas discordâncias sobre se foi essa cédula ou se foi aquela cédula. Foi um erro, mas não há como a gente corrigir isso hoje. As outras possibilidades, a meu ver, têm de ser conversadas definitivamente com o Governo e com os partidos que estão discordando dessa situação, para vermos se temos acordo ou não.

A continuar esta sessão, o nosso partido entrará em obstrução para que a gente não vote mais nada no dia de hoje.

O SR. AGUINALDO RIBEIRO (Bloco/PP - PB) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco/DEM - AP) – Deputado Aguinaldo.

O SR. AGUINALDO RIBEIRO (Bloco/PP - PB. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na mesma linha do que nós havíamos ajustado e fazendo só uma ponderação, como nós tivemos, durante o processo de votação, uma confusão na distribuição das cédulas – e eu aqui fiz a advertência, deste microfone, aos Líderes e aos Parlamentares, seja da Câmara, seja do Senado, no sentido de verificarem se estávamos votando com a cédula correta e, ao que me parece aqui, o que houve foi exatamente uma confusão em relação a essas cédulas, e o que aconteceu foi que o acordo, de fato, não foi cumprido.



Então, isso está criando aqui, entre as Lideranças... E eu concordo tanto com o Líder do Novo quanto com o Líder Arthur e os demais Líderes, no sentido de que a gente possa ter o tempo necessário para fazer os ajustes, seja no Governo, aproveitando o nosso Líder, o Senador Eduardo Gomes, para que o Governo possa enviar o PLN que trate da LDO, restabelecendo aquilo que foi derrubado em razão da votação da cédula equivocada e que a gente possa votar ainda este ano com o compromisso de não veto a essa matéria que o Governo enviará e que possa ser restabelecido o acordo que foi costurado, que foi aquiescido por todas as Lideranças. Esta Casa é uma Casa que tem uma tradição de não se quebrar acordo firmado.

Então, eu faço um apelo a V. Exa., em nome do bom senso e para que a gente mantenha a boa tradição da Casa, para que, neste instante – mesmo entendendo o prejuízo que vamos ter em adiar, por uma semana, uma votação importante como esta –, seja suspensa a sessão. E que V. Exa. possa convocá-la para a próxima terça-feira, porque, na segunda, há o risco de não termos o quórum devido para votarmos essas matérias já com as providências do Governo em relação ao que me referi, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco/DEM - AP) – Senador Eduardo Gomes.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco/MDB - TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero concordar com o Líder Aguinaldo, com o Líder Arthur, com os Líderes da oposição, afinal de contas o nosso trabalho tem sido, sob a Presidência de V. Exa., de respeito irrestrito aos acordos. E também aqui o Líder Fernando Bezerra sabe que a Liderança do Governo tem construído de maneira paralela algumas correções de formulação legislativa junto ao Palácio do Planalto.

Então, Sr. Presidente, aqui o clima é de restabelecimento da confiança do acordo de Lideranças, do respeito às divergências, mas, principalmente, Sr. Presidente, ao atendimento à boa técnica legislativa e aos avanços que esses acordos produziram.

Então, sem nenhum prejuízo, respeitando e tendo a humildade suficiente para acatar essas reivindicações, peço ao Presidente Davi que convoque sessão do Congresso para terça-feira. E eu gostaria de continuar o diálogo com as Lideranças da oposição e do Governo para que cheguemos aqui, na terça-feira, com uma pauta sem risco de equívoco.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – Sr. Presidente...

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco/MDB - TO) – Então, Sr. Presidente, eu gostaria de dar a fala em nome do Governo, concordando com as providências do adiamento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. JHONATAN DE JESUS (REPUBLICANOS - RR) – Presidente Davi.

Presidente Davi.

O SR. LINCOLN PORTELA (PL - MG) – Sr. Presidente, pelo Partido Liberal.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco/DEM - AP) – Deputado Jhonatan pediu primeiro.

O SR. JHONATAN DE JESUS (REPUBLICANOS - RR) – O.k., obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco/DEM - AP) – Líder Jhonatan.

O SR. JHONATAN DE JESUS (REPUBLICANOS - RR. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Presidente, é o seguinte, esta Casa tem uma cultura de se respeitar acordo. Nós fizemos um acordo tanto com o Governo – entendeu? – quanto com a oposição. Não foi cumprido o acordo. Então, nós não temos como deliberar nada hoje.



Foi proposto aqui pelo Líder da Maioria, o Aguinaldo, pelo Deputado Arthur Lira, e, agora, a gente vê o Líder do Governo concordando com esse adiamento da votação. Precisam ser feitas as providências, e a gente vota, na semana que vem, todas as pautas que houver, porque não existe mais condição. Se V. Exa., com todo o respeito que eu tenho a V. Exa., tentar votar hoje ainda, o Republicanos vai entrar em obstrução, Presidente.

O SR. LINCOLN PORTELA (PL - MG) – Sr. Presidente, pelo Partido Liberal.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco/DEM - AP) – O Zarattini pediu primeiro, Líder.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco/DEM - AP) – Vou passar para o Zarattini e, em seguida, para V. Exa.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – Sr. Presidente, a gente...

(Soa a campainha.)

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – Nós do PT e da oposição estamos bastante chateados aqui com o resultado...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco/DEM - AP) – Inclusive, o Presidente também.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – É. Nós nos empenhamos...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco/DEM - AP) – Não é possível coordenarem um acordo em que todos os partidos reunidos, Líderes da Câmara e do Senado...

Eu quero agradecer a confiança dos partidos de oposição que retiraram 43 destaques dispositivos dos vetos para que a gente pudesse hoje deliberar apenas três ou quatro destaques no painel, diante de um amplo acordo construído com o Líder do Governo no Senado, o Líder do Governo no Congresso, o Líder do Governo na Câmara e todos os partidos. E, infelizmente, quando a gente abre o painel, não se cumpriu o que se combinou. Então, eu também me solidarizo com todos os Líderes partidários e com o Parlamento brasileiro.

E é inadmissível que vários atores possam conciliar um texto para que a gente pudesse dar celeridade na votação e, no final, não cumprimos o que foi estabelecido. Então, eu também faço essa manifestação em nome do Parlamento brasileiro e peço aos Senadores, aos Líderes partidários, aos Deputados Federais e Deputadas Federais, que, diante de um acordo e um entendimento, em que todo o Congresso estava contemplado, seria necessário que a gente cumprisse o acordo. Então, eu também faço das manifestações de V. Exas. a minha manifestação, diante desse absurdo que aconteceu ainda há pouco na apuração dos votos.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós estamos reconhecendo...

O SR. LINCOLN PORTELA (PL - MG) – Sr. Presidente, o Partido Liberal quer se manifestar.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – ... o seu esforço, o esforço de diversos Líderes para a gente chegar a um acordo. Para nós da oposição o importante é o que é, no nosso entendimento, o melhor para o Brasil. E, nesse acordo, nós vislumbramos que poderíamos avançar e avançar muito. Infelizmente, o resultado não foi o combinado. De toda forma, também a gente espera que aquilo que o Líder do Governo expressou aqui, no microfone, seja cumprido.

Nós estamos muito preocupados com a questão do censo do IBGE, dos recursos para as pequenas cidades, para a questão da sucumbência. E, aí nesse ponto, temos um ponto de vista



coincidente com o Partido Novo. E esperamos que, até terça-feira ou quarta-feira, talvez seja melhor na quarta, Sr. Presidente, a gente possa resolver. E esperamos que agora...

(Interrupção do som.)

(Soa a campainha.)

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – E esperamos que agora aquilo que foi acordado nesses destaques também seja cumprido, porque nós tivemos um amplo acordo em relação a isso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco/DEM - AP) – O Líder Lincoln.

O SR. LINCOLN PORTELA (PL - MG. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Partido Liberal quer parabenizar V. Exa. pelo esforço hercúleo que, desde a semana passada, tem feito nesta Casa, e V. Exa. é um homem de palavra. Então, estamos com V. Exa.

Gostaríamos também o acordo que está sendo criado agora, elaborado agora, fosse mantido para terça-feira que vem, pois quarta-feira eu acho um pouco distante; e aproveitando também esta oportunidade, ver a possibilidade de na quarta-feira fazermos a sessão...

Sr. Presidente, para complementar.

Sr. Presidente, para complementar.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco/DEM - AP) – Pois não, Líder.

O SR. LINCOLN PORTELA (PL - MG) – Para complementar.

Vermos a possibilidade, então, de na quarta-feira fazermos a sessão solene para a promulgação da PEC 372, porque nós temos 200 mil...

(Soa a campainha.)

O SR. LINCOLN PORTELA (PL - MG) – ... policiais penais esperando que isso aconteça. Se essa sessão solene puder ser marcada para quarta-feira, após o acordo que está sendo construído agora, seria de grande importância para a segurança pública no Brasil, principalmente nesse contexto; e V. Exa., que trabalhou muito nisso também, na PEC 372.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco/DEM - AP) – Em toda essa matéria.

Eu tive o privilégio de relatar essa matéria no Plenário.

O SR. LINCOLN PORTELA (PL - MG) – Importantíssima.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco/DEM - AP) – Vamos marcar, sim, a promulgação desta emenda constitucional que trata dos agentes penitenciários.

O SR. LINCOLN PORTELA (PL - MG) – Exatamente. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco/DEM - AP) – Deputado Cajado.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente, apenas para V. Exa. lembrar de na terça fazer o mesmo de hoje: cancelar as reuniões nas Comissões, tanto do Senado quanto da Câmara. Por quê, Presidente? Porque semana que vem nós já estaremos no mês de dezembro. Daqui que votemos os PLNs, sancionemos os PLNs, e vai à norma técnica jurídica o limite para cadastramento das propostas e empenho, nós estamos já ultrapassados dos limites. Portanto, minha preocupação é de que na próxima terça é o último dos últimos dias. Se nós não fizermos... E para isso eu chamo aqui todos à consciência deste momento.



Se na terça-feira que vem, Presidente, nós não conseguirmos concluir a votação e pedir que o Governo Federal, na pessoa do Presidente da República, faça um esforço para sancionar esses PLNs em no máximo 48 horas, nós vamos ter problemas graves, porque, Presidente, poderá haver uma votação com uma expectativa que não se efetive, que não se confirme, diante do limite do prazo, porque os ministérios precisam receber os cadastramentos das propostas e precisam analisar essas propostas para poderem empenhar. Então, isso demanda tempo, e eu fico receoso, Presidente, porque estamos no limite...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco/DEM - AP) – Deputado Cajado...

Eu queria atenção do Plenário, porque o Secretário da Mesa do Congresso Nacional fez uma ponderação de que em outra oportunidade o Congresso Nacional, por acordo, conseguiu o apoio necessário para votação dos destaques em outra sessão. Eu queria a atenção do Plenário. Se nós tivermos o entendimento do Plenário, a gente pode considerar que os destaques – e isso é verdade – são parte dos vetos. Porque nós temos um conjunto de vetos com 200 dispositivos vetados. Nós votamos 95% dos vetos na cédula e já proclamamos o resultado. Portanto, se tivermos o entendimento do Plenário, Deputado Cajado...

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) – ... passarmos para os PLNs. Perfeito!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco/DEM - AP) – ... a gente votaria os PLNs todos...

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) – Perfeito. Isso.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco/DEM - AP) – ... e deixaria, nessa sessão do Congresso, só os destaques que são considerados – se tivermos um acordo do Congresso – parte dos vetos. Portanto, já houve o entendimento do Congresso em outra oportunidade, e nós não infringimos a decisão do Supremo Tribunal Federal de que vetos trancam a pauta, porque nós votamos a ampla maioria dos vetos. Nós deixamos só os destaques para a próxima semana ou para a próxima sessão.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, e os Líderes do PSOL que não têm concordância, que queriam que o Regimento fosse cumprido e que pudéssemos votar primeiro os destaques antes dos PLNs? E fizemos acordo para não obstruir os PLNs que têm sido aprovados.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco/DEM - AP) – Líder Edmilson, eu queria pedir a V. Exa. A gente está... O que o Deputado falou aqui é verdade. Ele falou que é o último prazo. Se nós não votarmos hoje, infelizmente, muitos recursos não...

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) – Não se efetivarão.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco/DEM - AP) – ... vão poder ser executados este ano, porque precisa da publicação, precisa da consolidação nos ministérios, precisa de a Economia autorizar, precisa do decreto.

Pelo que eu consultei aqui, há o sentimento de todos os Líderes, exceto do PSOL, de fazer esse acordo.

Eu queria pedir a V. Exa...

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) – Eu tenho com o coração mais mole do que o nosso velho comunista aqui, viu?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós também achamos que não tem clima para fazer hoje. O Novo não dará acordo, Sr. Presidente. Acho melhor deixar para a próxima sessão.



O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco/DEM - AP) – Pois não, Líder Ivan.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Presidente, nós estávamos aqui para votar todos os vetos, e V. Exa. fez o voto escrito dos vetos. Há só três vetos, não deu. Houve problemas, mas nós inclusive temos o interesse de votar a derrubada do veto dos programas de TV, e não é possível.

Agora, a questão dos PLNs nós não temos acordo de inverter, e regimental e constitucionalmente não é viável isso, se não houver acordo total de todos os Líderes. Então, a gente pede o encerramento da sessão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco/DEM - AP) – Se não houver unanimidade do Congresso, não dá para...

Deputado Paulinho.

O SR. PAULO PEREIRA DA SILVA (SOLIDARIEDADE - SP. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Presidente, o Solidariedade não concorda com nada que não seja votar os vetos dos partidos. Nós temos três vetos que são prioridade para o partido. E nós tínhamos feito de acordo com os demais partidos e achamos que qualquer coisa que a gente vote hoje que não seja votando esses vetos em primeiro lugar não haverá acordo. Então, acho que, como está desarrumado, o ideal seria que o senhor convocasse uma nova sessão para terça-feira que vem, e a gente tentasse um novo acordo. E ver se agora todos cumprem este novo acordo.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco/DEM - AP) – Então, se não há o entendimento do Plenário, não adianta, porque eu só poderia tomar essa decisão de acolher esse precedente que foi feito em outras oportunidades na sessão do Congresso se nós tivéssemos o apoio da unanimidade do Plenário do Congresso. Como temos alguns Líderes que são contrários, a gente não vai fazer a votação dos PLNs hoje.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – Presidente...

O SR. JOSÉ NELTO (PODEMOS - GO) – Presidente...

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na próxima terça-feira, nós vamos aguardar se o Governo de fato vai encaminhar os PLNs. Se esses PLNs tiverem chegado aqui, e nós pudermos votar junto com os que já estão aqui, nós poderíamos fazer um acordo na terça-feira, desde que aqui a gente tenha resolvido os problemas que ficaram pendentes hoje.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco/DEM - AP) – Líder, o acordo que o Líder Eduardo Gomes me disse que já fez com o Governo é que esse PLN vem direto para o Plenário para ser relatado no Plenário. Portanto, nem vai passar na CMO mais. Então, ele...

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – Nós podemos avançar isso na terça-feira.

Então, eu sugeriria que a gente encerrasse agora e retomasse na terça-feira, examinando o que de fato aconteceu.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco/DEM - AP) – Está certo.

Líder Molon.

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Presidente, quero somar a essa manifestação do Deputado Zarattini a proposta de que V. Exa. nos reúna na terça-feira, pela manhã, para organizarmos a sessão do Congresso para a tarde...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco/DEM - AP) – Para o Governo apresentar o PLN...



O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ) – ... e já fazermos a conversa também sobre a ordem das votações. Aí o Plenário já começa a funcionar organizadamente. Deixo essa sugestão para V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco/DEM - AP) – A ordem das votações tem que ser os vetos...

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco/DEM - AP) – ... porque eles são prioridade, eles trancam a pauta.

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ) – Trancam a pauta. Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco/DEM - AP) – Então, a ordem está estabelecida já.

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco/DEM - AP) – Será o veto, esse que nós iríamos... O destaque do Novo, que é a propaganda partidária, será o primeiro; o segundo, no entendimento da Rede e do Cidadania, é o de pagamento de multa eleitoral e o de prazo para aplicação da inelegibilidade; e o terceiro é o do Cidadania do Senado, que é a indenização para as mulheres marisqueiras. Nós já temos a ordem dos três vetos que serão destacados nominalmente no Plenário.

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ) – Perfeito.

Fica a sugestão, só para concluir, de uma reunião com V. Exa...

(Interrupção do som.)

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco/DEM - AP) – E eu vou incluir o PLN... Líder Eduardo, Senador Eduardo, eu vou inverter só a ordem dos PLNs.

Para que o Governo cumpra o acordo, o PLN que o Governo vai encaminhar para corrigir os equívocos dessa votação será o primeiro item da pauta, após os vetos.

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ) – Presidente, faça a reunião no fim da manhã de terça, até para que cada Líder também manifeste como vai se posicionar em cada matéria. Assim, o Plenário já começa a funcionar mais organizadamente. Essa é uma sugestão para V. Exa. V. Exa. tentou fazer isso, fez a reunião na semana passada...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco/DEM - AP) – Fiz ontem.

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ) – ... fez ontem, e houve esse desarranjo.

Portanto, acho que valeria a pena fazer a reunião na terça que vem de manhã, com o Senado e a Câmara participando. Fica a sugestão para V. Exa.

O SR. JOSÉ NELTO (PODEMOS - GO) – Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco/DEM - AP) – O Governo concorda com a nossa manifestação de incluir o PLN, com a correção dos equívocos estabelecidos nesta sessão do não cumprimento do acordo feito na cédula. Portanto, nós votaremos, na semana que vem, os três vetos destacados, os três destaques aos vetos, e o primeiro PLN será esse relatado em Plenário da recomposição do acordo estabelecido com todos os Líderes, e, a partir dele, os outros 24 PLNs que estão na pauta do Congresso Nacional.



O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu não quero ser pessimista nem fazer terrorismo, mas eu quero deixar registrado que o prazo dificilmente poderá ser 100% cumprido. Estou deixando claro isso.

(Soa a campainha.)

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) – Questão temporal. Não tem jeito.

Apenas deixo registrada aqui essa minha posição.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco/DEM - AP) – Líder Aguinaldo.

O SR. AGUINALDO RIBEIRO (Bloco/PP - PB. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Presidente, só para reforçar o entendimento de todos e para pedir que V. Exa. pudesse convocar para terça, pela manhã, a sessão do Congresso.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco/DEM - AP) – Estão sugerindo a reunião dos Líderes para não haver mais...

O SR. AGUINALDO RIBEIRO (Bloco/PP - PB) – Eu faria a reunião... Acho que nós vamos continuar trabalhando hoje, durante o dia, para elaborar esse PLN, e, até o fim da semana, já pode se dar conhecimento desse texto do PLN acordado...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco/DEM - AP) – Líder Molon, o Líder Aguinaldo está fazendo uma sugestão.

O SR. AGUINALDO RIBEIRO (Bloco/PP - PB) – Faz-se a reunião pela manhã. V. Exa. pode marcar a reunião às 9h30, 10h, antes do ajuste, e, já na sequência, abriria, às 11h, para garantir o quórum na Casa, no Congresso. A gente teria o restante do dia para votar toda essa...

Aproveitando também aqui o que disse o Deputado Cajado, para que a gente possa finalizar essas matérias rapidamente, porque nós ficamos de fato com um grande número de matérias represadas. Então, talvez fosse bom a gente fazer a reunião pela manhã, 10h a sugestão, e às 11h já se abriria a sessão para que fosse dando quórum e que a gente começasse...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco/DEM - AP) – Até porque, na segunda-feira, o Governo vai encaminhar para todos os Líderes partidários o texto do PLN.

O SR. AGUINALDO RIBEIRO (Bloco/PP - PB) – Eu espero que se faça antes de segunda-feira para que pelo menos a gente possa já conferir...

O SR. JOSÉ NELTO (PODEMOS - GO) – Sr. Presidente, eu peço a palavra.

O SR. AGUINALDO RIBEIRO (Bloco/PP - PB) – ... se está todo o acordo resgatado, porque é isso que todos os Líderes desejam.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco/DEM - AP) – Líder José Nelto.

O SR. JOSÉ NELTO (PODEMOS - GO. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, essa reunião com o Colégio de Líderes poderá ser feita até na segunda-feira, já que nós fomos convocados pelo Presidente Rodrigo Maia porque haverá sessão na segunda-feira, para que possamos, já na terça-feira, chegar acordados para a sessão do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco/DEM - AP) – Líder Eduardo Gomes.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco/MDB - TO. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Presidente, para concordar com o encaminhamento e dizer o seguinte: é muito importante isso. Quando a gente fala em ambiente de cumprimento de acordo, a gente não fala apenas na sessão do Congresso Nacional. Diversas matérias na Câmara e no Senado tiveram andamento nas últimas 48 horas fruto desse acordo das Lideranças, respeitando as diferenças, sem nenhum tipo de invasão



a temas importantes a cada bancada, mas nós temos na pauta das duas Casas matérias importantes que estão sendo destravadas e que já foram destravadas por conta do acordo.

Portanto, concordo com o Líder Aguinaldo, com todos os Líderes e com o Molon que a gente construa até segunda-feira esse PLN, submeta-o à consulta dos Líderes e conclua esse acordo ainda na terça-feira.

O SR. LINCOLN PORTELA (PL - MG. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – O PL também acompanha o raciocínio da Liderança... Dos Líderes que me antecederam.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco/DEM - AP) – Diante do entendimento estabelecido pelas Lideranças partidárias da Câmara, do Senado e do Governo, a gente vai convocar uma sessão do Congresso Nacional para terça-feira, às 11h da manhã, e a reunião dos Líderes às 10h da manhã, no Gabinete da Presidência do Senado, já que vai estar praticamente estabelecido o acordo, por conta das manifestações feitas pelo Líder Aguinaldo e pelo Líder Eduardo Gomes em relação à apresentação desse PLN que será relatado no Plenário do Senado Federal para o cumprimento dos acordos. E essa reunião da própria terça-feira, às 10h da manhã, também será para tratar a questão dos destaques apresentados dos vetos presidenciais. Não é isso, Líder?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco/DEM - AP) – Portanto, eu convido os Srs. Senadores e Senadoras: nós teremos uma sessão extraordinária no Senado Federal para votar a Medida Provisória 890, que trata do Programa Médicos pelo Brasil.

Informo, em nome do Presidente da Câmara dos Deputados, que o Plenário da Câmara dos Deputados se reunirá hoje em uma sessão deliberativa a partir das 16h.

Está encerrada a sessão do Congresso Nacional.

(Levanta-se a sessão às 14 horas e 27 minutos.)



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 27ª SESSÃO

EXPEDIENTE

Discursos encaminhados à publicação



A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT - RJ. Sem apanhamento taquigráfico.) - Quero agradecer a organização desse evento pelo convite de estar nesse momento histórico: a realização dessa Conferência Nacional Democrática de Assistência Social. Fico feliz e emocionada por continuar a fazer parte dessa história, já que também pude participar há 31 anos da Constituinte que integra a Assistência Social à Seguridade Social e a reconhece como uma Política pública.

O debate acerca da Assistência Social no Brasil vem ganhando destaque no momento atual, suscitado pelos brutais indicadores que traduzem uma sociedade marcada por profundas desigualdades sociais, aumento da pobreza, do racismo e da intransigência em relação as religiões de matriz africana e a questão de gênero.

Sob esses principais eixos temáticos articula-se a uma rede de questões que traz à tona a relação Estado/sociedade e Estado/mercado, num contexto no qual predominam, de um lado, políticas econômicas voltadas para a estabilização da moeda e o ajuste estrutural da economia, e de outro, a complexa relação entre democracia política e democracia social.

Dessa forma, discutir as políticas sociais como direito, na atual conjuntura brasileira, é imperativo. É fundamental entender a lógica de funcionamento para buscar elementos que permitam imprimir-lhes outra capacidade na construção de uma sociedade mais igualitária e mais democrática.

O mote orientador dos dias atuais deve ser: “Desbravar caminhos inovadores para construir uma agenda nacional de desenvolvimento que priorize a distribuição da renda e a justiça social. Esse momento no Brasil exige que as ‘vozes das ruas’ prevaleçam sobre as “vozes do mercado”!

É imperativo seguir pensando criticamente para propor ações concretas de luta e na defesa da Política de Assistência Social. É por isto que estamos todos aqui para fazer a defesa dos direitos sociais e da Democracia.

Vivemos em tempos sombrios e de retrocesso no Brasil! Mas podemos e devemos avançar na consolidação de um outro projeto de sociedade!

Nesse momento, relembremos as seguintes palavras do atual mandatário da República brasileira para que assim possamos construir estratégias.

ABRE ASPAS: “Os caras vão morrer na rua igual barata, pô. E tem que ser assim” [2]; “Ideologia de gênero é coisa do capeta” [3]; “Sou o capitão motoserra” [4]; “Todo mundo gostaria de passar a tarde com um príncipe. Principalmente vocês, mulheres”[5]; “Quilombola não serve nem para procriar”[6].

Para uma melhor compreensão dos impactos dessas frases, tomamos como auxílio a perspectiva da socióloga Amélia Cohn que analisa o atual cenário das políticas de abate social no Brasil contemporâneo. Essas políticas são em grande medida traçadas e legitimadas pelas proposições do Presidente Jair Bolsonaro. As frases e posteriormente os decretos que vêm sendo lançados não são aleatórios. Em um tom de chamamento, Cohn nos convida a compreender qual racionalidade sustenta essas manifestações públicas e rotineiras de desprezo aos direitos sociais, à tolerância, ao pluralismo de valores, à história e à democracia.

“O desafio parece incontornável: Como seguir supondo a existência do social quando o social já não está mais disponível para a população? Como podemos resistir quando o vocabulário da



justiça social, dos direitos e da tolerância parece não mais fazer parte das políticas sociais? Estaríamos fadados, portanto, à crítica resignada?”

A encruzilhada está traçada. E por isso é preciso enfrentar problemas em seus aspectos éticos, sociais e políticos.

Continuar a pensar a democracia, criticamente, significa, na proposta de Amélia Cohn, retomar, na trajetória histórica brasileira, o modo como o social foi construído e constituído entre nós. Do momento pré-1988, passando pelo período que se inicia com a Constituição de 88 e termina, abruptamente, em 2016, desembarcamos em 2019. Duas hipóteses formuladas por Cohn percorrem sua narração: uma tem a ver com o que poderíamos chamar de marca do percurso e a outra relaciona-se com a descrição do nosso presente.

Cohn é precisa ao destacar como as mobilizações sociais em áreas específicas receberam respostas institucionais responsáveis por marcar a democracia brasileira, até 2016. Os avanços na capilaridade das políticas sociais, o desenho de alternativas possíveis a uma concepção punitivista de política pública, a inclusão social via consumo, deixam um rastro. E o rastro deixado é resultado de certo projeto político democrático, que apontava para um horizonte de possibilidades, no qual a garantia da autonomia e da autoestima de cada sujeito de direito foi pensada como a condição para o acesso à cidadania.

Os governos do presidente Fernando Henrique Cardoso, do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e da presidente Dilma Rousseff, apresentaram projetos políticos no qual o social se desenhava como parte constitutiva. Mesmo o governo de Michael Temer não foi capaz de destruir o social. Temer é responsável por desconstruir o sentido do social, ainda que tenha mantido o arcabouço das políticas, com aquilo que foi chamado “políticas de crueldade social”.

As palavras de Amélia Cohn se colocam para nós como diretrizes fundamentais que permitem analisarmos as diferenças presentes entre cada governo, cada projeto político e partidário, e acrescentam, como parte do seu diagnóstico, que o atual governo promove a destruição – de forma e de conteúdo – da possibilidade de manutenção de laços de solidariedade social.

Precisamos lembrar que sem solidariedade social não há política social que se sustente no tempo. Precisamos manter acesa a posição de que o governo Bolsonaro se diferencia em relação aos anteriores por não ter um projeto político para o campo social.

Quando a destruição é o ideal, não podemos afirmar a existência de um projeto político que emancipe. O que está em marcha hoje, portanto, é um não-projeto que tem como resultado práticas de abate do social.

Dito de outro modo, se ficarmos na apatia seríamos espectadoras e espectadores de um movimento preciso, ainda que não possa ser chamado de projeto, responsável por introduzir e legitimar a selvageria do mercado no domínio da política pública, do estado em ação.

Se, de um lado, a perplexidade e o espanto constituem a imagem da nossa realidade, do outro lado – do lado da ação –, a reflexão torna-se um passo necessário para enfrentarmos, primeiro, aquilo que Amélia Cohn coloca com precisão: a indisponibilidade de uma estratégia de luta e resistência.



Repensar o social na atualidade em tempos de políticas de abate e de crueldade, perpetradas pelo Estado, é parte das tarefas a serem cumpridas por quem ainda entende que não existe democracia sem justiça social, tampouco a justiça social sem democracia, pode figurar como alternativa desejável.

E é isto que estamos fazendo nesta Conferência Democrática convocada pela sociedade civil cumpre a tarefa de Resistir na Luta em defesa da Assistência Social como direito do povo e responsabilidade do Estado.

E lembremos que não só a resistência é suficiente. Temos que tornar nossas lutas concretas e por isto temos que buscar novas alternativas: nossas vozes têm que ecoar em cada canto deste nosso imenso Brasil.



A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB - AC. Sem apanhamento taquigráfico) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, amigos e amigas que assistem a esta sessão pela *TV Câmara*, segundo reportagem da *Folha de S.Paulo* publicada ontem, o Brasil registra um caso de agressão à mulher a cada 4 minutos.

Nossa opinião é que os casos de agressão devem ser ainda muito maiores do que os notificados. Nem todas as mulheres que vão ao hospital colocam claramente que o caso que exigiu cuidados foi a violência. Elas se escondem, usando justificativas como acidentes, assaltos e outros eventos. Muitas nem ao hospital se dirigem, pois a agressão acaba recebendo cuidados domésticos.

Se a reportagem da *Folha* já é estarrecedora por si só, esta análise mostra que vivemos numa situação de verdadeiro terror contra as mulheres. A mulher que busca o exercício pleno dos seus direitos sociais e sexuais está sendo caçada neste País, como uma inquisição medieval.

Vamos discutir aqui neste plenário, na pauta desta semana, a notificação pelo sistema de saúde deveria ser compulsória ao sistema judiciário. Se o médico se recusar a relatar, por medo de se envolver, deve ser conscientizado de que vivemos num estado de terror, de ataque contra a mulher, e ele deve ajudar.

Também defendo que as primeiras medidas protetivas de afastamento e de acolhimento, nos casos especificados em lei, a partir do relatório médico e psicológico, devem ser adotadas imediatamente, para prevenir a mulher da morte.

Nobres colegas, o homem que bate e estupra também mata. Estamos morrendo muito por violência. Em 2017, houve 4.396 assassinatos de mulheres. Tivemos também mais de 3.837 estupros coletivos no ano passado. É uma verdadeira animalização da relação entre o homem e a mulher, coisa que não podemos permitir.

Por isso, entendo que, quando se detecta o início da violência, precisamos agir e prevenir a morte com medidas protetivas, com conversar com a vítima e com seus familiares.

O Estado brasileiro tem como princípio constitucional preservar a vida e, em casos reiterados, proteger a mulher e os filhos, agindo compulsoriamente, sim.

Estamos vivendo num mundo novo, num Brasil novo, no qual a emancipação das mulheres, o exercício pleno dos seus direitos sociais e reprodutivos, mais liberdade sexual é um caminho sem volta. Isso intimida o homem machista e conservador, criado pela cultura defendida equivocadamente pela Ministra Damares, segundo a qual a mulher deve ser submissa ao homem.

A mulher não deve submissão. Ela deve respeito ao companheiro, e deve ser respeitada por ele. “*Amar e ser amada, pois é dando que se recebe, é perdoando que se é perdoado*”, como diz a Bíblia.

Não vamos no calar frente à agressão. Queremos viver plenamente e vamos lutar por isso. Não temos mais como nos calar. Nossas irmãs, nossas filhas, nossas amigas e as futuras gerações querem liberdade. Temos que construir um arcabouço legal sólido, um arcabouço institucional, um arcabouço de políticas públicas, para sustentar estas mudanças e garantir proteção à nova mulher livre.



Vamos convocar a Nação a coibir com força este verdadeiro genocídio que vem vitimando a mulher no Brasil, que deseja ser livre.

Muito obrigada.



O SR. CHARLES FERNANDES (PSD - BA. Sem apanhamento taquigráfico) -

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, ocupo hoje a tribuna para falar que apresentei um projeto de lei que propõe a instalação de *playgrounds* junto com a instalação das academias de saúde.

Nos últimos anos, assistimos a um grande crescimento das chamadas academias de saúde nas praças, nos parques e nas áreas verdes da cidade. A disponibilização desses equipamentos representa ganho muito positivo para a população, sobretudo para os idosos.

Hoje são inúmeras as localidades onde se podem ver cidadãos fazendo uso desses aparelhos. Além de acarretar benefícios à saúde dos usuários, essa prática torna esses espaços centros de convivência de vizinhos e amigos.

O estímulo à circulação nesses espaços permitiu também uma real ocupação dos mesmos por parte da população, o que contribui inclusive com o combate à violência, uma vez que desestimula a presença criminosa e a disseminação de drogas nessas áreas.

Contudo, observou também que à medida que aumentaram as academias de saúde diminuiu quantidade de brinquedos instalados, os *playgrounds*, o que conseqüentemente levou muitas crianças a utilizar os equipamentos de ginástica, que nem sempre são adequados ao uso infantil.

Os *playgrounds*, por sua vez, estimulam as crianças em seu desenvolvimento. Devido ao seu aspecto lúdico, são necessários para completar a ocupação dos espaços tanto por adultos quanto por crianças.

Desse modo, essa propositura visa reforçar os parâmetros para ampliar a vivência coletiva das praças e parques de modo pleno, atendendo à necessidade de oferecer às comunidades instrumentos para se exercitar de modo correto, sem deixar de oferecer às crianças brinquedos que são importantes para o seu lazer, socialização e desenvolvimento.

Muito obrigado.

Peço, Sr. Presidente, que determine a divulgação deste pronunciamento pelos meios de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.



O SR. FÁBIO HENRIQUE (PDT - SE. Sem apanhamento taquigráfico.) -

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ouvintes da *Rádio Câmara*, espectadores da *TV Câmara* e todos aqueles que nos acompanham pelas redes sociais, hoje eu quero deixar registrada aqui uma homenagem ao Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe.

O TJSE foi eleito o melhor Tribunal de Justiça Estadual do Brasil.

Na noite desta segunda-feira, 25, ocorreu em Maceió, Alagoas, o XIII Encontro Nacional do Poder Judiciário, e a abertura do evento foi realizada pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Dias Toffoli, e pelo Corregedor Nacional de Justiça, Humberto Martins.

Nesta solenidade foram divulgados os vencedores do Prêmio CNJ de Qualidade. O Tribunal de Justiça de Sergipe foi reconhecido como o melhor Tribunal de Justiça Estadual do Brasil e também conquistou pelo terceiro ano consecutivo o Selo Diamante.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, o Prêmio CNJ de Qualidade avalia os tribunais brasileiros pela excelência na gestão e planejamento; na organização administrativa e judiciária; na sistematização e disseminação das informações; e na produtividade, sob a ótica da prestação jurisdicional.

Sr. Presidente, gostaria de enaltecer o trabalho realizado pelo Desembargador Osório de Araújo Ramos Filho, Presidente do Tribunal, bem como o de todos os demais Desembargadores: Alberto Romeu, Ana Lúcia Freire dos Anjos, Cezário Siqueira Neto, Diógenes Barreto, Edson Ulisses de Melo, Elvira Maria de Almeida Silva, Iolanda Santos Guimarães, José dos Anjos, Luiz Antônio Araújo Mendonça, Ricardo Múcio Santana de Abreu Lima, Roberto Eugenio da Fonseca Porto, e Ruy Pinheiro da Silva, que honram o Estado de Sergipe, pelo trabalho de excelência, correição e seriedade que realizam.

Estendo também minhas congratulações às Juízas Corregedoras Brígida Declerc Fink e Dauquíria de Melo Ferreira; o Secretário de Planejamento e Administração do TJSE, Erick Andrade; e os Juízes Auxiliares da Presidência, Marcos Pinto e Ana Bernadete Leite de Carvalho Andrade, que também participam deste importante evento.

Tenho orgulho, como sergipano, de ver o nosso Estado receber essa premiação, que é uma das mais importantes do Poder Judiciário.

Deixo aqui minha sincera gratidão e homenagem aos Desembargadores do TJSE e a todos aqueles servidores que trabalharam e conquistaram essa premiação.

Por fim, gostaria que a nossa fala fosse divulgada no programa *A Voz do Brasil* e nos demais veículos de comunicação desta Casa.

Muito obrigado.



O SR. FREI ANASTACIO RIBEIRO (PT - PB. Sem apanhamento taquigráfico) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nobres colegas Deputados, é uma vergonha, é incalculável o estrago que o Governo Federal, por meio da política de repressão e intimidação, quer causar em nosso País.

Ao anunciar o uso das Forças Armadas para reintegração de posse no campo, Jair Bolsonaro tenta implantar a política do terror e criminalizar movimentos sociais. Isto é um ato de intimidação que não deveria nem existir neste País. Ainda deu a entender que está fazendo isso porque os Governadores estão protelando as reintegrações de posse.

Com isso, Bolsonaro instiga o uso das forças armadas para matar trabalhadores do campo. É um absurdo o que Bolsonaro está fazendo com este País. Aperta o gatilho contra o trabalhador rural, mas aos ricos e aos banqueiros estende os braços para enriquecê-los ainda mais.

Em nosso ordenamento jurídico, o direito à propriedade no campo precisa levar em consideração as funções sociais e não pode ser encarado com repreensão e bala. Isso só agravará a situação e impedirá o desenvolvimento sustentável no campo.

Jair Bolsonaro promove um rompimento do Estado Democrático de Direito e autoriza o extermínio. Além disso, está autorizando o banho de sangue, algo que não vemos desde a ditadura.

Por isso, quero denunciar deste plenário este Governo, que se alicerça no massacre ao pobre. Não podemos nos deixar levar pelo ódio aos pobres. Nosso País é alicerçado na democracia. Usar as Forças Armadas para reprimir o povo e servir e proteger os ricos é discurso de gente histérica e descontrolada.

Era o que tinha a dizer.



O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP. Sem apanhamento taquigráfico.) - Sr.

Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Jair Bolsonaro enviou ao Congresso Nacional no dia 21 de novembro um projeto de lei que estabelece o excludente de ilicitude para agentes da Polícia ou das Forças Armadas quando em ação nas operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO).

As operações de Garantia da Lei e da Ordem estão previstas no art. 142 da Constituição de 1988 e foram regulamentadas em 1997. Elas são colocadas em prática *"nos casos em que há o esgotamento das forças tradicionais de segurança pública, em graves situações de perturbação da ordem. (...) Nessas ações, as Forças Armadas agem de forma episódica, em área restrita e por tempo limitado, com o objetivo de preservar a ordem pública, a integridade da população e garantir o funcionamento regular das instituições"*, conforme posição do Ministério da Defesa.

Os números mostram que a ação da GLO no Rio de Janeiro, por exemplo, ao invés de reduzir as mortes e ações violentas promoveram exatamente o contrário.

O Observatório da Intervenção da Universidade Candido Mendes mostra que as mortes ocasionadas por agentes do Estado contabilizaram 1.375 mortos de fevereiro a dezembro de 2018, o que significa 33,6% a mais do que 2017. No interior do Rio de Janeiro o incremento foi maior ainda: 80%.

O projeto em questão enviado prevê excludente de ilicitude nos casos abaixo (art. 2º, parágrafo único):

Art. 2º.

Parágrafo único.

I - a prática ou a iminência da prática de:

a) ato de terrorismo nos termos do disposto na Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016; ou

b) conduta capaz de gerar morte ou lesão corporal;

II - restringir a liberdade da vítima, mediante violência ou grave ameaça; ou

III - portar ou utilizar ostensivamente arma de fogo.

Todos sabemos no que isso vai resultar na prática: anuência para extermínio ou licença para matar. Qualquer militar envolvido numa operação que provocar mortes, a justificativa para a liberdade de tiro já é concedida *a priori*.

Se os militares que mataram o músico Evaldo e o catador Luciano em Guadalupe, no Rio de Janeiro, alegassem terrorismo ou grave ameaça, por exemplo, na eventual vigência da lei, seriam absolvidos nos inquéritos, inevitavelmente. Vale lembrar que nesse caso foram disparados 257 tiros, dos quais 67 atingiram o carro. Dos 12 envolvidos, nove estão sob liberdade. Militares são julgados por tribunais militares.

Sergio Moro, o patrocinador do projeto, é o proponente dessa tragédia na forma de lei. Como Ministro, sua postura tem sido de reiteradamente incentivar a liberdade de matar, o acesso às armas e munições e o aumento de penas, remédios que têm grande apelo populista, mas que são absolutamente ineficientes para resolver os problemas de segurança pública.

O ex-juíz se mostrou um baluarte do pensamento conservador, reacionário e persecutório no Brasil. Ocupa posto vital para que o Governo Bolsonaro viabilize sua política de transformar o



Brasil num banguê-banguê urbano e rural, inspirado em Rodrigo Duterte, Presidente das Filipinas, que gerou um banho de sangue no país.

Mas o paralelo negativo não se dá apenas com as Filipinas. A Bolívia e seus golpistas também são referência nesse caso. Alberto Kopittke, do Instituto Cidade Segura, estabeleceu um paralelo entre o projeto de Bolsonaro e o decreto assinado pela autoproclamada Presidenta da Bolívia, Jeanine Añez. O documento garante o excludente de ilicitude a membros das Forças Armadas que atuem em *"legítima defesa ou estado de necessidade"*, quando estiverem *"cumprindo suas funções constitucionais"*.

Antes de usar exemplos internacionais em que medidas de combate à violência pública se apoiam em projetos de inclusão social, de desenvolvimento de inteligência e de investimento em educação, pegamos carona no populismo de direita, excludente, violento e ineficaz.

O projeto de lei da dupla Moro/Bolsonaro abriria as portas para a selvageria e colocaria o Brasil no eixo da barbárie, fazendo média com o pensamento raso e demonstrando total falta de iniciativa e criatividade para lidar com o tema da segurança pública.

Moro já havia tentado emplacar a licença para matar civis no pacote de fevereiro, mas o Congresso retirou essa autorização em setembro no grupo de trabalho. Não satisfeito e obedecendo às ordens do capitão, reproduz a matéria, agora, para os militares.

As maiores vítimas serão os pobres e negros, confinados em situação de miséria nas periferias das grandes cidades. Será a normatização do que já ocorre, mas agora com despreocupação de prisão ou outra forma de penalidade por parte dos militares.

Nosso papel é o de denunciar mais essa atrocidade do Governo Bolsonaro, que leva o Brasil ao caos social com sua política de retirar direitos, aumentar a pobreza e a exclusão e a contenção da violência pela barbarização das relações sociais. A indústria de armas e munição agradece.

Muito obrigado.



O SR. JOÃO DANIEL (PT - SE. Sem apanhamento taquigráfico.) - Sr.

Presidente, Sras. e Srs. Deputados, externo uma preocupação que deve ser todo este Parlamento e de todo o povo brasileiro. A imprensa brasileira traz hoje medidas que o Governo Bolsonaro e Paulo Guedes pretendem tomar no Brasil: AI-5 e GLO no campo — Garantia da Lei e da Ordem, instrumentos claros da ditadura militar, instrumentos antidemocráticos, de repressão.

Por que o Governo Bolsonaro propõe isso?

A proposta vem no sentido da repressão aos movimentos sindicais, sociais e populares, uma vez que os únicos projetos deste Governo são gerar milhões de desempregos, quebrar as empresas nacionais e destruir a nossa economia. Modelo semelhante foi implantado no Chile, e, passados alguns anos, todos estão vendo o que está ocorrendo: o despertar do interesse pelo nosso continente e pelos seus recursos. O Brasil não será diferente, o povo brasileiro irá às ruas! O nosso projeto é um projeto de soberania nacional, de retomada da economia, geração de empregos e de inclusão. “Sim” à defesa da democracia, da Constituição, e “não” a qualquer retrocesso!

No campo, Bolsonaro quer implantar a GLO, e Paulo Guedes fala no instrumento mais cruel da ditadura de 1964 e que durou 20 anos, calando, torturando e matando os inimigos que ousavam contestar contra os desmandos do que foi o AI-5.

Pois bem, hoje os inimigos do regime e contra quem Bolsonaro quer usar os instrumentos de exceção são os trabalhadores rurais e suas famílias, e quem ele quer defender são os ruralistas, muitos deles grileiros para quem não basta o lucro que já têm com as suas culturas. Eles querem a posse de terras de índios, sem-terra e quilombolas; eles querem as terras urbanas de pescadores e marisqueiras para conceder aos especuladores imobiliários das nossas orlas.

E, para isso, a ordem para matar quem atravessasse o caminho está dada. A GLO mobiliza as tropas, a excludente de ilicitude perdoa as ações de quem mata e o AI-5 prende quem quiser.

O pior, Srs. e Sras. Parlamentares, é que ele não assume isso. Ele disse: *"Deixo bem claro que isso passa pelo Parlamento. Não é nenhuma medida impositiva da minha parte. Se o Parlamento achar que assim deve ser tratada a propriedade privada, aprova. Se achar que a propriedade privada não vale nada, aí não aprova"*.

Pois bem, cabe a nós tomarmos uma atitude e derrotarmos esses projetos tão logo tramitem nesta Casa, garantindo a vida do nosso povo, do povo que vai para as ruas protestar contra tanta injustiça e desprezo.



O SR. JOÃO DANIEL (PT - SE. Sem apanhamento taquigráfico.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Ministro da Economia disse, em uma entrevista coletiva em Washington, nos Estados Unidos: “*Não se assustem se alguém pedir o AI-5*”. Aliás, os Estados Unidos parecem ser a pátria mãe dos integrantes deste Governo.

Vindo do principal Ministro do Governo, é extremamente preocupante e é preciso que os democratas do País e as instituições sérias passem a rever qual é o real programa desse Governo. Essa declaração é a mais grave deste ano, e o Ministro da Economia deveria ter mais compromisso com a democracia.

Defender a implementação de um novo AI-5 diante dos discursos do ex-Presidente Lula!

O que esse Governo quer é arrumar um pretexto para implantar uma ditadura. A Esquerda se comporta democraticamente e não incita e nem se propõe a quebrar nada.

O medo que eles têm é que o povo enxergue as maldades que eles estão fazendo, como a destruição do nosso sistema de Previdência Social, o fim dos direitos trabalhistas e a entrega de nossas riquezas para o capital financeiro.

Quem fala em ‘mandar para a ponta da praia’, quem flerta com o autoritarismo são integrantes deste Governo e da família do Presidente. Ao insuflar a ideia de um AI-5 contra eventuais protestos, o "Posto Ipiranga" se demonstra um ser incapaz de viver na democracia.

O Ministro, ao invés atrair investimentos e retomar o crescimento, busca fazer caixa tirando direitos do povo, e com esse tipo de declaração pode abrir o caminho para o retrocesso.

O Governo de FHC teve protestos de sem-terra, o Governo da Dilma teve também protestos, o Governo do golpista Temer teve protestos, e pela lógica de Guedes eles deviam ter baixado o AI-5.

Não podemos nos calar diante de tamanho ataque à democracia, por isso é muito importante que o Parlamento, as instituições sérias e a sociedade possam, através do diálogo, livrar o País dessa insanidade.



O SR. JOÃO DANIEL (PT - SE. Sem apanhamento taquigráfico.) - Sr.

Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na madrugada desta segunda, dia 25 de novembro, aproximadamente 700 famílias sem-terra dos acampamentos Abril Vermelho, Dorothy e Irany, nos Municípios de Casa Nova e Juazeiro, localizados no Sertão da Bahia, foram despejadas violentamente por homens da Polícia Federal, Polícia Militar e milícias armadas da região.

Uma escola infantil foi completamente destruída, sem-terras foram feridos e uma criança está desaparecida. As organizações de direitos humanos, Vereadores e a sociedade em geral foram impedidos de chegar ao local, por uma ação armada pela Polícia Militar.

Esse despejo aconteceu no mesmo dia em que o Governo Bolsonaro afirma que pretende enviar projeto a esta Casa que autoriza a reintegração de posse rural por forças de segurança, à revelia dos Governos Estaduais.

Em agosto deste ano estivemos no acampamento Abril Vermelho, na Caravana da Resistência organizada pelo Partido dos Trabalhadores, e vimos que a sua produção alcança mais de 1.700 hectares, sendo fundamental não somente para a geração de empregos entre os acampados como também para o abastecimento das comunidades locais. Em toda a região, as famílias produziam mais de 7.200 toneladas de alimentos por ano, gerando trabalho e renda para mais de 5 mil famílias.

A produção das famílias acampadas nos perímetros irrigados do Salitre e Nilo Coelho é referência diante da alta produtividade de frutas e verduras.

Diante de tamanha violência, nós, Deputados do PT que compomos o Núcleo Agrário da Bancada do PT na Câmara, emitimos a nota de repúdio que foi enviada ao Governador da Bahia e entidades envolvidas, a fim de que sejam adotadas as medidas de reparação dos danos causados.

Assim, solicito que a referida nota seja registrada nos Anais desta Câmara, com a sua devida divulgação.

Obrigado.

Núcleo Agrário da Bancada do PT na Câmara dos Deputados

Nota de repúdio aos despejos realizados na região do perímetro irrigado na Bahia.

Na madrugada desta segunda (25/11), aproximadamente 700 famílias sem-terra dos acampamentos Abril Vermelho, Acampamento Dorothy e Acampamento Irany, nos Municípios de Casa Nova e Juazeiro, localizados no Sertão da Bahia, foram despejadas violentamente por homens da Polícia Federal, Polícia Militar e milícias armadas da região.

Uma escola infantil foi completamente destruída; há denúncia de sem-terras feridos e de uma criança desaparecida. Organizações de direitos humanos, Vereadores e a sociedade em geral foram impedidos de chegar ao local para prestar apoio às famílias diante do sítio armado pela Polícia Militar.

O despejo acontece no mesmo dia em que Bolsonaro afirma que pretende enviar projeto ao Congresso Nacional que autorize a reintegração de posse rural por forças de segurança à revelia dos Governos Estaduais. Trata-se de uma autorização para que a violência no campo se acirre e a impunidade seja política de Governo.

Repudiamos a violência utilizada contra as famílias acampadas. A denúncia do uso de milícias particulares é um alerta para ilegalidades nesse processo e deve ser apurada.



Também é preciso que o Governo do Estado da Bahia se manifeste diante dessa ação que não condiz com os diálogos que têm sido realizados entre movimentos sociais e o poder público local.

Desde 2007, as famílias sem-terra ali acampadas reivindicam o acesso à água na região, principalmente no âmbito da transposição do Rio São Francisco. Várias negociações foram realizadas com o Governo Federal e Estadual para tratar dos direitos à terra e produção dos agricultores, inclusive com promessas de que as famílias seriam assentadas em outra área, jamais cumpridas pelo Poder Executivo.

A produção das famílias acampadas nos perímetros irrigados do Salitre e Nilo Coelho é referência diante da alta produtividade de frutas e verduras. Somente no acampamento Abril Vermelho, que recebeu a Caravana da Resistência organizada pelo Partido dos Trabalhadores em agosto deste ano, a produção alcança mais de 1.700 hectares, sendo fundamental para a geração de empregos, não somente entre os acampados. Em toda a região, as famílias produziam mais de 7.200 toneladas de alimentos por ano, gerando trabalho e renda para mais de 5 mil famílias.

Solidariedade ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra da Bahia. Reconhecemos a importante contribuição dessas famílias à produção de alimentos e economia local. Estamos certos de que a resistência seguirá.

Deputado João Daniel

Coordenador do Núcleo Agrário do PT na Câmara dos Deputados



O SR. JOSÉ RICARDO (PT - AM. Sem apanhamento taquigráfico.) -Sr.

Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, iniciou-se no dia de ontem a campanha 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres. A campanha é promovida anualmente pela Organização das Nações Unidas —ONU e vai até o dia 10 de dezembro. O objetivo é visibilizar para todos os setores da sociedade a necessidade de eliminar todas as formas de violência contra as mulheres.

A campanha foi criada em 1991 por 23 feministas de diferentes países, reunidas pelo Centro de Liderança Global de Mulheres — CWGL, nos Estados Unidos, com intuito de educar a sociedade para a erradicação desse tipo de violência e garantir os direitos humanos das mulheres.

Infelizmente, a violência contra as mulheres ainda é uma triste realidade em nossa sociedade. Pesquisa divulgada no dia de ontem, 25 de novembro, pelo Instituto Igarapé, por meio da plataforma EVA — Evidências sobre Violências e Alternativas para Mulheres e Meninas —, mostra que 1,23 milhão de mulheres, desde 2010, relataram ter sofrido algum tipo de violência no Brasil.

De acordo com os dados da pesquisa, esse foi o número de mulheres atendidas no sistema de saúde que se encaixaram nesse perfil. Desse total, os parceiros são responsáveis por 36% de todas as violências cometidas.

Ainda segundo a pesquisa, as negras são as maiores vítimas de todos os tipos de violência: somam 57% nos casos de violência sexual e 51% nos de violência física. Enquanto a violência contra as mulheres brancas aumentou 297% entre 2010 e 2017, contra as mulheres negras o crescimento foi de 409%.

No Amazonas, essa realidade não é diferente. O Estado é o terceiro no Brasil em número de feminicídios. Em 2018, só em Manaus foram registrados 24.553 casos de violência contra as mulheres, a maior parte são de lesão corporal, difamação e violação de domicílio. Só no primeiro semestre de 2019, a Secretaria de Segurança já registrou um aumento de mais de 11% em comparação com o mesmo período do ano passado.

Enquanto Deputado Estadual pelo Amazonas, fui autor da lei que instituiu a campanha 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres como parte do calendário oficial do Estado, para poderem ser realizadas ações que contribuam para cessar esse mal.

Precisamos mobilizar toda a sociedade para que tome consciência sobre o respeito às mulheres e ao ser humano de modo geral, independentemente de sexo, religião, cor, idade ou qualquer outra diferença. Temos que ensinar desde cedo às crianças e aos adolescentes o valor do respeito ao próximo, tratando-os como gostaríamos de ser tratados. Não podemos aceitar nenhum ato que viole a dignidade da pessoa humana, em especial em relação às mulheres, seja em que circunstância for.

Pelo o fim da violência contra as mulheres!



O SR. LEÔNIDAS CRISTINO (PDT - CE. Sem apanhamento taquigráfico.)

-Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, Sobral, Município do Ceará, conquistou em 2019, pela terceira vez, o primeiro lugar no *ranking* do Índice de Oportunidades da Educação Brasileira — IOEB, divulgado este mês em sua terceira edição.

Sobral, com índice IOEB 6,6, lidera entre os 4.909 Municípios brasileiros avaliados. O indicador demonstra que Sobral está evoluindo, pois na segunda edição do IOEB o Município estava com 6,2 e na primeira 6,1.

Esta edição mostrou que 17,24% dos Municípios não avançaram em índice de qualidade da educação. Nesta terceira avaliação, feita de 2 em 2 anos, São Paulo teve IOEB de 5,4 e Brasília 5.

A média nacional do IOEB é de 4,71. Ficaram abaixo da média 71% dos Municípios, concentrados nas Regiões Norte e Nordeste. Entre os dez primeiros no IOEB 2019 seis são do Ceará.

Na sua avaliação o IOEB leva em conta escolaridade dos professores, número médio de horas aula/dia, experiência dos diretores e taxa de atendimento na educação infantil.

Também são considerados a nota no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica — IDEB dos anos iniciais do ensino fundamental, nota no IDEB dos anos finais do ensino fundamental e a taxa líquida de matrícula do ensino médio. Nesse critério Sobral se distingue com a melhor nota no IDEB nacional.

O IOEB foi criado em 2015 para ir além dos indicadores oficiais de aprendizagem dentro da sala de aula, com o objetivo de ser uma ferramenta para auxiliar na atuação de líderes em prol da educação brasileira.

A ideia é estimular os gestores a promoverem transformações que deixem um legado em todo ecossistema da educação. Com efeito, alguns Municípios já aplicam a metodologia do IDEB no seu planejamento escolar. A ferramenta serve para identificar os pontos fracos, os que merecem maior investimento para elevar a base, eliminando desníveis.

Sobral escolheu o caminho de investir no capital humano porque é um fator central do crescimento sustentável e da redução da pobreza. Sabe-se que os benefícios desta opção política levam tempo para se materializar, se comparados com a pavimentação de ruas, construção de estradas e pontes, de impacto imediato na vida das pessoas e na economia.

Esta revolução libertadora do povo, de forma pacífica, foi iniciada na gestão Cid Gomes, Prefeito entre 1997 a 2004. O processo continuou em evolução quando fui Prefeito (2005 a 2010), mantido em melhoria gradual na gestão de Veveu Arruda, e agora avança com o Prefeito Ivo Gomes. Vale lembrar que Ivo Gomes foi o primeiro Secretário de Educação quando Cid foi Prefeito.

É uma vitória de toda a sociedade sobralense. É uma conquista da comunidade das escolas rurais, da periferia urbana e do centro, que asseguram os mesmos indicadores de qualidade de modo igualitário. Todos estão de parabéns pela excelência no desempenho. A equipe gestora da educação é vencedora deste torneio de transformação de vidas e construção de bem-estar social, liderada pelo Prefeito Ivo Gomes.

Muito obrigado.



O SR. MARCON (PT - RS. Sem apanhamento taquigráfico.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nessa segunda-feira, dia 25 de novembro, enquanto no Brasil Bolsonaro admitia que a GLO tem o objetivo de reprimir protestos, tanto no campo como na cidade, como os que acontecem no Chile, Paulo Guedes revelava, nos EUA, o álibi, citando Lula e chamando o projeto de lei pelo verdadeiro nome: AI-5

Jair Bolsonaro nunca escondeu sua intimidade com os violentos mecanismos de repressão da ditadura. Deixou isso ainda mais explícito quando homenageou Carlos Alberto Brilhante Ustra em seu voto na sessão de *impeachment* que deu ares de legalidade ao golpe que estava em curso no Brasil.

Ontem, Bolsonaro admitiu que quer usar o projeto de lei apresentado por ele na semana passada, que abrande e até retire punições para militares e outros policiais que atuem em operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) reprimindo com violência protestos que venham a ocorrer no Brasil semelhantes aos que tomam as ruas chilenas.

Em sua justificativa, o capitão diz que quer taxar qualquer ação com que ele não concorde — como as manifestações contra a política neoliberal de Sebastián Piñera no Chile — como ato de “vandalismo” e “terrorismo” e assim usar a força, legalizar a matança de qualquer movimento que se oponha à implantação de sua própria ditadura.

Ao mesmo tempo, em Washington, onde alinha as tratativas diretamente com o sistema financeiro cujas ordens segue, o Ministro da Economia, Paulo Guedes, revelava o álibi de Bolsonaro: impedir que, livre, Lula leve o povo às ruas:

“É irresponsável chamar alguém pra rua agora (...) quem acredita numa democracia espera vencer e ser eleito. (...) Não se assustem então se alguém pedir o AI-5. Já não aconteceu uma vez? Ou foi diferente?”, disse Guedes, chamando a GLO pelo verdadeiro nome: AI-5.

Em entrevista no final de outubro, Eduardo Bolsonaro (PSL-SP) já havia externado o desejo do Governo. *“Se a esquerda radicalizar a esse ponto, a gente vai precisar ter uma resposta, e uma resposta, ela pode ser via um novo AI-5”*, afirmou o 03. As ameaças por integrantes do Governo de um novo AI-5 viraram rotineiras, caso haja protestos no Brasil semelhantes aos que ocorrem contra as políticas neoliberais no Chile.

O desejo de um novo AI-5, para implantação de uma ditadura com ares de legalidade, sob o comando de Bolsonaro sempre existiu. Livre, agora Lula virou o principal álibi.

Entretanto, Sr. Presidente, tenho a certeza de que este Congresso Nacional não se amordaçará diante de tamanha aberração aos tempos democráticos em que vivemos.



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 28ª SESSÃO

EXPEDIENTE

Designação



Nos termos do Ato Conjunto do Presidente do Senado Federal e do Presidente da Câmara dos Deputados nº 1, de 2019, e do art. 10-A do Regimento Comum, e de acordo com as indicações recebidas dos Senhores Líderes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, ficam designados os seguintes integrantes da Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados – CMMIR para o biênio de 2019/2020:



SENADORES

TITULARES	SUPLENTE
-----------	----------

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)

	1.
	2.
Daniella Ribeiro (PP)	3.

Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)

Flávio Arns (REDE)	1.
Eliziane Gama (CIDADANIA)	2.

Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)

Mara Gabrilli (PSDB)	1. Izalci Lucas (PSDB)
Antonio Anastasia (PSDB)	2.

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)

Paulo Paim (PT)	1. Paulo Rocha (PT)
Telmário Mota (PROS)	2. Zenaide Maia (PROS)

PSD

Nelsinho Trad (PSD)	1. Lucas Barreto (PSD)
---------------------	------------------------

Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)

	1.
--	----

PODEMOS

	1.
--	----



DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTE
<u>Bloco PP, MDB, PTB</u>	
	1.
Baleia Rossi (MDB)	2.
<u>PT</u>	
Carlos Zarattini (PT)	1. Maria do Rosário (PT)
<u>PSL</u>	
	1.
<u>PSD</u>	
Stefano Aguiar (PSD)	1.
<u>PL</u>	
Marcio Alvino (PL)	1.
<u>PSB</u>	
	1.
<u>REPUBLICANOS</u>	
	1.
<u>PSDB</u>	
Bruna Furlan (PSDB)	1. Eduardo Barbosa (PSDB)
<u>DEM</u>	
Luis Miranda (DEM)	1.
<u>PDT</u>	
Túlio Gadelha (PDT)	1. Sílvia Cristina (PDT)
<u>PODE*</u>	
	1.

* Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

(São os seguintes ofícios de indicação:)





SENADO FEDERAL
Gabinete da Liderança do PROGRESSISTAS

À Publicação

Em 27/11/19

Of. N°. 075/2019 – GLDPP

Brasília, 21 de outubro de 2019.

À Sua Excelência o Senhor
SENADOR DAVI ALCOLUMBRE
Presidente do Congresso Nacional

Assunto: Indicação para Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados.

Senhor Presidente,

Cumprimentando cordialmente Vossa Excelência, e nos termos dos §§ 4º e 5º, do art. 2º, da Resolução 1/2002-CN, **apresento meu nome para vaga de titular** da aludida Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados.

Respeitosamente,

Senadora DANIELLA RIBEIRO – PP/PB
Líder do Progressistas

(15h50)
Recebi em 23/10/19

Yuri Lourenço
Mat.: 255145





SENADO FEDERAL
Bloco Senado Independente
PDT – Cidadania – PSB – Rede

GLBSI- Memo. 134/2019

À Publicação

Em 27 / 11 / 19

Brasília, 5 de novembro de 2019.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Davi Alcolumbre
Presidente do Congresso Nacional

Assunto: Indicação de membro de Comissão Mista

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência as indicações do **Senador Flávio Arns** e da **Senadora Eliziane Gama** para comporem a *Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados*, na condição de membros titulares, em vagas destinadas ao *Bloco Senado Independente*.

Atenciosamente,

Senador Veneziano Vital do Rêgo
Líder do Bloco Senado Independente





SENADO FEDERAL
Gabinete da Liderança do PSDB

À Publicação

Em 27 / 11 / 19

Ofício nº 115/19-GLPSDB

Brasília,

de outubro de 2019.

Senhor Presidente,

Nos termos Regimentais, indico a Senadora **MARA GABRILLI** para integrar, como titular, e o Senador **IZALCI LUCAS**, como suplente, a Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados, nas vagas destinadas ao PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira.

Atenciosamente,

Senador **ROBERTO ROCHA**
Líder do PSDB

Excelentíssimo Senhor
Senador **DAVI ALCOLUMBRE**
Presidente do Congresso Nacional

Recebi em

Adriana Padilha
Mat.: 229857

17/10/19

1157





SENADO FEDERAL
Gabinete da Liderança do PSDB

À Publicação

Em 27 / 11 / 19

Ofício nº 116/19-GLPSDB

Brasília,

de outubro de 2019.

Senhor Presidente,

Nos termos Regimentais, indico o Senador **ANTONIO ANASTASIA** para integrar, como titular, a Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados, em vaga destinada ao PSL – Partido Social Liberal.

Atenciosamente,

Senador **ROBERTO ROCHA**
Líder do PSDB

Senador **MAJOR OLIMPIO**
Líder do PSL

Excelentíssimo Senhor
Senador **DAVI ALCOLUMBRE**
Presidente do Congresso Nacional

Recebi em

17/10/19

Adriana Padilha
Mat.: 229857
11h57



**SENADO FEDERAL**

GABINETE DA LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DA RESISTÊNCIA DEMOCRÁTICA

Ofício nº 111/2019 – BLPRD

À Publicação

Em 27 / 11 / 19

Brasília, 19 de novembro de 2019

Excelentíssimo Senhor
Senador Davi Alcolumbre
Presidente do Congresso Nacional

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico os **Senadores Paulo Paim e Telmário Mota** como titulares e os **Senadores Paulo Rocha e Zenaide Maia** como suplentes na CMMIR – Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados, criada pelo Ato Conjunto nº 1, de 2019, do Congresso Nacional.

Senador Paulo Rocha

Líder do Bloco Parlamentar da Resistencia Democrática

mste176087

Recebi em 20 / 11 / 19

André Carvalho
Estagiário SLCN



SENADO FEDERAL
Liderança do Partido Social Democrático

À Publicação

Em 27 / 11 / 19

OFÍCIO Nº 156-GLPSD/2019

Brasília, 05 de novembro de 2019.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **DAVI ALCOLUMBRE**
Presidente do Congresso Nacional

Assunto: Indicação de membros da CMMIR.

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no Ato Conjunto do Presidente do Senado Federal e do Presidente da Câmara dos Deputados nº 1 de 2019, indico para compor a **Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados**, nas vagas destinadas ao PSD, como Titular:

- O Senador Nelsinho Trad (PSD/MS).

E como Suplente:

- O Senador Lucas Barreto (PSD/AP).

Atenciosamente,

Senador **OTTO ALENCAR**
Líder do Partido Social Democrático

Recebi em

05/11/19

Adriana Padilha
Mat. 229857

18h18





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Liderança do MDB

A Publicação

Em 27 / 11 / 19

OF/GAB/I/Nº 356

Brasília, 16 de outubro de 2019.

Ao Excelentíssimo Senhor
Senador **DAVI ALCOLUMBRE**
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa do Congresso Nacional,

Comunico a Vossa Excelência que PASSO a integrar, na qualidade de **TITULAR**, a Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados, em vaga existente.

Respeitosamente,

Deputado **BALEIA ROSS**
Líder do Bloco **PP/MDB/PTB**

(Kh06)
Recebi em 16 / 10 / 19

Yuri Lourenço
Mat.: 255146





Partidos dos Trabalhadores
Gabinete da Liderança

À Publicação

Em 27 / 11 / 19



OF nº 596/ 2019 - GAB-LidPT

Brasília - DF, 16 de outubro de 2019.

A Sua Excelência o Senhor
DAVI ALCOLUMBRE
Presidente do Congresso Nacional

Senhor Presidente,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para indicar como membro titular o deputado **CARLOS ZARATTINI - PT/SP** e como membro suplente a deputada **MARIA DO ROSÁRIO - PT/RS**, na Comissão Mista Permanente Sobre Migrações Internacionais e Refugiados - CMMIR.

Atenciosamente,

Dep. Paulo Pimenta - PT/RS
Líder da Bancada na Câmara

Recebi em 22/10/19

Adriana Padilha
Mat.: 229857 17h26





CÂMARA DOS DEPUTADOS
LIDERANÇA DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO - PSD

Of. n. 473/19/PSD

À Publicação
Em 27/11/19

Brasília, 23 de outubro de 2019.

Ao Excelentíssimo Senhor
Senador **Davi Alcolumbre**
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

Assunto: Indicação de parlamentar do PSD para compor Comissão Mista

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, indico o Deputado **Stefano Aguiar (PSD-MG)** para compor a Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados (CMMIR), na condição de **Titular**.

Nesse sentido, solicito que sejam tomadas as providências cabíveis para que a referida indicação produza os devidos efeitos legais e regimentais.

Atenciosamente,

Deputado **ANDRÉ DE PAULA**
Líder do PSD





Câmara dos Deputados
Gabinete da Liderança do PL

À Publicação

Em 27 / 11 / 19

Of. nº 367/2019 – LidPL

Brasília, 16 de outubro de 2019.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Davi Alcolumbre
Presidente da Mesa do Congresso Nacional
Secretaria Legislativa do Congresso Nacional
Senado Federal

Assunto: Indicação de membro titular na Comissão Mista Permanente.

Senhor Presidente,

Solicito especial atenção de Vossa Excelência no sentido de indicar o
Deputado Marcio Alvino (PL/SP) para membro titular na **Comissão Mista
Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados.**

Respeitosamente,

Deputado Wellington Roberto
Líder do Partido Liberal

Recebi em 22 / 10 / 2019

Maurício de Moraes Rêgo Soares
Mat. 255030

às 14:20





CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DO LÍDER DO PSDB

A Publicação

Em 27 / 11 / 19

Of. nº 582 /2019/PSDB

Brasília, 16 de outubro de 2019.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **DAVI ALCOLUMBRE**
Presidente do Senado Federal

Assunto: **Indicação de Membro de Comissão.**

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência a Deputada **BRUNA FURLAN**, como membro titular, e o Deputado **EDUARDO BARBOSA**, como membro suplente, para integrarem a Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados - CMMIR.

Respeitosamente,

Deputado **CARLOS SAMPAIO**
Líder do PSDB





CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DA LIDERANÇA DO DEMOCRATAS

À Publicação

Em 27 / 11 / 19

Ofício nº 822-L-Democratas/19

Brasília, 19 de novembro de 2019.

Excelentíssimo Senhor
Senador **DAVI ALCOLUMBRE**
Presidente do Congresso Nacional
Nesta

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado **LUÍS MIRANDA** para integrar, como membro **titular**, a Comissão Mista Permanente sobre **Migrações Internacionais e Refugiados**, em vaga existente.

Respeitosamente,

Deputado **ELMAR NASCIMENTO**
Líder do Democratas





CÂMARA DOS DEPUTADOS

À Publicação

Em 27 / 11 / 19

**CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DO LÍDER DO PDT**

Of. N° 346 /2019/PDT

Brasília, 16 de outubro de 2019.

Senhor Presidente,

Nos termos do Artigo 9º, do Regimento Comum, indico a Vossa Excelência os nomes dos Deputados **TÚLIO GADELHA PDT/PE** e **SÍLVIA CRISTINA PDT/RO**, para atuarem como membros TITULAR e SUPLENTE, respectivamente, na **Comissão Permanente Mista sobre Migrações Internacionais e Refugiados**, na vaga que cabe ao PDT.

Respeitosamente,

Deputado **ANDRÉ FIGUEIREDO**
Líder do PDT

À Sua Excelência o Senhor
DAVI ALCOLUMBRE
PRESIDENTE DO CONGRESSO NACIONAL

Nesta

Recebi em 16 / 10 / 2019

Maurício de Moraes Rêgo Soares
Mat. 255030

às 12:56



DELIBERAÇÕES DA ORDEM DO DIA

Vetos nºs 34 a 44/2019





CONGRESSO NACIONAL

REQUERIMENTO (CN) N° 124, DE 2019

Destaque para votação em separado dos dispositivos 35.19.004 a 35.19.036 do Veto n° 35, de 2019.

AUTORIA: Líder do NOVO Marcel Van Hattem (NOVO/RS)



[Página da matéria](#)



À publicação.
Em 27/11/19

REQUERIMENTO nº 124/2019

REQUERIMENTO DE DESTAQUE

Requeiro, nos termos do art. 106-D, inciso I, alínea "a" do Regimento Comum do Congresso Nacional, **destaque de bancada para votação em separado** dos vetos parciais 35.19.004 a 35.19.036.

Sala das Sessões, em 27 de NOVEMBRO de 2019


DEP. MARCEL VAN HATTEM
(NOVO/RS)
Líder do Partido NOVO

A FAVOR:

1- MARCEL VAN HATTEM





CONGRESSO NACIONAL

REQUERIMENTO (CN) Nº 125, DE 2019

Destaque para votação em separado do dispositivo 35.19.003 do Veto nº 35, de 2019.

AUTORIA: Líder do REDE Randolfe Rodrigues (REDE/AP)



[Página da matéria](#)



*À publicação.
Em 27/11/19*

REQUERIMENTO n° 125 / 2019

**REQUERIMENTO DE DESTAQUE
PARA VOTAÇÃO EM SEPARADO - CN**

(Veto Parcial no. 35 aposto ao Projeto de Lei nº 5.029, de 2019 (nº 11.021, de 2018, na Casa de Origem), que "Altera as Leis nºs 9.096, de 19 de setembro de 1995, 9.504, de 30 setembro de 1997, 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), 13.831, de 17 de maio de 2019, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre regras aplicadas às eleições; revoga dispositivo da Lei nº 13.488, de 6 de outubro de 2017; e dá outras providências".)

Senhora Presidente,

Requeiro, nos termos do artigo 106-D do Regimento Comum, destaque para Votação em Separado do item 35.19.003, relativo ao Veto Parcial nº 35 de 2019, aposto ao Projeto de Lei nº 5.029, de 2019 (nº 11.021, de 2018, na Casa de Origem), que "Altera as Leis nºs 9.096, de 19 de setembro de 1995, 9.504, de 30 setembro de 1997, 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), 13.831, de 17 de maio de 2019, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre regras aplicadas às eleições; revoga dispositivo da Lei nº 13.488, de 6 de outubro de 2017; e dá outras providências".

Sala das Sessões , em 27 de novembro de 2019


Senador Randolfe Rodrigues
Líder da Rede Sustentabilidade





CONGRESSO NACIONAL

REQUERIMENTO (CN) N° 126, DE 2019

Destaque para votação em separado dos dispositivos 35.19.37 a 35.19.39 do Veto n° 35, de 2019.

AUTORIA: Líder do CIDADANIA Daniel Coelho (CIDADANIA/PE)



[Página da matéria](#)



REQUERIMENTO n° 126 / 2019

À publicação:
Em 27/11/19

REQUERIMENTO
(CIDADANIA)

Senhor Presidente,

Considerando que o Partido Cidadania apresentou **destaque para a MANUTENÇÃO do veto n° 35, itens 37 ao 39**, requeiro a Vossa Excelência, nos termos regimentais, que os destaques aos vetos sejam votados no painel em dois grupos distintos, de acordo com o seu objetivo, a saber:

- 1) destaques pela **derrubada** dos vetos,
- 2) destaques pela **manutenção** dos vetos.

Sala das Sessões, de de 2019.

Deputado Daniel Coelho
Líder do CIDADANIA





CONGRESSO NACIONAL

REQUERIMENTO (CN) Nº 127, DE 2019

Destaque para votação em separado do dispositivo 44.19.001 do Veto nº 44, de 2019.

AUTORIA: Líder do CIDADANIA Eliziane Gama (CIDADANIA/MA)



[Página da matéria](#)



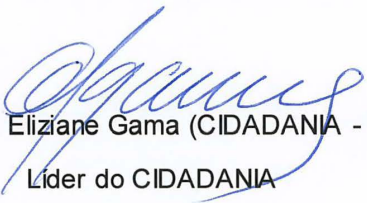
À publicação
Em 27/11/19

REQUERIMENTO Nº 127 DE 2019

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 106-D, do Regimento Comum do Congresso Nacional, destaque, para apreciação no painel eletrônico, do dispositivo 44.19.001 do VET 44/2019, aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 2017 (nº 3.820/2019, na Casa de origem), que "Dispõe sobre a política de desenvolvimento e apoio às atividades das mulheres marisqueiras".

Sala das Sessões, 27 de novembro de 2019.


Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA - MA)
Líder do CIDADANIA



SF/19192.03304-00

Página: 1/1 27/11/2019 10:47:17

b7d67337fd85437ae835334429b4e053dda332d5





CONGRESSO NACIONAL

REQUERIMENTO (CN) Nº 128, DE 2019

Destaque para votação em separado do dispositivo 43.19.031 do Veto nº 43, de 2019.

AUTORIA: Líder do NOVO Marcel Van Hattem (NOVO/RS)



[Página da matéria](#)



*Retirado
Em 27/11/2019*

REQUERIMENTO DE DESTAQUE N° 128, de 2019 - CN

Requeiro, nos termos do art. 106-D, inciso I, alínea "a" do Regimento Comum do Congresso Nacional, **destaque de bancada para votação em separado** do veto parcial 43.19.031.

Sala das Sessões, em 27 de NOVEMBRO de 2019


DEP. MARCEL VAN HATTEM
(NOVO/RS)
Líder do Partido NOVO

A FAVOR:

1- MARCEL VAN HATTEM





CONGRESSO NACIONAL

REQUERIMENTO (CN) Nº 129, DE 2019

Destaque para votação em separado dos dispositivos 43.19.010, 43.19.011 e 43.19.013 a 43.19.016 do Veto nº 43, de 2019.

AUTORIA: Líder do PT Paulo Pimenta (PT/RS)



[Página da matéria](#)





CONGRESSO NACIONAL

*Retirado
Em 27/11/2019**Requerimento Nº 129, de 2019 - CN***REQUERIMENTO DE DESTAQUE DE VETO
(BANCADA DO PT NA CÂMARA DOS DEPUTADOS)**

Senhor Presidente:

Requeremos, nos termos do artigo 106-D, I, do Regimento
Comum do Congresso Nacional, destaque do(a)
itens 43.19.010, 43.19.011 e dos itens
43.19.013 a 43.19.016 (Veto 43/19)

Sala das Sessões

*Dep. Paulo Pimenta
Líder do PT*



CONGRESSO NACIONAL

REQUERIMENTO (CN) N° 130, DE 2019

Destaque para votação em separado dos dispositivos 43.19.017 e 43.19.018 do Veto n° 43, de 2019.

AUTORIA: Líder do PT Paulo Pimenta (PT/RS)



[Página da matéria](#)





CONGRESSO NACIONAL

*Retirado
Em 27/11/2019.**Requerimento nº 130, de 2019 - CN***REQUERIMENTO DE DESTAQUE DE VETO
(BANCADA DO PT NA CÂMARA DOS DEPUTADOS)**

Senhor Presidente:

Requeremos, nos termos do artigo 106-D, I, do Regimento

Comum do Congresso Nacional, destaque do(a)
itens 43.19.017 e 43.19.018 (Veto 43/19)

Sala das Sessões,

*Dep. Paulo Pimenta
Líder do PT*

Recebi	
Em	<i>27/11/19</i> <i>shjo</i>
<i>MA</i>	
Marcos Aurélio Pereira	
Matr. 2 ^ª 5443	





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ROMÁRIO**

Publique-se
27/11/19

Ofício nº 185/2019 – GSROMARI

Brasília, 27 de novembro de 2019.

A sua excelência, o Senhor,
DAVI ALCOLUMBRE
Presidente do Congresso Nacional

Assunto: Veto Total nº 38, de 2019

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo, refiro-me ao Veto nº 38, de 2019, que altera a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340, de 2016), para obrigar o registro no prontuário médico e a comunicação ao órgão de segurança pública de indícios de prática de violência contra a mulher.

O Veto foi deliberado na Sessão Conjunta do Congresso Nacional, no dia 27 de novembro às 10h. Por equívoco no preenchimento da cédula eletrônica, **gostaria que Vossa Excelência inserisse, no Diário da Sessão Conjunta de 27 de novembro de 2019, o meu voto pela DERRUBADA do dispositivo (VETO/2019)**, e não pela manutenção, como foi colocado na cédula.

Certo de contar com sua compreensão, aguardo o deferimento e os encaminhamentos de praxe.

Respeitosamente,

ROMÁRIO
Senador da República

Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Gab. 11, Subsolo – Senado Federal
CEP: 70165-900 – Brasília/DF
Fone: (61) 3303.6517/6519 – FAX: (61) 3303.6520
sen.romario@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9BD5EEA60032D172.
CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.

Item 34.19	
<p>Veto Total nº 34, de 2019</p> <p>Veto Total aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 466, de 2013 (nº 7.705/2014, na Câmara dos Deputados), que "Acrescenta o art. 14-A à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para permitir que a emissão da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) ocorra por meio eletrônico".</p>	S [] N [] A [] [34.19]

Item 35.19	
<p>Veto Parcial nº 35, de 2019</p> <p>Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei nº 5.029, de 2019, no Senado Federal (nº 11.021, de 2018, na Câmara dos Deputados), que "Altera as Leis nºs 9.096, de 19 de setembro de 1995, 9.504, de 30 setembro de 1997, 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), 13.831, de 17 de maio de 2019, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre regras aplicadas às eleições; revoga dispositivo da Lei nº 13.488, de 6 de outubro de 2017; e dá outras providências".</p>	
§ 3º do art. 34 da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, com a redação dada pelo art. 1º do projeto	S [] N [] A [] [35.19.001]
§ 10 do art. 37 da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, com a redação dada pelo art. 1º do projeto	S [] N [] A [] [35.19.002]
inciso IX do "caput" do art. 44 da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, com a redação dada pelo art. 1º do projeto	S [] N [] A [] [35.19.003]
inciso I do "caput" do art. 45-A da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, com a redação dada pelo art. 1º do projeto	S [] N [] A [] [35.19.004]
inciso II do "caput" do art. 45-A da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, com a redação dada pelo art. 1º do projeto	S [] N [] A [] [35.19.005]
inciso III do "caput" do art. 45-A da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, com a redação dada pelo art. 1º do projeto	S [] N [] A [] [35.19.006]
§ 1º do art. 45-A da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, com a redação dada pelo art. 1º do projeto	S [] N [] A [] [35.19.007]
§ 2º do art. 45-A da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, com a redação dada pelo art. 1º do projeto	S [] N [] A [] [35.19.008]
§ 3º do art. 45-A da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, com a redação dada pelo art. 1º do projeto	S [] N [] A [] [35.19.009]
inciso I do § 4º do art. 45-A da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, com a redação dada pelo art. 1º do projeto	S [] N [] A [] [35.19.010]
inciso II do § 4º do art. 45-A da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, com a redação dada pelo art. 1º do projeto	S [] N [] A [] [35.19.011]
inciso III do § 4º do art. 45-A da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, com a redação dada pelo art. 1º do projeto	S [] N [] A [] [35.19.012]
"caput" do art. 46-A da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, com a redação dada pelo art. 1º do projeto	S [] N [] A [] [35.19.013]
inciso I do "caput" do art. 46-A da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, com a redação dada pelo art. 1º do projeto	S [] N [] A [] [35.19.014]
inciso II do "caput" do art. 46-A da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, com a redação dada pelo art. 1º do projeto	S [] N [] A [] [35.19.015]
inciso III do "caput" do art. 46-A da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, com a redação dada pelo art. 1º do projeto	S [] N [] A [] [35.19.016]
inciso IV do "caput" do art. 46-A da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, com a redação dada pelo art. 1º do projeto	S [] N [] A [] [35.19.017]
inciso V do "caput" do art. 46-A da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, com a redação dada pelo art. 1º do projeto	S [] N [] A [] [35.19.018]



inciso I do § 1º do art. 46-A da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, com a redação dada pelo art. 1º do projeto	S [] N [] A [] [35.19.019]
inciso II do § 1º do art. 46-A da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, com a redação dada pelo art. 1º do projeto	S [] N [] A [] [35.19.020]
inciso III do § 1º do art. 46-A da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, com a redação dada pelo art. 1º do projeto	S [] N [] A [] [35.19.021]
§ 2º do art. 46-A da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, com a redação dada pelo art. 1º do projeto	S [] N [] A [] [35.19.022]
§ 3º do art. 46-A da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, com a redação dada pelo art. 1º do projeto	S [] N [] A [] [35.19.023]
§ 4º do art. 46-A da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, com a redação dada pelo art. 1º do projeto	S [] N [] A [] [35.19.024]
§ 5º do art. 46-A da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, com a redação dada pelo art. 1º do projeto	S [] N [] A [] [35.19.025]
"caput" do art. 47-A da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, com a redação dada pelo art. 1º do projeto	S [] N [] A [] [35.19.026]
§ 1º do art. 47-A da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, com a redação dada pelo art. 1º do projeto	S [] N [] A [] [35.19.027]
§ 2º do art. 47-A da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, com a redação dada pelo art. 1º do projeto	S [] N [] A [] [35.19.028]
§ 3º do art. 47-A da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, com a redação dada pelo art. 1º do projeto	S [] N [] A [] [35.19.029]
inciso I do § 4º do art. 47-A da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, com a redação dada pelo art. 1º do projeto	S [] N [] A [] [35.19.030]
inciso II do § 4º do art. 47-A da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, com a redação dada pelo art. 1º do projeto	S [] N [] A [] [35.19.031]
§ 5º do art. 47-A da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, com a redação dada pelo art. 1º do projeto	S [] N [] A [] [35.19.032]
§ 6º do art. 47-A da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, com a redação dada pelo art. 1º do projeto	S [] N [] A [] [35.19.033]
§ 7º do art. 47-A da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, com a redação dada pelo art. 1º do projeto	S [] N [] A [] [35.19.034]
art. 48-A da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, com a redação dada pelo art. 1º do projeto	S [] N [] A [] [35.19.035]
art. 49-A da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, com a redação dada pelo art. 1º do projeto	S [] N [] A [] [35.19.036]
§ 10 do art. 11 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, com a redação dada pelo art. 2º do projeto	S [] N [] A [] [35.19.037]
inciso I do § 15 do art. 11 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, com a redação dada pelo art. 2º do projeto	S [] N [] A [] [35.19.038]
inciso II do § 15 do art. 11 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, com a redação dada pelo art. 2º do projeto	S [] N [] A [] [35.19.039]
inciso II do "caput" do art. 16-C da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, com a redação dada pelo art. 2º do projeto	S [] N [] A [] [35.19.040]
§ 1º do art. 262 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, com a redação dada pelo art. 4º do projeto	S [] N [] A [] [35.19.041]
§ 2º do art. 262 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, com a redação dada pelo art. 4º do projeto	S [] N [] A [] [35.19.042]
§ 3º do art. 262 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, com a redação dada pelo art. 4º do projeto	S [] N [] A [] [35.19.043]
parágrafo único do art. 3º da Lei nº 13.831, de 17 de maio de 2019, com a redação dada pelo art. 5º do projeto	S [] N [] A [] [35.19.044]
art. 6º	S [] N [] A [] [35.19.045]

Item 36.19



Veto Total nº 36, de 2019	
Veto Total aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 231, de 2012 (nº 6.566/2013, na Câmara dos Deputados), que "Altera a Lei nº 10.332, de 19 de dezembro de 2001, para garantir aplicação de percentual dos recursos do Programa de Fomento à Pesquisa em Saúde em atividades relacionadas ao desenvolvimento tecnológico de medicamentos, imunobiológicos, produtos para a saúde e outras modalidades terapêuticas destinados ao tratamento de doenças raras ou negligenciadas".	S [] N [] A [] [36.19]

Item 37.19	
Veto Total nº 37, de 2019	S [] N [] A [] [37.19]
Veto Total aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 60, de 2007 (nº 3.688/2000, na Casa de origem), que "Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica".	

Item 38.19	
Veto Total nº 38, de 2019	S [] N [] A [] [38.19]
Veto Total aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 61, de 2017 (nº 2.538/2019, na Casa de origem), que "Altera a Lei nº 10.778, de 24 de novembro de 2003, para dispor sobre a notificação compulsória dos casos de suspeita de violência contra a mulher".	

Item 39.19	
Veto Parcial nº 39, de 2019	
Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei nº 510, de 2019, que "Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para prever a competência dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher para a ação de divórcio, separação, anulação de casamento ou dissolução de união estável nos casos de violência e para tornar obrigatória a informação às vítimas acerca da possibilidade de os serviços de assistência judiciária ajuizarem as ações mencionadas; e altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para prever a competência do foro do domicílio da vítima de violência doméstica e familiar para a ação de divórcio, separação judicial, anulação de casamento e reconhecimento da união estável a ser dissolvida, para determinar a intervenção obrigatória do Ministério Público nas ações de família em que figure como parte vítima de violência doméstica e familiar, e para estabelecer a prioridade de tramitação dos procedimentos judiciais em que figure como parte vítima de violência doméstica e familiar".	
"caput" do art. 14-A da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, com a redação dada pelo art. 1º do projeto	S [] N [] A [] [39.19.001]
§ 1º do art. 14-A da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, com a redação dada pelo art. 1º do projeto	S [] N [] A [] [39.19.002]
§ 2º do art. 14-A da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, com a redação dada pelo art. 1º do projeto	S [] N [] A [] [39.19.003]

Item 40.19



Veto Parcial nº 40, de 2019	
Veto Parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 133 de 2017 (nº 6.754/2013, na Casa de origem), que "Institui a Política Nacional de Prevenção do Diabetes e de Assistência Integral à Pessoa Diabética".	
inciso VI do art. 2º	S [] N [] A [] [40.19.001]

Item 41.19	
Veto Parcial nº 41, de 2019	
Veto Parcial apostado ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 27, de 2019, que "Altera a Lei nº 13.707, de 14 de agosto de 2018, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2019".	
art. 88-A da Lei nº 13.707, de 14 de agosto de 2018, com a redação dada pelo art. 2º do projeto	S [] N [] A [] [41.19.001]

Item 42.19	
Veto Parcial nº 42, de 2019	
Veto Parcial apostado ao Projeto de Lei de Conversão nº 24, de 2019 (oriundo da Medida Provisória nº 886, de 2019), que "Altera a Lei nº 13.844, de 18 junho de 2019, a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, a Lei nº 12.897, de 18 de dezembro de 2013, e a Lei nº 13.334, de 13 de setembro de 2016, para dispor sobre a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios".	
art. 9º-A da Lei nº 13.334, de 13 de setembro de 2016, com a redação dada pelo art. 4º do projeto	S [] N [] A [] [42.19.001]
art. 88-A da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, com a redação dada pelo art. 5º do projeto	S [] N [] A [] [42.19.002]

Item 43.19	
Veto Parcial nº 43, de 2019	
Veto Parcial apostado ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 5 de 2019, que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2020 e dá outras providências".	
item 3 da alínea "c" do inciso II do § 4º do art. 6º	S [] N [] A [] [43.19.001]
item 4 da alínea "c" do inciso II do § 4º do art. 6º	S [] N [] A [] [43.19.002]
inciso VIII do "caput" do art. 10	S [] N [] A [] [43.19.003]
inciso I do § 1º do art. 10	S [] N [] A [] [43.19.004]
inciso II do § 1º do art. 10	S [] N [] A [] [43.19.005]
§ 2º do art. 10	S [] N [] A [] [43.19.006]
§ 3º do art. 10	S [] N [] A [] [43.19.007]
inciso XXVII do "caput" do art. 11	S [] N [] A [] [43.19.008]
art. 22	S [] N [] A [] [43.19.009]
art. 23	S [] N [] A [] [43.19.010]
art. 24	S [] N [] A [] [43.19.011]
§ 7º do art. 40	S [] N [] A [] [43.19.012]
inciso I do "caput" do art. 42	S [] N [] A [] [43.19.013]
inciso II do "caput" do art. 42	S [] N [] A [] [43.19.014]
§ 1º do art. 42	S [] N [] A [] [43.19.015]
§ 2º do art. 42	S [] N [] A [] [43.19.016]



inciso I do § 13 do art. 60	S [] N [] A [] [43.19.017]
inciso II do § 13 do art. 60	S [] N [] A [] [43.19.018]
§ 14 do art. 60	S [] N [] A [] [43.19.019]
§ 15 do art. 60	S [] N [] A [] [43.19.020]
art. 64	S [] N [] A [] [43.19.021]
alínea "f" do inciso II do parágrafo único do art. 69	S [] N [] A [] [43.19.022]
alínea "c" do inciso I do "caput" do art. 73	S [] N [] A [] [43.19.023]
inciso II do § 4º do art. 75	S [] N [] A [] [43.19.024]
§ 9º do art. 75	S [] N [] A [] [43.19.025]
parágrafo único do art. 76	S [] N [] A [] [43.19.026]
"caput" do art. 82	S [] N [] A [] [43.19.027]
parágrafo único do art. 82	S [] N [] A [] [43.19.028]
inciso I do parágrafo único do art. 86	S [] N [] A [] [43.19.029]
inciso II do parágrafo único do art. 86	S [] N [] A [] [43.19.030]
art. 102	S [] N [] A [] [43.19.031]
inciso IV do § 1º do art. 132	S [] N [] A [] [43.19.032]
item 1 da alínea "a" do inciso XXXV do Anexo II	S [] N [] A [] [43.19.033]
item 2 da alínea "a" do inciso XXXV do Anexo II	S [] N [] A [] [43.19.034]
item 1 da alínea "b" do inciso XXXV do Anexo II	S [] N [] A [] [43.19.035]
item 2 da alínea "b" do inciso XXXV do Anexo II	S [] N [] A [] [43.19.036]
alínea "a" do inciso XXXVI do Anexo II	S [] N [] A [] [43.19.037]
alínea "b" do inciso XXXVI do Anexo II	S [] N [] A [] [43.19.038]
inciso XXXVII do Anexo II	S [] N [] A [] [43.19.039]
item 67 da Seção I do Anexo III	S [] N [] A [] [43.19.040]
item 68 da Seção I do Anexo III	S [] N [] A [] [43.19.041]
item 70 da Seção I do Anexo III	S [] N [] A [] [43.19.042]
item 71 da Seção I do Anexo III	S [] N [] A [] [43.19.043]
item 72 da Seção I do Anexo III	S [] N [] A [] [43.19.044]
item 75 da Seção I do Anexo III	S [] N [] A [] [43.19.045]
item 76 da Seção I do Anexo III	S [] N [] A [] [43.19.046]
item 77 da Seção I do Anexo III	S [] N [] A [] [43.19.047]
item 78 da Seção I do Anexo III	S [] N [] A [] [43.19.048]
item 82 da Seção I do Anexo III	S [] N [] A [] [43.19.049]
item 83 da Seção I do Anexo III	S [] N [] A [] [43.19.050]
item 84 da Seção I do Anexo III	S [] N [] A [] [43.19.051]
item 86 da Seção I do Anexo III	S [] N [] A [] [43.19.052]
item 87 da Seção I do Anexo III	S [] N [] A [] [43.19.053]
item 88 da Seção I do Anexo III	S [] N [] A [] [43.19.054]
item 89 da Seção I do Anexo III	S [] N [] A [] [43.19.055]
Ação 210V do Programa 2012 do Anexo VIII - Promoção e Fortalecimento da Agricultura Familiar - Agricultor familiar beneficiado (unidade) 10.000	S [] N [] A [] [43.19.056]
Ação 2E87 do Programa 2015 do Anexo VIII - Controle da população de animais em situações excepcionais (castração e atenção veterinária) - Animal manejado (unidade) 2.000	S [] N [] A [] [43.19.057]
Ação 2E88 do Programa 2015 do Anexo VIII - Apoio Financeiro para Aquisição e Distribuição de Medicamentos para Tratamento de Doenças Raras (Medicamentos Órfãos) - Medicamento adquirido (unidade) 7.000	S [] N [] A [] [43.19.058]
Ação 2E89 do Programa 2015 do Anexo VIII - Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Atenção Básica em Saúde para Cumprimento de Metas - Unidade apoiada (unidade) 250	S [] N [] A [] [43.19.059]



Ação 2E90 do Programa 2015 do Anexo VIII - Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Assistência Hospitalar e Ambulatorial para Cumprimento de Metas - Unidade apoiada (unidade) 100	S [] N [] A [] [43.19.060]
Ação 216O do Programa 2015 do Anexo VIII - Apoio à manutenção das Santas Casas de Misericórdia, estabelecimentos hospitalares e unidades de reabilitação física de portadores de deficiência, sem fins econômicos (Lei nº 11.345, de 2006) - Entidade beneficiada (unidade) 14	S [] N [] A [] [43.19.061]
Ação 8535 do Programa 2015 do Anexo VIII - Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - Unidade estruturada (unidade) 161	S [] N [] A [] [43.19.062]
Ação 8581 do Programa 2015 do Anexo VIII - Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde - Serviço estruturado (unidade) 1.000	S [] N [] A [] [43.19.063]
Ação 14XS do Programa 2016 do Anexo VIII - Construção da Casa da Mulher Brasileira e de Centros de Atendimento às Mulheres nas Regiões de Fronteira Seca - Unidade implantada/aparelhada/ adequada (unidade) 2	S [] N [] A [] [43.19.064]
Ação 218B do Programa 2016 do Anexo VIII - Políticas de Igualdade e Enfrentamento à Violência contra as Mulheres - Iniciativa apoiada (unidade) 100	S [] N [] A [] [43.19.065]
Ação 14UB do Programa 2017 do Anexo VIII - Construção, Reforma e Reaparelhamento de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional - Aeroporto adequado (unidade) 10	S [] N [] A [] [43.19.066]
Ação 00LV do Programa 2021 do Anexo VIII - Formação, Capacitação e Expansão de Pessoal Qualificado em Ciência, Tecnologia e Inovação - Bolsa concedida (unidade) 10	S [] N [] A [] [43.19.067]
Ação 2E94 do Programa 2021 do Anexo VIII - Fomento à Pesquisa Voltada para a Geração de Conhecimento, Novas Tecnologias, Produtos e Processos Inovadores no Setor Agropecuário - Projeto apoiado (unidade) 300	S [] N [] A [] [43.19.068]
Ação 20V6 do Programa 2021 do Anexo VIII - Fomento a Pesquisa e Desenvolvimento Voltados à Inovação e ao Processo Produtivo - Projeto apoiado (unidade) 10	S [] N [] A [] [43.19.069]
Ação 20ZR do Programa 2025 do Anexo VIII - Política Produtiva e Inovação Tecnológica - Projeto apoiado (unidade) 1	S [] N [] A [] [43.19.070]
Ação 14U2 do Programa 2027 do Anexo VIII - Implantação, Instalação e Modernização de Espaços e Equipamentos Culturais - Espaço cultural implantado/modernizado (unidade) 5	S [] N [] A [] [43.19.071]
Ação 20ZF do Programa 2027 do Anexo VIII - Promoção e Fomento à Cultura Brasileira - Projeto apoiado (unidade) 5	S [] N [] A [] [43.19.072]
Ação 20ZH do Programa 2027 do Anexo VIII - Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro - Bem preservado (unidade) 1	S [] N [] A [] [43.19.073]
Ação 210X do Programa 2029 do Anexo VIII - Apoio ao Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais - Projeto apoiado (unidade) 10	S [] N [] A [] [43.19.074]
Ação 214S do Programa 2029 do Anexo VIII - Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas - Atividade produtiva apoiada (unidade) 2	S [] N [] A [] [43.19.075]
Ação 7K66 do Programa 2029 do Anexo VIII - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado - Projeto apoiado (unidade) 150	S [] N [] A [] [43.19.076]
Ação 2E75 do Programa 2033 do Anexo VIII - Incentivo à Geração de Eletricidade Renovável - Projeto elaborado (unidade) 1	S [] N [] A [] [43.19.077]
Ação 20L7 do Programa 2033 do Anexo VIII - Monitoramento da Expansão e do Desempenho dos Sistemas Elétricos Brasileiros - Empreendimento monitorado (unidade) 10	S [] N [] A [] [43.19.078]
Ação 20JP do Programa 2035 do Anexo VIII - Desenvolvimento de Atividades e Apoio a Projetos e Eventos de Esporte, Educação, Lazer, Inclusão Social e Legado Social - Pessoa beneficiada (unidade) 1.000	S [] N [] A [] [43.19.079]
Ação 5450 do Programa 2035 do Anexo VIII - Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer - Espaço implantado/modernizado (unidade) 50	S [] N [] A [] [43.19.080]
Ação 2B31 do Programa 2037 do Anexo VIII - Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Especial - Ente federado apoiado (unidade) 50	S [] N [] A [] [43.19.081]
Ação 219E do Programa 2037 do Anexo VIII - Ações de Proteção Social Básica - Ente federado apoiado (unidade) 50	S [] N [] A [] [43.19.082]
Ação 219F do Programa 2037 do Anexo VIII - Ações de Proteção Social Especial - Ente federado apoiado (unidade) 30	S [] N [] A [] [43.19.083]
Ação 20Z8 do Programa 2039 do Anexo VIII - Acompanhamento e Controle de Atividades Econômicas - Acompanhamento realizado (unidade) 2	S [] N [] A [] [43.19.084]
Ação 20Y6 do Programa 2042 do Anexo VIII - Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias para a Agropecuária - Pesquisa desenvolvida (unidade) 391	S [] N [] A [] [43.19.085]
Ação 8924 do Programa 2042 do Anexo VIII - Transferência de Tecnologias Desenvolvidas para a Agropecuária - Tecnologia transferida (unidade) 18	S [] N [] A [] [43.19.086]



Ação 217Y do Programa 2044 do Anexo VIII - Gestão de Políticas Públicas de Juventude - Política implantada (unidade) 8	S [] N [] A [] [43.19.087]
Ação 210C do Programa 2047 do Anexo VIII - Promoção do Desenvolvimento de Micro e Pequenas Empresas e Artesanato - Empresa apoiada (unidade) 100	S [] N [] A [] [43.19.088]
Ação 10SS do Programa 2048 do Anexo VIII - Apoio a Sistemas de Transporte Público Coletivo Urbano - Projeto apoiado (unidade) 10	S [] N [] A [] [43.19.089]
Ação 4414 do Programa 2048 do Anexo VIII - Educação para a Cidadania no Trânsito - Projeto elaborado (unidade) 2	S [] N [] A [] [43.19.090]
Ação 5366 do Programa 2048 do Anexo VIII - Implantação do Metrô de Salvador - BA - % de execução física (percentagem) 50	S [] N [] A [] [43.19.091]
Ação 00AF do Programa 2049 do Anexo VIII - Integralização de Cotas ao Fundo de Arrendamento Residencial - FAR - Volume contratado (unidades/ano) 1	S [] N [] A [] [43.19.092]
Ação 20VU do Programa 2050 do Anexo VIII - Políticas e Estratégias de Prevenção e Controle do Desmatamento e de Manejo e Recuperação Florestal no Âmbito da União, Estados e Municípios - Política estabelecida (unidade) 2	S [] N [] A [] [43.19.093]
Ação 1D73 do Programa 2054 do Anexo VIII - Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - Projeto apoiado (unidade) 200	S [] N [] A [] [43.19.094]
Ação 10T2 do Programa 2054 do Anexo VIII - Apoio a Projetos e Obras de Reabilitação e Urbanização Acessível em Áreas Urbanas - Projeto apoiado (unidade) 10	S [] N [] A [] [43.19.095]
Ação 1211 do Programa 2058 do Anexo VIII - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte - Projeto apoiado (unidade) 20	S [] N [] A [] [43.19.096]
Ação 123B do Programa 2058 do Anexo VIII - Desenvolvimento de Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 Toneladas (Projeto KC-X) - Aeronave desenvolvida (% de execução física) 6	S [] N [] A [] [43.19.097]
Ação 14LW do Programa 2058 do Anexo VIII - Implantação do Sistema de Defesa Estratégico ASTROS 2020 - Sistema implantado (% de execução física) 21	S [] N [] A [] [43.19.098]
Ação 14T0 do Programa 2058 do Anexo VIII - Aquisição de Aeronaves de Caça e Sistemas Afins - Projeto FX-2 - Aeronave adquirida (unidade) 4	S [] N [] A [] [43.19.099]
Ação 14T4 do Programa 2058 do Anexo VIII - Implantação do Projeto Guarani - Blindado adquirido (unidade) 80	S [] N [] A [] [43.19.100]
Ação 14T5 do Programa 2058 do Anexo VIII - Implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras - SISFRON - Sistema implantado (% de execução) 2	S [] N [] A [] [43.19.101]
Ação 14XJ do Programa 2058 do Anexo VIII - Aquisição de Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 Toneladas - Projeto KC-390 - Aeronave adquirida (unidade) 2	S [] N [] A [] [43.19.102]
Ação 147F do Programa 2058 do Anexo VIII - Implantação de Sistema de Defesa Cibernética para a Defesa Nacional - Sistema implantado (% de execução física) 5	S [] N [] A [] [43.19.103]
Ação 3138 do Programa 2058 do Anexo VIII - Implantação do Sistema de Aviação do Exército - Sistema de aviação implantado (% de execução física) 2	S [] N [] A [] [43.19.104]
Ação 210M do Programa 2062 do Anexo VIII - Promoção, Defesa e Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente - Projeto apoiado (unidade) 2	S [] N [] A [] [43.19.105]
Ação 210N do Programa 2063 do Anexo VIII - Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Projeto apoiado (unidade) 10	S [] N [] A [] [43.19.106]
Ação 20ZN do Programa 2064 do Anexo VIII - Promoção dos Direitos Humanos - Projeto apoiado (unidade) 5	S [] N [] A [] [43.19.107]
Ação 218Q do Programa 2064 do Anexo VIII - Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa - Projeto apoiado (unidade) 931	S [] N [] A [] [43.19.108]
Ação 20UF do Programa 2065 do Anexo VIII - Regularização, Demarcação e Fiscalização de Terras Indígenas e Proteção dos Povos Indígenas Isolados - Terra indígena protegida (unidade) 20	S [] N [] A [] [43.19.109]
Ação 215O do Programa 2065 do Anexo VIII - Gestão Ambiental e Etnodesenvolvimento - Comunidade indígena beneficiada (unidade) 10	S [] N [] A [] [43.19.110]
Ação 210T do Programa 2066 do Anexo VIII - Promoção da Educação do Campo - Pessoa capacitada (unidade) 250	S [] N [] A [] [43.19.111]
Ação 211B do Programa 2066 do Anexo VIII - Obtenção de Imóveis Rurais para Criação de Assentamentos da Reforma Agrária - Área obtida (ha) 500	S [] N [] A [] [43.19.112]
Ação 10S5 do Programa 2068 do Anexo VIII - Apoio a Empreendimentos de Saneamento Integrado em Municípios com População Superior a 50 mil Habitantes ou Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas ou de Regiões Integradas de Desenvolvimento - Família beneficiada (unidade) 2.746	S [] N [] A [] [43.19.113]
Ação 7652 do Programa 2068 do Anexo VIII - Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Doenças e Agravos em localidades urbanas de municípios com população até 50.000 habitantes - Município beneficiado (unidade) 10	S [] N [] A [] [43.19.114]

7/11



Ação 20Z1 do Programa 2071 do Anexo VIII - Qualificação Social e Profissional de Trabalhadores - Trabalhador qualificado (unidade) 150.000	S [] N [] A [] [43.19.115]
Ação 215F do Programa 2071 do Anexo VIII - Fomento e Fortalecimento da Economia Solidária - Empreendimento apoiado (unidade) 20	S [] N [] A [] [43.19.116]
Ação 10V0 do Programa 2076 do Anexo VIII - Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística - Projeto realizado (unidade) 25	S [] N [] A [] [43.19.117]
Ação 20Y5 do Programa 2076 do Anexo VIII - Promoção Turística do Brasil no Exterior - Divisa gerada (US\$ milhão) 100	S [] N [] A [] [43.19.118]
Ação 20ZV do Programa 2077 do Anexo VIII - Fomento ao Setor Agropecuário - Projeto apoiado (unidade) 1.200	S [] N [] A [] [43.19.119]
Ação 214O do Programa 2078 do Anexo VIII - Gestão do Uso Sustentável da Biodiversidade - Ação realizada (unidade) 1	S [] N [] A [] [43.19.120]
Ação 0E53 do Programa 2080 do Anexo VIII - Aquisição de Veículos para o Transporte Escolar da Educação Básica - Caminho da Escola - Veículo adquirido (unidade) 52	S [] N [] A [] [43.19.121]
Ação 0048 do Programa 2080 do Anexo VIII - Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais - Entidade apoiada (unidade) 1	S [] N [] A [] [43.19.122]
Ação 0509 do Programa 2080 do Anexo VIII - Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica - Iniciativa apoiada (unidade) 2.000	S [] N [] A [] [43.19.123]
Ação 15R4 do Programa 2080 do Anexo VIII - Apoio à Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - Projeto apoiado (unidade) 8	S [] N [] A [] [43.19.124]
Ação 20RG do Programa 2080 do Anexo VIII - Reestruturação e Modernização de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - Projeto viabilizado (unidade) 20	S [] N [] A [] [43.19.125]
Ação 20RP do Programa 2080 do Anexo VIII - Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - Projeto apoiado (unidade) 101	S [] N [] A [] [43.19.126]
Ação 20RX do Programa 2080 do Anexo VIII - Reestruturação e Modernização dos Hospitais Universitários Federais - Unidade apoiada (unidade) 1	S [] N [] A [] [43.19.127]
Ação 214V do Programa 2080 do Anexo VIII - Apoio à Alfabetização, à Educação de Jovens e Adultos e a Programas de Elevação de Escolaridade, Com Qualificação Profissional e Participação Cidadã - Pessoa beneficiada (unidade) 1.000	S [] N [] A [] [43.19.128]
Ação 4002 do Programa 2080 do Anexo VIII - Assistência ao Estudante de Ensino Superior - Estudante assistido (unidade) 100	S [] N [] A [] [43.19.129]
Ação 7XH5 do Programa 2080 do Anexo VIII - Implantação do Hospital da Mulher na Universidade Federal do Rio Grande do Norte - Obra apoiada (unidade) 10	S [] N [] A [] [43.19.130]
Ação 00R2 do Programa 2081 do Anexo VIII - Aparelhamento e Aprimoramento de Instituições de Segurança Pública - Projeto apoiado (unidade) 80	S [] N [] A [] [43.19.131]
Ação 2D58 do Programa 2081 do Anexo VIII - Controle Interno, Prevenção à Corrupção, Ouvidoria e Correição - Ação realizada (unidade) 100	S [] N [] A [] [43.19.132]
Ação 20ID do Programa 2081 do Anexo VIII - Apoio à Modernização das Instituições de Segurança Pública - Projeto apoiado (unidade) 100	S [] N [] A [] [43.19.133]
Ação 2334 do Programa 2081 do Anexo VIII - Proteção e Defesa do Consumidor - Ação implementada (unidade) 301	S [] N [] A [] [43.19.134]
Ação 2726 do Programa 2081 do Anexo VIII - Prevenção e Repressão ao Tráfico Ilícito de Drogas e a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União - Operação realizada (unidade) 2.065	S [] N [] A [] [43.19.135]
Ação 2807 do Programa 2081 do Anexo VIII - Promoção e Defesa da Concorrência - Processo concluído (unidade) 2	S [] N [] A [] [43.19.136]
Ação 7XG9 do Programa 2081 do Anexo VIII - Estruturação do Serviço de Policiamento de Hidrovias - Serviço estruturado (unidade) 1	S [] N [] A [] [43.19.137]
Ação 7XH4 do Programa 2081 do Anexo VIII - Construção de Unidade Prisional Federal no Município de Rio Preto da Eva - Unidade construída (unidade) 1	S [] N [] A [] [43.19.138]
Ação 8855 do Programa 2081 do Anexo VIII - Fortalecimento e Modernização das Instituições de Segurança Pública - Projeto apoiado (unidade) 50	S [] N [] A [] [43.19.139]
Ação 8858 do Programa 2081 do Anexo VIII - Valorização de Profissionais e Operadores de Segurança Pública - Capacitação realizada (unidade) 9.500	S [] N [] A [] [43.19.140]
Ação 20W6 do Programa 2083 do Anexo VIII - Apoio à Implementação de Instrumentos Estruturantes da Política Nacional de Resíduos Sólidos - Política implementada (unidade) 10	S [] N [] A [] [43.19.141]
Ação 10DC do Programa 2084 do Anexo VIII - Construção da Barragem Oiticica no Estado do Rio Grande do Norte - Obra executada (% de execução) 5	S [] N [] A [] [43.19.142]



Ação 109H do Programa 2084 do Anexo VIII - Construção de Barragens - Obra executada (unidade) 5	S [] N [] A [] [43.19.143]
Ação 109J do Programa 2084 do Anexo VIII - Construção de Adutoras - Obra executada (unidade) 2	S [] N [] A [] [43.19.144]
Ação 14VI do Programa 2084 do Anexo VIII - Implantação de Infraestruturas Hídricas para Oferta de Água - Obra executada (unidade) 10	S [] N [] A [] [43.19.145]
Ação 15DX do Programa 2084 do Anexo VIII - Construção do Sistema Adutor Ramal do Piancó na Região Nordeste - Canal construído (% de execução) 1	S [] N [] A [] [43.19.146]
Ação 15E7 do Programa 2084 do Anexo VIII - Revitalização de Bacias Hidrográficas na Área de Atuação da Codevasf - Empreendimento concluído (unidade) 2	S [] N [] A [] [43.19.147]
Ação 3715 do Programa 2084 do Anexo VIII - Construção da Barragem Berizal no Rio Pardo no Estado de Minas Gerais - Barragem construída (% de execução física) 100	S [] N [] A [] [43.19.148]
Ação 7L29 do Programa 2084 do Anexo VIII - Integração das Bacias Hidrográficas do Estado Ceará - Cinturão das Águas do Ceará - Trecho 1 com 149,82 km - Obra executada (% de execução) 2	S [] N [] A [] [43.19.149]
Ação 7XH0 do Programa 2084 do Anexo VIII - Construção do Canal do Sertão Baiano - Obra executada (% de execução física) 10	S [] N [] A [] [43.19.150]
Ação 7XH1 do Programa 2084 do Anexo VIII - Construção do Sistema Adutor na Região do Seridó (Projeto Seridó) - Obra executada (% de execução física) 20	S [] N [] A [] [43.19.151]
Ação 7XH3 do Programa 2084 do Anexo VIII - Implantação da 2ª Etapa da Adutora do Pajeú - no Estado de Pernambuco - Adutora implantada (% de execução física) 100	S [] N [] A [] [43.19.152]
Ação 127G do Programa 2086 do Anexo VIII - Construção de Terminais Fluviais na Região Norte - Obra executada (% de execução física) 5	S [] N [] A [] [43.19.153]
Ação 7XF6 do Programa 2086 do Anexo VIII - Dragagem para Adequação da Navegabilidade no Porto de Cabedelo-PB - Porto adequado (unidade) 1	S [] N [] A [] [43.19.154]
Ação 7XG5 do Programa 2086 do Anexo VIII - Apoio a Implantação de Melhoramentos no Canal de Navegação do Rio Taquari - No Estado de Mato Grosso do Sul - Hidrovia melhorada (% de execução física) 50	S [] N [] A [] [43.19.155]
Ação 10JQ do Programa 2087 do Anexo VIII - Adequação de Trecho Rodoviário - São Francisco do Sul - Jaraguá do Sul - na BR-280/SC - Trecho adequado (km) 4	S [] N [] A [] [43.19.156]
Ação 11ZK do Programa 2087 do Anexo VIII - Adequação de Travessia Urbana em Tianguá - na BR-222/CE - Trecho adequado (km) 7	S [] N [] A [] [43.19.157]
Ação 13YK do Programa 2087 do Anexo VIII - Construção de Trecho Rodoviário - Laranjal do Jari - Entroncamento BR-210/AP-030 - na BR-156/AP - Trecho construído (km) 90	S [] N [] A [] [43.19.158]
Ação 14X0 do Programa 2087 do Anexo VIII - Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-232 (São Caetano) - Entroncamento BR-424/PE-218 (Garanhuns) - na BR-423/PE - Trecho adequado (km) 4	S [] N [] A [] [43.19.159]
Ação 1418 do Programa 2087 do Anexo VIII - Construção de Trecho Rodoviário - Ferreira Gomes - Oiapoque (Fronteira com a Guiana Francesa) - na BR-156/AP - Trecho construído (km) 167	S [] N [] A [] [43.19.160]
Ação 20VK do Programa 2087 do Anexo VIII - Manutenção de Trechos Rodoviários na Região Norte - Trecho mantido (km) 500	S [] N [] A [] [43.19.161]
Ação 20VL do Programa 2087 do Anexo VIII - Manutenção de Trechos Rodoviários na Região Sudeste - Trecho mantido (km) 200	S [] N [] A [] [43.19.162]
Ação 7N22 do Programa 2087 do Anexo VIII - Construção de Trecho Rodoviário - Divisa BA/PI - Divisa PI/MA - na BR-235/PI - Trecho construído (km) 151	S [] N [] A [] [43.19.163]
Ação 7S26 do Programa 2087 do Anexo VIII - Construção de Trecho Ferroviário - Trecho Maracaju (MS) - Cascavel (PR) - na EF-484 (Ferroeste) - Trecho construído (km) 100	S [] N [] A [] [43.19.164]
Ação 7S57 do Programa 2087 do Anexo VIII - Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-163 (Rio Verde de Mato Grosso) - Entroncamento BR-262 (Aquidauana) - na BR-419/MS - Trecho construído (km) 104	S [] N [] A [] [43.19.165]
Ação 7S59 do Programa 2087 do Anexo VIII - Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-364 - Entroncamento BR-365 - na BR-154/MG - Trecho construído (km) 1	S [] N [] A [] [43.19.166]
Ação 7S75 do Programa 2087 do Anexo VIII - Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-226 - Entroncamento BR-101 (Retá Tabajara) - na BR-304/RN - Trecho adequado (km) 5	S [] N [] A [] [43.19.167]
Ação 7V25 do Programa 2087 do Anexo VIII - Construção de Contorno Rodoviário - Maringá - Paçandu - Sarandi - Marialva - na BR-376/PR - Contorno construído (km) 4	S [] N [] A [] [43.19.168]
Ação 7V58 do Programa 2087 do Anexo VIII - Construção da Ferrovia do Pantanal (EF-267) - Panorama (SP) - Brasilândia (MS) - Nova Andradina (MS) - Dourados (MS) - Maracajú (MS) - Porto Murtinho (MS) - Trecho construído (km) 100	S [] N [] A [] [43.19.169]



Ação 7V83 do Programa 2087 do Anexo VIII - Construção de Ponte sobre o Rio Juruá com Acesso a Rodrigues Alves - na BR-364/AC - Obra executada (% de execução física) 5	S [] N [] A [] [43.19.170]
Ação 7V99 do Programa 2087 do Anexo VIII - Construção de Trecho Rodoviário - Bonfim - Normandia - na BR-401/RR - Trecho construído (km) 5	S [] N [] A [] [43.19.171]
Ação 7W95 do Programa 2087 do Anexo VIII - Adequação de Trecho Rodoviário - Teresina - Parnaíba - Na BR-343 - No Estado do Piauí - Trecho adequado (km) 5	S [] N [] A [] [43.19.172]
Ação 7XA3 do Programa 2087 do Anexo VIII - Adequação de Trecho Rodoviário - Vilhena - Porto Velho - na BR-364/RO - Trecho adequado (km) 4	S [] N [] A [] [43.19.173]
Ação 7XB4 do Programa 2087 do Anexo VIII - Manutenção de Trecho Rodoviário - Entroncamento AC-339 (Sena Madureira) – Entroncamento AC-186 (Bom Futuro/Rio Liberdade) – na BR-364/AC - Trecho mantido (km) 20	S [] N [] A [] [43.19.174]
Ação 7XF4 do Programa 2087 do Anexo VIII - Manutenção de Trechos Rodoviários no Estado da Bahia - Trecho mantido (km) 40	S [] N [] A [] [43.19.175]
Ação 7XF5 do Programa 2087 do Anexo VIII - Duplicação de Trecho Rodoviário - Entr BR-412 - Entr PB-393 (Cajazeiras) - na BR-230 - No Estado da Paraíba - Trecho duplicado (km) 4	S [] N [] A [] [43.19.176]
Ação 7XF7 do Programa 2087 do Anexo VIII - Duplicação de Trecho Rodoviário - Patos de Minas - Patrocínio - Uberlândia - (Km 407 ao Km 607) - na BR-365/MG - Trecho adequado (km) 200	S [] N [] A [] [43.19.177]
Ação 7XF8 do Programa 2087 do Anexo VIII - Duplicação da Ponte São Raimundo sobre o Rio Doce - Governador Valadares - Na BR- 116/MG - No Estado de Minas Gerais - Trecho duplicado (km) 200	S [] N [] A [] [43.19.178]
Ação 7XF9 do Programa 2087 do Anexo VIII - Duplicação da BR 101/Sergipe - Trecho duplicado (km) 4	S [] N [] A [] [43.19.179]
Ação 7XG0 do Programa 2087 do Anexo VIII - Duplicação da BR 235/Sergipe - Trecho duplicado (km) 5	S [] N [] A [] [43.19.180]
Ação 7XG1 do Programa 2087 do Anexo VIII - Construção de Trecho Rodoviário - Porto Grande (AP) - Pedra Branca do Amapari (AP) - Serra do Navio (AP) - Na BR-210 - Trecho construído (km) 5	S [] N [] A [] [43.19.181]
Ação 7XG2 do Programa 2087 do Anexo VIII - Adequação de Trecho Rodoviário - Pacajus - Entroncamento BR-304 - na BR-116 - Trecho adequado (km) 4	S [] N [] A [] [43.19.182]
Ação 7XG3 do Programa 2087 do Anexo VIII - Adequação de Trecho Rodoviário - Caucaia - Divisa CE/PI - na BR- 020 - Trecho adequado (km) 4	S [] N [] A [] [43.19.183]
Ação 7XG4 do Programa 2087 do Anexo VIII - Duplicação e Recuperação de Trechos Rodoviários no Estado do Maranhão - Trecho adequado (km) 5	S [] N [] A [] [43.19.184]
Ação 7XG6 do Programa 2087 do Anexo VIII - Adequação de Trecho Rodoviário - Bataguassu - Porto Murtinho - Na BR 267 (Rota Bioceânica) - No Estado de Mato Grosso do Sul - Trecho adequado (km) 4	S [] N [] A [] [43.19.185]
Ação 7XG7 do Programa 2087 do Anexo VIII - Construção de Trecho Ferroviário de Curitiba até o Porto de Paranaguá e Antonina no Estado do Paraná - Trecho construído (km) 5	S [] N [] A [] [43.19.186]
Ação 7XG8 do Programa 2087 do Anexo VIII - Construção de Rodovias no Estado do Paraná - Trecho construído (km) 4	S [] N [] A [] [43.19.187]
Ação 7XH2 do Programa 2087 do Anexo VIII - Construção de Trecho Rodoviário - na BR-156 - Trecho Sul no Estado do Amapá - Trecho construído (km) 4	S [] N [] A [] [43.19.188]
Ação 7XH6 do Programa 2087 do Anexo VIII - Duplicação da BR-259/MG - Trecho Anel Rodoviário Governador Valadares - BR-116/MG - no Estado de Minas Gerais - Trecho duplicado (km) 4	S [] N [] A [] [43.19.189]
Ação 7XH7 do Programa 2087 do Anexo VIII - Duplicação da BR-304 Natal/Mossoró - Trecho duplicado (km) 219	S [] N [] A [] [43.19.190]
Ação 7XH8 do Programa 2087 do Anexo VIII - Construção de Trecho Rodoviário - Divisa PI/CE - na BR 404 - Poranga-CE - Trecho construído (km) 35	S [] N [] A [] [43.19.191]
Ação 7XH9 do Programa 2087 do Anexo VIII - Construção do Contorno Rodoviário no Município Manhuaçu na BR 262 - Estado de Minas Gerais - Contorno construído (km) 11	S [] N [] A [] [43.19.192]
Ação 7XI0 do Programa 2087 do Anexo VIII - Duplicação do Trecho Açailândia/Estreito na BR-010 - Trecho duplicado (km) 192	S [] N [] A [] [43.19.193]
Ação 7XI1 do Programa 2087 do Anexo VIII - Duplicação do Trecho Urbano com contorno Rodoviário em Santa Inês na BR 316 - Trecho duplicado (km) 20	S [] N [] A [] [43.19.194]
Ação 7XI2 do Programa 2087 do Anexo VIII - Duplicação dos Trechos Entroncamento Itapecuru Mirim/Chapadinha e Miranda do Norte/Santa Inês na BR-222 - Trecho duplicado (km) 254	S [] N [] A [] [43.19.195]



Ação 7XI3 do Programa 2087 do Anexo VIII - Construção da Ferrovia Alto Parnaíba/Balsas - Trecho construído (km) 250	S [] N [] A [] [43.19.196]
Ação 7XI4 do Programa 2087 do Anexo VIII - Construção e Aparelhamento de Aeroporto Alto Jequitibá no Estado de Minas Gerais - Aeroporto construído (unidade) 1	S [] N [] A [] [43.19.197]
Ação 7XI5 do Programa 2087 do Anexo VIII - Duplicação de Trecho Rodoviário – KM 5 – KM 12 - na BR-262/MS - Trecho duplicado (km) 7	S [] N [] A [] [43.19.198]
Ação 7X67 do Programa 2087 do Anexo VIII - Construção de Trecho Rodoviário - Divisa MA/TO - Entroncamento TO-010 (Pedro Afonso) - na BR-235/TO - Trecho construído (km) 56	S [] N [] A [] [43.19.199]
Ação 7X75 do Programa 2087 do Anexo VIII - Adequação de Trecho Rodoviário - Fim das obras de duplicação - Demerval Lobão - na BR-316/PI - Trecho adequado (km) 5	S [] N [] A [] [43.19.200]
Ação 7X98 do Programa 2087 do Anexo VIII - Adequação de Trecho Rodoviário - Palhoça - São Miguel do Oeste - na BR-282/SC - Trecho adequado (km) 4	S [] N [] A [] [43.19.201]
Ação 7530 do Programa 2087 do Anexo VIII - Adequação de Trecho Rodoviário - Navegantes - Rio do Sul - na BR-470/SC - Trecho adequado (km) 5	S [] N [] A [] [43.19.202]

Item 44.19	
<p style="text-align: center;">Veto Parcial nº 44, de 2019</p> <p>Veto Parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 2017 (nº 3.820/2019, na Casa de origem), que "Dispõe sobre a política de desenvolvimento e apoio às atividades das mulheres marisqueiras".</p>	
art. 4º	S [] N [] A [] [44.19.001]



Congresso Nacional
56ª Legislatura - 1ª Sessão Legislativa Ordinária
Sessão Conjunta nº 28 de 27/11/2019 às 10:00h
Apuração em 27/11/2019 às 13:32h

Resultado geral da apuração da cédula

Item 34.19

Veto Total aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 466, de 2013 (nº 7.705/2014, na Câmara dos Deputados), que "Acrescenta o art. 14-A à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para permitir que a emissão da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) ocorra por meio eletrônico".

Veto Total nº 34, de 2019																
Descrição		Câmara dos Deputados							Senado Federal							Resultado
		Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum	Total	Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum	Total	
		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)		
34.19	Veto Total nº 34, de 2019	Não Apreciado							60	7	0	0	0	67	67	Mantido



Congresso Nacional
56ª Legislatura - 1ª Sessão Legislativa Ordinária
Sessão Conjunta nº 28 de 27/11/2019 às 10:00h
Apuração em 27/11/2019 às 13:32h

Item 35.19

Veto Parcial apostado ao Projeto de Lei nº 5.029, de 2019, no Senado Federal (nº 11.021, de 2018, na Câmara dos Deputados), que "Altera as Leis nºs 9.096, de 19 de setembro de 1995, 9.504, de 30 setembro de 1997, 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), 13.831, de 17 de maio de 2019, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre regras aplicadas às eleições; revoga dispositivo da Lei nº 13.488, de 6 de outubro de 2017; e dá outras providências".

Veto Parcial nº 35, de 2019																
Descrição		Câmara dos Deputados							Senado Federal							Resultado
		Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum	Total	Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum	Total	
		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)		
35.19.001	§ 3º do art. 34 da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, com a redação dada pelo art. 1º do projeto	317	65	0	0	0	382	382	Não Apreciado							Mantido
35.19.002	§ 10 do art. 37 da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, com a redação dada pelo art. 1º do projeto	118	264	0	0	0	382	382	21	46	0	0	0	67	67	Rejeitado
35.19.003	inciso IX do "caput" do art. 44 da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, com a redação dada pelo art. 1º do projeto	Destacado														
35.19.004	inciso I do "caput" do art. 45-A da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, com a redação dada pelo art. 1º do projeto	Destacado														
35.19.005	inciso II do "caput" do art. 45-A da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, com a redação dada pelo art. 1º do projeto	Destacado														
35.19.006	inciso III do "caput" do art. 45-A da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, com a redação dada pelo art. 1º do projeto	Destacado														
35.19.007	§ 1º do art. 45-A da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, com a redação dada pelo art. 1º do projeto	Destacado														
35.19.008	§ 2º do art. 45-A da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, com a redação dada pelo art. 1º do projeto	Destacado														
35.19.009	§ 3º do art. 45-A da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, com a redação dada pelo art. 1º do projeto	Destacado														



Congresso Nacional
56ª Legislatura - 1ª Sessão Legislativa Ordinária
Sessão Conjunta nº 28 de 27/11/2019 às 10:00h
Apuração em 27/11/2019 às 13:32h

Veto Parcial nº 35, de 2019																
Descrição		Câmara dos Deputados							Senado Federal							Resultado
		Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum	Total	Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum	Total	
		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)		
35.19.010	inciso I do § 4º do art. 45-A da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, com a redação dada pelo art. 1º do projeto	Destacado														
35.19.011	inciso II do § 4º do art. 45-A da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, com a redação dada pelo art. 1º do projeto	Destacado														
35.19.012	inciso III do § 4º do art. 45-A da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, com a redação dada pelo art. 1º do projeto	Destacado														
35.19.013	"caput" do art. 46-A da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, com a redação dada pelo art. 1º do projeto	Destacado														
35.19.014	inciso I do "caput" do art. 46-A da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, com a redação dada pelo art. 1º do projeto	Destacado														
35.19.015	inciso II do "caput" do art. 46-A da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, com a redação dada pelo art. 1º do projeto	Destacado														
35.19.016	inciso III do "caput" do art. 46-A da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, com a redação dada pelo art. 1º do projeto	Destacado														
35.19.017	inciso IV do "caput" do art. 46-A da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, com a redação dada pelo art. 1º do projeto	Destacado														
35.19.018	inciso V do "caput" do art. 46-A da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, com a redação dada pelo art. 1º do projeto	Destacado														
35.19.019	inciso I do § 1º do art. 46-A da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, com a redação dada pelo art. 1º do projeto	Destacado														
35.19.020	inciso II do § 1º do art. 46-A da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, com a redação dada pelo art. 1º do projeto	Destacado														
35.19.021	inciso III do § 1º do art. 46-A da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, com a redação dada pelo art. 1º do projeto	Destacado														



Congresso Nacional
56ª Legislatura - 1ª Sessão Legislativa Ordinária
Sessão Conjunta nº 28 de 27/11/2019 às 10:00h
Apuração em 27/11/2019 às 13:32h

Veto Parcial nº 35, de 2019																
Descrição		Câmara dos Deputados							Senado Federal							Resultado
		Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum	Total	Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum	Total	
		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)		
35.19.022	§ 2º do art. 46-A da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, com a redação dada pelo art. 1º do projeto	Destacado														
35.19.023	§ 3º do art. 46-A da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, com a redação dada pelo art. 1º do projeto	Destacado														
35.19.024	§ 4º do art. 46-A da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, com a redação dada pelo art. 1º do projeto	Destacado														
35.19.025	§ 5º do art. 46-A da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, com a redação dada pelo art. 1º do projeto	Destacado														
35.19.026	"caput" do art. 47-A da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, com a redação dada pelo art. 1º do projeto	Destacado														
35.19.027	§ 1º do art. 47-A da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, com a redação dada pelo art. 1º do projeto	Destacado														
35.19.028	§ 2º do art. 47-A da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, com a redação dada pelo art. 1º do projeto	Destacado														
35.19.029	§ 3º do art. 47-A da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, com a redação dada pelo art. 1º do projeto	Destacado														
35.19.030	inciso I do § 4º do art. 47-A da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, com a redação dada pelo art. 1º do projeto	Destacado														
35.19.031	inciso II do §4º do art. 47-A da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, com a redação dada pelo art. 1º do projeto	Destacado														
35.19.032	§ 5º do art. 47-A da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, com a redação dada pelo art. 1º do projeto	Destacado														
35.19.033	§ 6º do art. 47-A da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, com a redação dada pelo art. 1º do projeto	Destacado														



Congresso Nacional
56ª Legislatura - 1ª Sessão Legislativa Ordinária
Sessão Conjunta nº 28 de 27/11/2019 às 10:00h
Apuração em 27/11/2019 às 13:32h

Veto Parcial nº 35, de 2019																
Descrição		Câmara dos Deputados							Senado Federal							Resultado
		Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum	Total	Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum	Total	
		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)		
35.19.034	§ 7º do art. 47-A da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, com a redação dada pelo art. 1º do projeto	Destacado														
35.19.035	art. 48-A da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, com a redação dada pelo art. 1º do projeto	Destacado														
35.19.036	art. 49-A da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, com a redação dada pelo art. 1º do projeto	Destacado														
35.19.037	§ 10 do art. 11 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, com a redação dada pelo art. 2º do projeto	Destacado														
35.19.038	inciso I do § 15 do art. 11 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, com a redação dada pelo art. 2º do projeto	Destacado														
35.19.039	inciso II do § 15 do art. 11 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, com a redação dada pelo art. 2º do projeto	Destacado														
35.19.040	inciso II do "caput" do art. 16-C da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, com a redação dada pelo art. 2º do projeto	115	267	0	0	0	382	382	18	49	0	0	0	67	67	Rejeitado
35.19.041	§ 1º do art. 262 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, com a redação dada pelo art. 4º do projeto	118	264	0	0	0	382	382	18	49	0	0	0	67	67	Rejeitado
35.19.042	§ 2º do art. 262 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, com a redação dada pelo art. 4º do projeto	117	265	0	0	0	382	382	18	49	0	0	0	67	67	Rejeitado
35.19.043	§ 3º do art. 262 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, com a redação dada pelo art. 4º do projeto	116	266	0	0	0	382	382	9	58	0	0	0	67	67	Rejeitado
35.19.044	parágrafo único do art. 3º da Lei nº 13.831, de 17 de maio de 2019, com a redação dada pelo art. 5º do projeto	120	262	0	0	0	382	382	19	48	0	0	0	67	67	Rejeitado
35.19.045	art. 6º	111	271	0	0	0	382	382	19	48	0	0	0	67	67	Rejeitado



Congresso Nacional
56ª Legislatura - 1ª Sessão Legislativa Ordinária
Sessão Conjunta nº 28 de 27/11/2019 às 10:00h
Apuração em 27/11/2019 às 13:32h

Item 36.19

Veto Total aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 231, de 2012 (nº 6.566/2013, na Câmara dos Deputados), que "Altera a Lei nº 10.332, de 19 de dezembro de 2001, para garantir aplicação de percentual dos recursos do Programa de Fomento à Pesquisa em Saúde em atividades relacionadas ao desenvolvimento tecnológico de medicamentos, imunobiológicos, produtos para a saúde e outras modalidades terapêuticas destinados ao tratamento de doenças raras ou negligenciadas".

Veto Total nº 36, de 2019																
Descrição		Câmara dos Deputados							Senado Federal							Resultado
		Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum	Total	Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum	Total	
		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)		
36.19	Veto Total nº 36, de 2019	77	304	0	1	0	382	382	8	59	0	0	0	67	67	Rejeitado



Congresso Nacional
56ª Legislatura - 1ª Sessão Legislativa Ordinária
Sessão Conjunta nº 28 de 27/11/2019 às 10:00h
Apuração em 27/11/2019 às 13:32h

Item 37.19

Veto Total aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 60, de 2007 (nº 3.688/2000, na Casa de origem), que "Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica".

Veto Total nº 37, de 2019																
Descrição		Câmara dos Deputados							Senado Federal							Resultado
		Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum	Total	Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum	Total	
		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)		
37.19	Veto Total nº 37, de 2019	62	319	0	1	0	382	382	2	65	0	0	0	67	67	Rejeitado



Congresso Nacional
56ª Legislatura - 1ª Sessão Legislativa Ordinária
Sessão Conjunta nº 28 de 27/11/2019 às 10:00h
Apuração em 27/11/2019 às 13:32h

Item 38.19

Veto Total aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 61, de 2017 (nº 2.538/2019, na Casa de origem), que "Altera a Lei nº 10.778, de 24 de novembro de 2003, para dispor sobre a notificação compulsória dos casos de suspeita de violência contra a mulher".

Veto Total nº 38, de 2019																
Descrição		Câmara dos Deputados							Senado Federal							Resultado
		Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum	Total	Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum	Total	
		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)		
38.19	Veto Total nº 38, de 2019	65	316	0	1	0	382	382	6	61	0	0	0	67	67	Rejeitado



Congresso Nacional
56ª Legislatura - 1ª Sessão Legislativa Ordinária
Sessão Conjunta nº 28 de 27/11/2019 às 10:00h
Apuração em 27/11/2019 às 13:32h

Item 39.19

Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei nº 510, de 2019, que "Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para prever a competência dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher para a ação de divórcio, separação, anulação de casamento ou dissolução de união estável nos casos de violência e para tornar obrigatória a informação às vítimas acerca da possibilidade de os serviços de assistência judiciária ajuizarem as ações mencionadas; e altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para prever a competência do foro do domicílio da vítima de violência doméstica e familiar para a ação de divórcio, separação judicial, anulação de casamento e reconhecimento da união estável a ser dissolvida, para determinar a intervenção obrigatória do Ministério Público nas ações de família em que figure como parte vítima de violência doméstica e familiar, e para estabelecer a prioridade de tramitação dos procedimentos judiciais em que figure como parte vítima de violência doméstica e familiar".

Veto Parcial nº 39, de 2019																
Descrição		Câmara dos Deputados							Senado Federal							Resultado
		Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum	Total	Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum	Total	
		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)		
39.19.001	"caput" do art. 14-A da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, com a redação dada pelo art. 1º do projeto	35	347	0	0	0	382	382	4	63	0	0	0	67	67	Rejeitado
39.19.002	§ 1º do art. 14-A da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, com a redação dada pelo art. 1º do projeto	36	346	0	0	0	382	382	4	63	0	0	0	67	67	Rejeitado
39.19.003	§ 2º do art. 14-A da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, com a redação dada pelo art. 1º do projeto	35	347	0	0	0	382	382	4	63	0	0	0	67	67	Rejeitado



Congresso Nacional
56ª Legislatura - 1ª Sessão Legislativa Ordinária
Sessão Conjunta nº 28 de 27/11/2019 às 10:00h
Apuração em 27/11/2019 às 13:32h

Item 40.19

Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 133 de 2017 (nº 6.754/2013, na Casa de origem), que "Institui a Política Nacional de Prevenção do Diabetes e de Assistência Integral à Pessoa Diabética".

Veto Parcial nº 40, de 2019																
Descrição		Câmara dos Deputados							Senado Federal							Resultado
		Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum	Total	Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum	Total	
		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)		
40.19.001	Inciso VI do art. 2º	65	317	0	0	0	382	382	27	40	0	0	0	67	67	Mantido



Congresso Nacional
56ª Legislatura - 1ª Sessão Legislativa Ordinária
Sessão Conjunta nº 28 de 27/11/2019 às 10:00h
Apuração em 27/11/2019 às 13:32h

Item 41.19

Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 27, de 2019, que "Altera a Lei nº 13.707, de 14 de agosto de 2018, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2019".

Veto Parcial nº 41, de 2019																
Descrição		Câmara dos Deputados							Senado Federal							Resultado
		Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum	Total	Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum	Total	
		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)		
41.19.001	art. 88-A da Lei nº 13.707, de 14 de agosto de 2018, com a redação dada pelo art. 2º do projeto	58	324	0	0	0	382	382	13	54	0	0	0	67	67	Rejeitado



Congresso Nacional
56ª Legislatura - 1ª Sessão Legislativa Ordinária
Sessão Conjunta nº 28 de 27/11/2019 às 10:00h
Apuração em 27/11/2019 às 13:32h

Item 42.19

Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 24, de 2019 (oriundo da Medida Provisória nº 886, de 2019), que "Altera a Lei nº 13.844, de 18 junho de 2019, a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, a Lei nº 12.897, de 18 de dezembro de 2013, e a Lei nº 13.334, de 13 de setembro de 2016, para dispor sobre a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios".

Veto Parcial nº 42, de 2019																
Descrição		Câmara dos Deputados							Senado Federal							Resultado
		Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum	Total	Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum	Total	
		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)		
42.19.001	art. 9º-A da Lei nº 13.334, de 13 de setembro de 2016, com a redação dada pelo art. 4º do projeto	121	261	0	0	0	382	382	10	57	0	0	0	67	67	Rejeitado
42.19.002	art. 88-A da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, com a redação dada pelo art. 5º do projeto	85	297	0	0	0	382	382	9	58	0	0	0	67	67	Rejeitado



Congresso Nacional
56ª Legislatura - 1ª Sessão Legislativa Ordinária
Sessão Conjunta nº 28 de 27/11/2019 às 10:00h
Apuração em 27/11/2019 às 13:32h

Item 43.19

Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 5 de 2019, que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2020 e dá outras providências".

Veto Parcial nº 43, de 2019																
Descrição		Câmara dos Deputados							Senado Federal							Resultado
		Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum	Total	Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum	Total	
		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)		
43.19.001	item 3 da alínea "c" do inciso II do § 4º do art. 6º	75	307	0	0	0	382	382	36	31	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.002	item 4 da alínea "c" do inciso II do § 4º do art. 6º	76	306	0	0	0	382	382	37	30	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.003	inciso VIII do "caput" do art. 10	113	269	0	0	0	382	382	37	30	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.004	inciso I do § 1º do art. 10	113	269	0	0	0	382	382	37	30	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.005	inciso II do § 1º do art. 10	112	270	0	0	0	382	382	37	30	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.006	§ 2º do art. 10	113	269	0	0	0	382	382	37	30	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.007	§ 3º do art. 10	113	269	0	0	0	382	382	37	30	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.008	inciso XXVII do "caput" do art. 11	80	302	0	0	0	382	382	37	30	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.009	art. 22	106	276	0	0	0	382	382	28	39	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.010	art. 23	107	275	0	0	0	382	382	37	30	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.011	art. 24	104	278	0	0	0	382	382	36	31	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.012	§ 7º do art. 40	105	277	0	0	0	382	382	29	38	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.013	inciso I do "caput" do art. 42	104	278	0	0	0	382	382	37	30	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.014	inciso II do "caput" do art. 42	104	278	0	0	0	382	382	37	30	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.015	§ 1º do art. 42	104	278	0	0	0	382	382	37	30	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.016	§ 2º do art. 42	104	278	0	0	0	382	382	36	31	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.017	inciso I do § 13 do art. 60	67	315	0	0	0	382	382	36	31	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.018	inciso II do § 13 do art. 60	67	315	0	0	0	382	382	37	30	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.019	§ 14 do art. 60	90	292	0	0	0	382	382	35	32	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.020	§ 15 do art. 60	104	278	0	0	0	382	382	36	31	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.021	art. 64	73	309	0	0	0	382	382	35	32	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.022	alínea "f" do inciso II do parágrafo único do art. 69	84	298	0	0	0	382	382	37	30	0	0	0	67	67	Mantido



Congresso Nacional
56ª Legislatura - 1ª Sessão Legislativa Ordinária
Sessão Conjunta nº 28 de 27/11/2019 às 10:00h
Apuração em 27/11/2019 às 13:32h

Veto Parcial nº 43, de 2019																
Descrição		Câmara dos Deputados							Senado Federal							Resultado
		Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum	Total	Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum	Total	
		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)		
43.19.023	alínea "c" do inciso I do "caput" do art. 73	118	264	0	0	0	382	382	19	48	0	0	0	67	67	Rejeitado
43.19.024	inciso II do § 4º do art. 75	98	284	0	0	0	382	382	36	31	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.025	§ 9º do art. 75	105	277	0	0	0	382	382	23	44	0	0	0	67	67	Rejeitado
43.19.026	parágrafo único do art. 76	101	281	0	0	0	382	382	21	46	0	0	0	67	67	Rejeitado
43.19.027	"caput" do art. 82	131	251	0	0	0	382	382	Não Apreciado							Mantido
43.19.028	parágrafo único do art. 82	131	251	0	0	0	382	382	Não Apreciado							Mantido
43.19.029	inciso I do parágrafo único do art. 86	66	316	0	0	0	382	382	38	29	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.030	inciso II do parágrafo único do art. 86	78	304	0	0	0	382	382	37	29	0	1	0	67	67	Mantido
43.19.031	art. 102	99	283	0	0	0	382	382	29	38	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.032	inciso IV do § 1º do art. 132	102	280	0	0	0	382	382	28	39	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.033	item 1 da alínea "a" do inciso XXXV do Anexo II	113	269	0	0	0	382	382	36	31	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.034	item 2 da alínea "a" do inciso XXXV do Anexo II	113	269	0	0	0	382	382	36	31	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.035	item 1 da alínea "b" do inciso XXXV do Anexo II	113	269	0	0	0	382	382	36	31	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.036	item 2 da alínea "b" do inciso XXXV do Anexo II	113	269	0	0	0	382	382	36	31	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.037	alínea "a" do inciso XXXVI do Anexo II	113	269	0	0	0	382	382	36	31	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.038	alínea "b" do inciso XXXVI do Anexo II	113	269	0	0	0	382	382	36	31	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.039	inciso XXXVII do Anexo II	112	270	0	0	0	382	382	36	31	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.040	item 67 da Seção I do Anexo III	101	281	0	0	0	382	382	36	31	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.041	item 68 da Seção I do Anexo III	101	281	0	0	0	382	382	36	31	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.042	item 70 da Seção I do Anexo III	103	279	0	0	0	382	382	36	31	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.043	item 71 da Seção I do Anexo III	103	279	0	0	0	382	382	36	31	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.044	item 72 da Seção I do Anexo III	104	278	0	0	0	382	382	36	31	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.045	item 75 da Seção I do Anexo III	103	279	0	0	0	382	382	36	31	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.046	item 76 da Seção I do Anexo III	85	297	0	0	0	382	382	35	32	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.047	item 77 da Seção I do Anexo III	101	281	0	0	0	382	382	36	31	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.048	item 78 da Seção I do Anexo III	104	278	0	0	0	382	382	37	30	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.049	item 82 da Seção I do Anexo III	104	278	0	0	0	382	382	37	30	0	0	0	67	67	Mantido



Congresso Nacional
56ª Legislatura - 1ª Sessão Legislativa Ordinária
Sessão Conjunta nº 28 de 27/11/2019 às 10:00h
Apuração em 27/11/2019 às 13:32h

Veto Parcial nº 43, de 2019																
Descrição		Câmara dos Deputados							Senado Federal							Resultado
		Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum	Total	Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum	Total	
		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)		
43.19.050	item 83 da Seção I do Anexo III	100	282	0	0	0	382	382	37	30	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.051	item 84 da Seção I do Anexo III	104	278	0	0	0	382	382	36	31	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.052	item 86 da Seção I do Anexo III	102	280	0	0	0	382	382	37	30	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.053	item 87 da Seção I do Anexo III	104	278	0	0	0	382	382	36	31	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.054	item 88 da Seção I do Anexo III	103	279	0	0	0	382	382	37	30	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.055	item 89 da Seção I do Anexo III	102	280	0	0	0	382	382	37	30	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.056	Ação 210V do Programa 2012 do Anexo VIII - Promoção e Fortalecimento da Agricultura Familiar - Agricultor familiar beneficiado (unidade) 10.000	106	276	0	0	0	382	382	37	30	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.057	Ação 2E87 do Programa 2015 do Anexo VIII - Controle da população de animais em situações excepcionais (castração e atenção veterinária) - Animal manejo (unidade) 2.000	105	277	0	0	0	382	382	37	30	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.058	Ação 2E88 do Programa 2015 do Anexo VIII - Apoio Financeiro para Aquisição e Distribuição de Medicamentos para Tratamento de Doenças Raras (Medicamentos Órfãos) - Medicamento adquirido (unidade) 7.000	106	276	0	0	0	382	382	34	33	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.059	Ação 2E89 do Programa 2015 do Anexo VIII - Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Atenção Básica em Saúde para Cumprimento de Metas - Unidade apoiada (unidade) 250	105	277	0	0	0	382	382	35	32	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.060	Ação 2E90 do Programa 2015 do Anexo VIII - Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Assistência Hospitalar e Ambulatorial para Cumprimento de Metas - Unidade apoiada (unidade) 100	106	276	0	0	0	382	382	37	30	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.061	Ação 216O do Programa 2015 do Anexo VIII - Apoio à manutenção das Santas Casas de Misericórdia, estabelecimentos hospitalares e unidades de reabilitação física de portadores de deficiência, sem fins econômicos (Lei nº 11.345, de 2006) - Entidade beneficiada (unidade) 14	107	275	0	0	0	382	382	34	33	0	0	0	67	67	Mantido



Congresso Nacional
56ª Legislatura - 1ª Sessão Legislativa Ordinária
Sessão Conjunta nº 28 de 27/11/2019 às 10:00h
Apuração em 27/11/2019 às 13:32h

Veto Parcial nº 43, de 2019																
Descrição		Câmara dos Deputados							Senado Federal							Resultado
		Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum	Total	Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum	Total	
		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)		
43.19.062	Ação 8535 do Programa 2015 do Anexo VIII - Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - Unidade estruturada (unidade) 161	105	277	0	0	0	382	382	35	32	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.063	Ação 8581 do Programa 2015 do Anexo VIII - Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde - Serviço estruturado (unidade) 1.000	105	277	0	0	0	382	382	35	32	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.064	Ação 14XS do Programa 2016 do Anexo VIII - Construção da Casa da Mulher Brasileira e de Centros de Atendimento às Mulheres nas Regiões de Fronteira Seca - Unidade implantada/ aparelhada/ adequada (unidade) 2	105	277	0	0	0	382	382	36	31	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.065	Ação 218B do Programa 2016 do Anexo VIII - Políticas de Igualdade e Enfrentamento à Violência contra as Mulheres - Iniciativa apoiada (unidade) 100	104	278	0	0	0	382	382	36	31	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.066	Ação 14UB do Programa 2017 do Anexo VIII - Construção, Reforma e Reaparelhamento de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional - Aeroporto adequado (unidade) 10	105	277	0	0	0	382	382	36	31	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.067	Ação 00LV do Programa 2021 do Anexo VIII - Formação, Capacitação e Expansão de Pessoal Qualificado em Ciência, Tecnologia e Inovação - Bolsa concedida (unidade) 10	105	277	0	0	0	382	382	36	31	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.068	Ação 2E94 do Programa 2021 do Anexo VIII - Fomento à Pesquisa Voltada para a Geração de Conhecimento, Novas Tecnologias, Produtos e Processos Inovadores no Setor Agropecuário - Projeto apoiado (unidade) 300	106	276	0	0	0	382	382	37	30	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.069	Ação 20V6 do Programa 2021 do Anexo VIII - Fomento a Pesquisa e Desenvolvimento Voltados à Inovação e ao Processo Produtivo - Projeto apoiado (unidade) 10	106	276	0	0	0	382	382	37	30	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.070	Ação 20ZR do Programa 2025 do Anexo VIII - Política Produtiva e Inovação Tecnológica - Projeto apoiado (unidade) 1	106	276	0	0	0	382	382	37	30	0	0	0	67	67	Mantido



Congresso Nacional
56ª Legislatura - 1ª Sessão Legislativa Ordinária
Sessão Conjunta nº 28 de 27/11/2019 às 10:00h
Apuração em 27/11/2019 às 13:32h

Veto Parcial nº 43, de 2019																
Descrição		Câmara dos Deputados							Senado Federal							Resultado
		Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum	Total	Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum	Total	
		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)		
43.19.071	Ação 14U2 do Programa 2027 do Anexo VIII - Implantação, Instalação e Modernização de Espaços e Equipamentos Culturais - Espaço cultural implantado/modernizado (unidade) 5	106	276	0	0	0	382	382	36	31	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.072	Ação 20ZF do Programa 2027 do Anexo VIII - Promoção e Fomento à Cultura Brasileira - Projeto apoiado (unidade) 5	106	276	0	0	0	382	382	36	31	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.073	Ação 20ZH do Programa 2027 do Anexo VIII - Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro - Bem preservado (unidade) 1	106	276	0	0	0	382	382	36	31	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.074	Ação 210X do Programa 2029 do Anexo VIII - Apoio ao Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais - Projeto apoiado (unidade) 10	106	276	0	0	0	382	382	37	30	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.075	Ação 214S do Programa 2029 do Anexo VIII - Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas - Atividade produtiva apoiada (unidade) 2	106	276	0	0	0	382	382	37	30	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.076	Ação 7K66 do Programa 2029 do Anexo VIII - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado - Projeto apoiado (unidade) 150	106	276	0	0	0	382	382	37	30	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.077	Ação 2E75 do Programa 2033 do Anexo VIII - Incentivo à Geração de Eletricidade Renovável - Projeto elaborado (unidade) 1	105	277	0	0	0	382	382	36	31	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.078	Ação 20L7 do Programa 2033 do Anexo VIII - Monitoramento da Expansão e do Desempenho dos Sistemas Elétricos Brasileiros - Empreendimento monitorado (unidade) 10	106	276	0	0	0	382	382	37	30	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.079	Ação 20JP do Programa 2035 do Anexo VIII - Desenvolvimento de Atividades e Apoio a Projetos e Eventos de Esporte, Educação, Lazer, Inclusão Social e Legado Social - Pessoa beneficiada (unidade) 1.000	106	276	0	0	0	382	382	36	31	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.080	Ação 5450 do Programa 2035 do Anexo VIII - Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer - Espaço implantado/modernizado (unidade) 50	106	276	0	0	0	382	382	36	31	0	0	0	67	67	Mantido



Congresso Nacional
56ª Legislatura - 1ª Sessão Legislativa Ordinária
Sessão Conjunta nº 28 de 27/11/2019 às 10:00h
Apuração em 27/11/2019 às 13:32h

Veto Parcial nº 43, de 2019																
Descrição		Câmara dos Deputados							Senado Federal							Resultado
		Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum	Total	Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum	Total	
		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)		
43.19.081	Ação 2B31 do Programa 2037 do Anexo VIII - Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Especial - Ente federado apoiado (unidade) 50	106	276	0	0	0	382	382	36	31	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.082	Ação 219E do Programa 2037 do Anexo VIII - Ações de Proteção Social Básica - Ente federado apoiado (unidade) 50	106	276	0	0	0	382	382	36	31	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.083	Ação 219F do Programa 2037 do Anexo VIII - Ações de Proteção Social Especial - Ente federado apoiado (unidade) 30	106	276	0	0	0	382	382	36	31	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.084	Ação 20Z8 do Programa 2039 do Anexo VIII - Acompanhamento e Controle de Atividades Econômicas - Acompanhamento realizado (unidade) 2	106	276	0	0	0	382	382	37	30	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.085	Ação 20Y6 do Programa 2042 do Anexo VIII - Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias para a Agropecuária - Pesquisa desenvolvida (unidade) 391	106	276	0	0	0	382	382	37	30	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.086	Ação 8924 do Programa 2042 do Anexo VIII - Transferência de Tecnologias Desenvolvidas para a Agropecuária - Tecnologia transferida (unidade) 18	106	276	0	0	0	382	382	36	31	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.087	Ação 217Y do Programa 2044 do Anexo VIII - Gestão de Políticas Públicas de Juventude - Política implantada (unidade) 8	106	276	0	0	0	382	382	37	30	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.088	Ação 210C do Programa 2047 do Anexo VIII - Promoção do Desenvolvimento de Micro e Pequenas Empresas e Artesanato - Empresa apoiada (unidade) 100	106	276	0	0	0	382	382	37	30	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.089	Ação 10SS do Programa 2048 do Anexo VIII - Apoio a Sistemas de Transporte Público Coletivo Urbano - Projeto apoiado (unidade) 10	106	276	0	0	0	382	382	37	30	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.090	Ação 4414 do Programa 2048 do Anexo VIII - Educação para a Cidadania no Trânsito - Projeto elaborado (unidade) 2	106	276	0	0	0	382	382	37	30	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.091	Ação 5366 do Programa 2048 do Anexo VIII - Implantação do Metrô de Salvador - BA - % de execução física (percentagem) 50	106	276	0	0	0	382	382	37	30	0	0	0	67	67	Mantido

18/31



Congresso Nacional
56ª Legislatura - 1ª Sessão Legislativa Ordinária
Sessão Conjunta nº 28 de 27/11/2019 às 10:00h
Apuração em 27/11/2019 às 13:32h

Veto Parcial nº 43, de 2019																
Descrição		Câmara dos Deputados							Senado Federal							Resultado
		Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum	Total	Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum	Total	
		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)		
43.19.092	Ação 00AF do Programa 2049 do Anexo VIII - Integralização de Cotas ao Fundo de Arrendamento Residencial - FAR - Volume contratado (unidades/ano) 1	106	276	0	0	0	382	382	37	30	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.093	Ação 20VU do Programa 2050 do Anexo VIII - Políticas e Estratégias de Prevenção e Controle do Desmatamento e de Manejo e Recuperação Florestal no Âmbito da União, Estados e Municípios - Política estabelecida (unidade) 2	105	277	0	0	0	382	382	37	30	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.094	Ação 1D73 do Programa 2054 do Anexo VIII - Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - Projeto apoiado (unidade) 200	106	276	0	0	0	382	382	37	30	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.095	Ação 10T2 do Programa 2054 do Anexo VIII - Apoio a Projetos e Obras de Reabilitação e Urbanização Acessível em Áreas Urbanas - Projeto apoiado (unidade) 10	106	276	0	0	0	382	382	37	30	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.096	Ação 1211 do Programa 2058 do Anexo VIII - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte - Projeto apoiado (unidade) 20	106	276	0	0	0	382	382	37	30	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.097	Ação 123B do Programa 2058 do Anexo VIII - Desenvolvimento de Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 Toneladas (Projeto KC-X) - Aeronave desenvolvida (% de execução física) 6	106	276	0	0	0	382	382	36	31	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.098	Ação 14LW do Programa 2058 do Anexo VIII - Implantação do Sistema de Defesa Estratégico ASTROS 2020 - Sistema implantado (% de execução física) 21	106	276	0	0	0	382	382	37	30	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.099	Ação 14T0 do Programa 2058 do Anexo VIII - Aquisição de Aeronaves de Caça e Sistemas Afins - Projeto FX-2 - Aeronave adquirida (unidade) 4	106	276	0	0	0	382	382	36	31	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.100	Ação 14T4 do Programa 2058 do Anexo VIII - Implantação do Projeto Guarani - Blindado adquirido (unidade) 80	106	276	0	0	0	382	382	37	30	0	0	0	67	67	Mantido



Congresso Nacional
56ª Legislatura - 1ª Sessão Legislativa Ordinária
Sessão Conjunta nº 28 de 27/11/2019 às 10:00h
Apuração em 27/11/2019 às 13:32h

Veto Parcial nº 43, de 2019																
Descrição		Câmara dos Deputados							Senado Federal							Resultado
		Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum	Total	Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum	Total	
		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)		
43.19.101	Ação 14T5 do Programa 2058 do Anexo VIII - Implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras - SISFRON - Sistema implantado (% de execução) 2	106	276	0	0	0	382	382	36	31	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.102	Ação 14XJ do Programa 2058 do Anexo VIII - Aquisição de Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 Toneladas - Projeto KC-390 - Aeronave adquirida (unidade) 2	106	276	0	0	0	382	382	37	30	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.103	Ação 147F do Programa 2058 do Anexo VIII - Implantação de Sistema de Defesa Cibernética para a Defesa Nacional - Sistema implantado (% de execução física) 5	106	276	0	0	0	382	382	37	30	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.104	Ação 3138 do Programa 2058 do Anexo VIII - Implantação do Sistema de Aviação do Exército - Sistema de aviação implantado (% de execução física) 2	106	276	0	0	0	382	382	37	30	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.105	Ação 210M do Programa 2062 do Anexo VIII - Promoção, Defesa e Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente - Projeto apoiado (unidade) 2	106	276	0	0	0	382	382	35	32	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.106	Ação 210N do Programa 2063 do Anexo VIII - Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Projeto apoiado (unidade) 10	104	278	0	0	0	382	382	36	31	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.107	Ação 20ZN do Programa 2064 do Anexo VIII - Promoção dos Direitos Humanos - Projeto apoiado (unidade) 5	106	276	0	0	0	382	382	36	31	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.108	Ação 218Q do Programa 2064 do Anexo VIII - Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa - Projeto apoiado (unidade) 931	104	278	0	0	0	382	382	36	31	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.109	Ação 20UF do Programa 2065 do Anexo VIII - Regularização, Demarcação e Fiscalização de Terras Indígenas e Proteção dos Povos Indígenas Isolados - Terra indígena protegida (unidade) 20	106	276	0	0	0	382	382	37	30	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.110	Ação 215O do Programa 2065 do Anexo VIII - Gestão Ambiental e Etnodesenvolvimento - Comunidade indígena beneficiada (unidade) 10	106	276	0	0	0	382	382	37	30	0	0	0	67	67	Mantido

20/31



Congresso Nacional
56ª Legislatura - 1ª Sessão Legislativa Ordinária
Sessão Conjunta nº 28 de 27/11/2019 às 10:00h
Apuração em 27/11/2019 às 13:32h

Veto Parcial nº 43, de 2019																
Descrição		Câmara dos Deputados							Senado Federal							Resultado
		Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum	Total	Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum	Total	
		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)		
43.19.111	Ação 210T do Programa 2066 do Anexo VIII - Promoção da Educação do Campo - Pessoa capacitada (unidade) 250	105	277	0	0	0	382	382	37	30	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.112	Ação 211B do Programa 2066 do Anexo VIII - Obtenção de Imóveis Rurais para Criação de Assentamentos da Reforma Agrária - Área obtida (ha) 500	106	276	0	0	0	382	382	37	30	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.113	Ação 10S5 do Programa 2068 do Anexo VIII - Apoio a Empreendimentos de Saneamento Integrado em Municípios com População Superior a 50 mil Habitantes ou Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas ou de Regiões Integradas de Desenvolvimento - Família beneficiada (unidade) 2.746	106	276	0	0	0	382	382	36	31	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.114	Ação 7652 do Programa 2068 do Anexo VIII - Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Doenças e Agravos em localidades urbanas de municípios com população até 50.000 habitantes - Município beneficiado (unidade) 10	106	276	0	0	0	382	382	35	32	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.115	Ação 20Z1 do Programa 2071 do Anexo VIII - Qualificação Social e Profissional de Trabalhadores - Trabalhador qualificado (unidade) 150.000	106	276	0	0	0	382	382	36	31	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.116	Ação 215F do Programa 2071 do Anexo VIII - Fomento e Fortalecimento da Economia Solidária - Empreendimento apoiado (unidade) 20	106	276	0	0	0	382	382	36	31	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.117	Ação 10V0 do Programa 2076 do Anexo VIII - Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística - Projeto realizado (unidade) 25	106	276	0	0	0	382	382	37	30	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.118	Ação 20Y5 do Programa 2076 do Anexo VIII - Promoção Turística do Brasil no Exterior - Divisa gerada (US\$ milhão) 100	106	276	0	0	0	382	382	37	30	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.119	Ação 20ZV do Programa 2077 do Anexo VIII - Fomento ao Setor Agropecuário - Projeto apoiado (unidade) 1.200	106	276	0	0	0	382	382	37	30	0	0	0	67	67	Mantido



Congresso Nacional
56ª Legislatura - 1ª Sessão Legislativa Ordinária
Sessão Conjunta nº 28 de 27/11/2019 às 10:00h
Apuração em 27/11/2019 às 13:32h

Veto Parcial nº 43, de 2019																
Descrição		Câmara dos Deputados							Senado Federal							Resultado
		Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum	Total	Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum	Total	
		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)		
43.19.120	Ação 214O do Programa 2078 do Anexo VIII - Gestão do Uso Sustentável da Biodiversidade - Ação realizada (unidade) 1	106	276	0	0	0	382	382	37	30	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.121	Ação 0E53 do Programa 2080 do Anexo VIII - Aquisição de Veículos para o Transporte Escolar da Educação Básica - Caminho da Escola - Veículo adquirido (unidade) 52	105	277	0	0	0	382	382	35	32	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.122	Ação 0048 do Programa 2080 do Anexo VIII - Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais - Entidade apoiada (unidade) 1	105	277	0	0	0	382	382	36	31	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.123	Ação 0509 do Programa 2080 do Anexo VIII - Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica - Iniciativa apoiada (unidade) 2.000	105	277	0	0	0	382	382	36	31	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.124	Ação 15R4 do Programa 2080 do Anexo VIII - Apoio à Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - Projeto apoiado (unidade) 8	105	277	0	0	0	382	382	36	31	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.125	Ação 20RG do Programa 2080 do Anexo VIII - Reestruturação e Modernização de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - Projeto viabilizado (unidade) 20	105	277	0	0	0	382	382	36	31	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.126	Ação 20RP do Programa 2080 do Anexo VIII - Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - Projeto apoiado (unidade) 101	105	277	0	0	0	382	382	35	32	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.127	Ação 20RX do Programa 2080 do Anexo VIII - Reestruturação e Modernização dos Hospitais Universitários Federais - Unidade apoiada (unidade) 1	104	278	0	0	0	382	382	34	33	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.128	Ação 214V do Programa 2080 do Anexo VIII - Apoio à Alfabetização, à Educação de Jovens e Adultos e a Programas de Elevação de Escolaridade, Com Qualificação Profissional e Participação Cidadã - Pessoa beneficiada (unidade) 1.000	105	277	0	0	0	382	382	36	31	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.129	Ação 4002 do Programa 2080 do Anexo VIII - Assistência ao Estudante de Ensino Superior - Estudante assistido (unidade) 100	105	277	0	0	0	382	382	36	31	0	0	0	67	67	Mantido

22/31



Congresso Nacional
56ª Legislatura - 1ª Sessão Legislativa Ordinária
Sessão Conjunta nº 28 de 27/11/2019 às 10:00h
Apuração em 27/11/2019 às 13:32h

Veto Parcial nº 43, de 2019																
Descrição		Câmara dos Deputados							Senado Federal							Resultado
		Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum	Total	Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum	Total	
		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)		
43.19.130	Ação 7XH5 do Programa 2080 do Anexo VIII - Implantação do Hospital da Mulher na Universidade Federal do Rio Grande do Norte - Obra apoiada (unidade) 10	106	276	0	0	0	382	382	35	32	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.131	Ação 00R2 do Programa 2081 do Anexo VIII - Aparelhamento e Aprimoramento de Instituições de Segurança Pública - Projeto apoiado (unidade) 80	104	278	0	0	0	382	382	36	31	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.132	Ação 2D58 do Programa 2081 do Anexo VIII - Controle Interno, Prevenção à Corrupção, Ouvidoria e Correição - Ação realizada (unidade) 100	105	277	0	0	0	382	382	37	30	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.133	Ação 20ID do Programa 2081 do Anexo VIII - Apoio à Modernização das Instituições de Segurança Pública - Projeto apoiado (unidade) 100	102	280	0	0	0	382	382	36	31	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.134	Ação 2334 do Programa 2081 do Anexo VIII - Proteção e Defesa do Consumidor - Ação implementada (unidade) 301	105	277	0	0	0	382	382	37	30	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.135	Ação 2726 do Programa 2081 do Anexo VIII - Prevenção e Repressão ao Tráfico Ilícito de Drogas e a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União - Operação realizada (unidade) 2.065	102	280	0	0	0	382	382	35	32	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.136	Ação 2807 do Programa 2081 do Anexo VIII - Promoção e Defesa da Concorrência - Processo concluído (unidade) 2	105	277	0	0	0	382	382	37	30	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.137	Ação 7XG9 do Programa 2081 do Anexo VIII - Estruturação do Serviço de Policiamento de Hidrovias - Serviço estruturado (unidade) 1	105	277	0	0	0	382	382	35	32	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.138	Ação 7XH4 do Programa 2081 do Anexo VIII - Construção de Unidade Prisional Federal no Município de Rio Preto da Eva - Unidade construída (unidade) 1	107	275	0	0	0	382	382	37	30	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.139	Ação 8855 do Programa 2081 do Anexo VIII - Fortalecimento e Modernização das Instituições de Segurança Pública - Projeto apoiado (unidade) 50	103	279	0	0	0	382	382	35	32	0	0	0	67	67	Mantido



Congresso Nacional
56ª Legislatura - 1ª Sessão Legislativa Ordinária
Sessão Conjunta nº 28 de 27/11/2019 às 10:00h
Apuração em 27/11/2019 às 13:32h

Veto Parcial nº 43, de 2019																
Descrição		Câmara dos Deputados							Senado Federal							Resultado
		Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum	Total	Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum	Total	
		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)		
43.19.140	Ação 8858 do Programa 2081 do Anexo VIII - Valorização de Profissionais e Operadores de Segurança Pública - Capacitação realizada (unidade) 9.500	103	279	0	0	0	382	382	36	31	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.141	Ação 20W6 do Programa 2083 do Anexo VIII - Apoio à Implementação de Instrumentos Estruturantes da Política Nacional de Resíduos Sólidos - Política implementada (unidade) 10	106	276	0	0	0	382	382	37	30	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.142	Ação 10DC do Programa 2084 do Anexo VIII - Construção da Barragem Oitica no Estado do Rio Grande do Norte - Obra executada (% de execução) 5	107	275	0	0	0	382	382	37	30	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.143	Ação 109H do Programa 2084 do Anexo VIII - Construção de Barragens - Obra executada (unidade) 5	106	276	0	0	0	382	382	37	30	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.144	Ação 109J do Programa 2084 do Anexo VIII - Construção de Adutoras - Obra executada (unidade) 2	106	276	0	0	0	382	382	37	30	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.145	Ação 14VI do Programa 2084 do Anexo VIII - Implantação de Infraestruturas Hídricas para Oferta de Água - Obra executada (unidade) 10	106	276	0	0	0	382	382	35	32	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.146	Ação 15DX do Programa 2084 do Anexo VIII - Construção do Sistema Adutor Ramal do Piancó na Região Nordeste - Canal construído (% de execução) 1	107	275	0	0	0	382	382	37	30	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.147	Ação 15E7 do Programa 2084 do Anexo VIII - Revitalização de Bacias Hidrográficas na Área de Atuação da Codevasf - Empreendimento concluído (unidade) 2	106	276	0	0	0	382	382	36	31	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.148	Ação 3715 do Programa 2084 do Anexo VIII - Construção da Barragem Berizal no Rio Pardo no Estado de Minas Gerais - Barragem construída (% de execução física) 100	106	276	0	0	0	382	382	37	30	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.149	Ação 7L29 do Programa 2084 do Anexo VIII - Integração das Bacias Hidrográficas do Estado Ceará - Cinturão das Águas do Ceará - Trecho 1 com 149,82 km - Obra executada (% de execução) 2	106	276	0	0	0	382	382	35	32	0	0	0	67	67	Mantido

24/31



Congresso Nacional
56ª Legislatura - 1ª Sessão Legislativa Ordinária
Sessão Conjunta nº 28 de 27/11/2019 às 10:00h
Apuração em 27/11/2019 às 13:32h

Veto Parcial nº 43, de 2019																
Descrição		Câmara dos Deputados							Senado Federal							Resultado
		Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum	Total	Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum	Total	
		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)		
43.19.150	Ação 7XH0 do Programa 2084 do Anexo VIII - Construção do Canal do Sertão Baiano - Obra executada (% de execução física) 10	107	275	0	0	0	382	382	37	30	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.151	Ação 7XH1 do Programa 2084 do Anexo VIII - Construção do Sistema Adutor na Região do Seridó (Projeto Seridó) - Obra executada (% de execução física) 20	107	275	0	0	0	382	382	36	31	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.152	Ação 7XH3 do Programa 2084 do Anexo VIII - Implantação da 2ª Etapa da Adutora do Pajeú - no Estado de Pernambuco - Adutora implantada (% de execução física) 100	107	275	0	0	0	382	382	37	30	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.153	Ação 127G do Programa 2086 do Anexo VIII - Construção de Terminais Fluviais na Região Norte - Obra executada (% de execução física) 5	106	276	0	0	0	382	382	37	30	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.154	Ação 7XF6 do Programa 2086 do Anexo VIII - Dragagem para Adequação da Navegabilidade no Porto de Cabedelo-PB - Porto adequado (unidade) 1	107	275	0	0	0	382	382	37	30	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.155	Ação 7XG5 do Programa 2086 do Anexo VIII - Apoio à Implantação de Melhoramentos no Canal de Navegação do Rio Taquari - No Estado de Mato Grosso do Sul - Hidrovia melhorada (% de execução física) 50	107	275	0	0	0	382	382	37	30	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.156	Ação 10JQ do Programa 2087 do Anexo VIII - Adequação de Trecho Rodoviário - São Francisco do Sul - Jaraguá do Sul - na BR-280/SC - Trecho adequado (km) 4	103	279	0	0	0	382	382	37	30	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.157	Ação 11ZK do Programa 2087 do Anexo VIII - Adequação de Travessia Urbana em Tianguá - na BR-222/CE - Trecho adequado (km) 7	107	275	0	0	0	382	382	35	32	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.158	Ação 13YK do Programa 2087 do Anexo VIII - Construção de Trecho Rodoviário - Laranjal do Jari - Entroncamento BR-210/AP-030 - na BR-156/AP - Trecho construído (km) 90	107	275	0	0	0	382	382	36	31	0	0	0	67	67	Mantido



Congresso Nacional
56ª Legislatura - 1ª Sessão Legislativa Ordinária
Sessão Conjunta nº 28 de 27/11/2019 às 10:00h
Apuração em 27/11/2019 às 13:32h

Veto Parcial nº 43, de 2019																
Descrição		Câmara dos Deputados							Senado Federal							Resultado
		Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum	Total	Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum	Total	
		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)		
43.19.159	Ação 14X0 do Programa 2087 do Anexo VIII - Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-232 (São Caetano) - Entroncamento BR-424/PE-218 (Garanhuns) - na BR-423/PE - Trecho adequado (km) 4	107	275	0	0	0	382	382	37	30	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.160	Ação 1418 do Programa 2087 do Anexo VIII - Construção de Trecho Rodoviário - Ferreira Gomes - Olapoque (Fronteira com a Guiana Francesa) - na BR-156/AP - Trecho construído (km) 167	107	275	0	0	0	382	382	36	31	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.161	Ação 20VK do Programa 2087 do Anexo VIII - Manutenção de Trechos Rodoviários na Região Norte - Trecho mantido (km) 500	106	276	0	0	0	382	382	37	30	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.162	Ação 20VL do Programa 2087 do Anexo VIII - Manutenção de Trechos Rodoviários na Região Sudeste - Trecho mantido (km) 200	106	276	0	0	0	382	382	36	31	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.163	Ação 7N22 do Programa 2087 do Anexo VIII - Construção de Trecho Rodoviário - Divisa BA/PI - Divisa PI/MA - na BR-235/PI - Trecho construído (km) 151	107	275	0	0	0	382	382	37	30	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.164	Ação 7S26 do Programa 2087 do Anexo VIII - Construção de Trecho Ferroviário - Trecho Maracaju (MS) - Cascavel (PR) - na EF-484 (Ferroeste) - Trecho construído (km) 100	107	275	0	0	0	382	382	37	30	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.165	Ação 7S57 do Programa 2087 do Anexo VIII - Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-163 (Rio Verde de Mato Grosso) - Entroncamento BR-262 (Aquidauana) - na BR-419/MS - Trecho construído (km) 104	107	275	0	0	0	382	382	37	30	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.166	Ação 7S59 do Programa 2087 do Anexo VIII - Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-364 - Entroncamento BR-365 - na BR-154/MG - Trecho construído (km) 1	106	276	0	0	0	382	382	37	30	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.167	Ação 7S75 do Programa 2087 do Anexo VIII - Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-226 - Entroncamento BR-101 (Reta Tabajara) - na BR-304/RN - Trecho adequado (km) 5	107	275	0	0	0	382	382	36	31	0	0	0	67	67	Mantido



Congresso Nacional
56ª Legislatura - 1ª Sessão Legislativa Ordinária
Sessão Conjunta nº 28 de 27/11/2019 às 10:00h
Apuração em 27/11/2019 às 13:32h

Veto Parcial nº 43, de 2019																
Descrição		Câmara dos Deputados							Senado Federal							Resultado
		Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum	Total	Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum	Total	
		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)		
43.19.168	Ação 7V25 do Programa 2087 do Anexo VIII - Construção de Contorno Rodoviário - Maringá - Paçandu - Sarandi - Marialva - na BR-376/PR - Contorno construído (km) 4	107	275	0	0	0	382	382	37	30	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.169	Ação 7V58 do Programa 2087 do Anexo VIII - Construção de Ponte sobre o Rio Juruá com Acesso à Rodrigues Alves - na BR-364/AC - Obra executada (% de execução física) 5	106	276	0	0	0	382	382	36	31	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.170	Ação 7V83 do Programa 2087 do Anexo VIII - Construção de Trecho Rodoviário - Bonfim - Normandia - na BR-401/RR - Trecho construído (km) 5	107	275	0	0	0	382	382	37	30	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.171	Ação 7V99 do Programa 2087 do Anexo VIII - Construção de Trecho Rodoviário - Vilhena - Porto Velho - na BR-364/RO - Trecho adequado (km) 4	107	275	0	0	0	382	382	37	30	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.172	Ação 7W95 do Programa 2087 do Anexo VIII - Adequação de Trecho Rodoviário - Teresina - Parnaíba - Na BR-343 - No Estado do Piauí - Trecho adequado (km) 5	107	275	0	0	0	382	382	37	30	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.173	Ação 7XA3 do Programa 2087 do Anexo VIII - Adequação de Trecho Rodoviário - Vilhena - Porto Velho - na BR-364/RO - Trecho adequado (km) 4	107	275	0	0	0	382	382	37	30	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.174	Ação 7XB4 do Programa 2087 do Anexo VIII - Manutenção de Trecho Rodoviário - Entroncamento AC-339 (Sena Madureira) - Entroncamento AC-186 (Bom Futuro/Rio Liberdade) - na BR-364/AC - Trecho mantido (km) 20	107	275	0	0	0	382	382	37	30	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.175	Ação 7XF4 do Programa 2087 do Anexo VIII - Manutenção de Trechos Rodoviários no Estado da Bahia - Trecho mantido (km) 40	107	275	0	0	0	382	382	37	30	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.176	Ação 7XF5 do Programa 2087 do Anexo VIII - Duplicação de Trecho Rodoviário - Entr BR-412 - Entr PB-393 (Cajazeiras) - na BR-230 - No Estado da Paraíba - Trecho duplicado (km) 4	107	275	0	0	0	382	382	37	30	0	0	0	67	67	Mantido

27/31



Congresso Nacional
56ª Legislatura - 1ª Sessão Legislativa Ordinária
Sessão Conjunta nº 28 de 27/11/2019 às 10:00h
Apuração em 27/11/2019 às 13:32h

Veto Parcial nº 43, de 2019																
Descrição		Câmara dos Deputados							Senado Federal							Resultado
		Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum	Total	Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum	Total	
		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)		
43.19.177	Ação 7XF7 do Programa 2087 do Anexo VIII - Duplicação de Trecho Rodoviário - Patos de Minas - Patrocínio - Uberlândia - (Km 407 ao Km 607) - na BR-365/MG - Trecho adequado (km) 200	106	276	0	0	0	382	382	37	30	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.178	Ação 7XF8 do Programa 2087 do Anexo VIII - Duplicação da Ponte São Raimundo sobre o Rio Doce - Governador Valadares - Na BR- 116/MG - No Estado de Minas Gerais - Trecho duplicado (km) 200	107	275	0	0	0	382	382	37	30	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.179	Ação 7XF9 do Programa 2087 do Anexo VIII - Duplicação da BR 101/Sergipe - Trecho duplicado (km) 4	107	275	0	0	0	382	382	37	30	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.180	Ação 7XG0 do Programa 2087 do Anexo VIII - Duplicação da BR 235/Sergipe - Trecho duplicado (km) 5	107	275	0	0	0	382	382	37	30	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.181	Ação 7XG1 do Programa 2087 do Anexo VIII - Construção de Trecho Rodoviário - Porto Grande (AP) - Pedra Branca do Amapari (AP) - Serra do Navio (AP) - Na BR-210 - Trecho construído (km) 5	107	275	0	0	0	382	382	36	31	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.182	Ação 7XG2 do Programa 2087 do Anexo VIII - Adequação de Trecho Rodoviário - Pacajus - Entroncamento BR-304 - na BR-116 - Trecho adequado (km) 4	107	275	0	0	0	382	382	35	32	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.183	Ação 7XG3 do Programa 2087 do Anexo VIII - Adequação de Trecho Rodoviário - Caucaia - Divisa CE/PI - na BR- 020 - Trecho adequado (km) 4	107	275	0	0	0	382	382	35	32	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.184	Ação 7XG4 do Programa 2087 do Anexo VIII - Duplicação e Recuperação de Trechos Rodoviários no Estado do Maranhão - Trecho adequado (km) 5	107	275	0	0	0	382	382	37	30	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.185	Ação 7XG6 do Programa 2087 do Anexo VIII - Adequação de Trecho Rodoviário - Bataguassu - Porto Murtinho - Na BR 267 (Rota Bioceânica) - No Estado de Mato Grosso do Sul - Trecho adequado (km) 4	107	275	0	0	0	382	382	37	30	0	0	0	67	67	Mantido



Congresso Nacional
56ª Legislatura - 1ª Sessão Legislativa Ordinária
Sessão Conjunta nº 28 de 27/11/2019 às 10:00h
Apuração em 27/11/2019 às 13:32h

Veto Parcial nº 43, de 2019																
Descrição		Câmara dos Deputados							Senado Federal							Resultado
		Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum	Total	Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum	Total	
		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)		
43.19.186	Ação 7XG7 do Programa 2087 do Anexo VIII - Construção de Trecho Ferroviário de Curitiba até o Porto de Paranaguá e Antonina no Estado do Paraná - Trecho construído (km) 5	107	275	0	0	0	382	382	37	30	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.187	Ação 7XG8 do Programa 2087 do Anexo VIII - Construção de Rodovias no Estado do Paraná - Trecho construído (km) 4	107	275	0	0	0	382	382	37	30	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.188	Ação 7XH2 do Programa 2087 do Anexo VIII - Construção de Trecho Rodoviário - na BR-156 - Trecho Sul no Estado do Amapá - Trecho construído (km) 4	107	275	0	0	0	382	382	36	31	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.189	Ação 7XH6 do Programa 2087 do Anexo VIII - Duplicação da BR-259/MG - Trecho Anel Rodoviário Governador Valadares - BR-116/MG - no Estado de Minas Gerais - Trecho duplicado (km) 4	106	276	0	0	0	382	382	37	30	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.190	Ação 7XH7 do Programa 2087 do Anexo VIII - Duplicação da BR-304 Natal/Mossoró - Trecho duplicado (km) 219	107	275	0	0	0	382	382	36	31	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.191	Ação 7XH8 do Programa 2087 do Anexo VIII - Construção de Trecho Rodoviário - Divisa PI/CE - na BR 404 - Poranga-CE - Trecho construído (km) 35	107	275	0	0	0	382	382	35	32	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.192	Ação 7XH9 do Programa 2087 do Anexo VIII - Construção do Contorno Rodoviário no Município Manhuaçu na BR 262 - Estado de Minas Gerais - Contorno construído (km) 11	107	275	0	0	0	382	382	37	30	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.193	Ação 7XI0 do Programa 2087 do Anexo VIII - Duplicação do Trecho Açailândia/Estreito na BR-010 - Trecho duplicado (km) 192	107	275	0	0	0	382	382	37	30	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.194	Ação 7XI1 do Programa 2087 do Anexo VIII - Duplicação do Trecho Urbano com contorno Rodoviário em Santa Inês na BR 316 - Trecho duplicado (km) 20	107	275	0	0	0	382	382	37	30	0	0	0	67	67	Mantido



Congresso Nacional
56ª Legislatura - 1ª Sessão Legislativa Ordinária
Sessão Conjunta nº 28 de 27/11/2019 às 10:00h
Apuração em 27/11/2019 às 13:32h

Veto Parcial nº 43, de 2019																
Descrição		Câmara dos Deputados							Senado Federal							Resultado
		Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum	Total	Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum	Total	
		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)		
43.19.195	Ação 7X12 do Programa 2087 do Anexo VIII - Duplicação dos Trechos Entroncamento Itapecuru Mirim/Chapadinha e Miranda do Norte/Santa Inês na BR-222 - Trecho duplicado (km) 254	106	276	0	0	0	382	382	37	30	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.196	Ação 7X13 do Programa 2087 do Anexo VIII - Construção da Ferrovia Alto Parnaíba/Balsas - Trecho construído (km) 250	107	275	0	0	0	382	382	37	30	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.197	Ação 7X14 do Programa 2087 do Anexo VIII - Construção e Aparelhamento de Aeroporto Alto Jequitibá no Estado de Minas Gerais - Aeroporto construído (unidade) 1	107	275	0	0	0	382	382	37	30	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.198	Ação 7X15 do Programa 2087 do Anexo VIII - Duplicação de Trecho Rodoviário - KM 5 - KM 12 - na BR-262/MS - Trecho duplicado (km) 7	107	275	0	0	0	382	382	37	30	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.199	Ação 7X67 do Programa 2087 do Anexo VIII - Construção de Trecho Rodoviário - Divisa MA/TO - Entroncamento TO-010 (Pedro Afonso) - na BR-235/TO - Trecho construído (km) 56	107	275	0	0	0	382	382	37	30	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.200	Ação 7X75 do Programa 2087 do Anexo VIII - Adequação de Trecho Rodoviário - Fim das obras de duplicação - Demerval Lobão - na BR-316/PI - Trecho adequado (km) 5	107	275	0	0	0	382	382	37	30	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.201	Ação 7X98 do Programa 2087 do Anexo VIII - Adequação de Trecho Rodoviário - Palhoça - São Miguel do Oeste - na BR-282/SC - Trecho adequado (km) 4	103	279	0	0	0	382	382	37	30	0	0	0	67	67	Mantido
43.19.202	Ação 7530 do Programa 2087 do Anexo VIII - Adequação de Trecho Rodoviário - Navegantes - Rio do Sul - na BR-470/SC - Trecho adequado (km) 5	103	279	0	0	0	382	382	37	30	0	0	0	67	67	Mantido



Congresso Nacional
56ª Legislatura - 1ª Sessão Legislativa Ordinária
Sessão Conjunta nº 28 de 27/11/2019 às 10:00h
Apuração em 27/11/2019 às 13:32h

Item 44.19

Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 2017 (nº 3.820/2019, na Casa de origem), que "Dispõe sobre a política de desenvolvimento e apoio às atividades das mulheres marisqueiras".

Veto Parcial nº 44, de 2019																	
Descrição		Câmara dos Deputados							Senado Federal							Resultado	
		Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum	Total	Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum	Total		
		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)			
44.19.001	art. 4º	Destacado															





Sessão Conjunta
Em 27 de novembro de 2019, às 10h

Voto de Vetos Presidenciais

[Assinatura]
Assinatura do Parlamentar

34.19	S	35.19	-	35.19.001	S	35.19.002	N	35.19.003	N	35.19.004	N	35.19.005	N	35.19.006	N	35.19.007	N
35.19.008	N	35.19.009	N	35.19.010	N	35.19.011	N	35.19.012	N	35.19.013	N	35.19.014	N	35.19.015	N	35.19.016	N
35.19.017	N	35.19.018	N	35.19.019	N	35.19.020	N	35.19.021	N	35.19.022	N	35.19.023	N	35.19.024	N	35.19.025	N
35.19.026	N	35.19.027	N	35.19.028	N	35.19.029	N	35.19.030	N	35.19.031	N	35.19.032	N	35.19.033	N	35.19.034	N
35.19.035	N	35.19.036	N	35.19.037	N	35.19.038	N	35.19.039	N	35.19.040	N	35.19.041	N	35.19.042	N	35.19.043	N
35.19.044	N	35.19.045	N	36.19	N	37.19	N	38.19	N	39.19	-	39.19.001	N	39.19.002	N	39.19.003	N
40.19	-	40.19.001	N	41.19	-	41.19.001	N	42.19	-	42.19.001	N	42.19.002	N	43.19	-	43.19.001	N
43.19.002	N	43.19.003	N	43.19.004	N	43.19.005	N	43.19.006	N	43.19.007	N	43.19.008	N	43.19.009	N	43.19.010	N
43.19.011	N	43.19.012	N	43.19.013	N	43.19.014	N	43.19.015	N	43.19.016	N	43.19.017	N	43.19.018	N	43.19.019	N
43.19.020	N	43.19.021	N	43.19.022	N	43.19.023	N	43.19.024	N	43.19.025	N	43.19.026	N	43.19.027	N	43.19.028	N
43.19.029	N	43.19.030	N	43.19.031	N	43.19.032	N	43.19.033	N	43.19.034	N	43.19.035	N	43.19.036	N	43.19.037	N
43.19.038	N	43.19.039	N	43.19.040	N	43.19.041	N	43.19.042	N	43.19.043	N	43.19.044	N	43.19.045	N	43.19.046	N
43.19.047	N	43.19.048	N	43.19.049	N	43.19.050	N	43.19.051	N	43.19.052	N	43.19.053	N	43.19.054	N	43.19.055	N
43.19.056	N	43.19.057	N	43.19.058	N	43.19.059	N	43.19.060	N	43.19.061	N	43.19.062	N	43.19.063	N	43.19.064	N
43.19.065	N	43.19.066	N	43.19.067	N	43.19.068	N	43.19.069	N	43.19.070	N	43.19.071	N	43.19.072	N	43.19.073	N
43.19.074	N	43.19.075	N	43.19.076	N	43.19.077	N	43.19.078	N	43.19.079	N	43.19.080	N	43.19.081	N	43.19.082	N
43.19.083	N	43.19.084	N	43.19.085	N	43.19.086	N	43.19.087	N	43.19.088	N	43.19.089	N	43.19.090	N	43.19.091	N
43.19.092	N	43.19.093	N	43.19.094	N	43.19.095	N	43.19.096	N	43.19.097	N	43.19.098	N	43.19.099	N	43.19.100	N
43.19.101	N	43.19.102	N	43.19.103	N	43.19.104	N	43.19.105	N	43.19.106	N	43.19.107	N	43.19.108	N	43.19.109	N
43.19.110	N	43.19.111	N	43.19.112	N	43.19.113	N	43.19.114	N	43.19.115	N	43.19.116	N	43.19.117	N	43.19.118	N
43.19.119	N	43.19.120	N	43.19.121	N	43.19.122	N	43.19.123	N	43.19.124	N	43.19.125	N	43.19.126	N	43.19.127	N
43.19.128	N	43.19.129	N	43.19.130	N	43.19.131	N	43.19.132	N	43.19.133	N	43.19.134	N	43.19.135	N	43.19.136	N
43.19.137	N	43.19.138	N	43.19.139	N	43.19.140	N	43.19.141	N	43.19.142	N	43.19.143	N	43.19.144	N	43.19.145	N
43.19.146	N	43.19.147	N	43.19.148	N	43.19.149	N	43.19.150	N	43.19.151	N	43.19.152	N	43.19.153	N	43.19.154	N
43.19.155	N	43.19.156	N	43.19.157	N	43.19.158	N	43.19.159	N	43.19.160	N	43.19.161	N	43.19.162	N	43.19.163	N
43.19.164	N	43.19.165	N	43.19.166	N	43.19.167	N	43.19.168	N	43.19.169	N	43.19.170	N	43.19.171	N	43.19.172	N
43.19.173	N	43.19.174	N	43.19.175	N	43.19.176	N	43.19.177	N	43.19.178	N	43.19.179	N	43.19.180	N	43.19.181	N
43.19.182	N	43.19.183	N	43.19.184	N	43.19.185	N	43.19.186	N	43.19.187	N	43.19.188	N	43.19.189	N	43.19.190	N
43.19.191	N	43.19.192	N	43.19.193	N	43.19.194	N	43.19.195	N	43.19.196	N	43.19.197	N	43.19.198	N	43.19.199	N
43.19.200	N	43.19.201	N	43.19.202	N	44.19	-	44.19.001	S								

Cédula Nº 411 v.3 - 27/11/2019 09:32:29 142a8df1b0856f2822621d96467d9a29a160214b

TOTAL DE VOTOS									
Sim	3	Não	256	Abstenção	0	Branco	0	Total	259



80956za7SOBU

Este documento representa a sua intenção de voto e deve ser levado para votação em plenário.

1/1





Sessão Conjunta nº 28
Em 27 de novembro de 2019, às 10h

Voto de Vetos Presidenciais


Assinatura do Parlamentar

34.19	N	35.19	-	35.19.001	N	35.19.002	S	35.19.003	N	35.19.004	N	35.19.005	N	35.19.006	N	35.19.007	N
35.19.008	N	35.19.009	N	35.19.010	N	35.19.011	N	35.19.012	N	35.19.013	N	35.19.014	N	35.19.015	N	35.19.016	N
35.19.017	N	35.19.018	N	35.19.019	N	35.19.020	N	35.19.021	N	35.19.022	N	35.19.023	N	35.19.024	N	35.19.025	N
35.19.026	N	35.19.027	N	35.19.028	N	35.19.029	N	35.19.030	N	35.19.031	N	35.19.032	N	35.19.033	N	35.19.034	N
35.19.035	N	35.19.036	N	35.19.037	N	35.19.038	N	35.19.039	N	35.19.040	N	35.19.041	N	35.19.042	N	35.19.043	N
35.19.044	N	35.19.045	N	36.19	N	37.19	N	38.19	N	39.19	-	39.19.001	N	39.19.002	N	39.19.003	N
40.19	-	40.19.001	N	41.19	-	41.19.001	N	42.19	-	42.19.001	S	42.19.002	S	43.19	-	43.19.001	N
43.19.002	N	43.19.003	S	43.19.004	S	43.19.005	S	43.19.006	S	43.19.007	S	43.19.008	S	43.19.009	S	43.19.010	S
43.19.011	S	43.19.012	S	43.19.013	S	43.19.014	S	43.19.015	S	43.19.016	S	43.19.017	S	43.19.018	S	43.19.019	S
43.19.020	S	43.19.021	S	43.19.022	S	43.19.023	S	43.19.024	S	43.19.025	S	43.19.026	S	43.19.027	S	43.19.028	S
43.19.029	S	43.19.030	S	43.19.031	S	43.19.032	S	43.19.033	S	43.19.034	S	43.19.035	S	43.19.036	S	43.19.037	S
43.19.038	S	43.19.039	S	43.19.040	S	43.19.041	S	43.19.042	S	43.19.043	S	43.19.044	S	43.19.045	S	43.19.046	S
43.19.047	S	43.19.048	S	43.19.049	S	43.19.050	S	43.19.051	S	43.19.052	S	43.19.053	S	43.19.054	S	43.19.055	S
43.19.056	S	43.19.057	S	43.19.058	S	43.19.059	S	43.19.060	S	43.19.061	S	43.19.062	S	43.19.063	S	43.19.064	S
43.19.065	S	43.19.066	S	43.19.067	S	43.19.068	S	43.19.069	S	43.19.070	S	43.19.071	S	43.19.072	S	43.19.073	S
43.19.074	S	43.19.075	S	43.19.076	S	43.19.077	S	43.19.078	S	43.19.079	S	43.19.080	S	43.19.081	S	43.19.082	S
43.19.083	S	43.19.084	S	43.19.085	S	43.19.086	S	43.19.087	S	43.19.088	S	43.19.089	S	43.19.090	S	43.19.091	S
43.19.092	S	43.19.093	S	43.19.094	S	43.19.095	S	43.19.096	S	43.19.097	S	43.19.098	S	43.19.099	S	43.19.100	S
43.19.101	S	43.19.102	S	43.19.103	S	43.19.104	S	43.19.105	S	43.19.106	S	43.19.107	S	43.19.108	S	43.19.109	S
43.19.110	S	43.19.111	S	43.19.112	S	43.19.113	S	43.19.114	S	43.19.115	S	43.19.116	S	43.19.117	S	43.19.118	S
43.19.119	S	43.19.120	S	43.19.121	S	43.19.122	S	43.19.123	S	43.19.124	S	43.19.125	S	43.19.126	S	43.19.127	S
43.19.128	S	43.19.129	S	43.19.130	S	43.19.131	S	43.19.132	S	43.19.133	S	43.19.134	S	43.19.135	S	43.19.136	S
43.19.137	S	43.19.138	S	43.19.139	S	43.19.140	S	43.19.141	S	43.19.142	S	43.19.143	S	43.19.144	S	43.19.145	S
43.19.146	S	43.19.147	S	43.19.148	S	43.19.149	S	43.19.150	S	43.19.151	S	43.19.152	S	43.19.153	S	43.19.154	S
43.19.155	S	43.19.156	S	43.19.157	S	43.19.158	S	43.19.159	S	43.19.160	S	43.19.161	S	43.19.162	S	43.19.163	S
43.19.164	S	43.19.165	S	43.19.166	S	43.19.167	S	43.19.168	S	43.19.169	S	43.19.170	S	43.19.171	S	43.19.172	S
43.19.173	S	43.19.174	S	43.19.175	S	43.19.176	S	43.19.177	S	43.19.178	S	43.19.179	S	43.19.180	S	43.19.181	S
43.19.182	S	43.19.183	S	43.19.184	S	43.19.185	S	43.19.186	S	43.19.187	S	43.19.188	S	43.19.189	S	43.19.190	S
43.19.191	S	43.19.192	S	43.19.193	S	43.19.194	S	43.19.195	S	43.19.196	S	43.19.197	S	43.19.198	S	43.19.199	S
43.19.200	S	43.19.201	S	43.19.202	S	44.19	-	44.19.001	N								

f36f96865cc52b4b5df4695d08263dffe2ba3119

Cédula Nº 411 v.3 - 27/11/2019 10:41:41

TOTAL DE VOTOS							
Sim	203	Não	56	Abstenção	0	Branco	0
Total				259			



Aluisio Mendes



CD015716



8182gSbABcK5

Este documento representa a sua intenção de voto e deve ser levado para votação em plenário.

1/1





Congresso Nacional

Sessão Conjunta

Em 27 de novembro de 2019, às 10h

Voto de Vetos Presidenciais

Assinatura do Parlamentar

34.19	S	35.19	-	35.19.001	S	35.19.002	N	35.19.003	N	35.19.004	N	35.19.005	N	35.19.006	N	35.19.007	N
35.19.008	N	35.19.009	N	35.19.010	N	35.19.011	N	35.19.012	N	35.19.013	N	35.19.014	N	35.19.015	N	35.19.016	N
35.19.017	N	35.19.018	N	35.19.019	N	35.19.020	N	35.19.021	N	35.19.022	N	35.19.023	N	35.19.024	N	35.19.025	N
35.19.026	N	35.19.027	N	35.19.028	N	35.19.029	N	35.19.030	N	35.19.031	N	35.19.032	N	35.19.033	N	35.19.034	N
35.19.035	N	35.19.036	N	35.19.037	N	35.19.038	N	35.19.039	N	35.19.040	N	35.19.041	N	35.19.042	N	35.19.043	N
35.19.044	N	35.19.045	N	36.19	N	37.19	N	38.19	N	39.19	-	39.19.001	N	39.19.002	N	39.19.003	N
40.19	-	40.19.001	N	41.19	-	41.19.001	N	42.19	-	42.19.001	N	42.19.002	N	43.19	-	43.19.001	N
43.19.002	N	43.19.003	N	43.19.004	N	43.19.005	N	43.19.006	N	43.19.007	N	43.19.008	N	43.19.009	N	43.19.010	N
43.19.011	N	43.19.012	N	43.19.013	N	43.19.014	N	43.19.015	N	43.19.016	N	43.19.017	N	43.19.018	N	43.19.019	N
43.19.020	N	43.19.021	N	43.19.022	N	43.19.023	N	43.19.024	N	43.19.025	N	43.19.026	N	43.19.027	N	43.19.028	N
43.19.029	N	43.19.030	N	43.19.031	N	43.19.032	N	43.19.033	N	43.19.034	N	43.19.035	N	43.19.036	N	43.19.037	N
43.19.038	N	43.19.039	N	43.19.040	N	43.19.041	N	43.19.042	N	43.19.043	N	43.19.044	N	43.19.045	N	43.19.046	N
43.19.047	N	43.19.048	N	43.19.049	N	43.19.050	N	43.19.051	N	43.19.052	N	43.19.053	N	43.19.054	N	43.19.055	N
43.19.056	N	43.19.057	N	43.19.058	N	43.19.059	N	43.19.060	N	43.19.061	N	43.19.062	N	43.19.063	N	43.19.064	N
43.19.065	N	43.19.066	N	43.19.067	N	43.19.068	N	43.19.069	N	43.19.070	N	43.19.071	N	43.19.072	N	43.19.073	N
43.19.074	N	43.19.075	N	43.19.076	N	43.19.077	N	43.19.078	N	43.19.079	N	43.19.080	N	43.19.081	N	43.19.082	N
43.19.083	N	43.19.084	N	43.19.085	N	43.19.086	N	43.19.087	N	43.19.088	N	43.19.089	N	43.19.090	N	43.19.091	N
43.19.092	N	43.19.093	N	43.19.094	N	43.19.095	N	43.19.096	N	43.19.097	N	43.19.098	N	43.19.099	N	43.19.100	N
43.19.101	N	43.19.102	N	43.19.103	N	43.19.104	N	43.19.105	N	43.19.106	N	43.19.107	N	43.19.108	N	43.19.109	N
43.19.110	N	43.19.111	N	43.19.112	N	43.19.113	N	43.19.114	N	43.19.115	N	43.19.116	N	43.19.117	N	43.19.118	N
43.19.119	N	43.19.120	N	43.19.121	N	43.19.122	N	43.19.123	N	43.19.124	N	43.19.125	N	43.19.126	N	43.19.127	N
43.19.128	N	43.19.129	N	43.19.130	N	43.19.131	N	43.19.132	N	43.19.133	N	43.19.134	N	43.19.135	N	43.19.136	N
43.19.137	N	43.19.138	N	43.19.139	N	43.19.140	N	43.19.141	N	43.19.142	N	43.19.143	N	43.19.144	N	43.19.145	N
43.19.146	N	43.19.147	N	43.19.148	N	43.19.149	N	43.19.150	N	43.19.151	N	43.19.152	N	43.19.153	N	43.19.154	N
43.19.155	N	43.19.156	N	43.19.157	N	43.19.158	N	43.19.159	N	43.19.160	N	43.19.161	N	43.19.162	N	43.19.163	N
43.19.164	N	43.19.165	N	43.19.166	N	43.19.167	N	43.19.168	N	43.19.169	N	43.19.170	N	43.19.171	N	43.19.172	N
43.19.173	N	43.19.174	N	43.19.175	N	43.19.176	N	43.19.177	N	43.19.178	N	43.19.179	N	43.19.180	N	43.19.181	N
43.19.182	N	43.19.183	N	43.19.184	N	43.19.185	N	43.19.186	N	43.19.187	N	43.19.188	N	43.19.189	N	43.19.190	N
43.19.191	N	43.19.192	N	43.19.193	N	43.19.194	N	43.19.195	N	43.19.196	N	43.19.197	N	43.19.198	N	43.19.199	N
43.19.200	N	43.19.201	N	43.19.202	N	44.19	-	44.19.001	S								

fd23adaf55b515b211b6577e3df6df63bb3be5f

Cédula Nº 411 v.3 - 27/11/2019 10:41:40

TOTAL DE VOTOS							
Sim	3	Não	256	Abstenção	0	Branco	0
Total		259					



Francisco Jr.



CD036101



8181q8hS7mi8

Este documento representa a sua intenção de voto e deve ser levado para votação em plenário.

1/1



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

EXPEDIENTE

Adoção de Medida Provisória



O Senhor Presidente da República adotou, em 19 de novembro de 2019, e publicou, no Diário Oficial da União de 20 de novembro de 2019, a Medida Provisória nº 906, de 2019.

Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana.

Nos termos dos artigos 2º e 3º da Resolução nº 1 de 2002-CN e do art. 10-A do Regimento Comum, fica constituída, em 22 de novembro de 2019, a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria.

A composição da Comissão Mista está publicada na Ordem do Dia do Congresso Nacional e o calendário de tramitação da Medida Provisória, na página de tramitação da matéria.

Publicada em avulso eletrônico, a matéria vai à **Comissão Mista**, em cumprimento ao disposto no § 9º do art. 62 da Constituição Federal.

Será feita a comunicação à Câmara dos Deputados.



TITULARES	SUPLENTE
-----------	----------

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB/PP/REPUBLICANOS)

Eduardo Braga	1.
Marcio Bittar	2.
Daniella Ribeiro	3. Ciro Nogueira

Bloco PSDB/ PSL

Roberto Rocha	1. Izalci Lucas
Major Olímpio	1. Soraya Thronicke

Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT/CIDADANIA/PSB/REDE)

Weverton	1. Leila Barros
Randolfe Rodrigues	2. Eliziane Gama

PSD

Nelsinho Trad ¹	1. Angelo Coronel ¹
Sérgio Petecão ¹	2. Otto Alencar ¹

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT/PROS)

Humberto Costa	1. Rogério Carvalho
Telmário Mota	2. Zenaide Maia

Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM/PL/PSC)

Rodrigo Pacheco	1. Jorginho Mello
-----------------	--------------------------

PODEMOS

Alvaro Dias	2. Eduardo Girão
-------------	-------------------------



DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTE
-----------	----------

Bloco PP, MDB, PTB

Arthur Lira	1.
Baleia Rossi	2.

PT

Paulo Pimenta	1. Rui Falcão
---------------	---------------

PSL

Bia Kicis ²	1. Carlos Jordy ²
------------------------	------------------------------

PSD

André de Paula	1. Diego Andrade
----------------	------------------

PL

Bosco Costa ³	1.
--------------------------	----

PSB

Tadeu Alencar	1. Elias Vaz
---------------	--------------

REPUBLICANOS

Jhonatan de Jesus	1. João Roma
-------------------	--------------

PSDB

Carlos Sampaio	1. Beto Pereira
----------------	-----------------

DEM

Elmar Nascimento	1. Efraim Filho
------------------	-----------------



PDT

Leônidas Cristino ⁴	1. Fábio Henrique ⁴
--------------------------------	--------------------------------

PODEMOS

José Nelto	1. Bacelar
------------	------------

PSOL*

Ivan Valente	1. Fernanda Melchionna
--------------	------------------------

* Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum.

1. Conforme Ofício nº 165/2019 da Liderança do PSD.
2. Conforme Ofício nº 441/2019 da Liderança do PSL.
3. Conforme Ofício nº 400/2019, da Liderança do PL.
4. Conforme Ofício nº 383/2019, da Liderança do PDT.

(É o seguinte o calendário:)

- Publicação no DOU: **20/11/2019**
- Designação da Comissão: **22/11/2019**
- Instalação da Comissão: 24 horas após a designação
- Emendas: **até 26/11/2019***
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: **14/2/2020 (46º dia)**
- Prazo final no Congresso: **28/2/2020 (a prorrogar)**



* As emendas enviadas por sistema até as 23h59 do dia 26/11/19 poderão ser entregues à Comissão Mista até as 10h00 do dia 27/11/19.

(São os seguintes os ofícios de indicação:)





SENADO FEDERAL
Liderança do Partido Social Democrático

A Publicação
Em 21/11/19
José Roberto Leite de Matos
Secretário-Geral da Mesa Adjunta

OFÍCIO Nº 165-GLPSD/2019

Brasília, 21 de novembro de 2019.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **DAVI ALCOLUMBRE**
Presidente do Congresso Nacional

Assunto: Indicação de membros da CMMPV nº 906/2019.

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no Regimento Comum do Congresso Nacional, indico para compor a **Comissão Mista da Medida Provisória nº 906/2019**, de 19 de novembro de 2019, que dispõe sobre Política de Mobilidade Urbana, como Titulares:

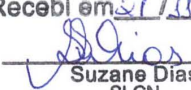
- O Senador Nelsinho Trad (PSD/MS).
- O Senador Sérgio Petecão (PSD/AC);

Como Suplente:

- Senador Angelo Coronel (PSD/BA).
- O Senador Otto Alencar (PSD/BA).

Atenciosamente,


Senador OTTO ALENCAR
Líder do Partido Social Democrático

Recebido em 21/11/2019 às 09:35

Suzane Dias
SLCN





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Faça-se a substituição solicitada
Em 20/11/2019
José Roberto Leite de Matos
Secretário-Geral da Mesa Adjunta

**CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DO LÍDER DO PDT**

Of. N° 383/2019/PDT

Brasília, 20 de novembro de 2019.

Senhor Presidente,

Em conformidade com o Artigo 9° do Regimento Comum do Congresso Nacional, comunico a Vossa Excelência, que o Deputado **FÁBIO HENRIQUE PDT/SE**, substituirá o Deputado **AFONSO MOTTA PDT/RS**, na condição de membro SUPLENTE, na Comissão Mista destinada a analisar a Medida Provisória 906/19.

Ainda no âmbito da mesa Comissão Mista, indico o Deputado **LEÔNIDAS CRSTINO PDT/CE**, para substituir o Deputado **ANDRÉ FIGUEIREDO PDT/CE**, na condição de membro TITULAR, na vaga que cabe do PDT.

Respeitosamente,


Deputado **ANDRÉ FIGUEIREDO**
Líder do PDT

À Sua Excelência o Senhor
DAVI ALCOLUMBRE
PRESIDENTE DO CONGRESSO NACIONAL
Nesta

Recebi em 20.11.19
NCB
Maria Cecília Rosa Bernardo





Câmara dos Deputados
Gabinete da Liderança do PL

À Publicação
Em 20/11/19
[Assinatura]
José Roberto Leite de Matos
Secretário-Geral da Mesa Adjunta

Of. nº 400/2019 – LidPL

Brasília, 20 de novembro de 2019.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Davi Alcolumbre
Presidente da Mesa do Congresso Nacional
Secretaria Legislativa do Congresso Nacional
Senado Federal

Assunto: Substituição de membro titular na Comissão Mista da MP nº 906/2019.

Senhor Presidente,

Solicito especial atenção de Vossa Excelência no sentido de indicar o **Deputado Bosco Costa (PR/SE)** para membro titular em minha substituição, **Deputado Wellington Roberto (PR/PB)** na **Comissão Mista da MP nº 906 de 2019**, que altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana.

Respeitosamente,

[Assinatura]
Deputado Wellington Roberto
Líder do Partido Liberal

Recebi em 20/11/19
[Assinatura]
André Carvalho
Estagiário SLCN



Avisos do Tribunal de Contas da União



Aviso nº 905-Seses-TCU-Plenário de 2019, na origem, que encaminha cópia do Acórdão 2704/2019, prolatado nos autos do TC-018.272/2018-5, que trata de auditoria acerca das emendas parlamentares individuais ao Projeto de Lei Orçamentária.

A matéria vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO, em 22 de novembro de 2019, nos termos do art. 166 da Constituição Federal.





CONGRESSO NACIONAL

AVISO (CN) Nº 32, DE 2019

(nº 906/2019, na origem)

Encaminha cópia do Acórdão nº 2.704/2019, nos autos do TC-018.272/2018-5, que trata de auditoria acerca das emendas parlamentares individuais ao Projeto de Lei Orçamentária.

AUTORIA: Tribunal de Contas da União

DESPACHO: À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

PUBLICAÇÃO: DCN de 28/11/2019



[Página da matéria](#)



Aviso nº 906 - GP/TCU

Brasília, 20 de novembro de 2019.

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência cópia do Acórdão nº 2.704/2019-Plenário (acompanhado dos respectivos Relatório e Voto), para conhecimento, em especial quanto à recomendação contida no subitem 9.5 da aludida Deliberação, prolatada por este Tribunal, na Sessão Ordinária de 6/11/2019, nos autos do TC-018.272/2018-5, de relatoria do Ministro Vital do Rêgo, que tratam de auditoria acerca das emendas parlamentares individuais ao Projeto de Lei Orçamentária.

Atenciosamente,

(Assinado eletronicamente)

JOSÉ MUCIO MONTEIRO
Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Senador MARCELO CASTRO
Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
Congresso Nacional
Brasília - DF

20/11/19
Enviado
MF





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 018.272/2018-5

GRUPO I – CLASSE V – Plenário

TC-018.272/2018-5.

Natureza: Relatório de Auditoria.

Interessado: Congresso Nacional.

Unidades: Ministério da Saúde, Ministério do Desenvolvimento Regional, Ministério da Economia e Secretaria de Governo da Presidência da República.

SUMÁRIO: RELATÓRIO DE AUDITORIA. EMENDAS PARLAMENTARES AO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA. FALHAS NA INFORMAÇÃO E DEFINIÇÃO DE OBJETOS PRIORITÁRIOS. DEFICIÊNCIA NA INTERLOCUÇÃO ENTRE OS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO. FRAGMENTAÇÃO ANTIECONÔMICA DOS RECURSOS. INEXISTÊNCIA DE CRITÉRIOS ÚTEIS À DIMINUIÇÃO DAS DESIGUALDADES REGIONAIS. POSSIBILIDADES DE APRIMORAMENTO DO PROCESSO DE ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO. DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES. ARQUIVAMENTO.

RELATÓRIO

Transcrevo o relatório produzido pela equipe de auditoria coordenada pela SeinfraUrbana:

“(…)

1. Introdução

Identificação simplificada do objeto de auditoria

1. Como conceito geral, emendas parlamentares são o instrumento utilizado para propor alteração ou aprimoramento de qualquer matéria legislativa sujeita à deliberação do Congresso Nacional. Sendo o processo orçamentário também um processo legislativo, é também a emenda parlamentar a ferramenta utilizada pelo Poder Legislativo para participar da elaboração e alteração do projeto de lei que resultará no Orçamento Geral da União, o qual, após aprovado, denomina-se lei orçamentária anual (LOA).
2. As emendas ao orçamento são um instrumento previsto na Constituição Federal por meio do qual os parlamentares influem na alocação de recursos, podendo acrescentar, suprimir ou modificar determinadas rubricas do projeto de lei orçamentária anual.
3. As emendas podem alterar tanto a receita estimada, quanto a despesa fixada no orçamento e, em linhas gerais, podem ser classificadas como:
 - a) individuais: de autoria de apenas um parlamentar;
 - b) de bancada: propostas por um conjunto de parlamentares do mesmo estado ou região;

1





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 018.272/2018-5

c) de comissão: de autoria das comissões permanentes do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e do Congresso Nacional;

d) de relatoria: propostas por parlamentar relator de projetos que instituem ou alteram o orçamento.

4. A emenda constitucional (EC) 86/2015, que alterou os artigos 165 e 166 da Constituição Federal de 1988, instituiu o chamado orçamento impositivo. Segundo esses dispositivos, há a obrigatoriedade de aprovação de emendas parlamentares individuais ao projeto de lei orçamentária anual até o limite de 1,2% da receita corrente líquida (RCL) prevista no projeto de lei orçamentária encaminhado pelo Poder Executivo para aquele exercício financeiro.

5. Além disso, é obrigatória a execução orçamentária e financeira das programações resultantes dessas emendas e metade desse percentual deverá ser destinado a ações e serviços públicos da área de saúde.

6. Essas, então, são conhecidas como **emendas parlamentares individuais de execução obrigatória** ou ainda **emendas impositivas**.

7. O escopo de análise deste relatório será direcionado ao exame dessa tipologia específica emendas. Destarte, quando abordar neste trabalho a nomenclatura emendas parlamentares estar-se-á tratando das emendas individuais de execução obrigatória. Ademais, será considerado nas análises todo o período de existência do orçamento impositivo – ou seja, de 2014 em diante.

Objetivos e escopo da auditoria

8. Esta auditoria tem como objetivo principal aprimorar a aplicação dos recursos públicos oriundos de emendas parlamentares, verificar a aderência desses investimentos às políticas públicas, assim como a efetividade dos resultados e a transparência nos processos relacionados.

9. Para o alcance desse objetivo é preciso compreender o que são as emendas parlamentares ao orçamento e como elas se comportam. A necessidade de compreensão, não só do universo normativo, mas do comportamento real desse modelo de aplicação de recursos públicos, levou a equipe a buscar conhecer o processo como um todo, desde seu início, na elaboração da emenda pelo parlamentar, até a efetiva aplicação do recurso, efetuada geralmente pelo estado ou município.

10. Nessa linha, é oportuno destacar as diferentes razões que motivaram a realização deste trabalho:

a) verificar a adequação, suficiência e regularidade:

a.1) dos critérios estabelecidos como impedimentos de ordem técnica para execução das emendas; e

a.2) dos procedimentos de análise realizados pelos órgãos setoriais do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal (SPOF) acerca da verificação desses impedimentos;

b) analisar a eficiência e a efetividade da aplicação dos recursos oriundos das emendas parlamentares de execução obrigatória;

c) analisar fatores que interferem no nível de execução orçamentária e financeira das programações e, consequentemente, contribuem para o descumprimento do limite mínimo de execução financeira exigido para as emendas parlamentares impositivas;

d) analisar se, ante o cenário de crise fiscal, a assunção de novos compromissos orçamentários e financeiros oriundos de emendas parlamentares não estaria impedindo que projetos assumidos em anos anteriores tenham orçamento suficiente para serem atendidos, visto que o orçamento para despesas discricionárias estaria se reduzindo e sendo reendereçoado para novas obrigações assumidas por emendas impositivas, ocasionando um descumprimento não intencional dos arts. 16, inciso II, e 45 da LRF;





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 018.272/2018-5

e) analisar a equidade e os critérios de distribuição de valores entre as pastas, parlamentares e entes da federação, não apenas sob o critério orçamentário, mas também sob a capacidade técnica dos responsáveis pela execução dos objetos e análise dos requisitos de ordem técnica.

11. Assim, durante a fase de planejamento, foram realizadas entrevistas com diversos setores envolvidos, como parlamentares, consultores do Congresso Nacional e representantes de órgãos centrais e setoriais do Poder Executivo Federal, para captar o funcionamento geral do processo de aplicação das emendas bem como as percepções dos diversos envolvidos acerca desse tema.

12. Portanto o trabalho focará em descrever e avaliar o processo de elaboração e execução das emendas, para apontar possíveis pontos de melhoria identificados. Ainda, em indicar possíveis auditorias em pontos específicos com vistas a analisar mais profundamente tópicos que não foram analisados dado o escopo geral definido no presente trabalho.

13. Além disso, dada a necessidade de limitação do escopo para viabilizar os trabalhos de auditoria, os exames foram restringidos às duas principais pastas setoriais que lidam com emendas: o Ministério da Saúde (MS) e o extinto Ministério das Cidades (atualmente incorporado pelo Ministério do Desenvolvimento Regional). Conforme se verifica no gráfico 3, a diante, o MS responde por 51% dos empenhos de emendas no período de 2014 a 2017. Já o Ministério das Cidades é o segundo colocado, como 21% dos empenhos.

14. Assim, de maneira sintética, esta ação de controle teve os seguintes objetivos:

a) avaliar a execução (física e financeira) das emendas parlamentares cujas dotações estão sob a responsabilidade dos Ministérios das Cidades e da Saúde, a fim de verificar e efetividade, eficiência e transparência na aplicação desses recursos.

b) Avaliar a aplicação dos recursos advindos de emendas parlamentares sob os seguintes aspectos: da transparência, relacionado ao processo de escolha dos investimentos e orçamentário-financeiro; da eficiência, no tocante aos prazos de execução e custos de controles associados; e da efetividade, quanto aos reais benefícios gerados à população.

15. Cabe esclarecer que esta auditoria foi iniciada em maio de 2018, época em que a pasta federal responsável pela função de governo Urbanismo ainda era o Ministério das Cidades (MDR). Em janeiro de 2019, foi criado o Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), que incorporou as funções do MDR e do Ministério da Integração Nacional. Com efeito, sempre que se referir neste trabalho ao MDR estar-se-á tratando de temas que atualmente estão sob responsabilidade do MDR.

Benefícios estimados como decorrência deste trabalho de auditoria

16. Os benefícios potenciais diretos resultantes da apreciação deste diagnóstico relacionam-se ao aprimoramento da governança dos recursos públicos aplicados mediante emendas parlamentares, com o incremento de informações gerenciais para a tomada de decisão, a redução de prazos de execução e de custos operacionais, o aumento da transparência e com a consequente melhoria na prestação de serviços públicos essenciais e na oferta de bens públicos à população.

Metodologia

17. Em ocasião do despacho do Exmo. Ministro Vital do Rêgo, de 24/5/2018, (TC 014.907/2018-6) foi autorizada a realização desta auditoria operacional nos seguintes órgãos: Ministério das Cidades, Ministério da Saúde e Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

18. Os trabalhos foram realizados no período compreendido entre os meses de **maio de 2018 e fevereiro de 2019** e desenvolvidos em conformidade com as Normas de Auditoria do Tribunal de Contas da União (Portaria-TCU n. 280, de 8 de dezembro de 2010, alterada pela Portaria-TCU n. 168 de 30 de junho de 2011) e com observância aos Padrões de Auditoria de Conformidade estabelecidos





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 018.272/2018-5

pelo TCU (Portaria-Segecex n. 26 de 19 de outubro de 2009) e com o Manual de Auditoria Operacional do TCU (Portaria-Segecex n. 4 de 26 de fevereiro de 2010).

19. A presente auditoria é classificada como “integrada” ou “combinada”, haja vista seu objetivo abranger tanto aspectos de conformidade como operacionais (de desempenho).

20. A junção de duas modalidades de auditoria é uma possibilidade técnica aceita internacionalmente. Segundo o Issai 300 – Princípios Fundamentais de Auditoria Operacional: “Elementos da auditoria operacional podem ser parte de uma auditoria mais abrangente que também cubra aspectos de auditoria de conformidade e financeira”.

21. Neste trabalho, foram utilizados os seguintes instrumentos de coleta e tratamento de dados: a) requisição de documentos e informações; b) estudos de caso; c) análise documental; d) entrevistas; e) análise do desempenho de execução de obras em curva “S” (detalhada no Anexo II).

22. Foram realizados **testes substantivos** para verificar a execução de 42 emendas parlamentares em 16 estados. Para tanto foram selecionadas 25 obras sob responsabilidade do Ministério das Cidades totalizando R\$ 24.087.372,46, e a aquisição de 43 itens da área da saúde, que totalizaram R\$ 10.348.075,04. Convém destacar que o somatório de 25 obras com 43 itens difere das 42 emendas pois algumas emendas são desenvolvidas em mais de uma aquisição ou destrinchadas em mais de uma obra.

23. A amostra foi selecionada de maneira não estatística priorizando as capitais ou municípios próximos às capitais possibilitando a execução pelas equipes estaduais com menor dispêndio de horas trabalhadas e minimizando os custos com deslocamento. O objetivo dos testes substantivos foi o de verificar a execução e a eventual ocorrência de eventos que afetem a conclusão dos objetos e aquisições e o alcance dos objetivos dos investimentos propostos pelas emendas parlamentares.

24. Enfatiza-se que foram realizados dois painéis de referência, um referente ao planejamento e o outro aos achados de auditoria. Foram convidados para ambos painéis, representantes dos seguintes órgãos: Ministério da Economia, Ministério do Desenvolvimento Regional, Ministério da Saúde, Secretaria de Governo da Presidência da República, Câmara dos Deputados, Senado Federal, Secretaria do Tesouro Nacional, Secretaria de Orçamento e Finanças.

25. Dessa feita, serão incorporados ao longo do relatório comentários pertinentes aos achados de auditoria, que corroborem as conclusões desenvolvidas ou apresentem entendimento razoável em contrário. Entretanto, todas as respostas e manifestações estarão acostados neste processo como papéis de trabalho, conforme preconizam as normas de auditoria.

Limitação ao Escopo

21. O trabalho não sofreu qualquer limitação imposta por ação ou omissão de quaisquer dos agentes e partes relacionados ao objeto de auditoria durante os trabalhos.

22. Todavia, o largo escopo definido, abrangendo todo o processo de formulação, processamento e execução das emendas parlamentares individuais de duas temáticas substancialmente distintas (saúde e urbanização), a quais utilizam três sistemáticas diferentes: repasse fundo a fundo (geralmente para a saúde); contratos de repasse (para obras); e convênios (para alguns casos residuais); não permitiu um aprofundamento capaz de identificar e graduar todas as possíveis causas das situações encontradas nos achados.

Limitações metodológicas

23. Considerando os métodos empregados na coleta, tratamento e análise dos dados, ocorreram as seguintes limitações:

- a) requisição de documentos e informações: não fornecimento tempestivo de informações;
- b) estudos de caso com testes substantivos: reduzido tempo disponível para executar as





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 018.272/2018-5

checagens, em geral, dois dias para cada localidade.

c) análise documental: riscos acerca da veracidade, exatidão e suficiência das informações registrada em documentos e papéis de trabalho;

d) entrevista: necessidade de se confirmar por outras formas de prova a informação falada pelo entrevistado, o que nem sempre foi possível; e

e) Observação direta: risco de que a presença do observador possa ter alterado o comportamento do indivíduo que executara o processo observado; e limitação da capacidade do observador de captar e/ou registrar tudo o que for pertinente.

2. Visão geral do objeto

Previsão legal

26. A partir de 2014, por força da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) daquele ano, as emendas parlamentares individuais passaram a ter execução obrigatória. Para isso, foi destinado equitativamente 1,2% da receita corrente líquida (RCL) do exercício anterior (o que correspondeu a cerca de 7,8 bilhões de reais) a ser dividido igualmente entre os parlamentares (pouco mais de R\$ 13 milhões por congressista). Foi estabelecido também que metade dos recursos destinados às emendas individuais deveriam ser destinados às ações e serviços públicos de saúde.

27. Em março de 2015, foi promulgada a Emenda Constitucional 86/2015, produzindo efeitos a partir da execução orçamentária do exercício de 2014. A referida emenda trouxe para a Constituição a regra da execução obrigatória das emendas individuais sobre o projeto da LOA, definindo em seu art. 166, § 9º e 11:

§ 9º As emendas individuais ao projeto de lei orçamentária serão aprovadas **no limite de 1,2%** (um inteiro e dois décimos por cento) **da receita corrente líquida** prevista no projeto encaminhado pelo Poder Executivo, sendo que a metade deste percentual será destinada a ações e serviços públicos de saúde.

[....]

§ 11. É **obrigatória a execução orçamentária e financeira** das programações a que se refere o § 9º deste artigo, em montante correspondente a 1,2% (um inteiro e dois décimos por cento) da receita corrente líquida realizada no exercício anterior, conforme os critérios para a execução equitativa da programação definidos na lei complementar prevista no § 9º do art. 165.

[Destaques inseridos].

28. A LDO de 2016, por sua vez, estendeu, para emendas de bancada estadual para aquele exercício, a obrigatoriedade da execução de 0,6% da receita corrente líquida do exercício anterior.

29. Já na LDO de 2017, esse limite foi aumentado para 0,8%, porém essa diferença de 0,2% estava condicionada ao atendimento da meta fiscal ao final do segundo quadrimestre do exercício.

30. Em 2018, a LDO manteve a previsão de execução obrigatória, mas não definiu um percentual da receita corrente líquida a ser reservada para essas emendas.

31. A quantidade de emendas é limitada em cada exercício financeiro, a depender de sua procedência. Com efeito, emendas individuais ao projeto de lei orçamentária anual são limitadas ao número de 25 por parlamentar. As emendas de bancadas estaduais, por sua vez, dependem da quantidade de parlamentares.

32. Por ter este trabalho ênfase nas emendas individuais de execução impositiva, as regras das emendas de comissão, de bancada e relatoria não serão aprofundadas.





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 018.272/2018-5

Processo de proposição

33. O processo formal de proposição das emendas orçamentárias se inicia durante a fase de autorização legislativa do orçamento. Isto é, após a elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) pelo Poder Executivo e sua respectiva apresentação ao Congresso Nacional, inicia-se a segunda etapa do processo, que é a de autorização legislativa. Essa segunda etapa consiste na tramitação da proposta orçamentária no Poder Legislativo, momento em que as estimativas de receita são revistas, alternativas são reavaliadas e programas de trabalho podem ser alterados por meio de emendas parlamentares.

34. As emendas são realizadas à proposta de lei orçamentária até o momento da sua aprovação, que converte o projeto em lei ao final do processo legislativo (para uma compreensão mais detalhada de como é a dinâmica de elaboração dessas emendas dentro do Congresso, sugere-se consultar o documento: “Registro de Reunião - Consultoria de Orçamento da Câmara dos Deputados”, peça 68).

35. Como já comentado, em ambas as casas do Congresso Nacional, os parlamentares podem propor diversos tipos de emendas ao PLOA. Tratando-se das emendas previstas no art. 166, § 9º, da Constituição Federal, fica a cargo de cada deputado e senador propor, em seu montante devido, emendas de maneira discricionária, sem a necessidade de que haja a discussão em comissões temáticas ou aprovações de colegiados.

36. Os trâmites que sucedem à aprovação do orçamento são normatizados anualmente por meio de portarias conjuntas assinadas pelo Ministro do Planejamento Desenvolvimento e Gestão (atualmente Ministro da Economia) e pelo Ministro Chefe da Secretaria de Governo da Presidência da República (Segov).

37. Resumidamente, o processo de elaboração, análise e execução das emendas, **descrito com mais detalhes no Anexo I deste trabalho**, consiste nas etapas descritas a seguir.

38. Após a aprovação da LOA cabe aos parlamentares indicarem suas emendas individuais, contendo os beneficiários, valores e prioridades, estas para o caso de contingenciamento. Apenas como exemplo, no exercício de 2018 os parlamentares tinham até o dia 16/3/2018 para apresentarem suas propostas que seriam realizadas por transferências voluntárias, e os beneficiários até 6/4/2018 para apresentarem os respectivos planos de trabalho.

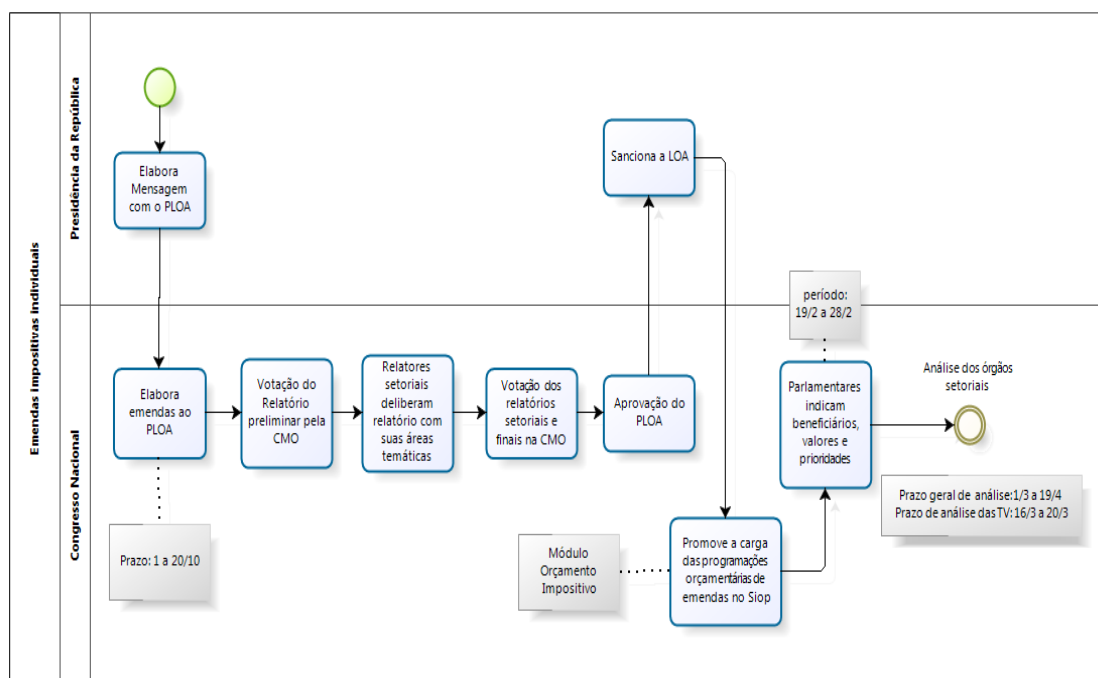




TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 018.272/2018-5

Figura 1 – Processo de elaboração pelos parlamentares de emendas individuais.



Fonte: Elaboração da equipe.

39. Em seguida os ministérios setoriais precisam analisar tanto as propostas como os planos de trabalho e, se for o caso, requisitar complementações. Tudo isso, no ano de 2018, deveria ser realizado até o dia 19/4, que é a data final para registros de impedimentos de ordem técnica no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento do Governo Federal (SIOP).

40. Cabe aqui registrar que os impedimentos de ordem técnica são objeções à execução das emendas, mesmo estas sendo impositivas, ou seja, sua execução deixa de ser obrigatória. Essa possibilidade está prevista no próprio texto constitucional, em seu art. 166, § 13, e, com base na atual regulamentação dos critérios de impedimento, consiste nas seguintes hipóteses:

- a) incompatibilidade do objeto proposto com a finalidade da ação orçamentária;
- b) incompatibilidade do objeto proposto com o programa do órgão ou entidade executora;
- c) incompatibilidade do valor proposto com o cronograma de execução do projeto ou proposta de valor que impeça a conclusão de uma etapa útil do projeto;
- d) ausência de pertinência temática entre o objeto proposto e a finalidade institucional da entidade beneficiária;
- e) não indicação de beneficiário pelo autor da emenda;
- f) não apresentação de proposta ou plano de trabalho ou apresentação fora dos prazos previstos;
- g) não realização de complementação ou ajustes solicitados em proposta ou plano de trabalho, bem como realização de complementação ou ajustes fora dos prazos previstos;
- h) desistência da proposta pelo proponente;
- i) reprovação da proposta ou plano de trabalho;
- j) valor priorizado insuficiente para a execução orçamentária da proposta ou plano de trabalho; e
- k) outras razões de ordem técnica devidamente justificadas.

7



**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**

TC 018.272/2018-5

41. Caso a emenda esteja apta para execução, segue-se o procedimento usual de execução no executivo, a depender do órgão setorial e da modalidade de transferência dos recursos. Caso exista algum impedimento de ordem técnica, a Secretaria de Governo da Presidência da República (Segov) consolida os impedimentos relativos a todas as emendas daquele ano e abre prazo aos parlamentares para que indiquem novos destinatários que irão executar o recurso público emendado. Superados os impedimentos, a emenda será executada normalmente pelo executivo.

Uma peculiaridade da execução financeira das emendas é que os órgãos executores enviam as despesas aptas a pagamento para a Segov e não à Secretaria do Tesouro Nacional (STN), como ocorre normalmente com as demais rubricas orçamentárias. A Segov, por sua vez, consolida as despesas aptas a pagamento de todas as pastas e, a partir daí, as envia para a STN.

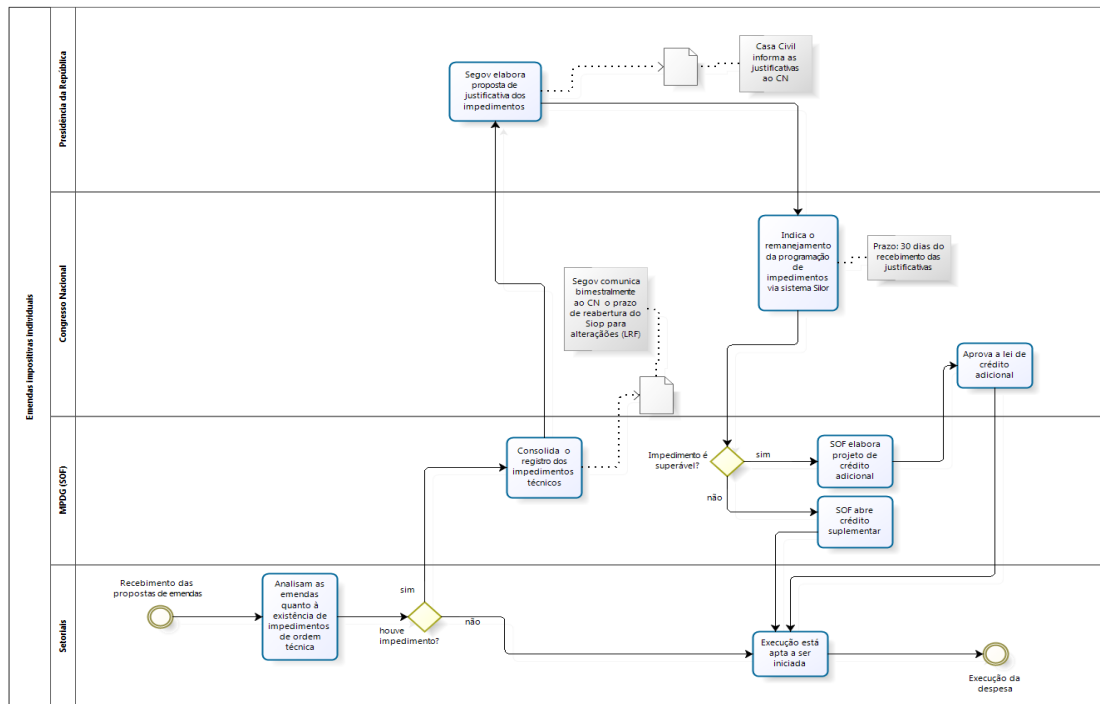




TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

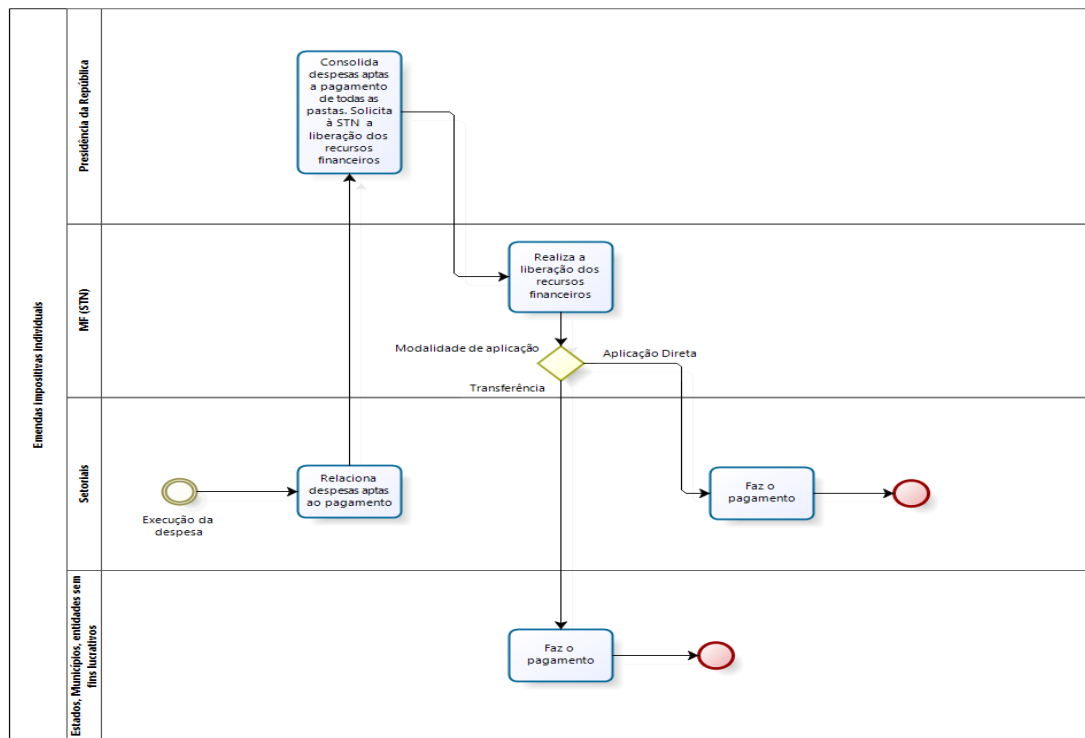
TC 018.272/2018-5

Figura 2 – Processo de emendas individuais análise dos ministérios e complementação das



Fonte: Elaboração da equipe

Figura 3 – Processo de execução e pagamentos das emendas individuais.



Fonte: Elaboração da equipe

9





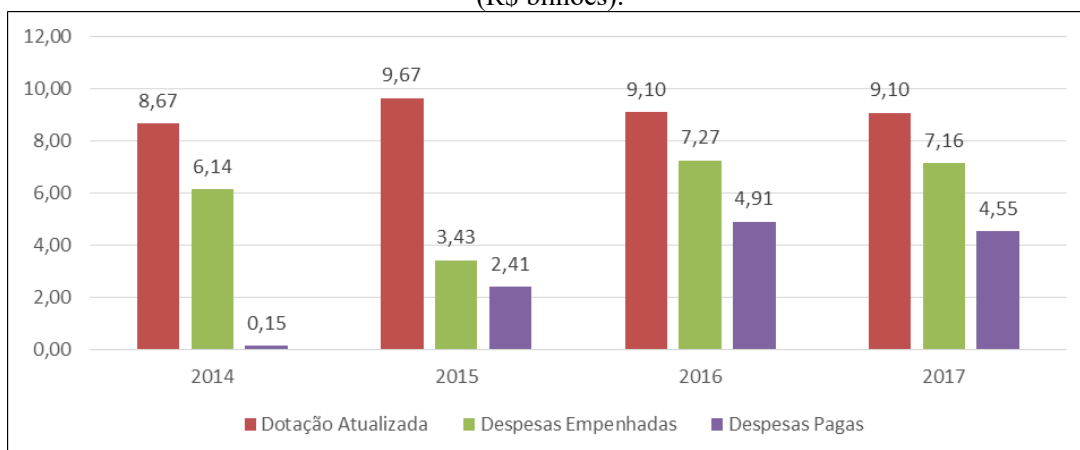
TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 018.272/2018-5

Execução orçamentária e financeira

42. A execução orçamentária e financeira das dotações refere-se às etapas de empenho e pagamento da despesa. O gráfico a seguir apresenta esses dados das emendas parlamentares individuais no período de 2014 a 2017.

Gráfico 1- Execução orçamentária e financeira das emendas parlamentares individuais – 2014 a 2017 (R\$ bilhões).



Fonte: Tesouro Gerencial

Observação: os valores referentes às Despesas Pagas correspondem aos pagamentos de despesas constantes do orçamento do exercício em questão acrescidos dos restos a pagar pagos, de despesas inscritas em exercícios anteriores.

43. Ao longo do tempo de vigência do orçamento impositivo não se empenhou toda a dotação prevista, ou seja, não se alcançou o limite mínimo de execução orçamentária e financeira imposto no art. 166, § 11, da Constituição Federal.

44. Destarte, o volume dessas despesas inscritas em restos a pagar (RP) tem sido elevado ao longo dos anos, conforme é possível observar no gráfico a seguir. Observa-se que os valores inscritos em restos a pagar não processados - que correspondem aquelas despesas que foram empenhadas, mas não foram liquidadas - foram superiores a 70% dos valores empenhados durante os quatro anos de execução das emendas.

45. O volume de despesas inscritas em restos a pagar não processados é reflexo da dificuldade de execução das emendas dentro do exercício de sua aprovação. As razões para isso serão avaliadas com maiores detalhes ao longo do trabalho.

46. Conforme será tratado, até chegar na fase de empenho, e posterior pagamento, as emendas propostas pelos parlamentares e aprovadas no Congresso Nacional precisam passar por um processo de autorização e adequação nos ministérios responsáveis pelas políticas as quais se referem.

47. Em muitos casos, essas emendas precisam passar por ajustes, para que sejam sanadas impropriedade de ordem técnica e para que se adequem às diretrizes e regras das políticas públicas de cada área de atuação do governo. Com esse processo, muitas emendas acabam sendo liberadas para execução apenas no segundo semestre do exercício, o que resulta em tempo insuficiente para que sejam percorridas todas as etapas de execução até o efetivo pagamento.

48. Dessa forma, significativa parte dos pagamentos ocorrem na forma de restos a pagar, resultando em maiores valores inscritos do que pagamentos relativos ao exercício.



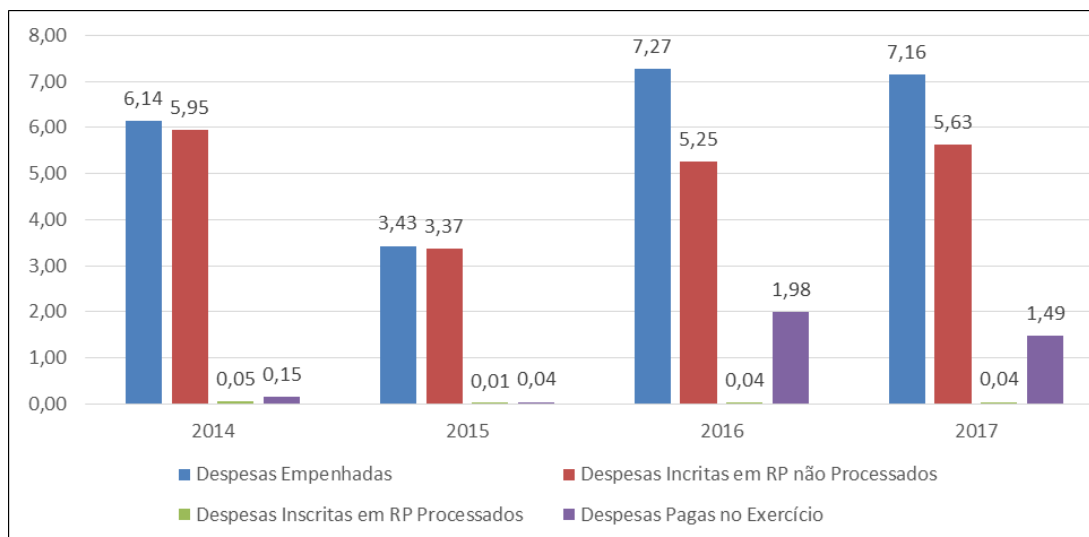


TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 018.272/2018-5

49. No tocante às funções de governo que recebem investimentos advindos de emendas parlamentares individuais, os gráficos a seguir apresentam o empenho e pagamento, acumulados no período de 2014 a 2017.

Gráfico 2 - Empenho, inscrição em restos a pagar e pagamento de despesas de emendas parlamentares individuais - 2014 a 2017 (R\$ bilhões).



Fonte: Tesouro Gerencial.

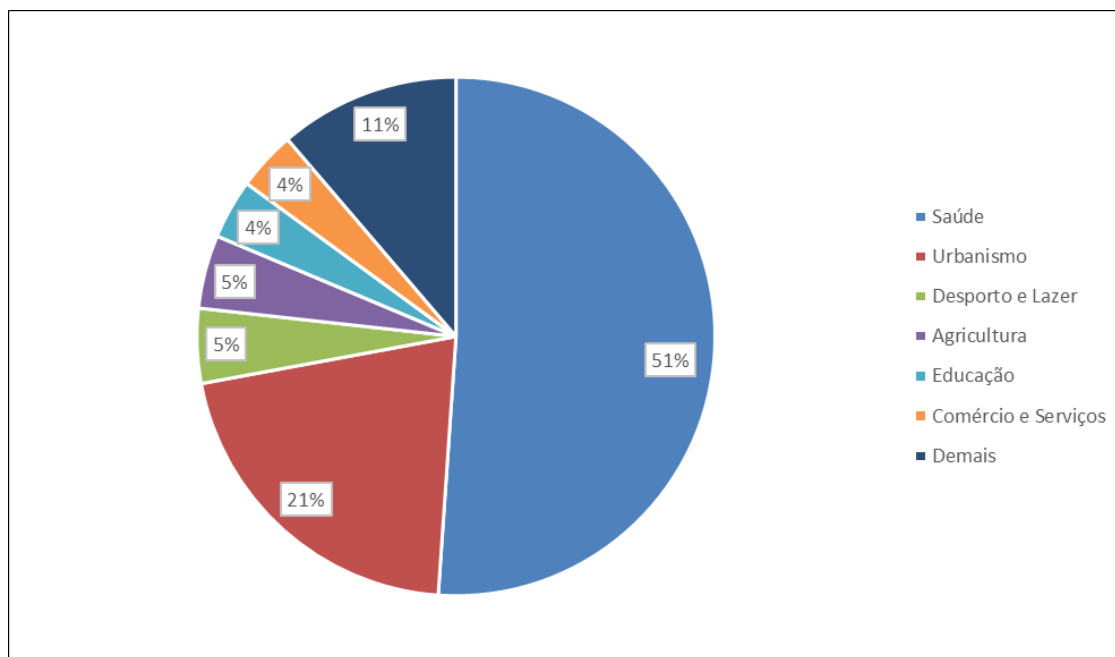
Obs.: Neste gráfico foram consideradas apenas as despesas pagas decorrentes de dotações dos exercícios, não foram considerados os restos a pagar pagos.



**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**

TC 018.272/2018-5

Gráfico 3 - Empenho de despesas decorrentes de emendas parlamentares individuais (acumulado de 2014 a 2017).



Fonte: Tesouro Gerencial

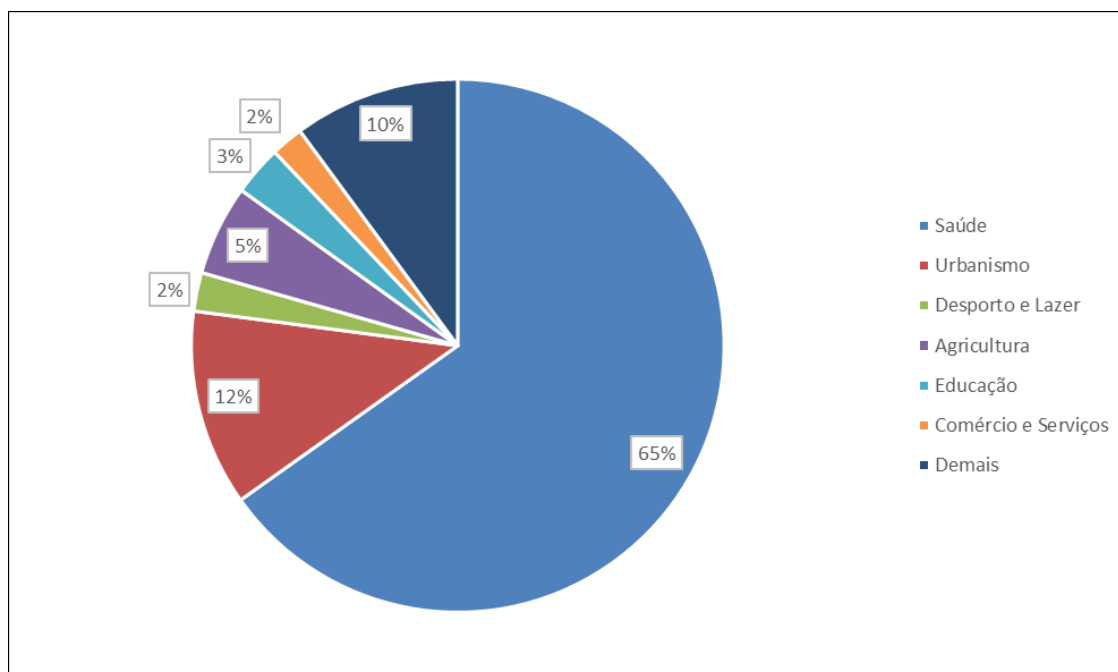




TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 018.272/2018-5

Gráfico 4 - Pagamento de despesas decorrentes de emendas parlamentares individuais (acumulado de 2014 a 2017).



Fonte: Tesouro Gerencial

¹ Neste gráfico foram consideradas as despesas pagas decorrentes de dotações dos exercícios e os restos a pagar pagos.

50. A função **saúde** é responsável por 51% dos empenhos e 65% dos pagamentos, tal predominância condiz com a obrigatoriedade prevista na Constituição. Destaca-se ainda a função **urbanismo**, que representa a segunda maior execução orçamentária e financeira de emendas parlamentares individuais. Nessa função estão as ações relacionadas à infraestrutura urbana, aos serviços urbanos e aos transportes coletivos urbanos. Dessa forma, verifica-se que **mais de 70% dos recursos relativos as emendas parlamentares individuais são aplicados em despesas de saúde e de infraestrutura urbana**.

51. Por esse motivo, neste trabalho foram selecionados para análise as emendas referentes às atividades do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) e do Ministério da Saúde (MS), responsáveis por essas funções na esfera federal.

52. Considerando a quantidade de emendas aplicadas sob a forma de transferência voluntária, esses setores foram os que mais as receberam ao longo do período de 2014 a 2017. O MDR foi contemplado com 30% e o MS com 27% de todas as emendas elaborados no período.

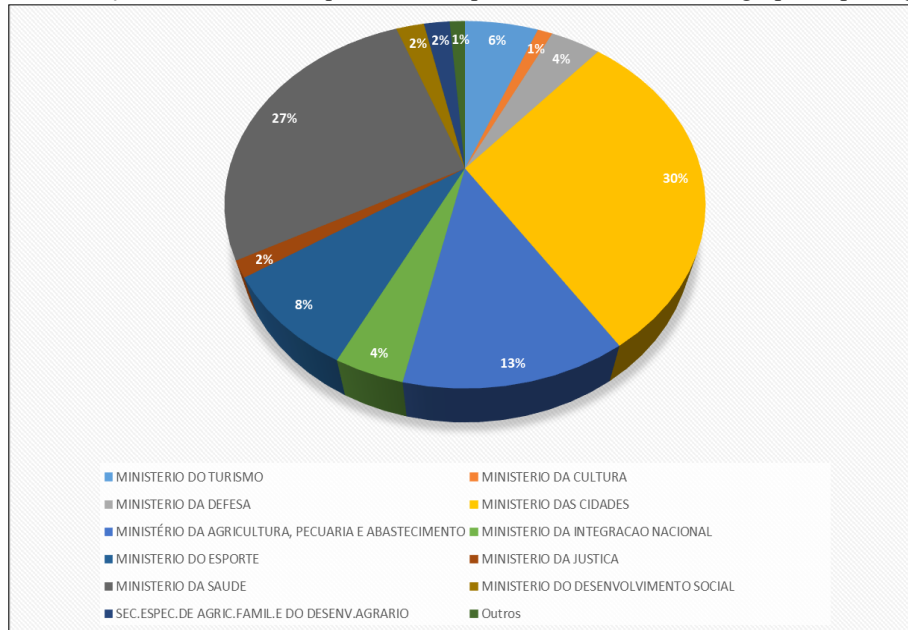
53. Já no tocante à natureza das despesas com emendas individuais do MDR e do MS, quase três quartos do quantitativo (72%) foram destinados a investimentos, isto é, a despesas de capital, enquanto 28% foi direcionado a despesas correntes. Inversões financeiras ocorreram em quantidades inexpressivas (inferiores a 1%).




TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

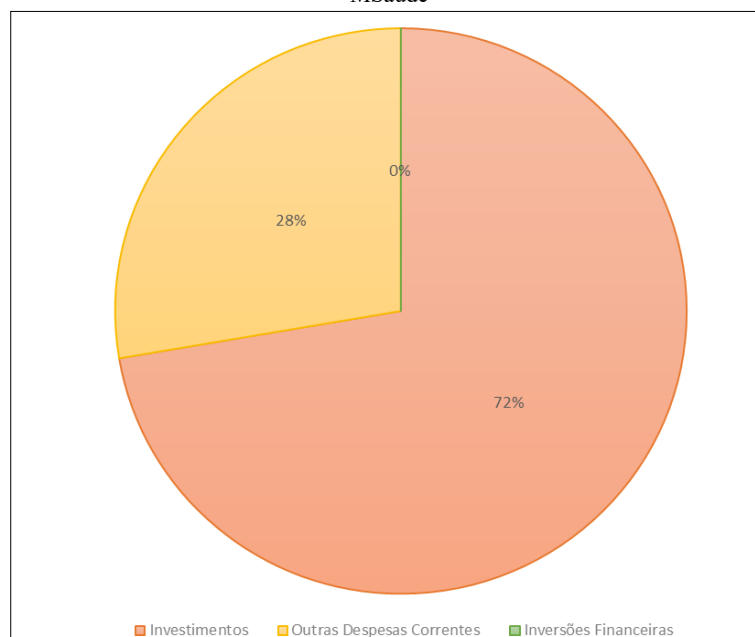
TC 018.272/2018-5

Gráfico 5 – Distribuição de emendas em quantidade no período de 2014 a 2017, agrupadas por órgão superior



Fonte: LabContas (Laboratório de Informações de Controles) – TCU, com dados extraídos em junho de 2018.

Gráfico 6 – Natureza das despesas provenientes das emendas parlamentares individuais entre 2014-2018 no MDR e MSaúde



Fonte: Secretaria de Orçamento Federal – Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (SOF/MP) – Resposta ao Ofício 5-214/2018 – TCU/SeinfraUrbana, de 9/7/18.

Elaboração: Tribunal de Contas da União.

*Data-base de 23/7/2018.



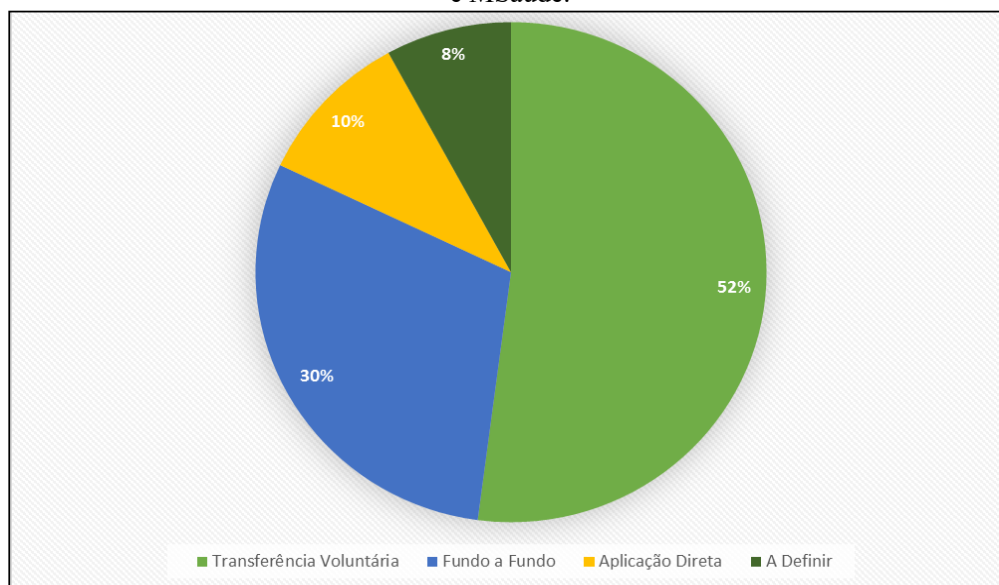


TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 018.272/2018-5

54. Quanto à modalidade de aplicação, as emendas podem ser realizadas de diversas maneiras, sendo as mais comuns a concretização por transferências voluntárias (convênios e contratos de repasse), por transferências fundo a fundo (comuns nas áreas de saúde e educação) e aplicações diretas. Verificou-se que pouco mais da metade (52%) de todas as emendas individuais a estes órgãos se deu por meio de transferências voluntárias. A modalidade fundo a fundo alcançou 30% do quantitativo das emendas e 10% se deu por meio de aplicação direta. Restaram, contudo, 8% a definir, que indica uma provável inércia do parlamentar quanto a este aspecto. O gráfico a seguir ilustra a descrição.

Gráfico 7 - Modalidade de aplicação das emendas parlamentares individuais entre 2014-2018 no MDR e MSAÚDE.



Fonte: Secretaria de Orçamento Federal – Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (SOF/MP) – Resposta ao Ofício 5-214/2018 – TCU/SeinfraUrbana, de 9/7/18.





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 018.272/2018-5

Elaboração: Tribunal de Contas da União.

55. De maneira bastante simplista, a diferença entre essas modalidades é que nas transferências fundo a fundo o recurso é transferido para o beneficiário e ele o aplica conforme suas normas locais, como seus demais recursos, sem maior fiscalização por parte do governo federal. Para as transferências realizadas por convênio ou contrato de repasse é necessária a formalização de um instrumento contratual entre o beneficiário e a União, com a interveniência de uma instituição financeira (usualmente a Caixa Econômica Federal). Nesses contratos são estabelecidos direitos e obrigações mútuas, fiscalizados pela instituição financeira mandatária.

56. Destarte, os municípios são os principais destinatários das emendas, recebendo 61% do quantitativo. Instituições privadas sem fins lucrativos ocupam o segundo lugar com 13%.

Tabela 1 – Modalidade de aplicação das emendas durante 2014-2018 no MDR e MS

Modalidade de aplicação	Percentual
40 Transferências (Voluntárias) a Municípios	34,87%
41 Transferências a Municípios - Fundo a Fundo	26,28%
50 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	12,78%
90 Aplicações Diretas	9,98%
99 A Definir	7,97%
30 Transferências a Estados e ao Distrito Federal	3,89%
31 Transferências a Estados e ao Distrito Federal - Fundo a Fundo	3,67%
70 Transferências a Instituições Multigovernamentais	0,36%
71 Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio	0,19%
36 Transferências Fundo a Fundo aos Estados e ao Distrito Federal à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar no 141, de 2012	0,01%
91 Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	0,01%

Fonte: Secretaria de Orçamento Federal – Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (SOF/MP) – Resposta ao Ofício 5-214/2018 – TCU/SeinfraUrbana, de 9/7/18.

Elaboração: Tribunal de Contas da União.

Ministério da Saúde

57. Como já relatado, com o advento da Emenda Constitucional 86/2015, no mínimo 50% do percentual da receita corrente líquida destinado às emendas parlamentares individuais devem ser endereçados às ações e serviços públicos de saúde, que podem inclusive contemplar ações de custeio. Assim, 0,6% da receita corrente líquida deve ser destinado pelos parlamentares à saúde e ser aplicado conforme o regime impositivo.

58. Portanto, o Ministério da Saúde é o principal executor das emendas parlamentares individuais. Dessa maneira, os valores das despesas empenhadas na área da saúde, oriundas de recursos do orçamento impositivo, foram os seguintes:

Tabela 2 – Despesas empenhadas oriundas de emendas impositivas na área da saúde separadas por ano e tipo de despesa

Tipo de despesas	2015 (R\$)	2016 (R\$)	2017 (R\$)	2018 (R\$)
Correntes	380.214.870,79	1.417.957.184,91	1.796.632.497,65	2.727.513.719,74
Capital	1.211.402.392,30	2.394.973.099,27	2.143.309.304,45	1.258.704.461,13



**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**

TC 018.272/2018-5

Total	1.591.617.263,09	3.812.927.284,18	3.939.941.802,10	3.986.218.180,87
-------	------------------	------------------	------------------	------------------

Fonte: SOF

59. Quanto à modalidade de transferência, as emendas parlamentares à área da saúde são executadas majoritariamente no modelo fundo a fundo, sendo os principais destinatários os fundos municipais. No tocante às transferências operadas via fundo a fundo, o parlamentar apenas indica o beneficiário do recurso, contudo, o objeto a ser financiado ou adquirido fica a cargo da escolha do gestor que irá realizar o dispêndio desse recurso.

60. Em segundo lugar, num patamar bastante inferior, estão as transferências realizadas para instituições privadas sem fins lucrativos, como, por exemplo as Santas Casas de Misericórdia. Os valores empenhados na área da saúde, segregados por modalidade de transferência podem ser visualizados no gráfico a seguir.

61. Ademais, no tocante à execução orçamentária e financeira, as emendas sob responsabilidade do MS possuem percentuais de pagamento (em relação aos valores empenhados) mais elevados que as emendas sob a tutela do MDR.





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 018.272/2018-5

Gráfico 8 – Modalidades de transferência dos recursos no Ministério da Saúde.

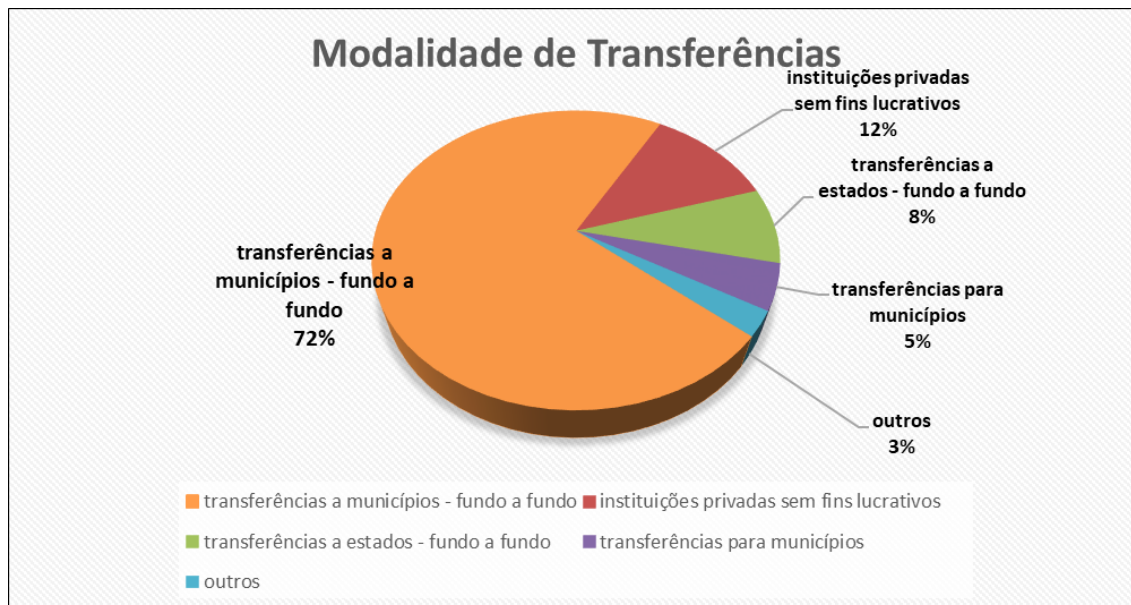
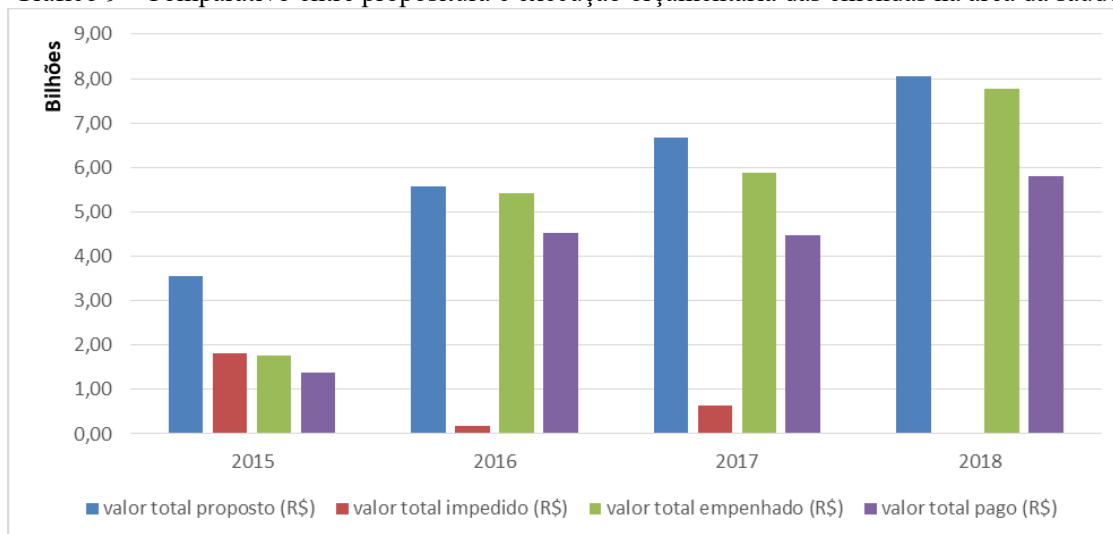


Gráfico 9 - Comparativo entre propositura e execução orçamentária das emendas na área da saúde



Fonte: Planilha encaminhada pelo FNS em resposta ao Ofício 002 (Fiscalis 214/2018)-TCU/SeinfraUrbana, de 9/7/2018.

62. Dentro da estrutura do Ministério, a análise das propostas segue o seguinte fluxo descrito na Figura 4.

63. Cabe destacar que o Ministério da Saúde possui sistemas informatizados para a realização das análises das propostas. Tais sistemas possibilitam que o parlamentar formalize as propostas que devem ser atendidas com os recursos de emenda que lhe cabem, e proporcionam que o beneficiário da emenda dê continuidade e registre as especificidades do objeto a ser financiado por tais recursos.

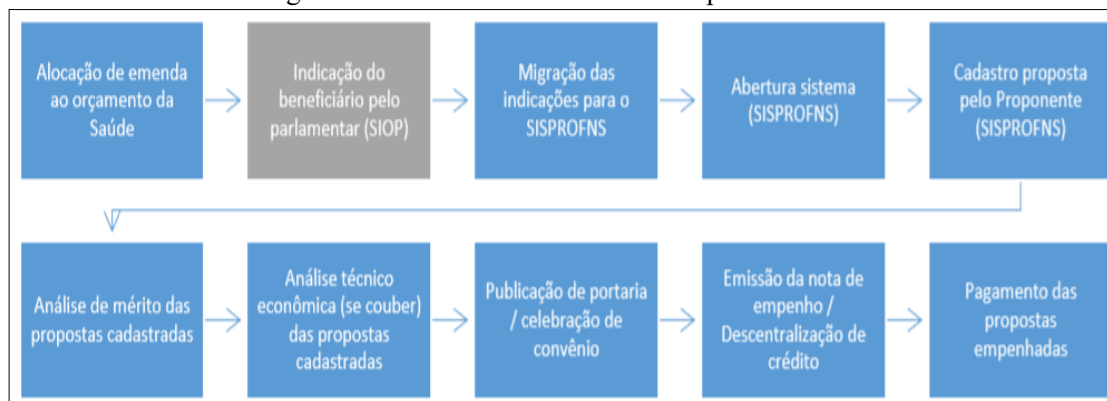




TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 018.272/2018-5

Figura 4 – Macrofluxo das emendas impositivas na Saúde



Fonte: Nota Informativa MS/SAS/CGPO, de 2/8/2018, em resposta ao Ofício 002 (Fiscalis 214/2018)-TCU/SeinfraUrbana, de 9/7/2018.

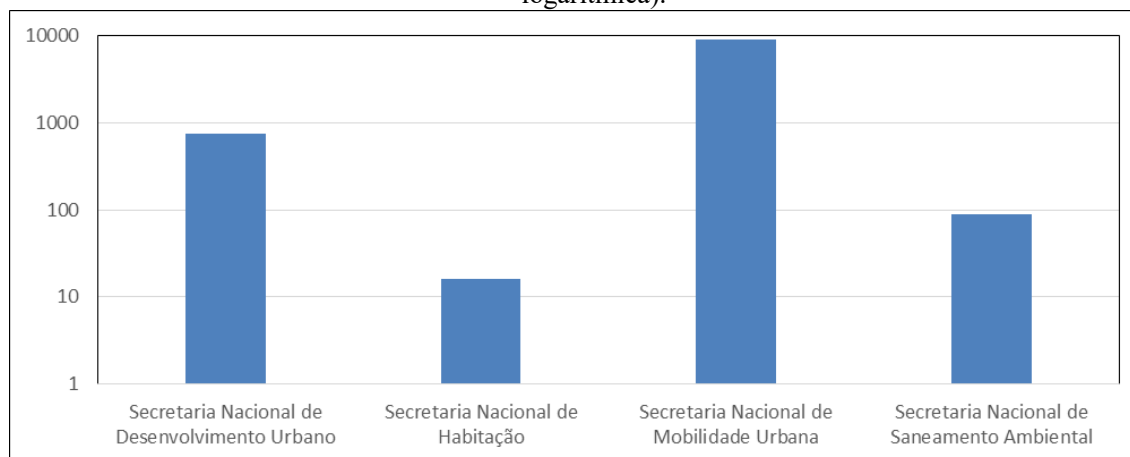
Ministério do desenvolvimento regional (mdr)

64. Durante o período de 2015 a 2018 foram elaboradas **10.848 emendas parlamentares** destinadas ao Ministério das Cidades, sendo a maior parcela aplicada por meio transferências voluntárias (6.155 emendas e R\$ 6.953.111.946,00 de dotação). Até o final de 2018, o MDR possuía quatro secretarias finalísticas:

- Secretaria Nacional de Habitação (SNH);
- Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental (SNSA);
- Secretaria Nacional de Transporte da Mobilidade Urbana (SNTMU); e
- Secretaria Nacional de Desenvolvimento Urbano (SNDU).

65. Segundo dados fornecidos pelo Ministério, as emendas são significativamente concentradas na SNTMU, com aproximadamente 91,5% da quantidade total, sendo que 97% dos valores empenhados são concentrados na ação 1D73 - Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano. Em seguida, a SNDU recebeu 7,5% das emendas, conforme pode-se observar no gráfico abaixo.

Gráfico 10 – Distribuição de emendas entre 2015-2018 agrupadas por secretarias do MDR (escala logarítmica).



Fonte: Secretaria Executiva do Ministério das Cidades – Resposta ao Ofício 1-214/2018 – TCU/SeinfraUrbana, de 26/6/18. Elaboração: Tribunal de Contas da União.





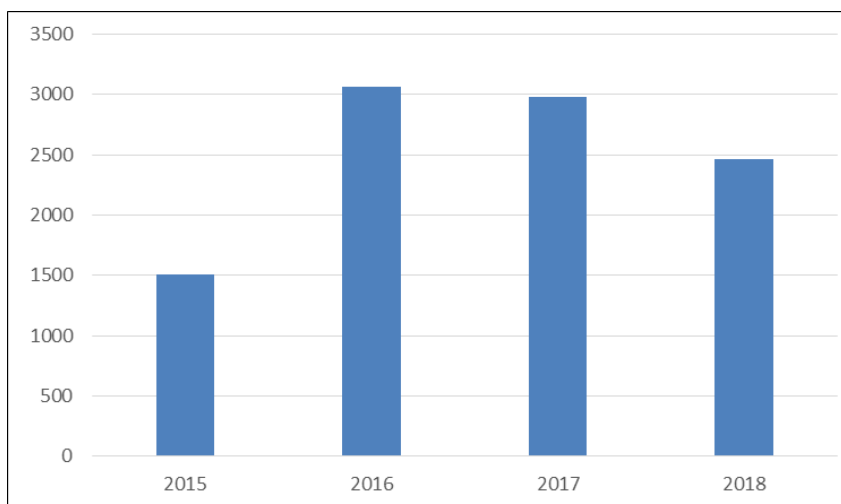
TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 018.272/2018-5

66. Apesar dessa grande concentração de operações decorrentes das emendas, a SNTMU apresenta apenas um servidor responsável por analisar as propostas no âmbito daquela Secretaria Nacional, enquanto a SNSA, que se responsabiliza por menos de 1% dos repasses, possui oito servidores responsáveis por analisar as propostas oriundas das emendas parlamentares (evidência: Despacho 836/2018/Assessoria SE/SE, de 12/7/2018).

67. Outrossim, ao longo dos 4 anos analisados (2015-2018) as emendas estão distribuídas de maneira relativamente proporcional conforme se constata no gráfico a seguir.

Gráfico 11 – Distribuição de emendas entre 2015-2018 agrupadas por ano de proposição



Fonte: Secretaria Executiva do Ministério das Cidades – Resposta ao Ofício 1-214/2018 – TCU/SeinfraUrbana, de 26/6/18.
Elaboração: Tribunal de Contas da União.

68. Desse total de contratos de repasse oriundos de emendas, **em junho de 2018, 82% estava em fase de execução**. Essa concentração se dá, segundo o MDR, devido ao tempo médio para conclusão dos objetos das obras, estimado em cerca de 80 meses em abril de 2017 (evidência: TC 016.327/2017-9, peça 68). Logo, dado o início do orçamento impositivo em 2014, não haveria tempo hábil para haver uma quantidade elevada de obras concluídas.

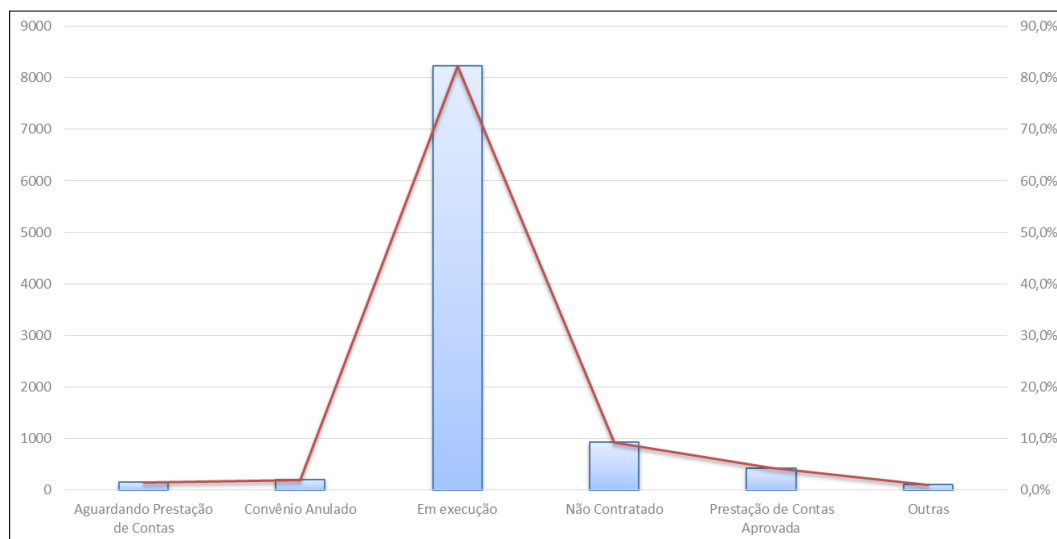
Gráfico 12 – Situações das emendas propostas entre 2015-2018





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

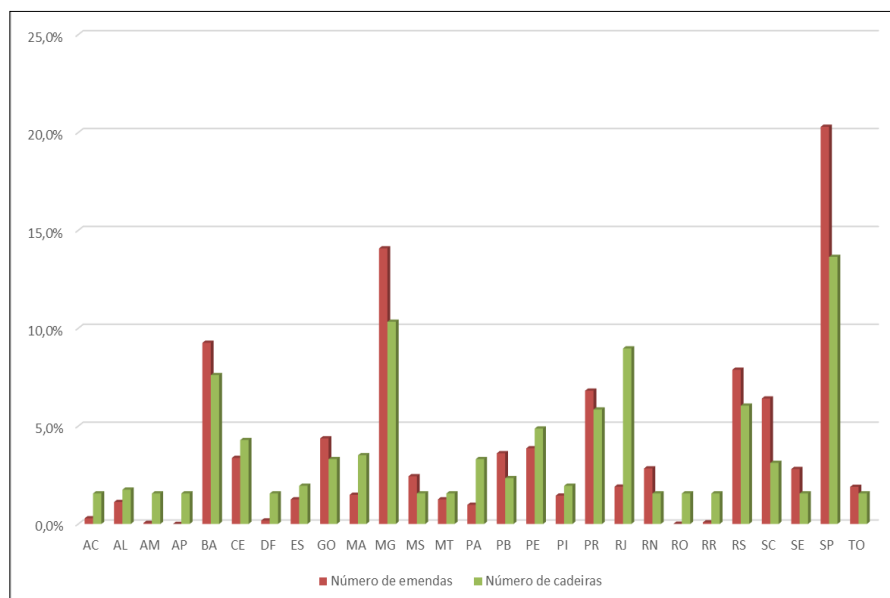
TC 018.272/2018-5



Fonte: Secretaria Executiva do Ministério das Cidades – Resposta ao Ofício 1-214/2018 – TCU/SeinfraUrbana, de 26/6/18.
Elaboração: Tribunal de Contas da União.

69. Ademais, ao se comparar a quantidade de emendas em cada estado destinatário com ao número de assentos na Câmara dos Deputados, nota-se que estados mais populosos tendem a concentrar um maior número de emendas no Ministério das Cidades, em proporção superior ao número de deputados federais. Com efeito, o estado de São Paulo, que possui 13,65% das cadeiras, é responsável por 20% das emendas sob a responsabilidade do MDR. O mesmo pode-se dizer de Minas Gerais, com representação de 10% do número de deputados, é responsável por 14% das emendas.

Gráfico 13 – Distribuições de emendas (propostas 2015-2018) do MDR por UF por cadeiras na Câmara.



Fonte: Secretaria Executiva do Ministério das Cidades – Resposta ao Ofício 1-214/2018 – TCU/SeinfraUrbana, de 26/6/18.
Elaboração: Tribunal de Contas da União.

3. Planejamento da auditoria





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 018.272/2018-5

70. O presente relatório será estruturado conforme as questões da matriz de planejamento. Cada uma das questões será abordada em capítulo próprio. Para verificar se as emendas parlamentares individuais impositivas, da forma como estão hoje previstas, são um modelo de descentralização de recursos eficiente e efetivo para atender as demandas e necessidades locais, primando-se pelos princípios constitucionais da administração pública, foram realizados procedimentos para responder as seguintes questões:

a) **Questão 1:** No momento da elaboração da emenda parlamentar (momento decisório da intervenção), existe um levantamento prévio das necessidades locais minimamente capaz de indicar quais problemas devem ser atacados, bem como qual é a melhor maneira de fazê-lo, tal como (quando aplicável) a existência de projetos previamente elaborados e armazenados num banco de projetos, ou, ainda, a existência de um procedimento que avalie a qualidade da decisão alocativa em seu mérito apto a impor um impedimento técnico quando a qualidade da decisão for insatisfatória?

b) **Questão 2:** O transcurso do tempo entre o momento da aprovação da emenda parlamentar, o início efetivo de sua execução pelo beneficiário e a respectiva entrega do objeto é demasiadamente longo ao ponto de comprometer, ainda que parcialmente, o sucesso e a efetividade da aplicação dos recursos advindos da emenda parlamentar?

c) **Questão 3:** O custo implícito do modelo de alocação de recursos via emenda parlamentar individual é desconhecido e pode vir a comprometer a eficiência e economicidade do processo alocativo?

d) **Questão 4:** Há equidade e isonomia na execução orçamentária e financeira das emendas parlamentares individuais?

4. Destinação de recursos públicos advindos de emendas parlamentares para objetos não prioritários

Questão de Auditoria: No momento da elaboração da emenda parlamentar (momento decisório da intervenção), existe um levantamento prévio das necessidades locais minimamente capaz de indicar quais problemas devem ser atacados, bem como qual é a melhor maneira de fazê-lo, tal como (quando aplicável) a existência de projetos previamente elaborados e armazenados num banco de projetos, ou, ainda, a existência de um procedimento que avalie a qualidade da decisão alocativa em seu mérito apto a impor um impedimento técnico quando a qualidade da decisão for insatisfatória?

Introdução

71. As emendas parlamentares individuais possibilitam a discricionariedade ao parlamentar para a escolha alocativa do recurso, ou seja, para onde e em que objeto o congressista irá destinar o valor emendado. A fim de prover o parlamentar de informações relevantes para sua tomada de decisão, seria desejável que houvesse um levantamento prévio de necessidades e de prioridades para a alocação desses recursos do erário federal, que possibilitasse uma atuação sinérgica entre parlamentares, órgãos setoriais e entes beneficiários, e uma destinação de recursos públicos que promovesse maior efetividade para as questões prioritárias, bem como maior uniformização dos critérios utilizados para a alocação. Contudo, isso não tem acontecido em todos os casos.

72. Segundo informações obtidas durante a auditoria, sobretudo mediante entrevistas com especialistas no tema (peças 72), parlamentares (peças 74-76) e com os relatórios de inspeção *in loco* (peças 78-80), os municípios em geral, especialmente os de pequeno porte (que representam a maioria no país) não possuem um levantamento prévio de suas necessidades e prioridades, realizado com critérios técnicos. Além disso, falta articulação destes com os parlamentares que os representam e destinam recursos para seus municípios.

73. Nesse sentido, podem ser consideradas as seguintes participações acerca da questão, colhidas no painel de referência acerca da matriz de planejamento ou nas entrevistas com parlamentares.





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 018.272/2018-5

74. Durante a oficina, foi levantada a necessidade de se melhorar o planejamento dessas ações, como o levantamento acerca das demandas dos municípios, a elaboração de bancos de projetos que estivessem aptos a receber recurso e a fornecimento dessas informações aos parlamentares para subsidiar sua decisão (peça 72, p. 3-4).

75. Ademais, também se aventou a possibilidade de haver formalização e organização do processo, no Congresso Nacional, de levantamento das necessidades dos beneficiários das emendas, o que acabaria por resultar em uma alocação mais aderentes às necessidades de sua região (peça 72, p. 4).

76. Consecutivamente, segundo entrevistas com parlamentares (peças 74, 75 e 76), a identificação dos beneficiários e dos objetos depende mais da iniciativa e da articulação advinda do próprio congressista com suas bases eleitorais e de suas experiências prévias. A mesma percepção foi compartilhada por consultores de orçamento da Câmara dos Deputados (peça 68).

77. Em síntese, segundo os representantes, na maior parte dos casos **não existe instrumento formalizado pelo Poder Executivo para apresentar prioridades e orientações para alocação ao Poder Legislativo**. É claro que há exceções, de pastas que possuem boas prática de atuações mais proativas, o que será detalhado mais a diante.

78. Dessa maneira, em síntese, há risco de ocorrência de situações indesejáveis, principalmente na grave situação fiscal pela qual passa o país, de haver destinação de recursos para objetos não prioritários ou que requeiram soluções estruturais prévias.

Situações identificadas nos testes substantivos

79. Durante os trabalhos desta auditoria, foram realizados testes substantivos acerca da aplicação de recursos advindos de emendas individuais obrigatórias ligados ao Ministério da Saúde e ao antigo Ministério das Cidades.

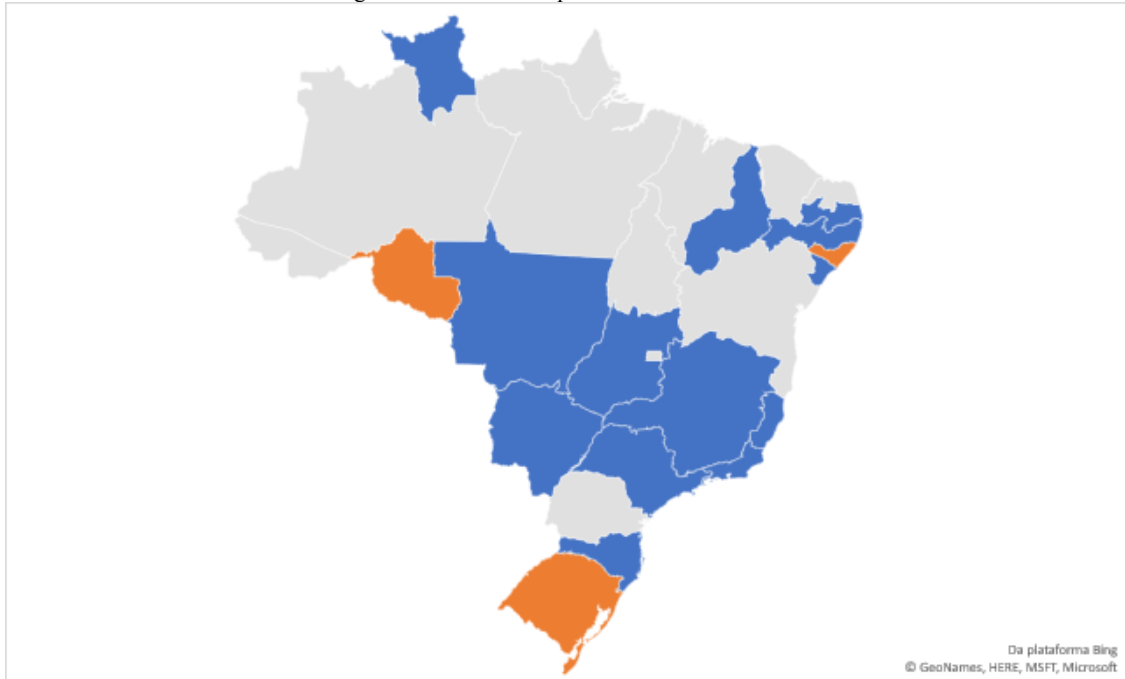
80. No caso da **saúde**, aplicaram-se questionários de auditoria em 31 processos de aquisições de equipamentos, realizados mediante transferências do tipo fundo a fundo, cujos beneficiários são municípios de 10 estados da Federação: AL, ES, GO, MT, PE, PI, RO, RR, SC e SE). Essas aquisições totalizam o montante de investimentos de R\$ 12.453.056,01. Além disso, aplicou-se o mesmo teste para 12 convênios custeados por emendas da área da saúde destinados à aquisição de equipamentos médico-hospitalares, no montante total de R\$ 5.855.899,03, em 6 estados da Federação: MG, MS, PB, RJ, RS e SP. Os papeis de trabalho relacionados estão autuados às peças 78-80.




TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 018.272/2018-5

Figura 5 – Estados em que foram realizados testes substantivos



Fonte: Equipe de auditoria; Em laranja: estados em que somente foram verificadas emendas da área de saúde. Em azul: estados em que foi possível verificar emendas tanto da área da Saúde como do Ministério das Cidades





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 018.272/2018-5

Figura 6 – Foto de equipamento hospitalar adquirido com emenda parlamentar (arco cirúrgico localizado em Teresina/PI).

Fonte: Equipe de auditoria.

81. Já para os investimentos em obras ligadas ao antigo **Ministério das Cidades**, foram aplicados questionários para 25 empreendimentos diversos, como obras de pavimentação urbana, reurbanização e construção de praças e drenagem, localizados em municípios de 13 estados da Federação: ES, GO, MG, MS, MT, PB, PE, PI, RJ, RR, SC, SE e SP. Os investimentos somam R\$ 24.522.332,26 e foram todos realizados por meio de contratos de repasse. Os papéis de trabalho relacionados estão autuados às peças 78-80.

82. Em um dos casos verificados, foi destinado recurso para que a Associação Fluminense de Reabilitação (AFR) adquirisse diversos equipamentos, dentre eles um baropodômetro de R\$ 20.000,00. Essa associação é uma instituição filantrópica de utilidade pública. À semelhança das Santas Casas de Misericórdia, os recursos públicos representam parcela relevante de suas receitas e, por isso, as emendas parlamentares são importantes para elas. Não obstante, no caso em questão, o baropodômetro adquirido pela AFR foi destinado exclusivamente ao atendimento de consultas particulares não cobertas pelo SUS, com custo entre R\$ 250,00 a R\$ 420,00 para o usuário, (peça 78, p. 82-84).

83. Este caso ilustra uma potencial falta de priorização dos recursos para questões mais prementes da área de saúde, no qual uma entidade privada recebe recursos públicos para a aquisição de equipamento que não é colocado à disposição da população. Registra-se, no entanto, que não foram verificados outros casos semelhantes.

Figura 7 – Foto de obra de pavimentação realizada com emenda parlamentar (rua Climário Pissário Nascimento em Serra/ES)

Fonte: Relatório fotográfico obtido pela equipe de auditoria.

84. Por outro lado, também foram identificados bons resultados nos testes substantivos das emendas realizadas pela modalidade de fundo a fundo na área da saúde. Na modalidade fundo a fundo as Secretarias de Saúde municipais e estaduais apontam os itens que seriam adquiridos de acordo com o planejamento próprio e cabe ao FNS repassar os recursos para a aquisição. Assim há celeridade no repasse. Este modelo mitiga a ocorrência de casos como os identificados em Santa Catarina (item 89).

85. Dessa maneira, o que se identificou foi a falta de um canal de comunicação oficial e institucional que possibilite levar essas informações, de maneira estruturada, aos parlamentares.

86. Convém destacar que a sistemática das transferências do tipo fundo a fundo propicia que sejam mitigadas situações de destinação de recurso a questões não prioritárias. Isso porque nelas não é escolhido pelo parlamentar, no momento de proposição da emenda, o objeto destinatário do recurso, mas apenas o ente beneficiário.

25



**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**

TC 018.272/2018-5

87. Nos casos analisados, competia aos fundos municipais ou estaduais de saúde indicarem o objeto em que seriam aplicados os recursos e, posteriormente, ocorria a aprovação e liberação pelo FNS. Assim, o risco de sobreposição e falhas na priorização é reduzido, já que os fundos locais possuem maiores condições de indicarem as necessidades locais.

88. Já para as emendas destinadas a obras ligadas ao Ministério das Cidades, foi verificado que a eficácia da aplicação dos recursos dependeu do nível de planejamento e articulação dos entes beneficiários com os parlamentares. Dentre esses casos, dois exemplos opostos se destacam.

89. Em Florianópolis/SC, em 3 emendas das 4 selecionadas ocorreram as seguintes situações:

a) Siconv 837788, objeto: desenvolvimento dos projetos de engenharia para implantação de ciclovia, reformulação de passeio de pedestres e adequação da sinalização viária no Bairro Trindade na cidade de Florianópolis/SC, atendendo ao público da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e região: neste caso, o objeto foi selecionado por parlamentar para receber recursos de emenda, no entanto, já havia recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para o mesmo objeto. O referido Contrato de Repasse teve que ser cancelado;

b) Siconv 834870, objeto: desenvolvimento de Projeto para Implantação de Praça no Município de Florianópolis/SC: aqui novamente o objeto foi selecionado por parlamentar para receber recursos de emenda, contudo já havia iniciativa local para que o objeto fosse realizado por instituição privada como forma de compensação, determinada em estudo de impacto de vizinhança elaborado em razão da construção de um empreendimento na região. Igualmente o contrato de repasse teve que ser cancelado;

c) Siconv 845461, objeto: construção da Praça Forte São Luis: para a realização dessa obra, identificou-se a necessidade de realização de estudos prévios para autorização por parte do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). O contrato de repasse decorrente da emenda parlamentar, no entanto, não previu recursos para a elaboração desses estudos prévios, que deveriam então ser realizados com recursos da prefeitura. Assim a obra não pode ser iniciada, uma vez que a prefeitura ainda não realizou tais estudos.

90. Para esses casos, questionado sobre a existência de articulação da prefeitura com parlamentares para indicar prioridades na destinação de recursos de emendas, o então Secretário Adjunto da Secretaria Municipal de Infraestrutura de Florianópolis afirmou que o município não realizava essa prática de maneira regular e estruturada (peça 79, p. 20).

91. Por outro lado, em João Pessoa/PB foram identificadas situações que denotam a existência de boas práticas. Lá, conforme informado nos questionários de auditoria, as obras e demais investimentos eram priorizados com base em orçamento participativo, elaborado com a participação de representantes da sociedade civil. Além disso, segundo relatado, a prefeitura possui a prática de realizar sistematicamente articulação com parlamentares federais, visando a alocação de emendas em objetos de seu maior interesse.

92. Em João Pessoa/PB, segundo relatado nos questionamentos, as obras em questão, executadas com recursos de emendas, atendiam às necessidades e prioridades da população.

Deficiências na priorização de recursos para a saúde

93. Como já comentado, há a obrigatoriedade de destinação de metade desses recursos aprovados para ações e serviços públicos dessa área. Além disso, deve-se destacar que os recursos destinados a ações e serviços públicos de saúde por meio de emendas parlamentares individuais são contabilizados na apuração do mínimo de aplicação em saúde previsto no art. 198, § 2º, inciso I, da Constituição Federal de 1988, e regulamentado pela Lei Complementar 141/2012.

94. Destarte, o art. 17 da Lei Complementar 141/2012 dispõe que o rateio dos recursos vinculados a ações e serviços públicos de saúde repassados pela União aos Estados, Distrito Federal e Municípios





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 018.272/2018-5

deverá observar **as necessidades de saúde da população**; as dimensões epidemiológica, demográfica, socioeconômica, espacial e de capacidade de oferta de ações e serviços de saúde; os perfis demográfico da região e epidemiológico da população a ser coberta; as características quantitativas da rede de saúde na área; o desempenho técnico, econômico e financeiro do período anterior; os níveis de participação do setor saúde nos orçamentos estaduais e municipais; a previsão do plano quinquenal de investimento da rede e o ressarcimento do atendimento a serviços prestados para outras esferas de governo, com o objetivo de atender aos objetivos dispostos no inciso II do § 3º do art. 198 da Constituição Federal.

95. Nesses termos, em tese, a destinação de emendas parlamentares à saúde também deveria observar as diretrizes do art. 17 da LC 141/2012, visando a realização de gastos com questões prioritárias que atendam às principais necessidades da população.

96. Este Tribunal encaminhou o Ofício de Requisição 09-TCU/SeinfraUrbana (peça 20), de 3 de setembro de 2018, ao Ministério da Saúde com a finalidade de saber qual o nível de atuação daquele Ministério na destinação dos recursos de emendas parlamentares individuais à área da saúde, no tocante as diretrizes impostas por essa norma. Em relação aos questionamentos, o MS, por meio do Ofício 2790/2018/AECI/MS (peça 23), de 25 de setembro de 2018, respondeu:

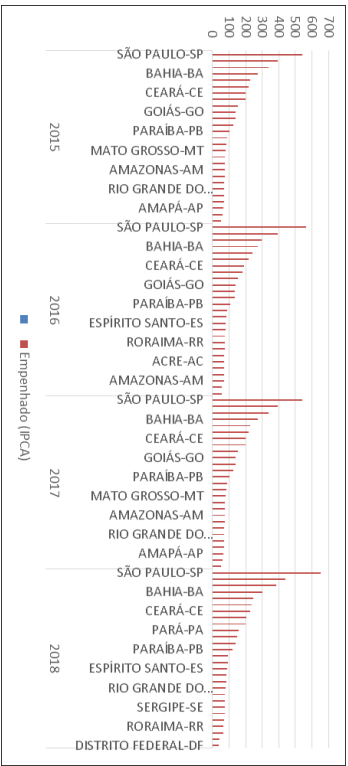
[...] as emendas parlamentares individuais são instrumentos que os Parlamentares possuem para participar do orçamento anual, visando uma melhor alocação dos recursos públicos, sendo de uso e indicação exclusiva dos mesmo, bem como que ao Fundo Nacional de Saúde –FNS/MS, na condição de órgãos repassador de recursos financeiros, compete precipuamente provisionar recursos aos entes administrativos do Ministério da Saúde (Áreas Finalísticas), encarregados da execução e implementação das atribuições e competências relacionados nos arts. 15 e 16 da Lei 8.080, de 1990, assim como acompanhar, fiscalizar e controlar a correta utilização dos recursos conveniados.

97. Logo, de acordo com a resposta do Ministério da Saúde, o mesmo não realiza gestão para a destinação dos recursos decorrentes de emendas parlamentares individuais de execução obrigatória às questões, em sua avaliação, prioritárias. Assim, caberia ao Fundo Nacional de Saúde apenas repassar os recursos às áreas finalísticas do Ministério da Saúde encarregadas da execução e implementação das atribuições e competências relacionadas nos arts. 15 e 16 da Lei 8080/1990, como acompanhar, fiscalizar e controlar a correta aplicação dos recursos.

98. Adicionalmente, observa-se as características de distribuição regional das emendas à área de saúde. O gráfico a seguir apresenta os empenhos de despesas na função saúde custeadas com recursos decorrentes de emendas parlamentares individuais de execução obrigatória por unidade da federação no período de abril de 2015 a agosto de 2018.

Gráfico 14 – Empenho de Despesas Decorrentes de Emendas Parlamentares Individuais na Função Saúde por Unidade da Federação – 2015 a 2018 (R\$ milhões)





¹ Valores foram atualizados pelo IPCA do período.

99. Verifica-se que os mesmos 10 estados (São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia, Paraná, Rio Grande do Sul, Ceará, Pernambuco, Maranhão e Goiás, nessa ordem) foram os que empenharam o maior montante de despesas custeadas com recursos de emendas parlamentares individuais para a saúde. Por outro lado, o Distrito Federal e o estado do Amapá figuraram entre os que empenharam menos recursos no período analisado.

100. É claro que os estados que apresentaram o maior volume de recursos de emendas parlamentares individuais empenhadas também são aqueles com os maiores números de deputados na Câmara dos Deputados, ao passo que os que empenharam menores montantes possuem representações menores naquela Casa Legislativa.

101. Os valores de dotações disponíveis para cada parlamentar, para as emendas individuais impositivas, são os mesmos. No entanto, sendo a quantidade de deputados variável em função da população da unidade da federação, é natural que estados com mais deputados recebam maior volume de recursos de emendas parlamentares individuais, já que os parlamentares tendem a destinar esses recursos aos seus estados de origem.

102. No entanto, segundo informado à equipe de auditoria, o Ministério da Saúde não disponibiliza aos parlamentares informações sobre os estados com maior carência financeira na área da saúde, sobre a dimensão epidemiológica e demográfica, sobre as necessidades ou sobre a capacidade dos serviços de saúde em cada localidade, conforme preconiza o art. 17 da Lei Complementar 141/2012.

Boas práticas identificadas

103. Apesar das fragilidades no processo levantadas acima, algumas pastas setoriais possuem iniciativas próprias no sentido de nunciar os parlamentares com informações que possibilitem uma decisão mais qualificada, quando da proposição de suas emendas. Como exemplos, cita-se a existência de cartilhas informativas que reúnem essas informações e são disponibilizadas aos deputados e senadores.

104. O Ministério do Turismo, por exemplo, possui a seguinte cartilha parlamentar:

Figura 8 – Cartilha Parlamentar do Ministério do Turismo.

Fonte: http://www.turismo.gov.br/images/pdf/Publica%C3%A7%C3%B5es/Cartilha_Parlamentar_2018-2019-V6.pdf

Esta cartilha, desenvolvida pelo Ministério do Turismo, tem o objetivo de ajudá-los [os parlamentares] na formulação das emendas. Com uma linguagem direta, fácil e acessível, a publicação apresenta as ações da





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 018.272/2018-5

Pasta e orientações sobre a possibilidade de alocação das emendas. Contamos com uma equipe técnica apta a solucionar eventuais dúvidas.

105. Iniciativas semelhantes são observadas nos Ministérios da Saúde, da Justiça e da Mulher, Família e Direitos Humanos,

Figura 9 – Cartilhas parlamentares dos Ministérios da Saúde, da Justiça e da Mulher, Família e Direitos Humanos.

Fonte: <http://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2018/agosto/07/cartilha-ms-2018.pdf>; <http://justica.gov.br/Acesso/acoes-e-programas/cartilha/cartilha-emendas-orcamentarias-mj-2019-spo-v14-aberta.pdf>; [file:///C:/Users/marceloac.TCU.000/Downloads/EMENDAS%20SEPPIR%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/marceloac.TCU.000/Downloads/EMENDAS%20SEPPIR%20(1).pdf).

106. Além disso, conforme arguido na oficina com especialistas, há órgãos com assessorias parlamentares mais estruturadas e atuantes, que, mediante gestões junto aos parlamentares, conseguem incentivar a alocação de recursos de emendas em objetos de seu maior interesse. Como exemplo, foi citado o ministério da Defesa.

107. Essas são práticas que devem servir de inspiração para as pastas setoriais, pois propiciam a alocação de recursos de emendas em questões já estudadas e indicadas como prioritárias pelas pastas (peça 72, p.5).

A Lei de Responsabilidade Fiscal e as obras públicas

108. Segundo a Lei Complementar 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF):

Art. 45. Observado o disposto no § 5º do art. 5º, a lei orçamentária e as de créditos adicionais só incluirão novos projetos após adequadamente atendidos os em andamento e contempladas as despesas de conservação do patrimônio público, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias. (Lei Complementar 101/2000 – LRF).

109. Ainda, de acordo com a Lei 13.408, de 26 de dezembro de 2016 (LDO/2017):

Art. 19. O Projeto e a Lei Orçamentária de 2017 e os créditos especiais, observado o disposto no art. 45 da Lei de Responsabilidade Fiscal e atendido o disposto no art. 2º desta Lei, somente incluirão ações ou subtítulos novos se:

I - tiverem sido adequada e suficientemente contemplados:

[...]

b) os projetos e respectivos subtítulos em andamento;

II - os recursos alocados, no caso dos projetos, viabilizarem a conclusão de uma etapa ou a obtenção de uma unidade completa, considerando-se as contrapartidas de que trata o § 1º do art. 79;

110. Embora a LDO mencione ações e subtítulos novos, a LRF faz menção à projetos. Tais ações podem se referir tanto à execução de uma obra pública, quanto a qualquer outro tipo de despesa pública, assim como uma ação pode contemplar uma ou várias obras.

111. Sobre o assunto, o TCU, possui julgamentos com o entendimento de que os artigos em comento vedam o início de nova obra sem que haja recursos orçamentários e financeiro suficientes para sua regular execução e para atender adequadamente as obras já em andamento.





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 018.272/2018-5

112. No Acórdão 502/2017-TCU-Plenário (Relator: Ministro Augusto Sherman Cavalcanti), por exemplo, o Tribunal avaliou situação em que o Dnit iria iniciar obra nova sem garantir os recursos necessários para o seu adequado andamento e antes de terminar as obras já iniciadas no estado de Santa Catarina. O Ministro Augusto Sherman Cavalcanti, assim avaliou a situação:

19. Como se observa, a LC 101/2000 condiciona a realização da despesa à existência de dotação específica e suficiente para sua execução adequada. Além disso, a lei estabelece como condição para a inclusão de novos projetos na lei orçamentária e nas de créditos adicionais o atendimento adequado dos projetos em andamento. Aqui, embora o dispositivo dirija-se primariamente ao legislador, pois se destina a disciplinar a elaboração da lei de orçamento, reflexamente deve guiar a ação do gestor. Se o gestor se encontra frente a dispositivo da lei orçamentária que contraria orientação da LRF, não restam dúvidas de que deve dar primazia ao cumprimento da LRF, porque a lei orçamentária e, conseqüentemente, sua execução devem estar em conformidade com a referida lei complementar ante o disposto em seu art. 5º.

[...]

23. É certo que a forma de alocação de recursos nos diversos projetos se insere na esfera de discricionariedade do gestor. Porém, essa esfera deve observar os balizamentos previstos em lei. No caso em tela, as disposições dos arts. 16, § 1º, inciso I, e 45 da LRF não estão sendo observadas: não há recursos para iniciar a nova obra e os projetos em andamento não estão sendo adequadamente atendidos.

24. Há, portanto, um grave problema de gestão. Caso o Tribunal não atue, a perspectiva é de agravamento do quadro, com a adição de mais uma obra inconclusa ao rol de obras do Dnit no Estado.

113. Esse entendimento pode, de algum modo, ser extrapolado para as emendas parlamentares. Nesse sentido, **não seria razoável, especialmente num cenário de ausência de recursos para custear os investimentos já em andamento, fossem direcionadas emendas para iniciar novos empreendimentos.**

114. Ainda que se argumente que o art. 45 da LRF seja relativo a ações ou subtítulos orçamentários, como dispôs a LDO 2017, o fato é que, permitir a seleção de novos empreendimentos (projetos) aptos a receber recursos federais sem que haja a cobertura financeira e orçamentária suficiente para atender os que estão em andamento, acabaria resultando em uma das seguintes hipóteses: (i) fugir do objetivo principal da LRF de buscar o equilíbrio das contas públicas por meio de uma gestão fiscal responsável e transparente, na hipótese de gastar além dos limites permitidos; ou (ii) interromper os repasses financeiros para obras em andamento, sendo que problemas dessa natureza (orçamentário-financeiro) são uma das principais causas de atrasos e paralisações, conforme diagnóstico levantado na auditoria de obras paralisadas desta Corte (TC 011.196/2018-1)

115. Nada obstante, cabe louvar a interessante iniciativa adotada pela comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional para a elaboração da LOA de 2019. A Comissão orientou os parlamentares de ambas as Casas Legislativas que suas emendas deveriam ser, prioritariamente, direcionadas a atender obras em andamento.

116. Para isso, em trabalho conjunto com o então Ministério do Planejamento, disponibilizou aos congressistas uma relação das obras em andamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e do Avançar, divididas por estado e município, de pequeno a grande porte.

117. A comissão também divulgou a relação de pré-convênios, com planos de trabalho aprovados pelos órgãos setoriais. São convênios firmados no âmbito do Sistema de Convênios (Siconv), com a parte burocrática já adiantada, mas sem recursos suficientes para serem executados (fonte: <https://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/ADMINISTRACAO-PUBLICA/564825-ORCAMENTO-DIVULGA-LISTA-DE-OBRAS-PARA-RECEBER-RECURSOS-DE-EMENDAS-PARLAMENTARES.html>).

118. Tal iniciativa vai ao encontro do entendimento exposto pelo TCU, pois, além de privilegiar aspectos relevantes de responsabilidade fiscal, no atual cenário de crise, ao não iniciar novas frentes que podem inviabilizar as em andamento, ataca um problema crônico do país, qual seja de obras paralisadas, conforme diagnóstico realizado por esta corte no âmbito do TC 011.196/2018-

30



**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**

TC 018.272/2018-5

comentários dos gestores

119. Em resposta às recomendações exaradas, seguem os principais comentários acerca da presente questão:

120. Ministério de Desenvolvimento Regional: seja implementada solução computacional, na Plataforma Mais Brasil ou em outro sistema informatizado adequado, que possibilite ao gabinete do parlamentar acessar determinado endereço eletrônico por meio do qual o parlamentar possa, em tempo real, consultar os empreendimentos do seu Estado ou Município, que estejam com o status de paralisado.

121. Ministério da Economia: em 2018 foi disponibilizado o aplicativo "SICONV CIDADÃO", atual "CIDADÃO +BRASIL", o qual está voltado para que os cidadãos e gestores dos entes indiquem as necessidades locais. Informou, ainda, que em 2017 foi disponibilizado no Portal de Convênios, atual Plataforma +Brasil, a funcionalidade denominada "Banco de Projetos", que possibilita o cadastramento de projetos pelos concedentes, cidadãos e gestores estaduais e municipais.

122. Fundo Nacional de Saúde: informou a disponibilização da "Cartilha para apresentação de Propostas ao Ministério da Saúde"; ademais, manifestou que iniciou os estudos necessários para a implantação de um "Banco de Projetos" para cadastramento pelos entes federativos de seus projetos prioritários vinculados às suas necessidades de investimento na rede de serviços de saúde, de acordo com seus respectivos planos de saúde. Outrossim, asseverou que está em pleno funcionamento o aplicativo "Emendas Parlamentares", que seria um instrumento gerencial de acompanhamento, por meio de notificações, do processo de execução orçamentária e financeira das propostas de investimento vinculadas e financiadas por meio de emendas parlamentares.

Propostas de encaminhamento

123. Durante as entrevistas, foi ressaltada a importância dos recursos de emendas parlamentares impositivas, sobretudo para os municípios de menor porte. Para esses entes, que possuem receitas orçamentárias restritas, o recebimento de emendas representa investimento significativo frente a suas disponibilidades.

124. Nesse sentido, segundo informado em entrevista com Senador da República, as emendas parlamentares impositivas valorizam a atuação do parlamentar, democratizam a execução orçamentária e financeira e incentivam uma atuação mais responsável dos congressistas. Contudo, segundo ele, as emendas poderiam contribuir mais se tivessem maior agilidade em sua execução (peça 76).

125. Ademais, foi possível constatar que a existência de planejamento municipal, com o levantamento de necessidades e prioridades, associado a uma adequada articulação política com os parlamentares que representam a região, contribuem para que as emendas destinadas a objetos de maior interesse e, assim, resultem em maior proveito para a população local.

126. No caso deste trabalho, o foco recai sobre a atuação dos órgãos federais, especialmente os Ministérios da Saúde e do atual Ministério do Desenvolvimento Regional.

127. Pelas constatações, é recomendável a existência de uma atuação mais proativa junto ao parlamento por essas pastas, com a indicação de ações e projetos prioritários para cada setor. Avalia-se que tais ministérios poderiam levar mais informações aos congressistas que lhes possibilitassem uma alocação mais qualificada de suas emendas.

128. Dessa feita, segundo opinião de diversos especialistas consultados durante esta auditoria, seria oportuno se esses órgãos setoriais dispusessem (e levassem essa informação ao parlamento) de um banco de projetos para obras e outros investimentos (iniciados ou não) os quais estariam aptos a receber recurso advindos de emendas. Esse banco poderia, por exemplo, incluir obras paralisadas por falta de recursos.





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 018.272/2018-5

129. Assim, será **recomendado ao Ministério da Economia, da Saúde e do Desenvolvimento Regional** que adotem medidas institucionais e estruturadas, alinhadas com o cronograma do ciclo das emendas parlamentares, no sentido de elencar e informar ao parlamento, objetos prioritários e aptos ao recebimento de recursos federais oriundos dessas emendas, contemplando, inclusive, obras paralisadas por falta de verbas, utilizando, por exemplo, a Plataforma Mais Brasil e/ou outras ferramentas de divulgação; especificamente no caso da saúde, considerando as disposições do art. 17 da Lei Complementar 141/2012.

130. No relatório preliminar deste trabalho foi apresentada proposta de recomendação no sentido de incluir expressamente nos próximos projetos de Lei de Diretrizes Orçamentárias a vedação à destinação de recursos oriundos de emendas parlamentares a novos convênios, ou outros instrumentos congêneres para descentralização de recursos, quando não houver recursos orçamentários e financeiros suficientes para suportar a execução regular de todos aqueles instrumentos de transferência de recursos já existentes.

131. Contudo, após a realização de painel de referência para avaliar os achados deste trabalho, participantes, apesar de concordarem com a proposta, arguíram ser inviável efetivar o seu cumprimento, dada a falta de ferramentas para viabilizar essa avaliação.

132. Dessa forma, será proposta **determinação ao Ministério da Economia para que apresente um plano de ação cujos objetivos serão:** a) estruturar, na Plataforma Mais Brasil ou em outro sistema informatizado adequado, ferramenta que permita implementar a recomendação mencionada anteriormente (*supra*), permitindo sua ampla visualização por parlamentares, gestores públicos e sociedade em geral, a fim de auxiliar a tomada de decisão dos parlamentares e possibilitar o engajamento social acerca da gestão municipal; e b) estruturar ferramentas de governança para que não sejam iniciados novos projetos de obras públicas financiadas com recursos de emendas parlamentares caso não haja previsão de recursos orçamentários e financeiros, para o exercício corrente, suficientes para suportar a execução regular de todos aqueles instrumentos já em andamento, destinados à execução de obras públicas.

133. Também será determinado que a Seinfra Urbana acompanhe a implementação do plano de ação exposto no item *supra*.





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 018.272/2018-5

5. Longo tempo para conclusão de obras custeadas com recursos de emendas parlamentares em programas do Ministério do DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Questão de auditoria: O transcurso do tempo entre o momento da aprovação da emenda parlamentar, o início efetivo de sua execução pelo beneficiário e a respectiva entrega do objeto é demasiadamente longo ao ponto de comprometer, ainda que parcialmente, o sucesso e a efetividade da aplicação dos recursos advindos da emenda parlamentar?

Introdução

134. O tempo médio entre o momento da aprovação da emenda parlamentar e a entrega da respectiva obra, relativa à programas do Ministério das Cidades, é longo e tem piorado ao longo dos últimos anos, comprometendo, por conseguinte o sucesso e a efetividade da aplicação dos recursos. Esta análise abrangeu apenas o extinto Ministério das Cidades, incorporado pelo atual Ministério do Desenvolvimento Regional.

135. É necessário ressaltar que o lapso temporal em questão abarca todos os trâmites necessários para o aceite dos projetos por parte do Ministério e da Caixa Econômica Federal, além da realização de licitações e da execução da obra em si, por parte dos beneficiários. Assim, o Ministério concedente e a Caixa não têm responsabilidade direta sobre a execução das obras, recaindo esta sobre o ente conveniente, receptor dos recursos. No entanto, atuam em momentos específicos ao longo desse processo, tendo contribuição para essa situação.

136. Outro ponto a registrar é o fato de os dados utilizados para embasar este achado de auditoria não dizerem respeito apenas a obras provenientes de emendas parlamentares; mas, sim, de todas as obras custeadas pelo Ministério das Cidades mediante transferências voluntárias que não se enquadram no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Essas obras relacionadas a essas transferências voluntárias serão usualmente denominadas “não PAC”.

137. Apesar disso, a carteira de obras conceituadas como “não PAC” é bastante representativa para a presente análise. Segundo os dados da Caixa Econômica Federal, a carteira de operações ativas não PAC, relativa ao MDR, tinha (em dados de outubro de 2018) **14.641 operações advindas do Ministério das Cidades, sendo que 10.091 eram de contratos provenientes de emendas parlamentares, portanto 69% dos repasses.**

138. Destarte, constatou-se que **o tempo médio para conclusão de obras provenientes de repasses do então MDR passou de 70 para 97 meses** (mais de oito anos) num período inferior a três anos (entre novembro de 2015 a julho de 2018). De acordo com o próprio Ministério, tanto os tempos para conclusão quanto o ritmo de execução dos objetos da carteira de repasses “não PAC” do antigo MDR têm sofrido uma piora contínua. Essas informações podem ser visualizadas a seguir, no gráfico acerca do prazo médio de conclusão, elaborado pelo próprio MDR.

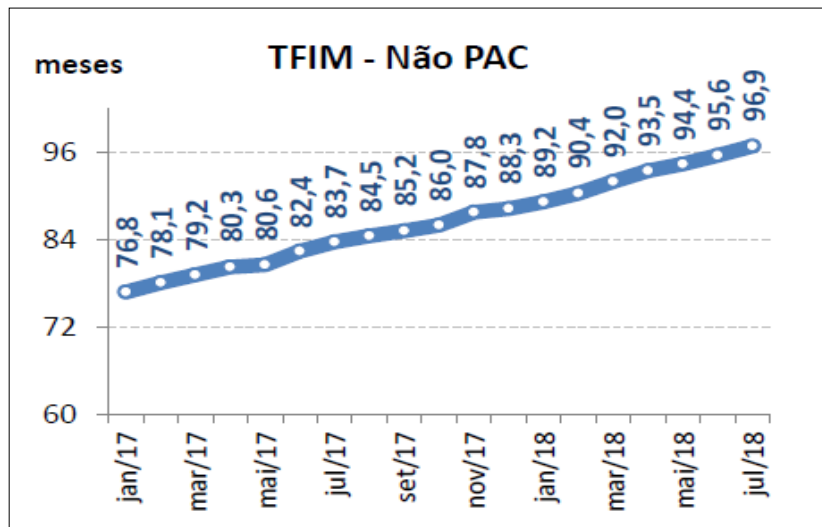
Gráfico 15 - Prazo médio de conclusão de obras janeiro de 2017 a julho de 2018.





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 018.272/2018-5



Elaboração: Ministério das Cidades, EGP/SE.

Fonte: Resposta ao Ofício 12-214/2018 (peça 44, p. 5) e Saci (Sistema de Acompanhamento e Controle de Investimentos).

139. Outra fonte de informação que corrobora a presente avaliação é a auditoria operacional realizada pelo TCU acerca da ação orçamentária de Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano – 1D73 (TC 016.327/2017-9). Essa ação destina recursos majoritariamente para obras de pavimentação de ruas. Cerca de 85% de seus contratos, de 2015 a 2017, foram custeados com recursos advindos de emendas parlamentares. A carteira de contratos relativos à ação 1D73 representa relevante parcela da carteira de contratos não PAC, possuindo **7.820 contratos** num montante total de investimentos de R\$ 5.645.575.450,00.

140. Analisando-se a carteira de contratos de operações de repasse não PAC, verifica-se que a deterioração dos prazos de execução das obras vem ocorrendo continuamente ao longo dos últimos anos. Levantou-se que **o tempo médio para conclusão de uma obra era de 59,9 meses, em novembro de 2015, e passou para 76,2 meses em novembro de 2016**, conforme se verifica no gráfico a seguir, também de elaboração do MDR.

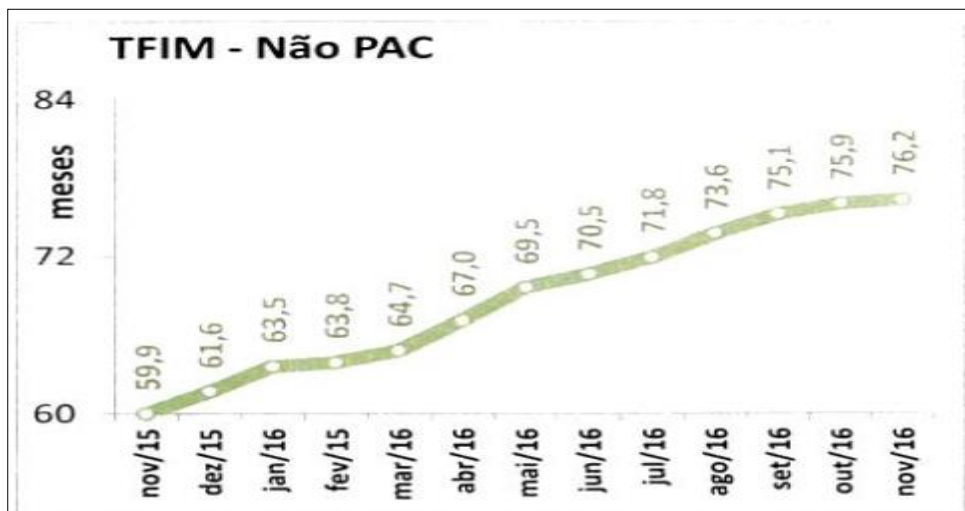




TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 018.272/2018-5

Gráfico 16 - Prazo médio de conclusão de obras novembro 2015 a novembro de 2016.

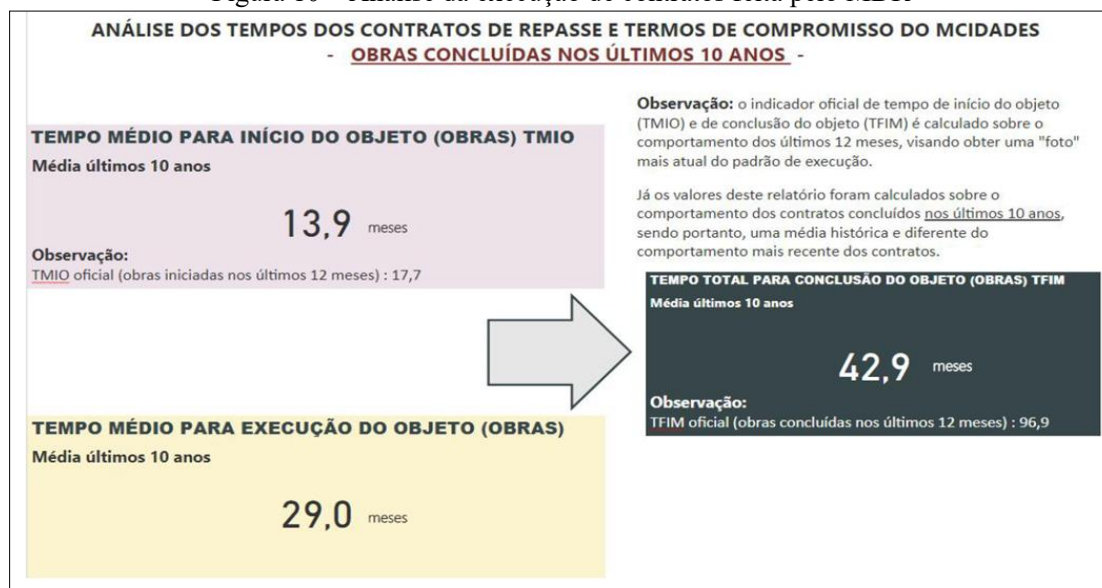


Elaboração: Ministério das Cidades, EGP/SE.

Fonte: Saci (Sistema de Acompanhamento e Controle de Investimentos).

141. Registra-se que o processo de piora no tempo médio entre início e conclusão das obras não é um fenômeno conjuntural ou episódico, pois vem se agravando a pelo menos dez anos. Segundo o MDR, o tempo médio para término das obras não inseridas no PAC na última década era de 42,9 meses. O valor inferior às médias atuais revela que os prazos de execução eram substancialmente menores que os verificados nos últimos anos.

Figura 10 – Análise da execução de contratos feita pelo MDR



Elaboração: Ministério das Cidades.

Fonte: Resposta ao Ofício 12-214/2018 (peça 44, p. 6).

142. A partir das informações apresentadas pelo MDR, nota-se, que, além do tempo médio de conclusão dos objetos, o ritmo de execução das obras “não PAC” também apresentou piora. O cálculo do indicador abaixo é feito pelo MDR, dividindo-se o percentual de execução (registrado no Sistema de Acompanhamento e Controle de Investimentos (Saci)) pelos percentuais de execução de referência



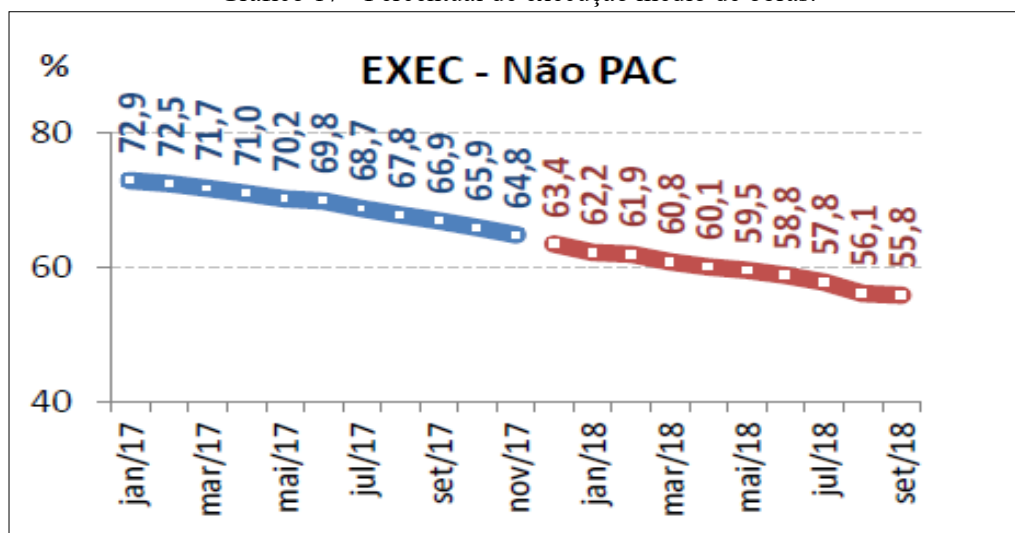


TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 018.272/2018-5

estimados para cada tipo de obra, em razão do porte do empreendimento. Assim, por exemplo, contratos de até R\$ 750 mil possuem tempo total de referência de 36 meses, sendo 12 para iniciar o empreendimento e 24 para executá-lo. Com efeito, **em janeiro de 2017 a taxa de execução média era de 72,9% do considerado ritmo ideal, caindo para 55,8% em setembro de 2018.**

Gráfico 17 - Percentual de execução médio de obras.



Elaboração: Ministério das Cidades, EGP/SE.

Fonte: Saci (Sistema de Acompanhamento e Controle de Investimentos)

143. A Caixa Econômica Federal também vem identificando essa piora no desempenho da execução das obras executadas com recursos federais. A Caixa, que atua como mandatária da União, apurou que aquelas firmadas a partir de 2007 passaram a levar cerca de o dobro do tempo para atingir o mesmo percentual de desbloqueio de recursos acumulado quando comparados com os antigos repasses firmados até 2007.

Tabela 3 - Tempo (anos) para alcance dos % de desbloqueio

Safras	Desbloqueio Acumulado					
	10%	20%	30%	40%	50%	60%
Até 2007	1	1,3	1,5	1,9	2,1	2,5
A partir de 2007	2	2,5	3	3,5	4,5	6

Fonte: Superintendência Nacional de Transferência de Recursos Públicos (Sutre), Caixa Econômica Federal (peça 73, p. 7).

144. Assim sendo, a relevância desta constatação para as emendas parlamentares se dá na medida em que a Caixa é a responsável por todas as operações de repasse realizadas pelo MDR com recurso de emendas parlamentares na modalidade contrato de repasse.

Testes substantivos

145. Mediante a realização de visitas *in loco* nesta auditoria, realizou-se testes substantivos em 25 contratos de repasse de obras de infraestrutura urbana provenientes de emendas parlamentares, distribuídos em 13 estados da Federação, em todas as cinco regiões do Brasil, com o intuito de se avaliar essa taxa de execução das obras.

146. O indicador da taxa de execução foi calculado dividindo-se o somatório de percentuais executados pelo somatório da execução projetada, isto é, utilizou-se a mesma fórmula que a





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

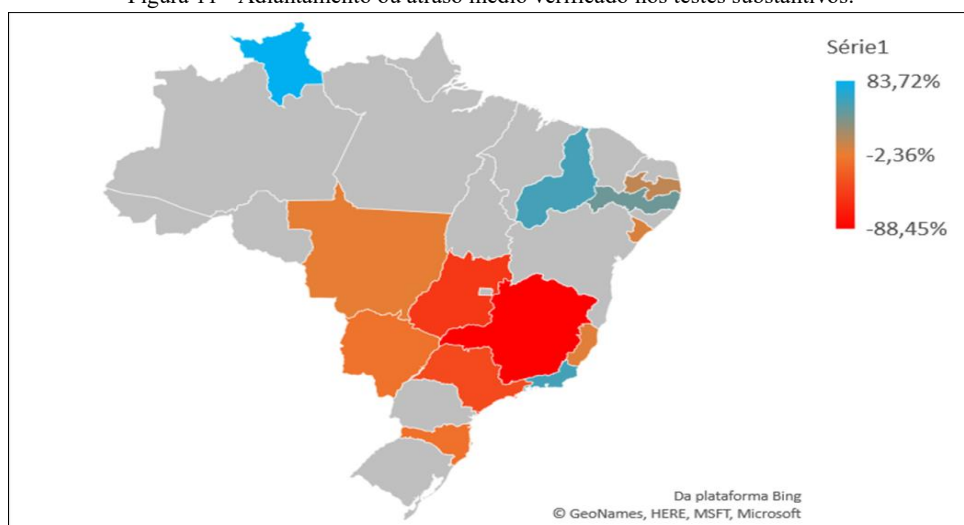
TC 018.272/2018-5

apresentada pelo Relatório de Monitoramento da Estratégia – MDR 3T18 (peça 85. p.9). O detalhamento acerca deste cálculo está disposto no Anexo II deste relatório.

147. Foram excluídos do cálculo quatro contratos de repasse, sendo dois deles por se tratarem de elaboração de projetos (e não obras em si) e os outros dois por terem sido extintos antes mesmo do início de sua execução. Registra-se que a amostra não foi estatística, não podendo ser extrapolada de maneira inequívoca para toda a carteira de contratos provenientes de emendas parlamentares.

148. Ao aplicar testes substantivos, constatou-se atraso de execução em dez contratos dentre os 21. Os status das obras podem ser visualizados na figura seguinte.

Figura 11 - Adiantamento ou atraso médio verificado nos testes substantivos.



Fonte: equipe de auditoria com dados das visitas in loco

149. A amostragem realizada apresentou resultado melhor que o indicador de execução, apurado pelo MDR e que abrange a totalidade dos contratos. Com efeito, o cálculo apurado pelo TCU em sua amostra resultou em taxa de execução de 71,19% do que seria o ideal, em 1/11/2018, enquanto, como já mencionado, o resultado do mesmo indicador para o todos os contratos “Não PAC” foi de 55,8% segundo o MDR.

Tabela 4 – Resumo da execução verificada nos testes substantivos.

UF	Contrato (Siconv)	Execução da obra (a)	Execução Prevista (b)	Valor do Contrato
ES	821736/2015	100,00%	97,95%	R\$ 254.826,77
	830617/2016	19,82%	43,71%	R\$ 289.505,31
GO	829705/2016	0,66%	67,91%	R\$ 500.000,00
MG	830134/2016	0,00%	88,44%	R\$ 719.235,92
MS	819795/2015	48,25%	57,96%	R\$ 1.037.849,88
MT	803285/2014	29,68%	99,07%	R\$ 2.161.979,17
	830090/2016	0,00%	78,99%	R\$ 425.736,00
	862364/2017	0,00%	0,00%	R\$ 536.578,26
	862366/2017	0,00%	0,00%	R\$ 1.073.478,26
PB	828941/2016	44,14%	30,02%	R\$ 997.476,00
	834822/2016	0,00%	88,45%	R\$ 697.809,00
PE	822836/2015	52,32%	41,70%	R\$ 1.502.869,00

37





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 018.272/2018-5

UF	Contrato (Siconv)	Execução da obra (a)	Execução Prevista (b)	Valor do Contrato
	837930/2016	47,98%	3,98%	R\$ 1.574.869,00
PI	819607/2015	100,00%	41,70%	*R\$ 971.051,65
RJ	823174/2015	100,00%	41,70%	*R\$ 861.470,19
	830238/2016	0,00%	22,82%	R\$ 1.482.100,00
RR	829833/2016	100,00%	67,91%	R\$ 988.588,60
SC	829842/2016	0,00%	16,28%	R\$ 838.863,30
	845461/2017	0,00%	0,00%	R\$ 3.898.707,11
SE	819859/2015	46,07%	41,70%	R\$ 2.036.000,00
SP	830728/2016	0,19%	37,72%	R\$ 245.850,00
Total				R\$ 21.262.321,58

Fonte: Testes promovidos pelas equipes estaduais do TCU (Peça 78-80) e cálculo da curva S (arquivo não digitalizável, peça 78)

*Valor já ajustado para baixo em razão de a obra atingir 100% de execução com valor menor do originalmente contratado

Possíveis causas para o problema

150. Nos testes substantivos supramencionados, as obras mais atrasadas possuem um elemento em comum: **o longo tempo para início do repasse de recursos**. As três mais atrasadas possuem contratos de repasse assinados em março de 2016. Em duas delas, o primeiro repasse foi realizado no dia 12/11/2018 (Siconv 830134 e 834822) e uma ainda não possuía repasse (Siconv 835294).

151. **Em média, o prazo entre a assinatura do contrato de repasse e a primeira liberação de recurso, para as 18 obras inspecionadas em que houve alguma liberação, foi de 720 dias (quase dois anos).**

152. Das obras inspecionadas, em 36% foram relatados demora nos repasses da União como sendo uma das causas para o atraso na execução das obras. O impacto dos atrasos é diverso dependendo do porte dos municípios. Em Cuiabá/MT e João Pessoa/PB, por exemplo, dois contratos foram custeados com recursos próprios até a liberação de valores pelo governo federal. Já o município de Igarapé/MG, por exemplo, não conseguiu disponibilizar recursos para iniciar sua obra.

153. Cabe informar que a demora nesses repasses pode ter outras causas, as quais pela limitação do escopo não foram objeto do presente trabalho.

154. Ainda assim, foi verificada disparidade entre as datas em que os projetos foram aceitos pela Caixa e os primeiros repasses. Em Mato Grosso do Sul (Siconv 819795), o projeto foi aceito em 14/8/2015 e o primeiro repasse ocorreu apenas em 6/11/2017 (após 27 meses). Atrasos similares foram verificados: no contrato de repasse Siconv 830090 (aceite em 7/4/2016 e repasse em 26/12/2018); no contrato de repasse Siconv 828941 (contratado sem cláusula suspensiva, com projeto de dezembro de 2014 e repasse em 30/8/2018); e no Contrato de Repasse Siconv 835294 (com projeto aceito em 28/12/2016 e ainda sem repasse da União) (todos os dados foram obtidos no Sistema Siconv).

155. Além disso, merece destaque outro ponto levantado pela Caixa, qual seja, o número de instrumentos regulatórios que regem essas operações de repasses. **O número de instruções normativas, portarias, decretos, acórdãos do TCU, etc. saiu da faixa de 40, em 2007, para mais de 160, em 2016, segundo a Caixa.**

156. Neste trabalho, não se adentrou no mérito do incremento da qualidade e da necessidade dos controles que estes instrumentos trouxeram. Cabe ponderar, no entanto, que a significativa elevação no



**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**

TC 018.272/2018-5

número de normas acrescenta complexidade operacional e pode vir a ser uma das principais causas desse agravamento nos tempos de conclusão das obras.

157. Conforme as causas levantadas na auditoria sobre obras paralisadas (TC 011.196/2018-1), as quais se aplicam a todas as modalidades de transferências a entes municipais para execução de obras e se relacionam diretamente com a questão ora tratada, essa percepção se dá pela disparidade entre os requisitos e procedimentos exigidos pela União e a capacidade institucional dos entes subnacionais. Sobre a questão, cita-se trecho do relatório daquela fiscalização:

Durante a oficina realizada com especialistas no âmbito da presente auditoria, manifestação de um dos participantes vinculados à administração municipal chamou a atenção para a necessidade de se pensar em alternativas para esse problema. De acordo com o relato, muito tem sido investido em capacitações e treinamentos, mas essa estratégia tem se mostrado insuficiente para suprir a necessidade, o que aponta no sentido de buscar novas estratégias.

Um dos aspectos destacados é a alta complexidade dos procedimentos realizados e que, em vez de continuar tentando trazer os entes municipais para dentro de toda essa complexidade, deveria haver uma estratégia alternativa de aproximação com as realidades locais, buscando a simplificação da sistemática de modo a compatibilizá-la com essas realidades.

158. Cabe registrar que, durante o painel de referência acerca da matriz de planejamento desta auditoria, também foi levantada, pelos participantes, essa questão do aumento da complexidade burocrática e seus efeitos sobre o atraso no desempenho das obras.

159. Esse fato poderia, em alguns casos, se traduzir num ônus maior na celebração dos instrumentos do que na execução em si, uma vez que a celebração contempla a elaboração e aprovação de projetos, obtenção de licenças, requisitos de cláusulas suspensivas, procedimento licitatório e contratação, etapas que a maioria dos municípios têm dificuldade de lidar e atender a contento (peça 72).





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 018.272/2018-5

Figura 12 – Quantidade de instrumentos regulatórios relacionados a transferências voluntárias de recursos federais.



Fonte: Superintendência Nacional de Transferência de Recursos Públicos (Sutre), Caixa Econômica Federal (peça 73, p.6).

160. Além disso, também durante o painel de referência para discussão da matriz de planejamento desta auditoria, gestores mencionaram, reiteradas vezes, como obstáculo à consecução dos empreendimentos, **a deficiência gerencial que muitos municípios beneficiários possuem**, especialmente aqueles de menor porte e com menor nível de escolaridade de sua população.

161. Soma-se a isso a elevada rotatividade de equipes nas prefeituras, que ocorre periodicamente a cada nova eleição, gerando descontinuidade administrativa. Essa realidade impacta não apenas o processo de execução em si, mas, também, o planejamento dos empreendimentos. Isto é, tais prefeituras têm, em geral, dificuldade na elaboração de projetos, obtenção de licenças, condução de procedimentos de licitação, contratação e fiscalização das obras, e ainda, desconhecimento dos recursos disponíveis para seus municípios, via transferências voluntárias.

Boas práticas identificadas

162. Até pouco tempo, não havia estímulos financeiros que propiciassem uma atuação proativa da Caixa Econômica Federal no desempenho dos serviços como mandatária da União, especialmente nos contratos firmados com o MDR anteriormente à vigência da Instrução Normativa MP nº 2, de 24/1/2018, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (IN MP 2/2018), e a consequente assinatura do novo contrato de prestação de serviço com a Caixa (peça 73).

163. A IN MP 2/2018 estabeleceu novas regras e diretrizes para a execução dos contratos de prestação de serviço celebrados entre a União e instituições financeiras oficiais federais, para atuação como Mandatárias da União, na gestão operacional de contratos de repasse. No caso do MDR, foi firmado o contrato com a Caixa, se amoldando às regras desse normativo.

164. De acordo com o que foi levantado, a expectativa de aumentar a agilidade da execução com a IN MP 2/2018 e o novo contrato de prestação de serviço se dá, entre outros motivos, em razão das **alterações das regras de remuneração da Mandatária**. Anteriormente, a remuneração se dava por módulos, como a “Instrução de Processo”, em forma valor fixo, e a “Análise de Viabilidade Técnica”, em valor variável proporcional ao valor do repasse.

165. Com a assinatura do novo contrato, a remuneração passou a ser computada por “Eventos Geradores de Tarifa”, compostos por parcela fixa mais parcela variável, os quais possuem um encadeamento cronológico mais claro.

40





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 018.272/2018-5

166. Além disso, foi relatado durante o painel de referência que a própria Caixa teria mudado sua política interna sobre sua atuação nos contratos de repasse, passando a remunerar os gerentes responsáveis pelas operações em função da conclusão de etapas nos projetos, isto é, a cada novo evento gerador de tarifa concluído.

167. Outrossim, sendo recentes essas mudanças, os dados avaliados neste relatório não conseguiram capturar ainda uma melhoria no prazo de conclusão dos empreendimentos executados mediante transferências voluntárias. No entanto, com o advento da IN MP 2/2018, espera-se que esses prazos de execução se reduzam.

168. Segundo estimativas da Caixa, nas faixas de valor de investimento de R\$ 250 mil a R\$ 750 mil (faixa 1) e de R\$ 750 mil a R\$ 5 milhões (faixa 2), **a redução esperada seria de, respectivamente, até 41 meses na faixa 1 (redução do prazo em 58%) e de até 31 meses na faixa 2 (redução do prazo em 39%).**

Figura 13 – Confrontação entre tempo de execução realizado e as metas da Caixa Econômica Federal.



Fonte: Superintendência Nacional de Transferência de Recursos Públicos (Sutre), Caixa Econômica Federal (peça 73, p. 19).

Exíguo prazo de análise acerca dos impedimentos e ordem técnica

169. Verifica-se que o lapso temporal para conclusão dos empreendimentos custeados com emendas parlamentares é longo, porém **o prazo para que os órgãos setoriais analisem a eventual existência de impedimentos de ordem técnica é significativamente exíguo. Em 2018, por exemplo, esse prazo foi de 5/3 a 19/4, totalizando 45 dias.**

170. Os impedimentos de ordem técnica são um importante instrumento para que objetos de emendas parlamentares eventualmente não aderentes aos critérios estabelecidos não sejam executados. Quando de sua ocorrência, a execução orçamentária da emenda deixa de ser obrigatória. Essa possibilidade está prevista no próprio texto constitucional, em seu art. 166, § 12.

171. ‘Os impedimentos de ordem técnica são anualmente regulamentados pelo antigo Ministério do Planejamento, atual ministério da Economia. Usualmente, costumam abarcar questões como:

- incompatibilidade do objeto proposto com a finalidade da ação orçamentária;
- incompatibilidade do objeto proposto com o programa do órgão ou entidade executora;
- falta de razoabilidade do valor proposto, incompatibilidade do valor proposto com o cronograma de execução do projeto ou proposta de valor que impeça a conclusão de uma etapa útil do projeto;





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 018.272/2018-5

- d) não indicação de beneficiário pelo autor da emenda;
- e) não apresentação de proposta ou plano de trabalho ou apresentação fora dos prazos previstos;
- f) desistência da proposta pelo proponente.

172. Dessa forma, a análise acerca dos impedimentos implica uma verificação, por parte dos órgãos setoriais acerca dos planos de trabalho e projetos apresentados pelos potenciais beneficiários.

173. Em 2018, esse procedimento foi regido pela Portaria Interministerial 10, de 23 de janeiro 2018. De acordo com esse normativo, o cronograma referencial para essas etapas de análise seguiu as datas dispostas na tabela seguinte.

Tabela 5 - Cronograma Referencial para Execução das Emendas Individuais Impositivas no Âmbito do Siconv.

Ação	Responsável	Prazos
Divulgação dos programas	Concedente	De 5 a 8 de março
Envio das propostas	Proponente	Até 16 de março
Análise das propostas	Concedente	Até 20 de março
Complementação das propostas	Proponente	Até 25 de março
Reanálise das propostas	Concedente	Até 29 de março
Envio do plano de trabalho	Proponente	Até 6 de abril
Análise do plano de trabalho	Concedente ou Mandatária	Até 11 de abril
Complementação do plano de trabalho	Proponente	Até 15 de abril
Reanálise do plano de trabalho	Concedente ou Mandatária	Até 18 de abril
Registro de impedimento técnico no SIOP	Concedente	Até 19 de abril

Fonte: <http://portal.convenios.gov.br/noticias/comunicado-n-07-2018-cronograma-do-orcamento-impositivo> (consultado em 20/7/2018).

174. O prazo previsto para cada uma das etapas previstas no cronograma referencial de 2018 é substancialmente exíguo, especialmente aquele reservado para análise das propostas. **Em 2018, o prazo para a primeira análise foi de quadro dias (de 16/3 a 20/3), sendo que dois dias não eram úteis (sábado e domingo).**

175. Sobre isso, inclusive, o Ministério das Cidades, por meio da Nota Informativa 371/2018/GEMOB/DEMOB/SEMOB, asseverou que os calendários propostos pelo Ministério do Planejamento Desenvolvimento e Gestão são “**inexequíveis**” (Resposta ao ofício 001-214/2018, peça 88).

176. No que concerne ao Ministério das Cidades, esse prazo se torna mais complexo ao se verificar a quantidade de propostas submetidas à pasta e o número de técnicos disponíveis para realizar tais análises. Dentre os anos de 2015 e 2018, o MDR recebeu 10.014 propostas de trabalho a serem contempladas com recursos de emendas parlamentares. Por outro lado, a quantidade de servidores disponíveis para realizar a avaliação dessa proposta era de apenas 13.

Tabela 6 – Relação de servidores por Secretaria Nacional encarregados da análise das emendas e emendas analisadas.

Secretaria	Emendas analisadas entre 2015 e 2018	Servidores
Secretaria Nacional de Desenvolvimento Urbano	750	1
Secretaria Nacional de Habitação	16	3
Secretaria Nacional de Mobilidade Urbana	9159	1
Secretaria Nacional de Saneamento	89	8





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 018.272/2018-5

Secretaria	Emendas analisadas entre 2015 e 2018	Servidores
Ambiental		

Fonte: Elaboração da equipe com dados obtidos do MDR (peça 81, e item não digitalizável correspondente)

177. **Com efeito, o elevado quantitativo de propostas aliado à baixa quantidade de servidores não permite que se realizem análises consistentes acerca dos planos de trabalho e projetos a serem contemplados com recurso das emendas.**

Deficiências no Fluxo processual E INCOMPATIBILIDADE DE SISTEMAS

178. Um ponto de melhoria identificado no fluxograma, e que pode estar impactando no longo prazo aqui descrito, consiste **na possibilidade de o parlamentar alterar a destinação de suas emendas mesmo após a análise do órgão setorial.**

179. A possibilidade de alteração de beneficiário é prevista anualmente nas Leis Orçamentárias Anuais (no período analisado tal previsão está contida nos seguintes dispositivos: art. 4º, §5º, da LOA 2015, art. 4º, §6º, da LOA 2016, art. 4º, § 7º, da LOA 2017 e art. 4º, §6º, da LOA 2018).

180. Essa alteração contribui para a demora na execução do objeto na medida em que gera a necessidade de reanálise da proposta por parte dos órgãos setoriais. Assim, uma vez remanejada a emenda, reinicia-se significativa parte do fluxo da análise e adia-se o início e a execução das emendas.

181. Sobre esse tema, avalia-se que é necessário ter um equilíbrio entre a discricionariedade do parlamentar de redirecionar os valores das suas emendas e o princípio da eficiência administrativa.

182. Poderia o Ministério da Economia estipular critérios mais delimitados para o remanejamento das emendas. Tal medida visaria conciliar a liberdade do parlamentar em destinar a emenda ao objeto de sua preferência como a necessidade de dar maior eficiência às análises dos órgãos ministeriais.

183. Além dessa questão, verificou-se a existência de **incompatibilidade de sistemas** entre os órgãos envolvidos no processo de indicação de recursos das emendas parlamentares.

184. A Secretaria de Orçamento Federal (SOF) utiliza o Siop para gerenciar as emendas. Esse sistema, porém, não é utilizado pelo Legislativo. O Congresso Nacional utiliza o sistema Silor, que realiza as alterações dos beneficiários e das medidas saneadoras das propostas que incorrem em impedimento técnico.

185. Dessa feita, não há comunicação entre Siop e Silor. A troca de informações entre os órgãos se dá, então, por meio de arquivo do Microsoft Excel. Essa precariedade pode acarretar erros e incompatibilidades, que geram retrabalho e atraso no processo.

comentários dos gestores

186. Tendo em vista os comentários dos técnicos da Secretaria de Orçamento Federal, cita-se esclarecedora manifestação do Ministério da Economia a respeito do tema supra:

No que diz respeito ao fluxo operacional de que trata o art. 166, § 14, I a III, da CF, há questão relevante a ser mencionada, qual seja, a forma como tem se comunicado o SIOP, sob gestão do Poder Executivo, e o Sistema de Indicação Legislativa Orçamentária - SILOR, sob gestão do Poder Legislativo.

39. No tocante ao sistema, desde a criação do Orçamento Impositivo, o relatório de impedimentos de ordem técnica é encaminhado pelo Poder Executivo ao Poder Legislativo mediante arquivo eletrônico no formato de **planilha do Microsoft Excel**. Essas informações são internalizadas no SILOR e disponibilizadas neste sistema, para que os parlamentares indiquem as medidas saneadoras desejadas, notadamente propostas de remanejamento de recursos orçamentários.





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 018.272/2018-5

40. Após conclusão das indicações das medidas saneadoras pelos parlamentares no SIOP, é gerado um **novo arquivo eletrônico em formato de planilha do Microsoft Excel**, o qual é enviado pelo Poder Legislativo ao Poder Executivo, para ser novamente internalizado no SIOP.

41. Do ponto de vista operacional, a experiência tem demonstrado que **esse procedimento é vulnerável, visto que impõe riscos ao processamento indevido (ou mesmo ao não processamento) de medidas propostas por autores de emendas parlamentares**. A título de esclarecimento, para o exercício de 2018, o CN devolveu ao Poder Executivo planilha com 1.492 linhas, com indicações de parlamentares visando solucionar impedimentos de ordem técnica, sendo cada linha correspondente a um crédito orçamentário a ser processado no SIOP.

42. Quando da internalização da referida planilha no SIOP, 331 linhas apresentaram erros de processamento, os quais tiveram que ser avaliados, caso a caso, manualmente, para fins de regularização.

43. No entendimento desta SOF, o ideal seria que as indicações de medidas saneadoras propostas pelos autores de emendas individuais de execução obrigatória **fossem efetuadas diretamente no SIOP**, uma vez que essa medida mitigaria sobremaneira os riscos de processamento indevido ou de não processamento de medidas saneadoras propostas pelos parlamentares no período de que trata o art. 166, § 14, I a III, da CF. Ressalte-se que todos os créditos orçamentários que não dizem respeito ao Orçamento Impositivo já são processados, há alguns anos, no SIOP, mesmo os oriundos dos órgãos do Poder Legislativos, inclusive do TCU, do Poder Judiciário e do Ministério Público da União. (Grifamos, peça 89, p. 7).

187. Portanto, será apresentada recomendação ao Congresso Nacional nesse sentido.

Propostas de encaminhamento

188. Faz-se necessário registrar que, em razão do escopo deste trabalho e da grande variedade de fatores que potencialmente podem ter contribuído para o atraso na consecução das obras, não se pôde evidenciar e analisar em detalhes todas as possíveis causas que resultaram neste processo de piora do tempo de execução verificado na auditoria.

189. Nada obstante, isso não impediu que a auditoria identificasse algumas relevantes e prováveis causas da piora geral no desempenho de conclusão das obras advindas de emendas parlamentares destinadas à infraestrutura urbana.

190. Ao longo da fiscalização, foram percebidos indícios que fortalecem a conclusão, tais como as situações encontradas nos testes substantivos, entrevistas com gestores, entrevistas com parlamentares e experiências compartilhadas no painel de referência sobre as questões de auditoria.

191. Diante de todo o exposto, nota-se como principais problemas as dificuldades gerenciais dos municípios de pequeno porte, o atraso na liberação de recursos federais no âmbito dos contratos de repasse e o volume de instrumentos normativos acerca dessa modalidade de transferência de recursos.

192. Tendo em vista que tais causas também foram mapeadas e já estão sendo alvo de propostas no âmbito da auditoria de obras paralisadas, deixa-se de propor encaminhamentos sobre elas.

193. De outro lado, em razão da perspectiva de melhora no prazo de conclusão das obras com a assinatura de novo contrato de prestação de serviço com a Caixa, propõe-se determinar ao Ministério da Economia que apresente a esta Corte de Contas relatório com avaliação dos impactos trazidos pela IN MP 2/2018, considerando, os prazos de conclusão dos empreendimentos, custos operacionais associados às transferências voluntárias que envolvem obras e as providências que serão adotadas como consequência dessa avaliação.

194. No tocante ao exíguo prazo de análise concedido aos órgãos setoriais, propõe-se recomendar à Secretaria de Governo da Presidência da República e ao Ministério da Economia, que: a) realizem levantamento, junto aos órgãos setoriais, acerca do prazo necessário para análise das propostas de





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 018.272/2018-5

trabalho referentes às emendas parlamentares, considerando os critérios de impedimento técnico estabelecidos, bem como o volume histórico de propostas apresentadas; e, ao elaborarem as futuras portarias acerca dos procedimentos e prazos para apresentação, registro e operacionalização das emendas parlamentares individuais de execução obrigatória, estabeleçam cronograma compatível com o citado levantamento e com a força de trabalho disponível para realizar as atividades; e b) realizem estudo acerca da execução da carteira de empreendimentos financiados com recursos federais oriundos de emendas parlamentares e estabeleçam, como critério de impedimento de ordem técnica, com base no referido estudo, valor mínimo adequado para execução de objetos relativos a obras, a fim de dar maior eficácia e efetividade a essas transferências.

195. Ainda, quanto à possibilidade de **remanejamento de beneficiário** das emendas por parte dos parlamentares, será proposta **recomendação ao Congresso Nacional** para que estabeleça, nas leis de diretrizes orçamentárias anuais, data limite, em cada exercício financeiro, para que os parlamentares possam alterar o beneficiário dos recursos de emendas individuais impositivas, levando em consideração o equilíbrio entre a discricionariedade do parlamentar e a eficiência necessária a análise e execução pelos órgãos setoriais.

196. Por fim, no tocante à **incompatibilidade entre os sistemas informatizados** no Executivo e do Legislativo, será apresentada **recomendação à Mesa do Congresso Nacional e a sua Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização** para que avalie a conveniência e oportunidade de **utilizar o sistema Siop em substituição ao Silor**, medida que poderá promover racionalização e a eficiência na troca de informações entre os órgãos envolvidos.





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 018.272/2018-5

6. Ausência de apuração dos custos operacionais associados aos investimentos provenientes de emendas parlamentares

Questão de auditoria: O custo implícito do modelo de alocação de recursos via emenda parlamentar individual é desconhecido e pode vir a comprometer a eficiência e economicidade do processo alocativo?

Introdução

198. O Ministério das Cidades (atual MDR) e o Ministério da Saúde não realizam registros que possibilitem apurar os custos operacionais de processamento das emendas parlamentares. Ambos os ministérios relataram que não desenvolvem rotinas de inserção de informações em sistemas transacionais com apropriações de gastos ou rateio de recursos, aptos a quantificar os custos de forma destacada, por serviços ou produtos. Esse tema ganha relevância ao se constatar que o valor médio dos investimentos advindos de emendas é relativamente baixo, o que pode tornar os custos do processo significativos frente a esses montantes.

199. Registra-se que os custos de processamento das emendas parlamentares individuais impositivas referem-se àquelas despesas de custeio relacionadas aos **atos processuais e controles necessários para a seleção, aprovação, execução e fiscalização da aplicação dos recursos**. São, então, gastos com recursos humanos, recursos de tecnologia e recursos materiais de suporte utilizados.

200. Questionado sobre o tema, o Fundo Nacional de Saúde (FNS) se manifestou oficialmente em nome do MSAúde reportando que (resposta ao Ofício 13-214, peça 86):

(...) não tem conhecimento de estudo que quantifique os custos contabilizados na estrutura necessária para o processamento das emendas parlamentares, nos exercícios de 2014 a 2018, abrangendo desde o momento inicial no setorial responsável até a conclusão da execução e respectiva prestação de contas.

201. No mesmo sentido, o MDR registrou que “quanto a estes itens de apuração de custos o Ministério não contém registros e rotina de apuração para avaliar o custo das emendas parlamentares” (resposta ao Ofício 12-214, peça 50).

202. Ademais, os Ministérios também foram inquiridos a descrever quais medidas eram postas em prática com a finalidade de prover eficiência ao processo e geração de valor público na execução das emendas parlamentares individuais. O MSAúde respondeu que (resposta ao Ofício 13-214, peça 86):

Em 2015 a CODIPE, unidade da Subsecretaria de Assuntos Administrativos –SAA, elaborou o Projeto de Transformação de Processos Estratégicos do Ministério da Saúde envolvendo o mapeamento, análise, desenho e redesenho de processos. O projeto teve como escopo de atuação, dentre outros, a Transferência de Recursos de Investimento e contou com o apoio da empresa de consultoria EloGroup.

203. Dessa maneira, esta iniciativa permitiu ao Fundo Nacional de Saúde a sistematização dos processos de trabalho possibilitando a criação de ferramentas de apoio à gestão que viabilizassem o cadastramento, análise, aprovação, empenho e pagamento, de forma eletrônica, otimizando o tempo e garantindo segurança nos dados das propostas.

204. Apesar disso, não foram disponibilizadas pela pasta evidências dos ganhos ou mesmo dos produtos e processos provenientes do projeto apoiado pela consultoria EloGroup, embora o Ofício de Requisição 13-214, endereçado à Secretaria-Executiva do Ministério da Saúde, dispusesse de forma expressa que as informações prestadas deveriam estar acompanhadas de evidências documentais.

205. O MDR, por sua vez, informou que, como medida alternativa ao cômputo dos custos de seus produtos e serviços, apura mensalmente um indicador, denominado “ISIN: Índice de Custos do Suporte Institucional”. O ISIN é um indicador do custo da estrutura administrativa frente ao volume de recursos geridos provenientes do Orçamento Geral da União.

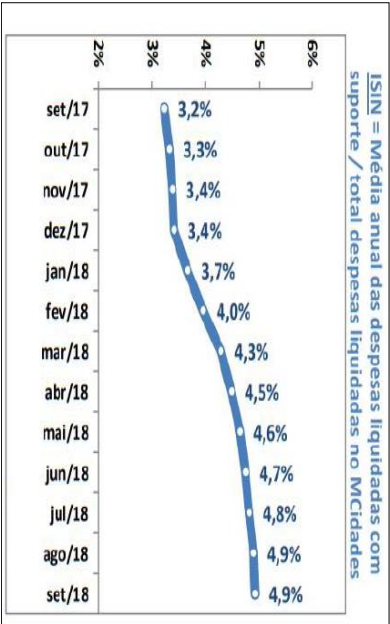


206. Atualmente, segundo o indicador, para cada R\$ 100 reais investidos em políticas públicas do MDR, são gastos R\$ 4,90 (ou 4,9%) em despesas administrativas. Nesses custos já estão computados os valores referentes à remuneração das atividades da Caixa, na atuação como mandataria do Ministério.

207. O custo administrativo relativamente baixo do MDR possivelmente se dá em razão do elevado montante de recursos geridos pela pasta. O Ministério possuía o maior orçamento em investimento autorizado na LOA 2017, conforme apurou relatório do Ministro Augusto Sherman, que acompanha o Acórdão 21.53/2018 - TCU - Plenário.

208. A despeito disso, houve uma piora do indicador em R\$ 1,70 no período de setembro de 2017 a setembro de 2018. O gráfico elaborado pelo MDR com o histórico do indicador está exposto a seguir:

Gráfico 18 – Histórico do indicador ISIN no MDR.



Elaboração: Ministério das Cidades, EGP/SE.
Fonte: Tesouro Gerencial

209. Importa salientar que o Indicador ISIN não computa os custos de gestão dos entes públicos destinatários dos recursos (municípios e estados) dispendidos na execução dos objetos, o que revela que o custo público de execução de objeto de transferências do MDR é superior ao apurado pelo indicador.

210. Assim, cumpre consignar que os custos de processamento das emendas envolvem não só a atuação dos ministérios e de suas instituições mandatárias (no caso a Caixa Econômica Federal), mas também dos entes beneficiários (em geral os municípios). No presente achado, será enfocada a atuação das pastas ministeriais, com a inclusão das despesas de remuneração da mandataria. Não foi possível adentrar na avaliação dos gastos municipais relativos à matéria.

O dever de apuração dos custos por parte da Administração Pública Brasileira

211. O dever de se apurar custos da Administração Pública Brasileira foi introduzido no ordenamento em 1964, com a Lei 4.320/1964 de 17 de março de 1964. A Administração Pública devia implantar uma contabilidade especial "para determinação dos custos, ingressos e resultados". Três anos depois, com o Decreto-Lei 200/1967 de 25 de fevereiro de 1967, houve um aumento do escopo desta obrigação, estabelecendo-se, em seu art. 79, que "a contabilidade deverá apurar os custos dos serviços de forma a evidenciar os resultados da gestão" (destaques inseridos).



**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**

TC 018.272/2018-5

212. Em 1986, a abrangência de apuração dos custos foi novamente ampliada pelo Decreto 93.872/1986 de 23 de dezembro de 1986. O art. 137 do Decreto incorporou o dever de não apenas apurar o custo dos serviços, mas, também, dos “projetos e atividades” e previu, ainda, a possibilidade de sanção para o gestor por eventuais prejuízos decorrentes do não cumprimento desta medida, além de bloqueio de saques de recursos para os projetos e atividades cujos custos não tivessem sido contabilizados. Nenhum desses dispositivos foi revogado, portanto, continuam em vigor.

213. Com o intuito de melhor estruturar e institucionalizar a apuração de custos na Administração Pública Federal, a Lei Complementar 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), em seu art. 50, § 3º, introduziu a obrigação, para a Administração, de desenvolver e manter um sistema de custos com o objetivo de ser uma ferramenta de acompanhamento e avaliação para a tomada de decisão do gestor quanto a aspectos orçamentários, financeiros e patrimoniais.

214. A LRF previu, ainda, em seu art. 4º, inciso I, alínea “e”, que as leis de diretrizes orçamentárias disporão sobre “normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos”.

215. Em reforço à LRF, a Lei 10.180/2001, que disciplina diversos sistemas da Administração Pública Federal, entre eles o de contabilidade, definiu que deve ser evidenciado o custo dos programas e das unidades da Administração:

Art. 15 O Sistema de Contabilidade Federal tem por finalidade registrar os atos e fatos relacionados com a administração orçamentária, financeira e patrimonial da União e evidenciar:

(...)

V - os custos dos programas e das unidades da Administração Pública Federal;

Custos e recursos de tecnologia já disponíveis na Administração Pública Federal

216. Em que pese o fato de não haver uma apuração dos custos dos serviços e produtos das políticas públicas do MSAúde e do MDR custeadas com recursos de emendas parlamentares, não se pode falar em um descumprimento completo da implantação de um controle de custos, especialmente quanto ao MSAúde.

217. Embora não tenha sido mencionado em sua resposta, haja vista que o pedido era específico acerca da aplicação via emendas parlamentares, há no âmbito da pasta o Programa Nacional de Gestão de Custos (PNGC), cujo intuito é otimizar o desempenho do Sistema Único de Saúde (SUS). O PNGC é uma iniciativa que visa atender os gestores das unidades de saúde do SUS, permitindo a apuração e gestão de custos dos serviços prestados relacionados à atividade produtiva, de forma padronizada e estruturada, subsidiando a tomada de decisão e otimização dos serviços.

218. Conquanto a iniciativa do PNGC exista há mais de uma década, apenas em janeiro de 2018 foi editada portaria que instituiu formalmente o PNGC junto do Sistema de Apuração e Gestão de Custos do SUS (Apurasus). A portaria em questão é a Portaria MS 55/2018. O PNGC pretende ser peça fundamental para se avaliar a viabilidade do sistema de saúde brasileiro, buscando-se conhecer seus custos a fim de que as melhores decisões sejam tomadas, o que vai em direção a práticas internacionais que utilizam técnicas de análise custo-benefício e custo-efetividade em políticas públicas.

219. Há que se falar também que, a partir de esforços empreendidos pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), foi desenvolvido o Sistema de Informações de Custos do Governo Federal (SIC), o qual está integrado aos sistemas estruturantes da Administração Pública Federal, sendo os principais: Siafi, Siape, Siop e Siorg.

220. O SIC foi homologado em 2010 e implantado em 2011, por meio da Portaria STN 157/2011, na qual também foi formalizada a criação do Sistema de Custos do Governo Federal, sob a responsabilidade também da STN. A Portaria definiu como parte integrante do Sistema de Custos as unidades de gestão interna dos Ministérios como órgãos setoriais que, ao utilizarem a estrutura de





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 018.272/2018-5

sistemas eletrônicos da Administração Pública Federal acabam, ainda que de forma reflexa, possuindo um controle de custos. Dessa forma, com o desenvolvimento e implantação do SIC, que utiliza os dados dos sistemas estruturantes já utilizados pelos Ministérios, foi atendida a exigência prevista no § 3º do art. 50 da LRF.

221. Atualmente informações padrão de custos estão em acesso público no Portal de Custos do Governo Federal (endereço: <http://www.tesourotransparente.gov.br/visualizacao/portal-de-custos-do-governo-federal>). As informações disponíveis no painel se referem ao custo das unidades administrativas e não dos produtos e serviços públicos entregues à sociedade. **Na prática, é possível saber, por exemplo, quanto o MSAúde gastou com limpeza e vigilância ou, ainda, qual foi o custo do MDR com diárias e passagens em 2018, mas não é possível saber o custo de execução de políticas públicas implementadas em benefício da sociedade.**

222. Nada obstante, o SIC admite a implementação de um modelo de custos personalizado, em que é possível o Ministério apurar os custos dos serviços públicos, obras, transferências voluntárias e demais entregas à sociedade. O que viabiliza essa personalização, entre outras coisas, é a possibilidade de definição de quais serão os “objetos de custos” e os respectivos “centros de custo” do órgão. Assim, a título de exemplo, os objetos de custo e centro de custos poderiam ser:

Tabela 7 – Exemplos de objetos e centros de custo.

Objetos de custo	Centros de custo
Produtos	Obras de valor até R\$ 750 mil
	Obras de valor superior a R\$ 750 mil e até R\$ 5 milhões
	Obras de valor superior a R\$ 5 milhões
Programa	Saúde da Família
	Alimentação Saudável
	Saúde da Mulher
Ação	Cooperação Técnica em Propriedade Intelectual
	Educação Profissional ao Alcance de Todos
	Apoio ao Combate à Evasão Escolar
Transferência de recursos	Transferência voluntária via convênio
	Transferência voluntária via contrato de repasse
	Transferência voluntária via fundo a fundo

Fonte: Manual de Informações de Custos do Governo Federal, p. 22 (com adaptações).

223. Convém registrar que, o cômputo do custo de processamento não é o valor transferido em si, mas, sim, quanto custa processar a transferência ao beneficiário/conveniente convertido no objeto pretendido. **Assim, o cerne da questão é obter a informação de quanto de recursos econômicos foram consumidos, ou será preciso consumir, para a entrega de um produto ou o atendimento de uma demanda social.**

Custos do processo como medida de eficiência do gasto público

224. O conhecimento dos custos dos produtos e serviços públicos, além de ser uma exigência legal, é uma informação das mais relevantes para a tomada de decisão pelo gestor público. Só é possível realizar análise de custo-benefício ou custo-efetividade se se souber o custo do produto ou serviço entregue ao seu destinatário final. Análises do tipo “custo-benefício” e “custo-efetividade” vão ao encontro do princípio constitucional da eficiência, o qual só pode ser rigorosamente cumprido se for possível comparar recursos empregados com entregas produzidas.





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 018.272/2018-5

225. O Tribunal de Contas da União, em seu Manual de Auditoria Operacional, define eficiência como: “a relação entre os **produtos** (bens e serviços) **gerados** por uma atividade e os **custos dos insumos** empregados para produzi-los, em um determinado período de tempo, mantidos os padrões de qualidade”. Não apenas o TCU, mas a própria Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores (Intosai), em sua norma ISSAI 300, ao tratar de eficiência, ressalta a importância de se saber quanto de recursos foram empregados para se obter um determinado produto.

226. Assim sendo, tanto o Manual de Informações de Custos do Governo Federal quanto as ferramentas de registro que alimentam o SIC deram ampla liberdade na possibilidade de personalização do modelo de custos, seja pela natureza do que se quer medir, seja pelo nível de detalhamento da informação (STN, 2018: p. 24). Apesar disso, **tanto o MDR quanto o MSAúde não implantaram ainda, perante a STN, um modelo personalizado de custos, já havendo, porém, o MSAúde iniciado o processo tal processo.**

227. A compreensão e a correta utilização das informações gerenciais de custos têm o condão de provocar profundas mudanças na gestão. Anuindo com essa linha, o TCU, recentemente, proferiu dois acórdãos determinando ao MDR (Acórdão 2.359/2018-TCU-Plenário) e a Fundação Nacional de Saúde – Funasa (vinculada ao MSAúde) (Acórdão 2.781/2018-TCU-Plenário), respectivamente, de relatoria dos Ministros Vital do Rêgo e Augusto Nardes, que instituíssem sistema de controle de custos de suas ações e, por conseguinte, dos produtos entregues à sociedade (destaques inseridos):

Acórdão 2.359/2018-TCU-Plenário

9.1. **determinar ao Ministério das Cidades**, com fundamento no art. 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, que apresente a este Tribunal, no prazo de noventa dias, plano de ação com vistas a aperfeiçoar a política pública de Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (Ação 1D73), por estar em desacordo com as diretrizes da governança pública, art. 4º, inciso VII, do Decreto 9.203/2017, e dos demais dispositivos: art. 15, inciso II, da Lei 13.473/2017, art. 16 da Lei 13.408/2016, art. 50, § 3º, da Lei Complementar 101/2000 e art. 37, caput, da Constituição Federal, contendo, no mínimo, para cada uma das medidas a seguir listadas, os responsáveis pelas ações e o prazo previsto para implementação

(....)

9.1.13. **estabeleça sistema de custos** para a avaliação e o acompanhamento da gestão, **apurando o custo operacional dos contratos de repasse** não PAC, especialmente os da Ação 1D73, permitindo ainda realizar a análise custo-benefício da ação;

Acórdão 2.781/2018-TCU-Plenário

9.1. **determinar à Funasa**, com fulcro no artigo 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, que apresente a este Tribunal, no prazo de 180 dias, Plano de Ação com:

(....)

9.1.8. as **providências para instituição dos controles de custos** de suas ações e avaliação da eficiência na alocação dos recursos públicos que lhe são destinados;

228. No caso da Funasa, merece transcrição de excerto do relatório, em que se constatou que, durante 2013 a 2017, o custeio institucional para implementar a política de saneamento sob sua responsabilidade era quase três vezes superior ao valor entregue em obras no período (TC 010.658/2018-1):

(....) Diante disso, **tem-se a instituição de uma política pública ineficiente** que, para conseguir entregar R\$ 1.651.967.459,50 em obras de saneamento, no período de 2013-2017, precisou despende, com o custeio das atividades necessárias para implementação de sua política nesse mesmo período, um montante de R\$ 4.777.646.468,14.

185. Ou seja, foram destinados do erário **quase três vezes mais recursos** orçamentários para o custeio da Funasa do que para a execução das obras de saneamento em si. Essa disparidade deixa evidente a ineficiência da política pública em questão, visto que a União, para entregar um relevante produto à sociedade (obras de saneamento), **precisa gastar a mais o triplo do valor necessário para a realização da própria obra.** (destaques inseridos)





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 018.272/2018-5

229. Dessa feita, entende-se que as deficiências expostas alhures, poderiam ser mitigadas se um sistema de informações de custo eficiente e apropriadamente desenhado fosse implementado. Levando a informação de forma relevante e tempestiva à gestão, esta tem condições de provocar mudanças estruturantes no processo de forma a torná-lo eficiente.

comentários dos gestores

230. Nos comentários acerca do relatório preliminar de auditoria, destaca-se a manifestação da Consultoria de Orçamentos da Câmara dos Deputados.

231. Segundo o órgão, em relação aos custos da operacionalização dos instrumentos de repasse das emendas, independentemente do valor do empreendimento, há uma série de atividades onerosas para os cofres públicas (federal e dos entes). Esse assunto estaria gerando um grande debate legislativo e repercutido nas disposições na LDO. Por exemplo, com a definição de um valor mínimo para obras e equipamentos, bem como o percentual de remuneração da Caixa Econômica Federal.

232. De acordo com eles, tais custos e a demora na execução das obras de infraestrutura urbana, decorrem da pulverização dos recursos derivados das emendas sem a devida estruturação da política pública, da falta de critérios técnicos para seleção dos beneficiários e da baixa prática de estabelecimento de projetos padronizados e pré-aprovados (banco de projetos) no âmbito das pastas, de modo a ampliar o nível de execução e reduzir o seu tempo de entrega.

A necessidade de se avaliar os custos dos processos relacionados a emendas parlamentares

233. A avaliação dos custos de processamento relacionados à execução das emendas parlamentares individuais impositivas ganha significativa relevância ao se considerar os valores médios dos contratos de repasse e das transferências fundo a fundo realizadas. Nesse sentido, dado que esses valores são relativamente baixos quando comparado aos demais repasses realizados pelas pastas, **os custos relativos do processo tendem a ser elevados**, retirando eficácias dessa modalidade de investimento.

234. Tal consideração é sensível quando se leva em conta que há um processo de redução substancial dos valores médios das emendas parlamentares para as pastas da Saúde e das Cidades e, **em 2018, atingiram os valores médios de R\$ 756 mil para o MSAúde e R\$ 470 mil para o MDR**. Os dados foram extraídos do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP) e fornecidos pela Secretaria de Orçamento Federal (SOF). **A Erro! Fonte de referência não encontrada.** denota a tendência de redução dos valores médios das emendas.

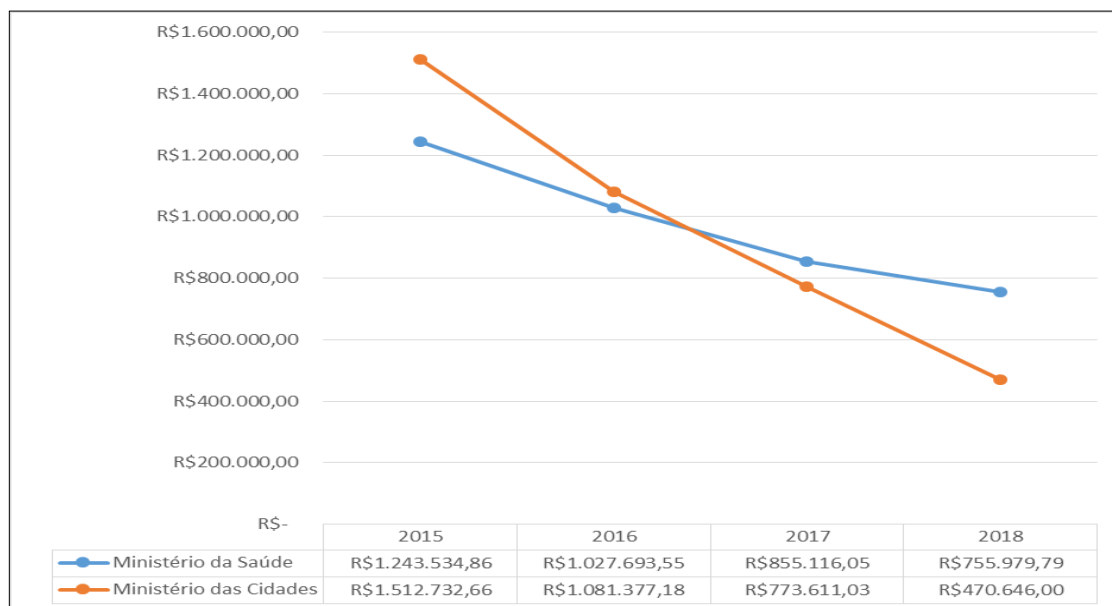
Gráfico 19 – Valor Médio Anual das Emendas Parlamentares Individuais por Ministério.





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 018.272/2018-5



Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP), Secretaria de Orçamento Federal (peça “Valor médio Anual por Emendas”).

235. Nesse sentido, para as emendas parlamentares destinadas a obras, especialmente aquelas cujo repasse é acompanhado por instituição mandatária, independentemente do valor do empreendimento, a operacionalização dos instrumentos de repasse implica uma série de atividades onerosas para os cofres públicas, tais como:

- analisar o plano de trabalho e a documentação técnica das propostas selecionadas a serem contempladas com os repasses;
- analisar a regularidade da área de intervenção do projeto;
- verificar a regularidade dos procedimentos licitatórios;
- analisar e deliberar acerca do projeto técnico de engenharia;
- analisar eventuais reprogramações do plano de trabalho;
- solicitar à União a descentralização dos recursos financeiros;
- autorizar o início do objeto;
- promover a execução orçamentária e financeira;
- acompanhar a evolução das obras;
- receber e analisar as prestações de contas dos repasses; e
- instaurar tomada de contas especial quando for o caso.

236. Com isso, quanto menor for o valor do empreendimento, maior tenderá a ser o seu custo relativo. Sabendo disto, sob a ótica estrita da despesa, infere-se que, em regra, a alocação tende a ser mais eficiente à medida que o valor do repasse seja maior e mais concentrado, num menor número de operações.

237. Ademais, é cristalino que há inúmeras e difusas necessidades de infraestrutura básica espalhadas por todos o país. É imprescindível, no entanto, que o ente político tomador de decisão tenha ciência dessa dinâmica para que exista um equilíbrio entre a exigência constitucional da alocação eficiente e a necessidade de atender a demandas mais fragmentadas.





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 018.272/2018-5

Propostas de encaminhamento

238. Assim, ante o que fora exposto, e considerando as distinções entre as formas de aplicação, produtos e serviços públicos proporcionados pelo MDR e pelo MSAúde, e, ademais, as duas recentes deliberações do Tribunal ora citadas, propõe-se:

239. **Recomendar ao Ministério do Desenvolvimento Regional** que, em consonância com o cumprimento do item 9.1.13 do Acórdão 2.359/2018-TCU-Plenário, apure o custo operacional de suas transferências, notadamente quanto aos contratos de repasse custeados com recursos de emendas parlamentares, observando o disposto no Manual de Informações de Custos do Governo Federal, aprovado pela Portaria STN 518/2018; e

240. **Recomendar ao Ministério da Saúde** que dê continuidade à implantação do Programa Nacional de Gestão de Custos (PNGC), seguindo também o disposto no Manual de Informações de Custos do Governo Federal, aprovado pela Portaria STN 518/2018, avaliando a conveniência e a oportunidade da implantação de um modelo de custos personalizado que seja capaz de prover o Ministério de informações relevantes sobre os custos operacionais de processamento dos investimentos oriundos de emendas parlamentares.





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 018.272/2018-5

7. Avaliação acerca da isonomia e impessoalidade na execução orçamentária e financeira

Questão de auditoria: Há equidade e isonomia na execução orçamentária e financeira das emendas parlamentares individuais?

Aspectos conceituais

241. Neste tópico analisa-se a isonomia, a equidade e a impessoalidade na execução orçamentária e financeira das emendas parlamentares individuais de execução obrigatória. Para isso, considerou-se todas as despesas decorrentes de emendas individuais obrigatórias e não apenas aquelas relacionadas aos Ministério da Saúde e das Cidades.

242. O conceito de isonomia determina que haja igualdade de todos perante à lei. Segundo esse princípio, que é previsto no caput do art. 5º da Constituição Federal de 1988, todos devem ser regidos pelas mesmas normas, sem distinção de qualquer natureza, garantindo tratamento igualitário aos cidadãos.

243. A equidade, por seu turno, baseia-se no princípio que reconhece a diferença entre os indivíduos e a necessidade de tratamento diferenciado na medida dessa desigualdade, com o objetivo de proporcionar igualdade de oportunidades. Promover a equidade é garantir que todos tenham acesso ao exercício de seus direitos civis, políticos e sociais.

244. Segundo o Manual de Auditoria Operacional do TCU, o exame da equidade poderá envolver:

...a investigação dos critérios de alocação de recursos vis-à-vis à distribuição espacial e o perfil socioeconômico da população-alvo; as estratégias adotadas pelo gestor público para adequar a oferta de serviços ou benefícios às diferentes necessidades do público-alvo, ou o exame do impacto diferenciado decorrente da implementação da política pública.

245. Na verdade, os dois princípios se complementam, pois determinam que se deve tratar com igualdade de condições aqueles que têm condições iguais, mas diferenciar o tratamento quando a igualdade ampliar as desigualdades, tudo de acordo com a lei.

246. A isonomia e a equidade são facetas do princípio constitucional da impessoalidade. Assim argumenta Celso Antônio Bandeira de Melo:

Nele [**princípio da impessoalidade**] se traduz a ideia de que a Administração tem que tratar a todos os administrados sem discriminações, benéficas ou detrimenotas. Nem favoritismos nem perseguições são toleráveis. Simpatias ou animosidades pessoais, políticas ou ideológicas não podem interferir na atuação administrativa e muito menos interesses sectários, de facções ou grupos de qualquer espécie. O princípio em causa não é senão o próprio **princípio da igualdade ou isonomia**. (MELO/Celso Antonio Bandeira de, Curso de Direito Administrativo, ed. 32, São Paulo/Malheiros, 2015, 117) (grifamos).

247. Conforme já tratado neste relatório, o orçamento impositivo foi instituído pela emenda constitucional (EC) 86/2015, que alterou os artigos 165 e 166 da Constituição Federal de 1988, instituindo a obrigatoriedade de aprovação de emendas parlamentares individuais ao projeto de lei orçamentária anual até o limite de 1,2% da RCL prevista no projeto de lei orçamentária encaminhado pelo Poder Executivo. Ainda, é obrigatória a execução orçamentária e financeira das programações resultantes dessas emendas e metade desse percentual deverá ser destinado a ações e serviços públicos de saúde

248. Ressalte-se que o § 18 do art. 166 da Constituição Federal dispõe que: “considera-se equitativa a execução das programações de caráter obrigatório que atenda de forma igualitária e impessoal às emendas apresentadas, independentemente da autoria”. Já o § 11º do mesmo artigo determina que lei complementar disponha sobre critérios para a **execução equitativa**, além de procedimentos que serão





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 018.272/2018-5

adotados quando houver impedimentos legais e técnicos, restos a pagar e limitação das programações de caráter obrigatório. Como a referida lei complementar ainda não foi editada, não é possível utilizar esta disposição como fonte de critérios para a presente avaliação.

249. Verifica-se que, ao instituir o orçamento impositivo por meio da EC 86/2015, o Poder Legislativo estabeleceu regras para a proposição e execução mínima de emendas parlamentares à lei orçamentária anual. À época, parlamentares justificaram que tal alteração constitucional teve como objetivo tratar a execução das emendas parlamentares de forma igualitária, distribuindo igualmente entre os parlamentares o direito de terem as despesas decorrentes de emendas de sua autoria executadas, sem ingerência de questões políticas.

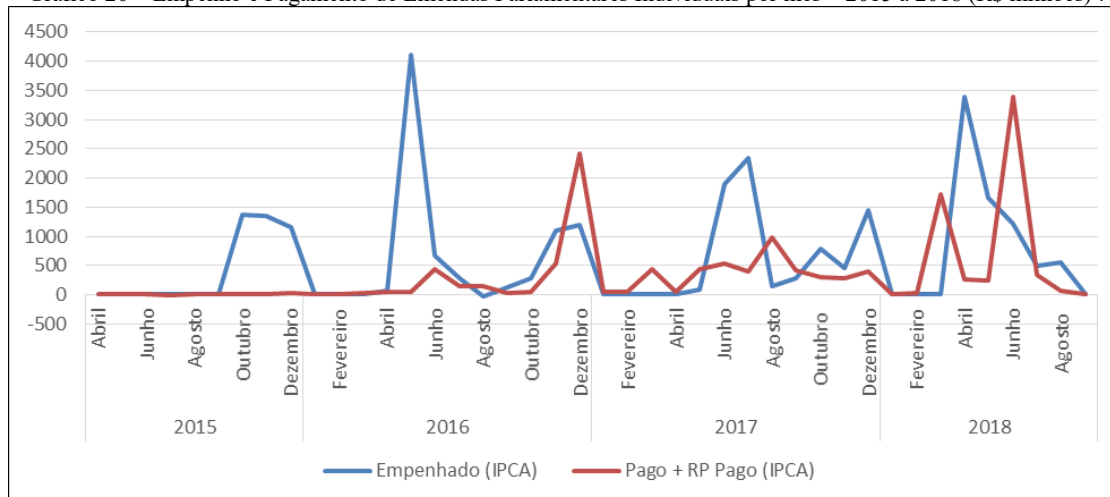
Impessoalidade na execução de emendas parlamentares individuais

250. A emenda constitucional 86/2015 teve aplicação retroativa ao exercício de 2014. No entanto, para esse ano, não há dados estruturados que permitam incluí-lo na presente avaliação. Com efeito, a presente análise englobará os exercícios de 2015 a 2018.

251. Inicialmente, no tocante às dotações orçamentárias previstas nas leis orçamentárias anuais, verifica-se, por meio dos dados extraídos dos Sistema Siga Brasil, que os recursos destinados a despesas com emendas parlamentares individuais nos exercícios de 2015 a 2018 **foram rateados em parcelas iguais entre deputados e senadores**. Depreende-se, assim, quanto a essa etapa, terem sido atendidos os pressupostos relativos aos princípios da isonomia e da equidade.

252. Não obstante, a análise sobre a execução orçamentária e financeira das dotações decorrentes de emendas parlamentares exige um estudo mais pormenorizado dos dados e informações colhidos pela equipe de fiscalização. O gráfico a seguir apresenta a execução orçamentária e financeira das emendas parlamentares individuais de execução obrigatória por mês, no período de abril de 2015 a agosto de 2018.

Gráfico 20 – Empenho e Pagamento de Emendas Parlamentares Individuais por mês – 2015 a 2018 (R\$ milhões)¹.



Fonte: Sistema Siga Brasil

¹ O Sistema Siga Brasil disponibilizou dados de execução de emendas parlamentares individuais apenas a partir de abril de 2015 e a equipe optou por colocar como linha de corte o mês de agosto de 2018, já que a consulta foi realizada em 5 de setembro de 2018.

² Valores foram atualizados pelo IPCA do período.

253. Verifica-se que houve picos variados em determinados períodos, tanto de empenhos quanto de pagamentos, que incluem os restos a pagar pagos. A partir daí, faz-se necessário verificar porque ocorreram esses fatos.





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 018.272/2018-5

254. A execução das emendas no **exercício de 2015** foi mais orçamentária que financeira, ou seja, envolveu mais empenhos e foram pagos apenas 1,31% dos valores empenhados. A maioria desses empenhos ocorreu no período de setembro a dezembro. Isso pode ter ocorrido pelo fato de que naquele ano houve frustração na arrecadação de receitas e aumento de despesas ao longo do exercício, gerando necessidade de contingenciamento de recursos. Tais cortes, no entanto, foram mitigados pela **alteração da meta de resultado primário**, por meio da Lei 13.199/2015, de 3 de dezembro de 2015, que a alterou de superávit de R\$ 55,3 bilhões para déficit de R\$ 51,8 bilhões.

255. Deve-se destacar que o projeto de lei para alteração da meta fiscal no exercício de 2015 foi encaminhado ao Congresso Nacional em 22 de julho de 2015, sendo considerada a partir de então, pelo Poder Executivo, a meta de déficit fiscal prevista nesse projeto, apesar da necessidade de aprovação da lei para que a meta pudesse ser alterada.

256. No entanto, até encaminhar o PL ao Congresso Nacional, o governo federal trabalhava com a expectativa de realizar contingenciamento que ultrapassava os R\$ 50 bilhões e provavelmente limitou a realização de empenhos no período. Dessa forma, a concentração de empenhos de despesas de emendas a partir do mês de setembro daquele ano tem provável correlação com questões fiscais, já que a previsão de uma meta de déficit fiscal diminuiu a necessidade de contingenciamento da despesa, permitindo que mais despesas com emendas fossem empenhadas.

257. No que se refere ao **exercício de 2016**, observa-se questão semelhante no tocante ao pico de empenhos ocorrido entre abril e junho daquele ano.

258. Em atendimento à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) o Poder Executivo Federal divulga bimestralmente o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias (RARDP), no qual são reavaliadas as projeções de receitas e despesas para o exercício financeiro corrente. O relatório referente ao 1º bimestre de 2016, publicado em março de 2016, indicou redução das receitas previstas e ampliação das despesas estimadas, apontando a necessidade de redução dos limites de empenho e movimentação financeira das despesas discricionárias.

259. O RARDP relativo ao 2º bimestre de 2016, publicado em maio de 2016, por sua vez, indicou uma redução ainda maior nas receitas previstas e nas despesas estimadas, o que indicava a necessidade de mais contingenciamento. No entanto, os atos de contingenciamento não foram publicados, devido à aprovação de uma **nova meta fiscal** por meio da Lei 13.291/2016, de 25 de maio de 2016. Destaque-se que o mês de aprovação da lei que alterou a meta fiscal coincide com o pico de empenho de despesas resultantes de emendas parlamentares individuais.

260. A meta de superávit primário inicialmente prevista, que era de R\$ 24 bilhões e passou a ser uma meta de déficit primário de R\$ 170,5 bilhões. Essa alteração, e também as avaliações contidas nos RARDP relativos ao 3º, 4º e 5º bimestres, resultou em um aumento de cerca de R\$ 1,8 bilhão no limite de empenho e movimentação financeira ao término do exercício, o que também explica o acúmulo de pagamentos de despesas resultantes de emendas individuais no mês de dezembro daquele ano.

261. Outrossim, outro ponto que merece ser destacado é que o exercício de 2016 foi definido como base para estabelecer o limite do teto de gastos instituído pela **Emenda Constitucional 95**. Por este motivo, ocorreu esforço dos órgãos em pagar todas as despesas para as quais havia recursos financeiros disponíveis. Assim, o mês de dezembro concentrou o maior volume de pagamentos naquele ano, em especial de despesas decorrentes de restos a pagar processados e não processados (acumulando pagamentos de R\$ 105,6 bilhões de despesas de restos a pagar).

262. Ressalte-se, ainda, que cerca de 68% dos pagamentos de despesas decorrentes de emendas parlamentares individuais realizados em dezembro de 2016 referiram-se a restos a pagar. Dessa forma, pode-se concluir que a concentração de pagamento de despesas decorrentes de emendas parlamentares individuais em dezembro de 2016 seguiu a mesma trajetória das demais despesas daquele ano.





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 018.272/2018-5

263. A execução orçamentária e financeira das emendas parlamentares no **exercício de 2017** foi permeada por denúncias de que esse instrumento estaria sendo utilizado como moeda de troca por votos no Congresso Nacional. A representação do Deputado Federal Carlos Alberto Rolim Zarattini, autuada como TC 017.888/2017-4, trouxe a questão para análise desse Tribunal de Contas, pois tratou de alegações de possíveis pagamentos de despesas relativas às emendas parlamentares individuais direcionado aos partidos que compunham a base aliada do governo, o que estaria em desacordo com o disposto nos parágrafos 11 e 18 do art. 166 da Constituição Federal de 1988.

264. Por meio das análises realizadas nos autos daquela citada representação, verificou-se que, se consideradas por partido político e em termos percentuais relativamente aos totais empenhados e pagos, as programações incluídas por emendas parlamentares individuais no exercício de 2017 apresentaram percentuais de dotação e pagamento muito próximos, o que, em um primeiro momento, não indica o beneficiamento de parlamentares pertencentes a partidos específicos. No entanto, no presente relatório, foram realizadas análises mais detalhadas sobre a equidade na distribuição de limites para execução de emendas no exercício de 2017.

265. A questão levantada no período, bastante veiculada pela imprensa, seria sobre a possibilidade de ter havido liberação de limite orçamentário para empenho de despesas decorrentes de emendas como “moeda de troca” para obtenção de votos favoráveis ao Poder Executivo em questões polêmicas, em especial nos meses de junho, julho e dezembro.

266. Como exemplo, a votação de denúncia oferecida pelo Procurador-Geral da República (constante do Inquérito 4.517/DF, Ministro Relator Edson Fachin) contra o então Presidente da República Michel Temer, decorrente de delação feita por executivos do grupo J&F, encaminhada pelo Supremo Tribunal Federal à Câmara dos Deputados em 29 de junho de 2017, para avaliação acerca da autorização de instauração de inquérito, mediante aprovação de 2/3 dos deputados. Além dela, houve esforços políticos para uma possível votação de reforma da previdência, que estava prevista para dezembro do mesmo ano.

267. A votação da proposta de reforma da previdência não ocorreu, mas a votação pelo indeferimento da Solicitação para Inquérito de Processo (SIP) 1 de 2017 ocorreu em 2 de agosto de 2017. O indeferimento do pedido, por parte da Câmara dos Deputados, foi decidido por 263 a 227 votos, tendo ocorrido duas abstenções e 19 ausências, conforme tabela a seguir.

Tabela 8 – Resultado Votação da SIP 1/2017.

Partido	Parlam entares (a)	Absten- ção Ausente (b)	% (b)/Total	% (b)/(a)	Não (c)	% (c)/Total	% (c)/(a)	Sim (d)	% (d)/Total	% (d)/(a)
PEN	3	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	3	0,6%	100,0%
PSL	3	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	3	0,6%	100,0%
PMDB	63	4	0,8%	6,3%	6	1,2%	9,5%	53	10,4%	84,1%
PTB	18	1	0,2%	5,6%	2	0,4%	11,1%	15	2,9%	83,3%
PP	46	2	0,4%	4,3%	7	1,4%	15,2%	37	7,2%	80,4%
DEM	31	1	0,2%	3,2%	6	1,2%	19,4%	23	4,5%	74,2%
PR	40	3	0,6%	7,5%	9	1,8%	22,5%	28	5,5%	70,0%
PRB	22	1	0,2%	4,5%	6	1,2%	27,3%	15	2,9%	68,2%
PODE	14	0	0,0%	0,0%	5	1,0%	35,7%	9	1,8%	64,3%
PSD	38	2	0,4%	5,3%	14	2,7%	36,8%	22	4,3%	57,9%
Solid.	14	0	0,0%	0,0%	6	1,2%	42,9%	8	1,6%	57,1%
PSC	10	1	0,2%	10,0%	4	0,8%	40,0%	5	1,0%	50,0%
PROS	4	0	0,0%	0,0%	2	0,4%	50,0%	2	0,4%	50,0%





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 018.272/2018-5

Partido	Parlam entares (a)	Absten- ção Ausente (b)	% (b)/Total	% (b)/(a)	Não (c)	% (c)/Total 1	% (c)/(a)	Sim (d)	% (d)/Tot al	% (d)/(a)
PSDB	47	4	0,8%	8,5%	21	4,1%	44,7%	22	4,3%	46,8%
PV	7	0	0,0%	0,0%	4	0,8%	57,1%	3	0,6%	42,9%
PTdoB	3	0	0,0%	0,0%	2	0,4%	66,7%	1	0,2%	33,3%
PSB	35	2	0,4%	5,7%	22	4,3%	62,9%	11	2,1%	31,4%
PHS	7	0	0,0%	0,0%	6	1,2%	85,7%	1	0,2%	14,3%
PPS	10	0	0,0%	0,0%	9	1,8%	90,0%	1	0,2%	10,0%
PDT	18	0	0,0%	0,0%	17	3,3%	94,4%	1	0,2%	5,6%
PSOL	6	0	0,0%	0,0%	6	1,2%	100,0%	0	0,0%	0,0%
PT	58	0	0,0%	0,0%	58	11,3%	100,0%	0	0,0%	0,0%
PCdoB	10	0	0,0%	0,0%	10	2,0%	100,0%	0	0,0%	0,0%
PMB	1	0	0,0%	0,0%	1	0,2%	100,0%	0	0,0%	0,0%
REDE	4	0	0,0%	0,0%	4	0,8%	100,0%	0	0,0%	0,0%
Total	512	21	4,1%	4,1%	227	44,3%	44,3%	263	51,4%	51,4%

Fonte: Câmara do Deputados

Legenda: (a) quantidade de deputados federais filiados em cada partido; (b) quantidade de deputados ausentes ou que se abstiveram; (c) percentual de deputados, frente ao total, ausentes ou que se abstiveram; (d) percentual de deputados em cada partido ausente ou que se absteve; (e) percentual de deputados que votou pelo prosseguimento da denúncia; (f) percentual de deputados, frente ao total, que votou pelo prosseguimento da denúncia; (g) percentual de deputados em cada partido que votou pelo prosseguimento da denúncia; (h) percentual de deputados que votou pelo arquivamento da denúncia; (i) percentual de deputados, frente ao total, que votou pelo arquivamento da denúncia; (j) percentual de deputados em cada partido que votou pelo arquivamento da denúncia.

268. A tabela traz os percentuais de votos em relação ao número de deputados em cada partido e o percentual em relação ao número total de deputados. Observa-se que, se comparado com o total de parlamentares, os grandes partidos que apresentaram o maior percentual de votos pelo indeferimento da SIP 1/2017 foram: PMDB, PP, PR e DEM, todos partidos que compunham a base aliada do governo a época. O quadro a seguir traz os partidos que pertenciam essa base aliada em 2017.

Tabela 9 – Partidos da Base Aliada Governo – 2017.

Sigla	Nome
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PSDB	Partido da Social-Democracia Brasileira
DEM	Democratas
PSD	Partido Social Democrático
PP	Partido Progressista
PR	Partido da República
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PV	Partido Verde
SD	Solidariedade
PSC	Partido Social Cristão
PRB	Partido Republicano Brasileiro
Pros	Partido Republicano da Ordem Social
PEN	Partido Ecológico Nacional ¹
PT do B	Partido Trabalhista do Brasil ²
PSL	Partido Social Liberal
PRP	Partido Republicano Progressista
PSB	Partido Socialista Brasileiro
Podemos	Podemos





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 018.272/2018-5

Sigla	Nome
PPS	Partido Popular Socialista
PHS	Partido Humanista da Solidariedade

Fonte: Assessoria Parlamentar TCU (ASPAR)

¹ O Partido Ecológico Nacional (PEN) passou a chamar-se Patriota a partir de abril de 2018.² PT do B passou-se a chamar Avante a partir de abril de 2017.

269. Se for realizada análise do número de votos a favor do arquivamento da denúncia em relação ao número de deputados por partido, verifica-se que também os maiores percentuais de votos estão entre os partidos que compunham a base aliada do governo.

270. Por outro lado, dos parlamentares que representavam a oposição naquele ano, apenas um, do PDT, votou pelo arquivamento do processo de denúncia.

271. Já na tabela a seguir, traz-se uma análise comparativa dos votos dos parlamentares por partido, com os valores empenhados e pagos nos meses de junho e julho a título de despesas decorrentes de emendas parlamentares, meses que antecederam a votação na Câmara do Deputados e que foram citados na representação do Deputado Federal Carlos Alberto Rolim Zarattini, como de possível favorecimento de parlamentares em relação à execução de emendas parlamentares de execução individual. Também são apresentados os valores executados durante todo o exercício de 2017.

Tabela 10 – Resultado Votação X Valores Empenhados e Pagos (Base Aliada X Oposição).

	Parlamentares		Votos Favoráveis SIP 1/2017		Empenho R\$ bilhões			Pago R\$ bilhões		
	N. (a)	%	N. (b)	% (b)/(a)	Junho e julho (c)	Ano (d)	% (c)/(d)	Junho e julho (e)	Ano (f)	% (e)/(f)
Partidos Base Aliada	415	81,1%	262	63,1%	3,21	5,01	64,16 %	0,64	2,94	21,9%
Partidos Oposição	97	18,9%	1	1,0%	1,05	1,18	89,29 %	0,17	0,70	24,6%
Total	512	100,0 %	263	64,2 %	4,27	6,19	68,95 %	0,81	3,64	22,4 %

Fonte: Câmara do Deputados

272. Verifica-se que 63% dos deputados pertencentes a partidos da base aliada do governo votaram pelo indeferimento da SIP 1/2017, ao passo que apenas um deputado da oposição, 1% do total, acompanhou esse voto, o que demonstra posicionamento dos partidos da oposição contrário ao da maioria da Câmara dos Deputados.

273. Vale ressaltar que, conforme é possível observar no quadro constante do Anexo III, **houve uma concentração de empenhos de despesas custeadas por emendas parlamentares individuais nos meses de junho e julho de 2017**. No entanto, ao se analisar os percentuais de empenho relativos a esses meses sobre o que foi empenhado no ano de 2017, verifica-se que não há diferenças significativas entre os partidos que compõem a base do governo e os partidos da oposição, ocorrendo até uma concentração maior de empenhos para os partidos da oposição. **Ou seja, nos meses de junho e julho houve uma concentração de empenhos para todos os partidos.**

274. No que se refere aos pagamentos, verifica-se que não há uma concentração linear para todos os partidos, não há um padrão para os partidos da base aliada ou da oposição. Tem-se exemplos como o PRP, que concentrou pagamentos nos meses de agosto (32,7%) e outubro (62,5%) e o PMB, que concentrou pagamentos no mês de abril (54%), mas **não foi encontrado um padrão que constitua indício de priorização de pagamento de despesas de emendas de deputados de determinados partidos em detrimento de outros.**

59





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 018.272/2018-5

275. A tabela seguinte traz uma análise comparativa entre o número de deputados por partido e os valores empenhados e pagos também por partido no exercício de 2017, a fim de se obter um valor médio empenhado e pago por deputado, por partido, bem como o percentual desse valor médio em relação ao todo.

Tabela 11 – Percentual de Recursos Destinados ao Empenho e Pagamento de Despesas decorrentes de Emendas Parlamentares Individuais por Partido Relativo aos Deputados Federais – 2017 (R\$ milhão).

Partidos Base do Governo	nº Deputados (a)	Empenhado 2017 (b)	Pago 2017 (c)	(b)/(a) (d)	% (d)/Total Empenhado	(c)/(a)	% (c)/Total Pago
DEM	31	327,89	183,39	10,58	0,2%	5,92	0,2%
PEN (Patriotas)	3	37,38	29,09	12,46	0,2%	9,70	0,3%
PHS	7	83,34	38,49	11,91	0,2%	5,50	0,2%
PMDB	63	805,43	512,80	12,78	0,2%	8,14	0,2%
PP	46	569,00	356,16	12,37	0,2%	7,74	0,2%
PPS	10	98,41	67,47	9,84	0,2%	6,75	0,2%
PR	40	497,35	281,76	12,43	0,2%	7,04	0,2%
PRB	22	260,89	149,48	11,86	0,2%	6,79	0,2%
PROS	4	84,23	47,35	21,06	0,3%	11,84	0,3%
PRP	1	12,15	3,06	12,15	0,2%	3,06	0,1%
PSB	35	378,94	208,65	10,83	0,2%	5,96	0,2%
PSC	10	92,51	56,12	9,25	0,1%	5,61	0,2%
PSD	38	450,27	273,64	11,85	0,2%	7,20	0,2%
PSDB	47	615,40	334,87	13,09	0,2%	7,12	0,2%
PSL	3	24,76	19,53	8,25	0,1%	6,51	0,2%
PTB	18	231,04	120,61	12,84	0,2%	6,70	0,2%
PT do B (Avante)	3	48,45	28,60	16,15	0,3%	9,53	0,3%
Podemos (PTN)	14	157,34	90,86	11,24	0,2%	6,49	0,2%
PV	7	61,72	38,12	8,82	0,1%	5,45	0,1%
Solidariedade	14	169,91	98,81	12,14	0,2%	7,06	0,2%
Partidos Oposição ao Governo	nº Deputados (a)	Empenhado 2017 (b)	Pago 2017 (c)	(b)/(a) (d)	%	(c)/(a)	%
PC DO B	10	119,36	57,67	11,94	0,2%	5,77	0,2%
PDT	18	232,37	113,68	12,91	0,2%	6,32	0,2%
PMB	1	11,54	11,11	11,54	0,2%	11,11	0,3%
PSOL	6	61,39	42,38	10,23	0,2%	7,06	0,2%
PT	58	709,05	441,26	12,23	0,2%	7,61	0,2%
REDE	4	46,68	29,11	11,67	0,2%	7,28	0,2%
Total	513	6186,80	3634,05	12,06	0,2%	7,08	0,2%

Fonte: Câmara do Deputados e Sistema Siga Brasil

276. No que se refere aos valores empenhados, observa-se que a média de empenhos em 2017 foi de R\$ 12,06 milhões por partido, tendo a maioria dos partidos permanecido próximos a esse valor, a exceção do PROS, que empenhou R\$ 21,06 milhões, e do antigo PT do B, atual Avante, que empenhou R\$ 16,15 milhões. Dois partidos ficaram muito abaixo dessa média, o PSL, que empenhou R\$ 8,25 milhões e o PV, que empenhou R\$ 8,82 milhões.

277. Quanto aos valores pagos, a média foi de R\$ 7,08 milhões, tendo o PMB e o PROS ultrapassado esse valor, com pagamentos de R\$ 11,11 milhões e de R\$ 11,84 milhões,

60



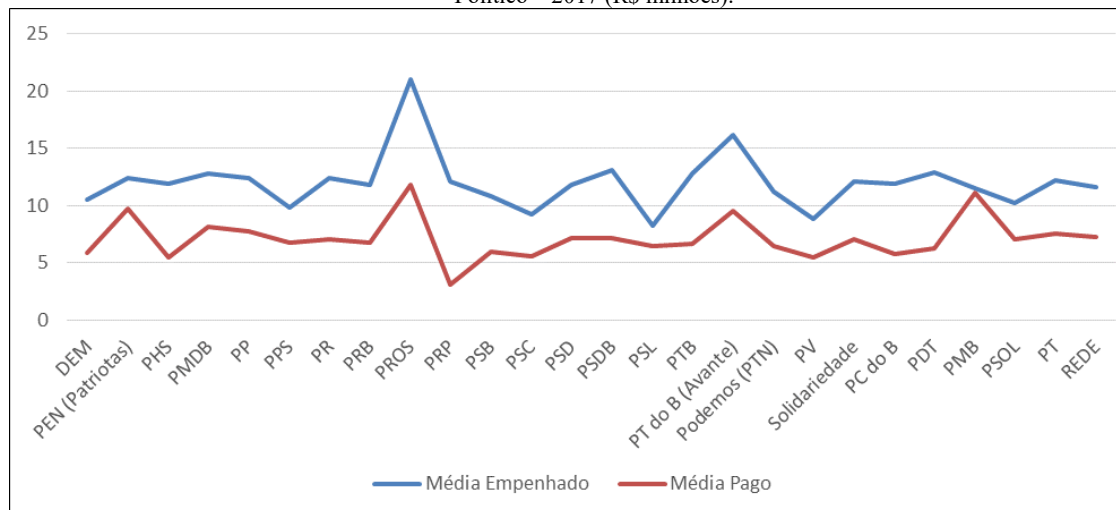


TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 018.272/2018-5

respectivamente. O PHS, o PSB, o PSC, o PV e o PC do B apresentaram pagamentos abaixo de R\$ 6 milhões, tendo o PRP pago apenas R\$ 3,3 milhões. A seguir tem-se os valores de empenho e pagamento constantes da Tabela 3 apresentados graficamente.

Gráfico 21– Empenho e Pagamento de Emendas Parlamentares Proporcional aos Número de Deputados, por Partido Político – 2017 (R\$ milhões).



Fonte: Sistema Siga Brasil

278. Observa-se que os valores de empenho e pagamento de todos os partidos seguiram uma mesma trajetória, tendo o PEN, o PROS, o PT do B e o PMB sido os responsáveis pelos maiores percentuais empenhados e pagos.

279. Apesar disso, deve-se atentar para o fato de que a execução de emendas parlamentares individuais envolve diversas fases e variáveis que não foram analisadas neste tópico, como os impedimentos de ordem técnica, e que podem ter influenciado nessa trajetória.

280. Se a análise for estendida para todo o Congresso Nacional, incluindo os Senadores, conforme dados constantes do quadro constante do Anexo III, verifica-se que é mantida a predominância de empenhos nos meses de junho e julho de 2017 e que não há alteração nos meses em que são concentrados os pagamentos para cada partido.

281. Prosseguindo a análise da programação orçamentária e financeira em 2017, verifica-se que o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias (RARDP) relativo ao primeiro bimestre, publicado em março/2017, indicou a necessidade de contingenciamento de R\$ 58,1 bilhões (valor que foi revisto para R\$ 42,1 bilhões após a publicação, ainda em março, do Relatório Extemporâneo de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias).

282. Ressalte-se que não houve valores significativos de empenhos relacionados a emendas parlamentares individuais nesse mês, mas, não obstante a necessidade de limitação de movimentação financeira, o mês de março de 2017 apresentou pico de pagamento dessas emendas.

283. Os RARDPs relativos ao 2º e 3º bimestres, publicados em maio e julho, mantiveram a indicação de necessidade de contingenciamento da despesa, no entanto, houve aumento significativo de empenhos de emendas parlamentares nesses meses, com ápice no mês de agosto, acompanhado de aumento nos pagamentos. **Verifica-se que houve a opção do governo em manter os limites de empenho e movimentação financeira para essas despesas, tendo o contingenciamento sido aplicado sobre outras despesas.** Informa-se, sem se afirmar que há qualquer correlação entre os fatos, que esse período coincide com os meses em que houve denúncias veiculadas na imprensa de troca de





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 018.272/2018-5

autorização de empenho de despesas decorrentes de emendas parlamentares individuais por votos favoráveis ao chefe do Poder Executivo no Congresso Nacional.

284. Em 14/9/2017, foi publicada a Lei 13.480/2017, que alterou a meta de resultado primário prevista na LDO/2017 de um déficit de R\$ 139 bilhões para um déficit de R\$ 159 bilhões, o que possibilitou a ampliação dos limites de empenho e movimentação financeira a partir do 4º bimestre. No entanto, que o RARDP Extemporâneo, publicado em dezembro de 2017, indicou a necessidade de contingenciamento de R\$ 19,3 bilhões, significativamente inferior aos R\$ 58,1 bilhões recomendados no 1º RARDP.

285. Dessa forma, verifica-se que, não obstante a análise da execução orçamentária **não demonstrar o favorecimento de partidos em detrimento de outros**, a análise da programação orçamentária e financeira do Poder Executivo **demonstra uma opção desse Poder por liberar limites de empenho e pagamento para despesas decorrentes de emendas parlamentares individuais em detrimento de outras despesas**, já que houve, durante todo o exercício de 2017, indicação de necessidade de limitação de empenho e pagamento de despesa, que foi aplicado em outras despesas financiadas pelo Orçamento Geral da União, mas não em emendas individuais impositivas.

286. Quanto ao **exercício de 2018** (de janeiro a agosto), não foi indicada a necessidade de limitação de empenho e movimentação financeira. Verifica-se nesse exercício o empenho e pagamento significativo de despesas decorrentes de emendas parlamentares individuais no primeiro semestre, de maneira diferente de exercícios anteriores (vide gráfico inicial).

287. Após os exames desempenhados nesta auditoria, o único fato potencialmente motivador para essa execução atípica em relação aos anos anteriores, foi a realização das eleições para os cargos de chefes dos poderes executivos federais e estaduais, assim como para parlamentares federais e estaduais. Assim, é possível que essa discrepância esteja relacionada ao início da **campanha eleitoral**, que deslocou a atenção dos parlamentares para suas zonas eleitorais, sendo que a aplicação de recursos de emendas nessas áreas poderia contribuir na apresentação de suas propostas.

Atuação da Segov

288. A execução financeira das emendas parlamentares individuais obrigatórias possui uma particularidade que a difere da execução das demais despesas públicas: a participação da Secretaria de Governo da Presidência da República (Segov).

289. Segundo o Decreto 9.669, de 2 de janeiro de 2019, art. 11, inciso III, a Segov possui a atribuição de promover a interlocução dos autores de emendas de execução obrigatória, com órgãos executores e centrais do Governo federal, para fins de cumprimento dos prazos legais estabelecidos para sua operacionalização, **inclusive no que se refere à liberação de recursos e execução financeira**.

290. Nesses termos, os decretos anuais de programação orçamentária e financeira usualmente trazem dispositivo que regulamenta e esclarece como se dá essa atuação. Assim, por exemplo, o Decreto 9.276, de 2 de fevereiro de 2018 determina, em seu art. 4º, que as liberações de recursos financeiros, pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), para pagamento de despesas de emendas parlamentares individuais obrigatórias, devem ser solicitadas pela Secretaria de Governo da Presidência da República.

291. Destarte, conforme pode-se verificar no fluxograma descrito no Anexo I deste relatório, após a liberação dos órgãos setoriais informando que as despesas estão aptas a pagamento, a Segov realiza uma consolidação dos valores e, então, solicita a liberação de recursos por parte da STN.

292. Durante a realização dessa auditoria, gestores da Segov foram questionados, mediante entrevista não estruturada, acerca de qual seria a relevância e a necessidade desse procedimento para a





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 018.272/2018-5

liberação de recursos para emendas parlamentares (peça 87). Segundo informado, essa atuação traria maior governança para o Poder Executivo acerca desse processo.

293. Não obstante, não restou claro, qual seria a importância desse procedimento no processo. Dessa feita, verificou-se que a Segov atua de fato como um instrumento de controle, mas que **não possui critérios objetivos para definir como e quando deve ser realizada a liberação dos recursos**.

Comentários dos gestores

294. Sobre a atuação da Segov, a Secretaria do Tesouro Nacional aduziu que:

Atualmente, a participação da SEGOV/PR no processo de consolidação das demandas por recursos de emendas impositivas é de suma importância, na medida em que esta tem interlocução com os Órgãos Setoriais para captação das necessidades efetivas de recursos, alinhando as demandas aos critérios estabelecidos na legislação específica. Tal tipo de articulação e controle de execução de projetos relativos a emendas impositivas escapa à competência dessa STN, que tem interface com os Órgãos Setoriais quanto à limites globais de pagamentos de despesas sob o escopo do Decreto de Programação Financeira, conforme explicado anteriormente.

Adicionalmente, e para complementar o fluxo do processo elaborado pelo próprio TCU, faz-se necessário registrar que qualquer solicitação formal de recursos, inclusive àqueles destinados ao pagamento de emendas parlamentares, necessariamente é realizada pelo órgão setorial de programação financeira ao órgão central do sistema de administração financeira (STN) por meio de documento específico no SIAFI, denominado PF (Programação Financeira), cabendo à SEGOV/PR, neste caso, uma atribuição específica e complementar ao processo normal de liberações financeiras, quando este envolver recursos relativos às emendas parlamentares impositivas.

Entende que o dispositivo do Decreto de Programação Orçamentária e Financeira que menciona a necessidade de envolvimento da SEGOV, no processo de liberação de recursos financeiros das emendas parlamentares impositivas, tem o intuito de reforçar a importância da atuação daquela Secretaria na articulação com os órgãos setoriais, assim como junto aos parlamentares, sendo-lhe atribuída a responsabilidade pela observância dos critérios estabelecidos na legislação específica para a sua execução orçamentária e financeira, competindo à STN, como órgão central, observar o limite global estabelecido para as liberações de emendas parlamentares, assim como atender as solicitações de recursos dos órgãos setoriais, após análise da SEGOV.

Propostas de encaminhamento

295. Neste trabalho, o exame da equidade e da isonomia na execução orçamentária e financeira das emendas impositivas, buscou se relacionar ao princípio constitucional da impessoalidade na aplicação dos recursos públicos. Nesse sentido, autores administrativistas lecionam que a impessoalidade impede que os atos administrativos sejam realizados visando interesses do agente ou de terceiros em detrimento do interesse público.

296. Dessa forma, diante de todo exposto, conclui-se não ser possível afirmar que houve quebra de equidade, isonomia ou impessoalidade na execução orçamentária e financeira das emendas parlamentares individuais de execução obrigatória.

297. Todavia, identificou-se que, em 2017, não obstante a indicação de necessidade de contingenciamento das despesas, houve **liberação de limites para empenho e pagamento de emendas individuais**, o que representa a priorização dessas despesas em detrimento de outras pelo Poder Executivo Federal. Já em 2018, houve uma concentração atípica de empenhos e pagamentos no início do exercício, o que pode estar correlacionado de alguma maneira com o **processo eleitoral**.

298. Quanto ao tema, avalia-se que há uma oportunidade de melhoria com relação à atuação da Segov que, após o pedido dos órgãos setoriais, solicita a liberação de recursos por parte da STN. Assim, considerando os comentários realizados pelo gestores, será proposto dar ciência à **Secretaria de Governo da Presidência da República e ao Ministério da Economia** acerca da ausência de

63



**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**

TC 018.272/2018-5

critérios objetivos e de transparência na atuação da Segov no que tange à solicitação por ela realizada à Secretaria do Tesouro Nacional (STN) para pagamento de despesas de emendas parlamentares individuais obrigatórias, conforme prescrito, por exemplo, no Decreto 9.276, de 2 de fevereiro de 2018, em desacordo com art. 37, caput, da Constituição Federal.





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 018.272/2018-5

8. Conclusão

299. Esta auditoria teve como objetivo principal trazer contribuição para aprimorar o processo de aplicação dos recursos públicos oriundos de emendas parlamentares individuais impositivas.

300. Verificou-se que essa forma de aplicação de recursos foi instituída pela emenda constitucional 86/2015, que criou o chamado orçamento impositivo. Segundo essa regra, há a obrigatoriedade de aprovação de emendas parlamentares individuais ao projeto de lei orçamentária anual até o limite de 1,2% da receita corrente líquida prevista no projeto de lei orçamentária encaminhado pelo Poder Executivo para aquele exercício financeiro. Além disso, é obrigatória a execução orçamentária e financeira das programações resultantes dessas emendas e metade desse percentual deverá ser destinado a ações e serviços públicos da área de saúde.

301. Destarte, para o alcance dos objetivos estabelecidos, foram definidas quatro questões de auditoria, elencadas a seguir. Ainda, associados a cada questão procedimentos de auditoria aptos a coletar informações e propiciar a análise acerca dos temas.

302. **Questão 1:** no momento da elaboração da emenda parlamentar (momento decisório da intervenção), existe um levantamento prévio das necessidades locais minimamente capaz de indicar quais problemas devem ser atacados, bem como qual é a melhor maneira de fazê-lo, tal como (quando aplicável) a existência de projetos previamente elaborados e armazenados num banco de projetos, ou, ainda, a existência de um procedimento que avalie a qualidade da decisão alocativa em seu mérito apto a impor um impedimento técnico quando a qualidade da decisão for insatisfatória?

303. No tocante à essa questão, foram identificados riscos de destinação de recursos públicos advindos de emendas parlamentares para objetos não prioritários. Verificou-se que, em muitos casos, não existe instrumento formalizado pelo Poder Executivo para apresentar prioridades e orientações para alocação de recursos por parte do Poder Legislativo.

304. Observou-se que seria desejável a existência de uma atuação mais proativa do Poder Executivo junto ao parlamento, com a indicação de **ações e projetos prioritários** para cada setor. Ademais, seria oportuno que os órgãos setoriais dispusessem (e levassem essa informação ao parlamento) de um **banco de projetos** para obras e outros investimentos (iniciados ou não) os quais estariam **aptos a receber recursos** advindos de emendas. Esse banco poderia, por exemplo, incluir obras paralisadas por falta de recurso.

305. Ademais, considerando as disposições da LRF e os entendimentos do TCU, concluiu-se que não seria razoável, especialmente num cenário de ausência de recursos para custear os investimentos já em andamento, serem direcionadas emendas para iniciar novos empreendimentos.

306. **Questão 2:** O transcurso do tempo entre o momento da aprovação da emenda parlamentar, o início efetivo de sua execução pelo beneficiário e a respectiva entrega do objeto é demasiadamente longo ao ponto de comprometer, ainda que parcialmente, o sucesso e a efetividade da aplicação dos recursos advindos da emenda parlamentar?

307. Sobre a questão 2, observou-se que o tempo para conclusão de obras custeadas com recursos de emendas parlamentares em programas do antigo Ministério do Desenvolvimento Regional é longo, sendo, em média, **maior que oito anos**.

308. Como prováveis e principais causas para esse problema, menciona-se as dificuldades gerenciais dos municípios de pequeno porte, o atraso na liberação de recursos federais no âmbito dos contratos de repasse e o volume de instrumentos normativos acerca dessa modalidade de transferência de recursos.

309. Por outro lado, apesar do longo tempo para conclusão dos empreendimentos, verificou-se que o **prazo para que os órgãos setoriais** analisem a eventual existência de impedimentos de ordem técnica é **significativamente exíguo**. Em 2018, por exemplo, foi 45 dias. É desejável, portanto, que se estude

65





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 018.272/2018-5

qual seria o **prazo necessário** para análise das propostas de trabalho referentes às emendas parlamentares, para que seja estabelecido **cronograma compatível** as atividades a serem desempenhadas.

310. Outro gargalo verificado se refere a possibilidade de **remanejamento de beneficiário** das emendas por parte dos parlamentares, o que provoca a necessidade de uma reanálise de diversas etapas do processo. Assim, é recomendável que se avalie **estabelecer critérios** para realizar essa realocação, levando em consideração o equilíbrio entre a discricionariedade do parlamentar e a eficiência necessária a análise e execução pelos órgãos setoriais. Portanto, caberá ao Congresso Nacional normatizar essa data limite de alteração de beneficiários tendo em vista a eficiência e a economicidade do rito das emendas.

311. Por fim, constatou-se que a **incompatibilidade entre os sistemas informatizados** do Executivo e do Legislativo traz riscos e atrasos ao processo de aprovação das emendas. Com efeito, entende-se ser necessário que seja avaliada a possibilidade de **utilização do sistema Siop em substituição ao Silor**, como medida para trazer racionalização e eficiência.

312. **Questão 3:** O custo implícito do modelo de alocação de recursos via emenda parlamentar individual é desconhecido e pode vir a comprometer a eficiência e economicidade do processo alocativo?

313. Acerca dessa terceira questão, a equipe de auditoria avaliou que não há uma apuração dos custos operacionais associados aos investimentos provenientes de emendas parlamentares.

314. A importância de se saber o custo dos produtos e serviços públicos, além de ser uma exigência legal, é uma informação relevante para a tomada de decisão pelo gestor público. Só é possível realizar análise de custo-benefício ou custo-efetividade se se souber o custo do produto ou serviço entregue ao seu destinatário final.

315. A avaliação dos custos de processamento relacionados à execução das emendas parlamentares individuais impositivas ganha relevância ao se considerar que os valores médios dos contratos de repasse e das transferências fundo a fundo realizadas são de pequena monta.

316. Destarte, propor-se que o MDR, apure o custo operacional de suas transferências; e, consequentemente, avalie propor o estabelecimento de **valores mínimos** para contratos de repasse destinados a obras, mesmo os custeados com recursos de emendas parlamentares. Além disso, recomendar ao Ministério da Saúde que dê continuidade à implantação do seu Programa Nacional de Gestão de Custos (PNGC).

317. **Questão 4:** Há equidade e isonomia na execução orçamentária e financeira das emendas parlamentares individuais?

318. Neste tópico avaliou-se a existência de isonomia, equidade e impessoalidade na execução orçamentária e financeira das emendas parlamentares individuais de execução obrigatória.

319. Com as análises empreendidas, concluiu-se não ser possível afirmar que houve quebra de equidade, isonomia ou impessoalidade na execução orçamentária e financeira das emendas parlamentares individuais de execução obrigatória.

320. Todavia, identificou-se que em 2017, não obstante a indicação de necessidade de contingenciamento das despesas, houve liberação de limites para empenho e pagamento de emendas individuais, o que representa a priorização dessas despesas pelo Poder Executivo Federal. Já em 2018, houve uma concentração atípica de empenhos e pagamentos no início do exercício, o que pode estar correlacionado com o processo eleitoral.





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 018.272/2018-5

321. Como medida para mitigar riscos associados a esse processo, é desejável que se avaliem a possibilidade de instituir **critérios objetivos para a atuação da Segov** quanto às liberações de recursos financeiros para pagamento de despesas de emendas parlamentares individuais obrigatórias. Nessa esteira dar-se-á ciência à Segov e ao ME acerca das ausências de tais critérios.

322. Ao fim, portanto, para todas as constatações observadas durante a auditoria, foram propostas recomendações e/ou determinações para a adoção de providências cabíveis por parte do Congresso Nacional, da Secretaria de Governo da Presidência da República, do Ministério da Economia, do Ministério da Saúde e do Ministério do Desenvolvimento Regional.

9. PropostaS de encaminhamento

323. Ante o exposto, submete-se o presente relatório à consideração superior com as propostas de encaminhamento elencadas a seguir:

324. Recomendar, ao **Ministério da Economia, à Secretaria Executiva do Ministério da Saúde e à Secretaria Nacional de Desenvolvimento Regional e Urbano do Ministério do Desenvolvimento Regional**, com fulcro no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, combinado com o art. 250, inciso III, do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, que adotem medidas institucionais e estruturadas, alinhadas com o cronograma do ciclo das emendas parlamentares, no sentido de elencar e informar ao parlamento, objetos prioritários e aptos ao recebimento de recursos federais oriundos dessas emendas, contemplando, inclusive, obras paralisadas por falta de verbas, utilizando, por exemplo, a Plataforma Mais Brasil e/ou outras ferramentas de divulgação; especificamente no caso da saúde, considerando as disposições do art. 17 da Lei Complementar 141/2012.

325. Determinar, ao **Ministério da Economia**, com fulcro no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, combinado com o art. 250, inciso II, do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, que, no prazo de 180 dias, apresente ao TCU plano de ação visando trazer maior efetividade na aplicação desses recursos, contemplando, no mínimo, as medidas a serem adotadas, os responsáveis pelas ações e os prazos previstos para sua implementação, para:

a) estruturar, na Plataforma Mais Brasil ou em outro sistema informatizado adequado, ferramenta que permita implementar a recomendação supramencionada (item 323), permitindo sua ampla visualização por parlamentares, gestores públicos e sociedade em geral, a fim de auxiliar a tomada de decisão dos parlamentares e possibilitar o engajamento social acerca da gestão municipal;

b) estruturar ferramentas de governança para que não sejam iniciados novos projetos de obras públicas financiadas com recursos de emendas parlamentares caso não haja previsão de recursos orçamentários e financeiros, para o exercício corrente, suficientes para suportar a execução regular de todos aqueles instrumentos já em andamento, destinados à execução de obras públicas;

326. Alertar o **Ministério da Economia** quanto à importância de se prover os recursos necessários a sua Secretaria de Gestão, para dar cumprimento à realização do plano de ação supramencionado, referente à estruturação de sistemas e ferramentas de governança.

327. Determinar, ao **Ministério da Economia**, com fulcro no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, combinado com o art. 250, inciso II, do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, que, no prazo de 180 dias, apresente a esta Corte de Contas relatório com avaliação dos impactos trazidos pela IN MP 2/2018, considerando, os prazos de conclusão dos empreendimentos, custos operacionais associados às transferências voluntárias que envolvem obras e as providências que serão adotadas como consequência dessa avaliação.

328. Recomendar, à **Secretaria de Governo da Presidência da República e ao Ministério da Economia**, com fulcro no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, combinado com o art. 250, inciso III, do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, que:





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 018.272/2018-5

a) realizem levantamento, junto aos órgãos setoriais, acerca do prazo necessário para análise das propostas de trabalho referentes às emendas parlamentares, considerando os critérios de impedimento técnico estabelecidos, bem como o volume histórico de propostas apresentadas; e, ao elaborarem as futuras portarias acerca dos procedimentos e prazos para apresentação, registro e operacionalização das emendas parlamentares individuais de execução obrigatória, estabeleçam cronograma compatível com o citado levantamento e com a força de trabalho disponível para realizar as atividades;

b) realizem estudo acerca da execução da carteira de empreendimentos financiados com recursos federais oriundos de emendas parlamentares e estabeleçam, como critério de impedimento de ordem técnica, com base no referido estudo, valor mínimo adequado para execução de objetos relativos a obras, a fim de dar maior eficácia e efetividade a essas transferências.

329. Recomendar, à **Mesa do Congresso Nacional** e a sua **Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**, com fulcro no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, combinado com o art. 250, inciso III, do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, que:

a) utilizem o sistema Siop em substituição ao Silor, medida que poderá promover racionalização e a eficiência na troca de informações com os órgãos do Poder Executivo;

b) estabeleçam, nas leis de diretrizes orçamentárias anuais, data limite, em cada exercício financeiro, para que os parlamentares possam alterar o beneficiário dos recursos de emendas individuais impositivas, levando em consideração o equilíbrio entre a discricionariedade do parlamentar e a eficiência necessária a análise e execução pelos órgãos setoriais.

330. Recomendar, à **Secretaria Nacional de Desenvolvimento Regional e Urbano do Ministério do Desenvolvimento Regional**, com fulcro no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, combinado com o art. 250, inciso III, do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, que, em consonância com o cumprimento do item 9.1.13 do Acórdão 2.359/2018-TCU-Plenário, apure o custo operacional de suas transferências, notadamente quanto aos contratos de repasse custeados com recursos de emendas parlamentares, observando o disposto no Manual de Informações de Custos do Governo Federal, aprovado pela Portaria STN 518/2018.

331. Recomendar, à **Secretaria Executiva do Ministério da Saúde**, com fulcro no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, combinado com o art. 250, inciso III, do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, que dê continuidade à implantação do Programa Nacional de Gestão de Custos (PNGC), seguindo também o disposto no Manual de Informações de Custos do Governo Federal, aprovado pela Portaria STN 518/2018, avaliando a conveniência e a oportunidade da implantação de um modelo de custos personalizado que seja capaz de prover o Ministério de informações relevantes sobre os custos operacionais de processamento dos investimentos oriundos de emendas parlamentares.

332. Dar ciência ao **Ministério da Economia e à Secretaria de Governo da Presidência da República** acerca da ausência de critérios objetivos e de transparência na atuação da Segov no que tange à solicitação por ela realizada à Secretaria do Tesouro Nacional (STN) para pagamento de despesas de emendas parlamentares individuais obrigatórias, conforme prescrito, por exemplo, no Decreto 9.276, de 2 de fevereiro de 2018, em desacordo com art. 37, caput, da Constituição Federal.

333. Determinar à **Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana do TCU (SeinfraUrbana)**, que monitore a implementação das recomendações e determinações emitidas em decorrência desta auditoria.

334. Arquivar os presentes autos, com fundamento no art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU.”

É o relatório.





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 018.272/2018-5

VOTO

Apresento para deliberação do Plenário os resultados de auditoria de natureza integrada (operacional e conformidade) cujo assunto gira em torno das emendas parlamentares individuais ao Projeto de Lei Orçamentária, que são de execução obrigatória e conhecidas também como emendas impositivas.

2. Nos termos da Emenda Constitucional 86/2015, foi instituído o orçamento impositivo, conquanto os efeitos já fossem produzidos a partir da execução orçamentária do exercício de 2014, com base na respectiva LDO (Lei 12.919/2013). Foi estabelecido que “*é obrigatória a execução orçamentária e financeira das programações*” relativas às “*emendas individuais ao projeto de lei orçamentária*”, que “*serão aprovadas no limite de 1,2% (um inteiro e dois décimos por cento) da receita corrente líquida prevista no projeto encaminhado pelo Poder Executivo, sendo que a metade deste percentual será destinada a ações e serviços públicos de saúde*”.
3. No entanto, as emendas “*não serão de execução obrigatória nos casos dos impedimentos de ordem técnica*”, apontados pelos órgãos executivos setoriais, situações em que poderá haver remanejamento da programação, por indicação do Poder Legislativo.
4. De acordo com o “*Informativo PLOA 2020*”, elaborado, em setembro último, conjuntamente pela Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados e pela Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal, na Proposta de Lei Orçamentária para o ano de 2020, encaminhada pelo Governo ao Congresso Nacional, foram reservados R\$ 9,5 bilhões para as emendas individuais, a serem distribuídos entre os 594 parlamentares. Portanto, cada deputado e senador poderá emendar pouco mais de R\$ 15,9 milhões. (https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/leis-orcamentarias/loa/copy_of_2019/tramitacao/notas-tecnicas-e-informativos-conjuntos/Informativo_PLOA2020_V.2.pdf)
5. Observo que a Proposta de Lei Orçamentária para 2020 também reserva R\$ 6,7 bilhões para o atendimento de emendas de bancadas de parlamentares de estados e do Distrito Federal, que passaram a ser igualmente de execução obrigatória, desde a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2016, estando atualmente disciplinadas na forma da recente Emenda Constitucional 100/2019. As emendas de bancada, todavia, não são tema desta fiscalização.
6. Embora as emendas parlamentares individuais sejam, em regra, de execução obrigatória, o próprio texto constitucional prevê duas hipóteses de exceção: a) quando a arrecadação real da receita ficar abaixo da estimativa orçamentária e for preciso recorrer à limitação de empenhos para o cumprimento da meta de resultado fiscal (§ 18 do art. 166 da CF, com a redação da EC 100/2019); e b) quando houver impedimento de ordem técnica, verificado e justificado pelo órgão setorial, caso em que o parlamentar poderá remanejar a programação (§ 13).
7. Assim foi que, acumulados os quatro anos de 2014 a 2017, em relação à dotação total autorizada de R\$ 36,54 bilhões em emendas parlamentares individuais, somente R\$ 24 bilhões (65,7%) foram empenhados, dos quais R\$ 20,2 bilhões (84,2%) resultaram em inscrições em restos a pagar não processados. Esse expressivo volume de despesas empenhadas sem liquidação demonstra a dificuldade de se concretizarem os projetos no mesmo exercício em que as emendas parlamentares foram fixadas.
8. Por outro aspecto, dos R\$ 24 bilhões empenhados no período, 51% foram para a área de saúde e 21% para a de infraestrutura urbana. Chama a atenção o pequeno percentual de 4% para atendimento da área de educação.

69





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 018.272/2018-5

9. No universo das áreas de saúde e infraestrutura urbana, que são as preferidas na destinação de recursos, os maiores beneficiários das emendas parlamentares, entre 2014 e 2018, foram os municípios, que ficaram com 61,15%, seguidos das instituições privadas sem fins lucrativos, com 12,78%; da União, em aplicações diretas, com 9,98%; e dos estados e do Distrito Federal, com 7,57%.
10. Dos quase 82% de emendas cujos projetos foram executados por terceiros (municípios, instituições privadas e estados e DF), conforme acima, a transferência mediante contratos de repasse ou convênios representou 52%, enquanto a modalidade de fundo a fundo envolveu 32%. Porém, considerada apenas a área de saúde, impera a transferência de fundo a fundo, com 80% do todo. Já no antigo Ministério das Cidades, que concentrava a área de infraestrutura urbana, 56,7% das emendas foram operacionalizadas por contratos de repasse.
11. Constituiu o objetivo da presente auditoria avaliar o processo de escolha dos investimentos apoiados por emendas parlamentares (transparência), os prazos de execução e os custos associados (eficiência) e os benefícios gerados (eficácia). Para tanto, foram definidas as seguintes questões: 1) existe um levantamento prévio de necessidades para subsidiar a elaboração das emendas parlamentares? 2) o tempo até a entrega do objeto beneficiado com a emenda é demasiadamente longo, a ponto de comprometer o bom êxito na aplicação dos recursos? 3) o custo implícito na execução das emendas é conhecido e pode vir a prejudicar a economicidade do modelo alocativo? 4) há equidade e isonomia na execução orçamentária e financeira das emendas?
12. Com relação à primeira questão, cabe ressaltar, de início, que a grande virtude da alocação de recursos por meio de emendas está na possibilidade de assegurar a implementação de objetos prioritários e o atendimento de populações de localidades, distribuídas por todo o País, desprovidas de suficientes fontes de financiamento próprias, uma vez que os parlamentares, certamente, têm melhores condições de identificar carências dentro das suas bases de atuação.
13. Nesse contexto, julgo interessante reproduzir o comentário feito nos autos pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, baseado na experiência administrativa e na obra “Curso de Responsabilidade Fiscal”, de autoria do Ministro-Substituto Weder de Oliveira, no sentido de que, entre as vantagens *“da execução/aplicação de recursos via instrumento constitucional de emendas parlamentares individuais impositivas, em contraste com as aplicações das políticas públicas definidas pelas próprias pastas [ministeriais], destaca-se a destinação de recursos a localidades que, de outra forma, dificilmente seriam candidatas aptas a transferências de recursos voluntárias da União, seja por limitações técnicas do ente federado envolvido, seja por desconhecimento do governo central da necessidade local existente. Deste modo, o parlamentar, que possui mais ferramentas e condições para conhecer as necessidades da população local e região pela qual se elegeu, pode servir como um elo a esta falha derivada da vigência de um sistema federativo em um país de dimensão continental”*.
14. Não obstante, segundo apurado nesta auditoria, principalmente em entrevistas com os diversos agentes participantes do processo de elaboração e execução das emendas parlamentares, os municípios, de maneira geral, não dispõem de um levantamento prévio das suas necessidades prioritárias, nem de um canal de articulação com os congressistas, que, por sua vez, não recebem orientações das pastas setoriais, salvo algumas iniciativas como as dos ministérios do Turismo e da Saúde, na forma de cartilhas nas quais são apresentadas as políticas públicas de interesse imediato.
15. Dada essa realidade, os recursos de emendas transferidos de fundo a fundo, mais comuns na área de saúde, têm sido mais proveitosos, visto que o parlamentar apenas determina o campo de aplicação, ficando o objeto específico à escolha do próprio beneficiário (estado ou município),

70





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 018.272/2018-5

- sob supervisão do órgão federal repassador. Por outro lado, nos convênios e contratos de repasse compete ao parlamentar indicar, desde a origem da emenda, o objeto pretendido.
16. No caso de obras públicas, o relatório de auditoria assinala que os projetos em andamento são obrigatoriamente prioritários, pois a Lei de Responsabilidade Fiscal, no art. 45, não permite que a lei orçamentária inclua novos empreendimentos sem que haja provisões para a continuidade dos já iniciados. Claramente, a norma tem por finalidade evitar a paralisação de obras e o risco de que se tornem definitivamente inacabadas.
 17. Sobre o referido ponto, foi identificada boa prática adotada pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos e Fiscalização do Congresso Nacional, que tem alertado os parlamentares acerca da necessidade de priorizarem as obras em andamento, inclusive com a disponibilização da relação de projetos nessa situação, bem como de planos de trabalho aprovados que ainda não contam com recursos suficientes.
 18. Ainda quanto à priorização de investimentos amparados por emendas parlamentares, não poderia deixar de ponderar a respeito de um aspecto que considero falho nesse modelo de alocação orçamentária, pois, no meu modo de ver, não é capaz de perseguir um dos “*objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil*”, que é “*reduzir as desigualdades sociais e regionais*”, conforme disposto no art. 3º, inciso III, da Constituição Federal.
 19. Ao contrário, a partir do número de congressistas por unidade da Federação, cada qual, pela divisão equitativa determinada constitucionalmente, podendo dispor da mesma porção sobre o montante do orçamento impositivo, e tendo como pressuposto natural que os parlamentares tendem a beneficiar com emendas os estados que representam, é de se inferir que as regiões mais abastecidas são exatamente as mais favorecidas com recursos.
 20. A título de ilustração, veja-se que São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro lideram em número de representantes na Câmara dos Deputados (com 70, 53 e 46 parlamentares, respectivamente) e ao mesmo tempo são os três estados mais ricos do Brasil (com PIB total de R\$ 2,038 tri, R\$ 0,544 tri e R\$ 0,640 tri – dados de 2016). Significa que, mesmo com mais desenvolvimento, são as unidades federativas que mais recebem recursos dentro do orçamento impositivo.
 21. Em contraste, o Piauí, que é o penúltimo no País classificado em termos de PIB *per capita*, tem somente dez deputados federais. Considerando que todos os estados contam com três senadores, é fácil concluir que, em tese, os paulistas usufruem de 5,6 vezes mais recursos de emendas parlamentares do que os piauienses.
 22. Para o Orçamento de 2020, estamos falando de uma diferença de quase R\$ 1 bilhão, dinheiro que seria suficiente para a implantação de 1.000 Unidades Básicas de Saúde do Tipo I (com equipamentos e uma equipe do Saúde da Família) mais 957 Creches do Tipo C (para 120 crianças em dois turnos), conforme o custo unitário de R\$ 408 mil e R\$ 618 mil dos correspondentes projetos padrões (UBS I e Creche C) para o Estado do Piauí, no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) (v.g., <http://www.pac.gov.br/obra/67102> e <http://www.pac.gov.br/obra/13788>).
 23. Semelhante raciocínio pode ser aplicado na comparação entre as Regiões Sudeste e Norte, que têm, respectivamente, PIBs totais de R\$ 3,332 trilhões e R\$ 0,337 trilhões, e parlamentares em número de 191 e 86. Ou seja, com PIB superior em praticamente R\$ 3 trilhões, os quatro estados da Região Sudeste podem obter 2,22 vezes mais recursos de emendas parlamentares do que os sete estados da Região Norte.
 24. Se tomado isoladamente o conjunto de emendas parlamentares, os exemplos acima parecem confrontar não somente com um dos “*objetivos fundamentais da República*”, mas também com





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 018.272/2018-5

- uma das funções dos orçamentos fiscal e de investimento das estatais, que é “*reduzir desigualdades inter-regionais*”, a teor do § 7º do art. 165 da Constituição Federal.
25. É certo que, para tanto, o dispositivo constitucional remete a um “*critério populacional*” na repartição dos recursos orçamentários, ou “*proporcional à população, a partir da situação verificada no biênio 1986-87*”, na forma do art. 35 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.
26. Contudo, o uso do critério populacional puro e simples tem causado hesitação, porque, contraditoriamente, não traria outro resultado senão, no máximo, a manutenção dos níveis de desigualdade regional. Não é por acaso que tramita na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei Complementar 99/2011 (apensado ao 135/1996), com parecer do Relator pela constitucionalidade na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, relativizando o “*critério populacional*” com a “*renda per capita*” regional.
27. Enfim, faço essas anotações no intuito apenas de chamar a atenção para o fato de que a distribuição das emendas, embora siga a regra de divisão equitativa entre os parlamentares, não confere equidade no tratamento das disparidades regionais.
28. Passo a discorrer sobre a excessiva demora na execução dos projetos de obras incluídos nas emendas parlamentares, cujo tempo médio para conclusão, na área de infraestrutura urbana, é de 97 meses, isto é, mais de oito anos.
29. Na presente auditoria, foram visitadas 25 obras financiadas com recursos de emendas parlamentares repassados pelo então Ministério das Cidades, tendo sido apurado que, no conjunto, a execução era de 71,19% do previsto. Consideradas todas as obras decorrentes de emendas, o mesmo indicador cai para 55,8%, pelas contas do próprio ministério.
30. Foi identificado que a demora na liberação dos recursos pelo órgão setorial é a principal causa para o atraso na execução das obras, e não o andamento dos serviços em si. No caso das obras inspecionadas nesta auditoria, foram perdidos 720 dias, em média, entre a assinatura do contrato de repasse e a primeira parcela desbloqueada, em função, provavelmente, de contingenciamentos financeiros.
31. Portanto, são dois anos para que a obra possa ter início, sem incluir no cômputo o prazo entre a apresentação do plano de trabalho e dos projetos e sua aprovação, normalmente pela Caixa Econômica Federal, e o processamento da licitação. Aí entra um segundo motivo para o atraso nas obras, que se refere à burocracia regulatória. De acordo com a Caixa, o número de normativos e deliberações que devem ser observados na celebração de contratos de repasse saltou de cerca de 40, em 2007, para mais de 160, em 2016.
32. É razoável imaginar que a complexidade das exigências que são feitas para viabilização dos projetos, como o cumprimento de formalidades jurídicas, normas técnicas e condicionantes ambientais, está muito aquém da capacidade administrativa da maioria dos municípios brasileiros, que levam tempo extraordinário para se tornarem aptos ao recebimento dos recursos.
33. Percebe-se, no entanto, que os maiores problemas afetos ao atraso na execução de obras do orçamento impositivo não se relacionam exclusivamente à operacionalização das emendas parlamentares, uma vez que são comuns ao modelo de descentralização de verbas para estados e municípios. Até por isso, a questão está sendo analisada com profundidade na fiscalização do Tribunal sobre as causas de obras paralisadas.
34. Mais peculiar às emendas parlamentares, entretanto, é a maior representatividade dos custos operacionais sobre os valores dos projetos, devido à fragmentação dos recursos, que se dá na tentativa de atendimento de um grande número de beneficiários. Diferentemente, quando o





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 018.272/2018-5

projeto faz parte de uma política pública estruturada e com padrões técnicos, o valor do investimento costuma aumentar e diluir mais facilmente os custos associados, que pouco variam de caso a caso.

35. Por último, outro ponto que merece reflexão está no uso político que se faz das emendas parlamentares, na negociação de votações de matérias que tramitam no Congresso Nacional. É que, embora as emendas sejam de execução obrigatória, podem ser alvo de contingenciamento, como qualquer despesa discricionária, com vistas ao cumprimento da meta de resultado primário.
36. Como a mídia tem divulgado, os governos de modo geral têm utilizado a liberação de emendas como parte do processo de negociação, quando podem acenar com a possibilidade de descontingenciamento de recursos para emendas parlamentares, com o objetivo de obter apoio para ações que dependam de aprovação legislativa.
37. Conforme verificado na presente auditoria, o Governo, em 2017, conquanto não tenha favorecido nenhum partido especificamente, liberou limites de empenho para a execução de emendas parlamentares, enquanto manteve restrições para o pagamento de outras despesas.
38. Por sua vez, a Constituição Federal, ao dispor sobre o orçamento impositivo a ser definido individualmente pelos parlamentares, prescreve que o montante de emendas orçamentárias não pode sofrer limitação de empenho superior ao das despesas comuns, mas não proíbe o contrário, ou seja, que as outras despesas sejam limitadas em percentual maior, como se depreende do § 18 do art. 166, no sentido de que os montantes relativos às emendas parlamentares e de bancadas de estados e do DF *“poderão ser reduzidos em até a mesma proporção da limitação incidente sobre o conjunto das demais despesas discricionárias”*.
39. Finalmente, apresento, de forma sintética, as respostas às questões de auditoria. Primeiro, foi constatado que não existe um levantamento prévio de necessidades que subsidie a destinação de recursos de emendas parlamentares. Segundo, o tempo para conclusão de obras descentralizadas é sim excessivamente longo e comprometedor à eficácia da aplicação dos recursos, fato que não é inerente apenas à condição de serem amparadas por emendas; a transferência de fundo a fundo, mais frequente na área da saúde, tem se revelado mais ágil na consecução dos objetivos e mais seletiva quanto às prioridades. Terceiro, a pulverização dos recursos para pequenos projetos, ocorrente no caso de emendas, tende a acarretar um custo operacional mais considerável do que na execução de políticas públicas estruturadas diretamente pelos órgãos setoriais. Quarto, ficou comprovado que as emendas envolvem recursos que são distribuídos e executados de forma isonômica entre parlamentares e partidos políticos, embora não constituam um instrumento hábil para promover equidade na redução das desigualdades regionais.
40. Para contribuir com a solução das falhas mencionadas, a equipe de auditoria sugere uma série de providências a serem tomadas pelos diversos atores do processo de elaboração e execução das emendas parlamentares, com as quais, no geral, manifesto a minha concordância, com os ajustes que entendi pertinentes.

Diante do exposto, voto para que o Tribunal adote o acórdão que submeto a este Colegiado.

TCU, Sala das Sessões Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, em 6 de novembro de 2019.



**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**

TC 018.272/2018-5

VITAL DO RÊGO
Relator





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 018.272/2018-5

ACÓRDÃO Nº 2704/2019 – TCU – Plenário

1. Processo nº TC-018.272/2018-5.
2. Grupo I - Classe de Assunto V - Relatório de Auditoria.
3. Interessado: Congresso Nacional.
4. Unidades: Ministério da Saúde, Ministério do Desenvolvimento Regional, Ministério da Economia e Secretaria de Governo da Presidência da República.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidades Técnicas: Semag, SeinfraUrbana, SecexSaúde e Sec-MT.
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de relatório de auditoria, cujo tema são as emendas parlamentares individuais ao Projeto de Lei Orçamentária.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, combinado com o art. 250, inciso III, do Regimento Interno, em:

9.1. recomendar ao Ministério da Economia, à Secretaria Executiva do Ministério da Saúde e à Secretaria Nacional de Desenvolvimento Regional e Urbano do Ministério do Desenvolvimento Regional que adotem medidas institucionais e estruturadas, alinhadas com o cronograma do ciclo das emendas parlamentares, no sentido de elencar e informar ao Parlamento objetos prioritários e aptos ao recebimento de recursos federais oriundos dessas emendas, contemplando, inclusive, obras paralisadas por falta de verbas, consideradas ainda, especificamente no caso da saúde, as disposições do art. 17 da Lei Complementar 141/2012;

9.2. recomendar ao Ministério da Economia que avalie a possibilidade de:

9.2.1. estruturar, na Plataforma Mais Brasil, ou em outro sistema informatizado adequado, ferramenta que possibilite implementar a recomendação do subitem 9.1 acima, permitindo sua ampla visualização por parlamentares, gestores públicos e a sociedade em geral, a fim de auxiliar a tomada de decisão pelos congressistas e possibilitar o engajamento social acerca da gestão municipal;

9.2.2. estruturar ferramentas de governança para que não sejam iniciados novos projetos de obras públicas financiados com recursos de emendas parlamentares caso não haja previsão de recursos orçamentários e financeiros, para o exercício corrente, suficientes para suportar a execução regular de todos aqueles empreendimentos já em curso;

9.3. recomendar à Secretaria de Governo da Presidência da República e ao Ministério da Economia que avaliem a conveniência de realizarem estudo acerca da execução da carteira de empreendimentos financiados com recursos federais oriundos de emendas parlamentares com a finalidade de se estabelecer, como critério de impedimento de ordem técnica, um valor mínimo adequado para execução de objetos relativos a obras, de modo a se conferir maior eficácia e efetividade a essas transferências;

9.4. recomendar à Secretaria Nacional de Desenvolvimento Regional e Urbano do Ministério do Desenvolvimento Regional que, em consonância com o subitem 9.1.13 do Acórdão 2.359/2018-TCU-Plenário, e como subsídio ao atendimento da recomendação do subitem 9.3 acima, avalie a possibilidade de identificar e propor um valor mínimo para suas transferências, notadamente quanto aos contratos de repasse custeados com recursos de emendas parlamentares, a partir do qual se justifique o investimento público, frente aos custos operacionais envolvidos, observando o disposto no Manual de Informações de Custos do Governo Federal, aprovado pela Portaria STN 518/2018;

9.5. recomendar à Mesa do Congresso Nacional e à sua Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização que avaliem a possibilidade de:

75





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 018.272/2018-5

9.5.1. promoverem modificações legislativas que entenderem pertinentes para que a divisão dos recursos para as emendas parlamentares atenda ao objetivo fundamental da República de “*reduzir as desigualdades sociais e regionais*” e à função dos orçamentos públicos de “*reduzir desigualdades inter-regionais*”, em conformidade com os arts. 3º, inciso III, e 165, § 7º, da Constituição Federal, considerando que, no modelo vigente, que prevê a repartição equitativa entre os congressistas, a tendência é haver concentração de verbas nas regiões mais desenvolvidas, em razão da sua maior representatividade no Parlamento;

9.5.2. utilização do sistema Siop, da Secretaria de Orçamento Federal, em substituição ao sistema Silor, medida que poderá promover a racionalização e a eficiência na troca de informações com os órgãos do Poder Executivo;

9.5.3. indicação, nas leis de diretrizes orçamentárias anuais, de data limite, em cada exercício financeiro, para que os parlamentares possam alterar o beneficiário dos recursos de emendas individuais impositivas, quando não decorrente de impedimento de ordem técnica, levando em consideração o equilíbrio entre a discricionariedade do autor e a eficiência necessária à análise e execução pelos órgãos setoriais;

9.6. recomendar à Secretaria Executiva do Ministério da Saúde que dê continuidade à implantação do Programa Nacional de Gestão de Custos (PNGC), seguindo o disposto no Manual de Informações de Custos do Governo Federal, aprovado pela Portaria STN 518/2018, e avaliando a conveniência e a oportunidade da implantação de um modelo de custos personalizado que seja capaz de prover o ministério de informações relevantes sobre os custos operacionais de processamento dos investimentos oriundos de emendas parlamentares;

9.7. dar ciência ao Ministério da Economia e à Secretaria de Governo da Presidência da República acerca da ausência de critérios objetivos e de transparência no que tange às solicitações à Secretaria do Tesouro Nacional (STN) para pagamento de despesas de emendas parlamentares individuais obrigatórias, em desacordo com art. 37, *caput*, da Constituição Federal;

9.8. determinar à Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana do TCU (SeinfraUrbana) que monitore a implementação das recomendações constantes dos subitens 9.1, 9.2, 9.3, 9.4 e 9.5.1 do presente acórdão;

9.9. encaminhar cópia da presente deliberação, acompanhada do relatório e voto que a fundamentam, à Presidência da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional (CMO), ao Ministério da Economia e à Secretaria de Governo da Presidência da República; e

9.10. arquivar os autos.

10. Ata nº 44/2019 – Plenário.

11. Data da Sessão: 6/11/2019 – Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2704-44/19-P.



**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**

TC 018.272/2018-5

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

(Assinado Eletronicamente)
JOSÉ MUCIO MONTEIRO
Presidente

(Assinado Eletronicamente)
VITAL DO RÊGO
Relator

Fui presente:

(Assinado Eletronicamente)
CRISTINA MACHADO DA COSTA E SILVA
Procuradora-Geral





CONGRESSO NACIONAL

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Of. Pres. n. 186/2019/CMO

Brasília, 26 de novembro de 2019.

Ao Excelentíssimo Senhor
Senador DAVI ALCOLUMBRE
Presidente do Senado Federal

Assunto: **Solicitação de autuação do Aviso nº 906-GP/TCU, de 20.11.2019 – Auditoria acerca das emendas parlamentares individuais ao Projeto de Lei Orçamentária.**

Excelentíssimo Senhor Presidente,

O Tribunal de Contas da União enviou a esta Presidência o Aviso nº 906-GP/TCU, de 20.11.2019, com cópia do Acórdão nº 2.704/2019-Plenário, para conhecimento, em especial, quanto a recomendação constante no subitem 9.5, da referida deliberação, proferida nos autos do processo TC-018.272/2018-5, que trata de auditoria acerca das emendas parlamentares individuais ao Projeto de Lei Orçamentária.

A fim de que esta Comissão exerça de forma plena a sua competência constitucional, necessário se faz que o referido documento seja antes autuado pela Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, e, posteriormente, prossiga observando os trâmites regimentalmente determinados.

Assim sendo, encaminho, em anexo, para autuação, o original do **Aviso nº 906-GP/TCU, de 20.11.2019, do Tribunal de Contas União.**

Na oportunidade, apresento a Vossa Excelência protestos de elevada estima e distinta consideração.


Senador MARCELO CASTRO
Presidente

Câmara dos Deputados - Anexo Luís Eduardo Magalhães (Anexo II)

Ala C - Sala 12 - térreo - 70160-900 - Brasília/DF

Telefones: (61) 3216-6892 - 3216-6893 - Fax: (61) 3216-6905

www.camara.leg.br/cmocmo@camara.leg.br

CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DA MATÉRIA, NOS TERMOS DO ART. 120 DA RESOLUÇÃO Nº 1 DE 2006-CN

Data início	Data fim	Tipo de tramitação
26/11/2019		Despachado
26/11/2019	30/11/2019	Publicação em avulso eletrônico da matéria
01/12/2019	15/12/2019	Apresentação de relatório e eventual projeto de decreto legislativo
16/12/2019	20/12/2019	Apresentação de Emendas a Projeto de Decreto Legislativo sobre fiscalização da execução orçamentária e financeira e da gestão fiscal
21/12/2019	06/02/2020	Votação do relatório e encaminhamento do parecer da CMO à Mesa do Congresso Nacional



Aviso nº 32 de 2019 - CN

Encaminha cópia do Acórdão nº 2.704/2019, nos autos do TC-018.272/2018-5, que trata de auditoria acerca das emendas parlamentares individuais ao Projeto de Lei Orçamentária.

A matéria será encaminhada à **Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO**, nos termos do art. 166, § 2º da Constituição Federal.

É o seguinte o calendário de tramitação da matéria, nos termos do art. 120 da Resolução nº 1 de 2006-CN.

Data da distribuição: 26.11.2019

De 26 a 30/11/2019	prazo para publicação de avulso eletrônico;
De 01/12 a 15/12/2019	prazo para apresentação de relatório e, se for o caso, de projeto de decreto legislativo;
De 16 a 20/12/2019	prazo para apresentação de emendas a eventual projeto de decreto legislativo; e
De 21/12/2019 a 06/02/2020	prazo para apresentação, publicação, distribuição e votação do relatório e encaminhamento do parecer da CMO à Mesa do Congresso Nacional.



Comunicações





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Liderança do Progressistas

A Publicação
Em 27/11/19
José Roberto Leite de Matos
Secretário-Geral da Mesa Diretora



Ofício nº 221/2019/LidPP

Brasília, 27 de Novembro de 2019.

A Sua Excelência o Senhor
Senador DAVI ALCOLUMBRE
Presidente do Congresso Nacional

Assunto: **Substituição de Parlamentar em Comissão Mista**

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado **MÁRIO NEGROMONTE JR. (PP/BA)**, para integrar como **Titular**, em substituição ao senhor Deputado **ARTHUR LIRA (PP/AL)**, a Comissão Mista Destinada a emitir parecer sobre a MPV 899/2019 CN que Dispõe sobre a transação nas hipóteses que especifica.

Atenciosamente,

Deputado **ARTHUR LIRA**
Líder do Bloco PP - PTB - MDB

Recebi em 27/11/19
André Carvalho
Estagiário SLCN 1433





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Liderança do Progressistas

A Publicação
Em 27/11/19
José Roberto Leite de Matos
Secretário-Geral da Mesa Adjunta



Ofício nº 220/2019/LidPP

Brasília, 27 de Novembro de 2019.

A Sua Excelência o Senhor
Senador DAVI ALCOLUMBRE
Presidente do Congresso Nacional

Assunto: **Substituição de Parlamentar em Comissão Mista**

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado **PAULO BENGTON** (PTB/PA), para integrar como **Titular**, em substituição ao senhor Deputado **ARTHUR LIRA (PP/AL)**, a Comissão Mista Destinada a emitir parecer sobre a MPV 903/2019 CN que autoriza a prorrogação de contratos por tempo determinado do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Atenciosamente,

Deputado **ARTHUR LIRA**
Líder do Bloco PP- PTB - MDB

Recebi em 27/11/19
André Carvalho
Estagiário SLCN 1432





CÂMARA DOS DEPUTADOS
LIDERANÇA DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO - PSD

Faça-se a substituição solicitada

Em 26 / 11 / 19

Adriana Zaban
Secretária-Geral da Mesa Adjunta
psd
Partido Social Democrático

Of. n. 514/19/PSD

Brasília, 26 de novembro de 2019.

Ao Excelentíssimo Senhor
Senador **Davi Alcolumbre**
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

Assunto: **Indicação de parlamentar do PSD para compor Comissão Mista**

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, indico o Deputado **Sidney Leite (PSD-AM)** para compor a Comissão Mista que analisará a Medida Provisória nº 900, de 2019, na condição de **Titular**.

Nesse sentido, solicito que sejam tomadas as providências cabíveis para que a referida indicação produza os devidos efeitos legais e regimentais.

Atenciosamente,

Deputado **ANDRÉ DE PAULA**
Líder do PSD

Recebi cópias em 26/11/19

às 16:55





À Publicação

Em

José Roberto Leite de Matos
Secretário-Geral da Mesa Adjunta

OF/GAB/I/Nº 396

Brasília, 20 de novembro de 2019.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **DAVI ALCOLUMBRE**
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

Senhor Presidente,

Comunicamos a Vossa Excelência que o Deputado **ACÁCIO FAVACHO - PROS** passa a integrar, na qualidade de **TITULAR**, a Comissão Mista destinada a apreciar e dar parecer à **Medida Provisória nº 901/2019**, que “Altera a Lei nº 10.304, de 5 de novembro de 2001, que transfere ao domínio dos Estados de Roraima e do Amapá terras pertencentes à União.”, em substituição ao Deputado **GUTENBERG REIS – MDB**, que passa à qualidade de **SUPLENTE**, da aludida Comissão, em vaga existente.

Respeitosamente,

Deputado **BALEIA ROSSI**
Líder do Bloco **PP/MDB/PTB**

Deputado **TONINHO WANDSCHEER**
Líder do **PROS**

Recebi em 20 / 11 / 19
André Carvalho
Estagiário SLCN





CÂMARA DOS DEPUTADOS
LIDERANÇA PSL

faça-se a substituição
solicitada.

Em 27/11/2019

José Roberto Leite de Matos
Secretário-Geral da Mesa Adjunta



Of. Nº 488/19-LID PSL

Brasília, 26 de novembro de 2019.

Excelentíssimo Senhor

DAVI ALCOLUMBRE

Presidente do Congresso Nacional

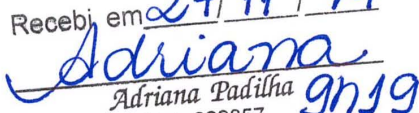
Assunto: Indicação de parlamentar.

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, indico o **Deputado Nicoletti – PSL/RR**,
como **titular**, em substituição à **Deputada Bia Kicis – PSL/DF** na Comissão Mista da
MPV 901/2019.

Respeitosamente,


EDUARDO BOLSONARO
Líder do PSL

Recebi em 27/11/19

Adriana Padilha
Mat. 229857 9h19



Faça-se a substituição solicitada

Em 22/11/2019José Roberto Leite de Matos
Secretário-Geral da Mesa AdjuntaOfício nº 77/19/LIDPVBrasília, 22 de novembro de 2019.

A Sua Excelência o Senhor
Senador DAVI ALCOLUMBRE
Presidente do Congresso Nacional
NESTA

Assunto: **Indicação**

Senhor Presidente

Indico a Vossa Excelência o Deputado
Fred Costa (Patriota/MG), em substituição à Rep. Leandre (PV/PR), para integrar,
na condição de Titular, a Comissão Especial destinada a dar parecer à
Medida Provisória nº 902/2019 (Fim da exclusividade
da Casa da Moeda do Brasil).

Atenciosamente,

Deputada LEANDRE
Líder do PVRecebi em 22/11/19
André Carvalho
Estagiário SLCN



Of. LID PATRI nº 12/2019

Faça-se a substituição solicitada

Em 25/11/19



José Roberto Leite de Matos
Secretário Geral da Mesa Adjunta
Brasília, 26 de fevereiro de 2019

A Sua Excelência o Senhor
Davi Alcolumbre
Presidente do Congresso Nacional

Assunto: **Indicação de Membros Comissão Mista**

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Solicito a Vossa Excelência a indicação do Deputado
Fred Costa (Patriota/MG) como membro titular, e do Deputado
_____, como suplente, para integrar a Comissão Mista da Medida
Provisória 902/2019.

Respeitosamente,

Fred Costa
Líder do Patriota

SEDE: SHN, Quadra 2, Bloco F, Conj. 1510, sala "B" Ed. Executive Office Tower Asa Norte - Brasília/DF - CEP 70702-000
ESCRITÓRIO ADMINISTRATIVO: Rua Duque de Caxias, 219 Vila Recreio - Barrinha/SP - Caixa Postal 44

/Patriota51Oficial

nacional@patriota51.org.br

www.patriota51.org.br

youtube.com/PATRIOTA51

Recebi em 22/11/19

André Carvalho
Estagiário SLCN

★★★★★





Liderança do Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil

OF. Nº 228/2019 GLMDB

Faça-se a substituição solicitada

Em

21/11/19
José Roberto Leite de Matos
Secretário-Geral da Mesa Adjunta

Brasília, 19 de novembro de 2019.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **DAVI ALCOLUMBRE**
Presidente do Congresso Nacional
70.165-900 – Brasília/DF

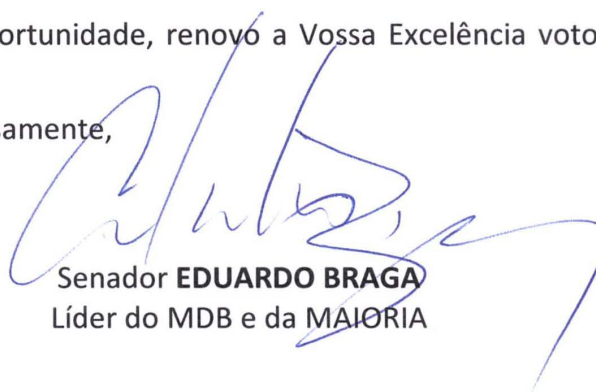
Excelentíssimo Senhor Presidente,

Ao cumprimentar cordialmente Vossa Excelência, comunico, nos termos regimentais, a indicação dos Senadores do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) para compor a Comissão Mista destinada a apreciar a **Medida Provisória nº 902, de 2019**, *que estabelece data final para a exclusividade da Casa da Moeda para a fabricação de papel moeda, de moeda metálica e de cadernetas de passaporte, de impressão de selos postais e fiscais federais e de controle fiscal sobre a fabricação de cigarros.* (FIM DA EXCLUSIVIDADE DA CASA DA MOEDA DO BRASIL).

TITULARES	SUPLENTE
1- Renan Calheiros	1- Jarbas Vasconcelos
2- Fernando Bezerra	2- José Maranhão

Nesta oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração.

Respeitosamente,



Senador **EDUARDO BRAGA**
Líder do MDB e da MAIORIA





SENADO FEDERAL
Bloco Senado Independente
PDT – Cidadania – PSB – Rede

Faça-se a substituição solicitada
Em 26/11/2019
José Roberto Leite de Matos
Secretário-Geral da Mesa Adjunta

GLBSI- Memo. 138/2019

Brasília, 26 de novembro de 2019.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Davi Alcolumbre
Presidente do Congresso Nacional

Assunto: Indicação de membro de Comissão Mista

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, em nome da Bancada do *Bloco Senado Independente*, a minha indicação para compor, na condição de membro titular, a comissão mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 903, de 2019, em substituição ao **Senador Randolfe Rodrigues**.

Acrescento que o **Senador Randolfe Rodrigues**, por sua vez, substituirá a **Senadora Leila**, na condição de membro suplente.

Atenciosamente,

Senador Veneziano Vital do Rêgo
Líder do Bloco Senado Independente

Recebi em 26/11/2019 às 11:00
Suzane Dias
SLCN





Liderança do Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil

OF. Nº 229/2019 GLMDB

À Publicação

Em 21/11/19
[Assinatura]

José Roberto Leite de Matos
Secretário-Geral da Mesa Adjunta

Brasília, 19 de novembro de 2019.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **DAVI ALCOLUMBRE**
Presidente do Congresso Nacional
70.165-900 – Brasília/DF

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Ao cumprimentar cordialmente Vossa Excelência, comunico, nos termos regimentais, a indicação dos Senadores do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e do REPUBLICANOS para compor a Comissão Mista destinada a apreciar a **Medida Provisória nº 903, de 2019**, que autoriza a prorrogação de contratos por tempo determinado do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (PRORROGAÇÃO DE CONTRATOS DE MÉDICOS VETERINÁRIOS).

TITULARES	SUPLENTE
1- Luiz do Carmo	1- Mecias de Jesus
2- Marcelo Castro	2- Marcio Bittar

Nesta oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração.

Respeitosamente,

[Assinatura]
Senador **EDUARDO BRAGA**
Líder do MDB e da MAIORIA

Recebido em 20/11/19
[Assinatura]
André Carvalho
Secretário SLCN

Ala Antônio Carlos Magalhães, Gab. 04 – 70165-900 Brasília/DF. Tel: (61) 3303-1400





SENADO FEDERAL
Bloco Senado Independente
PDT – Cidadania – PSB – Rede

GLBSI- Memo. 139/2019

Faça-se a substituição solicitada

Em 26/11/19

Jose Roberto Leite de Matos
Secretário-Geral da Mesa Adjunto

Brasília, 26 de novembro de 2019.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Davi Alcolumbre
Presidente do Congresso Nacional

Assunto: Indicação de membro de Comissão Mista

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência a indicação do **Senador Cid Gomes** para compor, na condição de membro titular, a comissão mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 904, de 2019, em substituição ao **Senador Weverton**.

Atenciosamente,

Senador Veneziano Vital do Rêgo
Líder do Bloco Senado Independente

Recebi em 26/11/2019 às 11:00
Suzane Dias
SLCN





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Liderança do Progressistas



Ofício nº 222/2019/LidPP

Brasília, 26 de Novembro de 2019.

A Sua Excelência o Senhor
Senador DAVI ALCOLUMBRE
Presidente do Congresso Nacional

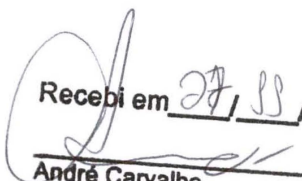
Assunto: Indicação de Parlamentares na Comissão Mista

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado **MÁRIO NEGROMONTE JR. (PP/BA)**, para integrar como **TITULAR**, em substituição ao Deputado **ARTHUR LIRA (PP-AL)**, e o Deputado **CACÁ LEÃO (PP/BA)**, para integrar como **SUPLENTE**, em vaga disponível, a Comissão Mista Destinada a emitir parecer sobre a MPV 904/2019 CN que Dispõe sobre a extinção do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres - DPVAT e do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Embarcações ou por suas Cargas - DPEM, de que trata a alínea "I" do caput do art. 20 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966.

Atenciosamente,


Deputado ARTHUR LIRA
Líder do Bloco PP - PTB - MDB


Recebi em 27/11/19
André Carvalho
Estagiário SLCN 16.33





Liderança do Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil

OF. Nº 231/2019 GLMDB

À Publicação

Em 20/11/19
José Roberto Leite de Matos
Secretário-Geral da Mesa Adjunta

Brasília, 19 de novembro de 2019.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **DAVI ALCOLUMBRE**
Presidente do Congresso Nacional
70.165-900 – Brasília/DF

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Ao cumprimentar cordialmente Vossa Excelência, comunico, nos termos regimentais, a indicação dos Senadores do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) para compor a Comissão Mista destinada a apreciar a **Medida Provisória nº 904, de 2019, que dispõe sobre a extinção do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres – DPVAT e do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Embarcações ou por suas Cargas – DPEM, de que trata a alínea “I” do caput do art 20 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966. (EXTINÇÃO DO DPVAT E DO DPEM).**

TITULARES	SUPLENTE
1- Dário Berger	1- Eduardo Gomes
2- Confúcio Moura	2- Marcio Bittar

Nesta oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração.

Respeitosamente,

Senador **EDUARDO BRAGA**
Líder do MDB e da MAIORIA

Recebi em 20/11/19

André Carvalho
Estagiário SLCN

Ala Antônio Carlos Magalhães, Gab. 04 – 70165-900 Brasília/DF. Tel: (61) 3303-1400





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Faça-se a substituição solicitada

Em 20/11/19

Adriana Zaban
Secretária-Geral da Mesa AdjuntaCÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DO LÍDER DO PDT

Of. N° 382/2019/PDT

Brasília, 20 de novembro de 2019.

Senhor Presidente,

Em conformidade com o Artigo 9° do Regimento Comum do Congresso Nacional, comunico a Vossa Excelência, que o Deputado **LEÔNIDAS CRSTINO PDT/CE**, substituirá o Deputado **AFONSO MOTTA PDT/RS**, na condição de membro SUPLENTE, na Comissão Mista destinada a analisar a Medida Provisória 904/19.

Ainda no âmbito da mesa Comissão Mista, indico o Deputado **FÁBIO HENRIQUE PDT/SE**, para substituir o Deputado **ANDRÉ FIGUEIREDO PDT/CE**, na condição de membro TITULAR, na vaga que cabe do PDT.

Respeitosamente,

Deputado **ANDRÉ FIGUEIREDO**
Líder do PDT

À Sua Excelência o Senhor
DAVI ALCOLUMBRE
PRESIDENTE DO CONGRESSO NACIONAL
Nesta

Recebi em 20/11/2019 às 10:08

Suzane Dias
SLCN



CÂMARA DOS DEPUTADOS
LIDERANÇA PSL

À Publicação

Em 21/11/19



José Roberto Leite de Matos
Secretário-Geral da Mesa Adjunta

Of. N° 475/19-LID PSL

Brasília, 19 de novembro de 2019.

Excelentíssimo Senhor

DAVI ALCOLUMBRE

Presidente do Congresso Nacional

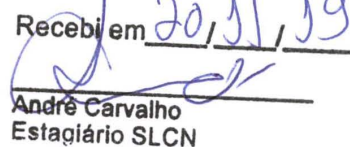
Assunto: Indicação de parlamentar.

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, indico o **Deputado Sanderson – PSL/RS**, como **titular**, em substituição à **Deputada Bia Kicis – PSL/DF** na Comissão Mista da MPV 904/2019.

Respeitosamente,


EDUARDO BOLSONARO
Líder do PSL

Recebi em 20/11/19

André Carvalho
Estagiário SLCN





CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DA LIDERANÇA DO DEMOCRATAS

Ofício nº 612-L-Democratas/19

À Publicação

Em 28/11/19

José Roberto Leite de Matos
Secretário-Geral da Mesa Adjunta

Brasília, 20 de novembro de 2019.

Excelentíssimo Senhor
Senador **DAVI ALCOLUMBRE**
Presidente do Congresso Nacional
Nesta

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado **LUCAS VERGÍLIO (SOLIDARIEDADE/GO)** para integrar, como membro **titular**, a Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a **Medida Provisória nº 904**, de 11 de novembro de 2019, que “dispõe sobre a extinção do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres - DPVAT e do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Embarcações ou por suas Cargas - DPEM, de que trata a alínea “I” do caput do art. 20 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966”, em vaga existente.

Respeitosamente,

Deputado **ELMAR NASCIMENTO**
Líder do Democratas

Deputado **ZÉ SILVA**
Líder em exercício do Solidariedade

(20h00)
Recebi em 20/11/19

Yuri Lourenço
Mat.: 266145





**CÂMARA DOS DEPUTADOS
REDE**

Faça-se a substituição solicitada
Em 21/11/19
José Roberto Leite de Matos
Secretário-Geral da Mesa Adjunta

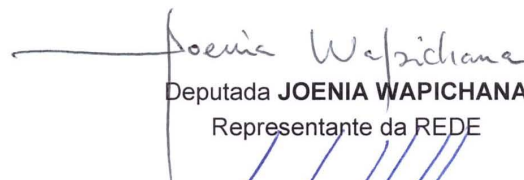
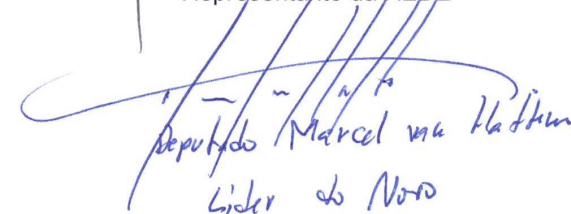
Brasília, 19 de novembro de 2019.

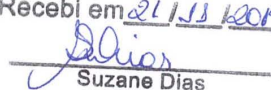
Excelentíssimo Senhor
DAVI ALCOLUMBRE
Presidente do Congresso Nacional

Senhor Presidente,

Indico o Sr. Deputado **LUCAS GONZALEZ (NOVO)** para ocupar a vaga de suplente destinada à Rede Solidariedade na comissão mista da medida provisória nº 904, de 2019 que dispõe sobre a extinção do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres - DPVAT e do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Embarcações ou por suas Cargas - DPEM, de que trata a alínea "I" do caput do art. 20 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966.

Cordialmente,


Deputada **JOENIA WAPICHANA**
Representante da REDE

Deputado Marcelo Marinho
Líder do Novo

Recebi em 21/11/2019 às 10:33

Suzane Dias
SLCN

Praça dos Três Poderes, Anexo IV, gabinete 231 - 2º andar
Brasília - DF - CEP 70.160-900
Telefone: (61) 3215-5231





SENADO FEDERAL
Liderança do PSL

A Publicação
Em 27/11/19
José Roberto Leite de Matos
Secretário-Geral da Mesa Adjunta

OFÍCIO Nº 106/2019-GLIDPSL

Brasília, 12 de novembro de 2019.

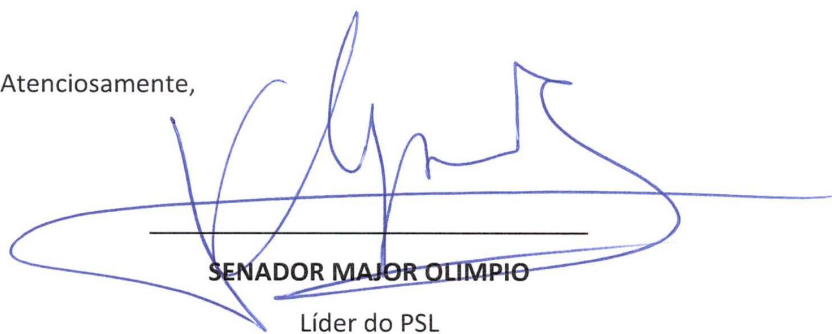
Ao Excelentíssimo Senhor
Senador Davi Alcolumbre
Presidente do Congresso Nacional
Congresso Nacional - CN

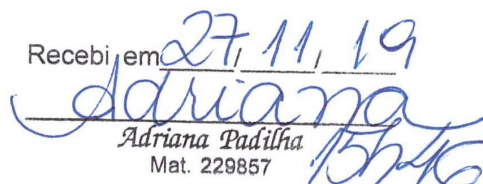
Assunto: Indicação de membros para MP Nº 905 de 2019.

Exmo. Senhor Presidente,

Com os cordiais cumprimentos, esta Liderança Partidária indica o nome da Senadora **SORAYA THRONICKE (PSL/MS)**, para exercer o cargo de membro titular da Comissão Mista da Medida Provisória nº 905 de 2019, que institui o Contrato de Trabalho Verde e Amarelo, altera a legislação trabalhista, e dá outras providências; e como membro suplente da mesma Comissão, o Senador **MAJOR OLIMPIO (PSL/SP)**.

Atenciosamente,

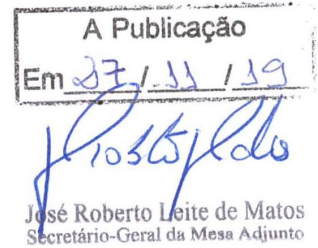

SENADOR MAJOR OLIMPIO
Líder do PSL

Recebi em 27/11/19

Adriana Padilha
Mat. 229857





SENADO FEDERAL
Gabinete da Liderança do PSDB



Ofício nº 122/19-GLPSDB

Brasília, de novembro de 2019.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o senador **PLÍNIO VALÉRIO**, como titular, em substituição ao senador **ROBERTO ROCHA**, da Comissão Mista destinada a examinar a Medida Provisória nº 905, de 2019.

Atenciosamente,

Senador **ROBERTO ROCHA**
Líder do PSDB

Excelentíssimo Senhor
Senador **DAVI ALCOLUMBRE**
Presidente do Congresso Nacional

Recebi em 26/11/19 (17h55)

Yuri Lourenço
Mat.: 255145





SENADO FEDERAL
Liderança do Partido Social Democrático

Faça-se a substituição solicitada

Em 21/11/19

Jose Roberto Leite de Matos
Secretário-Geral da Mesa Adjunta

OFÍCIO Nº 166-GLPSD/2019

Brasília, 21 de novembro de 2019.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **DAVI ALCOLUMBRE**
Presidente do Congresso Nacional

Assunto: Indicação de membros da CMMPV nº 905/2019.

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no Regimento Comum do Congresso Nacional, indico para compor a **Comissão Mista da Medida Provisória nº 905/2019**, de 11 de novembro de 2019, que Institui o Contrato de Trabalho Verde e Amarelo, como Titular:

- O Senador **Sérgio Petecão (PSD/AC)**, em substituição ao Senador **Carlos Viana (PSD/MG)**.

Suplente:

- O Senador **Carlos Viana (PSD/MG)**, em substituição ao Senador **Otto Alencar (PSD/BA)**.

Atenciosamente,

Senador **OTTO ALENCAR**
Líder do Partido Social Democrático

Recebi em 21/11/2019 às 09:35

Suzane Dias
Suzane Dias
SLCN



**CÂMARA DOS DEPUTADOS****Liderança do Solidarietà**

A Publicação

SOLIDARIEDADE 47Em 27/11/19
José Roberto Leite de Matos
Secretário-Geral da Mesa Adjunta

Of. 915 /Solidariedade 2019-Lid

Brasília, 27 de novembro de 2019.

A Sua Excelência o Senhor
Sen. **DAVI ALCOLUMBRE**
Presidente do Congresso Nacional
Brasília – DF

Assunto: Indicação de membro em Comissão Mista – MPV 905/2019

Senhor Presidente,

Solicito a Vossa Excelência a exclusão do **Deputado Lucas Vergilio** como membro Suplente, na Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória 905/2019, que “*Institui o Contrato de Trabalho Verde e Amarelo, altera a legislação trabalhista, e dá outras providências*”.

Atenciosamente,

Dep. **Zé Silva**
Líder em Exercício do Solidarietà

Recebi em 27/11/2019
Resposta 13:47
Rosilvia Carvalho Silva
SLCN

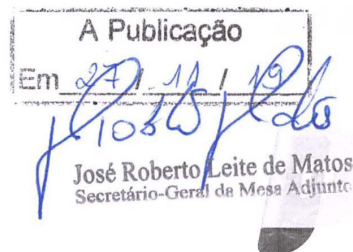
VMV – 26/11/19

Z:\Liderança do Solidarietà\Assessoria de Comissões\Medidas Provisórias\2019\OF-XXX-Indicação CMPV 905 EXCLUSÃO Lucas Suplente.docx





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Liderança do Progressistas



Ofício nº 223/2019/LidPP

Brasília, 27 de Novembro de 2019.

A Sua Excelência o Senhor
Senador DAVI ALCOLUMBRE
Presidente do Congresso Nacional

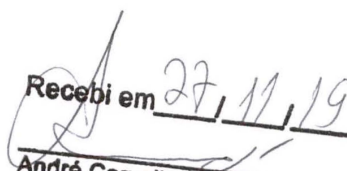
Assunto: Indicação de Parlamentares na Comissão Mista

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado **HERCULANO PASSOS (MDB/SP)**, para integrar como **TITULAR**, e o Deputado **CARLOS CHIODINI (MDB/SC)**, para integrar como **SUPLENTE**, a Comissão Mista Destinada a emitir parecer sobre a MPV 905/2019 CN que institui o Contrato de Trabalho Verde e Amarelo, altera a legislação trabalhista, e dá outras providências.

Atenciosamente,


Deputado ARTHUR LIRA
Líder do Bloco PP/MDB/PTB


Recebi em 27/11/19
André Carvalho
Estagiário SLCN 1433





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Liderança do Progressistas

A Publicação
Em 27/11/19
José Roberto Leite de Matos
Secretário-Geral da Mesa Adjunta

Ofício nº 224/2019/LidPP

Brasília, 27 de Novembro de 2019.

A Sua Excelência o Senhor
Senador DAVI ALCOLUMBRE
Presidente do Congresso Nacional

Assunto: **Indicação de Parlamentar em Comissão Mista**

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado **ÁTILA LIRA (PP/PI)**, para integrar como **Suplente**, a Comissão Mista Destinada a emitir parecer sobre a MPV 905/2019 CN que institui o Contrato de Trabalho Verde e Amarelo, altera a legislação trabalhista, e dá outras providências.

Atenciosamente,


Deputado ARTHUR LIRA
Líder Bloco PP/MDB/PTB

Recebi em 27/11/19
André Carvalho
Estagiário SLCN 14:33





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Liderança do Partido Socialista Brasileiro - PSB

substituição
27/11/2019
José Roberto Leite de Matos
Secretário-Geral da Mesa Adjunta

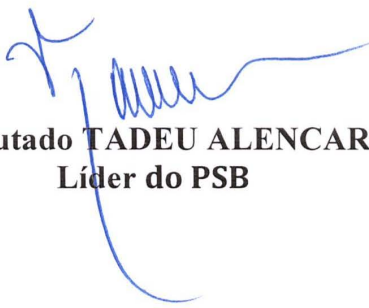
OF/Nº 321/19

Brasília, 26 de novembro de 2019

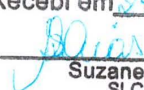
Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência os Deputados **DANILO CABRAL (PSB/PE) como membro Titular e BIRA DO PINDARÉ (PSB/MA) como membro Suplente** da Medida Provisória nº 905, de 2019, que institui o Contrato de Trabalho Verde e Amarelo, altera a legislação trabalhista, e dá outras providências – **Programa Verde e Amarelo**.

Atenciosamente,


Deputado TADEU ALENCAR
Líder do PSB

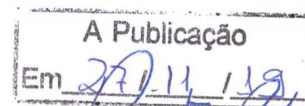
A Sua Excelência o Senhor
Senador **DAVI ALCOLUMBRE**
Presidente do Congresso Nacional
Nesta

Recebi em 27/11/2019 às 09:01

Suzane Dias
SLCN





Câmara dos Deputados
Gabinete da Liderança do PL



José Roberto Leite de Matos
Secretário-Geral da Mesa Adjunta

Of. nº 395/2019 – LidPL

Brasília, 19 de novembro de 2019.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Davi Alcolumbre
Presidente da Mesa do Congresso Nacional
Secretaria Legislativa do Congresso Nacional
Senado Federal

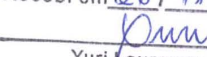
Assunto: Substituição de membro suplente na Comissão Mista da MP nº 905/2019.

Senhor Presidente,

Solicito especial atenção de Vossa Excelência no sentido de indicar o
Deputado Lincoln Portela (PL/MG) para membro **suplente** em substituição ao
Deputado Marcelo Ramos (PL/AM) na **Comissão Mista da MP nº 905 de 2019**,
que Institui o Contrato de Trabalho Verde e Amarelo, altera a legislação trabalhista, e
dá outras providências.

Respeitosamente,


Deputado Wellington Roberto
Líder do Partido Liberal

Recebi em 26/11/19 (19h00)

Yuri Lourenço
Mat.: 255145

Liderança do Partido Liberal – Praça dos Três Poderes, Câmara dos Deputados, Sala 122 – Anexo II - – Bloco das Lideranças Partidárias
(BLP) – Pavimento superior – Ala das Lideranças Deputado Álvaro Valle
Tel: 61-32159550 FAX: 61-32159577





Câmara dos Deputados
Gabinete da Liderança do PL

Of. nº 403/2019 – LidPL

A Publicação
Em 27/11/19
[Assinatura]
José Roberto Leite de Matos
Secretário-Geral da Mesa Adjunto

Brasília, 26 de novembro de 2019.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Davi Alcolumbre
Presidente da Mesa do Congresso Nacional
Secretaria Legislativa do Congresso Nacional
Senado Federal

Assunto: Substituição de membro titular na Comissão Mista da MP nº 905/2019.

Senhor Presidente,

Solicito especial atenção de Vossa Excelência no sentido de indicar o **Deputado Lucas Vergílio (SD/GO)** para membro **titular**, em minha substituição, **Deputado Wellington Roberto (PL/PB)** na **Comissão Mista da MP nº 905 de 2019**, que Institui o Contrato de Trabalho Verde e Amarelo, altera a legislação trabalhista, e dá outras providências.

Respeitosamente,

[Assinatura]
Deputado Wellington Roberto
Líder do Partido Liberal

Deputado Augusto Coutinho
Líder do Solidariedade

[Assinatura]
Lider em exercício do SD

Recebi em 26/11/19 (19h00)
[Assinatura]
Yuri Lourenço
Mat.: 255145

Liderança do Partido Liberal – Praça dos Três Poderes, Câmara dos Deputados, Sala 122 – Anexo II – Bloco das Lideranças Partidárias
(BLP) – Pavimento superior – Ala das Lideranças Deputado Álvaro Valle
Tel: 61-32159550 FAX: 61-32159577





CÂMARA DOS DEPUTADOS
LIDERANÇA PSL

À Publicação

Em 21/11/19

José Roberto Leite de Matos
Secretário-Geral da Mesa Adjunta



Of. N° 473/19-LID PSL

Brasília, 19 de novembro de 2019.

Excelentíssimo Senhor

DAVI ALCOLUMBRE

Presidente do Congresso Nacional

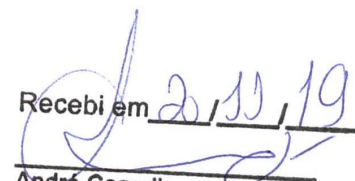
Assunto: Indicação de parlamentar.

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, indico a **Deputada Major Fabiana – PSL/RJ**, como **titular**, em substituição à **Deputada Bia Kicis – PSL/DF** e o **Deputado Sanderson – PSL/RS**, como **suplente**, em substituição ao **Deputado Carlos Jordy – PSL/RJ** na Comissão Mista da MPV 905/2019.

Respeitosamente,


EDUARDO BOLSONARO
Líder do PSL

Recebi em 21/11/19

André Carvalho
Estagiário SLCN





Partidos dos Trabalhadores
Gabinete da Liderança

Faça-se a substituição solicitada
Em 26 / 11 / 19

Adriana Zaban
Secretária-Geral da Mesa Adjunta



OF nº 673/ 2019 - GAB-LidPT

Brasília - DF, 26 de novembro de 2019.

A Sua Excelência o Senhor
DAVI ALCOLUMBRE
Presidente do Congresso Nacional

Senhor Presidente,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para indicar como membro suplente o deputado **ROGÉRIO CORREIA - PT/MG** (em substituição ao deputado RUI FALCÃO - PT/SP), na Comissão Mista da Medida Provisória nº 905, de 2019 que "Institui o Contrato de Trabalho Verde e Amarelo, altera a legislação trabalhista, e dá outras providências".

Atenciosamente,

Dep. Paulo Pimenta - PT/RS
Líder da Bancada na Câmara

Recebi em 26 / 11 / 19

André Carvalho
Estagiário SLCN





CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DA LIDERANÇA DO DEMOCRATAS

Ofício nº 829-L-Democratas/19

A Publicação

Em 21/11/19

Brasília, 20 de novembro de 2019.
José Roberto Leite de Mello
Secretário-Geral da Mesa Adjunta

Excelentíssimo Senhor
Senador **DAVI ALCOLUMBRE**
Presidente do Congresso Nacional
Nesta

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado **FRED COSTA (PATRIOTA/MG)** para integrar, como membro **suplente**, a Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a **Medida Provisória nº 905**, de 11 de novembro de 2019, que "Institui o Contrato de Trabalho Verde e Amarelo, altera a legislação trabalhista, e dá outras providências", em vaga existente.

Respeitosamente,

Deputado **ELMAR NASCIMENTO**
Líder do Democratas

Recebi em 20/11/2019
16:53
Rosilvia Carvalho Silva
SLCN





Of. LID PATRI nº 12/2019

À Publicação

Em 21/11/19

José Roberto Leite de Matos
Secretário-Geral da Mesa Adjunta



Brasília, 20 de novembro de 2019.

A Sua Excelência o Senhor
Davi Alcolumbre
Presidente do Congresso Nacional

Assunto: **Indicação de Membros Comissão Mista**

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Solicito a Vossa Excelência a indicação do Deputado
Fred Costa, como membro suplente na vaga do Partido Democratas (DEM), para
integrar a Comissão Mista da Medida Provisória 905/2019.

Respeitosamente,

Fred Costa
Líder do Patriota

Recebi em 20/11/2019

Rosilvia 16:53
Rosilvia Carvalho Silva
SLCN



SEDE: SHN, Quadra 2, Bloco F, Conj. 1510, sala "B" Ed. Executive Office Tower Asa Norte - Brasília/DF - CEP 70702-000
ESCRITÓRIO ADMINISTRATIVO: Rua Duque de Caxias, 219 Vila Recreio - Barrinha/SP - Caixa Postal 44

/Patriota51Oficial

nacional@patriota51.org.br

www.patriota51.org.br

youtube.com/PATRIOTA51





SENADO FEDERAL
Gabinete da Liderança do PROGRESSISTAS

A Publicação
Em 27/11/19
José Roberto Leite de Matos
Secretário-Geral de Mesa Adjunto

Of. N°. 081/2019 – GLDPP

Brasília, 20 de novembro de 2019

À Sua Excelência o Senhor
SENADOR DAVI ALCOLUMBRE
Presidente do Congresso Nacional

Assunto: **Indicações à CMMPV nº 906/2019.**

Senhor Presidente,

Cumprimentando cordialmente Vossa Excelência, e nos termos do § 4º, do art. 2º, da Resolução 1/2002-CN, indico, como titular e suplente, o **Senador Luis Carlos Heinze e o Senador Vanderlan Cardoso**, respectivamente, para compor a Comissão Mista da Medida Provisória nº 906/2019, que: *“altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana”*.

Respeitosamente,


Senadora DANIELLA RIBEIRO – PP/PB
Líder do Progressistas

Recebi em 27/11/2019
Rosilvia 12:38
Rosilvia Carvalho Silva
SLCN





SENADO FEDERAL
Bloco Senado Independente
PDT – Cidadania – PSB – Rede

Faça-se a substituição solicitada
Em 26/11/2019

José Roberto Leite de Matos
Secretário-Geral da Mesa Adjunta

GLBSI- Memo. 140/2019

Brasília, 26 de novembro de 2019.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Davi Alcolumbre
Presidente do Congresso Nacional

Assunto: Indicação de membro de Comissão Mista

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência a indicação do **Senador Acir Gurgacz** para compor, na condição de membro titular, a comissão mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 906, de 2019, em substituição ao **Senador Weverton**.

Atenciosamente,

Senador Veneziano Vital do Rêgo
Líder do Bloco Senado Independente

Recebi em 26/11/2019 às 11:00

Suzane Dias
SLCN





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Liderança do Partido Socialista Brasileiro - PSB

faça-se a substituição
solicitada.

Em 27/11/2019

[Assinatura]

José Roberto Leite de Matos
Secretário Geral da Mesa Adjunta

OF/Nº 329/19

Brasília, 26 de novembro de 2019

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado **VILSON DA FETAEMG (PSB/MG)** como membro Titular da Medida Provisória nº 906, de 2019, que altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana - **Plano de Mobilidade Urbana**.

Atenciosamente,

[Assinatura]

Deputado TADEU ALENCAR
Líder do PSB

A Sua Excelência o Senhor
Senador **DAVI ALCOLUMBRE**
Presidente do Congresso Nacional
Nesta

Recebi em 27/11/2019 às 09:03

[Assinatura]
Suzane Dias
SLCN





CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DA LIDERANÇA DO DEMOCRATAS

Façam-se as substituições
solicitadas
em 26 / 11 / 20 19

Adriana Zaban
Secretária-Geral da Mesa Adjunta

Ofício nº 853-L-Democratas/19

Brasília, 26 de novembro de 2019.

Excelentíssimo Senhor
Senador **DAVI ALCOLUMBRE**
Presidente do Congresso Nacional
Nesta

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado **GENINHO ZULIANI** para integrar, como membro **titular**, a Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a **Medida Provisória nº 906**, de 19 de novembro de 2019, que “altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana”, em minha substituição.

Da mesma forma, para integrar como membro **suplente**, a referida Comissão, indico o Deputado **JUNINHO DO PNEU**, em substituição ao Deputado **EFRAIM FILHO**.

Respeitosamente,

Deputado **ELMAR NASCIMENTO**
Líder do Democratas

Recebi em 26 / 11 / 19

André Carvalho
Estagiário SLCN





CÂMARA DOS DEPUTADOS
BANCADA FEDERAL
PARTIDO NOVO

À Publicação

Em 21/11/19

Jose Roberto Leite de Matos
José Roberto Leite de Matos
Secretário-Geral da Mesa Adjunta

Ofício nº 129/2019

Brasília, 19 de novembro de 2019.

Excelentíssimo Senhor
DAVI ALCOLUMBRE
Presidente do Congresso Nacional

Senhor Presidente,

Solicitamos o desligamento do Sr. Deputado **TIAGO MITRAUD (NOVO)**,
como membro suplente da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul
e indicamos o Sr. Deputado **GILSON MARQUES (NOVO)**.

Cordialmente,

Marcel Van Hattem
Deputado **MARCEL VAN HATTEM**
Líder do NOVO

Recebi em

Adriana Padilha
Adriana Padilha
Mat. 229857

Praça dos Três Poderes, Anexo IV, sala 35 - subsolo
Brasília - DF - CEP 70.160-900
Telefone: (61) 3215-9417/9414



Emendas





CONGRESSO NACIONAL

EMENDAS

Apresentadas perante a Comissão Mista destinada a apreciar a **Medida Provisória nº 904, de 2019**, que *"Dispõe sobre a extinção do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres - DPVAT e do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Embarcações ou por suas Cargas - DPEM, de que trata a alínea "I" do caput do art. 20 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966."*

PARLAMENTARES	EMENDAS NºS
Senador Paulo Paim (PT/RS)	001
Deputado Federal André Figueiredo (PDT/CE)	002
Deputado Federal Lucas Gonzalez (NOVO/MG)	003
Deputado Federal Nilto Tatto (PT/SP)	004
Senadora Zenaide Maia (PROS/RN)	005
Senador Weverton (PDT/MA)	006
Deputada Federal Professora Marcivania (PCdoB/AP)	007; 008
Deputado Federal Marcelo Freixo (PSOL/RJ)	009
Deputada Federal Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)	010
Deputado Federal Rubens Bueno (CIDADANIA/PR)	011; 012
Deputado Federal Reginaldo Lopes (PT/MG)	013
Deputado Federal Lucas Vergílio (SOLIDARIEDADE/GO)	014
Senador Rogério Carvalho (PT/SE)	015; 016; 017; 038
Deputada Federal Alice Portugal (PCdoB/BA)	018
Deputado Federal Márcio Jerry (PCdoB/MA)	019; 020
Senador Jaques Wagner (PT/BA)	021; 022
Deputado Federal Jorge Solla (PT/BA)	023; 024
Deputado Federal Edmilson Rodrigues (PSOL/PA)	025
Deputado Federal Daniel Almeida (PCdoB/BA)	026; 027
Deputado Federal José Guimarães (PT/CE)	028; 029; 030
Deputado Federal Alexandre Padilha (PT/SP)	031; 032; 033; 034; 035
Deputada Federal Christiane de Souza Yared (PL/PR)	036; 037
Deputada Federal Erika Kokay (PT/DF)	039
Deputada Federal Áurea Carolina (PSOL/MG)	040



PARLAMENTARES	EMENDAS N°S
Deputado Federal Hugo Leal (PSD/RJ)	041; 042
Senadora Kátia Abreu (PDT/TO)	043
Deputado Federal Zeca Dirceu (PT/PR)	044; 045
Deputada Federal Sâmia Bomfim (PSOL/SP)	046
Deputado Federal Ivan Valente (PSOL/SP)	047
Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)	048
Deputado Federal Zé Carlos (PT/MA)	049
Deputado Federal David Miranda (PSOL/RJ)	050
Deputada Federal Jandira Feghali (PCdoB/RJ)	051; 052
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA)	053; 054

TOTAL DE EMENDAS: 54



[Página da matéria](#)



**MPV 904**
00001**SENADO FEDERAL**
Gabinete do Senador PAULO PAIM

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 904, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019

Dispõe sobre a extinção do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres - DPVAT e do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Embarcações ou por suas Cargas - DPEM, de que trata a alínea "I" do caput do art. 20 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966.

EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se:

I – o inciso I do art. 1º

II – os art. 2º, 3º e 4º

III – os incisos I, II, III e IV do art. 6º

JUSTIFICAÇÃO

Os dispositivos da MPV 904 que pretendemos suprimir dizem respeito à extinção do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres – DPVAT, e à destinação de parcelas do prêmio desse seguro para a Seguridade Social.

Além de implicar em renúncia de receitas totalmente inoportuna, e que não cumpre os requisitos da Lei de Responsabilidade Fiscal, nem da EC 95, a MPV 904 parte da premissa equivocada de que todos os possuidores de veículos automotores no Brasil detém condições de adquirir um seguro em seguradora, que cubra a responsabilidade por danos pessoais.

Ora, é notório que veículos mais antigos, que são a maior parte da frota, não são segurados pelas seguradoras. Ademais, o custo de seguros de veículos automotores, notadamente carros de passeio e motos, é muito elevado em face da renda média do país, e a extinção do DPVAT somente terá, como efeito, retirar até mesmo a hipótese de uma compensação ao Estado pelos danos causados pelos acidentes, além de fonte de custeio de parte da assistência necessária às vítimas.

As declarações da Sra. Presidente da SUSEP de Superintendência de Seguros Privados (Susep), feita sem apresentar evidências disso, de que o Seguro DPVAT "tinha muitos problemas, era ineficiente e havia uma corrupção enorme", nada acrescenta ao aperfeiçoamento do sistema de seguro obrigatório adotado no Brasil em 1974, e revela, antes, a mera orientação pro-mercado da Autarquia que deveria regular e fiscalizar o setor.



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador PAULO PAIM

Trata-se de uma receita de R\$ 4 bilhões anuais, dos quais 50% são destinados pelas companhias seguradoras à Seguridade Social e destinado ao Sistema Único de Saúde-SUS, para custeio da assistência médico-hospitalar dos segurados vitimados em acidentes de trânsito. Outros 10% são destinados ao Coordenador do Sistema Nacional de Trânsito para aplicação exclusiva em programas de educação no trânsito.

Assim, sem estudos prévios, sem demonstração de adequação ou oportunidade, a MPV 905, sobre a qual, inclusive, pairam suspeitas de desvio de finalidade, vem a luz de forma abrupta e até mesmo irresponsável.

Por tudo isso, propomos a rejeição dos dispositivos relativos à extinção do DPVAT e suas destinações.

Sala da Comissão,

Senador Paulo Paim



**CONGRESSO NACIONAL****MPV 904
00002****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

Data 12/11/2019	Proposição Medida Provisória nº 904, de 2019
----------------------------------	---

Autor Deputado ANDRÉ FIGUEIREDO	Nº do Prontuário
--	-----------------------------

<input type="checkbox"/> Supressiva <input type="checkbox"/> Substitutiva <input type="checkbox"/> Modificativa <input type="checkbox"/> Aditiva <input checked="" type="checkbox"/> Substitutiva Global

EMENDA
<p>Projeto de Lei de Conversão no , de 2019.</p> <p>Altera o procedimento de cálculo do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres - DPVAT e extingue o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Embarcações ou por suas Cargas - DPEM, de que trata a alínea "I" do caput do art. 20 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966.</p> <p>O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:</p> <p>Art. 1º Fica extinto, a partir de 1º de janeiro de 2020, o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Embarcações ou por sua Carga - DPEM.</p> <p>Art. 2º A Susep calculará, anualmente, a arrecadação necessária para o efetivo pagamento de indenizações e obrigações do DPVAT.</p> <p>Parágrafo único. A Susep poderá ajustar o valor do prêmio tarifário do DPVAT, visando à sua redução, desde que mantenha preservada a capacidade de cumprir integralmente o pagamento das indenizações e obrigações, conforme previsto no caput deste artigo.</p> <p>Art. 3º Ficam revogados os art. 2º ao 16 da Lei nº 8.374, de 30 de dezembro de 1991.</p>



**CONGRESSO NACIONAL**

Art. 4º Essa Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação e produz efeitos a partir de 1º de janeiro de 2020.

JUSTIFICAÇÃO

O DPEM, diferentemente do DPVAT, deve ser contratado pelo proprietário de embarcação diretamente com uma seguradora privada, sem relação com o governo. Levantamentos apontam que há pouco interesse de seguradoras privadas em oferecerem esse seguro. Além disso, a fiscalização precária tem levado a elevada inadimplência e baixa efetividade do seguro. Por essa razão, propõe-se emenda substitutiva global, de modo que apenas o DPEM seja extinto, mas preservando-se o DPVAT.

Entende-se que o DPVAT desempenha importante função social, atendendo a mais de 300 mil pessoas acidentadas por ano, a um custo relativamente pequeno para o contribuinte. A emenda permite, contudo, que o valor do prêmio tarifário (valor a ser pago pelo proprietário do veículo) pode ser reduzido se a Susep, mediante cálculo da capacidade de pagamento das indenizações e obrigações, concluir que é seguro fazer tal redução.

Assinatura

Brasília, 12 de novembro de 2019



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**Gabinete do Deputado **Lucas Gonzalez – NOVO/MG****MPV 904
00003****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 904, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.**

Acrescenta o art. 6º, à MPV 904/2019.

EMENDA ADITIVA

Acrescente-se o novo artigo 6º, que passa a vigorar com a seguinte redação, renumerando-se os demais:

“Art. 6º A Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (“Código de Trânsito Brasileiro”), passa a vigorar acrescida do seguinte Art. 291-A:

“Art. 291-A. Aquele que cometer crime na direção de veículos automotores, por ação ou omissão, fica obrigado a ressarcir todos os danos causados, inclusive ressarcir ao Sistema Único de Saúde (SUS), de acordo com a tabela SUS, os custos relativos aos serviços de saúde prestados para o integral tratamento das vítimas, recolhidos os recursos assim arrecadados ao Fundo de Saúde do ente federado responsável pelas unidades de saúde que efetivamente prestarem os serviços.

§1º O ressarcimento previsto no caput deste artigo também compreenderá eventuais custos do Sistema Único de Saúde em decorrência de serviços de saúde prestados no próprio agente causador do fato.



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**Gabinete do Deputado **Lucas Gonzalez – NOVO/MG**

§2º O ressarcimento de que trata o caput deste artigo não poderá importar ônus de qualquer natureza ao patrimônio das vítimas do agente causador, nem configurar atenuante ou ensejar possibilidade de substituição da pena aplicada a este." (NR)

JUSTIFICATIVA

Segundo informou o Governo em nota: "A Medida Provisória tem o potencial de evitar fraudes no DPVAT, bem como amenizar/extinguir os elevados custos de supervisão e de regulação do DPVAT por parte do setor público (Susep, Ministério da Economia, Poder Judiciário, Ministério Público, TCU), viabilizando o cumprimento das recomendações do TCU pela SUSEP". Ainda de acordo com a nota divulgada, a medida não vai desamparar os cidadãos em caso de acidentes, já que o SUS presta atendimento gratuito e universal na rede pública.

Porém, cabe destacar que despesas e operações suportadas pelo SUS não são diretamente cobertas pela cobrança do seguro obrigatório. Neste sentido, dados do Ministério da Saúde e do DataSUS apontam que, no ano de 2015, os recursos repassados para o SUS oriundos do DPVAT foram da ordem de R\$ 3,8 bilhões, enquanto que os gastos com vítimas de acidente de trânsito foram da ordem de R\$ 266,8 milhões. Ou seja, o gasto real do SUS com acidentes de trânsito representa apenas aproximadamente 7% do total recebido.

Portanto, considerando-se que mais de 90% do total de recursos repassados ao SUS não se presta ao ressarcimento de despesas de atendimento de vítimas de acidentes de trânsito, conclui-se que tais valores funcionam, na verdade, como um subsídio cruzado ao sistema público de saúde. E, considerando que o objetivo regulatório que deu ensejo a essa



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**Gabinete do Deputado **Lucas Gonzalez – NOVO/MG**

política pública seria ressarcir os custos decorrentes do atendimento às vítimas de acidentes de automobilísticos, é possível presumir que o percentual de 45% de transferência de recursos fixado legalmente não mais reflete essa necessidade.

De fato, o sistema público de saúde integra, juntamente com a assistência social, o subsistema não contributivo da seguridade social, cujo pagamento de benefícios e prestação de serviços independem de qualquer contraprestação específica dos usuários. Logo, ao se estabelecer um percentual de repasse de recursos dos prêmios pagos pelos proprietários de veículos ou embarcações em margem que ultrapasse o limite do mero ressarcimento, está-se, na prática, impondo a estes o pagamento de uma contribuição social.

Por outro lado, não se pode simplesmente retirar parcela significativa da receita destinada ao SUS, sem compensação apta a assegurar o equilíbrio financeiro do sistema. Assim, a presente sugestão busca responsabilizar diretamente o agente causador do dano decorrente de crime na direção de veículos automotores pelas despesas médicas e de saúde arcadas pelo SUS para tratamento das vítimas, tal como recentemente determinado pela Lei nº 13.871/19, que alterou a Lei Maria da Penha para responsabilizar financeiramente os autores de violência doméstica ao ressarcimento dos custos do SUS com o tratamento de suas vítimas.

Sala das Comissões, em de de 2019.

Deputado LUCAS GONZALEZ



**MPV 904
00004****CÂMARA DOS DEPUTADOS****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 904, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019**

Dispõe sobre a extinção do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres - DPVAT e do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Embarcações ou por suas Cargas - DPEM, de que trata a alínea "I" do caput do art. 20 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966.

EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se:

I – o inciso I do art. 1º II – os art. 2º, 3º e 4º

III – os incisos I, II, III e IV do art. 6º

JUSTIFICAÇÃO

Os dispositivos da MPV 904 que pretendemos suprimir dizem respeito à extinção do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres – DPVAT, e à destinação de parcelas do prêmio desse seguro para a Seguridade Social.

O Seguro DPVAT é um direito de todo e qualquer cidadão acidentado em território nacional, seja motorista, passageiro ou pedestre.

Esse cenário devastador só não é pior porque a sociedade pode contar com a indenização do Seguro DPVAT, constituindo um instrumento de proteção social sem igual no mundo, tamanha a sua abrangência e importância no contexto brasileiro.

Além de implicar em renúncia de receitas totalmente inoportuna, e que não cumpre os requisitos da Lei de Responsabilidade Fiscal, nem da EC 95, a MPV 904 parte da premissa equivocada de que todos os possuidores de veículos automotores no Brasil detêm condições de adquirir um seguro em seguradora, que cubra a responsabilidade por danos pessoais.

Ora, é notório que veículos mais antigos, que são a maior parte da frota, não são segurados pelas seguradoras. Ademais, o custo de seguros de veículos automotores, notadamente carros de passeio e motos, é muito elevado em face da renda média do país, e a extinção do DPVAT somente terá, como efeito, retirar até mesmo a hipótese de uma



compensação ao Estado pelos danos causados pelos acidentes, além de fonte de custeio de parte da assistência necessária às vítimas.

As declarações da Sra. Presidente da SUSEP de Superintendência de Seguros Privados (Susep), feita sem apresentar evidências disso, de que o Seguro DPVAT "tinha muitos problemas, era ineficiente e havia uma corrupção enorme", nada acrescenta ao aperfeiçoamento do sistema de seguro obrigatório adotado no Brasil em 1974, e revela, antes, a mera orientação pro-mercado da Autarquia que deveria regular e fiscalizar o setor.

Trata-se de uma receita de R\$ 4 bilhões anuais, dos quais 50% são destinados pelas companhias seguradoras à Seguridade Social e destinado ao Sistema Único de Saúde - SUS, para custeio da assistência médico-hospitalar dos segurados vitimados em acidentes de trânsito. Outros 10% são destinados ao Coordenador do Sistema Nacional de Trânsito para aplicação exclusiva em programas de educação no trânsito.

Assim, sem estudos prévios, sem demonstração de adequação ou oportunidade, a MPV 905, sobre a qual, inclusive, pairam suspeitas de desvio de finalidade, vem a luz de forma abrupta e até mesmo irresponsável.

Por tudo isso, propomos a rejeição dos dispositivos relativos à extinção do DPVAT e suas destinações.

Sala da Comissão, em 19 de novembro de 2019.

Deputado Federal Nilto Tatto

PT/SP



**MPV 904**
00005**SENADO FEDERAL**Gabinete da Senadora **ZENAIDE MAIA** Pros | RN**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 904, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019**

Dispõe sobre a extinção do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres - DPVAT e do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Embarcações ou por suas Cargas - DPEM, de que trata a alínea “I” do caput do art. 20 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966.

EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se:

I – o inciso I do art. 1º

II – os art. 2º, 3º e 4º

III – os incisos I, II, III e

IV do art. 6º

JUSTIFICAÇÃO

Os dispositivos da MPV 904 que pretendem suprimir dizem respeito à extinção do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres – DPVAT, e à destinação de parcelas do prêmio desse seguro para a Seguridade Social.

Os golpes no financiamento do SUS parecem não ter fim. Entre 2008 e 2018, o Sistema Único recebeu nada menos do que R\$ 33,4 bilhões arrecadados pelo DPVAT, seguro pago por proprietários de veículos que deixará de existir em 2020.

A distribuição da arrecadação é assim: 50% do total vai direto para o governo federal, sendo que 45% dos recursos da União vão para o Fundo Nacional

Senado Federal – Anexo 1 – 8º andar – CEP 70165-900 – Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-2371/2372 – sen.zenaideamaia@senado.leg.br



**SENADO FEDERAL**Gabinete da Senadora **ZENAIDE MAIA** Pros | RN

da Saúde/SUS. No ano passado, isso representou R\$ 2,1 bilhões a mais no caixa do Sistema. Os 5% restantes vão para o Departamento Nacional de Trânsito que faz, por exemplo, campanhas educativas. A parte administrada pela Líder é destinada às seguradoras do consórcio (2%), às despesas de corretagem do seguro (7,5%) e ao pagamento das indenizações em casos de acidente (40,5%), seja por morte, invalidez ou reembolso com despesas médicas e hospitalares. Nos últimos dez anos, 4,5 milhões de pessoas foram indenizadas – inclusive ciclistas e pedestres, que não pagam o DPVAT.

Se o DPVAT for extinto, o SUS vai continuar arcando com as despesas causadas pelo atendimento aos acidentados, só que sem qualquer contrapartida. Ou seja, entre 1998 e 2017, os acidentes de trânsito redundaram em R\$ 5,3 bilhões gastos em procedimentos médicos no Sistema Único.

O Seguro DPVAT é um direito de todo e qualquer cidadão acidentado em território nacional, seja motorista, passageiro ou pedestre. Esse cenário devastador só não é pior porque a sociedade pode contar com a indenização do Seguro DPVAT, constituindo um instrumento de proteção social sem igual no mundo, tamanha a sua abrangência e importância no contexto brasileiro.

Por tudo isso, propomos a rejeição dos dispositivos relativos à extinção do DPVAT e suas destinações.

Salas das Comissões, em 20 de novembro de 2019.

Senadora **Zenaide Maia**

PROS-RN



**MPV 904
00006****CONGRESSO NACIONAL****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

ETIQUETA

DATA 19/11/2019	MEDIDA PROVISÓRIA Nº904, de 2019.	
AUTOR Senador Weverton – PDT		Nº PRONTUÁRIO
<p>Suprima-se, o inciso I do art. 1º, os art. 2º, 3º, 4º, e os incisos I, II, III e IV do art. 6º da Medida Provisória 904 de 2019.</p> <p style="text-align: center;">JUSTIFICAÇÃO</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. A MPV em análise extingue, a partir de 1º de janeiro de 2020, o seguro DPVAT, que indenizam, respectivamente, vítimas de acidentes de trânsito, a proposta é afrontosa e inconcebível, pois trata de revogação de direitos e, por consequência, desampará parcela da população mais carente, que conta com o valor do seguro para suprir suas necessidades após sofrer algum acidente; 2. O Governo, ao tentar minimizar os efeitos desastrosos que a MPV acarretará, usa como justificativa, para a extinção do seguro, a existência do SUS para amparar essas vítimas de acidentes, bem como os benefícios prestados pela seguridade social. Contudo, desconsidera, em seu discurso, que tanto o SUS, como a seguridade social no Brasil, têm se tornado utopia para os brasileiros mais carentes. 3. Segundo o governo: "Para os segurados do INSS, também há a cobertura do auxílio-doença, aposentadoria por invalidez, auxílio-acidente e de pensão por morte. E, mesmo para aqueles que não são segurados do INSS, o Governo Federal também já oferece o Benefício de Prestação Continuada – BPC...". Ocorre que, em primeiro plano, não se confundem os benefícios auferidos pelos segurados – os quais contribuem para tê-los – com a indenização pela vítima de acidente. Ainda que haja os benefícios, estamos falando de uma indenização pelo acidente. Os dois institutos possuem natureza diversa e um não compensa o outro; 4. Além disso, se o SUS, que já enfrenta problemas sérios na prestação de assistência à saúde, perderá significativa verba oriunda do pagamento do seguro – em 2018 o valor recebido pelo SUS totalizou R\$ 2,1 bilhões –, como podemos acreditar que este mesmo sistema, atenderá com eficiência essas vítimas?! Haverá uma perda de receita e um aumento de demanda, o que causará ainda mais transtornos aos usuários; 		



5. Pelos motivos expostos e por entendermos que não há vantagem alguma para os cidadãos brasileiros, é que somos contra a extinção do seguro DPVAT.

Comissões, em 18 de novembro de 2019.



Senador Weverton- PDT/MA



**MPV 904
00007****COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 904, DE 2019****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 904, DE 2019**

Dispõe sobre a extinção do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres – DPVAT e do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Embarcações ou por suas Cargas – DPEM, de que trata a alínea “I” do caput do art. 20 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de dezembro de 1966.

EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se o Art. 1º da Medida Provisória 904 de 2019.

JUSTIFICAÇÃO

Trata-se de iniciativa que extingue o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres -DPVAT e Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Embarcações ou por sua Carga - DPEM.

Criado em 1974, o seguro obrigatório foi concebido para ser pago por todo proprietário de veículo com o objetivo de indenizar qualquer vítima de



trânsito, inclusive pedestres. Em 2018, 65 milhões de veículos pagaram o seguro e a arrecadação foi da ordem de R\$ 4,7 bilhões.

A extinção dos seguros deixa sem proteção as vítimas de trânsito mais humildes, em momento dramático de suas vidas, quando se deparam com a morte, a mutilação, as sequelas graves provocadas pelos acidentes em seus familiares.

Segundo o Conselho Federal de Medicina, no Brasil, a cada 60 minutos, em média, pelo menos 5 pessoas morrem vítimas de acidente de trânsito.

A MP 904 é mais uma decisão estapafúrdia do Governo Bolsonaro. Como é sabido, o seguro obrigatório possui cobertura universal. Não somente protege o condutor do veículo, independentemente de ter ou não pago o valor, como todo cidadão atingido. É uma modalidade única no mundo.

Cabe destacar que o DPVAT/DPEM destina ao SUS cerca de R\$ 2,1 bilhões de reais. Representa 45% da arrecadação. O restante dos recursos é destinado ao Denatran para campanhas de educação e gestão do sistema nacional, assim como para o consórcio, fiscalização, dentre outras finalidades.

Ao justificar a extinção do seguro, mais uma vez, autoridades do governo mentem à opinião pública. Uma medida que visa entregar o sistema ao grande mercado financeiro para a maximização de lucros, é apresentada como medida que visa beneficiar o povo. Diferente do que afirma o governo, não é verdade que a medida visa impedir as fraudes envolvendo o Consórcio Líder, grupo que reúne 73 seguradoras. Importante destacar que a extinção do seguro não é substituída por nenhuma medida que vise cumprir os objetivos alcançados pelo DPVAT. Ela obrigará o cidadão a contratar caríssimos seguros como os que hoje pagam a classe média ante valores inalcançáveis para os segmentos de baixa renda.

Especialistas apontam que o argumento de que o SUS e a assistência social oferecem atendimento gratuito e universal como auxílio acidente e cobertura de auxílio-doença, aposentadoria por invalidez, e o Benefício de Prestação Continuada (BPC/LOAS) é falso, já que todos eles exigem o cumprimento de carência com contribuição ao INSS num país em que 41% da mão de obra se encontra no mercado informal, sem cobertura previdenciária.



O SUS é responsável por prestar atendimento médico, enquanto o DPVAT garante indenização por dano corporal sofrido por um período de até 3 anos, seja por morte, com valor de R\$ 13.500; por invalidez permanente, com pagamento de até R\$ 13.500 a depender da gravidade da sequela, ou como reembolso de despesas médicas e suplementares, com valor que pode alcançar R\$ 2.700 reais a qualquer cidadão vitimado.

Pelo exposto, não cabe outra decisão ao Poder Legislativo senão de rejeitar a presente MP. Ela não serve ao País, pois prejudica gravemente o cidadão, notadamente os setores de baixa renda como os motociclistas que representam 70% dos beneficiados pela cobertura do DPVAT.

Sala da Comissão, em 20 de novembro de 2019.

Deputada PROFESSORA MARCIVANIA
PCdoB/AP



**MPV 904
00008**

COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 904, DE 2019

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 904, DE 2019

Dispõe sobre a extinção do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres – DPVAT e do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Embarcações ou por suas Cargas – DPEM, de que trata a alínea “I” do caput do art. 20 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de dezembro de 1966.

EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se o inciso III do Art. 6º da Medida Provisória 904 de 2019.

JUSTIFICAÇÃO

O inciso III do Art. 6º suprime a obrigatoriedade de repasse de 50% do valor total do prêmio recolhido e destinado ao Sistema Único de Saúde - SUS para custeio da assistência médico-hospitalar dos segurados vitimados em acidentes de trânsito.

Decisão governamental que retira recursos do SUS, quando o próprio governo alega falta de recursos orçamentários para o cumprimento do dever constitucional de oferecer saúde pública gratuita, integral e universal, é crime contra a cidadania.



É sabido que ao lado do emprego, a luta pela saúde pública de qualidade é a principal demanda do povo brasileiro.

Sala da Comissão, em 20 de novembro de 2019.

Deputada PROFESSORA MARCIVANIA
PCdoB/AP



**MPV 904
00009**

Medida Provisória nº 904, de 11 de novembro de 2019

Dispõe sobre a extinção do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres – DPVAT e do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Embarcações ou por suas Cargas – DPEM, de que trata a alínea “I” do caput do art. 20 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966.

EMENDA SUPRESSIVA N.º _____

Suprima-se os artigos 1º, 2º, 3º, 4º e 6º.

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória nº 904, de 11 de novembro de 2019, acaba com o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres – DPVAT, este é o seguro obrigatório que indeniza vítimas de acidentes de trânsito. Extingue também o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Embarcações ou por suas Cargas – DEPEM.

O artigo 1º da Medida Provisória extingue o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não (DPVAT) bem como o Seguro de Danos Pessoais causados por embarcações, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não (DPEM). Ao extinguir o DPVAT, por consequência já eliminaria também os repasses relacionados ao Sistema Único de Saúde (SUS) e ao Departamento Nacional de Trânsito (Denatran). Para ficar ainda mais claro o ataque ao SUS, o artigo 6º da MP traz a revogação do parágrafo único do artigo 27 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que trata das receitas da Seguridade Social:

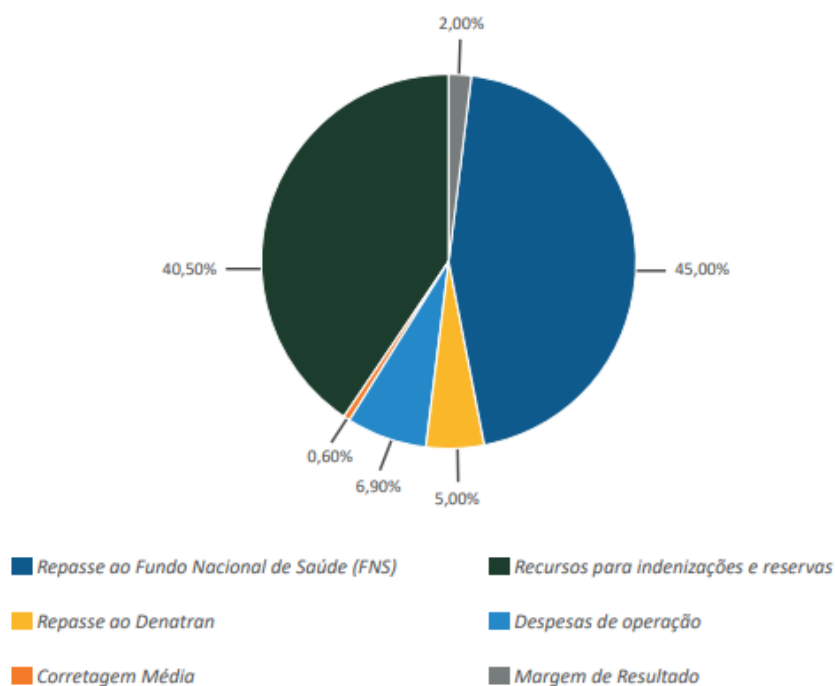
“Art. 27. Constituem outras receitas da Seguridade Social:

Parágrafo único. As companhias seguradoras que mantêm o seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos



automotores de vias terrestres, de que trata a Lei nº 6.194, de dezembro de 1974, deverão repassar à Seguridade Social 50% (cinquenta por cento) do valor total do prêmio recolhido e destinado ao Sistema Único de Saúde-SUS, para custeio da assistência médico-hospitalar dos segurados vitimados em acidentes de trânsito.”

Somente a extinção do DPVAT retira cerca de R\$ 2 bilhões por ano do SUS. A estimativa pode ser encontrada nos balanços financeiros de fim de ano apresentados ao mercado que apontam que do total arrecadado pela Seguradora Líder (que atualmente gere os recursos) 45% são destinados ao SUS, para custeio da assistência médico-hospitalar às vítimas de acidentes de trânsito. Em 2018 foram arrecadados 4,7 bilhões de reais, sendo a parcela destinada ao SUS de 2,1 bilhões de reais.



Segundo nota do Ministério da Economia¹, a justificativa para o fim do financiamento do SUS é apontada no parágrafo 5º: “Saliente-se que, quando

¹ <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=8037390&ts=1574099683682&disposition=inline>



da criação do Seguro DPVAT, nenhuma das políticas sociais descritas nos parágrafos anteriores (acesso à saúde universal e aposentadoria por invalidez, não contributiva) estavam vigentes. Dessa forma, as coberturas de despesas médicas e de invalidez do Seguro DPVAT se sobrepõem a essas políticas”.

No entanto, quando analisada a Lei nº 6.194², de 19 de dezembro de 1974, sem as alterações/ modificações feitas ao longo das décadas seguintes, o texto traz o valor de *“até 8 (oito) vezes o valor do maior salário mínimo vigente no País – como reembolso à vítima – no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas”*. Ou seja, a justificativa do governo totalmente a-histórica não se sustenta uma vez que mesmo que não tivéssemos alcançado através das lutas sociais a política de universalização da saúde, ainda assim havia assistência do Estado à população atingida.

O sucateamento do SUS é claramente uma política deliberada por parte deste governo, passamos do problema histórico de subfinanciamento para o desfinanciamento do SUS, e a MP 904 aprofunda o problema.

A indenização pelo Seguro DPVAT é uma conquista e um direito de cada brasileiro e de estrangeiros acidentados no trânsito em território nacional. Hoje, os recursos são assegurados por lei e obtidos por meio da cobrança anual aos proprietários de veículos automotores, uma única vez, junto à cota única ou primeira parcela do IPVA, ou no licenciamento, para os veículos isentos do imposto. Porém o artigo 6º da MP revoga a alínea “I” do artigo 20 do Decreto-Lei nº 73 de 1966 que diz que:

“Art 20. Sem prejuízo do disposto em leis especiais, são obrigatórios os seguros de:

I) danos pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres e por embarcações, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não”

Revoga também a Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, que dispõe sobre Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não. Ao revogar esta lei é a confirmação da falta de compromisso do Estado

² http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6194.htm



com a população.

Por fim, revoga também catorze artigos da Lei nº 8.374, de 30 de dezembro de 1991, que dispõe sobre o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por embarcações ou por sua carga.

Tal qual colocado no ponto anterior “SUS”, ao extinguir o DPVAT, extingue-se também os repasses ao Departamento Nacional de Trânsito (Denatran). Com isso não fica explícito quem será responsável por fornecer os papéis usados para emitir o documento de mais de 65 milhões de veículos licenciados por ano no país a partir de primeiro de janeiro de 2020.

A justificativa do Ministério da Economia de que a criação do Seguro DPVAT foi anterior às políticas sociais no Brasil é descabida. Não é possível precisar o impacto orçamentário-financeiro da Proposta. Além do mais a nota do Ministério da Economia alega ainda que o DPVAT não é necessário uma vez que as pessoas que venham a sofrer acidentes de trânsito podem ser atendidas pelo SUS, as famílias que perderem seus entes estão segurados pelo INSS com cobertura de pensão por morte e também que há cobertura por invalidez via BPC. É no mínimo curioso que o Ministério aponte como solução serviços públicos que sofreram ataques diversos ao longo do atual governo.

Finalmente, o parágrafo 2 da nota do Ministério alega que o DPVAT não é necessário uma vez que tem “caráter social” e que deveria oferecer serviços tal qual a lógica do setor privado.

Por isso, acreditamos que a proposta não poderia avançar na Câmara dos Deputados sem que antes se faça um debate aprofundado sobre os impactos sociais e econômicos sobre o tema.

Por todos os motivos elencados, solicitamos apoio do relator e dos nobres pares para aprovação desta emenda.

Sala das Comissões, 20 em novembro de 2019.

Deputado Marcelo Freixo
PSOL/RJ



**MPV 904
00010****CONGRESSO NACIONAL****COMISSÃO MISTA DESTINADA A APRECIAR A MEDIDA PROVISÓRIA Nº
904, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 904, DE 2019**

Dispõe sobre a extinção do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres - DPVAT e do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Embarcações ou por suas Cargas - DPEM, de que trata a alínea "I" do caput do art. 20 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966.

EMENDA MODIFICATIVA Nº

Acrescente-se o parágrafo a seguir ao artigo 3º da MP 904/2019:

“Art. 3º
.....
§ XX Os recursos de que trata o **caput** deste artigo deverão ser aplicados em ações de manutenção e desenvolvimento do ensino a cargo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).
.....
.....” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A proposta apresentada pelo Poder Executivo para a Lei de Orçamentária Anual para 2020 prevê uma redução de mais de R\$ 20 bilhões no orçamento do



Ministério da Educação (MEC), de acordo com reportagem do portal G1.¹ Entre as ações mais afetadas, encontram-se: a concessão de bolsas para educação básica, a infraestrutura para educação básica e a construção de creches.

Conforme aponta a ONG Todos pela Educação, a crise fiscal que atinge o país demanda ajustes em todas as áreas e inevitavelmente acaba impactando também o orçamento da educação. É imprescindível, no entanto, realizarmos um esforço coletivo para que o impacto desta crise seja o menor possível, pois o país não pode deixar de investir no seu futuro, e é sabido que a educação é a mais importante política de promoção do desenvolvimento com justiça social.

Assim, considerando que a extinção dos seguros obrigatórios proposta pela MP 904/2019 resultará em um crédito estimado em pelo menos R\$ 3,75 bilhões no caixa do Tesouro Nacional até 2022, conforme depreende-se do inciso I do art. 3º da MP, proponho que esses recursos sejam destinados para ações de manutenção e desenvolvimento da educação. Para ilustrar os efeitos da aprovação desta emenda, em 2020, a destinação desses recursos seria capaz de repor pouco mais de 5% do corte no orçamento do MEC previsto na PLOA 2020. Ainda que não seja o cenário ideal, é o possível e acredito que o correto a fazer. Diante do exposto, solicito o apoio dos Nobres Pares.

Sala da Comissão, em de novembro de 2019.

PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE

Deputada Federal

DEMOCRATAS/TO

¹ Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/09/13/orcamento-do-governo-federal-preve-cortes-para-educacao-basica-em-2020.ghtml> . Acesso em 19.11.2019.



MPV 904
00011

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 904/2019

Dispõe sobre a extinção do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres - DPVAT e do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Embarcações ou por suas Cargas - DPEM, de que trata a alínea "I" do **caput** do art. 20 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966.

EMENDA Nº

Suprima-se da Medida Provisória nº 904, de 11 de novembro de 2019, os seguintes dispositivos:

- I – o inciso I do art. 1º
- II – os art. 2º, 3º e 4º
- III – os incisos I, II, III e IV do art. 6º

JUSTIFICATIVA

O Seguro DPVAT, pode-se arriscar considerar que é o seguro mais democrático existente no mundo. Hoje, com o valor de prêmio cobrado aos proprietários de veículos automotores, por sua categoria/classificação, entre R\$ 16,21 e R\$ 84,58, garante cobertura por morte, invalidez permanente e reembolso de despesa médicas a vítima de acidente de trânsito ou a seu dependente. Qualquer pessoa de qualquer idade, mesmo que não seja proprietária de veículo e que não tenha pago qualquer valor, está coberta. É uma proteção social mais do que necessária para um país que ocupa o 3º lugar no ranking mundial de mortes no trânsito segundo o Observatório Nacional de Segurança Viária (ONSV).

Além das indenizações o Seguro DPVAT é também uma importante fonte de receita para a União, dado que 45% é destinado para o Sistema Único de Saúde (SUS) para custeio da assistência médico-hospitalar às vítimas de acidentes de trânsito, e 5% para o Denatran (Departamento Nacional de Trânsito), para investimento em programas



de educação e prevenção de acidentes de trânsito. Em 2018, a parcela destinada ao SUS totalizou R\$ 2,1 bilhões; e, para o Denatran, R\$ 233,5 milhões. Nos últimos 11 anos, essa destinação soma mais de R\$ 37,1 bilhões.

Outra questão é o custo de emissão do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV) – o chamado “documento do carro”. Entre as obrigações por deter o monopólio de gerenciamento do Seguro Obrigatório, a *Líder Seguradora*, administradora do DPVAT, também era encarregada de confeccionar e distribuir as cédulas utilizadas pelos Detrans para imprimir o CRLV. No ano passado foram mais de 65 milhões de documentos emitidos a um custo total de R\$ 270 milhões, cabendo ao proprietário de veículo o custo do papel no valor de R\$ 4,15. Com o fim do DPVAT, além da questão social e da renúncia de receita ao SUS, podemos afirmar que o proprietário de veículo terá que assumir essa despesa. De modo geral, vai deixar de pagar, para carros R\$ 16, e para motocicletas R\$ 84, e assumir um custo de R\$ 90,15, isso sem as coberturas estabelecidas pela apólice por DPVAT. Sem direito as indenizações oferecidas pelo seguro obrigatório!

São os motivos pelos quais apresento essa Emenda.

Sala da Comissão, 20 de novembro de 2019.

Deputado Rubens Bueno
Cidadania/PR



MPV 904
00012

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 904/2019

Dispõe sobre a extinção do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres - DPVAT e do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Embarcações ou por suas Cargas - DPEM, de que trata a alínea "I" do **caput** do art. 20 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966.

EMENDA Nº

Inclua-se onde couber na Medida Provisória nº 904, de 11 de novembro de 2019, os seguintes dispositivos ao Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, com a seguinte redação:

Art. 20-A. Sem prejuízo do disposto em leis especiais, é facultado o seguro de danos pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não. **(NR)**

§ 1º. Os danos pessoais cobertos pelo seguro facultativo estabelecido no *caput* desse artigo compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares. **(NR)**

§ 2º. O Poder Executivo regulamentará por Decreto, ouvido o Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, a gestão, o controle e a fiscalização dos recursos arrecadados, o valor do prêmio e das indenizações e as regras para adesão e renúncia, arrecadação e cobrança e de pagamento das indenizações estabelecidas. **(NR)**

§ 3º. A administração do seguro facultativo poderá ser exercida por meio da administração pública direta ou indireta, ou por outorga.

JUSTIFICATIVA

O Seguro DPVAT, pode-se arriscar considerar que é o seguro mais democrático existente no mundo. Hoje, com o valor de prêmio cobrado aos proprietários de veículos automotores, por sua categoria/classificação, entre R\$ 16,21 e R\$ 84,58, garante cobertura por morte, invalidez permanente e reembolso de despesa médicas a



vítima de acidente de trânsito ou a seu dependente. Qualquer pessoa de qualquer idade, mesmo que não seja proprietária de veículo e que não tenha pago qualquer valor, está coberta. É uma proteção social mais do que necessária para um país que ocupa o 3º lugar no ranking mundial de mortes no trânsito segundo o Observatório Nacional de Segurança Viária (ONSV).

Além das indenizações o Seguro DPVAT é também uma importante fonte de receita para a União, dado que 45% é destinado para o Sistema Único de Saúde (SUS) para custeio da assistência médico-hospitalar às vítimas de acidentes de trânsito, e 5% para o Denatran (Departamento Nacional de Trânsito), para investimento em programas de educação e prevenção de acidentes de trânsito. Em 2018, a parcela destinada ao SUS totalizou R\$ 2,1 bilhões; e, para o Denatran, R\$ 233,5 milhões. Nos últimos 11 anos, essa destinação soma mais de R\$ 37,1 bilhões.

Sendo assim, faz-se necessário à sua manutenção, pelo menos de forma facultativa ao proprietário de veículo automotor.

São os motivos pelos quais apresento essa Emenda.

Sala da Comissão, 20 de novembro de 2019.

Deputado Rubens Bueno
Cidadania/PR



**MPV 904
00013**

 <p>CONGRESSO NACIONAL</p> <p>APRESENTAÇÃO DE EMENDAS</p>	ETIQUETA
---	----------

Data 20/11/2019	proposição Medida Provisória nº 904, de 11/11/2019
--------------------	--

Autor Deputado Reginaldo Lopes – PT/MG	nº do prontuário
--	------------------

1. <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> Substitutiva	3. <input type="checkbox"/> Modificativa	4. <input type="checkbox"/> Aditiva	5. <input checked="" type="checkbox"/> Substitutivo global
--	--	--	-------------------------------------	--

Página	Art.	Parágrafo	Inciso	Alínea
--------	------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

SUBSTITUA -SE GLOBALMENTE à medida Provisória 904/2019:

O § 3º do Art. 3º da Lei 6.194 de 19 de dezembro de 1974 que trata sobre o seguro DPVAT passa a vigorar com a seguinte redação:

§ 3o Na hipótese do assegurado ser atendido em rede publica credenciada ao SUS o reembolso de R\$2.700,00 será repassado ao Governo Federal para ser repassados aos Hospitais que atendem a rede de urgência e emergência publica credenciada ao SUS.

JUSTIFICAÇÃO

Como o DPVAT é um seguro e não uma fonte de recursos do governo ele deve continuar a existir como forma de indenizar vitima de transito e ajudar a custear os atendimentos médicos. Especialmente a única mudança que seria justa é o SUS receber do Seguro pelo atendimento realizado em vitimas de acidente de transito no país.

PARLAMENTAR

--





CÂMARA DOS DEPUTADOS

MPV 904
00014

**COMISSÃO MISTA DESTINADA À APRECIÇÃO DA MEDIDA
PROVISÓRIA Nº 904, DE 2019.**

Dispõe sobre a extinção do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres - DPVAT e do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Embarcações ou por suas Cargas - DPEM, de que trata a alínea "I" do caput do art. 20 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966.

EMENDA SUBSTITUTIVA GLOBAL
(Do Sr. Lucas Vergílio)

Dê-se à Medida Provisória nº 904, de 2019, a seguinte redação:

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei estabelece regras e diretrizes gerais sobre o seguro destinado à cobertura de danos pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres, de que trata a alínea I do art. 20 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966.

Parágrafo único. Para fins do disposto nesta Lei, considera-se automotor o veículo dotado de motor de propulsão que circule por seus próprios meios e que seja utilizado para o transporte viário de pessoas e coisas





CÂMARA DOS DEPUTADOS

ou para a tração viária de veículos utilizados para qualquer destes fins, e que esteja sujeito a registro e a licenciamento.

Art. 2º O Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (DPVAT) passa a denominar-se Seguro Obrigatório de Acidentes de Trânsito (SOAT).

Art. 3º O SOAT tem por finalidade dar cobertura a vítimas de acidentes de trânsito ocorridos no território nacional causados por veículos automotores de via terrestres, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não, e a seus respectivos beneficiários ou dependentes, independentemente de apuração de culpa.

Art. 4º A contratação do SOAT dar-se-á por meio de bilhete, em regime de livre concorrência, mediante escolha dos proprietários de veículos automotores dentre as sociedades seguradoras autorizadas a operar nesse segmento, obedecidas as diretrizes e regras estabelecidas nesta Lei e em atos expedidos pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP).

Parágrafo único. Para a oferta do seguro de que trata esta Lei, as seguradoras poderão ser autorizadas a atuar isoladamente ou por meio de consórcio, submetendo-se, neste caso, também ao disposto nos arts. 278 e 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Art. 5º A vigência do SOAT corresponderá ao ano civil, iniciando em 1º de janeiro e encerrando em 31 de dezembro do ano a que se referir, e sua cobertura compreenderá:

- I - indenização por morte;
- II - indenização por invalidez permanente, total ou parcial; e
- III - reembolso de despesas de assistência médica e suplementares.

§1º Para fins do disposto nesta Lei, considera-se invalidez permanente a perda, redução ou impotência funcional definitiva, total ou





CÂMARA DOS DEPUTADOS

parcial, de membro ou órgão, assim apurada após o término do tratamento cabível.

§ 2º Estão excluídos da cobertura do SOAT:

I - danos pessoais causados ao motorista do veículo, quando restar configurado o dolo ou o cometimento de qualquer das infrações de trânsito previstas no artigos 165 e 165-A da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro);

II - despesas médicas suportadas pelo Sistema Único de Saúde (SUS), bem como as cobertas por outros seguros ou por planos privados de assistência à saúde, ressalvada eventual parcela não coberta por estes;

III - despesas de qualquer natureza decorrentes de ações ou processos criminais;

IV - multas e fianças impostas ao condutor ou ao proprietário do veículo; e

V - quaisquer danos decorrentes de acidentes ocorridos fora do território nacional.

Art. 6º O valor do prêmio do SOAT será livremente pactuado pelas partes, observadas as diretrizes estabelecidas pelo CNSP e a relevância social do referido seguro.

§ 1º A contratação do SOAT e o pagamento de seu prêmio devem ser feitos na forma e nos prazos estabelecidos pelo CNSP, sendo de responsabilidade do proprietário do veículo automotor.

§ 2º A quitação do prêmio do SOAT constitui requisito para o licenciamento anual, para a transferência de propriedade e para a baixa do registro dos veículos automotores terrestres.

§ 3º Os órgãos e entidades executivos de trânsito da União, dos Estados e do Distrito Federal poderão celebrar convênios com a





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Superintendência de Seguros Privados (Susep) e com as próprias seguradoras autorizadas a operar nesse ramo para viabilizar a arrecadação dos prêmios e o intercâmbio de informações relativas ao seguro de que trata esta Lei.

Art. 7º Efetuado o pagamento do prêmio, a seguradora emitirá o bilhete do SOAT, na forma e nas condições estabelecidas pelo CNSP, e comunicará sua quitação ao órgão executivo de trânsito do Estado ou do Distrito Federal onde estiver registrado o veículo.

§ 1º Do bilhete emitido constarão, pelo menos: I – nome e número de inscrição do proprietário do veículo no Cadastro de Pessoas Físicas;

II – dados de registro do veículo segurado;

III – nome, endereço e dados de contato da seguradora; e

IV – prazo de vigência do seguro e limites máximos de indenização por cobertura;

§ 2º É vedado o endosso para transferência do bilhete de SOAT de um veículo para outro.

§ 3º A transferência de propriedade do veículo importará a transferência automática do bilhete de SOAT para o novo proprietário, devendo tal fato ser comunicado à seguradora pelo órgão executivo de trânsito competente para o registro do veículo, no prazo de 10 (dez) dias.

§ 4º A emissão do bilhete e as comunicações de que trata este artigo poderão ser feitos exclusivamente por meio eletrônico.

Art. 8º A comunicação do sinistro será efetuada pela vítima, pelo beneficiário ou por procurador legalmente constituído, devendo ser instruída com a prova do acidente de trânsito e do dano dele decorrente, independentemente da existência de culpa, e, quando for o caso, com a prova da condição de beneficiário, nos termos da regulamentação expedida pelo CNSP.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

§ 1º É vedada a estipulação de qualquer forma de participação ou franquia do segurado nos danos decorrentes do sinistro coberto pelo seguro de que trata esta Lei.

§ 2º Recebida a documentação, a seguradora terá o prazo de (dez) dias para, em caráter preliminar e preclusivo, analisar sua completude e consistência probatória, devendo, nesse prazo, solicitar ao segurado ou beneficiário todos os esclarecimentos e documentos complementares que considerar essenciais à instrução do processo de regulação do sinistro.

§ 3º Transcorrido o prazo de que trata o §2º deste artigo sem oposição da seguradora, presumir-se-ão suficientes as informações e os documentos apresentados pelo segurado ou pelo beneficiário, conforme o caso, devendo o pagamento da importância segurada ser efetuado nos 10 (dez) dias que se seguirem.

§ 4º Havendo oposição ou pedido de complementação de documentos por parte da seguradora, o pagamento da importância segurada será feito no prazo de 10 (dez) dias após a entrega de toda a documentação exigida.

§ 5º Em caso de mora no pagamento da indenização, incidirão atualização monetária, calculada a partir da aplicação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ou outro índice que o substitua, bem como juros de mora, estes na base de 1% (um por cento) ao mês, contados da data do acidente.

§ 6º Em caso de fraude na comunicação de sinistro ou na documentação apresentada, a seguradora terá direito à repetição do indébito, por valor igual ao dobro do que indevidamente tiver pago, acrescido de atualização monetária e juros de mora, calculados na forma do §5º deste artigo.

Art. 9º O valor da indenização corresponderá ao montante da importância segurada fixado no bilhete de SOAT, por pessoa vitimada, e será





CÂMARA DOS DEPUTADOS

pago exclusivamente por meio de transferência bancária ou ordem de pagamento em dinheiro em favor:

I – do cônjuge ou da pessoa a este equiparada e aos herdeiros da vítima, na forma do art. 792 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), no caso da cobertura por morte; e

II – da vítima do acidente de trânsito ou seu representante legal, nas demais coberturas.

§ 1º Na cobertura por invalidez permanente, o valor da indenização será calculado a partir da aplicação do percentual da incapacidade que sobreveio à vítima, conforme estabelecido nas normas aplicáveis ao seguro de acidentes pessoais em vigor na data do acidente.

§ 2º Na cobertura por reembolso de despesas de assistência médica e suplementares, desde que expressamente pactuado, o cálculo da indenização poderá considerar os valores individuais de procedimentos em saúde constantes de tabela de ampla utilização no mercado ou elaborada pela própria seguradora.

§ 3º Ocorrendo a morte da vítima em decorrência do mesmo acidente que tiver ensejado o pagamento de indenização por invalidez permanente, a seguradora pagará ao beneficiário o valor da diferença entre as importâncias seguradas, se houver.

§ 4º É vedada a cessão do direito ao recebimento da indenização do seguro de que trata esta Lei.

Art. 10. Em caso de acidente de trânsito causado por veículo não identificado, com seguradora não identificada, com seguro não contratado ou vencido, a indenização será paga exclusivamente por um consórcio ou sociedade seguradora com quadro societário integrado, obrigatoriamente, por todas as seguradoras autorizadas a operar com o SOAT.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Parágrafo único. O CNSP editará as normas aplicáveis ao pagamento das indenizações previstas neste artigo, dispondo especialmente sobre:

- I – os valores mínimos de cobertura do SOAT;
- II – os critérios de contribuições, inclusive extraordinárias, das seguradoras consorciadas;
- III – a constituição de provisões técnicas da seguradora-líder do consórcio; e
- IV – a aplicação dos recursos das provisões da seguradora-líder do consórcio;

Art. 11. A seguradora ou consórcio que tiver efetuado o pagamento da indenização poderá, mediante ação própria, haver do responsável pelo acidente o ressarcimento da importância paga, acrescida de atualização monetária e juros de mora, ambos incidentes desde a data do efetivo desembolso e calculados mediante a aplicação do percentual e do índice previsto no §5º do art. 8º.

Parágrafo único. O disposto no caput só será aplicável ao proprietário do veículo se, na data da ocorrência do sinistro, ele não estiver com o prêmio do SOAT do próprio ano civil pago e a ocorrência do sinistro for posterior ao vencimento do seguro.

Art. 12. Prescrevem em um ano todas as pretensões do segurado e do beneficiário contra o segurador, ou deste contra aqueles, aplicando-se, em relação às causas de impedimento, suspensão e interrupção da prescrição, o disposto na Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).

Art. 13. Às infrações ao disposto nesta Lei, aplica-se o regime sancionador de que trata o capítulo X do Decreto-Lei nº 73, de 1966.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Art. 14. O Conselho Nacional de Seguros Privados e o Conselho Nacional de Trânsito, no âmbito de suas competências, editarão as normas necessárias para atender ao disposto nesta Lei.

Art. 15. O parágrafo único do art. 27 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 27.

Parágrafo único. As companhias seguradoras que operam com o Seguro Obrigatório de Acidentes de Trânsito (SOAT), repassarão à Seguridade Social o montante equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor dos prêmios brutos recebidos, destinando-o ao Sistema Único de Saúde (SUS) para custeio da assistência médico-hospitalar dos segurados vitimados em acidentes de trânsito.” (NR)

Art. 16. O parágrafo único do art. 78 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 78.

Parágrafo único. As companhias seguradoras que operam com o Seguro Obrigatório de Acidentes de Trânsito (SOAT) repassarão mensalmente ao Coordenador do Sistema Nacional de Trânsito o montante equivalente a 5% (cinco por cento) do valor dos prêmios brutos recebidos, para aplicação exclusiva em programas de que trata este artigo.” (NR)

Art. 17. Fica revogada a Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974.

Art. 18. Os sinistros ocorridos durante a vigência da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, permanecerão por ela regidos.

Art. 19. Esta Medida Provisória entra em vigor no primeiro dia do ano civil subsequente àquele em que completar um ano de sua publicação.”

JUSTIFICATIVA





CÂMARA DOS DEPUTADOS

A Medida Provisória 904/2019 determina a extinção do DPVAT e o DPEM a partir de 1º de janeiro de 2020, sob a justificativa de que “A Medida Provisória tem o potencial de evitar fraudes no DPVAT, bem como amenizar/extinguir os elevados custos de supervisão e de regulação do DPVAT por parte do setor público (Susep, Ministério da Economia, Poder Judiciário, Ministério Público, TCU), viabilizando o cumprimento das recomendações do TCU pela SUSEP”.

Desta forma, no formato proposto pela Medida Provisória ficará a cargo dos próprios proprietários dos veículos ou por seguros privados que contratarem a indenização pelos danos pessoais causados.

No entanto, entendemos que o DPVAT desempenha uma relevante função social, eis que oferece a cobertura para a todas as vítimas de acidentes de trânsito ocorridas no território nacional, independentemente de culpa. Além dos eventos morte e invalidez permanente, o seguro oferece cobertura para reembolso de despesas médicas e de assistência suplementar.

Infelizmente, ao longo do tempo esse seguro sofreu enorme desgaste, tanto em sua operacionalização, quanto no que se refere ao alcance de suas finalidades. Além de recorrentes fraudes, a ação de atravessadores, clínicas e hospitais referenciados no Sistema Único de Saúde (SUS) e até de casas funerárias tem causado diversos prejuízos ao DPVAT, dando ensejo ao pagamento indevido de indenizações e prejudicando a constituição de suas provisões técnicas.

Grande parte desses problemas deve-se ao anacronismo da própria lei que rege o Seguro DPVAT, que adota um modelo de oferta ultrapassado e pouco eficiente. Dentre outros tantos fatores, merece destaque a ausência de concorrência, visto que o seguro é comercializado por um único agente operador, a Seguradora Líder do Consórcio DPVAT, com valores de indenização fixados diretamente na Lei nº 6.194, de 1974, e prêmios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP). Além





CÂMARA DOS DEPUTADOS

disso, os corretores de seguros estão alijados da operacionalização do DPVAT, o que acarreta a falta de um assessoramento mais técnico e especializado, tanto para os proprietários de veículos quanto para os beneficiários desse seguro.

É justamente esse cenário que a presente emenda busca modificar, tornando-se a solução mais viável do que a mera extinção, como pretende a Medida Provisória.

O que se pretende aqui é instituir um regime jurídico novo para essa modalidade de seguro obrigatório, a fim de aprimorar seu modelo de oferta, a partir da incorporação de boas práticas de governança e de comercialização do mercado segurador. Busca-se, ainda, conferir maior dinamismo e mais segurança para sua operacionalização.

Inicialmente, a emenda altera a própria denominação do Seguro DPVAT, que passará a ser denominado “Seguro Obrigatório de Acidentes de Trânsito (SOAT)”. Mais do que mudança de nome, o que pretendemos é estabelecer novos paradigmas. Em linha com esse objetivo, inova-se ao estabelecer a livre concorrência como eixo central desse novo formato de seguro obrigatório.

Na sistemática proposta, os proprietários de veículos poderão escolher a companhia seguradora de sua preferência para contratar o SOAT, com o devido assessoramento dos corretores de seguros. As seguradoras poderão comercializar esse seguro obrigatório em regime de consórcio, como ocorre atualmente, ou individualmente. Além disso, os prêmios e os valores de indenização passarão a ser estabelecidos livremente pelo mercado.

Ao assim dispor, a presente sugestão e emenda modificativa global trará benefícios para todos os agentes envolvidos. De um lado, os segurados poderão ter acesso a prêmios potencialmente mais baixos, e coberturas mais amplas, em razão da maior concorrência. De outro, as seguradoras poderão atuar em condições estabelecidas pela dinâmica do mercado, e não mais fixadas unilateralmente pela União.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Isso não significa, contudo, que o segurado ficará refém do mercado. Com efeito, toda a comercialização e operacionalização desse seguro obrigatório continuará a se dar nos termos das normas estabelecidas pelo CNSP e sob a fiscalização da Superintendência de Seguros Privados (Susep).

O texto ora apresentado incorpora e sistematiza rotinas já estabelecidas no mercado segurador, muitas delas já previstas em normas esparsas do CNSP. Ademais, consolida soluções para diversas controvérsias jurisprudenciais, como o prazo prescricional e o momento de incidência da atualização monetária e dos juros de mora. O objetivo é conceber uma lei moderna, que seja capaz de estruturar esse ramo de seguros em sintonia com as boas práticas de mercado, proporcionando a necessária segurança jurídica para todos os agentes envolvidos.

Por todas essas razões, peço o apoio dos ilustres Pares para a aprovação desta emenda, que trará inequívocos benefícios aos proprietários de veículos automotores e às vítimas de acidentes de trânsito em nosso País, com o intuito de compatibilizar a proposta encaminhado pelo Poder Executivo sendo a alternativa mais plausível para a Medida Provisória nº 904/2019.

Sala das Sessões, em 20 de novembro de 2019.

Lucas Vergílio
Deputado Federal
(Solidariedade/GO)



**MPV 904
00015****SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador Rogério Carvalho

COMISSÃO ESPECIAL DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 904, DE 2019.

Dispõe sobre a extinção do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres - DPVAT e do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Embarcações ou por suas Cargas - DPEM, de que trata a alínea "I" do caput do art. 20 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966.

EMENDA N.º _____

Suprima-se os seguintes dispositivos da MP 904, de 2019:

- I – o inciso I do art. 1º;
- II – os art. 2º, 3º e 4º;
- III – os incisos I, II, III e IV, todos do art. 6º.

JUSTIFICAÇÃO

Os dispositivos da MPV 904 que pretendem suprimir dizem respeito à extinção do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres – DPVAT, e à destinação de parcelas do prêmio desse seguro para a Seguridade Social.

Os golpes no financiamento do SUS parecem não ter fim. Entre 2008 e 2018, o Sistema Único recebeu nada menos do que R\$ 33,4 bilhões arrecadados pelo DPVAT, seguro pago por proprietários de veículos que deixará de existir em 2020.

A distribuição da arrecadação é assim: 50% do total vai direto para o governo federal, sendo que 45% dos recursos da União vão para o Fundo Nacional da Saúde/SUS. No ano passado, isso representou R\$ 2,1



**SENADO FEDERAL****Gabinete do Senador Rogério Carvalho**

bilhões a mais no caixa do Sistema. Os 5% restantes vão para o Departamento Nacional de Trânsito que faz, por exemplo, campanhas educativas. A parte administrada pela Líder é destinada às seguradoras do consórcio (2%), às despesas de corretagem do seguro (7,5%) e ao pagamento das indenizações em casos de acidente (40,5%), seja por morte, invalidez ou reembolso com despesas médicas e hospitalares. Nos últimos dez anos, 4,5 milhões de pessoas foram indenizadas – inclusive ciclistas e pedestres, que não pagam o DPVAT.

Se o DPVAT for extinto, o SUS vai continuar arcando com as despesas causadas pelo atendimento aos acidentados, só que sem qualquer contrapartida. Ou seja, entre 1998 e 2017, os acidentes de trânsito redundaram em R\$ 5,3 bilhões gastos em procedimentos médicos no Sistema Único.

O Seguro DPVAT é um direito de todo e qualquer cidadão acidentado em território nacional, seja motorista, passageiro ou pedestre. Esse cenário devastador só não é pior porque a sociedade pode contar com a indenização do Seguro DPVAT, constituindo um instrumento de proteção social sem igual no mundo, tamanha a sua abrangência e importância no contexto brasileiro.

Por tudo isso, propomos a rejeição dos dispositivos relativos à extinção do DPVAT e suas destinações.

Sala das comissões, em

Senador ROGÉRIO CARVALHO**PT/SE**

**MPV 904
00016****SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador Rogério Carvalho

COMISSÃO ESPECIAL DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 904, DE 2019.

Dispõe sobre a extinção do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres - DPVAT e do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Embarcações ou por suas Cargas - DPEM, de que trata a alínea "I" do caput do art. 20 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966.

EMENDA N.º _____

O art. 6º da Medida Provisória nº 904, de 2019, passa a vigorar com a redação abaixo, renumerando-se o atual dispositivo e, por conexão de mérito, suprima-se os o inciso I, do art. 1º; os art. 2º, 3º e 4º; os incisos I, II, III e IV, do art. 6º, todos da Medida Provisória em tela.

Art. 6º. O art. 12 da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, passa a vigorar acrescido do §5º abaixo transcrito:

Art. 12.
.....

§5º. As guias de pagamento do seguro obrigatório de que trata esta Lei devem ser disponibilizadas conjuntamente com as guias de recolhimento do IPVA em um mesmo documento, físico ou eletrônico.

..... (NR).





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Rogério Carvalho

JUSTIFICAÇÃO

Os dispositivos da MPV 904 que pretendem suprimir dizem respeito à extinção do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres – DPVAT.

Sabe-se que a Lei nº 8.441, de 13 de julho de 1992, passou a estabelecer que a Lei nº 6.194, de 1974, no § 2º de seu art. 12, que o Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN) deveria expedir normas para o vencimento do seguro DPVAT coincidir com o do IPVA.

Mas, porque o DPVAT apresenta caráter de seguro (ainda que, quanto a isso, haja certa controvérsia, pois, para alguns juristas, sua natureza seria, em verdade, parafiscal), foi o CNSP que acabou cumprindo essa determinação legal, ao editar a Resolução nº 332, de 9 de dezembro de 2015 (que dispõe sobre os danos pessoais cobertos, indenizações, regulação dos sinistros, prêmio, condições tarifárias e administração dos recursos do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre, ou por sua Carga, a Pessoas Transportadas ou não – Seguro DPVAT), cujo art. 24 determina, categoricamente, que a data de vencimento para pagamento do prêmio do Seguro DPVAT em cota única coincida com a data do vencimento da cota única do IPVA.

Não obstante essa coincidência de datas de vencimento ser já hoje cogente, a emissão em separado das respectivas guias de pagamento tem, ao fim e ao cabo, induzido muitos proprietários de veículos automotores ao erro, fazendo com que se tornem inadimplentes com o DPVAT. Diante disso, propomos a emenda visando tornar obrigatória a emissão conjunta das referidas guias.

Vale registrar que escopo desta Emenda é oriundo do PLS nº



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador Rogério Carvalho

130, de 2018, de autoria do nobre senador Paulo Bauer, sendo que me coube a relatoria na CAE do Senado Federal. Diante da importância do tema, e pertinência temática, apresento a formulação do ilustre senador sob a forma de emenda.

Sala das comissões, em

Senador ROGÉRIO CARVALHO**PT/SE**

**MPV 904
00017****SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador Rogério Carvalho

COMISSÃO ESPECIAL DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 904, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019

Dispõe sobre a extinção do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres - DPVAT e do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Embarcações ou por suas Cargas - DPEM, de que trata a alínea “I” do caput do art. 20 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966.

EMENDA MODIFICATIVA

Acrescentem-se onde couber o seguinte dispositivos:

Art. 1º Os recursos do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres – DPVAT, destinados ao Fundo Nacional de Saúde, serão aplicados ao valor mínimo obrigatório previsto na Constituição Federal.

JUSTIFICAÇÃO

O escopo desta Emenda é garantir a manutenção do DPVAT e ao mesmo tempo garantir mais recursos para saúde pública, e o fortalecimento do SUS com todos os investimentos realizados no âmbito do próprio sistema. A EC nº 95, de 15 de dezembro de 2016, congelou o piso de aplicação em ações e serviços públicos de saúde - ASPS. Em 2017, o valor mínimo de aplicação era de 15% da Receita Corrente Líquida – RCL, conforme EC nº 86/2015. A partir de 2018, o valor mínimo de aplicação passou a ser o piso de 2017, mais o IPCA para o período de doze meses encerrado em junho do exercício anterior a que se refere a lei orçamentária.

Com a extinção do DPVAT, suprime-se importante fonte de recursos para o Sistema único de Saúde. Com isso, cresce-se o subfinanciamento crônico do Sistema Único de Saúde, intensificado desde a Emenda Constitucional nº 95. Desse modo, a lei decorrente da presente Medida Provisória não pode deixar de dispor sobre uma arrecadação a mais para o financiamento do SUS, ainda mais considerando os impactos dos acidentes de trânsito no sistema de saúde.

Por isso, é fundamental que a arrecadação advinda dos recursos do DPVAT para o custeio das despesas assistenciais médico-hospitalar não seja computada no piso de aplicação em ações e serviços públicos de saúde – ASPS, de modo a ampliar os valores aplicados no setor. O impacto deve ser de R\$ 2.000.000,00 (dois bilhões de reais) a mais no caixa do SUS.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Rogério Carvalho

Salas das Comissões, em 20 de novembro de 2019.

Senador ROGÉRIO CARVALHO
PT/SE





**MPV 904
00018**

CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADA FEDERAL ALICE PORTUGAL - PCdoB/BA

EMENDA À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 904/2019

Dispõe sobre a extinção do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres – DPVAT e do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Embarcações ou por suas Cargas – DPEM, de que trata a alínea “I” do caput do art. 20 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de dezembro de 1966.

EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se o Art. 1º da Medida Provisória 904 de 2019.

JUSTIFICAÇÃO

Trata-se de iniciativa que extingue o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres -DPVAT e Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Embarcações ou por sua Carga - DPEM.

Criado em 1974, o seguro obrigatório foi concebido para ser pago por todo proprietário de veículo com o objetivo de indenizar qualquer vítima de trânsito, inclusive pedestres. Em 2018, 65 milhões de veículos pagaram o seguro e a arrecadação foi da ordem de R\$ 4,7 bilhões.

A extinção dos seguros deixa sem proteção as vítimas de trânsito mais humildes, em momento dramático de suas vidas, quando se deparam com a morte, a mutilação, as sequelas graves provocadas pelos acidentes em seus familiares.

Segundo o Conselho Federal de Medicina, no Brasil, a cada 60 minutos, em média, pelo menos 5 pessoas morrem vítimas de acidente de trânsito.

A MP 904 é mais uma decisão estapafúrdia do Governo Bolsonaro. Como é





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADA FEDERAL ALICE PORTUGAL - PCdoB/BA

sabido, o seguro obrigatório possui cobertura universal. Não somente protege o condutor do veículo, independentemente de ter ou não pago o valor, como todo cidadão atingido. É uma modalidade única no mundo.

Cabe destacar que o DPVAT/DPEM destina ao SUS cerca de R\$ 2,1 bilhões de reais. Representa 45% da arrecadação. O restante dos recursos é destinado ao Denatran para campanhas de educação e gestão do sistema nacional, assim como para o consórcio, fiscalização, dentre outras finalidades.

Ao justificar a extinção do seguro, mais uma vez, autoridades do governo mentem à opinião pública. Uma medida que visa entregar o sistema ao grande mercado financeiro para a maximização de lucros, é apresentada como medida que visa beneficiar o povo. Diferente do que afirma o governo, não é verdade que a medida visa impedir as fraudes envolvendo o Consórcio Líder, grupo que reúne 73 seguradoras. Importante destacar que a extinção do seguro não é substituída por nenhuma medida que vise cumprir os objetivos alcançados pelo DPVAT. Ela obrigará o cidadão a contratar caríssimos seguros como os que hoje pagam a classe média ante valores inalcançáveis para os segmentos de baixa renda.

Especialistas apontam que o argumento de que o SUS e a assistência social oferecem atendimento gratuito e universal como auxílio acidente e cobertura de auxílio-doença, aposentadoria por invalidez, e o Benefício de Prestação Continuada (BPC/LOAS) é falso, já que todos eles exigem o cumprimento de carência com contribuição ao INSS num país em que 41% da mão de obra se encontra no mercado informal, sem cobertura previdenciária.

O SUS é responsável por prestar atendimento médico, enquanto o DPVAT garante indenização por dano corporal sofrido por um período de até 3 anos, seja por morte, com valor de R\$ 13.500; por invalidez permanente, com pagamento de até R\$ 13.500 a depender da gravidade da sequela, ou como reembolso de despesas médicas e suplementares, com valor que pode alcançar R\$ 2.700 reais a qualquer cidadão vitimado.

Pelo exposto, não cabe outra decisão ao Poder Legislativo senão de rejeitar a presente MP. Ela não serve ao País, pois prejudica gravemente o cidadão, notadamente os setores de baixa renda como os motociclistas que representam 70% dos beneficiados pela cobertura do DPVAT.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADA FEDERAL ALICE PORTUGAL - PCdoB/BA

Alice Portugal
Deputada Federal – PCdoB/BA





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**MPV 904
00019****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 904, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019**

Dispõe sobre a extinção do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres – DPVAT e do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Embarcações ou por suas Cargas – DPEM, de que trata a alínea “I” do caput do art. 20 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de dezembro de 1966.

EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se o inciso III do Art. 6º da Medida Provisória 904 de 2019.

Justificação

O inciso III do Art. 6º suprime a obrigatoriedade de repasse de 50% do valor total do prêmio recolhido e destinado ao Sistema Único de Saúde - SUS para custeio da assistência médico-hospitalar dos segurados vitimados em acidentes de trânsito.

Decisão governamental que retira recursos do SUS, quando o próprio governo alega falta de recursos orçamentários para o cumprimento do dever constitucional de oferecer saúde pública gratuita, integral e universal, é crime contra a cidadania.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

É sabido que ao lado do emprego, a luta pela saúde pública de qualidade é a principal demanda do povo brasileiro.

Sala das Comissões, em 20 de novembro de 2019

Deputado MÁRCIO JERRY
PCdoB-MA





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**MPV 904
00020****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 904, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019**

Dispõe sobre a extinção do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres – DPVAT e do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Embarcações ou por suas Cargas – DPEM, de que trata a alínea “T” do caput do art. 20 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de dezembro de 1966.

EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se o Art. 1º da Medida Provisória 904 de 2019.

JUSTIFICAÇÃO

Trata-se de iniciativa que extingue o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres -DPVAT e Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Embarcações ou por sua Carga - DPEM.

Criado em 1974, o seguro obrigatório foi concebido para ser pago por todo proprietário de veículo com o objetivo de indenizar qualquer vítima de trânsito, inclusive pedestres. Em 2018, 65 milhões de veículos pagaram o seguro e a arrecadação foi da ordem de R\$ 4,7 bilhões.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

A extinção dos seguros deixa sem proteção as vítimas de trânsito mais humildes, em momento dramático de suas vidas, quando se deparam com a morte, a mutilação, as sequelas graves provocadas pelos acidentes em seus familiares.

Segundo o Conselho Federal de Medicina, no Brasil, a cada 60 minutos, em média, pelo menos 5 pessoas morrem vítimas de acidente de trânsito.

A MP 904 é mais uma decisão estapafúrdia do Governo Bolsonaro. Como é sabido, o seguro obrigatório possui cobertura universal. Não somente protege o condutor do veículo, independentemente de ter ou não pago o valor, como todo cidadão atingido. É uma modalidade única no mundo.

Cabe destacar que o DPVAT/DPEM destina ao SUS cerca de R\$ 2,1 bilhões de reais. Representa 45% da arrecadação. O restante dos recursos é destinado ao Denatran para campanhas de educação e gestão do sistema nacional, assim como para o consórcio, fiscalização, dentre outras finalidades.

Ao justificar a extinção do seguro, mais uma vez, autoridades do governo mentem à opinião pública. Uma medida que visa entregar o sistema ao grande mercado financeiro para a maximização de lucros, é apresentada como medida que visa beneficiar o povo. Diferente do que afirma o governo, não é verdade que a medida visa impedir as fraudes envolvendo o Consórcio Líder, grupo que reúne 73 seguradoras. Importante destacar que a extinção do seguro não é substituída por nenhuma medida que vise cumprir os objetivos alcançados pelo DPVAT. Ela obrigará o cidadão a contratar caríssimos seguros como os que hoje pagam a classe média ante valores inalcançáveis para os segmentos de baixa renda.

Especialistas apontam que o argumento de que o SUS e a assistência social oferecem atendimento gratuito e universal como auxílio acidente e cobertura de auxílio-doença, aposentadoria por invalidez, e o Benefício de Prestação Continuada (BPC/LOAS) é falso, já que todos eles exigem o





CÂMARA DOS DEPUTADOS

cumprimento de carência com contribuição ao INSS num país em que 41% da mão de obra se encontra no mercado informal, sem cobertura previdenciária.

O SUS é responsável por prestar atendimento médico, enquanto o DPVAT garante indenização por dano corporal sofrido por um período de até 3 anos, seja por morte, com valor de R\$ 13.500; por invalidez permanente, com pagamento de até R\$ 13.500 a depender da gravidade da sequela, ou como reembolso de despesas médicas e suplementares, com valor que pode alcançar R\$ 2.700 reais a qualquer cidadão vitimado.

Pelo exposto, não cabe outra decisão ao Poder Legislativo senão de rejeitar a presente MP. Ela não serve ao País, pois prejudica gravemente o cidadão, notadamente os setores de baixa renda como os motociclistas que representam 70% dos beneficiados pela cobertura do DPVAT.

Sala das Comissões, em 20 de novembro de 2019

Deputado MÁRCIO JERRY
PCdoB-MA



**MPV 904
00021****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 904, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.**

Inclua-se, onde couber, os seguintes artigos, e modifique-se a redação do art. 7º da MPV 904/2019.

Art. Fica instituída a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide-Mobilidade Urbana) incidente anualmente sobre a propriedade de veículos automotores de vias terrestres.

Art. A Contribuição de que trata o art. será definida por Resolução do Conselho Nacional de Trânsito, em valores percentuais aplicados sobre o preço do bem, limitado a 0,2% (dois décimos percentuais) do bem.

Parágrafo único. As alíquotas a que se refere o caput deverão ser definidas de forma que a arrecadação não ultrapasse o valor arrecadado com o DPVAT em 2018, atualizado pela inflação do período.

Art. Será assegurada a seguinte destinação aos recursos de que trata o art.:

I – 50% (cinquenta por cento) para ações de mobilidade urbana e infraestrutura sustentável, valor que será destinado integralmente ao financiamento de projetos de estados, Distrito Federal e municípios, conforme critérios de distribuição a serem definidos em lei;

II – 45% (quarenta e cinco por cento) ao Fundo Nacional de Saúde, por meio de crédito direto, para custeio da assistência médico-hospitalar dos segurados vitimados em acidentes de trânsito, nos termos do parágrafo único do art. 27 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991;

III – 5% (cinco por cento) ao Departamento Nacional de Trânsito, por meio de crédito direto à conta única do Tesouro Nacional, para aplicação exclusiva em programas destinados à prevenção de acidentes de trânsito, nos termos do parágrafo único do art. 78 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997.

Art. Os recursos do Fundo Nacional de Saúde de que trata o art. serão aplicados em acréscimo ao mínimo obrigatório previsto na Constituição Federal.

Art 7º.

.....



II – ao art. , noventa dias após a data de sua publicação;

III - aos demais dispositivos, na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

A presente emenda propõe que o DPVAT seja transformado em Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – Cide-Mobilidade Urbana, incidente anualmente sobre a propriedade de veículos automotores de vias terrestres. Seu valor será definido por Resolução do Conselho Nacional de Trânsito, em valores percentuais aplicados sobre o preço do bem, limitado a 0,2% (dois décimos percentuais) do bem.

São conhecidos os efeitos econômicos e sociais dos problemas de mobilidade urbana nas grandes cidades, tanto em termos de geração de empregos, atração de investimentos e aumento da arrecadação, como de qualidade de vida de seus habitantes.

Os problemas de mobilidade urbana se relacionam ao processo de urbanização e crescimento desordenado das cidades, mas também do uso crescente do transporte motorizado individual pela população.

O aumento do transporte individual motorizado contribui decisivamente para a piora da mobilidade nas grandes cidades brasileiras, gerando ampliação dos acidentes de trânsito, congestionamentos e crescimento dos poluentes veiculares.

Portanto, é preciso que o setor público induza um maior equilíbrio entre o incentivo à produção e venda de veículos privados e o uso do transporte público. Para tal finalidade, a presente emenda transforma o DPVAT em uma Cide-Mobilidade Urbana, criando condições para ampliação dos investimentos no setor.

A proposta também assegura que 45% dos recursos da Cide-Mobilidade serão destinados ao Sistema Único de Saúde. Dispõe ainda que os recursos não serão contabilizados no mínimo obrigatório de saúde, o que deverá ampliar em cerca de R\$ 2 bilhões por ano os recursos para o SUS.

Por fim, propõe-se que 5% dos recursos serão destinados ao Departamento Nacional de Trânsito, por meio de crédito direto à conta única do Tesouro Nacional, para aplicação exclusiva em programas destinados à prevenção de acidentes de trânsito.

A proposta deve gerar cerca de R\$ 4,6 bilhões anuais, considerando os valores arrecadados em 2018 com o DPVAT.

Enfim, a proposta tem diversos méritos: a) cria Cide-Mobilidade Urbana para garantir que o transporte individual motorizado contribua com o financiamento da mobilidade urbana, com impactos econômicos e sociais relevantes nas cidades; b) não cria obrigações



adicionais aos contribuintes, já que, na prática, os valores pagos pelo DPVAT serão convertidos em Cide-Mobilidade Urbana, garantindo, ainda, progressividade, já que os valores pagos são proporcionais ao preço do bem, limitado ao percentual de 2%; c) embora a criação da Cide não tenha finalidade eminentemente arrecadatória, garante recursos adicionais para mobilidade urbana e para o SUS.

Adicionalmente, propõe-se a destinação desses recursos para projetos de infraestrutura sustentáveis que estimulem a atividade econômica, contribuindo para a geração de empregos a partir da construção de capacidades produtivas e tecnológicas que permitem reduzir a pressão sobre o desmatamento e as emissões de CO₂.

Diante do exposto, pede-se apoio aos nobres pares para o apoio à proposta.

Sala das Comissões,

Senador **JAQUES WAGNER**

PT – BA



**MPV 904
00022****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 904, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019**

Dispõe sobre a extinção do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres - DPVAT e do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Embarcações ou por suas Cargas - DPEM, de que trata a alínea “I” do caput do art. 20 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966.

EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se:

I – o inciso I do art. 1º

II – os art. 2º, 3º e 4º

III – os incisos I, II, III, IV e V do art. 6º

JUSTIFICAÇÃO

Os dispositivos da MPV 904 que pretendem suprimir dizem respeito à extinção do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres – DPVAT, e à destinação de parcelas do prêmio desse seguro para a Seguridade Social.

Os golpes no financiamento do SUS parecem não ter fim. Entre 2008 e 2018, o Sistema Único recebeu nada menos do que R\$ 33,4 bilhões arrecadados pelo DPVAT, seguro pago por proprietários de veículos que deixará de existir em 2020.

A distribuição da arrecadação é assim: 50% do total vai direto para o governo federal, sendo que 45% dos recursos da União vão para o Fundo Nacional da Saúde/SUS. No ano passado, isso representou R\$ 2,1 bilhões a mais no caixa do Sistema. Os 5% restantes vão para o Departamento Nacional de Trânsito que faz, por exemplo, campanhas educativas. A parte administrada pela Líder é destinada às seguradoras do consórcio (2%), às despesas de corretagem do seguro (7,5%) e



ao pagamento das indenizações em casos de acidente (40,5%), seja por morte, invalidez ou reembolso com despesas médicas e hospitalares. Nos últimos dez anos, 4,5 milhões de pessoas foram indenizadas – inclusive ciclistas e pedestres, que não pagam o DPVAT.

Se o DPVAT for extinto, o SUS vai continuar arcando com as despesas causadas pelo atendimento aos acidentados, só que sem qualquer contrapartida. Ou seja, entre 1998 e 2017, os acidentes de trânsito redundaram em R\$ 5,3 bilhões gastos em procedimentos médicos no Sistema Único.

O Seguro DPVAT é um direito de todo e qualquer cidadão acidentado em território nacional, seja motorista, passageiro ou pedestre. Esse cenário devastador só não é pior porque a sociedade pode contar com a indenização do Seguro DPVAT, constituindo um instrumento de proteção social sem igual no mundo, tamanha a sua abrangência e importância no contexto brasileiro.

Portudo isso, propomos a rejeição dos dispositivos relativos à extinção do DPVAT e suas destinações.

Salas das Comissões, em 20 de novembro de 2019.



**MPV 904
00023**

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 904, DE 2019

Dispõe sobre a extinção do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres - DPVAT e do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Embarcações ou por suas Cargas - DPEM, de que trata a alínea "I" do caput do art. 20 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966.

EMENDA SUPRESSIVA

Art. 1º. Suprimam-se os seguintes dispositivos da MP 904/2019:

I – arts. 1º, 2º, 3º e 4º; e

II – incisos I, II, III e IV do art. 6º.

JUSTIFICAÇÃO

Em 12 de novembro de 2019, o atual governo editou a Medida Provisória que pretende extinguir, já no próximo ano, o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre - DPVAT.

O motivo para a mudança, de acordo com o governo, seriam as fraudes detectadas. O governo ainda justifica que a medida não desampara cidadãos em caso de acidentes, porque o país oferece "atendimento gratuito e universal na rede pública, por meio do SUS" e cobertura do auxílio-doença, aposentadoria por invalidez, auxílio-acidente e pensão por morte para segurados do INSS, além do Benefício de Prestação Continuada (BPC).



Cabe destacar inicialmente que, ao contrário do que o governo afirmou, o DPVAT não é equivalente e nem substitui os auxílios e benefícios citados anteriormente. O DPVAT é um seguro acessado por todos em caso de acidente de trânsito, enquanto o seguro da Previdência Social só pode ser acessado pelo trabalhador que estiver contribuindo com o INSS. Já o BPC, que já foi alvo de tentativa de restrição de acesso pelo atual governo, é um benefício assistencial no valor de um salário mínimo pago a pessoas com deficiência e a idosos a partir de 65 anos, nos casos em que seja comprovada a renda mensal inferior a um quarto de salário mínimo por pessoa da família. Benefício este que o governo queria restringir as condições de acesso.

O DPVAT faz a cobertura em casos de morte, invalidez permanente ou despesas com assistências médica e suplementares por lesões de menor gravidade causadas por acidentes de trânsito em todo o país.

O seguro foi instituído por lei em 1974, seu pagamento é anual e obrigatório para todos os donos de veículos do país e realizado junto com o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA). Do valor total arrecadado, metade é destinado ao pagamento de indenizações, 5% para o Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) e o restante (45%) é repassado ao Sistema Único de Saúde (SUS) - justamente para custear o atendimento médico às vítimas de acidentes.

Desde 2008, os repasses do DPVAT à saúde pública brasileira somaram mais de R\$ 37 bilhões. Ou seja, com o fim do DPVAT, o SUS, já subfinanciado, irá perder cerca de R\$ 3 bilhões por ano.

Cabe ainda destacar que o Brasil está entre os dez países que apresentam os mais elevados números de óbitos por acidentes de trânsito, responsáveis também por sequelas físicas e psicológicas, principalmente entre a população jovem e em idade produtiva. A cada ano, o trânsito no país mata cerca de 35 mil pessoas e leva aos hospitais 160 mil acidentados, sobrecarregando o SUS, que teve o seu subfinanciamento crônico agravado pela Emenda Constitucional 95/2017.

Verifica-se, portanto que, mais uma vez, a população de baixa renda será a mais prejudicada com a medida. Não é possível que se proponha a extinção de seguro com importantíssimo viés social, de forma irresponsável e inoportuna, alegando-se a



existência de fraudes. Para isso, há outras medidas como o fortalecimento do sistema de controle.

Assim, apresentamos a presente emenda no sentido de impedir que mais um ataque ao Sistema Único de Saúde e à população mais vulnerável do país seja efetivado, como pretende a MP 904/2019.

Sala das Comissões, 20 de novembro de 2019.

Deputado JORGE SOLLA



**MPV 904
00024****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 904, DE 2019.**

Dispõe sobre a extinção do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres - DPVAT e do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Embarcações ou por suas Cargas - DPEM, de que trata a alínea "I" do caput do art. 20 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966.

EMENDA MODIFICATIVA Nº _____

Acrescentem-se onde couber o seguinte dispositivos:

Art. 1º Os recursos do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres – DPVAT, destinados ao Fundo Nacional de Saúde, serão aplicados ao valor mínimo obrigatório previsto na Constituição Federal.

JUSTIFICAÇÃO

O escopo desta Emenda é garantir a manutenção do DPVAT e ao mesmo tempo garantir mais recursos para saúde pública, e o fortalecimento do SUS com todos os investimentos realizados no âmbito do próprio sistema. A EC nº 95, de 15 de dezembro de 2016, congelou o piso de aplicação em ações e serviços públicos de saúde - ASPS. Em 2017, o valor mínimo de aplicação era de 15% da Receita Corrente Líquida – RCL, conforme EC nº 86/2015. A partir de 2018, o valor mínimo de aplicação passou a ser o piso de 2017, mais o IPCA para o período de doze meses encerrado em junho do exercício anterior a que se refere a lei orçamentária.

Com a extinção do DPVAT, suprime-se importante fonte de recursos para o Sistema Único de Saúde. Com isso, acresce-se o subfinanciamento crônico do Sistema Único de Saúde, intensificado desde a Emenda Constitucional nº 95. Desse modo, a lei decorrente da presente Medida Provisória não pode deixar de dispor sobre uma arrecadação a mais para o financiamento do SUS, ainda mais considerando os impactos dos acidentes de trânsito no sistema de saúde.

Por isso, é fundamental que a arrecadação advinda dos recursos do DPVAT para o custeio das despesas assistenciais médico-hospitalar não seja computada no piso de aplicação em ações e serviços públicos de saúde – ASPS, de modo a ampliar os valores aplicados no setor. O impacto deve ser de R\$ 2.000.000,00 (dois bilhões de reais) a mais na caixa do SUS.

Salas da Comissão, em 20 de novembro de 2019.

**Deputado JORGE SOLLA
PT/BA**



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**Liderança do Partido Socialismo e Liberdade
Assessoria Técnica**MPV 904
00025****Medida Provisória nº 904, de 11 de novembro de 2019**

Dispõe sobre a extinção do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres – DPVAT e do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Embarcações ou por suas Cargas – DPEM, de que trata a alínea “I” do caput do art. 20 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966.

EMENDA SUPRESSIVA N.º _____

Suprima-se os artigos 1º, 2º, 3º, 4º e 6º.

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória nº 904, de 11 de novembro de 2019, acaba com o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres – DPVAT, este é o seguro obrigatório que indeniza vítimas de acidentes de trânsito. Extingue também o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Embarcações ou por suas Cargas – DEPEM.

O artigo 1º da Medida Provisória extingue o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não (DPVAT) bem como o Seguro de Danos Pessoais causados por embarcações, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não (DPEM). Ao extinguir o DPVAT, por consequência já eliminaria também os repasses relacionados ao Sistema Único de Saúde (SUS) e ao Departamento Nacional de Trânsito (Denatran). Para ficar ainda mais claro o ataque ao SUS, o artigo 6º da MP traz a revogação do parágrafo único do artigo 27 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que trata das receitas da Seguridade Social:

“Art. 27. Constituem outras receitas da Seguridade Social:

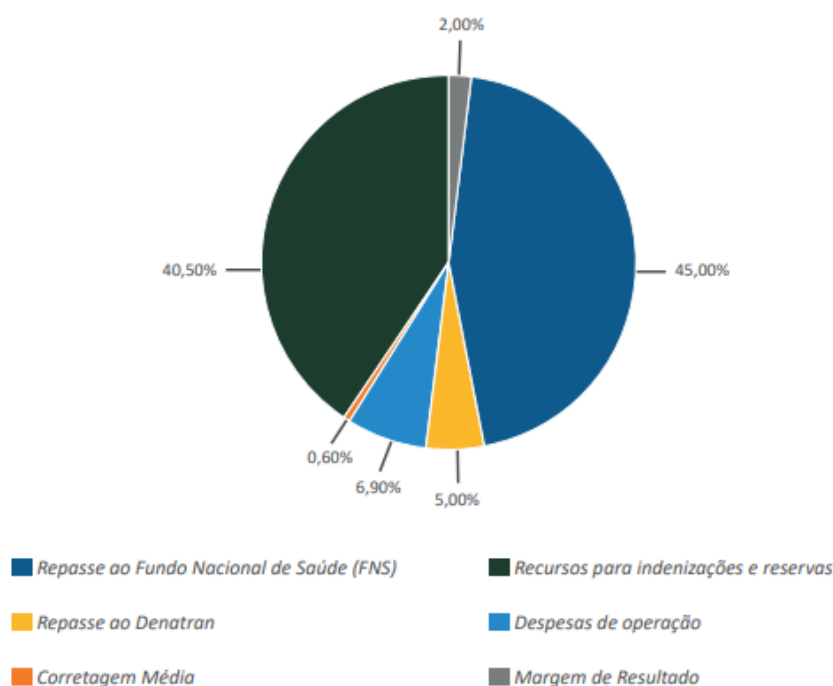


**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Liderança do Partido Socialismo e Liberdade
Assessoria Técnica

Parágrafo único. As companhias seguradoras que mantêm o seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres, de que trata a Lei nº 6.194, de dezembro de 1974, deverão repassar à Seguridade Social 50% (cinquenta por cento) do valor total do prêmio recolhido e destinado ao Sistema Único de Saúde-SUS, para custeio da assistência médico-hospitalar dos segurados vitimados em acidentes de trânsito.”

Somente a extinção do DPVAT retira cerca de R\$ 2 bilhões por ano do SUS. A estimativa pode ser encontrada nos balanços financeiros de fim de ano apresentados ao mercado que apontam que do total arrecadado pela Seguradora Líder (que atualmente gere os recursos) 45% são destinados ao SUS, para custeio da assistência médico-hospitalar às vítimas de acidentes de trânsito. Em 2018 foram arrecadados 4,7 bilhões de reais, sendo a parcela destinada ao SUS de 2,1 bilhões de reais.



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Liderança do Partido Socialismo e Liberdade
Assessoria Técnica

Segundo nota do Ministério da Economia¹, a justificativa para o fim do financiamento do SUS é apontada no parágrafo 5º: *“Saliente-se que, quando da criação do Seguro DPVAT, nenhuma das políticas sociais descritas nos parágrafos anteriores (acesso à saúde universal e aposentadoria por invalidez, não contributiva) estavam vigentes. Dessa forma, as coberturas de despesas médicas e de invalidez do Seguro DPVAT se sobrepõem a essas políticas”*.

No entanto, quando analisada a Lei nº 6.194², de 19 de dezembro de 1974, sem as alterações/ modificações feitas ao longo das décadas seguintes, o texto traz o valor de *“até 8 (oito) vezes o valor do maior salário mínimo vigente no País – como reembolso à vítima – no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas”*. Ou seja, a justificativa do governo totalmente a-histórica não se sustenta uma vez que mesmo que não tivéssemos alcançado através das lutas sociais a política de universalização da saúde, ainda assim havia assistência do Estado à população atingida.

O sucateamento do SUS é claramente uma política deliberada por parte deste governo, passamos do problema histórico de subfinanciamento para o desfinanciamento do SUS, e a MP 904 aprofunda o problema.

A indenização pelo Seguro DPVAT é uma conquista e um direito de cada brasileiro e de estrangeiros acidentados no trânsito em território nacional. Hoje, os recursos são assegurados por lei e obtidos por meio da cobrança anual aos proprietários de veículos automotores, uma única vez, junto à cota única ou primeira parcela do IPVA, ou no licenciamento, para os veículos isentos do imposto. Porém o artigo 6º da MP revoga a alínea “I” do artigo 20 do Decreto-Lei nº 73 de 1966 que diz que:

“Art 20. Sem prejuízo do disposto em leis especiais, são obrigatórios os seguros de:

I) danos pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres e por embarcações, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não”

¹ <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=8037390&ts=1574099683682&disposition=inline>

² http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6194.htm



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Liderança do Partido Socialismo e Liberdade
Assessoria Técnica

Revoga também a Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, que dispõe sobre Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não. Ao revogar esta lei é a confirmação da falta de compromisso do Estado com a população.

Por fim, revoga também catorze artigos da Lei nº 8.374, de 30 de dezembro de 1991, que dispõe sobre o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por embarcações ou por sua carga.

Tal qual colocado no ponto anterior “SUS”, ao extinguir o DPVAT, extingue-se também os repasses ao Departamento Nacional de Trânsito (Denatran). Com isso não fica explícito quem será responsável por fornecer os papéis usados para emitir o documento de mais de 65 milhões de veículos licenciados por ano no país a partir de primeiro de janeiro de 2020.

A justificativa do Ministério da Economia de que a criação do Seguro DPVAT foi anterior às políticas sociais no Brasil é descabida. Não é possível precisar o impacto orçamentário-financeiro da Proposta. Além do mais a nota do Ministério da Economia alega ainda que o DPVAT não é necessário uma vez que as pessoas que venham a sofrer acidentes de trânsito podem ser atendidas pelo SUS, as famílias que perderem seus entes estão segurados pelo INSS com cobertura de pensão por morte e também que há cobertura por invalidez via BPC. É no mínimo curioso que o Ministério aponte como solução serviços públicos que sofreram ataques diversos ao longo do atual governo.

Finalmente, o parágrafo 2 da nota do Ministério alega que o DPVAT não é necessário uma vez que tem “caráter social” e que deveria oferecer serviços tal qual a lógica do setor privado.

Por isso, acreditamos que a proposta não poderia avançar na Câmara dos Deputados sem que antes se faça um debate aprofundado sobre os impactos sociais e econômicos sobre o tema.

Por todos os motivos elencados, solicitamos apoio do relator e dos nobres pares para aprovação desta emenda.



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Liderança do Partido Socialismo e Liberdade
Assessoria Técnica

Sala das Comissões, em novembro de 2019.

Deputado Edmilson Rodrigues

PSOL/PA



**MPV 904
00026**

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 904, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

Dispõe sobre a extinção do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres – DPVAT e do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Embarcações ou por suas Cargas – DPEM, de que trata a alínea “I” do caput do art. 20 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de dezembro de 1966.

EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se o inciso III do Art. 6º da Medida Provisória 904 de 2019.

Justificação

O inciso III do Art. 6º suprime a obrigatoriedade de repasse de 50% do valor total do prêmio recolhido e destinado ao Sistema Único de Saúde - SUS para custeio da assistência médico-hospitalar dos segurados vitimados em acidentes de trânsito.

Decisão governamental que retira recursos do SUS, quando o próprio governo alega falta de recursos orçamentários para o cumprimento do dever constitucional de oferecer saúde pública gratuita, integral e universal, é crime contra a cidadania.



É sabido que ao lado do emprego, a luta pela saúde pública de qualidade é a principal demanda do povo brasileiro.

Sala das Comissões, 19 de novembro de 2019.

Deputado DANIEL ALMEIDA
PCdoB/BA



**MPV 904
00027**

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 904, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

Dispõe sobre a extinção do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres – DPVAT e do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Embarcações ou por suas Cargas – DPEM, de que trata a alínea “I” do caput do art. 20 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de dezembro de 1966.

EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se o Art. 1º da Medida Provisória 904 de 2019.

JUSTIFICAÇÃO

Trata-se de iniciativa que extingue o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres -DPVAT e Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Embarcações ou por sua Carga - DPEM.

Criado em 1974, o seguro obrigatório foi concebido para ser pago por todo proprietário de veículo com o objetivo de indenizar qualquer vítima de trânsito, inclusive pedestres. Em 2018, 65 milhões de veículos pagaram o seguro e a arrecadação foi da ordem de R\$ 4,7 bilhões.



A extinção dos seguros deixa sem proteção as vítimas de trânsito mais humildes em momento dramático de suas vidas, quando se deparam com a morte, a mutilação, as sequelas graves provocadas pelos acidentes em seus familiares.

Segundo o Conselho Federal de Medicina, no Brasil, a cada 60 minutos, em média, pelo menos 5 pessoas morrem vítimas de acidente de trânsito.

A MP 904 é mais uma decisão estapafúrdia do Governo Bolsonaro. Como é sabido, o seguro obrigatório possui cobertura universal. Não somente protege o condutor do veículo, independentemente de ter ou não pago o valor, como todo cidadão atingido. É uma modalidade única no mundo.

Cabe destacar que o DPVAT/DPEM destina ao SUS cerca de R\$ 2,1 bilhões de reais. Representa 45% da arrecadação. O restante dos recursos é destinado ao Denatran para campanhas de educação e gestão do sistema nacional, assim como para o consórcio, fiscalização, dentre outras finalidades.

Ao justificar a extinção do seguro, mais uma vez, autoridades do governo mentem à opinião pública. Uma medida que visa entregar o sistema ao grande mercado financeiro para a maximização de lucros, é apresentada como medida que visa beneficiar o povo. Diferente do que afirma o governo, não é verdade que a medida visa impedir as fraudes envolvendo o Consórcio Líder, grupo que reúne 73 seguradoras. Importante destacar que a extinção do seguro não é substituída por nenhuma medida que vise cumprir os objetivos alcançados pelo DPVAT. Ela obrigará o cidadão a contratar caríssimos seguros como os que hoje pagam a classe média ante valores inalcançáveis para os segmentos de baixa renda.

Especialistas apontam que o argumento de que o SUS e a assistência social oferecem atendimento gratuito e universal como auxílio acidente e cobertura de auxílio-doença, aposentadoria por invalidez, e o Benefício de Prestação Continuada (BPC/LOAS) é falso, já que todos eles exigem o cumprimento de carência com contribuição ao INSS num país em que 41% da mão de obra se encontra no mercado informal, sem cobertura previdenciária.

O SUS é responsável por prestar atendimento médico, enquanto o DPVAT garante indenização por dano corporal sofrido por um período de até 3



anos, seja por morte, com valor de R\$ 13.500; por invalidez permanente, com pagamento de até R\$ 13.500 a depender da gravidade da sequela, ou como reembolso de despesas médicas e suplementares, com valor que pode alcançar R\$ 2.700 reais a qualquer cidadão vitimado.

Pelo exposto, não cabe outra decisão ao Poder Legislativo senão de rejeitar a presente MP. Ela não serve ao País, pois prejudica gravemente o cidadão, notadamente os setores de baixa renda como os motociclistas que representam 70% dos beneficiados pela cobertura do DPVAT.

Sala das Comissões, 19 de novembro de 2019.

Deputado DANIEL ALMEIDA
PCdoB/BA



**MPV 904
00028**

ETIQUETA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 904/2019****Autor
José Guimarães****Partido
PT****1. Supressiva****2. Substitutiva****3. Modificativa****4. X Aditiva****TEXTO / JUSTIFICAÇÃO**

Adicione-se o seguinte artigo à MP 904/2019, onde couber:

“Art. X As indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares referentes aos danos pessoais ocorridos após a extinção do DPVAT, de que trata esta lei, serão assumidas pela União e correspondem aos seguintes valores, por pessoa vitimada:

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

O seguro DPVAT foi criado pela Lei 6.194, em 1974, para amparar as vítimas de acidentes com veículos automotores em vias terrestres, em todo o território nacional, não importando de quem seja a culpa. Por suas características de cobertura, é um seguro eminentemente social.

Independentemente da apuração de culpa, todos os cidadãos têm direito ao DPVAT, em qualquer parte do Brasil, sejam eles motoristas, passageiros ou pedestres, vítimas de acidente de trânsito provocado por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga. São três os tipos de coberturas que garante: morte, invalidez permanente e reembolso de despesas médico-hospitalares, devidamente comprovadas.

A receita do seguro DPVAT ajuda, também, a financiar iniciativas sociais. O valor do prêmio arrecadado é repassado da seguinte forma: 45% são repassados ao Ministério da Saúde (SUS), para custeio do atendimento médico-hospitalar às vítimas de acidentes de trânsito em todo país; 5% são repassados ao Departamento Nacional de Trânsito – DENATRAN, para aplicação exclusiva em programas destinados à prevenção de acidentes de trânsito e os demais 50% para o pagamento das indenizações e constituição de reservas.

Somos terminantemente contrários à extinção desse importante instrumento de proteção às vítimas do trânsito, todavia, caso se opte pela sua extinção, as indenizações devem



ser assumidas pela União, a fim de se evitar o desamparo dos acidentados e de seus parentes.

José Guimarães (PT/CE)



**MPV 904
00029**

ETIQUETA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 904/2019****Autor
José Guimarães****Partido
PT****1. X Supressiva****2. Substitutiva****3. Modificativa****4. Aditiva****TEXTO / JUSTIFICAÇÃO**

Suprimam-se os seguintes dispositivos da MP 904/2019:

- art. 1º, I;
- arts. 2º, 3º, 4º;
- art. 6º, I, II, III e V.

JUSTIFICAÇÃO

O seguro DPVAT foi criado pela Lei 6.194, em 1974, para amparar as vítimas de acidentes com veículos automotores em vias terrestres, em todo o território nacional, não importando de quem seja a culpa. Por suas características de cobertura, é um seguro eminentemente social.

Independentemente da apuração de culpa, todos os cidadãos têm direito ao DPVAT, em qualquer parte do Brasil, sejam eles motoristas, passageiros ou pedestres, vítimas de acidente de trânsito provocado por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga. São três os tipos de coberturas que garante: morte, invalidez permanente e reembolso de despesas médico-hospitalares, devidamente comprovadas.

A receita do seguro DPVAT ajuda, também, a financiar iniciativas sociais. O valor do prêmio arrecadado é repassado da seguinte forma: 45% são repassados ao Ministério da Saúde (SUS), para custeio do atendimento médico-hospitalar às vítimas de acidentes de trânsito em todo país; 5% são repassados ao Departamento Nacional de Trânsito – DENATRAN, para aplicação exclusiva em programas destinados à prevenção de acidentes de trânsito e os demais 50% para o pagamento das indenizações e constituição de reservas.

Somos terminantemente contrários à extinção desse importante instrumento de proteção às vítimas do trânsito e, por isso, apresentamos a presente emenda.

José Guimarães (PT/CE)

**MPV 904
00030**

ETIQUETA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 904/2019****Autor
José Guimarães****Partido
PT****1. Supressiva****2. Substitutiva****3. Modificativa****4. X Aditiva****TEXTO / JUSTIFICAÇÃO**

Adicione-se o seguinte artigo à MP 904/2019, onde couber:

“Art. X A extinção DPVAT de que trata esta lei fica condicionada à realização de estudo prévio, a ser apreciado pelo Tribunal de Contas da União, que demonstre a inviabilidade técnica de sua manutenção e as fontes de receitas compensatórias ao Sistema Único de Saúde.” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

O seguro DPVAT foi criado pela Lei 6.194, em 1974, para amparar as vítimas de acidentes com veículos automotores em vias terrestres, em todo o território nacional, não importando de quem seja a culpa. Por suas características de cobertura, é um seguro eminentemente social.

Independentemente da apuração de culpa, todos os cidadãos têm direito ao DPVAT, em qualquer parte do Brasil, sejam eles motoristas, passageiros ou pedestres, vítimas de acidente de trânsito provocado por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga. São três os tipos de coberturas que garante: morte, invalidez permanente e reembolso de despesas médico-hospitalares, devidamente comprovadas.

A receita do seguro DPVAT ajuda, também, a financiar iniciativas sociais. O valor do prêmio arrecadado é repassado da seguinte forma: 45% são repassados ao Ministério da Saúde (SUS), para custeio do atendimento médico-hospitalar às vítimas de acidentes de trânsito em todo país; 5% são repassados ao Departamento Nacional de Trânsito – DENATRAN, para aplicação exclusiva em programas destinados à prevenção de acidentes de trânsito e os demais 50% para o pagamento das indenizações e constituição de reservas.

Somos terminantemente contrários à extinção desse importante instrumento de proteção às vítimas do trânsito, todavia, caso se opte pela sua extinção, ela deve ser precedida de estudo técnico que demonstre sua necessidade e as fontes compensatórias de receitas ao SUS.

José Guimarães (PT/CE)

MPV 904
00031

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 904, DE 2019

Dispõe sobre a extinção do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres - DPVAT e do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Embarcações ou por suas Cargas - DPEM, de que trata a alínea "I" do caput do art. 20 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966.

EMENDA SUPRESSIVA Nº , DE 2019

Art. 1º. Suprimam-se os seguintes dispositivos da MP 904/2019:

I – inciso I do art. 1º;

II – arts. 2º, 3º e 4º; e

III – incisos I, II, III e IV do art. 6º

JUSTIFICAÇÃO

Em 12 de novembro de 2019, o atual governo editou a Medida Provisória que pretende extinguir, já no próximo ano, o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre - DPVAT.

O motivo para a mudança, de acordo com o governo, seriam as fraudes detectadas. O governo ainda justifica que a medida não desampara cidadãos em caso de acidentes, porque o país oferece "atendimento gratuito e universal na rede pública, por meio do SUS" e cobertura do auxílio-doença, aposentadoria por invalidez, auxílio-acidente e pensão por morte para segurados do INSS, além do Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Cabe destacar inicialmente que, ao contrário do que o governo afirmou, o DPVAT não é equivalente e nem substitui os auxílios e benefícios citados



anteriormente. O DPVAT é um seguro acessado por todos em caso de acidente de trânsito, enquanto o seguro da Previdência Social só pode ser acessado pelo trabalhador que estiver contribuindo com o INSS. Já o BPC, que já foi alvo de tentativa de restrição de acesso pelo atual governo, é um benefício assistencial no valor de um salário mínimo pago a pessoas com deficiência e a idosos a partir de 65 anos, nos casos em que seja comprovada a renda mensal inferior a um quarto de salário mínimo por pessoa da família. Benefício este que o governo queria restringir as condições de acesso

O DPVAT faz a cobertura em casos de morte, invalidez permanente ou despesas com assistências médica e suplementares por lesões de menor gravidade causadas por acidentes de trânsito em todo o país.

O seguro foi instituído por lei em 1974, seu pagamento é anual e obrigatório para todos os donos de veículos do país e realizado junto com o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA). Do valor total arrecadado, metade é destinado ao pagamento de indenizações, 5% para o Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) e o restante (45%) é repassado ao Sistema Único de Saúde (SUS) - justamente para custear o atendimento médico às vítimas de acidentes.

Desde 2008, os repasses do DPVAT à saúde pública brasileira somaram mais de R\$ 37 bilhões. Ou seja, com o fim do DPVAT, o SUS, já subfinanciado, irá perder cerca de R\$ 3 bilhões por ano.

Cabe ainda destacar que o Brasil está entre os dez países que apresentam os mais elevados números de óbitos por acidentes de trânsito, responsáveis também por sequelas físicas e psicológicas, principalmente entre a população jovem e em idade produtiva. A cada ano, o trânsito no país mata cerca de 35 mil pessoas e leva aos hospitais 160 mil acidentados, sobrecarregando o SUS, que teve o seu subfinanciamento crônico agravado pela Emenda Constitucional 95/2017.

Verifica-se, portanto que, mais uma vez, a população de baixa renda será a mais prejudicada com a medida. Não é possível que se proponha a extinção de seguro com importantíssimo viés social, de forma irresponsável e inoportuna, alegando-se a existência de fraudes. Para isso, há outras medidas como o fortalecimento do sistema de controle.



Assim, apresentamos a presente emenda no sentido de impedir que mais um ataque ao Sistema Único de Saúde e à população mais vulnerável do país seja efetivado, como pretende a MP 904/2019.

Sala das Comissões, em, 20 de novembro de 2019.

ALEXANDRE PADILHA
DEPUTADO FEDERAL-PT/SP



**MPV 904
00032****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 904, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.**

Dispõe sobre a extinção do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres - DPVAT e do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Embarcações ou por suas Cargas - DPEM, de que trata a alínea “I” do caput do art. 20 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966.

EMENDA ADITIVA Nº ,DE 2019

Cria Fundo de Resgate da Saúde para recompor o orçamento da saúde que será atingido com a extinção do DPVAT, conforme estabelecido na Medida Provisória 904, de 2019.

Art. 1º. Inclua-se na MP 904 os seguintes artigos:

“Art. XXX. A Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art.42.....
.....

§ 3º Metade do valor do bônus de assinatura será destinada pelo contratado diretamente ao fundo de que trata o art. 55. (NR)”

“Art. 46. A receita advinda da comercialização referida no art. 45 terá a seguinte destinação:

I – 75% (setenta e cinco por cento) ao Fundo Social, de que tratam os arts. 47 a 60;

II – 25% para fundo de investimento de que trata o art. 55 desta lei. (NR)”



“Art. 55. A União participará, como cotista única, de fundo de investimento específico, denominado Fundo de Resgate da Saúde.

§ 1º. O fundo de investimento de que trata o caput:

I – será constituído por instituição financeira federal, observadas as normas a que se refere o inciso XXII do art. 4º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964;

II – será composto:

- a) pelos recursos de que trata o § 3º do art. 42 e o inciso II do art. 46;
- b) pelos recursos provenientes dos valores ressarcidos ao SUS pelas operadoras dos produtos de que tratam o inciso I e o § 1º do art. 1º da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, de acordo com o disposto no art. 32 da referida Lei;
- c) pelos resultados de aplicações financeiras sobre suas disponibilidades;
- d) por doações efetuadas por pessoas físicas ou jurídicas.
- e) pelos recursos provenientes da aplicação de multa e o perdimento de bens, direitos ou valores decorrentes da responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, com fundamento na lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

§ 2º Os valores de que trata a alínea a do inciso II do § 1º são equiparados à participação prevista no § 1º do art. 20 da Constituição Federal para efeito dos



limites a que se refere o art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT.

§ 3º Os valores de que trata a alínea *b* e *c* do inciso II do § 1º são equiparados às transferências previstas no art. 159 da Constituição Federal para efeito dos limites a que se refere o art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT. (NR)”

“Art. 56.....
.....

§ 1º Os recursos do fundo de investimento serão aplicados integralmente em ações e serviços públicos de saúde, nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, e serão direcionados para o fortalecimento da atenção básica e implementação do processo de regionalização das ações e dos serviços de saúde.

§ 2º Os recursos do fundo de investimento serão transferidos exclusivamente aos Fundos de Saúde dos Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos dos parágrafos 2º e 4º do art. 12, da Lei nº 141, de 13 de janeiro de 2012.

§ 3º Os critérios de distribuição dos recursos do fundo de investimento para os entes da federação serão definidos em ato do comitê de gestão de que trata o § 6º deste artigo, observado o disposto no caput do art. 17 da Lei nº 141, de 13 de janeiro de 2012.

§ 4º Dentre os recursos destinados pelo fundo de investimento aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, até 50% (cinquenta por cento) poderão ser contabilizados para fins de cumprimento dos



arts. 6º a 11 da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012.

§ 5º Os entes da federação poderão destinar até 20% (vinte por cento) dos recursos recebidos do fundo de investimento para pagamento de despesas com pessoal na área de saúde.

§ 6º A política de investimentos será definida pelo comitê de gestão do fundo de investimento.

§ 7º O comitê de que trata o § 6º:

I – terá sua composição, vinculação e funcionamento estabelecidos em ato do Poder Executivo, assegurada representação paritária entre membros do Conselho Nacional de Saúde e do poder público, representado este por autoridades federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal;

II – definirá o montante total de recursos a serem transferidos mensalmente aos entes da federação;

III – remeterá ao Congresso Nacional, ao Tribunal de Contas da União e ao Conselho Nacional de Saúde, com periodicidade anual, relatórios do desempenho do fundo;

§ 8º Aos membros do comitê de que trata o § 6º não cabe qualquer tipo de remuneração pelo desempenho de suas funções.

§ 9º As despesas relativas à operacionalização do comitê de que trata o § 6º serão custeadas pelo próprio fundo e limitadas a 0,1% (um décimo por cento) de suas receitas.

§ 10. A integridade do comitê de que trata o § 6º será assegurada mediante a implementação de instrumentos e processos baseados em boas



práticas de governança e de gerenciamento de risco, definidos em ato do Poder Executivo.

§ 11. O fundo de investimento responderá por suas obrigações com os bens e direitos integrantes de seu patrimônio.

§ 12. A dissolução do fundo de investimento dar-se-á na forma de seu estatuto, e seus recursos serão destinados ao FS.

§ 13. O fundo de investimento deverá elaborar os demonstrativos contábeis de acordo com a legislação em vigor e conforme o estabelecido no seu estatuto. (NR)”

“Art. 65-A. O fundo de investimento de que trata o art. 55 será constituído no prazo de trinta dias, contado da data de publicação desta Lei.”

Art. XXX. O art. 24 da Lei nº 12.846, de 1 de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 24. A multa e o perdimento de bens, direitos ou valores aplicados com fundamento nesta Lei serão destinados exclusivamente para a educação pública, com prioridade para a educação básica, e para a saúde.

§ 1º A União aplicará os recursos previstos neste artigo no montante de 50% (cinquenta por cento) na área de educação e de 50% (cinquenta por cento) na área de saúde.

§ 2º Os recursos destinados para as áreas de educação e saúde na forma do caput serão aplicados em acréscimo ao mínimo obrigatório previsto na Constituição da República.”



JUSTIFICAÇÃO

Com a extinção do DPVAT, suprime-se importante fonte de recursos para o Sistema único de Saúde. Com isso, acresce-se o subfinanciamento crônico do Sistema Único de Saúde, intensificado desde a Emenda Constitucional nº 95. Desse modo, a lei decorrente da presente Medida Provisória não pode deixar de dispor sobre uma nova fonte de financiamento para o SUS, ainda mais considerando os impactos dos acidentes de trânsito no sistema de saúde.

Com efeito, desde sua criação, na Constituição Federal de 1988, o SUS não dispõe de bases sólidas de financiamento para um sistema que tem entre suas diretrizes a universalidade e a integralidade. Não por acaso, a despesa pública de saúde representa menos da metade das despesas totais no setor, ainda que cerca de 70% da população utilizem exclusivamente o SUS. Em países com sistema universal, os gastos públicos superam 80% do total aplicado em saúde, caso, por exemplo, da Inglaterra.

Outro indicador revela o subfinanciamento do SUS. Em média, é investido R\$ 3,50 para cada brasileiro por dia para financiar o SUS (considerando despesas de todos os entes), o equivalente a pouco mais de R\$ 100 mensais, valor ínfimo para um sistema universal que garante a vacina ao transplante. Não haveria plano de saúde com esta cobertura pelo valor referido.

Com a EC 29/2000, os estados e municípios passaram a aplicar, no mínimo, respectivamente, 12% e 15% de sua receita de impostos. Com isso, seus gastos de saúde passaram de R\$ 23 bilhões para R\$ 151 bilhões entre 2002 e 2017 (crescimento nominal superior a 500%, bem acima da inflação). Atualmente, é comum que municípios cheguem a aplicar o dobro do mínimo constitucional. A razão principal é a queda proporcional das despesas federais de saúde. Se a União representava 52% das despesas públicas de saúde em 2002, este percentual já foi de 43% em 2017. Queda de quase 10 pontos, portanto.

Conforme relatado, a União gasta proporcionalmente cada vez menos recursos em saúde, o que impacta estados e municípios, sobretudo diante da crise fiscal pela qual eles passam. O quadro pode se agravar diante da EC 95/2016, que afetou o SUS de duas maneiras:



de um lado, o teto de despesas (global, para cada Poder e órgão autônomo) impede o crescimento real das despesas primárias, mesmo que a receita cresça.

Tomando a LOA 2019, percebe-se que a despesa está programada praticamente no teto de gasto. Para que haja acréscimo real de recursos de saúde, portanto, é necessário que outras áreas reduzam suas dotações, o que é improvável tendo em vista que a maior parte dos setores (especialmente despesas discricionárias) já perde orçamento com a EC 95. Não é por outra razão que na LOA as ações e serviços públicos de saúde registram crescimento de apenas 2,5% em relação aos valores empenhados em 2018, o que implica decréscimo em termos reais (IPCA de 3,75% em 2018). Além disso, comparadas as dotações inicialmente aprovadas na LOA 2018 e a posição final, percebe-se que a saúde perdeu quase R\$ 1 bilhão de orçamento. Isto é, diante do teto de gastos, a saúde está perdendo dotação para outras áreas por meios de remanejamentos. A título de exemplo, programas como Mais Médicos e Farmácia Popular perderam orçamento para financiar subvenção econômica ao diesel, que manteve as taxas de lucro de acionistas da Petrobras (inclusive os acionistas da bolsa de Nova Iorque) e importadores privados.

De outro lado, a EC 95 congelou o mínimo obrigatório de aplicação federal em saúde em 15% da Receita Corrente Líquida – RCL de 2017. A partir de 2018, o piso equivale ao valor mínimo de 2017, mais a inflação de doze meses. Em 2019, as dotações de ações e serviços públicos de saúde (contabilizadas no piso) são de R\$ 120,4 bilhões. Caso não vigorasse a EC 95, o piso seria de R\$ 127 bilhões. Portanto, a Emenda já produz em 2019 uma perda de R\$ 6,6 bilhões para a saúde, dado o congelamento do piso.

Estimativas mostram que, caso o governo federal aplique apenas o piso de saúde da EC 95, em 2036 a despesa federal no setor deverá ser equivalente a 10% da RCL, queda de 5 pontos percentuais em relação a 2017. Com isso, o percentual federal nas despesas públicas de saúde poderá recuar a pouco mais de 30%. Nesse cenário, deve-se esperar o agravamento da crise de financiamento, com repercussões sobre os serviços de saúde e os indicadores do setor. Vale lembrar que, já em 2016, foi registrada piora da taxa de mortalidade infantil após quinze anos de queda.



Além disso, há inúmeros fatores estruturais pressionando o financiamento da saúde. Entre eles, a inflação mais elevada no setor, a transição demográfica, nutricional e epidemiológica, a incorporação tecnológica e a judicialização. Combinados, estes aspectos demandam ampliação real do financiamento público, na contramão do que prevê a EC 95.

Em função do quadro descrito, o presente projeto visa a destinar recursos a fundo que financiará exclusivamente ações e serviços públicos de saúde. O fundo será gerido paritariamente pelo poder público (União, estados e municípios) e representantes da sociedade civil. Os recursos serão integralmente descentralizados a Distrito Federal, Estados e Municípios. Como se trata de fundo de natureza privada, a ser constituído por instituição financeira oficial, suas dotações não devem ser contabilizadas no teto de gastos. Ademais, a proposta prevê que, para efeito dos limites de que trata a EC 95, os recursos se equiparam àqueles não contabilizados no teto de gastos.

Dessa maneira, o fundo consiste, na prática, em alternativa para ampliar o financiamento da saúde na vigência do teto de gastos. Suas fontes de receita são: receitas advindas do ressarcimento das operadoras de plano de saúde ao SUS, metade do bônus de assinatura das licitações do pré-sal e vinte e cinco por cento da receita oriunda da parcela da União com o óleo lucro resultante da exploração da camada do pré-sal e de recursos provenientes da aplicação de multa e o perdimento de bens, direitos ou valores aplicados com fundamento na Lei nº 12.846, de 1 de agosto de 2013. Vale lembrar que, diante da EC 95, a ampliação dessas fontes de receita não implica expansão dos gastos primários, pois a despesa está congelada em termos globais. Dessa forma, tais fontes são esterilizadas pelo teto de gastos, impedindo que a população se beneficie, por exemplo, da exploração do pré-sal.

Estima-se que, caso vigorasse em 2019, o PL já poderia gerar mais de R\$ 7 bilhões adicionais para a saúde, sem considerar o leilão dos excedentes da cessão onerosa, que poderia garantir mais R\$ 50 bilhões para os entes. Os valores crescem consideravelmente ao longo dos anos, em razão da receita de comercialização oriunda do óleo lucro do pré-sal. Considerando 100 bilhões de barris no pré-sal com valor unitário de US\$ 65, custo de produção de US\$ 22, royalties de 15% e 50% do excedente em óleo



para a União, chega-se a uma estimativa de US\$ 415 bilhões de dólares ao longo de algumas décadas para repassar aos entes federados, recurso vinculado a ações e serviços públicos de saúde (25% da receita da parcela da União no excedente em óleo para saúde).

Dessa maneira, o PL pode mitigar os efeitos do subfinanciamento do SUS, intensificado pela EC 95 e agravados pela presente Medida Provisória, garantindo receitas para que os entes federados apliquem mais recursos no setor. Receitas que – vale enfatizar – não serviriam para ampliar o financiamento do SUS, tendo em vista o teto de gastos.

Mesmo com o subfinanciamento crônico, o SUS obteve resultados expressivos desde a Constituição de 1988, associados à melhora dos indicadores de saúde e da cobertura das ações. No entanto, muitos desafios persistem, o que requer aperfeiçoamento de gestão, mas também condições mais adequadas de financiamento do setor. Este PL não altera estruturalmente as regras fiscais vigentes e que afetam a saúde da população, particularmente o teto de gastos (que só se pode modificar por Emenda à Constituição), no entanto, caso aprovado, será capaz de canalizar receitas para que os entes federados possam aplicá-las em saúde, conforme as demandas da população.

Diante do exposto, peço apoio aos pares para aprovação da presente emenda à Medida Provisória.

Sala das Sessões, em, de 2019.

ALEXANDRE PADILHA
Deputado Federal PT/SP



**MPV 904
00033****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 904, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.**

Dispõe sobre a extinção do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres - DPVAT e do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Embarcações ou por suas Cargas - DPEM, de que trata a alínea "I" do caput do art. 20 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966.

Inclua-se, onde couber, os seguintes artigos, e modifique-se a redação do art. 7º da MPV 904/2019.

Art. Fica instituída a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide-Mobilidade Urbana) incidente anualmente sobre a propriedade de veículos automotores de vias terrestres.

Art. A Contribuição de que trata o art. será definida por Resolução do Conselho Nacional de Trânsito, em valores percentuais aplicados sobre o preço do bem, limitado a 0,2% (dois décimos percentuais) do bem.

Parágrafo único. As alíquotas a que se refere o caput deverão ser definidas de forma que a arrecadação não ultrapasse o valor arrecadado com o DPVAT em 2018, atualizado pela inflação do período.

Art. Será assegurada a seguinte destinação aos recursos de que trata o art. :

I – 50% (cinquenta por cento) para ações de mobilidade urbana, valor que será destinado integralmente ao financiamento de projetos de estados, Distrito Federal e municípios, conforme critérios de distribuição a serem definidos em lei;

II – 45% (quarenta e cinco por cento) ao Fundo Nacional de Saúde, por meio de crédito direto, para custeio da assistência médico-hospitalar dos segurados vitimados em acidentes de trânsito, nos termos do parágrafo único do art. 27 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991;

III – 5% (cinco por cento) ao Departamento Nacional de Trânsito, por meio de crédito direto à conta única do Tesouro Nacional, para aplicação exclusiva em programas destinados à prevenção de acidentes de trânsito, nos termos do parágrafo único do art. 78 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997.

Art. Os recursos do Fundo Nacional de Saúde de que trata o art. serão aplicados em acréscimo ao mínimo obrigatório previsto na Constituição Federal.



Art 7º.

.....

II – ao art. , noventa dias após a data de sua publicação;

III - aos demais dispositivos, na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

A presente emenda propõe que o DPVAT seja transformado em Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – Cide-Mobilidade Urbana, incidente anualmente sobre a propriedade de veículos automotores de vias terrestres. Seu valor será definido por Resolução do Conselho Nacional de Trânsito, em valores percentuais aplicados sobre o preço do bem, limitado a 0,2% (dois décimos percentuais) do bem.

São conhecidos os efeitos econômicos e sociais dos problemas de mobilidade urbana nas grandes cidades, tanto em termos de geração de empregos, atração de investimentos e aumento da arrecadação, como de qualidade de vida de seus habitantes.

Os problemas de mobilidade urbana se relacionam ao processo de urbanização e crescimento desordenado das cidades, mas também do uso crescente do transporte motorizado individual pela população.

O aumento do transporte individual motorizado contribui decisivamente para a piora da mobilidade nas grandes cidades brasileiras, gerando ampliação dos acidentes de trânsito, congestionamentos e crescimento dos poluentes veiculares.

Portanto, é preciso que o setor público induza um maior equilíbrio entre o incentivo à produção e venda de veículos privados e o uso do transporte público. Para tal finalidade, a presente emenda transforma o DPVAT em uma Cide-Mobilidade Urbana, criando condições para ampliação dos investimentos no setor.

A proposta também assegura que 45% dos recursos da Cide-Mobilidade serão destinados ao Sistema Único de Saúde. Dispõe ainda que os recursos não serão contabilizados no mínimo obrigatório de saúde, o que deverá ampliar em cerca de R\$ 2 bilhões por ano os recursos para o SUS.

Por fim, propõe-se que 5% dos recursos serão destinados ao Departamento Nacional de Trânsito, por meio de crédito direto à conta única do Tesouro Nacional, para aplicação exclusiva em programas destinados à prevenção de acidentes de trânsito.

A proposta deve gerar cerca de R\$ 4,6 bilhões anuais, considerando os valores arrecadados em 2018 com o DPVAT.



Enfim, a proposta tem diversos méritos: a) cria Cide-Mobilidade Urbana para garantir que o transporte individual motorizado contribua com o financiamento da mobilidade urbana, com impactos econômicos e sociais relevantes nas cidades; b) não cria obrigações adicionais aos contribuintes, já que, na prática, os valores pagos pelo DPVAT serão convertidos em Cide-Mobilidade Urbana, garantindo, ainda, progressividade, já que os valores pagos são proporcionais ao preço do bem, limitado ao percentual de 2%; c) embora a criação da Cide não tenha finalidade eminentemente arrecadatória, garante recursos adicionais para mobilidade urbana e para o SUS.

Diante do exposto, pede-se apoio aos nobres pares para o apoio à proposta.

Sala das Comissões, em, 20 de novembro de 2019.

ALEXANDRE PADILHA
DEPUTADO FEDERAL – PT/SP



**MPV 904
00034****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 904, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.**

Dispõe sobre a extinção do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres - DPVAT e do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Embarcações ou por suas Cargas - DPEM, de que trata a alínea "I" do caput do art. 20 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966.

Inclua-se, onde couber, os seguintes artigos.

Art. 1º Fica instituída a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide-Mobilidade Urbana) incidente anualmente sobre a propriedade de veículos automotores de vias terrestres.

Art. 2º A Contribuição de que trata o art. 1º será definida por Resolução do Conselho Nacional de Trânsito, em valores percentuais aplicados sobre o preço do bem, limitado a 0,2% (dois décimos percentuais) do bem.

Parágrafo único. As alíquotas a que se refere o caput deverão ser definidas de forma que a arrecadação não ultrapasse o valor arrecadado com o DPVAT em 2018, atualizado pela inflação do período.

Art. 3º Será assegurada a seguinte destinação aos recursos de que trata o art. 1º:

I – 50% (cinquenta por cento) para ações de mobilidade urbana, valor que será destinado integralmente ao financiamento de projetos de Estados, Distrito Federal e Municípios, conforme critérios de distribuição a serem definidos em lei;

II – 45% (quarenta e cinco por cento) ao Fundo de Resgate da Saúde (FRS) de que trata o art. 4º desta Emenda, por meio de crédito direto, para custeio da assistência médico-hospitalar dos segurados vitimados em acidentes de trânsito, nos termos do parágrafo único do art. 27 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991;

III – 5% (cinco por cento) ao Departamento Nacional de Trânsito, por meio de crédito direto à conta única do Tesouro Nacional, para aplicação exclusiva em programas destinados à prevenção de acidentes de trânsito, nos termos do parágrafo único do art. 78 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997.

Art. 4º. A União participará, como cotista única, de fundo de investimento específico, denominado Fundo de Resgate da Saúde (FRS) composto pelos recursos previstos no inciso II do art. 3º desta Emenda e será constituído por instituição financeira federal, observadas as normas a que se refere o inciso XXII do art. 4º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964;

§ 1º Os recursos do Fundo de Resgate da Saúde (FRS) serão aplicados integralmente em ações e serviços públicos de saúde, nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, e serão direcionados para o fortalecimento da atenção básica e implementação do processo de regionalização das ações e dos serviços de saúde.



§ 2º Os recursos do Fundo de Resgate da Saúde (FRS) serão transferidos exclusivamente aos Fundos de Saúde dos Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos dos parágrafos 2º e 4º do art. 12, da Lei nº 141, de 13 de janeiro de 2012.

§ 3º Os critérios de distribuição dos recursos do Fundo de Resgate da Saúde (FRS) para os entes da federação serão definidos em ato do comitê de gestão de que trata o § 6º deste artigo, observado o disposto no caput do art. 17 da Lei nº 141, de 13 de janeiro de 2012.

§ 4º Os entes da federação poderão destinar até 20% (vinte por cento) dos recursos recebidos do Fundo de Resgate da Saúde (FRS) para pagamento de despesas com pessoal na área de saúde.

§ 5º A política de investimentos será definida pelo comitê de gestão do Fundo de Resgate da Saúde (FRS).

§ 6º O comitê de que trata o § 6º:

I – terá sua composição, vinculação e funcionamento estabelecidos em ato do Poder Executivo, assegurada representação paritária entre membros do Conselho Nacional de Saúde e do poder público, representado este por autoridades federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal;

II – definirá o montante total de recursos a serem transferidos mensalmente aos entes da federação;

III – remeterá ao Congresso Nacional, ao Tribunal de Contas da União e ao Conselho Nacional de Saúde, com periodicidade anual, relatórios do desempenho do fundo;

§ 7º Aos membros do comitê de que trata o § 6º não cabe qualquer tipo de remuneração pelo desempenho de suas funções.

§ 8º As despesas relativas à operacionalização do comitê de que trata o § 6º serão custeadas pelo próprio fundo e limitadas a 0,1% (um décimo por cento) de suas receitas.

§ 9º. A integridade do comitê de que trata o § 6º será assegurada mediante a implementação de instrumentos e processos baseados em boas práticas de governança e de gerenciamento de risco, definidos em ato do Poder Executivo.

§ 10. O Fundo de Resgate da Saúde (FRS) responderá por suas obrigações com os bens e direitos integrantes de seu patrimônio.

§ 11. A dissolução do Fundo de Resgate da Saúde (FRS) dar-se-á na forma de seu estatuto, e seus recursos serão destinados ao FS.

§ 12. O Fundo de Resgate da Saúde (FRS) deverá elaborar os demonstrativos contábeis de acordo com a legislação em vigor e conforme o estabelecido no seu estatuto. (NR)

§ 13. O Fundo de Resgate da Saúde (FRS) de que trata o art. 55 será constituído no prazo de trinta dias, contado da data de publicação desta Lei.

§ 14. Os recursos do Fundo de Resgate da Saúde (FRS) serão aplicados em acréscimo ao mínimo obrigatório previsto na Constituição Federal.



JUSTIFICATIVA

A presente emenda propõe que o DPVAT seja transformado em Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – Cide-Mobilidade Urbana, incidente anualmente sobre a propriedade de veículos automotores de vias terrestres. Seu valor será definido por Resolução do Conselho Nacional de Trânsito, em valores percentuais aplicados sobre o preço do bem, limitado a 0,2% (dois décimos percentuais) do bem.

São conhecidos os efeitos econômicos e sociais dos problemas de mobilidade urbana nas grandes cidades, tanto em termos de geração de empregos, atração de investimentos e aumento da arrecadação, como de qualidade de vida de seus habitantes.

Os problemas de mobilidade urbana se relacionam ao processo de urbanização e crescimento desordenado das cidades, mas também do uso crescente do transporte motorizado individual pela população.

O aumento do transporte individual motorizado contribui decisivamente para a piora da mobilidade nas grandes cidades brasileiras, gerando ampliação dos acidentes de trânsito, congestionamentos e crescimento dos poluentes veiculares.

Portanto, é preciso que o setor público induza um maior equilíbrio entre o incentivo à produção e venda de veículos privados e o uso do transporte público. Para tal finalidade, a presente emenda transforma o DPVAT em uma Cide-Mobilidade Urbana, criando condições para ampliação dos investimentos no setor.

A proposta também assegura que 45% dos recursos da Cide-Mobilidade serão destinados ao Sistema Único de Saúde. Dispõe ainda que os recursos não serão contabilizados no mínimo obrigatório de saúde, o que deverá ampliar em cerca de R\$ 2 bilhões por ano os recursos para o SUS.

Por fim, propõe-se que 5% dos recursos serão destinados ao Departamento Nacional de Trânsito, por meio de crédito direto à conta única do Tesouro Nacional, para aplicação exclusiva em programas destinados à prevenção de acidentes de trânsito.

A proposta deve gerar cerca de R\$ 4,6 bilhões anuais, considerando os valores arrecadados em 2018 com o DPVAT.

Enfim, a proposta tem diversos méritos: a) cria Cide-Mobilidade Urbana para garantir que o transporte individual motorizado contribua com o financiamento da mobilidade urbana, com impactos econômicos e sociais relevantes nas cidades; b) não cria obrigações adicionais aos contribuintes, já que, na prática, os valores pagos pelo DPVAT serão convertidos em Cide-Mobilidade Urbana, garantindo, ainda, progressividade, já que os valores pagos são proporcionais ao preço do bem, limitado ao percentual de 2%; c) embora a criação da Cide não tenha finalidade eminentemente arrecadatória, garante recursos adicionais para mobilidade urbana e para o SUS.

Em função do quadro descrito, o presente projeto visa a destinar recursos a fundo que financiará exclusivamente ações e serviços públicos de saúde. O fundo será gerido paritariamente pelo poder público (União, estados e municípios) e representantes do Conselho Nacional de Saúde. Os recursos serão integralmente descentralizados a Distrito Federal,



Estados e Municípios. Como se trata de fundo de natureza privada, a ser constituído por instituição financeira oficial, suas dotações não devem ser contabilizadas no teto de gastos. Ademais, a proposta prevê que, para efeito dos limites de que trata a EC 95, os recursos se equiparam àqueles não contabilizados no teto de gastos.

Dessa maneira, o fundo consiste, na prática, em alternativa para ampliar o financiamento da saúde na vigência do teto de gastos.

Diante do exposto, pede-se apoio aos nobres pares para o apoio à proposta.

Sala das Comissões, em, 20 de novembro de 2019.

ALEXANDRE PADILHA
DEPUTADO FEDERAL – PT/SP



**MPV 904
00035**

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 904, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019

Dispõe sobre a extinção do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres - DPVAT e do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Embarcações ou por suas Cargas - DPEM, de que trata a alínea “I” do caput do art. 20 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966.

EMENDA MODIFICATIVA Nº , DE 2019

Acrescentem-se onde couber o seguinte dispositivos:

Art. 1º Os recursos do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres – DPVAT, destinados ao Fundo Nacional de Saúde, serão aplicados em acréscimo ao valor mínimo obrigatório previsto na Constituição Federal.

JUSTIFICAÇÃO

O escopo desta Emenda é garantir a manutenção do DPVAT e ao mesmo tempo garantir mais recursos para saúde pública, e o fortalecimento do SUS com todos os investimentos realizados no âmbito do próprio sistema. A EC nº 95, de 15 de dezembro de 2016, congelou o piso de aplicação em ações e serviços públicos de saúde - ASPS. Em 2017, o valor mínimo de aplicação era de 15% da Receita Corrente Líquida – RCL, conforme EC nº 86/2015. A partir de 2018, o valor mínimo de aplicação passou a ser o piso de 2017, mais o IPCA para o período de doze meses encerrado em junho do exercício anterior a que se refere a lei orçamentária.

Com a extinção do DPVAT, suprime-se importante fonte de recursos para o Sistema único de Saúde. Com isso, acresce-se o subfinanciamento crônico do Sistema Único de Saúde, intensificado desde a Emenda Constitucional nº 95. Desse modo, a lei decorrente da presente Medida Provisória não pode deixar de dispor sobre uma arrecadação a mais para o financiamento do SUS, ainda mais considerando os impactos dos acidentes de trânsito no sistema de saúde.



Por isso, é fundamental que a arrecadação advinda dos recursos do DPVAT para o custeio das despesas assistenciais médico-hospitalar não seja computada no piso de aplicação em ações e serviços públicos de saúde – ASPS, de modo a ampliar os valores aplicados no setor. O impacto deve ser de R\$ 2.000.000,00 (dois bilhões de reais) a mais no caixa do SUS.

Sala das Comissões, em 20 de novembro de 2019.

ALEXANDRE PADILHA
DEPUTADO FEDERAL-PT/SP





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada Christiane de Souza Yared - PL/PR

MPV 904
00036

DATA 20.11.2019	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 904, DE 2019		
TIPO 1 <input checked="" type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> AGLUTINATIVA 3 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 4 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA 5 <input type="checkbox"/> ADITIVA			
AUTOR DEPUTADA CHRISTIANE DE SOUZA YARED	PARTIDO PL	UF PR	PÁGINA 01/02

EMENDA (SUPRESSIVA)

Suprima-se da Medida Provisória nº 904, de 11 de novembro de 2019, o seguinte artigo:

~~“Art. 6º Ficam revogados:~~

~~I — a alínea “I” do caput do art. 20 do Decreto Lei nº 73, de 1966;~~

~~II — a Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974;~~

~~III — o parágrafo único do art. 27 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991;~~

~~IV — os art. 2º ao art. 16 da Lei nº 8.374, de 30 de dezembro de 1991; e~~

~~V — o parágrafo único do art. 78 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 —~~

~~Código~~

~~Brasileiro de Trânsito.”~~





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada **Christiane de Souza Yared - PL/PR**

JUSTIFICAÇÃO

O objetivo dessa emenda é assegurar a manutenção do seguro obrigatório, uma vez que, o mesmo proporciona uma assistência social às vítimas de trânsito.

Ademais, o DPVAT compõe parcela significativa do orçamento da seguridade social, pois somente em 2018, foram destinados 45% dos R\$ 4.4 bi (quatro bilhões e quatrocentos milhões de reais). Sendo que desses 45%, são destinados à saúde 25% e 20% à previdência social.

Não há sentido na extinção do seguro obrigatório sem uma composição correspondente desses recursos, uma vez que, a sociedade acaba sendo atingida diretamente no atendimento médico-hospitalar e em sua reabilitação.

Diante do exposto, solicito aos nobres pares o necessário apoio para a aprovação e aperfeiçoamento da presente medida provisória.

Sala das Comissões, 20 de Novembro de 2019.

CHRISTIANE YARED
PL-PR

HUGO LEAL
PSD-RJ





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada Christiane de Souza Yared - PL/PR

MPV 904
00037

DATA 20.11.2019	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 904, DE 2019
--------------------	-----------------------------------

TIPO			
1 [] SUPRESSIVA	2 [] AGLUTINATIVA	3 [] SUBSTITUTIVA	4 [] MODIFICATIVA
5 [x] ADITIVA			

AUTOR	PARTIDO	UF	PÁGINA
DEPUTADA CHRISTIANE DE SOUZA YARED	PL	PR	01/03

EMENDA (ADITIVA)

Inclua-se na Medida Provisória nº 904, de 11 de novembro de 2019, renumerando-se os demais:

“Art. 1º. O art. 3º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

I – R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) - no caso de morte;

II – até R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) - no caso de invalidez permanente; e

III – até R\$ 5.200 (cinco mil e duzentos reais) - como reembolso à vítima - no caso





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada Christiane de Souza Yared - PL/PR

de despesas de assistência médica e
suplementares devidamente
comprovadas.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua
publicação.”

JUSTIFICAÇÃO

O objetivo de nossa emenda é atualizar os valores pagos pelo “seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não”, conhecido pela sigla de DPVAT.

A última atualização dos valores das indenizações ocorreu em 2007, por alteração da Lei nº 6.194, de 1974, pela Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007. Na ocasião, foram estabelecidos os valores de R\$ 13.500,00, para as coberturas de morte e invalidez permanente, e de R\$ 2.700,00, para cobertura de despesas de assistência médica e suplementares.

Os valores acima substituíram as coberturas estipuladas pela Lei nº 6.194/1974, que tinham como indexador o salário mínimo. A mudança visou, ademais, a adequar a legislação à Constituição de 1988, que, em seu art. 7º, inc. IV, veda a vinculação do salário mínimo para qualquer fim.

Ocorre que o poder aquisitivo dos valores estipulados pela Lei nº 11.482, de 2007, já se encontra bastante reduzido, por força da desvalorização da moeda ocorrida desde aquela data. Se tomarmos a variação do IPCA como índice, teremos uma variação de 63,29% entre maio de 2007 e agosto de 2015, o que implica corrigir os valores para R\$ 22.044,00 e R\$ 4.408,00 respectivamente.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada Christiane de Souza Yared - PL/PR

Na prática, os valores de cobertura vigentes já não conseguem cumprir seu objetivo de assegurar minimamente a sobrevivência temporária de uma família cujo provedor tenha morrido ou se tornado inválido, nem, por outro lado, custear os cuidados médicos e hospitalares necessários à recuperação das vítimas dos sinistros.

Por conta disso, achamos por bem propor os valores de R\$ 25.000,00 e R\$ 5.200,00, tendo em conta o trâmite deste projeto e a projeção desses valores para o futuro.

Diante do exposto, solicito aos nobres pares o necessário apoio para a aprovação e aperfeiçoamento da presente medida provisória.

Sala das Comissões, 20 de Novembro de 2019.

CHRISTIANE YARED
PL-PR

HUGO LEAL
PSD-RJ



**MPV 904
00038****SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador Rogério Carvalho

COMISSÃO ESPECIAL DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 904, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019

Dispõe sobre a extinção do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres - DPVAT e do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Embarcações ou por suas Cargas - DPEM, de que trata a alínea “I” do caput do art. 20 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966.

EMENDA MODIFICATIVA

Acrescentem-se onde couber o seguinte dispositivos:

Art. 1º Os recursos do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres – DPVAT, destinados ao Fundo Nacional de Saúde, serão aplicados em acréscimo ao valor mínimo obrigatório previsto na Constituição Federal.

JUSTIFICAÇÃO

O escopo desta Emenda é garantir a manutenção do DPVAT e ao mesmo tempo garantir mais recursos para saúde pública, e o fortalecimento do SUS com todos os investimentos realizados no âmbito do próprio sistema. A EC nº 95, de 15 de dezembro de 2016, congelou o piso de aplicação em ações e serviços públicos de saúde - ASPS. Em 2017, o valor mínimo de aplicação era de 15% da Receita Corrente Líquida – RCL, conforme EC nº 86/2015. A partir de 2018, o valor mínimo de aplicação passou a ser o piso de 2017, mais o IPCA para o período de doze meses encerrado em junho do exercício anterior a que se refere a lei orçamentária.

Com a extinção do DPVAT, suprime-se importante fonte de recursos para o Sistema único de Saúde. Com isso, acresce-se o subfinanciamento crônico do Sistema Único de Saúde, intensificado desde a Emenda Constitucional nº 95. Desse modo, a lei decorrente da presente Medida Provisória não pode deixar de dispor sobre uma arrecadação a mais para o financiamento do SUS, ainda mais considerando os impactos dos acidentes de trânsito no sistema de saúde.

Por isso, é fundamental que a arrecadação advinda dos recursos do DPVAT para o custeio das despesas assistenciais médico-hospitalar não seja computada no piso de aplicação em ações e serviços públicos de saúde – ASPS, de modo a ampliar os valores aplicados no setor. O impacto deve ser de R\$ 2.000.000,00 (dois bilhões de reais) a mais no caixa do SUS.



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador Rogério Carvalho

Salas das Comissões, em 20 de novembro de 2019.

Senador ROGÉRIO CARVALHO

PT/SE





CONGRESSO NACIONAL

**MPV 904
00039****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 904, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019**

Dispõe sobre a extinção do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres - DPVAT e do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Embarcações ou por suas Cargas - DPEM, de que trata a alínea “I” do caput do art. 20 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966.

EMENDA SUPRESSIVA

Suprimam-se:

I – o inciso I do art. 1º

II – os art. 2º, 3º e 4º

III – os incisos I, II, III e

IV do art. 6º

JUSTIFICAÇÃO

Os dispositivos da MPV 904 que ora se pretende suprimir dizem respeito à extinção do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres – DPVAT, e à destinação de parcelas do prêmio desse seguro para a Seguridade Social.

Os golpes no financiamento do SUS parecem não ter fim. Entre 2008 e 2018, o Sistema Único recebeu nada menos do que R\$ 33,4 bilhões arrecadados pelo DPVAT, seguro pago por proprietários de veículos que deixará de existir em 2020.

A distribuição da arrecadação é assim: 50% do total vai direto para o governo federal, sendo que 45% dos recursos da União vão para o Fundo Nacional da Saúde/SUS. No ano passado, isso representou R\$ 2,1 bilhões a mais na caixa do Sistema. Os 5% restantes vão para o Departamento Nacional de Trânsito que faz, por exemplo, campanhas educativas. A parte administrada pela



**CONGRESSO NACIONAL**

Líder é destinada às seguradoras do consórcio (2%), às despesas de corretagem do seguro (7,5%) e ao pagamento das indenizações em casos de acidente (40,5%), seja por morte, invalidez ou reembolso com despesas médicas e hospitalares. Nos últimos dez anos, 4,5 milhões de pessoas foram indenizadas – inclusive ciclistas e pedestres, que não pagam o DPVAT.

Se o DPVAT for extinto, o SUS vai continuar arcando com as despesas causadas pelo atendimento aos acidentados, só que sem qualquer contrapartida. Ou seja, entre 1998 e 2017, os acidentes de trânsito redundaram em R\$ 5,3 bilhões gastos em procedimentos médicos no Sistema Único.

O Seguro DPVAT é um direito de todo e qualquer cidadão acidentado em território nacional, seja motorista, passageiro ou pedestre. Esse cenário devastador só não é pior porque a sociedade pode contar com a indenização do Seguro DPVAT, constituindo um instrumento de proteção social sem igual no mundo, tamanha a sua abrangência e importância no contexto brasileiro.

Por tudo isso, propomos a supressão dos dispositivos relativos à extinção do DPVAT e suas destinações.

Sala das Comissões, em ____ de _____ de 2019.

Deputada **ERIKA KOKAY – PT/DF**



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Liderança do Partido Socialismo e Liberdade
Assessoria Técnica

**MPV 904
00040**

Medida Provisória nº 904, de 11 de novembro de 2019

Dispõe sobre a extinção do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres – DPVAT e do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Embarcações ou por suas Cargas – DPEM, de que trata a alínea “I” do caput do art. 20 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966.

EMENDA SUPRESSIVA N.º _____

Suprima-se os artigos 1º, 2º, 3º, 4º e 6º.

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória nº 904, de 11 de novembro de 2019, acaba com o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres – DPVAT, este é o seguro obrigatório que indeniza vítimas de acidentes de trânsito. Extingue também o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Embarcações ou por suas Cargas – DEPEM.

O artigo 1º da Medida Provisória extingue o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não (DPVAT) bem como o Seguro de Danos Pessoais causados por embarcações, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não (DPEM). Ao extinguir o DPVAT, por consequência já eliminaria também os repasses relacionados ao Sistema Único de Saúde (SUS) e ao Departamento Nacional de Trânsito (Denatran). Para ficar ainda mais claro o ataque ao SUS, o artigo 6º da MP traz a revogação do parágrafo único do artigo 27 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que trata das receitas da Seguridade Social:





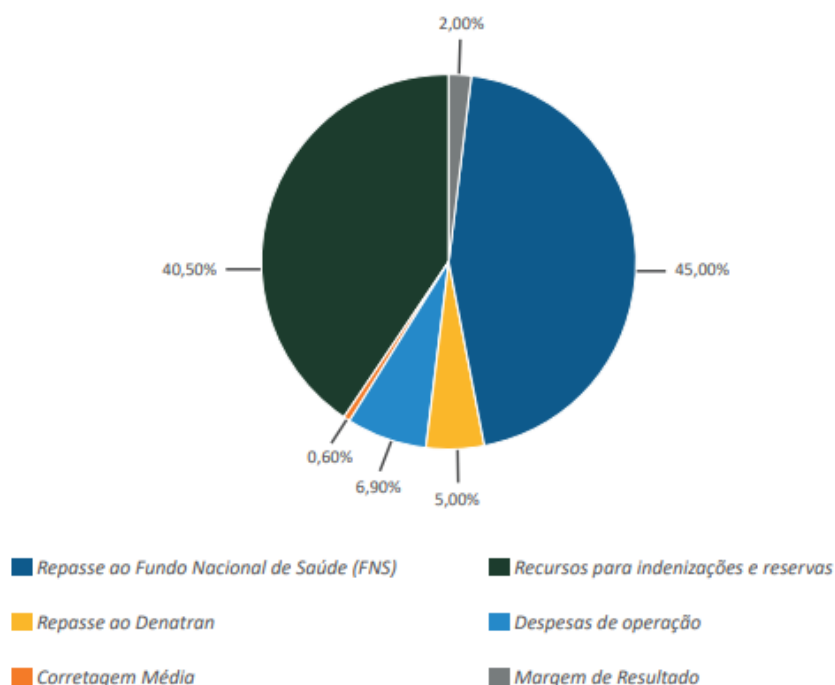
CÂMARA DOS DEPUTADOS

Liderança do Partido Socialismo e Liberdade
Assessoria Técnica

“Art. 27. Constituem outras receitas da Seguridade Social:

Parágrafo único. As companhias seguradoras que mantêm o seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres, de que trata a Lei nº 6.194, de dezembro de 1974, deverão repassar à Seguridade Social 50% (cinquenta por cento) do valor total do prêmio recolhido e destinado ao Sistema Único de Saúde-SUS, para custeio da assistência médico-hospitalar dos segurados vitimados em acidentes de trânsito.”

Somente a extinção do DPVAT retira cerca de R\$ 2 bilhões por ano do SUS. A estimativa pode ser encontrada nos balanços financeiros de fim de ano apresentados ao mercado que apontam que do total arrecadado pela Seguradora Líder (que atualmente gere os recursos) 45% são destinados ao SUS, para custeio da assistência médico-hospitalar às vítimas de acidentes de trânsito. Em 2018 foram arrecadados 4,7 bilhões de reais, sendo a parcela destinada ao SUS de 2,1 bilhões de reais.



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Liderança do Partido Socialismo e Liberdade
Assessoria Técnica

Segundo nota do Ministério da Economia¹, a justificativa para o fim do financiamento do SUS é apontada no parágrafo 5º: *“Saliente-se que, quando da criação do Seguro DPVAT, nenhuma das políticas sociais descritas nos parágrafos anteriores (acesso à saúde universal e aposentadoria por invalidez, não contributiva) estavam vigentes. Dessa forma, as coberturas de despesas médicas e de invalidez do Seguro DPVAT se sobrepõem a essas políticas”*.

No entanto, quando analisada a Lei nº 6.194², de 19 de dezembro de 1974, sem as alterações/ modificações feitas ao longo das décadas seguintes, o texto traz o valor de *“até 8 (oito) vezes o valor do maior salário mínimo vigente no País – como reembolso à vítima – no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas”*. Ou seja, a justificativa do governo totalmente a-histórica não se sustenta uma vez que mesmo que não tivéssemos alcançado através das lutas sociais a política de universalização da saúde, ainda assim havia assistência do Estado à população atingida.

O sucateamento do SUS é claramente uma política deliberada por parte deste governo, passamos do problema histórico de subfinanciamento para o desfinanciamento do SUS, e a MP 904 aprofunda o problema.

A indenização pelo Seguro DPVAT é uma conquista e um direito de cada brasileiro e de estrangeiros acidentados no trânsito em território nacional. Hoje, os recursos são assegurados por lei e obtidos por meio da cobrança anual aos proprietários de veículos automotores, uma única vez, junto à cota única ou primeira parcela do IPVA, ou no licenciamento, para os veículos isentos do imposto. Porém o artigo 6º da MP revoga a alínea “I” do artigo 20 do Decreto-Lei nº 73 de 1966 que diz que:

“Art 20. Sem prejuízo do disposto em leis especiais, são obrigatórios os seguros de:

I) danos pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres e por embarcações, ou por sua carga, a pessoas

¹ <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=8037390&ts=1574099683682&disposition=inline>

² http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6194.htm



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Liderança do Partido Socialismo e Liberdade
Assessoria Técnica

transportadas ou não”

Revoga também a Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, que dispõe sobre Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não. Ao revogar esta lei é a confirmação da falta de compromisso do Estado com a população.

Por fim, revoga também catorze artigos da Lei nº 8.374, de 30 de dezembro de 1991, que dispõe sobre o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por embarcações ou por sua carga.

Tal qual colocado no ponto anterior “SUS”, ao extinguir o DPVAT, extingue-se também os repasses ao Departamento Nacional de Trânsito (Denatran). Com isso não fica explícito quem será responsável por fornecer os papéis usados para emitir o documento de mais de 65 milhões de veículos licenciados por ano no país a partir de primeiro de janeiro de 2020.

A justificativa do Ministério da Economia de que a criação do Seguro DPVAT foi anterior às políticas sociais no Brasil é descabida. Não é possível precisar o impacto orçamentário-financeiro da Proposta. Além do mais a nota do Ministério da Economia alega ainda que o DPVAT não é necessário uma vez que as pessoas que venham a sofrer acidentes de trânsito podem ser atendidas pelo SUS, as famílias que perderem seus entes estão segurados pelo INSS com cobertura de pensão por morte e também que há cobertura por invalidez via BPC. É no mínimo curioso que o Ministério aponte como solução serviços públicos que sofreram ataques diversos ao longo do atual governo.

Finalmente, o parágrafo 2 da nota do Ministério alega que o DPVAT não é necessário uma vez que tem “caráter social” e que deveria oferecer serviços tal qual a lógica do setor privado.

Por isso, acreditamos que a proposta não poderia avançar na Câmara dos Deputados sem que antes se faça um debate aprofundado sobre os impactos sociais e econômicos sobre o tema.

Por todos os motivos elencados, solicitamos apoio do relator e dos nobres pares para aprovação desta emenda.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Liderança do Partido Socialismo e Liberdade
Assessoria Técnica

Sala das Comissões, em novembro de 2019.

Deputada Áurea Carolina
PSOL/MG





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal **HUGO LEAL** – PSD/RJ**MPV 904**
00041**COMISSÃO ESPECIAL MISTA DESTINADA A PROFERIR
PARECER A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 904, DE 2019.****MEDIDA PROVISÓRIA 904, DE 2019**

Dispõe sobre a extinção do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres - DPVAT e do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Embarcações ou por suas Cargas - DPEM, de que trata a alínea "I" do **caput** do art. 20 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966.

EMENDA SUPRESSIVA Nº

Suprima-se os artigos 2º, 4º, 5º e inciso II, § 1º, § 2º e §3º do artigo 3º da Medida Provisória nº 904, de 2019.

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória nº 904, de 2019 visa extinguir os seguros Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres - DPVAT e do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Embarcações ou por suas Cargas – DPEM.

O Sistema Único de Saúde encontra sérias dificuldades para atender as endemias, epidemias e doenças que atingem a população brasileira, não atende a todos os portadores de doenças graves e câncer, nem mesmo aquelas previstas em Lei, como por exemplo, os pacientes com neoplasia maligna que tem direito de se submeter ao primeiro tratamento no Sistema Único de Saúde (SUS), no prazo de até 60 (sessenta) dias contados a partir do dia em que for firmado o diagnóstico em laudo patológico ou em prazo menor, conforme a necessidade terapêutica do caso registrada em prontuário único, prevista na [Lei nº 12.732, de 22 de novembro de 2012](#).





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal **HUGO LEAL** – PSD/RJ

Em reportagens diárias podemos ver o desespero dessas pessoas que procuram abrigo no SUS e não encontra, o portal da UOL publicou notícia¹ em 02/11/2019, em que apresenta o tamanho do gargalho dessa demanda.

Embora esteja em vigor desde maio de 2013, a lei dos 60 dias **ainda não atende todos os pacientes diagnosticados com câncer**. "Dos casos com informação de diagnóstico e de tratamento pelo SUS, de 2013 a 2019, o percentual dos que tiveram início de tratamento em até 60 dias após a diagnóstico histopatológico (feito por meio da análise de tecidos afetados) de câncer variou entre 49,4% a 83,1%", informou o Instituto Nacional de Câncer (Inca), com base em dados atualizados em setembro deste ano.

Em 2013, 50,3% dos pacientes diagnosticados com câncer receberam tratamento em até 60 dias, percentual que passou para 61,6% no ano passado (2018). Neste ano, está em 83,1%. "Em 2018 e 2019, o Painei-Oncologia foi capaz de incluir informações de mais tipos de câncer, o que também pode ter influenciado o aumento", avalia o Inca.

Por meio de nota, o Ministério da Saúde informou que desenvolve ações para que a lei seja cumprida. "A pasta discute metodologias e ferramentas para aprimorar os sistemas de transparência, monitoramento e foco do atendimento dentro dos 60 dias de início do tratamento, melhorando, dessa forma, a execução do que está determinado em lei."

Segundo o ministério, em oito anos dobraram os recursos destinados aos tratamentos na rede pública de saúde. Os valores passaram de R\$ 2,2 bilhões, em 2010, para R\$ 4,4 bilhões, em 2018. O Ministério da Saúde afirma, ainda, que faz investimentos em prevenção e diagnóstico. Estima-se que o Brasil registre 600 mil novos casos de câncer este ano. Certamente não irá suportar mais de 289.000 pessoas por ano, que são sequeladas em acidentes de trânsito, conforme dados da Seguradora Líder do ano de 2018.

¹ <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2019/11/02/nova-lei-preve-exame-de-cancer-em-ate-30-dias.htm>





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal **HUGO LEAL** – PSD/RJ

Desde 2017, as estratégias de prevenção, detecção e investigação de fraudes na administração do DPVAT ganharam destaque, com a adoção de novos instrumentos tecnológicos para ampliar ainda mais a detecção de fraudes. Para se ter uma ideia, a malha fina de controles da Seguradora Líder barrou 17.550 tentativas de fraudes naquele ano. Esse montante corresponde a quase metade (44,8%) de todas as fraudes evitadas no período de 2008 a 2016 (39.138). Em valores, foram R\$ 222,9 milhões que deixaram de ser pagos indevidamente em prol da sociedade brasileira.

Isso se tornou possível em razão de pesados investimentos na modernização de sistemas, com uso de tecnologias avançadas de análise de bancos de dados, integradas a sistemas de inteligência artificial. Hoje, todos os pedidos de indenização do Seguro DPVAT recebem monitoramento contínuo, sendo avaliados por softwares de inteligência artificial, que contêm ferramentas de filtros sistêmicos de ocorrências suspeitas, além de controle de risco.

Somente no ano passado, foram 11.898 fraudes detectadas, com perdas evitadas de mais de R\$ 69,6 milhões. Essas ações resultaram em 39 sentenças condenatórias, 62 condenados, 33 cancelamentos, suspensões ou cassações de registros em órgãos de classe e 23 prisões em todo o Brasil e Exterior.

O próprio Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) endossou isso em seu comunicado enviado ao mercado no dia 13 de dezembro de 2018, quando do anúncio dos valores do prêmio tarifário para o exercício de 2019, no trecho: “A redução dos prêmios tarifários foi possível devido ao montante de recursos acumulado em reservas técnicas superior às necessidades atuariais do Seguro DPVAT. Tal excesso é consequência das ações de combate à fraude que levaram à uma redução significativa dos sinistros somado à rentabilidade dos recursos acumulados (...) Além disso, foram feitos ajustes de governança com o objetivo de consolidar práticas na melhoria de gestão da Seguradora Líder que levaram ao aumento da conformidade nos pagamentos de indenizações e, consequentemente, à redução dos gastos do Seguro Obrigatório DPVAT”.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal **HUGO LEAL** – PSD/RJ

Estamos convictos que a extinção das indenizações por acidentes de trânsito, dando somente a opção do SUS para o atendimento das vítimas dessa guerra, trará a sociedade um custo físico e financeiro insuportável e consequências desastrosas na busca da redução de mortes e lesões permanentes por acidentes de trânsito.

Portanto, é necessário suprimir os artigos 2º, 4º e 5º da Medida provisória nº 904, de 2019, para garantir a continuidade das indenizações e assistência médica adequada às vítimas de trânsito.

Sala da Comissão, em de de 2019.

Deputado **HUGO LEAL**
PSD/RJ

CHRISTIANE YARED
PL/PR





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal **HUGO LEAL** – PSD/RJ**MPV 904**
00042**COMISSÃO ESPECIAL MISTA DESTINADA A PROFERIR
PARECER A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 904, DE 2019.****MEDIDA PROVISÓRIA 904, DE 2019**

Dispõe sobre a extinção do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres - DPVAT e do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Embarcações ou por suas Cargas - DPEM, de que trata a alínea "I" do **caput** do art. 20 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966.

EMENDA SUPRESSIVA Nº

Suprima-se o artigo 1º e seus incisos I e II da Medida Provisória nº 904, de 2019.

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória nº 904, de 2019 visa extinguir os seguros Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres - DPVAT e do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Embarcações ou por suas Cargas – DPEM.

O DPVAT é um seguro que todos os donos de veículos pagam e serve para indenizar qualquer vítima de acidentes de trânsito, seja motorista, passageiro do veículo ou pedestre. Toda pessoa que sofrer um acidente no trânsito, causado por um veículo terrestre, tem direito à indenização em caso de morte, invalidez permanente ou reembolso de despesas médicas.

De Janeiro a Dezembro de 2018, foram pagas 328.142 indenizações para vítimas de acidentes de trânsito e seus beneficiários,





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal **HUGO LEAL** – PSD/RJ

sendo 38.281 indenizações por morte, 228.102 por invalidez permanente e 61.759 por despesas médicas.

Os valores indenizáveis estão previstos na Lei nº 11.482, de 2007, sendo - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte; até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

A extinção do seguro, pago pelos proprietários de veículos, deixará de assistir mais de 400.000 (quatrocentos mil) pessoas que sofrem lesões, sequelas e mortes por acidente de trânsito. Indenização esta que não tem previsão em nenhum outro mandamento legal, em especial pelo SUS ou Previdência Social.

Portanto, é necessário suprimir o artigo 1º e os incisos I e II da Medida provisória nº 904, de 2019, para garantir a continuidade das indenizações e assistência médica adequada às vítimas de trânsito.

Sala da Comissão, em de de 2019.

Deputado **HUGO LEAL**
PSD/RJ

CHRISTIANE YARED
PL/PR





MPV 904
00043

SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora **Kátia Abreu**

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 904, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019

Dispõe sobre a extinção do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres - DPVAT e do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Embarcações ou por suas Cargas - DPEM, de que trata a alínea “P” do caput do art. 20 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966.

EMENDA ADITIVA

Inclua-se na MPV nº 904, de 11 de novembro de 2019, onde couber, alteração dos seguintes artigos da Lei nº 9.503 de 23 de setembro de 1997, renumerando-se os dispositivos necessários:

Art. XXX A Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, passa a vigorar com as seguintes alterações:

.....
“Art. 141.

§ 3º Não será exigida como condição prévia para a realização dos exames de que trata o art. 140, a frequência em cursos teóricos e práticos de autoescolas ou outras entidades destinadas à formação de condutores para as categorias A e B.

§ 3º-A. Para atender ao disposto no parágrafo anterior, os departamentos de trânsito deverão expedir normas para tornar mais rigorosos e criteriosos os exames teóricos e práticos necessários para a obtenção da Carteira Nacional de Habilitação.

.....
“Art. 320 A receita arrecadada com a cobrança das multas de trânsito será aplicada em sinalização, engenharia de tráfego, de campo, policiamento, fiscalização, educação de trânsito e prioritariamente para financiar as taxas para obtenção da primeira Carteira Nacional de Habilitação nas categorias “A” ou “B” e mudança de categoria com objetivo profissional (NR)



JUSTIFICAÇÃO

É inegável que o custo de obtenção da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) é impeditivo para grande parte da população. Esse custo é composto principalmente por dois fatores: as taxas cobradas pelos Departamentos de Trânsito Estaduais e o preço cobrado por autoescolas para a realização de Curso Teórico-técnico e de Prática de Direção Veicular.

Nesse sentido os custos para se obter uma habilitação no Brasil são exorbitantes e muitas vezes inviáveis, sobretudo para a parcela mais pobre da população. Na maioria dos estados, o valor total para obtenção da CNH pode chegar a R\$ 3.000.

O custo de obtenção da CNH (taxas e obrigatoriedade de frequentar auto-escola) não podem ter caráter confiscatório que impeça o exercício da liberdade de ir e vir ou da liberdade de profissão. Vale observar que, no caso da liberdade de profissão, tal limitação alcança inclusive aqueles que atuam ou pretendem atuar em sistemas de transporte por aplicativos.

Desta forma, apresento um dispositivo propondo que parte da receita arrecadada com a cobrança das multas de trânsito, seja destinada a financiar a gratuidade dos custos de obtenção da primeira CNH para as pessoas que pleiteiam esse documento nas categorias “A” ou “B” ou que almejam a mudança de categoria, que se destina a objetivo profissional.

Observa-se que os valores arrecadados com multas no Brasil são mais do que suficientes para financiar, o que propõe a emenda. A título de exemplo, nos anos de 2014 a 2018, o total de multas arrecadadas neste período foi de R\$ 43,5 bilhões. Já a emissão de carteiras de habilitação alcançou um total de 13 milhões, equivalendo R\$ 7,8 bilhões em taxas pagas aos Detrans.

Além disso, é importante mencionar que na composição de custos para obtenção da CNH - que pode chegar a um valor de R\$ 3 mil - o principal fator é o que se refere a obrigatoriedade de se frequentar aulas teóricas e práticas em auto-escolas, que equivale a cerca de 80% do dispêndio total. Esse gasto é na maioria das vezes é inviável para a maioria das famílias mais pobres em todo o País.

Nesse sentido, a emenda em epígrafe desobriga que o candidato à obtenção da CNH frequente auto-escolas, seja para formação teórica ou prática. Todavia, de modo a garantir a segurança do trânsito, os Detrans deverão expedir normas para tornar mais rigorosos e criteriosos os exames teóricos e práticos necessários para a obtenção da CNH, de acordo com as novas regras.

Assim, estaremos reduzindo drasticamente os custos para as famílias brasileiras da obtenção da CNH, tornando opcionais os cursos em auto-escolas, disponíveis para os condutores que assim o desejarem.



Sala das Comissões,

Senadora **KÁTIA ABREU**



**MPV 904
00044****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 904, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019**

Dispõe sobre a extinção do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres - DPVAT e do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Embarcações ou por suas Cargas - DPEM, de que trata a alínea “I” do caput do art. 20 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966.

EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se:

I – o inciso I do art. 1º

II – os art. 2º, 3º e 4º

III – os incisos I, II, III e

IV do art. 6º

JUSTIFICAÇÃO

No dia 12 de novembro de 2019, o atual governo editou a Medida Provisória MPV 904 que pretende extinguir, já no próximo ano, o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres – DPVAT, e à destinação de parcelas do prêmio desse seguro para a Seguridade Social.

Os golpes no financiamento do SUS parecem não ter fim. Entre 2008 e 2018, o Sistema Único recebeu nada menos do que R\$ 33,4 bilhões arrecadados pelo DPVAT, seguro pago por proprietários de veículos que deixará de existir em 2020.

O Seguro DPVAT é um direito de todo e qualquer cidadão acidentado em território nacional, seja motorista, passageiro ou pedestre. Foi instituído por lei em 1974 como um instrumento de proteção social sem igual no mundo, tamanha a sua abrangência e importância no contexto brasileiro. O pagamento é anual e obrigatório para todos os donos de veículos do país e realizado junto com o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA). Do valor total arrecadado, metade é destinado ao pagamento de indenizações, 5% para o Departamento Nacional de Trânsito que faz, por exemplo, campanhas educativas. E o restante (45%) é repassado ao Sistema Único de Saúde (SUS) - justamente para custear o atendimento médico às vítimas de acidentes.

No ano passado, isso representou R\$ 2,1 bilhões a mais no caixa do Sistema. Nos últimos dez anos, 4,5 milhões de pessoas foram indenizadas – inclusive ciclistas e pedestres, que não pagam o DPVAT.

Se o DPVAT for extinto, o SUS vai continuar arcando com as despesas causadas pelo



atendimento aos acidentados, só que sem qualquer contrapartida. Ou seja, entre 1998 e 2017, os acidentes de trânsito redundaram em R\$ 5,3 bilhões gastos em procedimentos médicos no Sistema Único.

Desde 2008, os repasses do DPVAT à saúde pública brasileira somaram mais de R\$ 37 bilhões. Ou seja, com o fim do DPVAT, o SUS, já subfinanciado, irá perder cerca de R\$ 3 bilhões por ano.

Cabe ainda destacar que o Brasil está entre os dez países que apresentam os mais elevados números de óbitos por acidentes de trânsito, responsáveis também por sequelas físicas e psicológicas, principalmente entre a população jovem e em idade produtiva. A cada ano, o trânsito no país mata cerca de 35 mil pessoas e leva aos hospitais 160 mil acidentados, sobrecarregando o SUS, que teve o seu subfinanciamento crônico agravado pela Emenda Constitucional 95/2017.

Verifica-se, portanto que, mais uma vez, a população de baixa renda será a mais prejudicada com a medida. Não é possível que se proponha a extinção de seguro com importantíssimo viés social, de forma irresponsável e inoportuna, alegando-se a existência de fraudes. Para isso, há outras medidas como o fortalecimento do sistema de controle.

Por tudo isso, propomos a rejeição dos dispositivos relativos à extinção do DPVAT e suas destinações no sentido de impedir que mais um ataque ao Sistema Único de Saúde e à população mais vulnerável do país seja efetivado, como pretende a MP 904/2019.

ZECA DIRCEU
Deputado Federal
PT/PR



**MPV 904
00045****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 904, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019**

Dispõe sobre a extinção do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres - DPVAT e do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Embarcações ou por suas Cargas - DPEM, de que trata a alínea “I” do caput do art. 20 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966.

EMENDA MODIFICATIVA

Acrescentem-se onde couber o seguinte dispositivos:

Art. 1º Os recursos do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres – DPVAT, destinados ao Fundo Nacional de Saúde, serão aplicados em acréscimo ao valor mínimo obrigatório previsto na Constituição Federal.

JUSTIFICAÇÃO

O escopo desta Emenda é garantir a manutenção do DPVAT e ao mesmo tempo garantir mais recursos para saúde pública, e o fortalecimento do SUS com todos os investimentos realizados no âmbito do próprio sistema. A EC nº 95, de 15 de dezembro de 2016, congelou o piso de aplicação em ações e serviços públicos de saúde - ASPS. Em 2017, o valor mínimo de aplicação era de 15% da Receita Corrente Líquida – RCL, conforme EC nº 86/2015. A partir de 2018, o valor mínimo de aplicação passou a ser o piso de 2017, mais o IPCA para o período de doze meses encerrado em junho do exercício anterior a que se refere à lei orçamentária.

Com a extinção do DPVAT, suprime-se importante fonte de recursos para o Sistema Único de Saúde. Com isso, cresce-se o subfinanciamento crônico do Sistema Único de Saúde, intensificado desde a Emenda Constitucional nº 95. Desse modo, a lei decorrente da presente Medida Provisória não pode deixar de dispor sobre uma arrecadação a mais para o financiamento do SUS, ainda mais considerando os impactos dos acidentes de trânsito no sistema de saúde.

Por isso, é fundamental que a arrecadação advinda dos recursos do DPVAT para o custeio das despesas assistenciais médico-hospitalar não seja computada no piso de aplicação em ações e serviços públicos de saúde – ASPS, de modo a ampliar os valores aplicados no setor. O impacto deve ser de R\$ 2.000.000,00 (dois bilhões de reais) a mais no caixa do SUS.

ZECA DIRCEU
Deputado Federal
PT/PR



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Liderança do Partido Socialismo e Liberdade
Assessoria Técnica

**MPV 904
00046**

Medida Provisória nº 904, de 11 de novembro de 2019

Dispõe sobre a extinção do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres – DPVAT e do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Embarcações ou por suas Cargas – DPEM, de que trata a alínea “I” do caput do art. 20 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966.

EMENDA SUPRESSIVA N.º _____

Suprima-se os artigos 1º, 2º, 3º, 4º e 6º.

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória nº 904, de 11 de novembro de 2019, acaba com o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres – DPVAT, este é o seguro obrigatório que indeniza vítimas de acidentes de trânsito. Extingue também o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Embarcações ou por suas Cargas – DEPEM.

O artigo 1º da Medida Provisória extingue o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não (DPVAT) bem como o Seguro de Danos Pessoais causados por embarcações, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não (DPEM). Ao extinguir o DPVAT, por consequência já eliminaria também os repasses relacionados ao Sistema Único de Saúde (SUS) e ao Departamento Nacional de Trânsito (Denatran). Para ficar ainda mais claro o ataque ao SUS, o artigo 6º da MP traz a revogação do parágrafo único do artigo 27 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que trata das receitas da Seguridade Social:



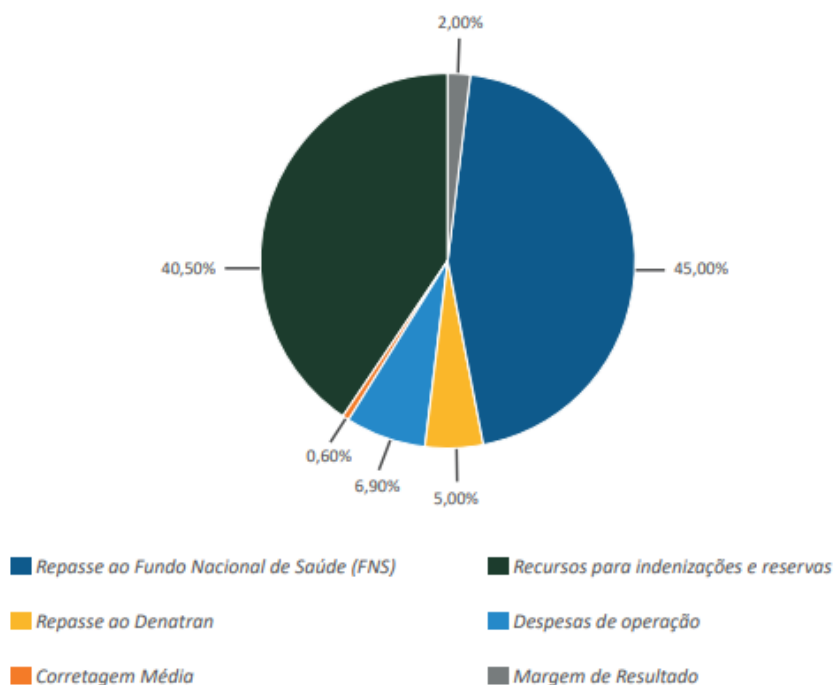
**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Liderança do Partido Socialismo e Liberdade
Assessoria Técnica

“Art. 27. Constituem outras receitas da Seguridade Social:

Parágrafo único. As companhias seguradoras que mantêm o seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres, de que trata a Lei nº 6.194, de dezembro de 1974, deverão repassar à Seguridade Social 50% (cinquenta por cento) do valor total do prêmio recolhido e destinado ao Sistema Único de Saúde-SUS, para custeio da assistência médico-hospitalar dos segurados vitimados em acidentes de trânsito.”

Somente a extinção do DPVAT retira cerca de R\$ 2 bilhões por ano do SUS. A estimativa pode ser encontrada nos balanços financeiros de fim de ano apresentados ao mercado que apontam que do total arrecadado pela Seguradora Líder (que atualmente gere os recursos) 45% são destinados ao SUS, para custeio da assistência médico-hospitalar às vítimas de acidentes de trânsito. Em 2018 foram arrecadados 4,7 bilhões de reais, sendo a parcela destinada ao SUS de 2,1 bilhões de reais.



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Liderança do Partido Socialismo e Liberdade
Assessoria Técnica

Segundo nota do Ministério da Economia¹, a justificativa para o fim do financiamento do SUS é apontada no parágrafo 5º: *“Saliente-se que, quando da criação do Seguro DPVAT, nenhuma das políticas sociais descritas nos parágrafos anteriores (acesso à saúde universal e aposentadoria por invalidez, não contributiva) estavam vigentes. Dessa forma, as coberturas de despesas médicas e de invalidez do Seguro DPVAT se sobrepõem a essas políticas”*.

No entanto, quando analisada a Lei nº 6.194², de 19 de dezembro de 1974, sem as alterações/ modificações feitas ao longo das décadas seguintes, o texto traz o valor de *“até 8 (oito) vezes o valor do maior salário mínimo vigente no País – como reembolso à vítima – no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas”*. Ou seja, a justificativa do governo totalmente a-histórica não se sustenta uma vez que mesmo que não tivéssemos alcançado através das lutas sociais a política de universalização da saúde, ainda assim havia assistência do Estado à população atingida.

O sucateamento do SUS é claramente uma política deliberada por parte deste governo, passamos do problema histórico de subfinanciamento para o desfinanciamento do SUS, e a MP 904 aprofunda o problema.

A indenização pelo Seguro DPVAT é uma conquista e um direito de cada brasileiro e de estrangeiros acidentados no trânsito em território nacional. Hoje, os recursos são assegurados por lei e obtidos por meio da cobrança anual aos proprietários de veículos automotores, uma única vez, junto à cota única ou primeira parcela do IPVA, ou no licenciamento, para os veículos isentos do imposto. Porém o artigo 6º da MP revoga a alínea “I” do artigo 20 do Decreto-Lei nº 73 de 1966 que diz que:

“Art 20. Sem prejuízo do disposto em leis especiais, são obrigatórios os seguros de:

¹ <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=8037390&ts=1574099683682&disposition=inline>

² http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6194.htm



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Liderança do Partido Socialismo e Liberdade
Assessoria Técnica

l) danos pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres e por embarcações, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não”

Revoga também a Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, que dispõe sobre Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não. Ao revogar esta lei é a confirmação da falta de compromisso do Estado com a população.

Por fim, revoga também catorze artigos da Lei nº 8.374, de 30 de dezembro de 1991, que dispõe sobre o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por embarcações ou por sua carga.

Tal qual colocado no ponto anterior “SUS”, ao extinguir o DPVAT, extingue-se também os repasses ao Departamento Nacional de Trânsito (Denatran). Com isso não fica explícito quem será responsável por fornecer os papéis usados para emitir o documento de mais de 65 milhões de veículos licenciados por ano no país a partir de primeiro de janeiro de 2020.

A justificativa do Ministério da Economia de que a criação do Seguro DPVAT foi anterior às políticas sociais no Brasil é descabida. Não é possível precisar o impacto orçamentário-financeiro da Proposta. Além do mais a nota do Ministério da Economia alega ainda que o DPVAT não é necessário uma vez que as pessoas que venham a sofrer acidentes de trânsito podem ser atendidas pelo SUS, as famílias que perderem seus entes estão segurados pelo INSS com cobertura de pensão por morte e também que há cobertura por invalidez via BPC. É no mínimo curioso que o Ministério aponte como solução serviços públicos que sofreram ataques diversos ao longo do atual governo.

Finalmente, o parágrafo 2 da nota do Ministério alega que o DPVAT não é necessário uma vez que tem “caráter social” e que deveria oferecer serviços tal qual a lógica do setor privado.

Por isso, acreditamos que a proposta não poderia avançar na Câmara dos Deputados sem que antes se faça um debate aprofundado sobre os



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Liderança do Partido Socialismo e Liberdade
Assessoria Técnica

impactos sociais e econômicos sobre o tema.

Por todos os motivos elencados, solicitamos apoio do relator e dos nobres pares para aprovação desta emenda.

Sala das Comissões, em 20 novembro de 2019.

Deputada Sâmia Bomfim

PSOL/SP



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Liderança do Partido Socialismo e Liberdade
Assessoria Técnica

**MPV 904
00047**

Medida Provisória nº 904, de 11 de novembro de 2019

Dispõe sobre a extinção do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres – DPVAT e do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Embarcações ou por suas Cargas – DPEM, de que trata a alínea “I” do caput do art. 20 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966.

EMENDA SUPRESSIVA N.º _____

Suprima-se os artigos 1º, 2º, 3º, 4º e 6º.

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória nº 904, de 11 de novembro de 2019, acaba com o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres – DPVAT, este é o seguro obrigatório que indeniza vítimas de acidentes de trânsito. Extingue também o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Embarcações ou por suas Cargas – DEPEM.

O artigo 1º da Medida Provisória extingue o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não (DPVAT) bem como o Seguro de Danos Pessoais causados por embarcações, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não (DPEM). Ao extinguir o DPVAT, por consequência já eliminaria também os repasses relacionados ao Sistema Único de Saúde (SUS) e ao Departamento Nacional de Trânsito (Denatran). Para ficar ainda mais claro o ataque ao SUS, o artigo 6º da MP traz a revogação do parágrafo único do artigo 27 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que trata das receitas da Seguridade Social:

“Art. 27. Constituem outras receitas da Seguridade Social:

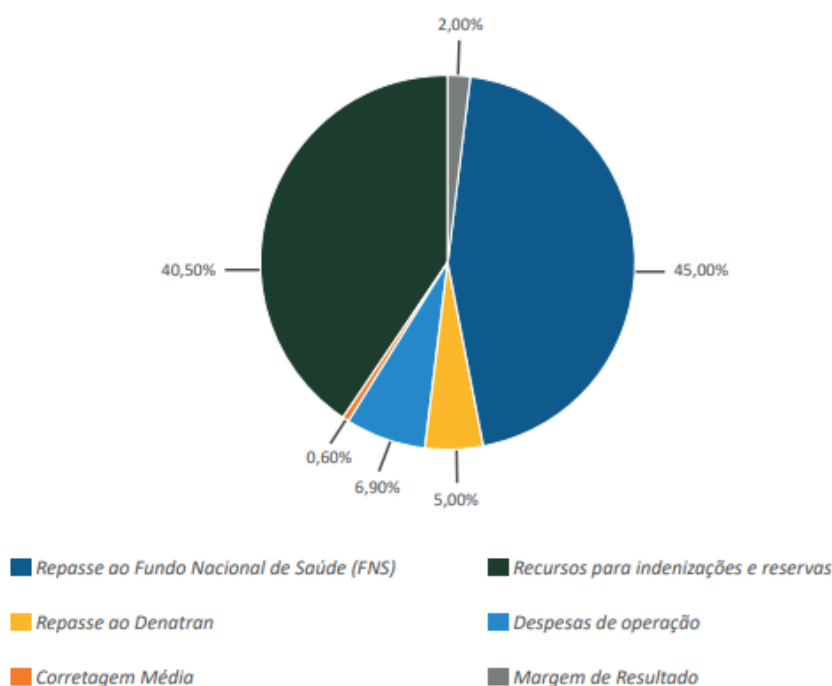


**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Liderança do Partido Socialismo e Liberdade
Assessoria Técnica

Parágrafo único. As companhias seguradoras que mantêm o seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres, de que trata a Lei nº 6.194, de dezembro de 1974, deverão repassar à Seguridade Social 50% (cinquenta por cento) do valor total do prêmio recolhido e destinado ao Sistema Único de Saúde-SUS, para custeio da assistência médico-hospitalar dos segurados vitimados em acidentes de trânsito.”

Somente a extinção do DPVAT retira cerca de R\$ 2 bilhões por ano do SUS. A estimativa pode ser encontrada nos balanços financeiros de fim de ano apresentados ao mercado que apontam que do total arrecadado pela Seguradora Líder (que atualmente gere os recursos) 45% são destinados ao SUS, para custeio da assistência médico-hospitalar às vítimas de acidentes de trânsito. Em 2018 foram arrecadados 4,7 bilhões de reais, sendo a parcela destinada ao SUS de 2,1 bilhões de reais.



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Liderança do Partido Socialismo e Liberdade
Assessoria Técnica

Segundo nota do Ministério da Economia¹, a justificativa para o fim do financiamento do SUS é apontada no parágrafo 5º: *“Saliente-se que, quando da criação do Seguro DPVAT, nenhuma das políticas sociais descritas nos parágrafos anteriores (acesso à saúde universal e aposentadoria por invalidez, não contributiva) estavam vigentes. Dessa forma, as coberturas de despesas médicas e de invalidez do Seguro DPVAT se sobrepõem a essas políticas”*.

No entanto, quando analisada a Lei nº 6.194², de 19 de dezembro de 1974, sem as alterações/ modificações feitas ao longo das décadas seguintes, o texto traz o valor de *“até 8 (oito) vezes o valor do maior salário mínimo vigente no País – como reembolso à vítima – no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas”*. Ou seja, a justificativa do governo totalmente a-histórica não se sustenta uma vez que mesmo que não tivéssemos alcançado através das lutas sociais a política de universalização da saúde, ainda assim havia assistência do Estado à população atingida.

O sucateamento do SUS é claramente uma política deliberada por parte deste governo, passamos do problema histórico de subfinanciamento para o desfinanciamento do SUS, e a MP 904 aprofunda o problema.

A indenização pelo Seguro DPVAT é uma conquista e um direito de cada brasileiro e de estrangeiros acidentados no trânsito em território nacional. Hoje, os recursos são assegurados por lei e obtidos por meio da cobrança anual aos proprietários de veículos automotores, uma única vez, junto à cota única ou primeira parcela do IPVA, ou no licenciamento, para os veículos isentos do imposto. Porém o artigo 6º da MP revoga a alínea “I” do artigo 20 do Decreto-Lei nº 73 de 1966 que diz que:

“Art 20. Sem prejuízo do disposto em leis especiais, são obrigatórios os seguros de:

I) danos pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres e por embarcações, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não”

¹ <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=8037390&ts=1574099683682&disposition=inline>

² http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6194.htm



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Liderança do Partido Socialismo e Liberdade
Assessoria Técnica

Revoga também a Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, que dispõe sobre Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não. Ao revogar esta lei é a confirmação da falta de compromisso do Estado com a população.

Por fim, revoga também catorze artigos da Lei nº 8.374, de 30 de dezembro de 1991, que dispõe sobre o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por embarcações ou por sua carga.

Tal qual colocado no ponto anterior “SUS”, ao extinguir o DPVAT, extingue-se também os repasses ao Departamento Nacional de Trânsito (Denatran). Com isso não fica explícito quem será responsável por fornecer os papéis usados para emitir o documento de mais de 65 milhões de veículos licenciados por ano no país a partir de primeiro de janeiro de 2020.

A justificativa do Ministério da Economia de que a criação do Seguro DPVAT foi anterior às políticas sociais no Brasil é descabida. Não é possível precisar o impacto orçamentário-financeiro da Proposta. Além do mais a nota do Ministério da Economia alega ainda que o DPVAT não é necessário uma vez que as pessoas que venham a sofrer acidentes de trânsito podem ser atendidas pelo SUS, as famílias que perderem seus entes estão segurados pelo INSS com cobertura de pensão por morte e também que há cobertura por invalidez via BPC. É no mínimo curioso que o Ministério aponte como solução serviços públicos que sofreram ataques diversos ao longo do atual governo.

Finalmente, o parágrafo 2 da nota do Ministério alega que o DPVAT não é necessário uma vez que tem “caráter social” e que deveria oferecer serviços tal qual a lógica do setor privado.

Por isso, acreditamos que a proposta não poderia avançar na Câmara dos Deputados sem que antes se faça um debate aprofundado sobre os impactos sociais e econômicos sobre o tema.

Por todos os motivos elencados, solicitamos apoio do relator e dos nobres pares para aprovação desta emenda.



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Liderança do Partido Socialismo e Liberdade
Assessoria Técnica

Sala das Comissões, 20 em novembro de 2019.

IVAN VALENTE

DEPUTADO FEDERAL PSOL/SP



**SENADO FEDERAL**Gabinete da Liderança da Rede Sustentabilidade no Senado Federal
Assessoria Legislativa**MPV 904****00048****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 904, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019**

Dispõe sobre a extinção do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres - DPVAT e do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Embarcações ou por suas Cargas - DPEM, de que trata a alínea "I" do caput do art. 20 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966.

EMENDA SUPRESSIVA Nº de 2019 - CM

Suprimir o inciso I art. 1º, os arts. 2º, 3º e 4º, bem como os incisos I, II, III e IV do art. 6º, todos da MPV 904/2019.

JUSTIFICAÇÃO

O DPVAT é um seguro obrigatório contra danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas, transportadas ou não. Assim, se alguém sofre danos causados por veículo automotor faz jus ao recebimento de indenização. Em caso de morte, os seus respectivos herdeiros recebem o valor.

Assim, percebe-se que o Seguro DPVAT é relevante instrumento de proteção social dos mais de 210 milhões de brasileiros, oferecendo cobertura abrangente para

Gabinete da Liderança da Rede Sustentabilidade no Senado Federal
Senado Federal, Anexo 1, 9º Pavimento, Brasília DF - CEP 70165-900

1



**SENADO FEDERAL**Gabinete da Liderança da Rede Sustentabilidade no Senado Federal
Assessoria Legislativa

todas as vítimas de acidentes de trânsito em território nacional, seja motorista, passageiro ou pedestre.

A extinção do DPVAT viola o direito da vítima de acidente no trânsito. Segundo dados da Seguradora Líder, consórcio que administra o DPVAT, foram pagas 18.841 indenizações por morte, 103.068 indenizações por invalidez permanente e 33.123 indenizações para despesas médicas somente no primeiro semestre de 2019 referentes ao seguro obrigatório. Em 2018, foram pagas 328.142 indenizações para vítimas de acidentes de trânsito no Brasil.

Como se vê pela quantidade de indenizações, é significativo o número de acidentes ocorridos no trânsito. Portanto, urge-se a necessidade de maior debate acerca da temática, o que não se coaduna com a edição por meio de Medida Provisória, já que não haveria tempo hábil para se verificar os efeitos jurídicos negativos decorrentes dessa extinção.

Sala das Comissões,

Senador Randolfe Rodrigues
REDE/AP

Gabinete da Liderança da Rede Sustentabilidade no Senado Federal
Senado Federal, Anexo 1, 9º Pavimento, Brasília DF - CEP 70165-900

2



**MPV 904
00049**

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 904, DE 2019

Dispõe sobre a extinção do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres - DPVAT e do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Embarcações ou por suas Cargas - DPEM, de que trata a alínea "I" do caput do art. 20 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966.

EMENDA SUPRESSIVA

Art. 1º. Suprimam-se os seguintes dispositivos da MP

904/2019:

I – inciso I do art. 1º;

II – arts. 2º, 3º e 4º; e

III – incisos I, II, III, IV e V do art. 6º.

JUSTIFICAÇÃO

Em 12 de novembro de 2019, o atual governo editou a Medida Provisória que pretende extinguir, já no próximo ano, o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre - DPVAT.



O motivo para a mudança, de acordo com o governo, seriam as fraudes detectadas. O governo ainda justifica que a medida não desampara cidadãos em caso de acidentes, porque o país oferece "atendimento gratuito e universal na rede pública, por meio do SUS" e cobertura do auxílio-doença, aposentadoria por invalidez, auxílio-acidente e pensão por morte para segurados do INSS, além do Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Cabe destacar inicialmente que, ao contrário do que o governo afirmou, o DPVAT não é equivalente e nem substitui os auxílios e benefícios citados anteriormente. O DPVAT é um seguro acessado por todos em caso de acidente de trânsito, enquanto o seguro da Previdência Social só pode ser acessado pelo trabalhador que estiver contribuindo com o INSS. Já o BPC, que já foi alvo de tentativa de restrição de acesso pelo atual governo, é um benefício assistencial no valor de um salário mínimo pago a pessoas com deficiência e a idosos a partir de 65 anos, nos casos em que seja comprovada a renda mensal inferior a um quarto de salário mínimo por pessoa da família. Benefício este que o governo queria restringir as condições de acesso

O DPVAT faz a cobertura em casos de morte, invalidez permanente ou despesas com assistências médica e suplementares por lesões de menor gravidade causadas por acidentes de trânsito em todo o país.

O seguro foi instituído por lei em 1974, seu pagamento é anual e obrigatório para todos os donos de veículos do país e realizado junto com o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA). Do valor total arrecadado, metade é destinado ao pagamento de indenizações, 5% para o Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) e o restante (45%) é repassado ao Sistema Único de Saúde (SUS) - justamente para custear o atendimento médico às vítimas de acidentes.



Desde 2008, os repasses do DPVAT à saúde pública brasileira somaram mais de R\$ 37 bilhões. Ou seja, com o fim do DPVAT, o SUS, já subfinanciado, irá perder cerca de R\$ 3 bilhões por ano.

Cabe ainda destacar que o Brasil está entre os dez países que apresentam os mais elevados números de óbitos por acidentes de trânsito, responsáveis também por sequelas físicas e psicológicas, principalmente entre a população jovem e em idade produtiva. A cada ano, o trânsito no país mata cerca de 35 mil pessoas e leva aos hospitais 160 mil acidentados, sobrecarregando o SUS, que teve o seu subfinanciamento crônico agravado pela Emenda Constitucional 95/2017.

Verifica-se, portanto que, mais uma vez, a população de baixa renda será a mais prejudicada com a medida. Não é possível que se proponha a extinção de seguro com importantíssimo viés social, de forma irresponsável e inoportuna, alegando-se a existência de fraudes. Para isso, há outras medidas como o fortalecimento do sistema de controle.

Assim, apresentamos a presente emenda no sentido de impedir que mais um ataque ao Sistema Único de Saúde e à população mais vulnerável do país seja efetivado, como pretende a MP 904/2019.

Sala das Comissões, em 20/11/2019



**MPV 904
00050****CÂMARA DOS DEPUTADOS**Liderança do Partido Socialismo e Liberdade
Assessoria Técnica**Medida Provisória nº 904, de 11 de novembro de 2019**

Dispõe sobre a extinção do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres – DPVAT e do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Embarcações ou por suas Cargas – DPEM, de que trata a alínea “I” do caput do art. 20 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966.

EMENDA SUPRESSIVA N.º _____

Suprimam-se os artigos 1º, 2º, 3º, 4º e 6º.

JUSTIFICAÇÃO

A MPV nº 904, de 11 de novembro de 2019, extingue o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres – DPVAT, que é um seguro obrigatório que indeniza vítimas de acidentes de trânsito. Extingue também o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Embarcações ou por suas Cargas – DEPEM.



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Liderança do Partido Socialismo e Liberdade
Assessoria Técnica

O artigo 1º da MPV extingue o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não (DPVAT) bem como o Seguro de Danos Pessoais causados por embarcações, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não (DPEM). Ao extinguir o DPVAT, por consequência já eliminaria também os repasses relacionados ao Sistema Único de Saúde (SUS) e ao Departamento Nacional de Trânsito (Denatran). Para ficar ainda mais claro o ataque ao SUS, o artigo 6º da MPV traz a revogação do parágrafo único do artigo 27 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que trata das receitas da Seguridade Social:

“Art. 27. Constituem outras receitas da Seguridade Social:

Parágrafo único. As companhias seguradoras que mantêm o seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres, de que trata a Lei nº 6.194, de dezembro de 1974, deverão repassar à Seguridade Social 50% (cinquenta por cento) do valor total do prêmio recolhido e destinado ao Sistema Único de Saúde-SUS, para custeio da assistência médico-hospitalar dos segurados vítimas de acidentes de trânsito.”

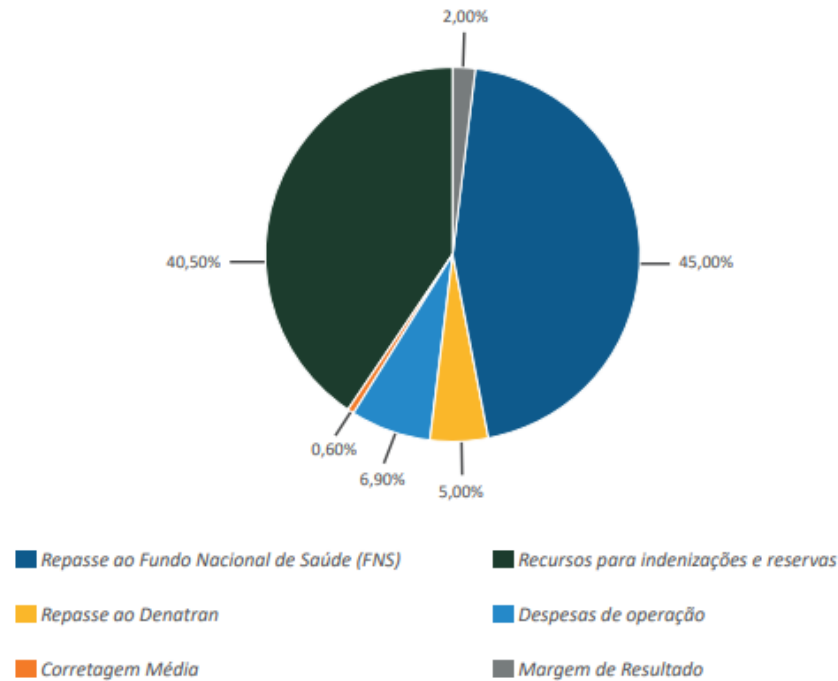
Somente a extinção do DPVAT retira cerca de R\$ 2 bilhões por ano do SUS. A estimativa pode ser encontrada nos balanços financeiros de fim de ano apresentados ao mercado que apontam que, do total arrecadado pela Seguradora Líder (que atualmente gere os recursos), 45% são destinados ao SUS, para custeio da assistência médico-hospitalar às vítimas de acidentes de trânsito. Em 2018 foram arrecadados 4,7 bilhões de reais, sendo a parcela destinada ao SUS de 2,1 bilhões de reais.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Liderança do Partido Socialismo e Liberdade
Assessoria Técnica



Segundo nota do Ministério da Economia¹, a justificativa para o fim do financiamento do SUS é apontada no parágrafo 5º: *“Saliente-se que, quando da criação do Seguro DPVAT, nenhuma das políticas sociais descritas nos parágrafos anteriores (acesso à saúde universal e aposentadoria por invalidez, não contributiva) estavam vigentes. Dessa forma, as coberturas de despesas médicas e de invalidez do Seguro DPVAT se sobrepõem a essas políticas”*.

No entanto, quando analisada a Lei nº 6.194², de 19 de dezembro de 1974, sem as alterações/ modificações feitas ao longo das décadas seguintes, o texto traz o valor de *“até 8 (oito) vezes o valor do maior salário mínimo vigente no País – como reembolso à vítima – no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas”*. Ou seja, a justificativa do governo totalmente a-histórica não se sustenta uma vez que mesmo que não tivéssemos alcançado através das lutas sociais a política de universalização da saúde, ainda

¹ <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=8037390&ts=1574099683682&disposition=inline>

² http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16194.htm



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Liderança do Partido Socialismo e Liberdade
Assessoria Técnica

assim havia assistência do Estado à população atingida.

O sucateamento do SUS é claramente uma política deliberada por parte deste governo, passamos do problema histórico de subfinanciamento para o desfinanciamento do SUS, e a MP 904 aprofunda o problema.

A indenização pelo Seguro DPVAT é uma conquista e um direito de cada brasileiro e de estrangeiros acidentados no trânsito em território nacional. Hoje, os recursos são assegurados por lei e obtidos por meio da cobrança anual aos proprietários de veículos automotores, uma única vez, junto à cota única ou primeira parcela do IPVA, ou no licenciamento, para os veículos isentos do imposto. Porém o artigo 6º da MP revoga a alínea “I” do artigo 20 do Decreto-Lei nº 73 de 1966 que diz que:

“Art 20. Sem prejuízo do disposto em leis especiais, são obrigatórios os seguros de:

I) danos pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres e por embarcações, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não”

Revoga também a Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, que dispõe sobre Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não. Ao revogar esta lei é a confirmação da falta de compromisso do Estado com a população.

Por fim, revoga também catorze artigos da Lei nº 8.374, de 30 de dezembro de 1991, que dispõe sobre o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por embarcações ou por sua carga.

Tal qual colocado no ponto anterior, ao extinguir o DPVAT, extingue-se também os repasses ao Departamento Nacional de Trânsito (Denatran). Com isso não fica explícito quem será responsável por fornecer os papéis usados para emitir o documento de mais de 65 milhões de veículos licenciados por ano no país a partir de primeiro de janeiro de 2020.

A justificativa do Ministério da Economia de que a criação do Seguro DPVAT é anterior às políticas sociais no Brasil é descabida. Não é possível



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Liderança do Partido Socialismo e Liberdade
Assessoria Técnica

precisar o impacto orçamentário-financeiro da Proposta. Além do mais, a nota do Ministério da Economia alega que o DPVAT não é necessário, uma vez que as pessoas que venham a sofrer acidentes de trânsito podem ser atendidas pelo SUS, as famílias que perderem seus entes estão segurados pelo INSS com cobertura de pensão por morte e também que há cobertura por invalidez via BPC. É, no mínimo, curioso que o Ministério aponte como solução serviços públicos que sofreram ataques diversos ao longo do atual governo.

Finalmente, o parágrafo 2 da nota do Ministério alega que o DPVAT não é necessário uma vez que tem “caráter social” e que deveria oferecer serviços tal qual a lógica do setor privado.

Por isso, acreditamos que a proposta não poderia avançar na Câmara dos Deputados sem que haja um debate prévio e aprofundado sobre os impactos sociais e econômicos sobre o tema.

Por todos os motivos elencados, solicitamos apoio do relator e dos nobres pares para aprovação desta emenda.

Sala das Comissões, em novembro de 2019.

Deputado David Miranda

PSOL/RJ





CONGRESSO NACIONAL

**MPV 904
00051**

ETIQUETA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 904/2019****Autor
Jandira Feghali****Partido
PCdoB****1. X Supressiva****2. Substitutiva****3. Modificativa****4. Aditiva****TEXTO / JUSTIFICAÇÃO**

Suprima-se o Art. 1º da Medida Provisória 904 de 2019.

JUSTIFICAÇÃO

Trata-se de iniciativa que extingue o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres -DPVAT e Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Embarcações ou por sua Carga - DPEM.

Criado em 1974, o seguro obrigatório foi concebido para ser pago por todo proprietário de veículo com o objetivo de indenizar qualquer vítima de trânsito, inclusive pedestres. Em 2018, 65 milhões de veículos pagaram o seguro e a arrecadação foi da ordem de R\$ 4,7 bilhões.

A extinção dos seguros deixa sem proteção as vítimas de trânsito mais humildes, em momento dramático de suas vidas, quando se deparam com a morte, a mutilação, as sequelas graves provocadas pelos acidentes em seus familiares.

Segundo o Conselho Federal de Medicina, no Brasil, a cada 60 minutos, em média, pelo menos 5 pessoas morrem vítimas de acidente de trânsito.

A MP 904 é mais uma decisão estapafúrdia do Governo Bolsonaro. Como é sabido, o seguro obrigatório possui cobertura universal. Não somente protege o condutor do veículo, independentemente de ter ou não pago o valor, como todo cidadão atingido. É uma modalidade única no mundo.

Cabe destacar que o DPVAT/DPEM destina ao SUS cerca de R\$ 2,1 bilhões de reais. Representa 45% da arrecadação. O restante dos recursos é destinado ao Denatran para campanhas de educação e gestão do sistema nacional, assim como para o consórcio, fiscalização, dentre outras finalidades.

Ao justificar a extinção do seguro, mais uma vez, autoridades do governo mentem à opinião pública. Uma medida que visa entregar o sistema ao grande mercado financeiro para a maximização de lucros, é apresentada como medida que visa beneficiar o povo. Diferente do que afirma o governo, não é verdade que a medida visa impedir as fraudes envolvendo o Consórcio Líder, grupo que reúne 73 seguradoras. Importante destacar que a extinção do seguro



não é substituída por nenhuma medida que vise cumprir os objetivos alcançados pelo DPVAT. Ela obrigará o cidadão a contratar caríssimos seguros como os que hoje pagam a classe média ante valores inalcançáveis para os segmentos de baixa renda.

Especialistas apontam que o argumento de que o SUS e a assistência social oferecem atendimento gratuito e universal como auxílio acidente e cobertura de auxílio-doença, aposentadoria por invalidez, e o Benefício de Prestação Continuada (BPC/LOAS) é falso, já que todos eles exigem o cumprimento de carência com contribuição ao INSS num país em que 41% da mão de obra se encontra no mercado informal, sem cobertura previdenciária.

O SUS é responsável por prestar atendimento médico, enquanto o DPVAT garante indenização por dano corporal sofrido por um período de até 3 anos, seja por morte, com valor de R\$ 13.500; por invalidez permanente, com pagamento de até R\$ 13.500 a depender da gravidade da sequela, ou como reembolso de despesas médicas e suplementares, com valor que pode alcançar R\$ 2.700 reais a qualquer cidadão vitimado.

Pelo exposto, não cabe outra decisão ao Poder Legislativo senão de rejeitar a presente MP. Ela não serve ao País, pois prejudica gravemente o cidadão, notadamente os setores de baixa renda como os motociclistas que representam 70% dos beneficiados pela cobertura do DPVAT.

Jandira Feghali (PCdoB/RJ)
Líder da Minoria na Câmara dos Deputados





CONGRESSO NACIONAL

**MPV 904
00052**

ETIQUETA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 904/2019**

Autor
Jandira Feghali

Partido
PCdoB

1. Supressiva**2. Substitutiva****3. Modificativa****4. X Aditiva****TEXTO / JUSTIFICAÇÃO**

Adicione-se o seguinte artigo à MP 904/2019, onde couber:

“Art. X A extinção DPVAT de que trata esta lei fica condicionada à realização de estudo prévio, a ser apreciado pelo Tribunal de Contas da União, que demonstre a inviabilidade técnica de sua manutenção e as fontes de receitas compensatórias ao Sistema Único de Saúde.”
(NR)

JUSTIFICAÇÃO

O seguro DPVAT foi criado pela Lei 6.194, em 1974, para amparar as vítimas de acidentes com veículos automotores em vias terrestres, em todo o território nacional, não importando de quem seja a culpa. Por suas características de cobertura, é um seguro eminentemente social.

Independentemente da apuração de culpa, todos os cidadãos têm direito ao DPVAT, em qualquer parte do Brasil, sejam eles motoristas, passageiros ou pedestres, vítimas de acidente de trânsito provocado por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga. São três os tipos de coberturas que garante: morte, invalidez permanente e reembolso de despesas médico-hospitalares, devidamente comprovadas.

A receita do seguro DPVAT ajuda, também, a financiar iniciativas sociais. O valor do prêmio arrecadado é repassado da seguinte forma: 45% são repassados ao Ministério da Saúde (SUS), para custeio do atendimento médico-hospitalar às vítimas de acidentes de trânsito em todo país; 5% são repassados ao Departamento Nacional de Trânsito – DENATRAN, para aplicação exclusiva em programas destinados à prevenção de acidentes de trânsito e os demais 50% para o pagamento das indenizações e constituição de reservas.

Somos terminantemente contrários à extinção desse importante instrumento de proteção às vítimas do trânsito, todavia, caso se opte pela sua extinção, ela deve ser precedida de estudo técnico que demonstre sua necessidade e as fontes compensatórias de receitas ao SUS.

Jandira Feghali (PCdoB/RJ)
Líder da Minoria na Câmara dos Deputados



**MPV 904
00053****EMENDA Nº – CM**
(à MPV nº 904, de 2019)

Acrescente-se à Medida Provisória nº 904, de 11 de novembro de 2019, o seguinte art. 7º, renumerando-se o seguinte:

“Art. 7º A Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, passar a vigorar acrescida do seguinte art. 20-A:

“Art. 20-A. É garantido o direito ao benefício de prestação continuada à pessoa com invalidez permanente decorrente de acidente causado por veículo automotor de via terrestre ou por embarcação ou por sua carga.””

JUSTIFICAÇÃO

A Constituição Federal assegura o direito à assistência social a todos que dela necessitarem, sem ressalvas.

Ora, dessa forma, parece-nos plenamente salutar propor esta emenda à Medida Provisória nº 904, de 2019, que pretende extinguir o Seguro DPVAT.

Considerando que, em decorrência dessa extinção, os atuais segurados ficarão privados deste bem-sucedido seguro, é uma decisão inerentemente humana garantir o benefício de prestação continuada (BPC) a todos aqueles que vierem a padecer de invalidez causada por meio de transporte terrestre ou de embarcação, para que não fiquem desassistidos no seu infortúnio.

Por tal razão, pedimos a colaboração dos Pares para a aprovação desta Emenda.

Sala da Comissão,

Senadora ELIZIANE GAMA
(Líder do CIDADANIA)



MPV 904
00054

EMENDA Nº - CM
(à MPV nº 904, de 2019)

Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo na Medida Provisória nº 904, de 11 de novembro de 2019:

“**Art.** Os arts. 16, 17 e 18 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, passam a vigorar com a seguinte redação:

‘**Art. 16.**
.....

XX - normatizar e coordenar nacionalmente as ações e serviços de atendimento às vítimas de acidentes de trânsito.

.....’

‘**Art. 17.**
.....

XV - em caráter suplementar, normatizar, coordenar e executar as ações e serviços de atendimento às vítimas de acidentes de trânsito.’

‘**Art. 18.**
.....

XIII - dar execução, no âmbito municipal, às ações e serviços de atendimento às vítimas de acidentes de trânsito.’ (NR)”

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória (MPV) nº 904, de 11 de novembro de 2019, extingue o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre, ou por sua Carga, a Pessoas Transportadas ou não, também conhecido como "seguro obrigatório" ou Seguro DPVAT.

Durante sua existência, esse seguro representou importante forma de assistência social às inúmeras vítimas de acidentes de trânsito e seus familiares, indenizando-os em caso de morte, de invalidez permanente e de despesas com assistência médica.



No caso da assistência médica, na Exposição de Motivos Interministerial (EMI nº 00355/2019 ME AGU) que a acompanha a MPV, consta o argumento de que o Seguro DPVAT foi criado antes do Sistema Único de Saúde (SUS), o qual, desde a sua criação, passou a assegurar o atendimento gratuito e universal na rede pública de saúde.

Embora proceda o argumento, cumpre lembrar que esse seguro, além de ser uma fonte de financiamento para o SUS, funciona como uma verdadeira política pública orientada ao atendimento de vítimas de acidente de trânsito, evento que infelizmente ainda é importante causa de morbidade e de mortalidade no País.

Desse modo, julgamos que a extinção do Seguro DPVAT torna necessário que se explicita na legislação a necessidade de se manterem políticas públicas específicas para as pessoas vítimas de acidentes automobilísticos.

Portanto, apresentamos emenda para garantir que o Estado não deixe de assegurar, no âmbito do SUS, a oferta de ações e serviços de assistência à saúde às vítimas de acidentes do trânsito.

Sala da Comissão,

Senadora ELIZIANE GAMA
Líder do CIDADANIA





CONGRESSO NACIONAL

EMENDAS

Apresentadas perante a Comissão Mista destinada a apreciar a **Medida Provisória nº 906, de 2019**, que *"Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana."*

PARLAMENTARES	EMENDAS NºS
Senador Lasier Martins (PODEMOS/RS)	001; 002
Senador Otto Alencar (PSD/BA)	003
Deputado Federal André Figueiredo (PDT/CE)	004; 005
Deputado Federal Hildo Rocha (MDB/MA)	006
Deputado Federal Mário Heringer (PDT/MG)	007; 008; 009
Deputado Federal Pompeo de Mattos (PDT/RS)	010
Senador Acir Gurgacz (PDT/RO)	011; 012; 013; 014; 015; 016; 017; 018; 019; 027; 028; 029
Deputado Federal Bosco Costa (PL/SE)	020
Deputada Federal Rosana Valle (PSB/SP)	021
Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)	022
Deputado Federal Mauro Lopes (MDB/MG)	023; 024; 025; 037
Senador Jader Barbalho (MDB/PA)	026
Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP)	030; 031
Deputado Federal Vinicius Poit (NOVO/SP)	032; 033; 034
Deputado Federal Ronaldo Carletto (PP/BA)	035
Deputado Federal Felipe Carreras (PSB/PE)	036
Deputado Federal Da Vitoria (CIDADANIA/ES)	038
Deputado Federal Paulo Pimenta (PT/RS)	039; 040
Senador Rogério Carvalho (PT/SE)	041; 042; 043; 044
Deputado Federal Carlos Zarattini (PT/SP)	045
Deputado Federal Luizão Goulart (REPUBLICANOS/PR)	046

TOTAL DE EMENDAS: 46





[Página da matéria](#)



**MPV 906
00001**SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Lasier Martins**EMENDA Nº – CMMPV**
(à MPV nº 906, de 2019)

Dá nova redação ao § 4º do art. 24 da Lei nº 12.587, de 03 de janeiro de 2012, modificado pelo art. 1º da Medida Provisória nº 906, de 2019:

“Art. 1º.....
.....
‘Art. 24.
.....
§ 4º O Plano de Mobilidade Urbana deverá ser elaborado e aprovado até 12 de abril de 2022.” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória nº 906, de 2019, muda regras e prazos relativos à efetivação do Plano de Mobilidade Urbana, para que os municípios que ainda não o tenham elaborado, o façam e o aprovem até o dia 12 de abril de 2021.

Embora seja a segunda mudança no prazo, uma vez que originalmente o prazo venceria em abril de 2015, tendo sido estendido pela MP 818/2018, a própria Exposição de Motivos indicou alto percentual de municípios que ainda não elaboraram seus Planos de Mobilidade.

Se considerar que ano que vem teremos eleições municipais, nos parece razoável a extensão do prazo por mais um ano, para que se finde em 12 de abril de 2022, de forma que os municípios tenham tempo hábil para tal regularização, pelo que solicito o acolhimento da presente emenda.

Sala da Comissão,

Senador LASIER MARTINS
(PODEMOS-RS)



**MPV 906**
00002

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Lasier Martins
EMENDA Nº - CMMPV
(à MPV nº 906, de 2019)

Dê-se a seguinte redação ao §8º do art. 24 da Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, incluído pelo art. 1º da Medida Provisória nº 906, de 2019:

“Art. 1º

‘Art. 24

§ 8º Encerrado o prazo estabelecido no § 4º, os Municípios que não tenham aprovado o Plano de Mobilidade Urbana ficarão impedidos de receber recursos do Orçamento Geral da União consignados à Secretaria Nacional de Mobilidade e Serviços Urbanos do Ministério do Desenvolvimento Regional até que seja cumprida a exigência prevista nesta Lei, ressalvada a hipótese de instrumentos de repasse já celebrados, ou que se destinem à própria elaboração de Plano de Mobilidade Urbana. ’ ” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória nº 906, de 2019 traz uma importante inovação legislativa, ao promover a elaboração e aprovação de Planos de Mobilidade Urbana por parte dos municípios. Prevê, inclusive a proibição de receber recursos do Orçamento Geral da União oriundos do Ministério do Desenvolvimento Regional em caso de não cumprimento dessa exigência.

No entanto, da forma como redigido, o eventual bloqueio de recursos do MDR se dará também sobre aquelas verbas destinadas à elaboração do próprio Plano de Mobilidade Urbana, visto que se trata de item passível de ser contemplado por emendas parlamentares, conforme indica a ação orçamentária 10SR: Apoio à elaboração de planos de mobilidade urbana e de projetos de sistemas.

Sala da Comissão,

Senador Lasier Martins
(PODEMOS-RS)



**MPV 906
00003****EMENDA Nº - CM**
(à MPV nº 906, de 2019)

Altera-se o § 1º do art. 24, contidas no art. 1º, da MPV nº 906, de 2019, com a seguinte redação:

“Art.1º

§ 1º Em Municípios com mais de trinta mil habitantes e em todos aqueles que integrem regiões metropolitanas, regiões integradas de desenvolvimento econômico e aglomerações urbanas com população total superior a um milhão de habitantes, deverá ser elaborado e aprovado o Plano de Mobilidade Urbana, integrado e compatível com os seus planos diretores e, quando couber, com os planos de desenvolvimento urbano integrado e com os planos metropolitanos de transporte e mobilidade urbana.

JUSTIFICAÇÃO

Congestionamentos de automóveis, superlotação de ônibus, trens e metrô são realidade em grandes cidades e fazem com que, normalmente, os problemas e soluções de mobilidade sejam direcionadas às grandes metrópoles. No entanto, cidades com menos de 100 mil habitantes, apesar de não enfrentarem essas mesmas dificuldades, também têm na mobilidade um gargalo para seu desenvolvimento, problema normalmente deixado de lado pelo Poder Público.

Nas cidades pequenas, os problemas de mobilidade não são menores, mas apenas diferentes. Enfrentam outros tipos de problema, a falta de acesso ao transporte público, o tempo de demora para chegar, a qualidade desse transporte, porque as frotas antiquadas das grandes cidades são vendidas para cidades pequenas.

Hoje, sabemos que os municípios têm dificuldade para elaborar seus Planos de Mobilidade. As prefeituras, de uma forma geral, têm dificuldades financeiras, operacionais e principalmente, técnicas, pois muitas prefeituras pequenas não têm corpo técnico capacitado.

Então, por acreditamos que devemos estabelecer essa obrigatoriedade aos municípios acima de trinta mil habitantes, que contamos com o apoio dos nossos pares e o acolhimento desta emenda.

Sala das Sessões,



Senador **OTTO ALENCAR**
PSD/BA





CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV 906

00004 TIQUETA

DATA
/ /2019

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 906, de 2019

AUTOR
DEPUTADO ANDRÉ FIGUEIREDO

Nº PRONTUÁRIO

TIPO
1 () SUPRESSIVA 2 () SUBSTITUTIVA 3 (X) MODIFICATIVA 4 () ADITIVA 5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL

PÁGINA

ARTIGO

PARÁGRAFO

INCISO

ALÍNEA

Dê-se a seguinte redação ao §4º do art. 24, da Lei nº 12.587/2012, modificado pelo art. 1º da Medida Provisória nº 906, de 2019:

“Art. 24.....
.....

§4º O Plano de Mobilidade Urbana deverá ser elaborado e aprovado de acordo com o cronograma apresentado a seguir:

Faixa populacional	Número de municípios *	Prazo
20.001 a 50.000	1043	Até 12 de outubro de 2022
50.001 a 100.000	325	Até 12 de fevereiro de 2022
100.001 a 500.00	245	Até 12 de setembro de 2021
500.001 -	38	Até 12 de abril de 2021

.....” (NR)

JUSTIFICATIVA

A Lei nº 12.587/2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana, prevê prazo para os municípios elaborarem o Plano de Mobilidade Urbana e não fez qualquer menção à necessidade de controles, como uma aprovação.



O texto da MP 906, de 2019, inclui mais um processo para a liberação de recursos orçamentários, que é a aprovação do plano.

É razoável supor que a necessidade de aprovação, agora com a exigência da chancela de instituições financeiras para avaliação de viabilidade e risco, envolva muito mais consultas e retificações no projeto, visando ao seu aperfeiçoamento e à sua adequação, exigindo mais tempo para a sua concreta finalização.

Por outro lado, a Secretaria Nacional de Mobilidade e Serviços Urbanos do Ministério do Desenvolvimento Regional (Semob) afirma que, até então, apenas 313 municípios brasileiros conseguiram elaborar seus planos, sendo 79% destes localizados na região sudeste, enquanto que 70,3% dos projetos não conseguiram ser aprovados. Esta dificuldade foi identificada apenas com a exigência da elaboração.

Neste sentido, a solução dada pela emenda vai ao encontro das dificuldades indicadas na pesquisa e busca uma melhor adequação à diversidade e ao desequilíbrio existente entre os municípios brasileiros. A proposta da emenda é vincular um marco temporal flexível de acordo com uma estratificação populacional das cidades, partindo da premissa de que quanto menor o município, mais desprovido de recursos e capacidades ele é, ainda que seu plano seja bem menos complexo do que o exigido para as grandes cidades. Municípios pequenos conta com inúmeras dificuldades com infraestrutura básica, como, por exemplo, acesso à internet, computadores, além de pessoal capacitado para entender normativos e desenvolver um projeto desta natureza.

*<https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/1290>

ASSINATURA



ASSINATURA

Brasília, de outubro de 2019.





CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV 906

00005 TIQUETA

DATA / /2019	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 906, de 2019
-----------------	-----------------------------------

AUTOR DEPUTADO ANDRÉ FIGUEIREDO	Nº PRONTUÁRIO
---	---------------

TIPO				
1 () SUPRESSIVA	2 () SUBSTITUTIVA	3 (X) MODIFICATIVA	4 () ADITIVA	5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL

PÁGINA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
--------	--------	-----------	--------	--------

Dê-se a seguinte redação ao §1º do art. 24, da Lei nº 12.587/2012, modificado pelo § 1º, art. 1º da Medida Provisória nº 906, de 2019:

“Art. 24.

.....

§ 1º Em Municípios com mais de vinte mil habitantes e em todos aqueles que integrem regiões metropolitanas, regiões integradas de desenvolvimento econômico, regiões turísticas com interesses comuns e aglomerações urbanas com população total superior a um milhão de habitantes, deverá ser elaborado e aprovado o Plano de Mobilidade Urbana, integrado e compatível com os seus planos diretores e, quando couber, com os planos de desenvolvimento urbano integrado e com os planos metropolitanos de transporte e mobilidade urbana.

.....” (NR)

JUSTIFICATIVA

A Lei nº 12.587/2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana, prevê a elaboração do Plano de Mobilidade Urbana apenas para municípios com mais de 20.000 habitantes, cidades que são obrigadas a apresentarem um plano diretor de acordo com a Lei nº 10257, de 2001.

O texto da MP 906, de 2019, passa a exigir, de forma muito apropriada, projetos de mobilidade para municípios com vínculos econômicos e sociais, integrados e conectados dinamicamente por atividades e relações compartilhadas.

A solução dada pela emenda vai ao encontro da exigência dada pelo Inciso IV, art. 41, da Lei nº 10257/2001, que estabelece critérios para a elaboração de Plano Diretor, incluindo regiões



turísticas, com interesses mútuos, como, por exemplo, algumas regiões vinícolas do sul do País, regiões serranas da Serra da Mantiqueira, municípios históricos de Minas Gerais, e muitas outras que possam ser identificadas neste contexto.

O turismo é uma importante fonte de renda e precisa ser melhor explorado e intensificado. Para isso, o governo precisa estimular soluções conjuntas que favoreçam o seu desenvolvimento, entre elas, a melhoria da malha viária e dos modais nos polos regionais que compartilhem interesses comuns.

ASSINATURA



ASSINATURA

Brasília, de outubro de 2019.



**MPV 906
00006****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 906, DE 2019**

Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana.

EMENDA Nº

Dê-se ao § 4º do art. 24 da Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, alterado pelo art. 1º do Projeto a seguinte redação:

“Art. 24
.....
§ 4º O Plano de Mobilidade Urbana deverá ser elaborado e aprovado até 12 de abril de 2024.
.....”(NR)

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa estender até o ano de 2024 o prazo para a elaboração do Plano de Mobilidade Urbana por parte dos Municípios obrigados a fazê-lo.

O ajuste é importante não somente pela complexidade envolvida na elaboração de plano de tamanha importância e impacto no município, mas também em atenção ao calendário eleitoral do País. O prazo proposto inicialmente coincide com o primeiro ano da gestão municipal 2021-2024. Não é razoável esperar que aqueles que assumirão as prefeituras terão, logo nos primeiros meses de mandato, condição de empreender a tarefa. Forçá-los, via comando legal, é condenar a população a contar com um Plano aquém do que poderia lhes ser oferecido caso os envolvidos tivessem o tempo adequado para construí-lo.

Pelo exposto rogo aos nobres Pares apoio para aprovação da emenda.

Sala da Comissão, em 26 de novembro de 2019.

Deputado HILDO ROCHA





CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV 906

000071QUETA

DATA	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 906, de 2019
------	-----------------------------------

AUTOR DEPUTADO MÁRIO HERINGER	Nº PRONTUÁRIO
----------------------------------	---------------

TIPO				
1 () SUPRESSIVA	2 () SUBSTITUTIVA	3 (X) MODIFICATIVA	4 () ADITIVA	5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL

PÁGINA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
--------	--------	-----------	--------	--------

Dê-se ao art. 24 da Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, modificado pelo art. 1º da Medida Provisória nº 906, de 2019, a seguinte redação:

“Art. 24.

.....

VIII - as áreas de estacionamentos públicos e privados, gratuitos ou onerosos e as áreas de paraciclos;

.....” (NR)

JUSTIFICATIVA

Apresentamos a presente emenda, a fim de incluir os paraciclos (estacionamentos de bicicletas) no Plano de Mobilidade Urbana dos municípios, de forma a manter compatibilidade com o disposto no inciso III do mesmo art. 24, que trata da infraestrutura do sistema de mobilidade urbano, contemplando ciclovias e ciclofaixas, e estimular o uso da bicicleta como modal de transporte regular nas cidades brasileiras.

ASSINATURA

Brasília, de novembro de 2019.





CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV 906

000051 QUETA

DATA	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 906, de 2019
------	-----------------------------------

AUTOR DEPUTADO MÁRIO HERINGER	Nº PRONTUÁRIO
----------------------------------	---------------

TIPO				
1 () SUPRESSIVA	2 () SUBSTITUTIVA	3 () MODIFICATIVA	4 (X) ADITIVA	5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL

PÁGINA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
--------	--------	-----------	--------	--------

Inclua-se, onde couber, art. na Medida Provisória nº 906, de 2019, com a seguinte redação:

“Art. x. O art. 23 da Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 23.

.....

V – estabelecimento da política de estacionamentos de uso público e privado, com e sem pagamento pela sua utilização, e **paraciclos** como parte integrante da Política Nacional de Mobilidade Urbana;

.....” (NR)

JUSTIFICATIVA

Apresentamos a presente emenda, a fim de incluir os paraciclos (estacionamentos de bicicletas) no Plano de Mobilidade Urbana dos municípios, de forma



a manter compatibilidade com o disposto no inciso III do art. 24 da Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que trata da infraestrutura do sistema de mobilidade urbano, contemplando ciclovias e ciclofaixas, e estimular o uso da bicicleta como modal de transporte regular nas cidades brasileiras.

ASSINATURA

Brasília, de novembro de 2019.





CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV 906

000091 QUETA

DATA	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 906, de 2019
------	-----------------------------------

AUTOR DEPUTADO MÁRIO HERINGER	Nº PRONTUÁRIO
----------------------------------	---------------

TIPO				
1 () SUPRESSIVA	2 () SUBSTITUTIVA	3 () MODIFICATIVA	4 (X) ADITIVA	5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL

PÁGINA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
--------	--------	-----------	--------	--------

Inclua-se, onde couber, art. na Medida Provisória nº 906, de 2019, com a seguinte redação:

“Art. x. O art. 37 da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 37.
.....

V - geração de tráfego e demanda por transporte público e estacionamento de veículos automotores;

.....

VIII – segurança pública.” (NR)

JUSTIFICATIVA

O art. 37 da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade, estabelece as



questões mínimas a serem analisadas no estudo prévio de impacto de vizinhança (EIV) exigido por lei municipal para determinados tipos de empreendimentos e atividades. Entre essas questões encontra-se a análise da demanda por transporte público resultante da instalação vindoura.

Parece-nos evidente, todavia, que com uma frota nacional superior a 52 milhões de automóveis e 26 milhões de motocicletas, motonetas e ciclomotores, e registrando em média mais de 270 mil roubos/furtos de veículos por ano no País, a construção ou ampliação de empreendimentos que reúnem grande número de frequentadores em um mesmo período ou turno gera expressiva demanda não apenas por transporte público, mas, igualmente ou até mais, por estacionamento e segurança pública.

Para evitar que o impacto dessa demanda recaia direta e exclusivamente sobre a vizinhança, resultando em prejuízos a negócios previamente estabelecidos e comprometimento da qualidade ambiental e de vida do lugar, apresentamos a presente emenda, com o objetivo de incluir a análise da demanda por estacionamento e segurança pública entre os itens a serem obrigatoriamente averiguados pelos estudos de impacto de vizinhança.

Entendemos que se trata de atualização legislativa imprescindível à preservação da qualidade ambiental das cidades brasileiras em detrimento da expansão aleatória, mal planejada e danosa de empreendimentos e atividades aglutinadores de grande público.

ASSINATURA

Brasília, de novembro de 2019.





CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV 906

00000101 QUETA

DATA
26/11/2019

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 906, de 2019

AUTOR
DEPUTADO POMPEO DE MATTOS

Nº PRONTUÁRIO

TIPO
1 () SUPRESSIVA 2 () SUBSTITUTIVA 3 () MODIFICATIVA 4 (X) ADITIVA 5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL

PÁGINA

ARTIGO

PARÁGRAFO

INCISO

ALÍNEA

Inclua-se o inciso VIII ao art. 16 da Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012:

“Art. 16.

.

VIII – direcionar recursos federais para elaboração de Plano de Mobilidade para Municípios abaixo de 100 mil habitantes, com alto índice de mortos no trânsito por grupos de habitantes e de mortos no trânsito por grupos de veículos e que possuem menos recursos.

.....” (NR)

JUSTIFICATIVA

A elaboração dos Planos de Mobilidade, de Municípios abaixo de 100 mil habitantes, será por convênio entre União e municípios. Estes devem demonstrar a necessidade do Plano Municipal de Mobilidade. A prioridade dos recursos federais será para elaboração de Planos Municipais de Mobilidade para Municípios abaixo de 100 mil habitantes, já existentes, conforme previstos no artigo 24 da Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012. Também podem ser prioritários Municípios, abaixo de 100 mil habitantes, com alto índice de mortos no trânsito por grupos de habitantes e de mortos no trânsito por grupos de veículos e que possuem menos recursos, já que os impactos do transporte de carga e falta de transporte coletivo podem aumentar o número de morte e sequelas no trânsito, que sobrecarregam o sistema municipal de saúde.

Os Plano Municipais de Mobilidade poderiam ser alinhados ao Plano Nacional de Redução de Mortes, Lei nº 13.614, de 11 de janeiro de 2018 (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13614.htm)

A prioridade governamental não devem ser apenas as potências nacionais, capazes de se



autofinanciar. A prioridade é o estímulo para o desenvolvimento e crescimento dos Municípios de pequeno porte, já que a mobilidade urbana desenvolve todos os setores e proporciona acesso aos direitos previstos na constituição.

POMPEO DE MATTOS
DEPUTADO FEDERAL/RS
Vice-líder PDT





SENADO FEDERAL

**MPV 906
00011****EMENDA nº - CM
(à MPV nº 906, de 2019)**

Inclua-se no artigo 1º da Medida Provisória 906, de 2019, uma alteração no artigo 23 da Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, com a seguinte redação:

Art. 1º - A Lei 12.587, de 3 de janeiro de 2012 passa a vigorar com a seguinte alterações:

Art. 23 -

.....

X – estabelecimento de mecanismo de financiamento do transporte público coletivo urbano e de caráter urbano mediante um fundo interfederativo destinado a redução das tarifas pagas pela população brasileira.

Parágrafo único - Na aplicação do teor do inciso V relativo aos estacionamentos de uso público e privado e de vagas públicas, com pagamento pela sua utilização, caberá ao poder público responsável destinar parte da receita auferida ao fundo previsto no inciso X, mediante o estabelecimento de taxas específicas.

JUSTIFICATIVA

O transporte público coletivo urbano, definido na Constituição Federal como direito social (Art. 6º) e como serviço essencial (Art. 30, inciso V), e objeto da Lei nº 12.587, de 2012, enfrenta uma crise sem precedentes, caracterizada pela constante perda de passageiros em razão do alto preço das tarifas e pela falta uma política pública que o priorize em relação aos meios de transporte individuais.

A inércia do poder público em ter um de planejamento adequado às necessidades da população, tem resultado em diversas externalidades negativas que contribuem para a degradação desse serviço público, como o crescimento do transporte ilegal, dos congestionamentos no trânsito das cidades, e da falta de investimento em infraestrutura.

Na verdade, percebe-se uma falta de articulação política dos governos federal,





SENADO FEDERAL

estaduais e/ou municipais para efetiva prestação deste serviço essencial para mobilidade urbana.

O resultado desastroso desse cenário são os milhões de brasileiros que não conseguem ter acesso aos serviços de transporte público coletivo de suas cidades devido a falta de capacidade financeira para pagar a tarifa, ou seja, a passagem está cara para esses brasileiros, que dependem diariamente desse serviço para os seus deslocamentos.

No dia 16 de setembro de 2019, a Comissão de Infraestrutura do Senado Federal realizou uma audiência pública para discutir as propostas para melhoria do transporte público urbano. Na ocasião o Ministério do Desenvolvimento Regional realizou uma apresentação sobre a redução das tarifas do transporte público coletivo e defendeu a criação de um Fundo Nacional de Transporte Público Coletivo, com objetivo de permitir barateamento da tarifas para população brasileira.

Dessa forma, propomos a presente emenda visando o estabelecimento de um fundo interfederativo destinado a redução das tarifas pagas pela população brasileira, bem como que parte da arrecadação dos valores com estacionamentos públicos e privados, inclusive de vagas públicas, sejam destinados a esse fundo, que certamente beneficiará os usuários do transporte público coletivo nas cidades, principalmente os mais carentes.

Sala das Comissões, 25 de novembro de 2019.

Senador **ACIR GURGACZ**

PDT/RO





SENADO FEDERAL

**MPV 906
00012****EMENDA nº - CM
(à MPV nº 906, de 2019)**

Inclua-se no artigo 1º da Medida Provisória 906, de 2019, alterações nos artigo 6º da Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, com as seguintes redações:

“Art. 1º - A Lei 12.587, de 3 de janeiro de 2012 passa a vigorar com a seguinte alterações:

.....

“ Art. 6º -

VI - priorização de projetos de transporte público coletivo:

- a- estruturadores do território urbano;
- b- indutores do desenvolvimento urbano integrado;
- c- de corredores exclusivos em vias urbanas;
- d- de faixas preferenciais em vias urbanas;

.....

IX – tratamento tributário diferenciado que beneficie o usuário do transporte público coletivo de passageiros, mediante redução dos custos dos tributos sobre os serviços.

X – recuperação dos investimentos realizados em infraestrutura de transporte público coletivo de passageiros que tenha resultado a valorização de imóveis urbanos, mediante instituição de contribuição de melhoria. “

JUSTIFICATIVA

Decorrido sete anos da sanção da Lei nº 12.587/2012, constata-se a necessidade de revisar a presente lei, de forma de adequá-la a realidade das cidades quanto a mobilidade urbana.





SENADO FEDERAL

Considerando o número crescente de veículos nas cidades, o que tem gerado o aumento acentuado de congestionamentos das vias urbanas, prejudicando assim a mobilidade das pessoas, é importante priorizar projetos de melhorem a mobilidade urbana, como os projetos de corredores exclusivos e de faixa preferenciais destinadas ao transporte público coletivo.

Além disso, há necessidade de estabelecer uma diretriz que permita estabelecer uma política tributária que beneficie o usuário do transporte público coletivo, mediante incentivos fiscais que resultem em uma tarifa mais módica pelo serviço público prestado, ou seja, uma passagem mais barata para aquele que utiliza o transporte público.

Outra diretriz necessária a ser inserida na Política Nacional de Mobilidade Urbana é a que permita o poder público recuperar os investimentos realizados em infraestrutura para transporte público coletivo que tenham resultado na valorização de imóveis privados nas áreas urbanas.

Dessa forma a presente emenda permitirá que o poder público possa aprimorar a política de mobilidade urbana de sua cidade.

Sala das Comissões, 25 de novembro de 2019.

Senador **ACIR GURGACZ**

PDT/RO





SENADO FEDERAL

**MPV 906
00013****EMENDA nº - CM
(à MPV nº 906, de 2019)**

Inclua-se no artigo 1º da Medida Provisória 906, de 2019, alterações nos artigo 8º da Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2019, com as seguintes redações:

Art. 1º - A Lei 12.587, de 3 de janeiro de 2012 passa a vigorar com a seguinte alterações:

.....

“ Art. 8º -

.....

§ 4º A concessão de novos benefícios tarifários a uma classe ou coletividade de usuários nos serviços de transporte público coletivo deverá ser custeada com recursos financeiros específicos previstos em lei, sendo vedado atribuir o referido custeio aos usuários do respectivo serviço público.

§ 5º A concessão de benefícios tarifários nos serviços de transporte público coletivo, sempre que possível, deve considerar a capacidade econômica e financeira dos usuários beneficiados, visando atender aqueles que realmente necessitem da assistência social do poder público.

§ 6º Os atuais benefícios tarifários serão revistos no prazo de sete anos, contado da data de entrada em vigor desta lei, com objetivo de se adequarem ao teor expresso nos § 4º e 5º.





SENADO FEDERAL

JUSTIFICATIVA

Decorrido sete anos da sanção da Lei nº 12.587/2012, constata-se a necessidade de revisar a presente lei, de forma de adequá-la a realidade das cidades quanto a mobilidade urbana.

Considerando que a maioria dos usuários do transporte público coletivo urbano são pessoas de baixo poder aquisitivo, e dessa forma encontram dificuldades para o pagamento da tarifa desse serviço público, há a necessidade de revisarmos a política tarifária definida na Lei de Mobilidade Urbana, principalmente em relação aos benefícios tarifários concedidos para determinadas categorias de usuários, mais conhecidas como gratuidades.

No custeio da gratuidade no transporte público é importante observar que a tarifa desse serviço público é o resultado do seu custo dividido pelo número de usuários pagantes. Assim quanto maior o número de usuários beneficiados pelo passe livre, menor será o número de pagantes e consequentemente, maior vai ser o valor da tarifa.

Para cada um real gasto com passagem de ônibus, trens e metros, 19 centavos são destinados ao custeio dessas gratuidades.

Na verdade, estamos vivendo uma grande injustiça social onde pessoas menos favorecidas da sociedade e que utilizam o transporte público todos os dias são obrigadas a financiar uma política de assistência social que é de responsabilidade do Poder Público

Se verificarmos a Constituição Federal, vamos observar que “*assistência social deve ser prestada para aquele que dela necessitar*” (Art. 203) e como faz parte da seguridade social, medidas de assistência social devem ser financiadas pelo orçamento público (Art. 195).





SENADO FEDERAL

Assim a presente emenda não visa proibir as gratuidades nos serviços transporte público coletivo, e sim estabelecer que as novas gratuidades sejam custeadas com recursos públicos e não mais pelos usuários do sistema de transporte público coletivo, bem como, ao conceder a gratuidade, o poder público esteja atento a condição financeira do usuário beneficiado, como forma de beneficiar aquele usuário que realmente precisa de assistência e proteção do Estado.

Dessa forma, contamos com o apoio dos nobres pares para que possamos realizar a verdadeira justiça social com os usuários do transporte público coletivo nas cidades, principalmente com os mais carentes da sociedade, desobrigando-os definitivamente de ônus indevido quanto ao custeio de uma política social do Estado Brasileiro.

Sala das Comissões, 25 de novembro de 2019.

Senador **ACIR GURGACZ**

PDT/RO





SENADO FEDERAL

**MPV 906
00014****EMENDA Nº - CM**

(à MPV nº 906, de 2019)

Inclua-se onde couber, na MPV nº 906, de 19 de dezembro de 2019, o seguinte artigo:

“**Art.** Ficam revogados os artigos 4º, 5º e 6º da Lei nº 12.996, de 18 de junho de 2014.”

JUSTIFICAÇÃO

As alterações propostas visam a contribuir para o aprimoramento do marco legal do transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros.

Sala das Comissões, 26 de novembro de 2019.

Senador **ACIR GURGACZ**

PDT/RO





**MPV 906
00015**

SENADO FEDERAL

EMENDA Nº - CM
(à MPV nº 906, de 2019)

Inclua-se onde couber, na MPV nº 906, de 19 de dezembro de 2019, o seguinte artigo:

“**Art.** Ficam revogados os seguintes dispositivos da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001:

- I – alínea “e” do inciso V do artigo 13;
- II – alínea “j” do inciso II do artigo 14;
- III – inciso VII do artigo 26;
- IV – artigos 47-A, 47-B e 47-C.”

JUSTIFICAÇÃO

A emenda proposta visa a contribuir para o aprimoramento do marco legal do transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros.

Sala das Comissões, 26 de novembro de 2019.

Senador **ACIR GURGACZ**

PDT/RO





SENADO FEDERAL

**MPV 906
00016****EMENDA Nº - CM**
(à MPV nº 906, de 2019)

Inclua-se onde couber, na MPV nº 906, de 19 de dezembro de 2019, o seguinte artigo:

“Art. A Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 14.....
.....

..

IV -

.....
a) o transporte coletivo rodoviário interestadual de passageiros;

.....” (NR)”

“Art. 26.....

I - publicar os editais, julgar as licitações e celebrar os contratos de permissão para prestação de serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros.

.....” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A emenda proposta visa a contribuir para o aprimoramento do marco legal do transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros.

Sala das Comissões, 26 de novembro de 2019.

Senador **ACIR GURGACZ**
PDT/RO





SENADO FEDERAL

**MPV 906
00017****EMENDA Nº - CM**

(à MPV nº 906, de 2019)

Inclua-se onde couber, na MPV nº 906, de 19 de dezembro de 2019, o seguinte artigo:

“Art. Em 24 meses, a contar da publicação desta lei, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) elaborará um plano de outorga dos serviços de transporte coletivo interestadual de passageiros, para ser implantado no prazo de 96 (noventa e seis) meses, observada a ampla participação popular, nos termos do artigo 9º da Lei nº 13.848 de 25 de junho de 2019.

§ 1º A implantação do Plano de Outorgas será feita em etapas anuais.

§ 2º Em cada etapa anual deverão ser implantadas quantidades equivalentes de mercados, cujos tamanhos serão aferidos pela média dos últimos cinco anos da quantidade de passageiros transportados multiplicada pela quilometragem percorrida.

§ 3º O Plano de Outorgas não poderá prever a celebração de contratos com períodos inferiores a vinte anos.

§ 4º Nas fases de elaboração e implantação do Plano de Outorgas, os mercados existentes na data de publicação desta Lei permanecerão autorizados aos seus atuais operadores, nas condições do artigo 49 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, até a data de sua definitiva adjudicação, nos termos do *caput*, observadas, nesse período, as causas extintivas dos incisos II, IV, V e VI do artigo 35 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.





SENADO FEDERAL

§ 5º Os mercados atualmente sem atendimento ou que venham necessitar de atendimento na fase de elaboração prevista no *caput*, deverão integrar a primeira etapa de implantação do plano de outorgas.”

JUSTIFICAÇÃO

As alterações propostas visam a contribuir para o aprimoramento do marco legal do transporte rodoviário interestadual de passageiros.

Sala das Comissões, 26 de novembro de 2019.

Senador **ACIR GURGACZ**

PDT/RO



**MPV 906
00018**

SENADO FEDERAL

EMENDA Nº - CM
(à MPV nº 906, de 2019)

Incluem-se onde couber, no art. 1º da MPV nº 906, de 19 de dezembro de 2019, as seguintes alterações na Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012:

“Art. 4º

.....

XIV - transporte público regular rodoviário coletivo interestadual de passageiros: o que transpõe os limites de Estado e do Distrito Federal, aberto ao público em geral, mediante pagamento individualizado de tarifa, ofertado em determinado itinerário e frequência mínima;

XV - transporte público regular rodoviário coletivo internacional de passageiros: o que transpõe as fronteiras nacionais.” (NR)

“Art. 16.....

.....

VIII - prestar, diretamente ou por delegação, por meio de permissão a título precário, mediante licitação, da prestação do transporte público regular rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros, feita pela União à pessoa jurídica que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco, por prazo determinado.” (NR)

“Art. 26-A. As atuais linhas e seções do transporte público regular coletivo interestadual e internacional de passageiros outorgadas por autorizações concedidas com base na Lei 12.996, de 18 de junho de 2014 e em regulamentação da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) deverão continuar sua operação, até que, por meio de processo licitatório, sejam celebrados os contratos de permissão e iniciada a efetiva operação dos serviços que irão suceder os ora autorizados, visando a não descontinuidade do serviço público.”





SENADO FEDERAL

JUSTIFICAÇÃO

As alterações propostas visam a contribuir para um novo marco legal do transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros.

Sala das Comissões, 26 de novembro de 2019.

Senador **ACIR GURGACZ**
PDT/RO



**MPV 906
00019**

SENADO FEDERAL

**EMENDA nº - CM
(à MPV nº 906 de 2019)**

Inclua-se onde couber, na MPV nº 906, de 19 de novembro de 2019, o seguinte artigo:

“Art. O art 47-B da Lei nº 12.996, de 18 de junho de 2014, passa a ter a seguinte redação:

Art. 47-B. Não haverá limite para o número de autorizações para o serviço regular de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros, salvo no caso de inviabilidade operacional, técnica e econômica.

§ 1º Entende-se como inviabilidade operacional quando a demanda de passageiros for menor que o mínimo necessário para a remuneração do operador.

§ 2º A ANTT calculará, trimestralmente, o custo de operação por quilômetro e divulgará a demanda mínima a que se refere o parágrafo primeiro.

JUSTIFICATIVA

As alterações propostas visam a contribuir para o aprimoramento do marco legal do transporte rodoviário interestadual de passageiros.

Sala das Comissões, 26 de novembro de 2019.

Senador **ACIR GURGACZ**

PDT/RO



**MPV 906
00020****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 906, DE 2019**

Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana.

EMENDA Nº

Acrescente-se ao art. 1º da Proposição a seguinte alteração à Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012:

“Art. 15.

.....

Parágrafo único. A instalação de controladores eletrônicos de velocidade em rodovias, dentro do perímetro urbano assim definido no plano diretor municipal, quando demandada pela população pelos meios mencionados no *caput*, deverá ser priorizada pelo órgão ou entidade com circunscrição sobre a via, devendo ser apresentado planejamento para implantação ou justificação para não atendimento da demanda. ” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

Um dos grandes desafios impostos pela expansão rodoviária é a harmonização do tráfego das estradas e o desenvolvimento urbano. Os conflitos entre rodovias e o perímetro urbano configuram questão complexa e de difícil solução.

Nesse contexto, a visão de quem convive com o problema é, sem dúvida, a fonte mais confiável de informações sobre quais as alternativas para se atuar visando a diminuir as ocorrências de acidentes nas rodovias que atravessam os municípios. Aqueles que convivem dia-a-dia com os perigos do tráfego de veículos das estradas são os que melhor podem diagnosticar os pontos críticos desse conflito.



2

Assim, nossa proposta é que os instrumentos de participação da sociedade civil já previstos na Política Nacional de Mobilidade Urbana sejam utilizados para a definição dos pontos onde devam ser instalados medidores eletrônicos de velocidade. A medida não somente desonerará as autoridades de aprofundar estudos sobre os pontos críticos das rodovias onde os equipamentos precisam ser instalados, mas também fará com que essa decisão seja mais precisa, uma vez que contará com a percepção do cidadão que tem contato diário com aquela realidade.

Se ainda assim, algum impedimento de ordem técnica se impuser à instalação demandada, o órgão ou entidade com circunscrição sobre a via, justificadamente, não teria sua atuação vinculada, conservando sua autonomia para administrar a rodovia.

Pelo exposto, conto com o apoio dos nobres Pares para aprovação da emenda.

Sala da Comissão, em de de 2019.

Deputado BOSCO COSTA



**MPV 906
00021****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 906/2019**

Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana.

EMENDA ADITIVA Nº

A Medida Provisória em epígrafe fica acrescida do Art. 2º com a seguinte redação, renumerando-se os demais:

Art. 2º O art. 5º da Lei nº 12.587 de 3 de janeiro de 2012 passa a vigorar acrescido de parágrafo único, com a seguinte redação:

“Art. 5º

IX -

Parágrafo único. o Modal Metroferroviário terá prevalência na obtenção de recursos públicos ou privados para sua implantação e expansão no transporte de pessoas e cargas, em regiões metropolitanas e ligações regionais entre Municípios e Estados, sendo considerado modal troncal de mobilidade, e os demais, alimentadores, conforme o conceito de transporte multimodal/intermodal e rede integrada de transportes.”

JUSTIFICAÇÃO

A presente Emenda tem por objetivo estimular o crescimento do montante de recursos financeiros e orçamentários para implantação e expansão da malha metroferroviária no Brasil, como já acontece em países com maior IDH. Vale registrar que o modal ferroviário tem enorme vantagem em termos ambientais, capacidade de transporte e segurança, comparativamente ao modal, hoje prioritário no Brasil, para o transporte de pessoas e cargas que é o “rodoviário”.

Pelo exposto, conto com o apoio dos nobres pares para aprovação da emenda em epígrafe.

Sala das Sessões, em de de 2019

**Deputada Rosana Valle
PSB/SP**



**SENADO FEDERAL**Gabinete da Liderança da Rede Sustentabilidade no Senado Federal
Assessoria Legislativa**MPV 906****00022****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 906 DE 01 DE OUTUBRO DE 2019**

Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana.

EMENDA ADITIVA Nº de 2019 - CM

Acrescenta-se, ao art. 1º da MPV 906/2019, o art. 24-A da Lei nº 12.587/2012, passando a ter a seguinte redação:

Art. 1º A Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 24
.....

Art. 24-A. Os Municípios que elaborarem o Plano de Mobilidade Urbana terão prioridade na obtenção de recursos do Orçamento Geral da União destinados ao investimento em mobilidade urbana. (NR)

JUSTIFICAÇÃO

Criado pela Lei de Mobilidade Urbana, Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, o Plano de Mobilidade Urbana deve contemplar assuntos como transporte público coletivo, circulação viária, acessibilidade para pessoas com deficiência, integração do transporte público com o privado e os não motorizados, e estacionamentos na cidade, entre outros.

Gabinete da Liderança da Rede Sustentabilidade no Senado Federal
Senado Federal, Anexo 1, 9º Pavimento, Brasília DF - CEP 70165-900



**SENADO FEDERAL**Gabinete da Liderança da Rede Sustentabilidade no Senado Federal
Assessoria Legislativa

A MPV 906/2019 altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana, para alterar as categorias de municípios obrigados a provar o Plano de Mobilidade Urbana e estender o prazo de elaboração e aprovação do Plano até 12 de abril de 2021.

O referido normativo estabelece ainda que os Municípios que não tenham aprovado o Plano de Mobilidade Urbana até 21 de abril de 2021 ficarão impedidos de receber recursos do Orçamento Geral da União consignados à Secretaria Nacional de Mobilidade e Serviços Urbanos do Ministério do Desenvolvimento Regional até que seja cumprida a exigência, ressalvada a hipótese de instrumentos de repasse já celebrados.

Segundo pesquisa realizada pela a Confederação Nacional de Municípios¹, em 2015, apenas 7% dos Municípios possuíam o Plano Municipal de Mobilidade, sendo que 60% não o fizeram por falta de recursos técnicos ou financeiros. Em outras palavras, há dificuldades institucionais enfrentadas pelos Municípios que os impedem de elaborar o Plano de Mobilidade Urbana, como a indisponibilidade de recursos financeiros e a carência de recursos humanos capacitados.

Portanto, por essas razões, entendemos necessária a presente emenda, a fim de recompensar os Municípios que, mesmo com dificuldades, elaborarem tempestivamente o Plano de Mobilidade Urbana, dando-lhes prioridade no recebimento de recursos orçamentários federais para investimento em mobilidade urbana.

Sala das Comissões,

Senador Randolfe Rodrigues
REDE/AP

1

<https://www.cnm.org.br/cms/biblioteca/Desafios%20na%20elabora%20E7%E3o%20dos%20planos%20de%20mobilidade%20municipais.pdf>

Gabinete da Liderança da Rede Sustentabilidade no Senado Federal
Senado Federal, Anexo 1, 9º Pavimento, Brasília DF - CEP 70165-900

2



**MPV 906
00023**

EMENDA nº - CM

(à MPV nº 906, de 2019)

Inclua-se no artigo 1º da Medida Provisória 906, de 2019, alterações nos artigos 11-A, 11-B e 22 da Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2019, com as seguintes redações:

Art. 1º - A Lei 12.587, de 3 de janeiro de 2012 passa a vigorar com a seguinte alterações:

Art. 11-A -

§ 1º - Na regulamentação e fiscalização do serviço de transporte privado individual de passageiros, os Municípios e o Distrito Federal deverão observar o teor da presente lei, da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, as regulações locais referente aos serviços de transporte público disponibilizados à população e as seguintes diretrizes, tendo em vista a eficiência, a eficácia, a segurança e a efetividade na prestação do serviço:

I - efetiva cobrança de tributos e contribuições municipais devidos pela prestação do serviço, inclusive pela utilização do uso do viário urbano e visando a redução das tarifas dos serviços de transporte público coletivo urbano e de caráter urbano, nos termos do artigo 23, inciso III.

IV – planejamento e dimensionamento da frota de veículos integrante do serviço de transporte remunerado privado individual de passageiros em consonância com a capacidade do sistema viário local não podendo exceder a frota do serviço de utilidade pública de transporte individual de passageiros previsto no artigo 12.



V – garantia da sustentabilidade econômica e financeira da rede de transporte público coletivo de passageiros nos termos do inciso VIII do artigo 6º.

VI – não permitir a utilização de veículos de transporte coletivo, com capacidade superior a 7(sete) passageiros, incluído o motorista, tais como:

a – ônibus;

b – micro-ônibus;

c – vans;

d – utilitários

VII – adoção de padrões de identificação visual para os veículos empregados no serviço de transporte remunerado individual de passageiros por aplicativos;

VIII – garantir a acessibilidade de pessoas portadoras de mobilidade reduzida ou com deficiência física, mediante a oferta de veículos adaptados correspondente a 20% da frota de veículos operantes na localidade.

§ 2º - A contribuição incidente sobre o transporte remunerado privado individual previsto no inciso I para redução da tarifa dos serviços de transporte público coletivo urbano e de caráter urbano será destinada a um fundo específico instituído por lei complementar.

Art. 11-B -

VI – submeter a exame toxicológico visando aferir o consumo de substâncias psicoativas que, comprovadamente, comprometam a capacidade de direção e que deverá ter janela de detecção mínima de 90 (noventa) dias.

Parágrafo único. A exploração dos serviços remunerados de transporte privado individual de passageiros sem o cumprimento dos requisitos previstos nesta Lei e na regulamentação do poder público responsável caracterizará transporte ilegal de passageiros, cabendo ao poder público adoção de medidas coercitivas para repressão da atividade ilegal.

Art. 22 -



.....

Parágrafo único – Na fiscalização e no combate ao transporte ilegal de passageiros, conforme previsto no inciso VII, o poder público poderá estabelecer multas e sanções administrativas de apreensão e recolhimento do veículo.

Justificativa

Em 2018, foi sancionada a Lei 13.640, de 26 de março de 2018, que alterou a Lei 12.587/2012, regulamentando o transporte remunerado individual de passageiros por meio de aplicativos, e desde então tem se constatado um aumento significativo de automóveis nas ruas brasileiras, face a oferta de desse serviço prestados por empresas privadas de aplicativos.

Além disso, tem se observado vários questionamentos, principalmente perante o poder judiciário, quanto as regulamentações realizadas por alguns Municípios a respeito, com base nas alterações da Lei de Mobilidade Urbana, decorrentes da Lei nº 13.640/2018.

Nas ações formuladas perante o poder judiciário, tem se constatado que algumas empresas operadoras de aplicativos alegam o direito de ofertar o serviço em ambiente de livre mercado, sem qualquer fiscalização por parte do poder público.

Independente desse cenário, há registro atos de violência praticados por motoristas do transporte remunerado individual de passageiros por aplicativos contra passageiros, com destaque para o caso ocorrido no início do mês de novembro, onde três mulheres de um grupo de teatro foram agredidas por um motorista de serviço de transporte por aplicativos na cidade de São Paulo.

Outro fato preocupante na prestação desses serviços de transporte remunerado individual de passageiros, são os relatos de recusa no transporte de pessoas portadora de deficiência física ou com mobilidade reduzida, divulgados na imprensa.

Diante de tais fatos, cabe ao legislador, quando necessário, promover a revisão da norma legal visando adequá-la as necessidades da sociedade, principalmente quando atentam contra o direito de ir e vir e a segurança da população.



Assim contamos com o apoio dos ilustres legisladores a presente emenda.

Sala das Sessões ____ de novembro de 2019

Deputado Federal MAURO LOPES

(MDB/MG)



**MPV 906
00024****EMENDA nº - CM
(à MPV nº 906, de 2019)**

Inclua-se no artigo 1º da Medida Provisória 906, de 2019, alterações nos artigos 9º e 10 da Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2019, com as seguintes redações:

Art. 1º - A Lei 12.587, de 3 de janeiro de 2012 passa a vigorar com a seguinte alterações:

“Art. 9º - O regime econômico e financeiro da concessão, da permissão e da concessão patrocinada do serviço de transporte público coletivo serão estabelecidos no respectivo edital de licitação, sendo a tarifa de remuneração da prestação de serviço de transporte público coletivo resultante do processo licitatório da outorga do poder público.

.....
Art. 10 -

III – repartição dos riscos entre as partes, inclusive os referentes a caso fortuito, força maior, fato príncipe e álea econômica extraordinária;

.....
VI – caracterização da inadimplência do poder concedente, os modos e o prazo de regularização e, quando houver, a forma de acionamento da garantia.

§ 1º - Qualquer subsídio tarifário ao custeio da operação do transporte público coletivo deverá ser definido em contrato, com base em critérios transparentes e objetivos de produtividade e eficiência, especificando, minimamente, o objetivo, a fonte, a periodicidade e o beneficiário, conforme o estabelecido nos arts. 8º e 9º desta Lei.



§ 2º - Para instituição do subsídio tarifário conforme previsto no parágrafo anterior serão utilizadas as garantias expressas no artigo 8º da Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, pelo poder público responsável pela contratação visando assegurar a regularidade e a continuidade da subvenção pública estabelecida.”

Justificativa

A Lei 12.587, de 2012 é um marco na legislação brasileira, principalmente ao estabelecer princípios, diretrizes e normas visando a melhoria da mobilidade das pessoas nas cidades brasileiras, principalmente na utilização do transporte público coletivo.

A atual legislação admite que a delegação dos serviços de transporte público coletivo pelo poder público à iniciativa privada seja realizada mediante os instrumentos contratuais da concessão e permissão.

Com o crescimento e o desenvolvimento das cidades tem se observado a necessidade de melhorar o planejamento urbano, trazendo reflexos significativos nos serviços de transporte público coletivo.

Esses reflexos traduzem na otimização das redes de transporte do município, e por muitas vezes a ampliação da oferta ou a diferenciação do serviço disponibilizado à população, inclusive em níveis diferenciados, como é caso da adoção de sistemas de Bus Rapid Transit (BRT) em algumas capitais brasileiras.

As mudanças neste cenário do transporte público coletivo nas cidades, exige que a delegação do poder público aos concessionários seja realizada por instrumentos contratuais mais adequados, que sejam mais eficientes e disponham claramente os direitos e obrigações das partes envolvidas.

Assim há necessidade que atual legislação seja adequada a esta nova realidade que está ocorrendo no transporte público coletivo nas cidades, adotando o instrumento contratual da “concessão patrocinada”.



Este tipo de concessão permite uma contraprestação do parceiro público ao parceiro privado na composição da tarifa paga pelo usuário, conforme previsto na Lei nº 11.979, de 30 de dezembro de 2004.

Para que o poder público adote esta modalidade de contratação, é necessário que sejam observadas algumas diretrizes a respeito, as quais estão sendo propostas para inclusão no artigo 10.

Por fim, torna-se necessário estabelecer o cumprimento de garantias no caso de subsídio tarifário, visando manter a continuidade e regularidade do recurso financeiro alocado, evitando qualquer contra tempo que possa prejudicar os usuários do sistema de transporte público.

Sala da Comissão, de novembro de 2019

Deputado Federal MAURO LOPES

(MDB-MG)



**MPV 906
00025****EMENDA nº - CM****(à MPV nº 906, de 2019)**

Inclua-se no artigo 1º da Medida Provisória 906, de 2019, uma alteração no artigo 4º da Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, com a seguinte redação:

Art. 1º - A Lei 12.587, de 3 de janeiro de 2012 passa a vigorar com a seguinte alterações:

Art. 4º -

X - transporte remunerado privado individual de passageiros: serviço remunerado de transporte de passageiros, não aberto ao público, para a realização de viagens individualizadas solicitadas exclusivamente por usuários previamente cadastrados em aplicativos ou outras plataformas de comunicação em redes legais, devidamente registradas em órgãos públicos afetos.

.....

Parágrafo único – As viagens previstas no inciso X poderão ser realizadas para o atendimento de uma ou mais pessoas, mediante pagamento único pelo serviço de transporte.

Justificativa

A Lei 12.587, de 2012 instituiu a Política Nacional de Mobilidade Urbana, cujo objetivo é contribuir para o acesso universal à cidade, estabelecendo as condições para os deslocamentos das pessoas e bens, priorizando os sistemas de transporte público colocados à disposição da sociedade.

Em 2018, foi sancionada a Lei 13.640 que alterou a Lei 12.587/2012 que regulamentou o transporte remunerado individual de passageiros por meio de aplicativos e desde então tem se constatado um aumento significativo de automóveis nas ruas brasileiras devido a oferta de serviço prestados por empresas privadas de aplicativos.



Além disso, tem se observado vários questionamentos, principalmente perante o poder judiciário, com relação a aplicação dessas alterações introduzidas na Lei de Mobilidade Urbana, seja quanto as regulamentações realizadas pelos Municípios seja quanto a essência do termo “*viagens compartilhadas*”.

Nas cidades de Belo Horizonte (MG) e São Paulo (SP) tem se observado que empresas operadoras de aplicativos estão oferecendo serviços de transporte coletivo de passageiros à população sob o rótulo de viagens compartilhadas.

Essa interpretação equivocada deriva de uma falha constante no atual texto legal, uma vez que o legislador ao definir o transporte remunerado privado individual de passageiros, estabeleceu que essa modalidade destina-se a realização de viagens individuais ou compartilhadas.

É notório que viagem compartilhada, a qual significa viagem realizada por mais pessoas, difere de viagem individualizada, e assim sendo não poderia estar consignada no texto legal, o que tem gerado questionamentos e embates da sociedade civil com o poder público.

Dessa forma, há a necessidade de correção no texto legal, visando atender requisitos de cunho técnico e legal, conforme preceituado na Lei Complementar nº 95/1998, suprimindo imperfeições que podem ocasionar interpretação dúbias na aplicação da lei.

Além disso, acreditamos ser necessário esclarecer que o serviço de transporte remunerado individual de passageiros poderá atender uma ou mais pessoas, desde que o pagamento por essa viagem seja unitário, e assim não caracterizando uma viagem coletiva.

Certos do alcance da presente emenda, contamos com o apoio dos ilustres pares para aprovação da mesma.

Sala das Comissões, ____ de novembro de 2019.

Deputado Federal MAURO LOPES

(MDB/MG)



**SENADO FEDERAL****Gabinete do Senador JADER BARBALHO (MDB/PA)****MPV 906
00026****EMENDA Nº - CMMPV**
(à MPV nº 906, de 2019)

Dê-se ao § 4º do Art. 24, da Lei nº 12.587, de 03 de janeiro de 2012, modificado pelo Art. 1º da Medida Provisória nº 906, de 2019, a seguinte redação:

“Art. 24.....

.....

§ 4º O Poder Executivo da União fornecerá apoio financeiro aos municípios para a elaboração do Plano de Mobilidade Urbana, cuja aprovação deverá ocorrer até 12 de abril de 2022. (NR)”

JUSTIFICAÇÃO

A Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana, estabelece que todos os municípios acima de 20 mil habitantes têm que elaborar o Plano de Mobilidade Urbana. O prazo para que isso acontecesse era até 2015, sob pena dos municípios ficarem impedidos de receber recursos orçamentários federais destinados à mobilidade urbana.

Com a edição da Medida Provisória nº906, de 2019, o Governo Federal alterou as categorias de municípios que estão obrigados a apresentar e aprovar o Plano de Mobilidade Urbana e estendeu o prazo de elaboração e aprovação do plano até 12 de abril de 2021.

O Plano de Mobilidade Urbana é instrumento norteador de planejamento de curto, médio e longo prazo que visa a melhoria da mobilidade urbana do município. Sua elaboração requer a contratação de equipe técnica qualificada para atender as exigências da Lei, o que gera custos ao poder público municipal.



**SENADO FEDERAL****Gabinete do Senador JADER BARBALHO (MDB/PA)**

Até hoje, segundo levantamento feito junto à Secretaria Nacional de Mobilidade e Serviços Urbanos do Ministério do Desenvolvimento Regional, apenas 313 municípios em todo Brasil comunicaram a elaboração e aprovação dos seus respectivos planos.

Como a elaboração do Plano de Mobilidade Urbana é muito cara, o maior entreve encontrado pelos municípios para elaborarem seus planos é a falta de dinheiro.

Portanto, é preciso que o atual Governo Federal corrija esse problema, que não foi resolvido pelos governos anteriores, e libere recursos para que as prefeituras possam elaborar seus Planos de Mobilidade Urbana, bem como estenda a vigência da Lei nº 12.587/2012, até o ano de 2022.

Só assim será possível fazer com que os municípios atendam às exigências da vigente lei, que institui a Política Nacional de Mobilidade Urbana.

Sala da Comissão,

Senador JADER BARBALHO





SENADO FEDERAL

**MPV 906
00027****EMENDA Nº - CM**

(à MPV nº 906, de 2019)

Inclua-se onde couber na MPV nº 906, de 2019, o seguinte artigo:

“**Art.** A Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, passa a vigorar com a seguinte alteração:

‘**Art. 47-B.** Não haverá limite para o número de autorizações para o serviço regular de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros, salvo no caso de inviabilidade operacional, técnica e econômica.’ (NR)”

JUSTIFICAÇÃO

A emenda proposta visa a contribuir para o aperfeiçoamento do marco legal do transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros.

Sala das Comissões, 25 de novembro de 2019.

Senador **ACIR GURGACZ**
PDT/RO





SENADO FEDERAL

**MPV 906
00028****EMENDA Nº - CM**

(à MPV nº 906, de 2019)

Inclua-se onde couber na MPV nº 906, de 2019, o seguinte artigo:

“**Art.** Fica revogado o § 3º do art. 77 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001.”

JUSTIFICAÇÃO

A emenda proposta visa a contribuir para o aperfeiçoamento do marco legal do transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros.

Sala das Comissões, 26 de novembro de 2019.

Senador **ACIR GURGACZ**

PDT/RO



**MPV 906
00029**

SENADO FEDERAL

EMENDA Nº - CM
(à MPV nº 906, de 2019)

Acrescente-se à Medida Provisória nº 906, de 2019, os seguintes arts. 3º ao 5º, renumerando-se o atual art. 3º como art. 6º, e dê-se a seguinte redação ao seu art. 1º:

“Art. 1º A Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

‘Art. 4º

.....

XIV – serviço de compartilhamento de veículos de mobilidade individual: serviço, remunerado ou não, de compartilhamento de bicicletas, bicicletas elétricas e veículos de mobilidade individual autopropelidos, para a realização de viagens individualizadas.’ (NR)

‘Art. 11-C. Compete exclusivamente aos Municípios e ao Distrito Federal regular e fiscalizar os serviços de compartilhamento veículos de mobilidade individual previstos no inciso XIV do art. 4º desta Lei no âmbito de seus territórios, observadas as seguintes diretrizes:

I – priorização da segurança e da fluidez do trânsito de pedestres;

II – garantia das condições de segurança dos usuários dos serviços;

III – exigência de contratação de seguro de acidentes pessoais e de responsabilidade civil;

IV – efetiva cobrança de tributos.’

.....

‘Art. 24.

.....

§ 1º Em Municípios com mais de vinte mil habitantes e em todos aqueles que integrem regiões metropolitanas, regiões integradas de desenvolvimento econômico e aglomerações





SENADO FEDERAL

urbanas com população total superior a um milhão de habitantes, deverá ser elaborado e aprovado o Plano de Mobilidade Urbana, integrado e compatível com os seus planos diretores e, quando couber, com os planos de desenvolvimento urbano integrado e com os planos metropolitanos de transporte e mobilidade urbana

§ 4º O Plano de Mobilidade Urbana deverá ser elaborado e aprovado até 12 de abril de 2021.

§ 7º A aprovação do Plano de Mobilidade Urbana pelos Municípios, nos termos do disposto no § 4º, será informada à Secretaria Nacional de Mobilidade e Serviços Urbanos do Ministério do Desenvolvimento Regional.

§ 8º Encerrado o prazo estabelecido no § 4º, os Municípios que não tenham aprovado o Plano de Mobilidade Urbana ficarão impedidos de receber recursos do Orçamento Geral da União consignados à Secretaria Nacional de Mobilidade e Serviços Urbanos do Ministério do Desenvolvimento Regional até que seja cumprida a exigência prevista nesta Lei, ressalvada a hipótese de instrumentos de repasse já celebrados.”(NR)

Art. 3º A Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 24.**

XVIII – conceder autorização para conduzir veículos de propulsão humana, veículos de tração animal e veículos de mobilidade individual autopropeidos;

.....” (NR)

“**Art. 58.** Nas vias urbanas e nas rurais de pista dupla, a circulação de ciclos deverá ocorrer, quando não houver ciclovia, ciclofaixa, ou acostamento, ou quando não for possível a utilização destes, nos bordos da pista de rolamento, no mesmo sentido de circulação regulamentado para a via, com preferência sobre os veículos automotores.

Parágrafo único. A autoridade de trânsito com circunscrição sobre a via poderá autorizar a circulação de ciclos





SENADO FEDERAL

no sentido contrário ao fluxo dos veículos automotores, desde que dotado o trecho com ciclofaixa.” (NR)

“**Art. 59.** Desde que autorizado e devidamente sinalizado pelo órgão ou entidade com circunscrição sobre a via, será permitida a circulação de ciclos nos passeios.” (NR)

“**Art. 59-A.** As patinetes e os veículos de mobilidade individual autopropelidos terão sua circulação nas vias públicas permitida, transportando apenas o condutor:

I – em áreas de circulação compartilhadas com pedestres, devidamente sinalizadas pelo órgão ou entidade com circunscrição sobre a via, com velocidade máxima de 6 km/h;

II – em ciclovias e ciclofaixas, com velocidade máxima de 20 km/h;

III – nos bordos da pista de rolamento das vias que não disponham de ciclovia ou de ciclofaixa, cuja velocidade máxima regulamentada seja de 40 km/h, no mesmo sentido de circulação regulamentado para a via, com preferência sobre os veículos automotores, sem exceder à velocidade de 20 km/h.

§ 1º Os condutores de patinetes e de veículos de mobilidade individual autopropelidos equiparam-se aos ciclistas em direitos e deveres.

§ 2º O CONTRAN especificará as dimensões e potência máxima dos equipamentos de que trata o *caput*.”

“**Art. 68.**

§ 1º O ciclista desmontado empurrando o ciclo e o condutor desmontado empurrando a patinete ou o veículo de mobilidade individual autopropelido equiparam-se ao pedestre em direitos e deveres.

.....” (NR)

“**Art. 105.**

.....

VI – para os ciclos, a campainha, sinalização noturna dianteira, traseira, lateral e nos pedais, e espelho retrovisor do lado esquerdo.

.....





SENADO FEDERAL

VIII – para as bicicletas elétricas, além dos equipamentos do inciso VI, indicador de velocidade, espelho retrovisor do lado direito e pneus de acordo com as especificações do regulamento.

IX – para os equipamentos de mobilidade individual autopropelidos, indicador de velocidade, campainha e sinalização noturna, dianteira, traseira e lateral.

.....” (NR)

“**Art. 129.** O registro e o licenciamento dos veículos de propulsão humana, dos veículos de tração animal e dos veículos de mobilidade individual autopropelidos obedecerão à regulamentação estabelecida em legislação municipal do domicílio ou residência de seus proprietários.” (NR)

“**Art. 201.** Deixar de guardar a distância lateral de um metro e cinquenta centímetros ao passar ou ultrapassar pedestre, ciclo, patinete, veículo não motorizado ou veículo de mobilidade individual autopropelido, quando estes estiverem utilizando as faixas de rolamento:

Infração – gravíssima;

Penalidade – multa.” (NR)

“**Art. 214.** Deixar de dar preferência de passagem a pedestre, ciclo, patinete, veículo não motorizado ou veículo de mobilidade individual autopropelido:

.....” (NR)

“**Art. 220.**

.....

XIII – ao ultrapassar pedestre, ciclo, patinete, veículo não motorizado ou veículo de mobilidade individual autopropelido:

.....” (NR)

“**Art. 244.**

.....

X – em vias de trânsito rápido ou rodovias, salvo onde houver acostamento ou faixas de rolamento próprias, no caso de ciclomotores:

Infração – média;





SENADO FEDERAL

Penalidade – multa.

§ 1º (revogado);

§ 2º (revogado);

§ 3º” (NR)

“**Art. 244-A.** Conduzir ciclos:

I – fazendo malabarismo ou equilibrando-se apenas em uma roda;

II – sem segurar o guidom com ambas as mãos, salvo para indicação de manobras;

III – com carga incompatível com suas especificações;

IV – com passageiro fora da garupa ou do assento especial a ele destinado;

V – transportando criança menor de sete anos, ou que não tenha condições de cuidar da sua própria segurança, fora do assento a ela destinado;

VI – em vias de trânsito rápido ou rodovias, salvo onde houver acostamento ou faixa de rolamento própria;

VII – em passeios, onde não seja permitida a sua circulação;

VIII – nas faixas de rolamento de vias providas de ciclofaixas, ciclovias ou acostamento;

IX – de forma agressiva;

X – sem sinalização noturna ou com ela desligada, no caso das bicicletas elétricas;

XI – sem capacete de ciclista, no caso das bicicletas elétricas;

XII – fora do bordo da pista de rolamento, em fila única, sempre que não houver ciclofaixas, ciclovias ou acostamento:

Infração – média;

Penalidade – multa.”

“**Art. 244-B.** Conduzir patinete ou veículo de mobilidade individual autopropelido:

I – transportando passageiro que não seja o condutor, ou carga que comprometa sua segurança;





SENADO FEDERAL

II – nas faixas de rolamento de vias com velocidade máxima regulamentada superior a 40 km/h;

III – nas faixas de rolamento de vias providas de ciclofaixas, ciclovias ou acostamento;

IV – em passeios, onde não seja permitida a sua circulação;

V – de forma agressiva;

VI – sem sinalização noturna ou com ela desligada, no caso dos veículos elétricos;

VII – sem capacete de ciclista, no caso dos veículos elétricos;

VIII – fora do bordo da pista de rolamento, em fila única, sempre que não houver ciclofaixas, ciclovias ou acostamento:

Infração – média;

Penalidade – multa.”

“**Art. 247.** Deixar de conduzir pelo bordo da pista de rolamento, em fila única, os veículos de tração animal, sempre que não houver acostamento ou faixa a eles destinados:

.....” (NR)

Art. 4º O Anexo I da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

“BICICLETA -

BICICLETA ELÉTRICA – bicicleta dotada de motor elétrico auxiliar, original ou agregado posteriormente à sua estrutura, não equiparada a ciclomotor quando não dotada de acelerador e quando obedecer à potência nominal máxima e à velocidade máxima na qual o motor é alimentado estabelecidas em regulamento do CONTRAN.

BICICLETÁRIO -

CHARRETE -

CICLO - veículo de pelo menos duas rodas a propulsão humana, admitida propulsão elétrica auxiliar.

CICLOFAIXA -





SENADO FEDERAL

CICLOMOTOR - veículo de duas ou três rodas, provido de motor elétrico ou de combustão interna, cuja potência ou cilindrada e velocidade máxima de fabricação não exceda à determinada em regulamento.

PASSEIO -

PATINETE – veículo constituído por um apoio sobre duas rodas no sentido longitudinal, movido a propulsão humana.

PATRULHAMENTO -

VEÍCULO DE GRANDE PORTE -

VEÍCULO DE MOBILIDADE INDIVIDUAL AUTOPROPELIDO – veículo elétrico destinado ao transporte de uma pessoa, cujas dimensões, potência e velocidade máxima de operação não excedam as determinadas em regulamento do CONTRAN.

VEÍCULO DE PASSAGEIROS -” (NR)

Art. 5º. Ficam revogados os §§ 1º e 2º do art. 244 e o art. 255 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997.

JUSTIFICAÇÃO

Recentemente, a população de mais de uma dezena de cidades brasileiras passou a dispor de mais uma forma de se deslocar no ambiente urbano: os patinetes elétricos.

A despeito da sua importância para proporcionar maior rapidez aos pequenos trajetos, bem como complementar outros meios de transporte no início ou na finalização dos deslocamentos, observa-se um crescente número de acidentes com seus usuários, parte deles graves, bem como conflitos no compartilhamento das calçadas com os pedestres. Mais grave ainda, já há registros de atropelamento de usuários que trafegavam nas faixas de rolamento das vias.

O Código de Trânsito Brasileiro tem como base a garantia do trânsito em condições seguras para todos. E com base nessa premissa deve ocorrer a atuação estatal nesse campo.





SENADO FEDERAL

Na busca da promoção de um trânsito seguro, consideramos que a circulação dos patinetes deve obedecer a um conjunto mínimo de regras para garantir uma coexistência harmoniosa com os demais veículos e, sobretudo, com os pedestres.

Na mesma linha, dada a expansão recentes dos serviços de compartilhamentos de bicicletas e bicicletas elétricas, as lacunas existentes na legislação para esses veículos devem ser preenchidas.

As bicicletas elétricas, obedecidas certas restrições, devem ser equiparadas às bicicletas comuns tanto em direitos quanto em obrigações. Da mesma maneira que as bicicletas comuns, as elétricas deverão transitar nas ciclovias, ciclofaixas, ou acostamentos, ou, quando não for possível a utilização destes, nos bordos da pista de rolamento, no mesmo sentido de circulação regulamentado para a via. A circulação nos passeios somente ocorrerá quando autorizada e devidamente sinalizada pelo órgão ou entidade com circunscrição sobre a via.

Os patinetes e os veículos de mobilidade individual autopropelidos deverão ter sua circulação proibida nas faixas de rolamento de vias cuja velocidade máxima regulamentada seja superior a 40 km/h. A sua circulação ocorrerá preferencialmente nas ciclovias e ciclofaixas em velocidades não superiores a 20 km/h. Será facultada a circulação nos passeios desde que autorizada e devidamente sinalizada pelo órgão ou entidade com circunscrição sobre a via e que sua velocidade não exceda a 6 km/h.

A fim de minorar os efeitos de um acidente, é exigido o uso capacete de ciclista para os condutores de bicicletas elétricas e de veículos de mobilidade individual autopropelidos.

Com as regras de circulação estabelecidas no CTB, caberá aos Municípios e ao Distrito Federal a regulamentação dos serviços de compartilhamento de bicicletas, bicicletas elétricas e veículos de mobilidade individual autopropelidos, de modo a atender às necessidades e condicionantes locais. A regulamentação deverá ter como premissas a priorização da segurança e da fluidez do trânsito de pedestres, a garantia das condições de segurança dos usuários dos serviços, a exigência de contratação de seguro de acidentes pessoais e de responsabilidade civil e a efetiva cobrança de tributos.

Destaco aqui a pertinência do tema em relação à MPV nº 906, de 2019, que trata da efetiva elaboração do Plano de Mobilidade Urbana. Esse Plano, como





SENADO FEDERAL

elemento norteador de planejamento de curto, médio e longo prazo que visa a melhoria da mobilidade urbana na cidade, deve incorporar e integrar todos os modos de transporte disponíveis, sejam eles públicos ou privados, motorizados ou não.

Dessa forma, o próprio reconhecimento na lei de determinado modo de transporte já existente nas ruas, dá ao gestor público o fundamento legal para considerá-lo em seu planejamento.

Sala das Comissões, 26 de novembro de 2019.

Senador **ACIR GURGACZ**
PDT/RO





SENADO FEDERAL
Senadora Mara Gabrilli

MPV 906
00030

EMENDA Nº - CM
(à MPV nº 906, de 2019)

Inclua-se no art. 24 da Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, nos termos do art. 1º da Medida Provisória nº 906, de 19 de novembro de 2019, o seguinte parágrafo:

“Art. 24.....

.....

§ 9º Os Municípios inadimplentes com a obrigação de elaborar o plano de rotas acessíveis de que trata o § 3º do art. 41 da Lei nº 10.257, de 10 de junho de 2001, ficarão impedidos de receber recursos do Orçamento Geral da União.” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A obrigação de elaborar um plano de rotas acessíveis, inserido e compatível com o Plano Diretor, foi introduzida no Estatuto da Cidade pela Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, mais conhecida como Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

O dispositivo proposto nesta emenda incentiva o cumprimento dessa obrigação dos gestores municipais no que tange à reforma e à manutenção do passeio público e à melhoria das calçadas, de modo a atender especialmente à segurança e ao bem-estar dos cidadãos. Afinal, o direito de ir e vir começa na porta da casa de cada cidadão: a calçada.

O Estatuto da Cidade, inclusive, reforça a necessidade de o Plano Diretor prever também as vias que concentrem os focos geradores de maior circulação de pedestres, como os órgãos públicos e os locais de prestação de serviços públicos e privados de saúde, educação, assistência social, esporte, cultura, correios e telégrafos, bancos, entre outros, sempre que possível de maneira integrada com os sistemas de transporte coletivo de passageiros.



O cuidado que cada município tem com suas calçadas deflagra o quão fiel é o gestor municipal em relação ao cumprimento do Estatuto da Cidade que, desde 2016, conta com um novo olhar sobre a reforma e manutenção do passeio, ao transferir ao Poder Público a responsabilidade de reformar as calçadas das cidades brasileiras.

Ter o Poder Público à frente da construção e reforma de calçadas segue diretrizes já adotadas há décadas por metrópoles como Londres e Tóquio, onde o passeio público é 100% acessível a todos os pedestres.

Espera-se contar com o apoio dos colegas parlamentares para a aprovação desta emenda.

Sala da Comissão,

Senadora MARA GABRILLI





SENADO FEDERAL
Senadora Mara Gabrilli

MPV 906
00031

EMENDA Nº - CMMPV 906/2019

(à MPV nº 906, de 2019)

Inclua-se, no art. 1º da Medida Provisória nº 906, de 2019, a seguinte proposta de alteração do art. 24 da Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012:

“Art. 1º.....

‘Art. 24.....

.....
II – a circulação viária, incluindo as calçadas e espaços que permitam o deslocamento de pedestres com acessibilidade e segurança;

.....”“(NR)

JUSTIFICAÇÃO

A Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que *institui o Código de Trânsito Brasileiro*, considera trânsito *a utilização das vias por pessoas, veículos e animais, isolados ou em grupos, conduzidos ou não, para fins de circulação, parada, estacionamento e operação de carga ou descarga* (art. 1º, § 1º).

O passeio público e a calçada são necessários para um deslocamento digno dos pedestres e, portanto, essenciais para a mobilidade urbana. A caminhada do pedestre, por ser uma necessidade básica dos cidadãos, deveria preceder qualquer outro investimento na circulação viária. No entanto, apesar da circulação viária também considerar a circulação de pessoas, ainda é muito comum encontrarmos vias em que não existe calçada pavimentada, ou ainda, calçadas com irregularidades no piso, além de obstáculos como degraus, postes e outros elementos em posição inadequada. A falta de guias rebaixadas, por exemplo, não só dificulta o trânsito dos cidadãos, como impede a circulação de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.



Uma via, nova ou em manutenção, não deveria receber pavimentação para veículos antes da destinada aos pedestres. A presente Emenda visa corroborar esse entendimento e garantir a acessibilidade universal já fundamentada como princípio primeiro da Política Nacional de Mobilidade Urbana.

Sala da Comissão,

Senadora MARA GABRILLI





CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DO DEPUTADO VINÍCIUS POIT (NOVO/SP)

MPV 906
00032

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 906, DE 2019

Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana, para alterar as categorias de municípios obrigados a provar o Plano de Mobilidade Urbana e estender o prazo de elaboração e aprovação do Plano até 12 de abril de 2021. Estabelece a obrigação aos municípios de informar a aprovação do Plano à Secretaria Nacional de Mobilidade e Serviços Urbanos do Ministério do Desenvolvimento Regional e substitui a expressão “recursos orçamentários” por “recursos do Orçamento Geral da União consignados à Secretaria Nacional de Mobilidade e Serviços Urbanos do Ministério do Desenvolvimento Regional” para clarificar a penalidade a que estão sujeitos os Municípios que não tenham aprovado o Plano de Mobilidade.

Dê-se nova redação à Medida Provisória nº 906/2019, que passa a alterar a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, nos seguintes termos:

“Art. 1º A Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 4º

.....

XVI – transporte privado coletivo complementar: serviço de transporte de passageiros, não aberto ao público, para a realização de





CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DO DEPUTADO VINÍCIUS POIT (NOVO/SP)

viagens com características operacionais sob demanda, solicitadas exclusivamente por usuários previamente cadastrados em aplicativos ou outras plataformas de comunicação em rede.

.....
.....
Art.

10º.....
.....

VI – Adoção de Serviços Complementares ao Transporte Público Urbano de caráter permanente ou transitório, que atendam ou possam atender aos diferentes nichos de mercado no qual os Serviços Regulares não atendam de forma satisfatória.

Parágrafo Único. Caso a empresa concessionária não se interessar em implantar os serviços complementares, o Poder Concedente poderá por meio de autorização repassar a outras operadores o direito de prestar o serviço, tendo como base o artigo 170 da Constituição Federal.” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

Propomos a regulamentação do serviço de transporte privado coletivo de passageiros em caráter complementar ao serviço regular, ou seja, nas linhas e itinerários que não são atendidos pelas empresas regulares. Já há empresas operando no País, como em Goiânia, por exemplo.

Em termos de diretrizes gerais, escopo ao qual se deve ater a Lei de Mobilidade, propomos que a regulamentação desses serviços fique a cargo do poder público municipal ou do Distrito Federal. Assim como no caso do transporte por meio de aplicativos, o serviço é prestado sob demanda, exclusiva a usuários previamente cadastrados em aplicativos ou outras plataformas de comunicação em rede.

Ante o exposto, contamos com o apoio de Vossas Excelências para a aprovação desta proposição legislativa.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DO DEPUTADO VINÍCIUS POIT (NOVO/SP)

Sala das Sessões, em de de 2019.

Deputado VINICIUS POIT
(NOVO/SP)





CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DO DEPUTADO VINÍCIUS POIT (NOVO/SP)

MPV 906
00033

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 906, DE 2019

Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana, para alterar as categorias de municípios obrigados a provar o Plano de Mobilidade Urbana e estender o prazo de elaboração e aprovação do Plano até 12 de abril de 2021. Estabelece a obrigação aos municípios de informar a aprovação do Plano à Secretaria Nacional de Mobilidade e Serviços Urbanos do Ministério do Desenvolvimento Regional e substitui a expressão “recursos orçamentários” por “recursos do Orçamento Geral da União consignados à Secretaria Nacional de Mobilidade e Serviços Urbanos do Ministério do Desenvolvimento Regional” para clarificar a penalidade a que estão sujeitos os Municípios que não tenham aprovado o Plano de Mobilidade.

EMENDA Nº _____

Dê-se a seguinte redação à Medida Provisória nº 906/2019, que passa a alterar a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, nos seguintes termos:

Art. 1º O inciso X do art. 4º da Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º
.....





CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DO DEPUTADO VINÍCIUS POIT (NOVO/SP)

XIV - transporte ciclo motorizado elétrico: serviço remunerado de transporte de passageiros para trajetos curtos com patinetes elétricos, remunerado, não aberto ao público, privado, para a realização de viagens individualizadas solicitadas exclusivamente por usuários previamente cadastrados em aplicativos ou outras plataformas de comunicação em rede.”

XV – transporte autopropelido: serviço remunerado de transporte de passageiros para trajetos curtos com patinetes ou bicicletas, autopropelidos, remunerado, não aberto ao público, privado, para a realização de viagens individualizadas solicitadas exclusivamente por usuários previamente cadastrados em aplicativos ou outras plataformas de comunicação em rede.”

Art. 2º A Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012 , passa a vigorar acrescida do seguintes arts. 11-C e 11-D:

“ Art. 11-C. Compete exclusivamente aos Municípios e ao Distrito Federal oferecer condições de infraestrutura para transporte ciclo motorizado elétrico e transporte autopropelido, previstos nos inciso XIV e XV do art. 4º desta Lei no âmbito dos seus territórios.

§ 1º. Enquanto os Municípios e Distrito Federal não oferecerem infraestrutura de espaço compartilhado para uso de transporte ciclo motorizado elétrico e transporte autopropelido, fica autorizada a circulação nos termos do art. 59 da Lei nº 9.503 de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro).

§ 2º. Enquanto vigorar a circulação provisória de transportes ciclo motorizado elétrico e autopropelido prevista no §1º deste artigo, tanto o Poder Público quanto





CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DO DEPUTADO VINÍCIUS POIT (NOVO/SP)

a empresa proprietária da plataforma que disponibiliza os referidos meios de transporte não se responsabilizarão por danos causados ao usuário do transporte em razão da inadaptação perfeita e inerente da via ao uso do transporte.

Art. 11-D Na fiscalização do serviço de transporte ciclo motorizado elétrico e transporte autopropeido, os Municípios e o Distrito Federal deverão observar as seguintes diretrizes, tendo em vista a eficiência, a eficácia, a segurança e a efetividade na prestação do serviço:

I – velocidade máxima de 6 km/h em áreas de circulação de pedestres;

II – velocidade máxima de 20 km/h em ciclovias e ciclofaixas;

III – uso de indicador de velocidade, campanha e sinalização noturna, dianteira, traseira e lateral, incorporados ao equipamento;

IV – livre estacionamento dos veículos, desde que não interfira nas vias públicas, como ruas e ciclovias;

V – não obrigatoriedade do uso de equipamento de segurança, ficando a cargo e responsabilidade do usuário, quaisquer danos causados a si próprio;

§ 1º. Conforme inciso XIV do art. 4º desta lei, ficam os Municípios e Distrito Federal dispensados de regulamentação do transporte ciclo motorizado elétrico e do transporte autopropeido, por se tratar de serviço privado;

§ 2º. No caso das modalidades de transporte mencionadas no caput deste artigo, os Municípios e o Distrito Federal terão competência administrativa, vedada a regulamentação normativa que exceda o disposto nesta Lei, inclusive sobre segurança do usuário.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DO DEPUTADO VINÍCIUS POIT (NOVO/SP)

Art. 3º O art. 24 da Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012 , passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 24.....

.....
III - as infraestruturas do sistema de mobilidade urbana, incluindo as ciclovias, ciclofaixas e espaços compartilhados;
.....
.....

§ 6º As Infraestruturas que trata o Inciso III devem priorizar a implantação de espaços compartilhados;” (NR)

Art. 4º As disposições desta lei entram em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A mobilidade urbana é um dos principais desafios para o desenvolvimento das principais regiões metropolitanas brasileiras, por isso há a necessidade urgente de repensar as metrópoles contemporâneas a partir de políticas públicas e mecanismos eficientes de gestão do território. Alavancar o desenvolvimento da infraestrutura, o saneamento ambiental, habitação, em especial, da mobilidade e transporte de qualidade.

Nas principais regiões metropolitanas há uma grave situação de imobilidade e somente com investimento em transporte alternativo será possível recuperar a capacidade de mobilidade nas grandes cidades. Se medidas urgentes não forem tomadas certamente haverá redução de investimentos econômicos e diminuição das oportunidades de trabalho.

Hoje temos o aumento das vendas de automóveis e motocicletas, que atingem cerca de 50 milhões em sua totalidade. No caso da Região Metropolitana de São Paulo, tem-se chegado a uma média de 300 km diários de congestionamento. O que tem, consequentemente, reduzido a eficiência do transporte coletivo. Ainda se soma ao





CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DO DEPUTADO VINÍCIUS POIT (NOVO/SP)

problema as constantes falhas e interrupções no setor metroviário, combinado com a falta de investimentos na ampliação e manutenção das redes e vagões cada vez mais lotados.

Conforme o que foi previamente exposto, nota-se a necessidade de buscarmos meios alternativos de transporte, focando em um desafogamento das vias dos outros meios, uma redução de poluentes e a geração de economia.

De acordo com o Dr. Marcos Paulo Schlickmann, o patinete, especialmente o elétrico, oferece grandes vantagens nos deslocamentos curtos urbanos, podendo ser alternativa para quem não quer ou não gosta de pedalar, mas aprecia a praticidade da bicicleta. Somado a isso, ajuda a resolver os problemas first/last mile, sendo um complemento para os sistemas de transporte público. Ele também apela muito para o pedestre, que busca acelerar um pouco sua viagem sem perder a comodidade de andar a pé. Schlickmann também aponta:

Já para uso pessoal, não necessariamente compartilhados por startups, os patinetes são muito interessantes, elétricos ou não. Eles são relativamente baratos e muito versáteis, pois podem ser facilmente transportados debaixo do braço ou no transporte público. E, assim como a bicicleta, esses pequenos veículos têm um potencial tremendo desde que existam infraestruturas adequadas de circulação e estacionamento nas nossas cidades.

A infraestrutura que suporte o uso de diferentes modos de transportes é o “shared spaces”, ou em português, espaços compartilhados. De acordo com Anthony Ling, autor do Guia de Gestão Urbana:

A ideia de que ruas que permitem altas velocidades para os automóveis tomam-se hostis a pedestres e ciclistas, inibindo a presença de modos de deslocamento não motorizados. Não há, portanto, uma concorrência justa entre tais modos e o automóvel particular, situação agravada pela pavimentação asfáltica que estimula a alta velocidade, pela ausência de sinalização adequada e pela delimitação clara de faixas de rolamento. Diversas cidades do mundo têm optado por reduzir a segregação entre diferentes modos de transporte e por diminuir a velocidade máxima para os automóveis, de forma a possibilitar uma convivência harmônica entre diferentes modos de transporte nas ruas.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DO DEPUTADO VINÍCIUS POIT (NOVO/SP)

Cidades grandes do mundo também estão optando por esse tipo de transformação. Em preparação para as Olimpíadas de 2012, Londres reformou a Exhibition Road, tradicional rua que dá acesso a instituições como o Victoria & Albert Museum e a Imperial College, em um espaço compartilhado, diminuindo quase pela metade o número de acidentes na área.

A regulamentação proposta, com mínimas exigências, se justifica pelo patinete elétrico ser destinado para cobertura de pequenas distâncias, primeira/ última milha complementar ao serviço de transporte público e estar em harmonia com o já previsto na Resolução nº 465 de 27 de novembro de 2013 do Conselho Nacional de Trânsito. Uma regulamentação excessiva e distintamente feita por cada município, pode tornar inviáveis os investimentos nesta solução de transporte. Para tanto, se faz necessário que, na ausência de regulamentação, os usuários assumam a responsabilidade de sua liberdade no uso deste serviço, buscando uma sociedade consciente da relação causa e consequência de suas ações no trânsito.

Ante o exposto, contamos com o apoio de Vossas Excelências para a aprovação desta proposição legislativa.

Sala das Sessões, em de de 2019.

Deputado VINICIUS POIT
(NOVO/SP)





CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DO DEPUTADO VINÍCIUS POIT (NOVO/SP)

MPV 906
00034

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 906, DE 2019

Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana, para alterar as categorias de municípios obrigados a provar o Plano de Mobilidade Urbana e estender o prazo de elaboração e aprovação do Plano até 12 de abril de 2021. Estabelece a obrigação aos municípios de informar a aprovação do Plano à Secretaria Nacional de Mobilidade e Serviços Urbanos do Ministério do Desenvolvimento Regional e substitui a expressão “recursos orçamentários” por “recursos do Orçamento Geral da União consignados à Secretaria Nacional de Mobilidade e Serviços Urbanos do Ministério do Desenvolvimento Regional” para clarificar a penalidade a que estão sujeitos os Municípios que não tenham aprovado o Plano de Mobilidade.

EMENDA Nº _____

Dê-se nova redação à Medida Provisória nº 906/2019, que passa a alterar a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, nos seguintes termos:

Art. 1º A Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, passa a vigorar com as seguintes alterações:

I – acréscimo dos seguintes incisos XIV, XV e XVI ao art. 4º:

“Art. 4º
.....”





CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DO DEPUTADO VINÍCIUS POIT (NOVO/SP)

XIV – transporte ciclo motorizado privado: serviço remunerado de transporte sob demanda, não aberto ao público, para a realização de viagens individualizadas em veículos motorizados para os quais não é necessária a habilitação para a condução, nos termos da Lei nº 9.503, de 23 setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, solicitadas exclusivamente por usuários previamente cadastrados em aplicativos ou outras plataformas de comunicação em rede;

XV – transporte autopropelido privado: serviço remunerado de transporte sob demanda, não aberto ao público, para a realização de viagens individualizadas em veículos não motorizados, solicitadas exclusivamente por usuários previamente cadastrados em aplicativos ou outras plataformas de comunicação em rede.

XVI – transporte privado coletivo complementar: serviço de transporte de passageiros, não aberto ao público, para a realização de viagens com características operacionais sob demanda, solicitadas exclusivamente por usuários previamente cadastrados em aplicativos ou outras plataformas de comunicação em rede.” (NR)

II – acréscimo do seguinte inciso X ao art. 5º:

“Art. 5º

X – incentivo à livre iniciativa e à livre concorrência, com base no art. 170 da Constituição Federal.” (NR)

III – acréscimo do seguinte inciso XI ao art. 8º:

“Art. 8º

XI – incentivo à utilização de receitas extratarifárias e alternativas e a novos modelos de negócios.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DO DEPUTADO VINÍCIUS POIT (NOVO/SP)

.....” (NR)

IV – acréscimo do seguinte art. 11-C:

“Art. 11-C. Compete exclusivamente aos Municípios e ao Distrito Federal regulamentar e fiscalizar os serviços de transporte remunerados ciclo motorizado e autopropelido privados de passageiros previstos nos incisos XIV e XV do art. 4º desta Lei, no âmbito dos seus territórios, bem como oferecer condições de infraestrutura para a circulação desses veículos.

§ 1º Na ausência de infraestrutura viária exclusiva ou compartilhada para a circulação dos ciclos motorizados e autopropelidos de que trata o *caput*, fica autorizada a circulação em calçadas e vias públicas, observadas as normas previstas na Lei nº 9.503, de 1997.

§ 2º Na regulamentação e fiscalização dos serviços de que trata o *caput*, os Municípios e o Distrito Federal deverão observar as seguintes diretrizes, tendo em vista a eficiência, a eficácia, a segurança e a efetividade na prestação do serviço:

I – velocidade máxima dos veículos compatível com os locais de circulação;

II – previsão de locais para estacionamento dos veículos de modo a não obstruir a circulação de veículos e pedestres em vias públicas, ciclovias ou calçadas;

III – não obrigatoriedade de disponibilização pelo prestador de serviço de equipamento de segurança de uso pessoal do usuário.”

V – acréscimo do seguinte art. 11-D:

“Art. 11-D. Compete exclusivamente aos Municípios e ao Distrito Federal regulamentar e fiscalizar os serviços de transporte privado coletivo complementar de passageiros





CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DO DEPUTADO VINÍCIUS POIT (NOVO/SP)

previstos no inciso XVI do art. 4º desta Lei, no âmbito dos seus territórios.

§ 1º Os serviços de que trata o *caput* serão prestados por meio de autorização concedida pelo poder público e devem ficar restritos às linhas e itinerários não atendidos pelos serviços de transporte público coletivo.

§ 2º Na regulamentação e fiscalização dos serviços de que trata o *caput*, os Municípios e o Distrito Federal deverão observar a eficiência, a eficácia, a segurança e a efetividade na prestação do serviço.”

VI – acréscimo do seguinte art. 19-A:

“Art. 19-A. Além das atribuições previstas nos arts. 17 e 18, cabe aos Estados e aos Municípios inclusos em região metropolitana ou em aglomeração urbana formalizada e delimitada na forma dos arts. 3º e 4º da Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015, que institui o Estatuto da Metrópole, promover a governança interfederativa, observadas as seguintes diretrizes:

I – integração do planejamento, gestão e desenvolvimento das operações dos sistemas de transporte metropolitano e da ocupação do espaço urbano;

II – integração física, tarifária e operacional dos diferentes modos e das redes de transporte metropolitano público e privado.

§ 1º A governança interfederativa de que trata o *caput* será exercida por meio da autoridade metropolitana, instituída por meio de lei estadual, observados os termos da Lei nº 13.089, de 2015.

§ 2º Os Estados e Municípios inclusos em região metropolitana ou em aglomeração urbana ficarão impedidos de receber recursos orçamentários federais





CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DO DEPUTADO VINÍCIUS POIT (NOVO/SP)

destinados à mobilidade urbana até que a respectiva autoridade metropolitana tenha sido instituída.”

VII – acréscimo do seguinte inciso V ao art. 21:

“Art. 21.

.....
V – plano de contingência para solucionar ou mitigar problemas incidentais que possam afetar a mobilidade urbana.” (NR)

VIII – acréscimo do seguinte inciso X ao art. 23:

“Art. 23.

.....
X – promoção de parcerias público-privadas voltadas para a melhoria da infraestrutura.”

IX – alteração da redação do inciso III do art. 24:

“Art. 24.

.....
III – as infraestruturas do sistema de mobilidade urbana, incluindo as ciclovias, ciclofaixas e espaços compartilhados;
.....” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A mobilidade urbana é um dos principais desafios para o desenvolvimento das principais regiões metropolitanas brasileiras, por isso há a necessidade urgente de repensar as metrópoles contemporâneas a partir de políticas públicas e mecanismos eficientes de gestão do território. Alavancar o desenvolvimento da infraestrutura, o saneamento ambiental, habitação, em especial, da mobilidade e transporte de qualidade.

Nas principais regiões metropolitanas há uma grave situação de imobilidade e somente com investimento em transporte alternativo será possível recuperar a capacidade de mobilidade nas grandes cidades. Se medidas urgentes não forem tomadas





CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DO DEPUTADO VINÍCIUS POIT (NOVO/SP)

certamente haverá redução de investimentos econômicos e diminuição das oportunidades de trabalho.

Hoje temos o aumento das vendas de automóveis e motocicletas, que atingem cerca de 50 milhões em sua totalidade. No caso da Região Metropolitana de São Paulo, tem-se chegado a uma média de 300 km diários de congestionamento. O que tem, consequentemente, reduzido a eficiência do transporte coletivo. Ainda se soma ao problema as constantes falhas e interrupções no setor metroviário, combinado com a falta de investimentos na ampliação e manutenção das redes e vagões cada vez mais lotados.

Conforme o que foi previamente exposto, nota-se a necessidade de buscarmos meios alternativos de transporte, focando em um desafogamento das vias dos outros meios, uma redução de poluentes e a geração de economia.

De acordo com o Dr. Marcos Paulo Schlickmann, o patinete, especialmente o elétrico, oferece grandes vantagens nos deslocamentos curtos urbanos, podendo ser alternativa para quem não quer ou não gosta de pedalar, mas aprecia a praticidade da bicicleta. Somado a isso, ajuda a resolver os problemas first/last mile, sendo um complemento para os sistemas de transporte público. Ele também apela muito para o pedestre, que busca acelerar um pouco sua viagem sem perder a comodidade de andar a pé. Schlickmann também aponta:

Já para uso pessoal, não necessariamente compartilhados por startups, os patinetes são muito interessantes, elétricos ou não. Eles são relativamente baratos e muito versáteis, pois podem ser facilmente transportados debaixo do braço ou no transporte público. E, assim como a bicicleta, esses pequenos veículos têm um potencial tremendo desde que existam infraestruturas adequadas de circulação e estacionamento nas nossas cidades.

A infraestrutura que suporte o uso de diferentes modos de transportes é o “shared spaces”, ou em português, espaços compartilhados. De acordo com Anthony Ling, autor do Guia de Gestão Urbana:

A ideia de que ruas que permitem altas velocidades para os automóveis tornam-se hostis a pedestres e ciclistas, inibindo a presença de modos de deslocamento não motorizados. Não há, portanto, uma concorrência justa entre tais modos e o automóvel particular, situação agravada pela pavimentação asfáltica que estimula





CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DO DEPUTADO VINÍCIUS POIT (NOVO/SP)

a alta velocidade, pela ausência de sinalização adequada e pela delimitação clara de faixas de rolamento. Diversas cidades do mundo têm optado por reduzir a segregação entre diferentes modos de transporte e por diminuir a velocidade máxima para os automóveis, de forma a possibilitar uma convivência harmônica entre diferentes modos de transporte nas ruas.

Cidades grandes do mundo também estão optando por esse tipo de transformação. Em preparação para as Olimpíadas de 2012, Londres reformou a Exhibition Road, tradicional rua que dá acesso a instituições como o Victoria & Albert Museum e a Imperial College, em um espaço compartilhado, diminuindo quase pela metade o número de acidentes na área.

A regulamentação proposta, com mínimas exigências, se justifica pelo patinete elétrico ser destinado para cobertura de pequenas distâncias, primeira/ última milha complementar ao serviço de transporte público e estar em harmonia com o já previsto na Resolução nº 465 de 27 de novembro de 2013 do Conselho Nacional de Trânsito. Uma regulamentação excessiva e distintamente feita por cada município, pode tornar inviáveis os investimentos nesta solução de transporte. Para tanto, se faz necessário que, na ausência de regulamentação, os usuários assumam a responsabilidade de sua liberdade no uso deste serviço, buscando uma sociedade consciente da relação causa e consequência de suas ações no trânsito.

Ante o exposto, contamos com o apoio de Vossas Excelências para a aprovação desta proposição legislativa.

Sala das Sessões, em de de 2019.

Deputado VINICIUS POIT
(NOVO/SP)



**MPV 906
00035**

CONGRESSO NACIONAL

ENQUETA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

	Proposição Medida Provisória nº 906, de 26 de novembro de 2019			
Autor Deputado Ronaldo Carletto – PP/BA			Nº Prontuário	
1. <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> Substitutiva 3. <input type="checkbox"/> Modificativa 4. <input checked="" type="checkbox"/> Aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo Global				
Página	Artigos	Parágrafos	Inciso	Alínea

EMENDA ADITIVA

Acrescente-se à Medida Provisória nº 906, de 20 de novembro de 2019, onde couber, as seguintes alterações:

Art. - A Lei nº 10.233, de 05 de junho de 2001 passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art.14.....

.....

I -

a) o transporte coletivo rodoviário interestadual de passageiros;
(NR)

“Art. 26.....

I - publicar os editais, julgar as licitações e celebrar os contratos de permissão para prestação de serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros;” (NR)

Art. 122-B - Em 24 meses, a contar da publicação desta lei, a ANTT elaborará um Plano de Outorga dos serviços de transporte coletivo interestadual de passageiros, para ser implantado no prazo 96 meses, observadas a ampla participação popular, nos termos do artigo 9º da Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019.

§ 1º. A implantação do Plano de Outorgas será feita em etapas anuais;

§ 2º. Em cada etapa anual deverão ser implantadas quantidades equivalentes de mercados, considerados pelo seu tamanho;



I – o tamanho do mercado será o resultado da média dos últimos 5 (cinco) anos, da multiplicação entre a quantidade de passageiros transportados e a quilometragem percorrida, naquele mercado.

§ 3º. O Plano de Outorgas não poderá prever a celebração de contratos com períodos inferiores a 20 anos.

§ 4º. Nas fases de elaboração e implantação do Plano de Outorgas, os mercados existentes na data de publicação desta lei permanecerão autorizados aos seus atuais operadores, nas condições do artigo 49 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, até a data de sua definitiva adjudicação, nos termos do *caput*, observadas, nesse período, as causas extintivas dos incisos II, IV, V e VI do artigo 35 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

§ 5º. Os mercados atualmente sem atendimento ou que venham necessitar do atendimento na fase de elaboração prevista no *caput*, deverão integrar a primeira etapa de implantação do Plano de Outorgas.

Art. - Ficam revogados:

I - os seguintes dispositivos da Lei nº 10.233, de 05 de junho de 2001:

- a) alínea “e” do inciso V do artigo 13;
- b) alínea “j” do inciso II do artigo 14;
- c) inciso VII do artigo 26;
- d) artigo 47-A;
- e) artigo 47-B, Parágrafo Único;
- f) artigo 47-C

II - os artigos 4º, 5º e 6º da Lei nº 12.996, de 18 de junho de 2014.

JUSTIFICAÇÃO

A Constituição Federal, na alínea “e” do inciso XII do artigo 21, atribuiu natureza de **serviço público** ao transporte coletivo rodoviário interestadual e internacional de passageiros e, além da configuração constitucional, o transporte satisfaz um **direito fundamental** (direito de “ir e vir” – CF, art. 5º, XV), relevando a sua natureza de **serviço público**.

O parágrafo único do artigo 175 da Constituição Federal estabelece as diretrizes essenciais aos serviços públicos brasileiros, dentre elas o **dever de prestar serviço adequado** e o artigo 6º da Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995 definiu serviço adequado como sendo o serviço que cumpre condições de **regularidade, continuidade, generalidade, atualidade e modicidade tarifária**, dentre outros.



Dessa forma, a gestão pública dos serviços de transporte coletivo exige um adequado suporte institucional constituído, em primeiro lugar, por um conjunto de normas que regulam a sua prestação, desde a forma e as condições da delegação de sua exploração para operadores privados, até as condições mínimas estabelecidas para a oferta dos serviços aos usuários. Estas normas geralmente são definidas por leis, decretos, portarias, contratos e outros instrumentos que constituem o seu marco regulatório.

Outro ponto importante da base institucional dos serviços de transporte coletivo de passageiros é a regularidade das delegações ante às exigências da Lei nº 8.987/1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos, previstos no artigo 175 da Constituição Federal.

A Política Nacional de Mobilidade Urbana concebida tem diretrizes na Lei nº 12.587/2012 que está fundamentada entre outros princípios, na equidade no acesso dos cidadãos ao transporte público coletivo, na segurança nos deslocamentos das pessoas, na equidade no uso do espaço público de circulação, vias e logradouros, na política tarifária do serviço de transporte público coletivo.

Assim, faz-se necessários ajustar e melhorar o sistema de transporte coletivo rodoviário interestadual e internacional de passageiros ao que se estabelece o artigo 175 da Constituição Federal, ao artigo 6º da Lei nº 8.987/1995 e a própria Lei nº 12.587/2012.

ASSINATURA

Deputado Ronaldo Carletto



**MPV 906
00036**

CONGRESSO NACIONAL

ENQUETA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data

Proposição Medida Provisória nº 906/19
--

Autor Deputado Felipe Carreras
--

Nº do prontuário

1 Supressiva	2. substitutiva	3. <input checked="" type="checkbox"/> modificativa	4. aditiva	5. Substitutivo global
--------------	-----------------	---	------------	------------------------

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	--------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Altere-se o § 4º do art. 24 da Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012 alterado pelo artigo 1º da Medida Provisória nº 906 de 19 de novembro de 2019:

Art. 1º O § 4º do art. 24 da Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 24

.....

§ 4º O prazo para elaboração e aprovação dos Planos de Mobilidade Urbana deverá ser o seguinte:

I - Cidades com mais de 250 mil habitantes - 12 de abril de 2021,

II - Cidades entre 100 mil e 250 mil habitantes - 12 de abril de 2022,

III - Cidades entre 50 mil e 100 mil habitantes - 12 de abril de 2023,

IV - Cidades entre 20 mil e 50 mil habitantes - 12 de abril de 2024.



Justificativa

O prazo da apresentação dos Planos de Mobilidade tem um problema desde o início pois trata por igual cidades de milhões de habitantes com corpos técnicos especializados, e cidades com 20 mil habitantes que as vezes nem tem secretaria específica. Com isso as cidades menores tem enfrentado muito mais problemas em elaborar seus planos, e as cidades maiores tem se aproveitado dos adiantamentos recorrentes demandado pelas cidades menores.

Realizar uma gradação deste prazo ajudaria aceleraria as cidades grandes que tem capacidade para realizar o plano, e daria mais tempo à Secretaria Nacional de Mobilidade urbana e o Ministério do Desenvolvimento Regional auxiliar as cidades pequenas com menos capacidade.

PARLAMENTAR



**MPV 906
00037****EMENDA nº - CM
(à MPV nº 906, de 2019)**

Inclua-se no artigo 1º da Medida Provisória 906, de 2019, alterações nos artigos 11-A e 11-B da Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2019, com as seguintes redações:

Art. 1º - A Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012 passa a vigorar com a seguinte alterações:

.....

Art. 11-A -

§ 1º - Na regulamentação e fiscalização do serviço de transporte privado individual de passageiros, os Municípios e o Distrito Federal deverão observar o teor da presente lei, da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 e as seguintes diretrizes e medidas para a garantia dos princípios da eficiência, da eficácia, da segurança na prestação do serviço, bem como para atender à modicidade tarifária:

I - cobrança de contribuições e a instituição de tributos municipais devidos pela prestação do serviço, inclusive pela utilização do uso do viário urbano.

II – garantia da sustentabilidade econômica e financeira da rede de transporte público coletivo de passageiros, por meio da destinação dos valores arrecadados para o disposto no inciso VIII do artigo 6º.

III – proibição da utilização de veículos, com capacidade superior a 7(sete) passageiros, incluído o motorista, dentre eles os abaixo especificados, sem prejuízo de outros modelos veiculares que possam surgir e que se enquadrem na especificação:

- a) ônibus;*
- b) micro-ônibus;*
- c)vans;*
- d)utilitários.*

Art. 11-B -

V – compartilhar dados de origem e destino, a quantidade das viagens e o faturamento bruto, sem a identificação do passageiro;

VI- vistoriar, anualmente, os veículos, em oficinas acreditadas pelo INMETRO, visando à segurança dos passageiros.

Parágrafo único. A exploração dos serviços remunerados de transporte privado individual de passageiros sem o cumprimento dos requisitos previstos nesta Lei e na regulamentação do poder público municipal e do Distrito Federal caracterizará transporte



ilegal de passageiros, cabendo ao poder público adoção de medidas coercitivas para repressão da atividade ilegal.

Justificativa

Em 2012, foi sancionada a Lei 12.587 que instituiu a Política Nacional de Mobilidade Urbana, cujo objetivo é contribuir para o acesso universal à cidade, estabelecendo as condições para os deslocamentos das pessoas e bens, priorizando os sistemas de transporte público colocados à disposição da sociedade.

A citada legislação estabeleceu diretrizes e princípios para que os entes federativos, União, Estados, Municípios e Distrito Federal, pudessem aprimorar seus marcos regulatórios com objetivo de melhorar os meios de transporte público para milhões de brasileiros que dependem desse serviço público para os seus deslocamentos diários.

Recursos públicos e até privados foram investidos na construção da infraestrutura necessária para oferta do transporte público, seja por trens, metrô ou ônibus, com objetivo de ter uma rede de transporte público eficiente no atendimento dos anseios da população.

Nos últimos anos, presenciamos a construção e implementação de Sistemas de Bus Rapid Transit (BRT) nas cidades do Belo Horizonte, Brasília, Recife e Rio de Janeiro, bem como a ampliação das linhas de metrô em São Paulo e Rio de Janeiro, cujo objetivo maior é a melhoria do transporte público para população.

Contudo, com advento da Lei 13.640, de 26 de março de 2018, que alterou a Lei 12.587/2012, regulamentando o transporte remunerado individual de passageiros por meio de aplicativos, tem-se constatado um aumento significativo de automóveis nas ruas brasileiras, face à oferta desse serviço prestados por empresas privadas de aplicativos.

Apesar da lei estabelecer a regulamentação e fiscalização por parte do poder público, tem-se observado que este serviço não está sendo regulamentado pela maioria das cidades e naquelas que ocorreram a regulamentação, as legislações estão sendo questionadas na justiça por parte das empresas privadas de aplicativos, as quais querem ofertar o serviço sem qualquer fiscalização por parte do poder público responsável, ou seja, no ambiente de livre mercado.

Além disso, temos presenciado nos noticiários, diversas ocorrências de violência praticadas por motoristas do transporte remunerado individual de passageiros por aplicativos contra passageiros, com destaque para o caso ocorrido em 7/11/2019, onde três mulheres que



trabalhavam na equipe um ator foram brutalmente agredidas por um motorista de serviço de transporte por aplicativos na cidade de São Paulo.

As irregularidades na oferta do serviço de transporte remunerado individual por aplicativos, bem como os atos de violência que atentam contra a segurança dos passageiros, demonstram a necessidade na revisão da legislação, visando capacitar as autoridades públicas no trato da questão.

É importante registrar que o Estado Brasileiro não é contra a iniciativa privada e a liberdade econômica, porém ao tratarmos de serviços públicos ou privados disponibilizados à população, normas e atribuições públicas legais tem que ser respeitadas.

Dessa forma, entendemos a necessidade de aprimorar a Lei 12.587, concedendo as garantias necessárias ao poder público na gestão do transporte privado remunerado individual por aplicativos.

Assim contamos com o apoio dos ilustres legisladores a presente emenda.

Sala das Sessões ____ de novembro de 2019

Deputado MAURO LOPES
(MDB/MG)



**MPV 906
00038**

MEDIDA PROVISORIA Nº 906 DE 2019

Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana.

EMENDA ADITIVA Nº _____

Inclua-se no artigo 1º da Medida Provisória 906, de 2019, uma alteração no artigo 22 da Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2019, com a seguinte redação:

Art. 1º - A Lei 12.587, de 3 de janeiro de 2012 passa a vigorar com a seguinte alterações:

Art. 22 -

.....

Parágrafo único – no cumprimento do teor do inciso VII, o poder público poderá estabelecer multas e sanções administrativas de retenção, apreensão e recolhimento do veículo.

Justificativa

Um dos maiores problemas enfrentados no trânsito das cidades brasileiras é a prática do transporte ilegal de passageiros.



Este transporte ilegal de passageiros, ou mais conhecido como transporte clandestino, é basicamente constituído por proprietários individuais que atuam com veículos não projetados para este fim em horários e linhas por eles estabelecidos, geralmente de maior fluxo de passageiros e rentabilidade. Em uma disputa predatória com o sistema de transporte público legalizado, estes transportadores colocam em risco de vida os usuários transportados.

A verdade é que os transportadores clandestinos vendem a falsa ideia de um transporte seguro, confortável e rápido aos seus inocentes usuários, e camuflam a triste realidade de um número crescente de acidentes de trânsito e vítimas envolvendo esta modalidade, contribuindo diretamente para o aumento das estatísticas de mortos em acidentes de trânsito no Brasil,

Esses veículos clandestinos, além de transportarem passageiros em excesso e sem qualquer segurança, encontram-se, na sua grande maioria, em péssimo estado de conservação, e para agravar a situação, são conduzidos por pessoas sem a devida habilitação, o que certamente estão mais propensos a se envolverem em acidentes de trânsito.

As ações de fiscalização do poder público local por muitas vezes são questionadas, inclusive, perante o poder judiciário, sob alegação que inexistente a previsão legal para realização das ações fiscais, objetivando a remoção desses veículos irregulares do sistema viário local.



Se partimos da obrigatoriedade do combate ao transporte ilegal, previsto no artigo 22, inciso VII da Lei 12.587, de 2012, há necessidade de revisar a legislação com objetivo de conceder ao poder público local os mecanismos necessários para o combate do transporte ilegal de passageiros, como multas e sanções administrativas de retenção, apreensão e recolhimento do veículo irregular.

Dessa forma, contamos com o apoio dos nobres pares para aprovação da presente emenda visando manutenção da segurança dos brasileiros que necessitam de transporte para as suas locomoções diárias.

Deputado DA VITORIA
CIDADANIA/ES



**MPV 906
00039****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 906, DE 2019**

Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana.

EMENDA MODIFICATIVA Nº _____

Modifique-se o §1º do art. 24 da Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, modificado pelo artigo 1º da Medida Provisória nº 906, de 2019:

“Art. 1º
.....

‘Art.24-
.....

§1º Em Municípios com mais de cinquenta mil habitantes e em todos aqueles que integrem regiões metropolitanas, regiões integradas de desenvolvimento econômico e aglomerações urbanas com população total superior a um milhão de habitantes, deverá ser elaborado e aprovado o Plano de Mobilidade Urbana, integrado e compatível com os seus planos diretores e, quando couber, com os planos de desenvolvimento urbano integrado e com os planos metropolitanos de transporte e mobilidade urbana.

JUSTIFICAÇÃO

A importância do Plano de Mobilidade Urbana para os municípios é factual, e não apenas para os grandes municípios, os municípios de pequeno porte também tem necessidade da elaboração e aprovação do Plano, pois também enfrentam dificuldades na mobilidade urbana. A falta de transporte público por exemplo é notável nestes municípios.

Mas a obrigação da criação deste Plano, a municípios com mais de vinte mil habitantes, poderá acarretar a falta de recursos destes, pois o parágrafo oitavo desta Medida Provisória traz que caso os municípios não aprovem os Plano de Mobilidade Urbana, estes ficarão impedidos de receber recursos do Orçamento Geral da União consignados à Secretaria Nacional de Mobilidade e Serviços Urbanos do Ministério do Desenvolvimento Regional. E sabemos das dificuldades que estes municípios tem para elaborar e aprovar este tipo de Plano.

A alteração para municípios de cinquenta mil habitantes, visa obrigar municípios com uma quantidade considerável de habitantes, e consequentemente com melhores condições financeiras e técnicas para a elaboração deste Plano.



Pelo exposto solicito o acolhimento da presente emenda.

Sala da Comissão,

Deputado PAULO PIMENTA

PT/RS



**MPV 906
00040****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 906, DE 2019**

Altera a Lei nº 12.57, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana.

EMENDA MODIFICATIVA Nº _____

Modifique-se o §4º do art.24 da Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, modificado pelo artigo art.1º da MP 906/2019, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º.

‘Art. 24.

§ 4º O Plano de Mobilidade Urbana deverá ser elaborado e aprovado até 11 de outubro de 2022”

JUSTIFICAÇÃO

Essa Medida Provisória nº 906/2019, altera o prazo relativo à elaboração e aprovação do Plano de Mobilidade Urbana, estipulando esse prazo para os municípios que ainda não aprovaram o Plano, aprovem até a data do dia 12 de abril de 2021.

Este prazo já teve algumas alterações e prorrogações de datas, porém muitos municípios ainda não elaboraram ou aprovaram ainda seus Planos de Mobilidade, dificultando, e prorrogando por diversas vezes o prazo.

É importante salientar que no ano de 2020 teremos eleições municipais, este dado é relevante, pois os cargos legislativos e executivos de cada cidade terão alterações, e a posse destes será apenas no começo do ano de 2021, poucos meses antes da data de 12 de abril de 2021.

A proposição de modificação da data para o dia 11 outubro de 2022, dará um prazo razoável para a elaboração e aprovação do Plano de Mobilidade Urbana. É oportuno que os municípios tenham este tempo, para regularização, podendo elaborar um Plano condizente com as características de seus municípios.

Pelo exposto solicito o acolhimento da presente emenda.

Sala da Comissão,

Deputado PAULO PIMENTA

PT/RS



**MPV 906**
00041**SENADO FEDERAL**
Gabinete do Senador Rogério Carvalho**COMISSÃO ESPECIAL DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 906, DE 2019.**

Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana.

EMENDA N.º _____

Suprima-se a expressão “quando couber” prevista no §1º, do art. 24 da Lei nº 12.587, de 2012, de que trata o artigo 1º da MPV 906, de 2019.

JUSTIFICAÇÃO

O objetivo desta Emenda é suprimir a faculdade dada pela MP 806 de que os planos de mobilidade urbana possam, ou não, ser integrados com os planos de desenvolvimento urbano e com os planos metropolitanos de transporte e mobilidade urbana.

Assim, nosso escopo é determinar que o plano de mobilidade urbana deverá ser integrado e compatível com os planos diretores e com os planos de desenvolvimento urbano integrado e com os planos metropolitanos de transporte e mobilidade urbana.

A sociedade brasileira ainda tem muitas lacunas para serem supridas no tocante à mobilidade urbana para que os cidadãos consigam se locomover de forma acessível e livre. A flexibilidade descrita pela MP em tela impede o exercício do direito de ir e vir a cargo de atuação real e concreto pelo Poder Público.



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador Rogério Carvalho

Solicito, portanto, aos nobres Pares apoio para esta Emenda, visando aplicação de medidas eficazes de pactuação fática das leis acerca da mobilidade urbana e direito urbanístico (plano diretor, planos de desenvolvimento urbano, planos metropolitanos de transporte e mobilidade urbana).

Sala das comissões, em

Senador ROGÉRIO CARVALHO**PT/SE**



**MPV 906
00042**

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Rogério Carvalho

COMISSÃO ESPECIAL DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 906, DE 2019.

Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana.

EMENDA N.º _____

Suprima-se o §8º do art. 24 da Lei nº 12.587, de 2012, de que trata o artigo 1º da MPV 906, de 2019, e, por conexão de mérito, o §4º do referido art. 24 da Lei nº 12.587, de 2012.

JUSTIFICAÇÃO

O objetivo desta Emenda é suprimir a eventual penalização do Município pela não elaboração do plano de mobilidade urbana, uma vez que tal hipótese apenas iria agravar a situação fiscal enfrentada atualmente pelos entes municipais e, bem pior, em absolutamente nada iria contribuir para a efetividade do escopo do programa de mobilidade urbana. Aliás, poderia até inviabilizar a posterior elaboração e implantação desse programa.

Deve-se considerar que o Poder Executivo, por ato de competência privativa, pode e deve fomentar adesão aos planos de mobilidade urbana. Há instrumentos positivos, de valorização e de caráter até premial, visando atrair o comportamento dos entes municipais. E mais, os governo federal poderia disponibilizar assessoria técnica e especializada que pudessem ajudar na elaboração desse plano.

Assim, esta emenda visa suprimir o dispositivo que estabelece



**SENADO FEDERAL****Gabinete do Senador Rogério Carvalho**

que os Municípios que não tenham aprovado o Plano de Mobilidade Urbana ficarão impedidos de receber recursos do Orçamento Geral da União consignados à Secretaria Nacional de Mobilidade e Serviços Urbanos do Ministério do Desenvolvimento Regional até que seja cumprida a exigência prevista nesta Lei, ressalvada a hipótese de instrumentos de repasse já celebrados.

Solicito, portanto, aos nobres Pares apoio para esta Emenda, visando aplicação de medidas eficazes para viabilização do plano de mobilidade urbana, que não se coaduna com medidas que podem agravar a crise fiscal e econômica dos municípios e não se apresenta eficaz.

Sala das comissões, em

Senador ROGÉRIO CARVALHO**PT/SE**



**MPV 906
00043**

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Rogério Carvalho

COMISSÃO ESPECIAL DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 906, DE 2019.

Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana.

EMENDA N.º _____

Dê-se ao §1º, do art. 24 da Lei nº 12.587, de 2012, de que trata o artigo 1º da MPV 906, de 2019, a seguinte redação:

Art. 24.
.....

§1º. Em Municípios com mais de vinte mil habitantes e em todos aqueles que integrem regiões metropolitanas, regiões integradas de desenvolvimento econômico e aglomerações urbanas com população total vinte mil habitantes, deverá ser elaborado e aprovado o Plano de Mobilidade Urbana, integrado e compatível com os seus planos diretores e com os planos de desenvolvimento urbano integrado e com os planos metropolitanos de transporte e mobilidade urbana.

.....

JUSTIFICAÇÃO

O objetivo desta Emenda é determinar que os planos de mobilidade urbana possam ser obrigatórios nas aglomerações urbanas com



**SENADO FEDERAL****Gabinete do Senador Rogério Carvalho**

população total superior a vinte mil habitantes, tal como é obrigatório para os Municípios com mais de vinte mil habitantes.

Logo, seria incoerência obrigar os entes municipais com população maior de vinte mil habitantes a formularem plano de mobilidade urbana, mas nas aglomerações urbanas tal exigência seria real apenas se o número de habitantes for superior a um milhão de habitantes – tal como na redação original da MP em tela.

E mais, retira-se a faculdade dada pela MP 906 de que os planos de mobilidade urbana possam, ou não, ser integrados com os planos de desenvolvimento urbano e com os planos metropolitanos de transporte e mobilidade urbana. Assim, nosso escopo é determinar que o plano de mobilidade urbana deverá ser integrado e compatível com os planos diretores e com os planos de desenvolvimento urbano integrado e com os planos metropolitanos de transporte e mobilidade urbana.

A sociedade brasileira ainda tem muitas lacunas para serem supridas no tocante à mobilidade urbana para que os cidadãos consigam se locomover de forma acessível e livre.

Solicito, portanto, aos nobres Pares apoio para esta Emenda.

Sala das comissões, em

Senador ROGÉRIO CARVALHO**PT/SE**

**MPV 906**
00044**SENADO FEDERAL**
Gabinete do Senador Rogério Carvalho**COMISSÃO ESPECIAL DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 906, DE 2019.**

Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana.

EMENDA N.º _____

Dê-se ao §8º do art. 24 da Lei nº 12.587, de 2012, de que trata o artigo 1º da MPV 906, de 2019, a seguinte redação:

Art. 24.

§8º. O incentivo para a elaboração do plano de mobilidade urbana dar-se-á mediante a concessão de estímulos econômicos e materiais, e concessão de prêmios, bem como auxílio técnico e especializado para feitura do referido plano, compreendendo:

- I – facilidades e reabertura de prazos para renegociação de dívidas, sem redução do valor principal, das multas e juros;
- II – doação, permuta, cessão de uso ou concessão de direito real de uso de imóveis ou bens móveis destinados a serviços de infraestrutura de implantação de ações governamentais de mobilidade urbana;
- III – prestação de serviço técnico e especializado visando auxiliar, contribuir e viabilizar a elaboração do plano de mobilidade urbana.

.....





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Rogério Carvalho

JUSTIFICAÇÃO

O objetivo desta Emenda é criar incentivos reais visando fomentar adesão aos planos de mobilidade urbana. Há instrumentos positivos, de valorização e de caráter até premial visando atrair o comportamento dos entes municipais. Logo, a União deve disponibilizar assessoria técnica e especializada que possam ajudar na elaboração desse plano.

Assim, rejeitamos a proposta original da MP em tela de penalizar o Município pela não elaboração do plano de mobilidade urbana, uma vez que tal hipótese apenas iria agravar a situação fiscal enfrentada atualmente pelos entes municipais e, bem pior, em absolutamente nada iria contribuir para a efetividade do escopo do programa de mobilidade urbana. Aliás, poderia até inviabilizar a posterior elaboração e implantação desse programa.

O regime federativo inaugurado com a redemocratização da década de 1980 incluiu os municípios como componentes da Federação e lhes deu poder de auto-organização. Este projeto é legitimado no artigo 29 da Constituição de 1988 onde é determinada a criação da Lei Orgânica Municipal, considerada a “Constituição dos municípios”. Com essa Lei, previu-se a cooperação entre União e os entes federados, a descentralização política administrativa, e a busca por maior integração econômica nacional para a diminuição das desigualdades regionais.

Nesse novo formato institucional, os municípios passaram a possuir encargos de natureza privada, como organizar e prestar serviços públicos de interesse local (transporte coletivo, a educação pré-escolar e o ensino fundamental). Assim, lhes foi atribuído fontes de renda própria, com arrecadação através de diversas fontes fiscais e parafiscais, desde que contem com forte apoio financeiro dos Estados e da União.

Solicito, portanto, aos nobres Pares apoio para esta Emenda, visando aplicação de medidas eficazes para viabilização do plano de mobilidade urbana, que não se coaduna com medidas que podem agravar a



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador Rogério Carvalho

crise fiscal e econômica dos municípios e não se apresenta eficaz .

Sala das comissões, em

Senador ROGÉRIO CARVALHO

PT/SE





CONGRESSO NACIONAL

ETIQUETA
MPV 906
00045**APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

data 26/11/2019	proposição MPV 906/2019			
Autor Deputado Carlos Zarattini	nº do prontuário 56398			
1. <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> Substitutiva 3. <input checked="" type="checkbox"/> X Modificativa 4. <input type="checkbox"/> Aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Inclua-se, onde couber, artigo na Medida Provisória nº 906, de 2019, com a seguinte redação:
O artigo 11-A da Lei nº 12.587 de 3 de janeiro de 2012, e o seu Parágrafo Único passarão a vigorar com a seguinte redação:

Art. 11-A. Compete exclusivamente aos Municípios e ao Distrito Federal autorizar, regulamentar e fiscalizar o serviço de transporte remunerado privado individual de passageiros previsto no inciso X do art. 4º desta Lei no âmbito dos seus territórios.

Parágrafo único. Na autorização, regulamentação e fiscalização do serviço de transporte remunerado privado individual de passageiros, os Municípios e o Distrito Federal deverão observar as seguintes diretrizes, tendo em vista a eficiência, a eficácia, a segurança e a efetividade na prestação do serviço”.

JUSTIFICATIVA

A Política Metropolitana de Mobilidade Urbana constitui um conjunto de conceitos, objetivos e diretrizes, por meio do qual a União, em articulação com os Estados, Distrito Federal e Municípios, integrantes das regiões metropolitanas, estabelecerá critérios para organização metropolitana do sistema de transporte a fim de garantir a mobilidade da população nestas regiões.

A princípio, é de se considerar o modelo de divisão de competências no que concerne ao transporte coletivo inscrito na própria Constituição:.

Art. 21. Compete à União:

.....
XII – explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão:

.....
d) os serviços de transporte ferroviário e aquaviário entre portos brasileiros e fronteiras nacionais, ou que transponham os limites de Estado ou Território;

e) os serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros;

.....
.....





CONGRESSO NACIONAL

ETIQUETA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 26/11/2019	proposição MPV 906/2019			
Autor Deputado Carlos Zarattini	nº do prontuário 56398			
1. <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> Substitutiva 3. <input checked="" type="checkbox"/> X Modificativa 4. <input type="checkbox"/> Aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Art. 30. Compete aos municípios:

I – legislar sobre assuntos de interesse local;

V – organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial”.

Diante do exposto, é de se notar que compete aos municípios cuidar dos assuntos de interesses locais. Não por outra razão, propõe-se que, no que concerne ao transporte remunerado privado individual de passageiros, a sua autorização seja feita pelos próprios municípios e pelo Distrito Federal. Garante-se, desta forma, que as inovações tecnológicas no âmbito do transporte abriguem-se numa plataforma de regras estáveis, remetendo as acomodações para a devida regulamentação.

Sala da Comissão,

Deputado CARLOS ZARATTINI
PT/SP



MPV 906
00046

COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 906, DE 2019

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 906, DE 2019

Altera a Lei nº 12.587, de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana.

Acrescente-se os seguintes parágrafos texto do Art.24, do Art.1º da MP nº 906, de 2019:

“Art.24.....

§ 9º Nas linhas férreas que adentrem áreas urbanas, será avaliada a necessidade de adequações, ampliações ou abertura de novas travessias de passagem em nível devidamente sinalizadas;

§ 10 A elaboração dos projetos técnicos referentes às travessias de que trata o § 9º terá a participação ativa dos Municípios diretamente afetados pelas linhas férreas ativas.

§ 11 Na adequação, ampliação ou construção de novas travessias de passagem de nível nos Municípios diretamente afetados pelas linhas férreas, a fixação das distâncias entre as travessias de passagens deverá observar a particularidade da região, o fluxo de veículos, o contingente populacional, o plano viário e o uso e a ocupação do solo dos respectivos Entes.” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A Lei nº 12.587/12, instituiu as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana que visa contemplar assuntos inerentes ao transporte público coletivo, circulação viária, integração do transporte público com o privado, entre outros.

Entretanto, não há qualquer dispositivo que trate de eventuais adequações, ampliações ou abertura de novas travessias de passagem em nível. Assim, por meio desta Emenda buscamos sanar o problema,



2

estabelecendo diretrizes para orientar a instalação das passagens de nível. Hoje a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) obedecem a distância mínima de 1.500 metros entre as passagens, estipulada na NBR 15680:2017 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Fato é que o Brasil é um País singular, onde há diferentes realidades, e isso precisa ser considerado. Assim, é necessário levar em conta as peculiaridades regionais das áreas urbanas por onde passam as linhas férreas, com a devida participação dos Municípios envolvidos, no processo de discussão e de elaboração dos projetos técnicos de adequações, ampliações ou abertura de novas travessias de passagem em nível.

São esses os fundamentos que abrigam a presente iniciativa, formulada com vistas a aprimorar a vida urbana de milhares de brasileiros que moram em áreas por onde passam ferrovias.

Em vista do exposto, pedimos o apoio de nossos Pares Congressistas para a aprovação desta Emenda Aditiva.

Sala das Sessões, em de novembro de 2019.

LUIZÃO GOULART
Deputado Federal Republicanos/PR



Mensagens do Presidente da República





CONGRESSO NACIONAL

MENSAGEM (CN) Nº 13, DE 2019

Encaminha, em cumprimento ao art. 59 da Lei nº 13.707 de 14 de agosto de 2018 (LDO 2019), o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas referente ao 5º bimestre de 2019.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Anexo](#)
- [Exposição de Motivos](#)
- [Mensagem](#)

DESPACHO: À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

PUBLICAÇÃO: DCN de 28/11/2019



[Página da matéria](#)





SECRETARIA ESPECIAL DE
FAZENDA

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DE RECEITAS E DESPESAS PRIMÁRIAS

5º Bimestre de 2019

Brasília-DF

Novembro/2019



O **RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DE RECEITAS E DESPESAS PRIMÁRIAS** é uma publicação em cumprimento ao disposto no art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, e no art. 59 da Lei nº 13.707, de 14 de agosto de 2018, a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2019. O conteúdo presente neste documento foi produzido pelas seguintes instituições:

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Secretaria Especial de Fazenda

Secretaria de Orçamento Federal (*)

Secretaria do Tesouro Nacional

Secretaria de Política Econômica

Secretaria Especial de Desestatização e Desinvestimento

Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais

Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil

(*) *Coordenação Técnica*

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação, desde que mencionada a fonte.

BRASIL. Relatório de avaliação de receitas e despesas primárias: programação orçamentária e financeira de 2019. **Secretaria de Orçamento Federal**. Brasília. Novembro de 2019.

2



MENSAGEM AO MINISTRO

1. O art. 9º da **Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, LRF**, determina que, se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes, o Ministério Público da União - MPU e a Defensoria Pública da União - DPU promoverão limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias.
2. O art. 59 da **Lei nº 13.707, de 14 de agosto de 2018, a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2019 – LDO-2019**, estabelece os critérios requeridos pela LRF, determinando que o Poder Executivo apure o montante da limitação de empenho e movimentação financeira necessária e informe aos Poderes Legislativo e Judiciário, ao MPU e à DPU, até o vigésimo segundo dia após o encerramento do bimestre.
3. Este documento foi preparado em cumprimento ao § 3º do art. 59 da LDO-2019, o qual determina que o Poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional, aos Poderes Legislativo e Judiciário, ao MPU e à DPU, relatório que será apreciado pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, contendo, dentre outras informações, as memórias de cálculo e respectivas justificativas das alterações das projeções de receitas e despesas primárias.
4. Em obediência aos normativos supracitados, neste relatório são apresentados os parâmetros macroeconômicos que serviram de base para as projeções e as memórias de cálculo das novas estimativas de receitas e das despesas primárias de execução obrigatória. Essas projeções indicam a possibilidade de ampliação dos limites de empenho e movimentação financeira de todos os Poderes, MPU e DPU no montante de R\$ 7.235,7 milhões, respeitados os limites estabelecidos pela Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016, que instituiu um teto de gastos para as despesas primárias da União.

Respeitosamente,


George Soares
Secretário de Orçamento Federal


Otávio Ladeira de Medeiros
Secretário do Tesouro Nacional, Substituto


Esteves Colnago
Secretário Especial de Fazenda, Substituto

3



Índice

SIGLAS E ABREVIATURAS	6
1 SUMÁRIO EXECUTIVO	9
2 HISTÓRICO	10
3 AVALIAÇÃO DO BIMESTRE	13
3.1 Parâmetros (LDO-2019, art. 59, § 3º, Inciso II)	13
3.2 Análise das Estimativas das Receitas Primárias (LDO-2019, Art. 59, § 3º, Incisos I e IV)	14
3.3 Análise das Estimativas das Despesas Primárias (LDO-2019, Art. 59, § 3º, Inciso III)	18
3.4 Estimativa do Resultado do RGPS (LDO-2019, Art. 59, § 3º, Incisos I e IV)	21
3.5 Memória de Cálculo do Resultado Primário das Empresas Estatais Federais (LDO-2019, Art. 59, § 3º, Inciso V)	23
3.6 Resultado Primário dos Estados, Distrito Federal e Municípios	23
4 DISTRIBUIÇÃO DA VARIAÇÃO DOS LIMITES DE EMPENHO E MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA ENTRE OS PODERES, MPU E DPU	24
4.1 Base de Cálculo para a Distribuição da Variação dos Limites entre os Poderes, MPU e DPU (LDO-2019, Art. 59, <i>caput</i> , §§ 1º e 12)	24
4.2 Distribuição da Variação dos Limites de Empenho e Movimentação Financeira entre os Poderes, MPU e DPU (LDO-2019, Art. 59, <i>caput</i> , §§ 1º e 12)	25
4.3 Emendas Parlamentares Individuais e de Bancada (CF, Art. 166, §§ 9º, 11 e 17, Art. 111 do ADCT e LDO-2019, arts. 61 a 70)	26
5 EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 95, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016 – NOVO REGIME FISCAL	27
6 ADEQUAÇÃO DAS FONTES PARA CUMPRIMENTO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ART. 167, INCISO III (REGRA DE OURO) E LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL, ART. 42 (ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO)	29
ANEXO I - PARÂMETROS (LDO-2019, ART. 59, § 3º, INCISO II)	32
ANEXO II - MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS RECEITAS ADMINISTRADAS PELA RFB/ME, EXCETO RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS E CPSS (LDO-2019, ART. 59, § 3º, INCISOS I E IV)	39
ANEXO III - MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	46
ANEXO IV - ESTIMATIVA ATUALIZADA DO RESULTADO PRIMÁRIO DAS EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS (LDO - 2019, ART. 59, § 3º, INCISO V)	48
ANEXO V – DEMAIS RECEITAS PRIMÁRIAS E RECEITAS PRÓPRIAS E DE CONVÊNIOS	51
ANEXO VI - HISTÓRICO DAS AVALIAÇÕES*	55
ANEXO VII - MÍNIMOS CONSTITUCIONAIS DE SAÚDE E DE EDUCAÇÃO	57
ANEXO VIII - DISPOSIÇÕES LEGAIS	58
ANEXO IX – DEMONSTRATIVO TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS	60
ANEXO X – DEMONSTRATIVO DESPESAS OBRIGATÓRIAS COM SUBSÍDIOS, SUBVENÇÕES E PROAGRO	61
ANEXO XI – DEMONSTRATIVO RESERVA PARA AMPLIAÇÃO DE LIMITES DE EMPENHO	62



LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Resultado desta Avaliação.....	10
Tabela 2: Parâmetros Macroeconômicos	13
Tabela 3: Comparativo das estimativas das Receitas Primárias do Governo Central	14
Tabela 4: Projeção Inicial, Fatores de Variação de Receitas e Projeção Final – Anual	15
Tabela 5: Projeção Inicial, Fatores de Variação de Receitas e Projeção Final – Anual	16
Tabela 6: Variações nas estimativas das Despesas Primárias.....	18
Tabela 7: Remanejamentos Custeio e Pessoal nos Demais Poderes.....	19
Tabela 8: Despesas Obrigatórias com Controle de Fluxo do Poder Executivo	21
Tabela 9: Receita do RGPS.....	22
Tabela 10: Despesa do RGPS.....	22
Tabela 11: Déficit do RGPS.....	23
Tabela 12: Base Contingenciável Total.....	25
Tabela 13: Emendas Individuais 2019 – LOA x Execução Obrigatória antes das limitações de empenho	26
Tabela 14: Emendas Individuais 2019 por Poder, MPU e DPU	26
Tabela 15: Emendas de Bancada de execução obrigatória.....	27
Tabela 16: Demonstrativo compatibilidade dos créditos publicados com a EC 95/16	28
Tabela 17: Despesas Primárias do Governo Central incluídas na base de cálculo da EC 95/2016	29
Tabela 18: Suficiência da Regra de Ouro (Despesa de Capital – Receitas de Operações de Créditos) em 2019 - R\$ Bilhões – A preços correntes.....	30



SIGLAS E ABREVIATURAS

ADCT	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias	COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
ANA	Agência Nacional de Águas	CPMF	Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira
ANAC	Agência Nacional de Aviação Civil		
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica	CPSS	Contribuição para o Regime Próprio de Previdência do Servidor Público
ANP	Agência Nacional do Petróleo	CSLL	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
ANS	Agência Nacional de Saúde	CVM	Comissão de Valores Mobiliários
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária	DARF	Documento de Arrecadação de Receitas Federais
ATAERO	Adicional de Tarifa Aeroportuária	DF	Distrito Federal
BCB	Banco Central do Brasil	DGN/SPG -MME	Departamento de Gás Natural/Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis – Ministério de Minas e Energia
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior	DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
CATI	Comitê da Área de Tecnologia da Informação do MCTI	DPVAT	Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre
MCTI		DOU	Diário Oficial da União
CBTU	Companhia Brasileira de Trens Urbanos	DRU	Desvinculação de Recursos da União
CF	Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos	EBC	Empresa Brasil de Comunicação
CFURH	Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos	FACTI	Fundação de Apoio à Capacitação em Tecnologia da Informação
Cide	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
CNEN	Comissão Nacional de Energia Nuclear	FAZENDA	Secretaria Especial de Fazenda do Ministério da Economia
CNMP:	Conselho Nacional do Ministério Público	FDA	Fundo de Desenvolvimento da Amazônia
CNPE	Conselho Nacional de Política Energética	FDNE	Fundo de Desenvolvimento do Nordeste
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico		
CODE VASF	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba		



FIES	Programa de Financiamento Estudantil	INMETRO	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz	INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço	IPCA	Índice de Preços ao Consumidor - Amplo
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	IOF	Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro
FNSP	Fundo Nacional de Segurança Pública	IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados
FPE	Fundo de Participação dos Estados	IPI-EE	Transferência do IPI aos Estados Exportadores
FPM	Fundo de Participação dos Municípios	IR	Imposto sobre a Renda
FRGPS	Fundo do Regime Geral da Previdência Social	ITR	Imposto Territorial Rural
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação	LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
FUNPEN	Fundo Penitenciário Nacional	LOA	Lei Orçamentária Anual
FUNSET	Fundo Nacional de Segurança e Educação no Trânsito	LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
GRU	Guia de Recolhimento da União	LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis	MC	Ministério da Cidadania
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	MCTIC	Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	MIX IER	Índice Específico de Receita: parâmetro de projeção formado pela composição de 55% do IPCA e 45% do IGP-DI
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	ME	Ministério da Economia
IER	Índice Específico de Receita	MME	Ministério de Minas e Energia
IGP-DI	Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna	MPU	Ministério Público da União
IMBEL	Indústria de Material Bélico do Brasil	MPV	Medida Provisória
INB	Indústrias Nucleares do Brasil	PCH	Pequena Central Hidrelétrica
		PERT	Programa Especial de Regularização Tributária
		P&D	Pesquisa e Desenvolvimento
		PIB	Produto Interno Bruto

7



PIS/ PASEP	Contribuição para o Programa de Integração Social e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público	UHE	Usina Hidrelétrica de Energia
		UnB	Universidade de Brasília
PGFN/ CAF	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional/Coordenação-Geral de Assuntos Financeiros		
PLOA	Projeto de Lei Orçamentária Anual		
PME	Pesquisa Mensal de Emprego		
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios		
PPSA	Pré-Sal Petróleo S.A.		
RFB	Secretaria da Receita Federal do Brasil		
RGPS	Regime Geral de Previdência Social		
RPVs	Requisições de Pequeno Valor		
Selic	Sistema Especial de Liquidação e de Custódia		
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira		
Simples	Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte		
SIOP	Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento do Governo Federal		
SOF	Secretaria de Orçamento Federal		
SPE	Secretaria de Política Econômica		
SPU	Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União		
STJ	Superior Tribunal de Justiça		
STN	Secretaria do Tesouro Nacional		
SUFRAMA	Superintendência da Zona Franca de Manaus		
TAR	Tarifa Atualizada de Referência		
TFVS	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária		



1 SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Findo o 5º bimestre, em cumprimento ao art. 9º da LRF e art. 59 da LDO-2019, foram reavaliadas as estimativas das receitas e despesas primárias do Governo Federal, observando a arrecadação das receitas primárias e a realização das despesas primárias até o mês de outubro de 2019, em sua maioria, bem como parâmetros macroeconômicos atualizados, compatíveis com o cenário econômico vigente.
2. As atuais projeções das receitas primárias federais previstas para o corrente ano indicam um aumento, no valor de R\$ 4.935,5 milhões, em relação à Avaliação Extemporânea de Novembro. A Receita Administrada pela RFB, líquida de incentivos fiscais, exceto a Arrecadação Líquida para o RGPS, apresentou estimativa acima da observada na referida avaliação, em R\$ 337,0 milhões, em função, principalmente, da elevação no IR.
3. Por sua vez, a estimativa da Arrecadação Líquida para o RGPS apresentou decréscimo de R\$ 1.189,0 milhões, devido não só à realização observada até outubro, como também à revisão nos parâmetros de mercado de trabalho, especialmente a massa salarial nominal.
4. De modo semelhante às Receitas Administradas pela RFB, as projeções das Receitas não-Administradas pela RFB apresentaram aumento na previsão de arrecadação em R\$ 5.787,5 milhões, tendo como destaque os aumentos na receita de Dividendos e Participações, no valor de R\$ 4.712,3 milhões, e na receita de Exploração de Recursos Naturais, de R\$ 1.094,6 milhões.
5. Diante da combinação de todos os fatores acima descritos, a presente avaliação demonstra um aumento da projeção da receita líquida de transferências por repartição de receita em R\$ 2.774,8 milhões, em relação à projeção contida na Avaliação Extemporânea de Novembro.
6. As projeções das despesas primárias obrigatórias apresentaram decréscimo de R\$ 4.460,9 milhões em relação à avaliação anterior. As maiores variações observadas referem-se: à redução da estimativa de Benefícios Previdenciários, em R\$ 1.612,3 milhões, e Subsídios e Subvenções, em R\$ 3.637,7 milhões, devido à incorporação dos dados realizados até outubro. Por outro lado, verificou-se aumento na estimativa da Complementação da União ao FUNDEB, de R\$ 2.593,5 milhões.
7. Desse modo, a partir da presente atualização das projeções de receitas e despesas primárias, demonstram-se as variações na programação em relação à Avaliação anterior, conforme quadro a seguir:



Tabela 1: Resultado desta Avaliação

R\$ milhões

Discriminação	Avaliação Extemporânea de Novembro (a)	Avaliação 5º Bimestre (b)	Diferença (c) = (b) - (a)
1. Receita Primária Total	1.629.712,6	1.634.648,2	4.935,5
Receita Administrada pela RFB/ME, exceto RGPS e líquida de incentivos fiscais	945.687,3	946.024,3	337,0
Arrecadação Líquida para o RGPS	413.075,3	411.886,3	(1.189,0)
Receitas Não-Administradas pela RFB/ME	270.950,0	276.737,5	5.787,5
2. Transferências por Repartição de Receita	288.095,2	290.256,0	2.160,8
3. Receita Líquida de Transferências (1) - (2)	1.341.617,4	1.344.392,2	2.774,8
4. Despesas Primárias	1.463.849,1	1.459.388,2	(4.460,9)
Obrigatória	1.302.400,0	1.297.939,1	(4.460,9)
Discrecionárias do Poder Executivo	161.449,1	161.449,1	-
5. Resultado Primário (3) - (4)	(122.231,7)	(114.996,0)	7.235,7
6. Meta de Resultado Primário OFS (Art. 2º, caput, LDO-2019)	(139.000,0)	(139.000,0)	-
7. Esforço (-) ou Ampliação (+) (5) - (6)	16.768,3	24.004,0	7.235,7

Fonte/Elaboração: SOF/Fazenda/ME.

8. As estatísticas fiscais apuradas até outubro de 2019, as projeções de receitas e despesas primárias para o corrente ano, presentes neste Relatório, indicam a possibilidade de ampliação de R\$ 7.235,7 milhões nas despesas discricionárias dos Poderes da União, MPU e DPU.

9. Cabe ressaltar que a referida possibilidade de ampliação está condicionada aos limites estabelecidos pela Emenda Constitucional nº 95, de 2016, que instituiu um teto de gastos para as despesas primárias da União.

2 HISTÓRICO

10. Para fins de cumprimento do art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, foi editado o Decreto nº 9.711¹, de 15 de fevereiro de 2019, que dispôs sobre a programação orçamentária e financeira do Governo Central para o exercício de 2019.

11. Encerrado o primeiro bimestre, procedeu-se à reavaliação de receitas e despesas primárias, conforme determinação do art. 9º da LRF e do art. 59 da LDO-2019. Tal reavaliação está retratada no relatório encaminhado, ao Congresso Nacional, por meio Mensagem Presidencial nº 95, de 21 de março de 2019. Nesse relatório, foi evidenciada necessidade de limitação de R\$ 29.782,5 milhões, operacionalizada, no Poder Executivo, por meio do Decreto nº 9.741, de 29 de março de 2019².

12. Findo o 2º bimestre, analogamente ao ocorrido no 1º bimestre, foram revisadas as projeções das receitas e despesas primárias com base em dados realizados até o mês de abril e parâmetros macroeconômicos atualizados, apontando-se a necessidade de limitação de empenho e de movimentação financeira em R\$ 2.181,1 milhões. As atualizações indicadas nesse relatório foram operacionalizadas pelo Decreto nº 9.809, de 30 de maio de 2019³.

¹ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9711.htm

² Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9741.htm

³ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9809.htm



13. A revisão de receitas e despesas primárias realizadas ao término do 3º bimestre sinalizaram a necessidade de limitação das despesas discricionárias em R\$ 2.267,0 milhões para não comprometer a meta de resultado primário da LDO 2019. O Decreto nº 9.943, de 30 de julho de 2019⁴ estabeleceu a programação orçamentária e financeira com base nas estimativas da Avaliação mencionada.

14. Ao fim do quarto bimestre, procedeu-se à reavaliação das receitas e despesas primárias do Governo Federal, com dados realizados, em sua maioria, até agosto de 2019, e parâmetros macroeconômicos atualizados, compatíveis com a política econômica vigente, que indicou a possibilidade de elevação de valores no montante de R\$ 12.459,4 milhões nas despesas discricionárias dos Poderes da União, do MPU e da DPU, enviado ao Congresso Nacional mediante a Mensagem Presidencial nº 437, de 20 de setembro de 2019, e implementado, no âmbito do Poder Executivo, pelo Decreto nº 10.028, de 26 de setembro de 2019⁵.

15. Em 14 de outubro de 2019, foi encaminhado ao Congresso Nacional, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Extemporâneo de Outubro de 2019, por meio da Mensagem Presidencial nº 506, dessa mesma data. Dado o exíguo prazo entre o referido relatório e o do 4º bimestre, a revisão das estimativas dos agregados de receita e despesa primárias foi efetuada, em sua maioria, com base na arrecadação verificada até agosto do corrente ano e mantidos os parâmetros macroeconômicos constantes do relatório do 4º bimestre. A elaboração da avaliação extemporânea em outubro foi necessária devido à ocorrência de arrecadação extraordinária, oriunda da realização do leilão relativo à 16ª rodada de concessões da ANP, à iminência da realização do leilão relativo ao excedente da Cessão Onerosa e à necessidade de operacionalizar os pagamentos decorrentes desse ingresso de receitas. O Decreto nº 10.079, de 23 de outubro de 2019⁶, estabeleceu a programação orçamentária e financeira com base nas estimativas da Avaliação mencionada.

16. Em virtude do valor realizado no leilão do excedente da Cessão Onerosa, ocorrido em 6 de novembro de 2019, que foi superior ao valor estimado na Avaliação Extemporânea de Outubro, fez-se necessária a elaboração de um novo relatório para operacionalizar o pagamento das transferências aos Estados, Distrito Federal e Municípios incidentes sobre a diferença entre o valor previsto e o valor realizado do leilão. Tendo em vista o prazo estabelecido na LDO para o encaminhamento de Projetos de Lei ao Congresso Nacional, até 14 de novembro de 2019, não foi possível aguardar a publicação do Relatório do 5º Bimestre, em 22 de novembro de 2019. Dessa forma, elaborou-se um novo relatório extemporâneo com base na autorização legal constante do § 5º, art. 59 da LDO-2019. Até o momento não houve publicação do decreto que operacionaliza a programação orçamentária e financeira com base nas estimativas da Avaliação mencionada.

⁴ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9943.htm

⁵ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D10028.htm

⁶ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D10079.htm



LOA 2019	Receita Líquida R\$ 1.299,7 bilhões	Despesas Obrigatórias R\$ 1.169,8 bilhões	Despesas Controle de Fluxo e Discricionárias R\$ 268,9 bilhões	Resultado primário - R\$ 139,0 bilhões
	↓ -2,0%	↑ 0,02%	↓ -9,82%	
Aval. 1º bim.	Receita Líquida R\$ 1.273,5 bilhões	Despesas Obrigatórias R\$ 1.170,0 bilhões	Despesas Controle de Fluxo e Discricionárias R\$ 242,5 bilhões	Resultado primário - R\$ 139,0 bilhões
	↓ -0,2%	↓ -0,15%	↓ -0,66%	
Aval. 2º bim.	Receita Líquida R\$ 1.270,3 bilhões	Despesas Obrigatórias R\$ 1.168,2 bilhões	Despesas Controle de Fluxo e Discricionárias R\$ 240,9 bilhões	Resultado primário - R\$ 138,8 bilhões
	↓ -0,5%	↓ -0,30%	↓ -0,94%	
Aval. 3º bim.	Receita Líquida R\$ 1.264,4 bilhões	Despesas Obrigatórias R\$ 1.164,8 bilhões	Despesas Controle de Fluxo e Discricionárias R\$ 238,6 bilhões	Resultado primário - R\$ 139,0 bilhões
	↑ 0,5%	↓ -0,57%	↑ 5,51%	
Aval. 4º bim.	Receita Líquida R\$ 1.270,8 bilhões	Despesas Obrigatórias R\$ 1.158,1 bilhões	Despesas Controle de Fluxo e Discricionárias R\$ 251,8 bilhões	Resultado primário - R\$ 139,0 bilhões
	↑ 4,7%	↑ 0,01%	↑ 23,73%	
Aval. Extemporânea Outubro	Receita Líquida R\$ 1.330,7 bilhões	Despesas Obrigatórias R\$ 1.158,2 bilhões	Despesas Controle de Fluxo e Discricionárias R\$ 311,5 bilhões	Resultado primário - R\$ 139,0 bilhões
	↑ 0,8%	↔ 0,00%	↓ -1,89%	
Aval. Extemporânea Novembro	Receita Líquida R\$ 1.341,6 bilhões	Despesas Obrigatórias R\$ 1.158,2 bilhões	Despesas Controle de Fluxo e Discricionárias R\$ 305,6 bilhões	Resultado primário - R\$ 122,2 bilhões
	↑ 0,2%	↓ -0,40%	↑ 0,06%	
Aval. 5º bim.	Receita Líquida R\$ 1.344,4 bilhões	Despesas Obrigatórias R\$ 1.153,6 bilhões	Despesas Controle de Fluxo e Discricionárias R\$ 305,8 bilhões	Resultado primário - R\$ 115,0 bilhões



3 AVALIAÇÃO DO BIMESTRE

3.1 Parâmetros (LDO-2019, art. 59, § 3º, Inciso II)

Tabela 2: Parâmetros Macroeconômicos

Parâmetros	Avaliação Extemporânea de Novembro (a) ⁽¹⁾	Avaliação 5º Bimestre (b)	(c) = (b) - (a)
PIB real (%)	0,85	0,90	0,05
PIB Nominal (R\$ bilhões)	7.158,7	7.159,6	0,93
IPCA acum (%)	3,6	3,3	-0,36
INPC acumulado (%)	3,7	3,3	-0,41
IGP-DI acum (%)	5,4	5,7	0,30
Taxa Over - SELIC Média (%)	5,91	5,88	-0,02
Taxa de Câmbio Média (R\$ / US\$)	3,88	3,93	0,04
Preço Médio do Petróleo (US\$/barril)	62,9	63,5	0,64
Valor do Salário Mínimo (R\$ 1,00)	998,0	998,0	0,00
Massa Salarial Nominal (%)	4,9	4,2	-0,70

(1) Os valores dos Parâmetros Macroeconômicos foram mantidos na posição da Avaliação do 4º Bimestre.

Fonte: SPE/Fazenda/ME.

Elaboração: SOF/Fazenda/ME.

17. O aumento na previsão de crescimento do PIB, de 0,85% para 0,90%, reflete os melhores resultados da atividade econômica nos meses de julho e agosto e os impactos dos desembolsos advindos do Saque Imediato do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, que elevaram as estimativas de crescimento para o terceiro e o quarto trimestre de 2019.

18. As projeções de inflação medidas pelo IPCA e pelo INPC tiveram leve ajuste para baixo, refletindo a reversão do choque de alta de preços de alimentos no primeiro trimestre do ano. Apesar dessa redução, o IPCA mantém-se dentro do intervalo de tolerância para a meta de inflação, fixada em 4,25% para 2019. Por outro lado, o IGP-DI, cujo cálculo é afetado pelo desempenho do câmbio e pelos produtos de atacado, sofreu leve aumento.

19. A estimativa para a Selic Média também sofreu revisão para baixo, ficando em 5,88%. Em sua última reunião, o Comitê de Política Monetária (Copom) reduziu a Selic Meta para 5% ao ano, resultando num corte de 0,5% em relação à meta anterior. A decisão do Copom reforça a percepção de estabilidade dos juros e de inflação controlada e reflete o cenário de redução de incertezas sobre a economia brasileira decorrente da aprovação da Reforma da Previdência.

20. Por fim, a taxa de câmbio média, medida pelo preço do dólar, registrou leve alta, refletindo a instabilidade e tensões comerciais externas.



3.2 Análise das Estimativas das Receitas Primárias (LDO-2019, Art. 59, § 3º, Incisos I e IV)

21. A projeção das receitas da União segue, de modo geral, um modelo incremental, em que se utilizam os principais parâmetros de projeção das contas públicas sobre uma base de cálculo composta pela arrecadação realizada no ano imediatamente anterior, excluídas da base de projeção as receitas extraordinárias. Aplicam-se a essa base, também, os efeitos decorrentes das alterações na legislação tributária.

22. O comparativo geral das projeções de cada item de receita e de transferência em relação à avaliação anterior, se encontra a seguir:

Tabela 3: Comparativo das estimativas das Receitas Primárias do Governo Central

R\$ milhões

Discriminação	Avaliação Extemporânea de Novembro (a)	Avaliação 5º Bimestre (b)	Diferença (c) = (b) - (a)
I. RECEITA TOTAL	1.629.712,6	1.634.648,2	4.935,5
Receita Administrada pela RFB/ME (exceto RGPS)	945.687,3	946.024,3	337,0
Imposto de Importação	42.946,3	42.900,6	(45,7)
IPI	53.630,8	53.553,0	(77,8)
Imposto sobre a Renda, líquido de incentivos fiscais	393.907,3	397.569,9	3.662,5
IOF	39.965,5	40.299,7	334,2
COFINS	240.631,8	238.617,3	(2.014,5)
PIS/PASEP	65.939,1	65.414,1	(525,0)
CSLL	81.833,3	82.850,0	1.016,7
CIDE - Combustíveis	2.851,4	2.852,0	0,7
Outras Administradas pela RFB	23.981,8	21.967,7	(2.014,1)
Arrecadação Líquida para o RGPS	413.075,3	411.886,3	(1.189,0)
Receitas Não-Administradas pela RFB	270.950,0	276.737,5	5.787,5
Concessões e Permissões	92.641,8	92.659,2	17,4
Complemento para o FGTS	5.297,8	5.296,9	(0,9)
Cont. para o Plano de Seguridade do Servidor	14.072,1	13.919,1	(153,0)
Contribuição do Salário-Educação	21.741,9	21.539,5	(202,4)
Exploração de Recursos Naturais	65.236,4	66.331,0	1.094,6
Dividendos e Participações	16.052,1	20.764,4	4.712,3
Operações com Ativos	1.137,0	1.140,8	3,8
Receita Própria e de Convênios	15.388,6	15.685,6	297,0
Demais Receitas	39.382,3	39.401,2	18,8
II. TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	288.095,2	290.256,0	2.160,8
CIDE - Combustíveis	820,8	820,8	(0,0)
Exploração de Recursos Naturais	40.199,0	40.716,9	517,9
Contribuição do Salário-Educação	13.045,1	12.923,7	(121,5)
FPE/FPM/IFI-EE	211.076,1	212.562,3	1.486,2
Fundos Constitucionais	9.484,9	9.754,5	269,6
Repasse Total	13.619,5	13.727,1	107,5
Superávit Fundos	(4.134,6)	(3.972,6)	162,0
Demais	13.469,3	13.477,8	8,5
III. RECEITA LÍQUIDA (I - II)	1.341.617,4	1.344.392,2	2.774,8

Fontes: RFB/ME; SOF/Fazenda/ME; STN/Fazenda/ME.

Elaboração: SOF/Fazenda/ME.



3.2.1 Receitas Administradas pela RFB/ME

23. Em relação ao Decreto nº 10.079/19, a presente revisão da projeção de receitas incorporou as mudanças que ocorreram nas projeções macroeconômicas para o ano de 2019, as revisões de premissas desde o projeto de Lei, e a realização da arrecadação no período de janeiro a outubro de 2019.

Tabela 4: Projeção Inicial, Fatores de Variação de Receitas e Projeção Final – Anual

UNIDADE: R\$ MILHÕES

RECEITAS	DEC. Nº 10.079/19 (PAR. 06/09/19) [A]	VARIAÇÃO POR PARÂMETROS	VARIAÇÃO POR OUTROS EFEITOS	PROJEÇÃO ATUAL
IMPOSTO SOBRE A IMPORTAÇÃO	42.946	361	(406)	42.901
IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	53.631	306	(384)	53.553
IMPOSTO SOBRE A RENDA	393.956	(136)	3.799	397.619
I.O.F. - IMPOSTO S/ OPERAÇÕES FINANCEIRAS	39.966	(15)	349	40.300
I.T.R. - IMPOSTO TERRITORIAL RURAL	1.744	-	9	1.753
COFINS - CONTRIBUIÇÃO SEGURIDADE SOCIAL	240.632	(65)	(1.950)	238.617
CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	65.939	(18)	(507)	65.414
CSLL - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL S/ LUCRO LÍQUIDO	81.833	(13)	1.030	82.850
CIDE - COMBUSTÍVEIS	2.851	(13)	13	2.852
OUTRAS RECEITAS ADMINISTRADAS	22.238	27	(1.997)	20.318
SUBTOTAL [A]	945.736	434	(97)	946.073
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA [B]	402.670	(760)	(226)	401.684

Fonte/Elaboração: RFB/ME.

24. Em resumo, as principais justificativas para as alterações ocorridas nas estimativas de arrecadação das receitas administradas, em relação às estimativas do Decreto nº 10.079/19, são as seguintes:

25. **Imposto de Importação:** a estimativa de arrecadação do imposto de importação refletiu o resultado da arrecadação do período janeiro a outubro e a revisão, especialmente, da projeção do comportamento da taxa de câmbio.

26. **IPI:** a estimativa de arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados foi revista, para baixo, em razão de realização da arrecadação em valores inferiores aos estimados. Esse resultado foi compensado, em parte, pelo crescimento da previsão do Imposto sobre Produtos Industrializados vinculados à importação, em razão do incremento da projeção da cotação do dólar ao final do período.

27. **Imposto sobre a Renda, líquido de incentivos fiscais:** a estimativa reflete, especialmente, a melhor arrecadação do IRPJ, em relação à previsão.

28. **COFINS/PIS-PASEP:** a projeção da arrecadação do PIS/Cofins refletiu a realização da arrecadação, em outubro de 2019, em valores inferiores aos previstos, em parte, em função dos crescimentos observados nos montantes compensados contra esses tributos.

29. **CSLL:** houve crescimento na projeção da arrecadação da CSLL em função, principalmente, da realização da arrecadação acima do previsto.



30. **Outras Receitas Administradas:** a redução na projeção reflete, principalmente, o efeito de reclassificação de parcelamentos, em outubro de 2019, para os demais tributos.

31. **Receita Previdenciária:** a estimativa reflete, principalmente, a redução da projeção do crescimento da massa salarial.

3.2.2 Receitas Não-Administradas pela RFB/ME

32. As receitas não-administradas pela RFB e administradas por outros órgãos, em sua maioria, são estimadas tendo como base a arrecadação dos últimos 12 meses, com aplicação dos parâmetros macroeconômicos adequados a cada uma. A seguir seguem as especificidades das variações observadas entre as estimativas constantes desta Avaliação e aquelas feitas por ocasião da Avaliação do 4º Bimestre de 2019, a qual foi mantida nos relatórios extemporâneos, com exceção da receita de concessões. Neste relatório foram considerados valores já arrecadados até o mês de outubro de 2019 e parâmetros macroeconômicos atualizados. Ademais, alguns órgãos setoriais e unidades orçamentárias inseriram e/ou atualizaram informações de estimativas incluídas por “bases externas” no SIOP.

Tabela 5: Projeção Inicial, Fatores de Variação de Receitas e Projeção Final – Anual

				R\$ milhões
Discriminação	Avaliação Extemporânea de Novembro	Variação por Parâmetros Econômicos	Variação por outros Parâmetros	Projeção Atual
Receitas Não-Administradas pela RFB/ME	270.950,0	-47,9	5.835,5	276.737,5
Concessões e Permissões	92.641,8	0,0	17,4	92.659,2
Complemento para o FGTS	5.297,8	160,4	-161,3	5.296,9
Cont. para o Plano de Seguridade do Servidor	14.072,1	-129,9	-23,1	13.919,1
Contribuição do Salário-Educação	21.741,9	-226,4	24,0	21.539,5
Exploração de Recursos Naturais	65.236,4	-289,3	1.383,9	66.331,0
Dividendos e Participações	16.052,1	0,0	4.712,3	20.764,4
Operações com Ativos	1.137,0	3,8	0,0	1.140,8
Receita Própria e de Convênios	15.388,6	-120,9	417,8	15.685,6
Demais Receitas	39.382,3	554,4	-535,5	39.401,2

Fonte/Elaboração: STN/FAZENDA/ME e SOF/FAZENDA/ME.

33. **Complemento do FGTS (- R\$ 0,9 milhão):** essa receita utiliza modelo de média replicada, tendo em vista a irregularidade dos registros de arrecadação. Embora a arrecadação no 4º bimestre tenha ficado R\$ 160,4 milhões acima do esperado, a variação negativa deveu-se à revisão do parâmetro de inflação (IER).

34. **CPSS (- R\$ 153,0 milhões):** a principal queda na arrecadação foi observada na receita advinda das contribuições de ativos, principal componente da fonte 156, que teve redução de 1,0% em comparação com o bimestre anterior.

35. **Contribuição do Salário-Educação (- R\$ 202,4 milhões):** a queda na estimativa explica-se pela incorporação dos valores arrecadados no 5º bimestre, que ficaram R\$ 226,4 milhões abaixo do esperado, e pela revisão da massa salarial nominal, parâmetro utilizado para estimar essa receita, que passou de 4,87% na Avaliação do 4º bimestre para 4,17% nesta Avaliação.

36. **Exploração de Recursos Naturais (+ R\$ 1.094,6 milhões):** explica-se a seguir as variações de cada item:



- **Recursos Hídricos (- R\$ 62,3 milhões):** a variação deve-se à inserção de nova base externa pelo órgão setorial, segundo o qual “Os valores de geração considerados para a competência de agosto/2019 e setembro/2019 foram valores efetivos informados no sistema de compensação. Para a competência de outubro/2019, a geração considerada foi baseada no valor médio em MWh gerado pelas usinas, mês a mês, entre os anos de 2014 a 2018. Não foi considerada entrada em operação de usinas no ano de 2019”;
- **Royalties de Itaipu (+ R\$ 0,7 milhão):** a discreta variação de 0,1% reflete a incorporação dos valores arrecadados no 5º bimestre de 2019, R\$ 0,8 milhão acima do previsto, e a revisão dos parâmetros de crescimento real do PIB e de inflação;
- **Recursos Minerais (+ R\$ 366,7 milhões):** o aumento na estimativa refletiu a arrecadação no 5º bimestre R\$ 291,2 milhões acima do previsto. As sucessivas arrecadações acima do esperado explicam-se principalmente pelos seguintes fatores: valorização do minério de ferro no mercado internacional; valorização do dólar, favorecendo as exportações; e recuperação da produção após um período de queda decorrente do desastre de Brumadinho;
- **Recursos do Petróleo (+ R\$ 789,4 milhões):** Conforme Nota Técnica nº 21/2019/SPG-ANP, “foram utilizados os dados constantes no Plano Anual de Produção (PAP) de novembro de 2018, bem como os valores já realizados de produção, câmbio e Brent em 2019. (...) em relação aos royalties, foi observado comportamento de alta das estimativas de arrecadação, em função de aumento de produção de petróleo e gás nos campos em regime de cessão onerosa e partilha”. A revisão dos parâmetros de câmbio e Brent, que combinados subiram 2,14% em relação ao bimestre anterior, contribuíram para o acréscimo nas estimativas. Ademais, a participação especial, cujo pagamento é trimestral, considera valores já arrecadados. Adicionalmente, houve recolhimento no 5º bimestre de restituições no valor de R\$ 2,9 milhões, e a estimativa da receita de Comercialização do Óleo foi revista para R\$ 795,0 milhões, R\$ 266,1 milhões acima do estimado no bimestre anterior, conforme comunicação por correio eletrônico do Ministério de Minas e Energia do dia 12 de novembro de 2019.

37. **Dividendos (+ 4.712,3 milhões):** a estimativa foi ajustada tendo em vista basicamente ao pagamento de dividendo complementar aprovado pelo BNDES referente ao lucro do 1º bimestre de 2019, não previstos quando da elaboração da estimativa do último relatório.

38. **Operações com Ativos (+ R\$ 3,8 milhões):** o pequeno acréscimo reflete a arrecadação no 5º bimestre da receita de “Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos”.

39. **Receitas Próprias Primárias (+ R\$ 297,0 milhões) e Demais Receitas (+ R\$ 18,8 milhões):** os recursos próprios não-financeiros, fontes 50, 63 e 81, tiveram sua estimativa revisada com acréscimo de R\$ 297,0 milhões (+1,9%) em relação ao relatório do 4º bimestre. As “demais receitas”, por sua vez, variaram + R\$ 18,8 milhões. De modo geral, as estimativas desses grupos de receitas incorporaram a arrecadação do 5º bimestre e estiveram abertas à inserção e/ou atualização de bases externas pelos órgãos e unidades setoriais. As especificidades de cada item serão detalhadas no Anexo V deste Relatório.

3.2.3 Transferências por Repartição de Receita

40. Nesse item, a variação observada em relação à Avaliação Extemporânea de Novembro reflete a alteração observada na projeção das receitas.



3.3 Análise das Estimativas das Despesas Primárias (LDO-2019, Art. 59, § 3º, Inciso III)

41. As variações observadas nas estimativas das despesas primárias e as explicações de suas variações encontram-se a seguir:

Tabela 6: Variações nas estimativas das Despesas Primárias

Descrição	R\$ milhões		
	Avaliação Extemporânea de Novembro (a)	Avaliação 5º Bimestre (b)	Diferença (c) = (b) - (a)
Benefícios Previdenciários	630.959,8	629.347,5	(1.612,3)
Pessoal e Encargos Sociais	318.801,2	318.801,2	0,0
Abono e Seguro Desemprego	56.831,4	56.831,4	0,0
Anistiados	275,2	275,2	0,0
Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	899,8	899,8	0,0
Benefícios de Prestação Continuada da LOAS / RMV	59.888,3	59.888,3	(0,0)
Complemento para o FGTS	5.297,8	5.296,9	(0,9)
Créditos Extraordinários	4.824,1	4.903,6	79,5
Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	10.405,0	10.201,9	(203,1)
Fabricação de Cédulas e Moedas	950,8	950,8	0,0
Fundef/Fundeb - Complementação	14.921,7	17.515,2	2.593,5
Fundo Constitucional do DF (Custeio e Capital)	1.726,9	1.748,8	21,9
Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)	13.571,2	13.262,1	(309,2)
Reserva de Contingência	0,0	0,0	0,0
Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	16.071,5	16.180,7	109,2
Subsídios, Subvenções e Proagro	18.185,9	14.548,1	(3.637,7)
Transferência ANA - Receitas Uso Recursos Hídricos	286,0	282,8	(3,2)
Transferência Multas ANEEL (Acórdão TCU nº 3.389/2012)	929,7	994,4	64,7
Impacto Primário do FIES	3.409,7	1.671,4	(1.738,3)
Financiamento de Campanha Eleitoral	0,0	0,0	0,0
Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira	305.613,1	305.788,1	175,0
Obrigatórias com Controle de Fluxo	144.164,0	144.339,0	175,0
Discricionárias	161.449,1	161.449,1	0,0
Total	1.463.849,1	1.459.388,2	(4.460,9)

Fontes: SOF/FAZENDA/ME; STN/FAZENDA/ME.

Elaboração: SOF/FAZENDA/ME.

42. **Benefícios Previdenciários (- R\$ 1.612,3 milhões):** a variação na projeção dessa despesa deve-se à redução de R\$ 1.712,3 milhões nos benefícios previdenciários devido à incorporação de dados realizados até outubro, combinado com a necessidade de suplementação de dotação para o pagamento de Requisições de Pequeno Valor – RPV, no valor de R\$ 100,0 milhões, considerando o banco de dados de outubro de 2019.

43. **Pessoal e Encargos Sociais (R\$ 0,0 milhões):** a reavaliação da despesa com pessoal e encargos sociais, em face do comportamento das despesas executadas até o mês de outubro de 2019, compatibilizadas com a projeção até dezembro de 2019, apontou uma redução na projeção anual, o que permitiu comportar os aumentos observados a seguir, sem a necessidade de alterar a previsão da despesa constante na avaliação anterior:



a) aumento de R\$ 10,4 milhões no âmbito do Fundo Constitucional do Distrito Federal, para dar cumprimento ao Acórdão nº 1224/2017 – TCU – Plenário, de 14 de junho de 2017, considerando a realização das contribuições previdenciárias de 2018 e sua estimativa para 2019; e ainda em atendimento à solicitação do fundo de remanejamento de outras despesas;

b) a autorização de pagamento de despesa de exercícios anteriores a servidores de diversos órgãos do Poder Executivo Federal, no valor de R\$ 765,9 milhões; e

c) as solicitações dos demais Poderes, Ministério Público Federal e Defensoria Pública da União, conforme a seguir:

Tabela 7: Remanejamentos Custeio e Pessoal nos Demais Poderes

R\$ 1,00				
Órgão	Pessoal	OCC	Solicitação	Data
DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO	-16.000.000	16.000.000	Ofício nº 247/2019 - DPU/GABDPGF DPGU	06/11/2019
CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO	1.506.252	-1.506.252	Ofício nº 153/2019/SG	06/11/2019
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DF E TERRITÓRIOS	33.731.000	-33.731.000	Ofício nº 22/SEOF	22/10/2019
MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO	29.370.000	-29.370.000	Ofício nº 821/2019/GAB/PGR	07/11/2019
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO	260.550.499	-260.550.499	Ofício CSJT/GP/SG/SEOFI nº 94/2019	08/11/2019
Total	309.157.751	-309.157.751		

44. **Complemento para o FGTS (- R\$ 0,9 milhões):** variação igual à da receita de mesmo nome. A justificativa para tal variação se encontra na seção deste Relatório que trata das projeções das receitas primárias.

45. **Créditos Extraordinários (+ R\$ 79,5 milhões):** variação ocasionada por redução de R\$ 36,0 milhões em créditos extraordinários inscritos em restos a pagar líquidos de cancelamento, com adição de medida provisória a ser editada no valor de R\$ 115,5 milhões referente ao auxílio emergencial pecuniário aos pescadores profissionais artesanais inscritos e ativos no Registro Geral de Atividades Pesqueiras.

46. **Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha (- R\$ 203,1 milhões):** trata-se de nova projeção em função da incorporação de transferências já efetivadas.

47. **Fundef/Fundeb – Complementação (+R\$ 2.593,5 milhões):** a variação dessa projeção se deve a dois fatores. O primeiro relativo à atualização das estimativas das receitas que compõem o Fundeb, conforme Nota Técnica SEI nº 9306/2019/ME, de 5 de novembro de 2019 da STN. E o segundo, relativo à necessidade de ajuste na dotação orçamentária para a inclusão da 13ª parcela e do ajuste da Complementação da União ao FUNDEB, de que trata os §§ 1º e 2º, do art. 6º da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, relativos ao exercício de 2018, conforme Nota Técnica nº 1/2019/COSEF/CGFSE/DIGEF, de 6 de novembro de 2019, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação do Ministério da Educação - FNDE/MEC.

48. **Fundo Constitucional do DF (Custeio e Capital) (+ R\$ 21,9 milhões):** o aumento nesse item de despesa decorre do cumprimento do Acórdão nº 1224/2017 – TCU – Plenário, de 14 de junho de 2017, para os exercícios de 2018 e 2019, bem como a solicitação do próprio fundo.

49. **Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital) (- R\$ 309,2 milhões):** a redução é resultado de remanejamento entre a despesa de Pessoal e Custeio e Outras de Custeio e Capital – OCC, conforme demonstrado no parágrafo 43.

50. **Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital) (+ R\$ 109,2 milhões):** a elevação observada neste item de projeção se justifica em face do comportamento das despesas executadas até o



mês de outubro de 2019, consideradas as sentenças judiciais de empresas estatais dependentes transitadas em julgado, até o presente momento. Ainda, a elevação observada neste item de projeção se justifica pela decisão monocrática proferida pelo Supremo Tribunal Federal no bojo do Mandado de Segurança nº 36.375, determinando o depósito judicial referente à terceira parcela da linha de crédito especial a ser disponibilizada ao Estado do Maranhão para o pagamento dos precatórios sob a responsabilidade daquele ente federativo que se encontram pendentes de adimplemento, nos termos da Emenda Constitucional nº 99, de 14 de dezembro de 2017.

51. **Subsídios, Subvenções e PROAGRO (- R\$ 3.637,7 milhões):** a redução desse grupo de despesas decorreu, sobretudo, de revisão da programação de despesas para as ações 0267 – Proex Subvenção, 0A84 – Proex Financiamento, 0300 – Garantia e Sustentação de Preços, 0299 – Subvenção AGF, 0611 – Alongamento do Crédito Rural e 0A81 – Pronaf Financiamento, cuja variação mais expressiva se deu relativamente ao Proex com base em revisão pelo Banco do Brasil dos gastos previstos para o último bimestre de 2019, em decorrência da baixa procura pelos bancos financiadores.

52. **Transferências ANA (- R\$ 3,2 milhões) e Transferências Multas ANEEL (+ R\$ 64,7 milhões):** variação no mesmo valor das receitas correspondentes.

53. **Impacto Primário do FIES (- R\$ 1.738,3 milhões):** a redução se deve principalmente à revisão do calendário de desembolsos previstos do programa. Além disso, foram incorporados à estimativa os valores efetivos da receita, referentes a agosto e setembro de 2019, e da despesa, referentes a setembro e outubro de 2019.

54. **Despesas Obrigatórias com Controle de Fluxo do Poder Executivo (+ R\$ 175,0 milhões):**

Saúde (+ R\$ 200,0 milhões): reprogramação dos valores constantes das seguintes ações: “4705 - Apoio Financeiro para Aquisição e Distribuição de Medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica”, “20YE - Aquisição e Distribuição de Imunobiológicos e Insumos para Prevenção e Controle de Doenças”, “20AE - Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Básica em Saúde”, “4368 - Promoção da Assistência Farmacêutica por meio da aquisição de medicamentos do Componente Estratégico” e “20AI - Auxílio-Reabilitação Psicossocial aos Egressos de Longas Internações Psiquiátricas no Sistema Único de Saúde (De Volta Pra Casa)”, conforme Nota Técnica nº 29/2019-SPO/SE/MS, de 8 de novembro de 2019.

Benefícios ao Servidor (- R\$ 25,0 milhões): redução na projeção das despesas com benefícios obrigatórios aos servidores, no âmbito do Ministério da Defesa, decorrente da solicitação do Comando da Marinha para atendimento de outras despesas discricionárias, conforme Ofício nº 244/SGM-MB, de 6 de novembro de 2019.



Tabela 8: Despesas Obrigatórias com Controle de Fluxo do Poder Executivo

Ação	R\$ milhões		
	Avaliação Extemporânea de Novembro (a)	Avaliação 5º Bimestre (b)	Diferença (b) - (a)
Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade	49.647,7	49.647,7	0,0
Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza e Extrema Pobreza (Lei nº 10.836, de 2004)	32.068,9	32.068,9	0,0
Promoção da Atenção Básica em Saúde	18.125,0	18.125,0	0,0
Benefícios ao Servidor	14.220,1	14.195,1	-25,0
Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	8.778,2	8.610,6	-167,6
Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	5.441,9	5.584,5	142,6
Apoio Financeiro para Aquisição e Distribuição de Medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica	5.723,0	5.923,0	200,0
Aquisição e Distribuição de Imunobiológicos e Insumos para Prevenção e Controle de Doenças	5.527,3	5.731,2	203,9
Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica (PNAE)	4.154,7	4.023,7	-131,0
Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde	2.572,0	2.572,0	0,0
Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Básica em Saúde	1.810,0	1.640,0	-170,0
Dinheiro Direto na Escola para a Educação Básica	1.889,2	2.031,2	142,0
Operação do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro - SISCEAB	1.636,6	1.636,6	0,0
Pagamento de indenização às concessionárias de energia elétrica pelos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não amortizados ou não depreciados (Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013)	0,0	0,0	0,0
Atendimento à População com Medicamentos para Tratamento dos Portadores de HIV/AIDS e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis	1.843,6	1.843,6	0,0
Ressarcimento de Recursos Pagos pelas Concessionárias e Permissionárias de Serviços Públicos de Distribuição de Energia Elétrica (Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009)	0,0	0,0	0,0
Movimentação de Militares	1.003,4	1.003,4	0,0
Apoio ao Transporte Escolar na Educação Básica	720,0	709,0	-11,0
Contribuição ao Fundo Garantia-Safra (Lei nº 10.420, de 2002)	468,0	468,0	0,0
Serviço de Apoio à Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família	550,8	550,8	0,0
Promoção da Assistência Farmacêutica por meio da aquisição de medicamentos do Componente Estratégico	333,0	303,0	-30,0
Manutenção e Suprimento de Fardamento	292,4	292,4	0,0
Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para Execução de Ações de Vigilância Sanitária	275,0	275,0	0,0
Expansão e Consolidação da Atenção Básica (Política Nacional de Atenção Básica-PNAB)	125,0	125,0	0,0
Transferências à CBC e à FENACLUBES	0,0	0,0	0,0
Auxílio-Reabilitação Psicossocial aos Egressos de Longas Internações Psiquiátricas no Sistema Único de Saúde (De Volta Pra Casa)	28,0	24,1	-3,9
Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos	5,0	5,0	0,0
Ressarcimento às Empresas Brasileiras de Navegação	5,0	5,0	0,0
FUNPEN	910,3	910,3	0,0
Antecipação de pagamento de honorários periciais em ações que tramitam nos Juizados Especiais Federais nas quais o INSS seja parte	230,0	230,0	0,0
TOTAL	144.164,	144.339,	175,0

Fonte/Elaboração: SOF/FAZENDA/ME.

3.4 Estimativa do Resultado do RGPS (LDO-2019, Art. 59, § 3º, Incisos I e IV)

55. A previsão de arrecadação líquida do RGPS foi reduzida em R\$ 1.189,0 milhões em relação à Avaliação anterior devido à inclusão de dados realizados até outubro de 2019 e parâmetros macroeconômicos atualizados. A memória de cálculo da variação em questão encontra-se no Anexo III deste relatório.



56. Em relação às estimativas de receita, apresenta-se seu detalhamento a seguir:

Tabela 9: Receita do RGPS

R\$ milhões

Mês	Arrecadação	SIMPLES	REFIS	Transferência	Ressarcimento Desonerações RGPS	Arrecadação Líquida
jan/19	30.946	4.132	13	-3.780	1.007	32.318
fev/19	30.146	3.371	12	-2.445	571	31.655
mar/19	29.476	3.324	9	-2.299	680	31.191
abr/19	30.536	3.402	11	-2.237	2.350	34.063
mai/19	30.611	3.633	10	-2.318	766	32.702
jun/19	30.422	3.592	11	-2.009	742	32.758
jul/19	29.921	3.581	11	-2.025	695	32.182
ago/19	30.461	3.776	14	-1.960	693	32.983
set/19	30.179	3.802	10	-2.100	686	32.577
out/19	31.480	3.865	10	-2.040	632	33.947
nov/19	30.327	3.887	10	-2.473	695	32.447
dez/19	48.312	6.569	10	-2.512	685	53.063
TOTAL	382.817	46.934	131	-28.198	10.202	411.886

Fonte: RFB/ME.

Elaboração: STN/FAZENDA/ME.

57. Com respeito à estimativa da despesa do RGPS, observou-se uma redução no montante de R\$ 1.612,3 milhões, conforme comentado na seção anterior deste Relatório. O detalhamento da despesa do RGPS consta do quadro a seguir:

Tabela 10: Despesa do RGPS

R\$ milhões

Mês	Benefícios Normais	Sentenças Judiciais	COMPREV	TOTAL
jan/19	45.019	710	381	46.110
fev/19	45.941	575	231	46.747
mar/19	46.418	7.118	252	53.788
abr/19	46.489	934	256	47.679
mai/19	46.381	998	242	47.620
jun/19	46.353	1.107	283	47.744
jul/19	46.829	1.226	234	48.288
ago/19	52.177	1.157	275	53.610
set/19	64.608	1.211	277	66.096
out/19	47.179	1.172	231	48.582
nov/19	52.674	1.022	279	53.976
dez/19	67.356	1.000	752	69.108
TOTAL	607.424	18.229	3.694	629.348

Fonte: SPREV/ME e STN/FAZENDA/ME.

Elaboração: STN/FAZENDA/ME.

58. Destaca-se que a realização da despesa com o pagamento de Benefícios vem caindo em relação ao projetado desde o início deste ano. A queda se explica, em grande parte, pelo aumento no



tempo médio de análise e concessão de benefícios pelo INSS este ano, o que resultou no represamento de processos. Apesar da normalização parcial da concessão de benefícios, até o presente momento, existe ainda um estoque de represamento. Por esse motivo, a projeção da despesa com Benefícios foi revisada para baixo. Por outro lado, houve aumento na projeção do pagamento de Sentenças Judiciais do RGPS, o que se deve à necessidade de suplementação de dotação para o pagamento de Requisições de Pequeno Valor – RPV, considerando o banco de outubro de 2019.

59. Desse modo, a variação observada nas estimativas, tanto da arrecadação líquida para o RGPS, como de sua despesa, redundou em uma diminuição na projeção do déficit desse Regime, em R\$ 423,3 milhões, conforme abaixo:

Tabela 11: Déficit do RGPS

R\$ milhões			
Discriminação	Avaliação Extemporânea de Novembro (a)	Avaliação 5º Bimestre (b)	Diferença (c = b - a)
Arrecadação Líquida para o RGPS	413.075,3	411.886,3	(1.189,0)
Benefícios Previdenciários	630.959,8	629.347,5	(1.612,3)
Déficit	217.884,5	217.461,2	(423,3)

Elaboração: SOF/FAZENDA/ME.

3.5 Memória de Cálculo do Resultado Primário das Empresas Estatais Federais (LDO-2019, Art. 59, § 3º, Inciso V)

60. A meta de déficit primário das empresas estatais federais para 2019, prevista no art. 2º da Lei nº 13.707, de 14 de agosto de 2018 (LDO 2019), é de R\$ 3,5 bilhões. A projeção atualizada é de déficit primário de R\$ 533,0 milhões. Esse resultado foi calculado com base na execução de setembro e na projeção orçamentária efetuada pelas empresas para os meses de outubro a dezembro deste exercício, conforme estimativas usadas na elaboração do Programa de Dispêndios Globais de 2019.

61. O Anexo IV deste Relatório apresenta essa Memória de Cálculo.

3.6 Resultado Primário dos Estados, Distrito Federal e Municípios

62. Comenta-se, a seguir, a situação fiscal atual dos entes subnacionais. Os valores apresentados são apurados segundo a metodologia “abaixo da linha” e incluem as respectivas empresas estatais.

63. A meta estimada para o resultado primário dos Estados e Municípios na LDO-2019 é um superávit de R\$ 10.500 milhões. O resultado acumulado em 2019, até setembro, foi de R\$ 20.807 milhões,



portanto acima da meta. Apesar disso, a projeção atualizada para o resultado dos entes no encerramento deste exercício é de um superávit de R\$ 7.500 milhões, portanto, abaixo da meta.

64. A projeção considera as estimativas de impacto primário do Regime de Recuperação Fiscal dos estados (LC nº 159/2017), já acessado pelo Estado do Rio de Janeiro, assim como os impactos das liminares em vigor que tratam dos pagamentos das dívidas com a União ou garantidas por ela.

65. Destaca-se, ainda, que há fatores incertos, que não estão sob o controle direto do governo central, que podem afetar o resultado primário dos governos regionais, pois estes possuem autonomia financeira. Em especial, novas liminares que suspendam os pagamentos das dívidas subnacionais têm impacto potencial relevante. A projeção acima é conservadora para absorver a maior parte desses riscos.

66. O disposto no § 3º do art. 2º da LDO 2019 estabelece que não há obrigatoriedade de compensação da meta estabelecida pelos Entes Subnacionais. Tendo em vista a severidade dos efeitos dos contingenciamentos sobre a execução das despesas discricionárias do Poder Executivo, não foi indicada, na presente avaliação, um esforço adicional de compensação entre as metas estabelecidas para os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e para o Programa de Dispêndios Globais e para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

4 DISTRIBUIÇÃO DA VARIAÇÃO DOS LIMITES DE EMPENHO E MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA ENTRE OS PODERES, MPU E DPU

4.1 Base de Cálculo para a Distribuição da Variação dos Limites entre os Poderes, MPU e DPU (LDO-2019, Art. 59, *caput*, §§ 1º e 12)

67. O art. 9º da LRF estabelece que a limitação de empenho e movimentação financeira deve ser efetivada mediante ato próprio de cada um dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do MPU e da DPU, nos montantes necessários e segundo critérios fixados na LDO vigente.

68. A LDO-2019, por sua vez, determina, em seu art. 59, que a limitação ocorra proporcionalmente à participação de cada Poder no agregado definido no § 1º do mesmo artigo, também conhecido como “Base Contingenciável”.

69. O §12, do referido art. 59, dispõe que as despesas custeadas com receitas próprias, de convênios e de doações obtidas pelas instituições federais de ensino não serão consideradas para fins de apuração do montante a que se refere o §1º do mesmo artigo.

70. É importante destacar que o valor a que se chega ao se calcular tal agregado, a cada avaliação, não tem significado algum nele mesmo. O que realmente importa nesse agregado é a participação proporcional do Poder Executivo e dos órgãos orçamentários dos Demais Poderes, DPU e MPU nesse montante, uma vez que é essa a proporção com que as variações dos limites de empenho e movimentação financeira de cada avaliação são distribuídas entre eles.

71. O agregado em questão corresponde ao conjunto das despesas discricionárias de todos os Poderes, MPU e DPU, constantes da LOA-2019, de acordo com o § 4º, art. 6º da LDO-2019, exclusive as



atividades⁷ dos Poderes, MPU e DPU nos valores de LOA-2019 e as despesas custeadas com receitas próprias, de convênios e de doações obtidas pelas instituições federais de ensino.

72. Por fim, demonstra-se o cálculo atualizado da chamada “Base Contingenciável”, abaixo:

Tabela 12: Base Contingenciável Total

R\$ 1,00	
DESCRIÇÃO	VALORES
A. Total de Despesas Aprovadas nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	3.262.199.303.823
B. Total de Despesas Financeiras	1.560.034.841.700
C. Total de Despesas Obrigatórias	1.564.482.018.985
D. Total de Despesas Primárias Discrecionárias (A - B - C) ⁽¹⁾	137.682.443.138
E. Atividades dos Poderes Legislativo e Judiciário e do MPU e da DPU - Posição LOA 2019	7.436.922.862
F. Despesas custeadas com Fontes Próprias no MEC (§12, art. 59, LDO-2019)	1.036.858.280
G. Base Contingenciável (D - E - F)	129.208.661.996

Fonte/Elaboração: SOF/ME.

(1) Esse montante equivale ao somatório das despesas marcadas com RPs 2, 3, 6 e 7 na LOA, ajustados conforme os conceitos constantes do § 4º, do art. 6º, da LDO-2019.

4.2 Distribuição da Variação dos Limites de Empenho e Movimentação Financeira entre os Poderes, MPU e DPU (LDO-2019, Art. 59, *caput*, §§ 1º e 12)

73. Conforme demonstrado neste relatório, a revisão das estimativas das receitas primárias e das despesas primárias obrigatórias indicou a possibilidade de ampliação dos limites de empenho e de movimentação financeira, em R\$ 7.235,7 milhões. No entanto, desde a Avaliação Extemporânea de Outubro deste ano, em função dos limites estabelecidos pela EC 95/2016, não existe espaço para abertura de créditos adicionais para os Poderes Legislativo, Judiciário, MPU e DPU, uma vez que o PLOA-2019 foi elaborado com a compensação prevista nos §§ 7º e 8º do art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, situação mantida na LOA. O espaço fiscal adicional decorrente do crescimento da projeção da receita poderá ser utilizado para aumento do resultado primário projetado frente à meta estabelecida na LDO - 2019 ou como fonte de recursos para despesas fora do teto dos gastos, como, por exemplo, a capitalização de empresas estatais.

74. Desse modo, novas despesas orçamentárias, no âmbito dos Poderes Legislativo, Judiciário, MPU e DPU, independentemente do crescimento da arrecadação, só poderão ser incorporadas no orçamento deste ano por meio do cancelamento de outras despesas já aprovadas na LOA 2019.

75. O Novo Regime Fiscal, NRF, e os limites para expansão da despesa primária, portanto, já estão exercendo uma pressão para o controle do crescimento do gasto público. Um ponto importante

⁷ Conforme pág. 28, do Manual Técnico de Orçamento 2019, MTO-2019, as Atividades são o “Instrumento de programação utilizado para alcançar o objetivo de um *programa*, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto ou serviço necessário à manutenção da ação de Governo.” Na programação orçamentária as atividades correspondem às ações orçamentárias iniciadas com dígitos pares, exceto zero. O MTO-2019 encontra-se disponível em: <https://www1.siof.planejamento.gov.br/mto/lib/exe/fetch.php/mto2019:mto2019-versao5.pdf>



para o ajuste fiscal baseado, preponderantemente, no lado da despesa, o que se buscou com a aprovação do NRF por meio da EC 95/2016.

4.3 Emendas Parlamentares Individuais e de Bancada (CF, Art. 166, §§ 9º, 11 e 17, Art. 111 do ADCT e LDO-2019, arts. 61 a 70)

76. Conforme o art. 111 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, as Emendas Individuais – EI corresponderão ao montante de execução obrigatória para o exercício de 2018 corrigido pelo IPCA, nos moldes do inciso II do § 1º do art. 107 do ADCT, sendo a metade desse percentual destinada a “Ações e Serviços Públicos de Saúde” – ASPS.

77. O montante de execução obrigatória para o exercício de 2018 foi R\$ 8.774,7 milhões, que corrigido pelo IPCA de 4,39%, totaliza R\$ 9.159,9 milhões.

Tabela 13: Emendas Individuais 2019 – LOA x Execução Obrigatória antes das limitações de empenho

R\$ 1,00

Poderes	Emendas Impositivas 2018 (A)	Execução Obrigatória 2019 (B) = (A) x (1+ 4,39%)	LOA 2019 (C)
TOTAL	8.774.729.541	9.159.940.168	9.143.790.120

Fonte/Elaboração: SOF/FAZENDA/ME.

78. Considerando esses dados, os valores das EI aprovados na LOA-2019 comparados aos valores de execução obrigatória dessas emendas, abertos por Poder, MPU e DPU, estão abaixo demonstrados:

Tabela 14: Emendas Individuais 2019 por Poder, MPU e DPU

R\$ 1,00

Poderes	LOA (A)	Execução Obrigatória (B)
Legislativo	0	0
Judiciário	0	0
MPU	50.000	50.088
DPU	0	
Executivo	9.143.740.120	9.159.890.080
TOTAL	9.143.790.120	9.159.940.168

Fonte/Elaboração: SOF/FAZENDA/ME.

79. Conforme o § 17 do art. 166 da Constituição Federal, se for verificado que a reestimativa da receita e da despesa poderá resultar no não cumprimento da meta de resultado fiscal estabelecida na lei de diretrizes orçamentárias, o montante previsto poderá ser reduzido em até a mesma proporção da limitação incidente sobre o conjunto das despesas relativas às alíneas “b”, “c”, “d” e “e”, inciso II, § 4º, art. 6º da LDO-2019, que são aquelas marcadas com os identificadores de resultado primário (RP) 2, 3, 6 e 7, tanto no PLOA, como na LOA-2019. A efetivação dessa limitação se dará por meio da publicação dos



atos próprios dos Poderes, MPU e DPU previstos no *caput* do art. 9º da LRF. Procedimentos análogos são realizados no caso de ampliação. Nesse caso, a ampliação está limitada aos valores de LOA dessas despesas.

80. A LDO-2019 traz também, em seu art. 68, a obrigatoriedade de execução de programações incluídas ou acrescidas por emendas de bancada estadual, aprovadas na LOA-2019, em valor igual ao montante de execução obrigatórias dessas emendas em 2018, corrigido de acordo com o inciso II do § 1º do art. 107 do ADCT, analogamente às EI, conforme tabela abaixo:

Tabela 15: Emendas de Bancada de execução obrigatória

R\$ 1,00

Poderes	Emendas de Bancada Impositivas 2018	Execução Obrigatória 2019	LOA-2019
	(A)	(B) = (A) * (1+ 4,39%)	(C)
Executivo	4.387.364.770	4.579.970.083	4.579.969.644

Fonte/Elaboração: SOF/FAZENDA/ME.

81. As Emendas de Bancada também se sujeitam à mesma regra de limitação de empenho das EI, ou seja, podem ser reduzidas em até a mesma proporção da limitação incidente sobre o conjunto das despesas discricionárias e, analogamente, também podem ser restabelecidas, sendo, contudo, limitadas aos valores constantes da LOA.

82. Na Avaliação Extemporânea de Outubro as Emendas Impositivas, tanto individuais, como de bancada, foram liberadas em sua totalidade, ou seja, foram disponibilizadas no mesmo montante da LOA-2019. Como a Avaliação Extemporânea de Novembro apontou nova possibilidade de ampliação dos limites de empenho e movimentação, assim como a presente Avaliação, e não há previsão legal para se expandir os valores das emendas em questão para além do que consta na LOA-2019, ficam mantidos os valores de LOA para essas despesas.

5 EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 95, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016 – NOVO REGIME FISCAL

Demonstração da compatibilidade dos créditos adicionais abertos com o teto estabelecido pelo Novo Regime Fiscal

83. O art. 4º da LOA-2019, § 2º, determina que, em observância aos limites de despesa primária autorizados, a que se refere o § 1º deste artigo, a abertura de créditos suplementares para o atendimento de despesas primárias que ampliem os referidos limites ou impactem o cumprimento da meta de resultado primário, impõe o cancelamento de despesas primárias em valor correspondente, o qual deverá ser demonstrado em anexo específico do ato de abertura do crédito, sem prejuízo das demais condições estabelecidas no referido art. 4º.

84. O demonstrativo da compatibilidade dos créditos publicados, até o momento, com o teto de gastos estabelecido pela EC 95 segue abaixo:



Tabela 16: Demonstrativo compatibilidade dos créditos publicados com a EC 95/16

R\$ 1,00

Tipo	Ato	nº	Data	Sujeitos à EC 95		Não-Sujeitos à EC 95	
				Suplementação	Cancelamento	Suplementação	Cancelamento
Crédito Suplementar	Portaria/Ato/Resolução	2558	20-09-2019	91.053.187,00	91.053.187,00	300.000	300.000
Crédito Suplementar	Portaria/Ato/Resolução	3230	24-09-2019			750.000.000	750.000.000
Crédito Suplementar	Portaria/Ato/Resolução	3869	27-09-2019	6.602.169.360,00	6.602.169.360,00	861.086.560	861.086.560
Crédito Suplementar	Portaria/Ato/Resolução	3966	30-09-2019	852.519.670,00	852.519.670,00		
Crédito Suplementar	Portaria/Ato/Resolução	4833	07-10-2019	86.000.000,00	86.000.000,00		86.000.000
Crédito Suplementar	Portaria/Ato/Resolução	4910	07-10-2019	320.202.457,00	320.202.457,00	1.286.579.936	1.286.579.936
Crédito Suplementar	Portaria/Ato/Resolução	5002	08-10-2019	719.885.859,00	719.885.859,00	21.000.000.000	21.000.000.000
Crédito Suplementar	Lei	13888	18-10-2019	3.007.691.266,00	3.007.691.266,00		
Crédito Suplementar	Portaria/Ato/Resolução	6672	21-10-2019	156.957.523,00	156.957.523,00		
Crédito Suplementar	Portaria/Ato/Resolução	6951	21-10-2019	341.243.782,00	341.243.782,00	35.658.289	35.658.289
Crédito Suplementar	Portaria/Ato/Resolução	7196	23-10-2019	583.082.517,00	583.082.517,00		
Crédito Suplementar	Portaria/Ato/Resolução	7195	23-10-2019	2.665.288.321,00	2.665.288.321,00		
Crédito Suplementar	Portaria/Ato/Resolução	7504	24-10-2019	563.832.027,00	563.832.027,00		
Crédito Especial	Lei	13893	29-10-2019	16.769.298,00	16.769.298,00	40.497.100.000	
Crédito Suplementar	Portaria/Ato/Resolução	7707	29-10-2019	77.700.000,00	77.700.000,00		77.700.000
Crédito Suplementar	Portaria/Ato/Resolução	7849	29-10-2019	916.167.574,00	916.167.574,00		
Crédito Suplementar	Portaria/Ato/Resolução	8016	30-10-2019	511.135.360,00	511.135.360,00		
Crédito Suplementar	Portaria/Ato/Resolução	8278	31-10-2019	18.000.000,00	18.000.000,00		
Crédito Suplementar	Portaria/Ato/Resolução	8540	01-11-2019	333.906.497,00	333.906.497,00		
Crédito Suplementar	Portaria/Ato/Resolução	8547	01-11-2019	121.100.000,00	1.100.000,00	15.000.000	135.000.000
Crédito Suplementar	Portaria/Ato/Resolução	9233	07-11-2019	45.717.078,00	45.717.078,00		
Crédito Suplementar	Portaria/Ato/Resolução	9637	08-11-2019	199.545.018,00	199.545.018,00		
Crédito Especial	Lei	13899	11-11-2019	230.000.000,00	230.000.000,00		
Crédito Suplementar	Portaria/Ato/Resolução	10104	12-11-2019	830.180.594,00	830.180.594,00	18.005.436	18.005.436
Crédito Suplementar	Portaria/Ato/Resolução	10422	13-11-2019	8.037.057,00	8.037.057,00		
Crédito Suplementar	Lei	13904	20-11-2019	96.895.728,00	96.895.728,00	81.333.317	
TOTAL				19.395.080.173	19.275.080.173	64.545.063.538	24.250.330.221

Fonte/Elaboração: SOF/FAZENDA/ME

Nota: Créditos publicados entre 17/09/2019 e 20/11/2019.

85. Observa-se na tabela acima que a abertura dos créditos adicionais do Poder Executivo sujeitos ao teto de gastos apresenta suplementação líquida no valor de R\$ 120,0 milhões, valor esse que é suportado com folga pela sobra em relação ao teto demonstrada na Avaliação anterior, no montante de R\$ 3,0 bilhões, o que não prejudica o cumprimento do § 5º, do art. 107, acrescido ao ADCT pela EC 95/2016.

86. Vale ainda salientar que os Poderes Legislativo, Judiciário, o MPU e a DPU exercem seus próprios controles na abertura de créditos adicionais, de tal forma a cumprirem os limites estabelecidos pela EC 95/2016. Assim sendo, poderão elaborar atos ou demonstrativos próprios para evidenciar a gestão orçamentária compatível com os tetos individualizados pelo Novo Regime Fiscal.

Demonstração da compatibilidade do resultado desta avaliação com o teto estabelecido pelo Novo Regime Fiscal - NRF

87. A LOA-2019 foi aprovada respeitando o limite estabelecido no Novo Regime Fiscal de R\$ 1.407.052,6 milhões. Contudo, tendo em vista as reestimativas apresentadas no presente relatório, em relação a determinadas despesas primárias obrigatórias que estão submetidas ao citado limite, o Poder Executivo oportunamente tomará as providências necessárias para adequação orçamentária de tal forma que as dotações autorizadas permaneçam compatíveis com o Novo Regime Fiscal, caso necessário, em cumprimento aos §§ 4º e 5º do art. 107 do ADCT:



“§ 4º As despesas primárias autorizadas na lei orçamentária anual sujeitas aos limites de que trata este artigo não poderão exceder os valores máximos demonstrados nos termos do § 3º deste artigo.

§ 5º É vedada a abertura de crédito suplementar ou especial que amplie o montante total autorizado de despesa primária sujeita aos limites de que trata este artigo.”

Tabela 17: Despesas Primárias do Governo Central incluídas na base de cálculo da EC 95/2016

Discriminação	R\$ milhões								
	PLQA 2019	LOA 2019	Avaliação do 1º Bimestre	Avaliação do 2º Bimestre	Avaliação do 3º Bimestre	Avaliação do 4º Bimestre	Avaliação Extemporânea de Outubro de 2019	Avaliação Extemporânea de Novembro de 2019	Avaliação do 5º Bimestre
I. TOTAL DE DESPESAS PRIMÁRIAS (inclusive Transf. Por Repartição de Receita)	1.713.860,9	1.713.850,9	1.684.120,6	1.684.612,9	1.679.535,8	1.686.470,1	1.746.172,6	1.751.944,3	1.749.644,2
II. DESPESAS PRIMÁRIAS NÃO SUJEITAS A LIMITES (art. 107, § 6º, da EC 95/2016)	306.808,3	306.860,2	308.545,8	313.076,8	311.697,2	301.843,0	342.147,4	347.919,1	352.515,8
Transf. Por Repartição de Receita	266.929,9	266.929,9	262.324,5	266.765,5	267.243,0	267.017,0	266.824,2	278.493,0	280.384,4
FCDF	14.122,7	14.122,7	14.100,1	14.116,1	14.116,9	14.117,7	14.117,7	14.117,7	14.150,0
Pleitos Eleitorais	343,9	343,9	343,9	343,9	343,9	343,9	343,9	343,9	343,9
Complementação ao FUNDEB	15.248,8	15.248,8	15.037,0	14.921,7	14.921,7	14.921,7	14.921,7	14.921,7	17.515,2
Aumento de Capital em Estatais e Ressarc. Leilão Petróleo	10.163,0	10.214,8	10.214,8	10.214,8	10.214,8	618,6	41.115,7	35.218,6	35.218,6
Créditos Extraordinários	0,0	0,0	6.525,5	6.714,7	4.856,8	4.824,1	4.824,1	4.824,1	4.903,6
Realização Concursos MPU (Acórdãos TCU nºs 1.618 e 1.670/2018-Plenário)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
III. DESPESAS PRIMÁRIAS SUJEITAS A LIMITES [I - II]	1.407.052,6	1.406.990,8	1.375.574,8	1.371.536,2	1.367.838,5	1.384.627,0	1.404.025,3	1.404.025,3	1.397.128,4
Despesas Primárias	1.393.341,1	1.393.279,2	1.360.106,6	1.356.468,7	1.353.534,6	1.368.671,4	1.388.080,6	1.388.080,6	1.383.998,3
Pessoal	313.351,6	312.429,1	313.644,8	312.480,7	312.069,1	306.390,2	306.390,2	306.390,2	306.379,8
Orçamentário	314.350,3	313.427,8	314.643,5	313.479,4	313.067,8	307.389,0	307.389,0	307.389,0	307.378,5
(-) Float	998,7	998,7	998,7	998,7	998,7	998,7	998,7	998,7	998,7
Subsídios, Subvenções e Proagro	16.535,9	15.340,4	18.275,9	17.720,8	18.200,6	16.086,6	16.086,6	16.086,6	13.794,6
Orçamentário	16.969,7	15.774,2	18.437,6	18.072,6	17.520,7	16.589,6	16.589,6	16.589,6	13.393,0
(-) Float	433,8	433,8	161,8	351,8	-679,9	503,0	503,0	503,0	-401,6
Demais	1.063.453,6	1.065.509,8	1.028.185,9	1.026.267,2	1.023.265,0	1.046.194,6	1.065.603,8	1.065.603,8	1.063.823,9
Demais Operações que afetam o resultado primário	13.711,5	13.711,5	15.468,2	15.067,4	14.303,9	15.955,6	15.944,6	15.944,6	13.130,2
Fabricação de cédulas e moedas	950,8	950,8	950,8	950,8	950,8	950,8	950,8	950,8	950,8
Subsídios aos fundos constitucionais	8.113,4	8.113,4	9.159,7	8.612,7	8.796,0	9.495,9	9.484,9	9.484,9	9.754,5
Operações Net Lending	2.142,3	2.142,3	2.099,2	2.099,2	1.077,3	2.099,2	2.099,2	2.099,2	753,5
Impacto primário das operações do FIES	2.505,1	2.505,1	3.258,5	3.404,7	3.479,8	3.409,7	3.409,7	3.409,7	1.671,4
IV. LIMITE EC 95 [2018 x 1,0439]	1.407.052,6	1.407.052,6	1.407.052,6	1.407.052,6	1.407.052,6	1.407.052,6	1.407.052,6	1.407.052,6	1.407.052,6
V. ESTIMATIVA ANUAL DE EXCESSO (+) / NECESSIDADE DE AJUSTE (-) CONFORME AVALIAÇÃO BIMESTRAL DE QUE TRATA ART. 9º DA LRF [IV - III]	0,0	61,8	31.477,8	35.516,5	39.214,1	22.425,6	3.027,3	3.027,3	9.924,2

Elaboração: SOF/FAZENDA/ME

88. Com base nas atualizações constantes neste relatório, conclui-se que a projeção atual das despesas primárias sujeitas ao NRF está R\$ 9.924,2 milhões abaixo do teto de gastos. Importante mencionar que a execução orçamentária e financeira do exercício deve se compatibilizar com as restrições impostas pela regra do resultado primário, conforme disposto no art. 9º da Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000, Anexo de Metas Fiscais da LDO, e pela “regra do teto da despesa” constante do art. 107 do ADCT, incluído pela EC 95.

89. Ao longo do exercício de 2019, uma eventual margem na regra do resultado primário, oriunda do aumento de realizações ou reestimativas das receitas, poderá não implicar necessariamente a expansão dos limites de execução das despesas primárias, uma vez que o total está limitado ao valor de R\$ 1.407.052,6 milhões pela “regra do teto da despesa”, ressalvados os § 6º e § 11 do art. 107 do ADCT.

6 ADEQUAÇÃO DAS FONTES PARA CUMPRIMENTO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ART. 167, INCISO III (REGRAS DE OURO) E LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL, ART. 42 (ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO)

90. A Constituição Federal no seu art. 167, inciso III, estabeleceu a chamada “regra de ouro” que veda “a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta”. A Regra de Ouro repercute na programação financeira do governo por meio da gestão das disponibilidades para financiamento das despesas.



91. Para o ano de 2019, o cenário do Tesouro Nacional para a execução orçamentária resulta em uma estimativa de equilíbrio da margem da regra de ouro. Este equilíbrio é obtido principalmente devido a aprovação de crédito suplementar que autoriza a realização de operações de crédito no valor de R\$ 248,9 bilhões para financiar despesas correntes (Lei 13.843 de 17 de junho de 2019), ressaltando-as do limite estabelecido, conforme preconiza o próprio dispositivo constitucional. O cenário considera, ainda, a utilização de recursos de superávit financeiro de algumas fontes que estão disponíveis para o pagamento de dívida pública, bem como recursos oriundos da devolução antecipada de operações de crédito ao BNDES. Os detalhes desse cenário podem ser vistos na tabela abaixo.

Tabela 18: Suficiência da Regra de Ouro (Despesa de Capital – Receitas de Operações de Créditos) em 2019 - R\$ Bilhões – A preços correntes⁸

Contas	Cenário Anterior*	Cenário Atual	Diferença
Despesas de Capital (I)	824,7	834,3	9,6
<i>Investimentos</i>	24,8	26,1	1,3
<i>Inversões Financeiras</i>	68,1	71,7	3,6
<i>Amortizações</i>	731,8	736,5	4,7
Receitas de Operações de Crédito Consideradas (II = a - b - c)	796,7	801,2	4,5
<i>Receitas de Operações de Crédito do Exercício (a)</i>	990,9	995,2	4,3
<i>Variação da Subconta da Dívida (b)</i>	-54,7	-54,9	-0,3
<i>Operações de crédito ressalvas (PLN 4/19) (c)</i>	248,9	248,9	0,0
Margem da Regra de Ouro (III = I - II)	28,0	33,1	5,1

* Cenário divulgado no último Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias.

Fonte: Tesouro Nacional.

92. O cenário atual para a regra de ouro na execução orçamentária de 2019 foi atualizado em relação às expectativas divulgadas anteriormente, tendo em vista as mais recentes projeções econômicas, bem como a atualização dos dados orçamentários. Destacamos a seguir as principais alterações:

- Aumento da expectativa de execução de *Investimentos* no montante de R\$ 1,3 bilhão;
- Aumento da expectativa de execução de *Inversões Financeiras* no valor de R\$ 3,6 bilhões;
- Demais fatores de variação geram efeito líquido residual na margem final, em comparação com o cenário anterior:
 - i. O aumento de *Amortizações* em R\$ 4,7 bilhões, resultado principalmente de resgates antecipados ou não previstos da dívida pública mobiliária federal, gera uma redução equivalente na variação da subconta da Dívida;
 - ii. Por sua vez, o aumento de *Receitas de Operações de Crédito do Exercício* em R\$ 4,3 bilhões, decorrente de mudanças na estratégia de emissão de títulos, gera um aumento equivalente na variação da subconta da Dívida.

⁸ Este é um cenário base de projeção, e, portanto, não contempla incertezas inerentes às variáveis que compõem o cálculo. Tais incertezas podem levar a variações significativas nos valores projetados, bem como na margem final apurada.



93. O Tesouro Nacional dispõe ainda de fontes de recursos que podem vir a ser utilizadas caso haja mudança nas projeções que ensejem um desequilíbrio na margem projetada. Caso não utilizados, tais recursos ficam disponíveis para utilização no próximo ano. Atualmente o cenário prospectivo aponta para a expectativa de cerca de R\$ 232,3 bilhões em fontes orçamentárias que tendem a se manter positivas ao final do exercício, que comporão o superávit financeiro a ser utilizado em 2020, incluindo fontes oriundas do resultado positivo do Banco Central de 2018 e primeiro semestre de 2019, bem como recursos de pagamentos antecipados pelo BNDES.

94. A adoção de medidas para liberar fontes existentes que estão indisponíveis no caixa, principalmente devido a vinculações, poderia criar meios adicionais para a execução de despesas orçamentárias que, de outra forma, teriam que ser financiadas por meio da emissão de dívida. Tais medidas tornam-se ainda mais importantes, tendo em vista o cenário desafiador para o cumprimento da regra de ouro nos próximos anos.

95. O art. 42 da LRF veda ao “titular de Poder ou órgão referido no art. 20, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito”. Cabe ressaltar que, embora a Secretaria do Tesouro Nacional acompanhe permanentemente o atendimento ao art. 42 da LRF, esse dispositivo legal, assim como seu correspondente no código penal (art. 359-C), se aplica explicitamente apenas aos últimos oito meses do mandato do titular de cada Poder ou órgão.

96. Até 2017, a apuração e demonstração do cumprimento do art. 42 da LRF pelo Governo Federal vinha sendo feita quadrimestralmente no anexo 5 do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal - RGF, intitulado “DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR”. A partir de 2018, com o intuito de monitorar de forma mais tempestiva a situação das disponibilidades de caixa sob a ótica do art. 42, a Secretaria do Tesouro Nacional passou a publicar mensalmente no Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO uma tabela, intitulada “DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE E FLUXO.

97. Apesar da maior tempestividade no monitoramento do art. 42 da LRF trazida pela tabela no RREO, o citado demonstrativo não fornece informação suficiente para que a Administração Federal seja capaz de monitorar e se antecipar a um possível descumprimento do art. 42 da LRF. Isso ocorre porque o demonstrativo contábil citado representa a situação da suficiência de caixa no momento de sua apuração, não estimando a situação ao final do exercício corrente.

98. Para ser capaz de, em harmonia com o art. 1º, parágrafo 1º, da LRF, prevenir riscos e corrigir desvios referentes ao descumprimento do art. 42, a Secretaria do Tesouro Nacional desenvolveu internamente metodologia de estimativa adaptada ao Demonstrativo de Disponibilidade de Caixa, de modo a permitir avaliação gerencial da situação esperada das disponibilidades ao final do exercício corrente, conforme Nota Técnica SEI nº 41/2018/GEPLA/COFIN/SUGEF/STN-MF. Assim, considerando os dados realizados disponíveis até o mês de outubro e as previsões para os demais meses compatíveis com este Relatório de Avaliação, realizadas de acordo com a metodologia supracitada, o disposto no art. 42 da LRF deve ser cumprido com margem de R\$ 62,8 bilhões nas FONTES NÃO VINCULADAS/ORDINÁRIAS.



ANEXO I - Parâmetros (LDO-2019, art. 59, § 3º, Inciso II)

Fonte: Secretaria de Política Econômica do Ministério da Economia – SPE/ME

Parâmetros Macroeconômicos

31-out-19

Ano	PIB	
	Var.% Nom	Var. % Real
2018	4,2	1,1
2019	4,9	0,9

Ano	Atividade Industrial (Var. % Média)							
	Transformação (Prod.)		Bebidas (Prod.)		Fumo (Vendas Internas)		Veículos (Vends. Int. Atc.)	
	Preço	Qte.	Preço	Qte.	Preço	Qte.	Preço	Qte.
2018	8,4	1,1	2,7	0,9	0,7	-8,0	3,3	13,0
2019	4,1	0,4	3,1	2,2	2,8	-8,3	3,2	9,9

Ano	Massa Salarial	
	Nominal	Real
2018	2,5	-1,2
2019	4,2	0,5

Ano	IPCA (Var. %)		INPC (Var. %)		IGP-DI (Var. %)	
	Média	Acum.	Média	Acum.	Média	Acum.
2018	3,7	3,7	2,9	3,4	5,8	7,1
2019	3,6	3,3	3,6	3,3	5,8	5,7

Ano	Preço Médio Petróleo	Importação sem Combustível
	US\$/b	US\$ milhões
2018	71,1	159.197
2019	63,5	160.664

Ano	Câmbio R\$/US\$ (Média)	Taxa Over SELIC % a.a.	Aplic. Fin. Média	TJLP % a.a.
	Ano	Acum. Ano	R\$ milhões	Acum. Ano
2018	3,7	6,5	5.346.678	6,7
2019	3,9	5,9	5.740.087	6,2

Ano	Gasolina	Óleo Diesel
	(1.000.000 m³)	
	Venda Média Anual	
2018	2,3	4,6
2019	2,3	4,8



Produção Industrial

Período	Indústria - Transformação			Indústria - Bebidas			Fumo			Veículos		
	Produção	Preços	Faturamento	Produção	Preços	Faturamento	Vendas	Preços	Faturamento	Vendas	Preços	Faturamento
	Média 2012 = 100	Média 2012 = 100	Média 2012 = 100	Média 2012 = 100	Média 2012 = 100	Média 2012 = 100	Média 2012 = 100	Média 2012 = 100	Média 2012 = 100	Unidades	Média 2012 = 100	Média 2012 = 100
jan/18	79,80	136,07	108,44	102,50	146,44	149,87	36,69	136,66	78,50	160.277	122,86	78,48
fev/18	75,90	135,83	102,96	88,90	144,64	128,38	33,45	136,52	71,50	138.510	123,47	68,16
mar/18	85,00	136,49	115,87	87,80	145,24	127,32	37,34	136,58	79,85	182.935	123,62	90,13
abr/18	85,40	138,18	117,86	85,60	145,03	123,95	34,33	137,22	73,75	190.515	123,75	93,97
mai/18	81,90	141,41	115,67	73,30	143,94	105,34	34,16	137,70	73,64	175.634	123,90	86,74
jun/18	89,60	144,20	129,04	94,40	144,15	135,87	32,85	138,54	71,26	175.796	123,91	86,82
jul/18	94,60	145,65	137,51	95,50	143,41	136,75	33,61	138,49	72,88	190.151	124,45	94,32
ago/18	97,40	146,19	142,20	93,00	143,37	133,13	35,47	138,57	76,97	218.208	124,68	108,44
set/18	89,50	149,55	133,68	86,50	144,58	124,87	34,09	140,68	75,10	186.998	125,23	93,34
out/18	94,40	150,70	142,07	102,30	148,35	151,52	36,57	139,50	79,87	225.700	125,63	113,01
nov/18	87,90	147,79	129,75	100,00	148,41	148,18	34,17	138,96	74,35	205.106	125,93	102,95
dez/18	74,30	146,57	108,76	106,70	149,08	158,82	38,52	139,00	83,83	206.089	126,04	103,53
jan/19	77,70	146,25	113,49	103,70	149,72	155,02	33,69	139,15	73,40	175.856	127,04	89,05
fev/19	78,90	146,34	115,31	93,60	149,42	139,64	30,71	138,93	66,80	176.695	127,15	89,55
mar/19	80,60	147,57	118,79	96,70	149,37	144,22	34,27	137,44	73,73	186.204	127,41	94,56
abr/19	84,50	149,17	125,88	90,10	149,28	134,29	31,49	137,62	67,85	205.774	127,58	104,64
mai/19	91,30	150,37	137,11	91,30	148,99	135,82	31,32	138,99	68,16	219.849	127,75	111,94
jun/19	85,50	149,43	127,60	89,30	148,05	132,00	30,12	140,45	66,22	200.479	127,85	102,16
jul/19	93,10	148,55	138,12	87,90	150,03	131,67	30,80	144,38	69,63	218.492	128,35	111,77
ago/19	95,20	148,20	140,90	89,60	148,69	133,02	32,50	144,28	73,42	216.858	128,79	111,32
set/19	92,63	149,41	138,22	86,79	150,31	130,25	31,23	144,65	70,72	210.017	129,06	108,03
out/19	96,39	150,44	144,82	103,43	151,24	156,18	33,48	145,57	76,31	237.111	129,47	122,35
nov/19	89,76	151,28	135,61	101,41	152,09	154,00	31,28	146,66	71,82	219.518	129,98	113,73
dez/19	74,47	151,73	112,85	107,75	152,95	164,55	35,24	147,55	81,42	213.163	130,31	110,71



Trabalho

	Massa Nominal com Carteira (R\$ milhões)	Massa Real com Carteira R\$ milhões - INPC Dez/2004 ¹
jan/18	69.419	73.837
fev/18	69.070	73.234
mar/18	68.170	72.110
abr/18	68.282	72.102
mai/18	68.378	72.008
jun/18	68.835	72.046
jul/18	69.444	72.242
ago/18	69.851	72.253
set/18	70.294	72.531
out/18	70.130	72.134
nov/18	70.250	72.093
dez/18	70.199	71.945
jan/19	70.202	71.911
fev/19	70.641	72.125
mar/19	71.267	72.453
abr/19	71.971	72.700
mai/19	72.059	72.457
jun/19	71.939	72.172
jul/19	71.894	72.026
ago/19	72.164	72.230
set/19	72.203	72.203
out/19	72.839	72.821
nov/19	73.135	73.035
dez/19	73.653	73.368



Inflação

Período	IPCA		INPC		IGP-DI	
	Var. % mês/mês	Dez/1993 = 100	Var. % mês/mês	Dez/1993 = 100	Var. % mês/mês	Dez/1994 = 100
jan/18	0,29	485,09	0,23	491,05	0,58	610,27
fev/18	0,32	486,64	0,18	491,94	0,15	611,20
mar/18	0,09	487,08	0,07	492,28	0,56	614,64
abr/18	0,22	488,15	0,21	493,32	0,93	620,33
mai/18	0,40	490,10	0,43	495,44	1,64	630,51
jun/18	1,26	496,28	1,43	502,52	1,48	639,83
jul/18	0,33	497,92	0,25	503,78	0,44	642,67
ago/18	-0,09	497,47	0,00	503,78	0,68	647,02
set/18	0,48	499,86	0,30	505,29	1,79	658,59
out/18	0,45	502,10	0,40	507,31	0,26	660,33
nov/18	-0,21	501,05	-0,25	506,04	-1,14	652,78
dez/18	0,15	501,80	0,14	506,75	-0,45	649,84
jan/19	0,32	503,41	0,36	508,57	0,07	650,29
fev/19	0,43	505,57	0,54	511,32	1,25	658,43
mar/19	0,75	509,36	0,77	515,26	1,07	665,50
abr/19	0,57	512,27	0,60	518,35	0,90	671,51
mai/19	0,13	512,93	0,15	519,13	0,40	674,19
jun/19	0,01	512,98	0,01	519,18	0,63	678,45
jul/19	0,19	513,96	0,10	519,70	-0,01	678,39
ago/19	0,11	514,52	0,12	520,32	-0,51	674,95
set/19	-0,04	514,32	-0,05	520,06	0,50	678,35
out/19	0,02	514,42	-0,03	519,90	0,50	681,74
nov/19	0,34	516,16	0,31	521,53	0,40	684,47
dez/19	0,39	518,17	0,34	523,29	0,40	687,21



Taxa de Juros, de Câmbio e Aplicação Financeira

Período	Selic % a.a.	TJLP % a.a.	Câmbio	Aplic. Financ.
			R\$/US\$ Média	M4 - (M1 + Poup) R\$ milhões
jan/18	6,90	6,75	3,21060	5.133.372
fev/18	6,72	6,75	3,24150	5.149.009
mar/18	6,58	6,75	3,27920	5.195.601
abr/18	6,40	6,60	3,40750	5.203.725
mai/18	6,40	6,60	3,63610	5.291.477
jun/18	6,40	6,60	3,77320	5.365.052
jul/18	6,40	6,56	3,82880	5.357.995
ago/18	6,40	6,56	3,92980	5.455.192
set/18	6,40	6,56	4,11650	5.492.061
out/18	6,40	6,98	3,75840	5.486.514
nov/18	6,40	6,98	3,78670	5.480.396
dez/18	6,40	6,98	3,88510	5.549.744
jan/19	6,40	7,03	3,74170	5.536.511
fev/19	6,40	7,03	3,72360	5.541.314
mar/19	6,40	7,03	3,84650	5.612.787
abr/19	6,40	6,26	3,89620	5.629.841
mai/19	6,40	6,26	4,00150	5.680.737
jun/19	6,40	6,26	3,85880	5.703.632
jul/19	6,40	5,95	3,77930	5.745.734
ago/19	5,90	5,95	4,02000	5.808.494
set/19	5,71	5,95	4,12150	5.891.869
out/19	5,40	5,57	4,10720	5.886.939
nov/19	4,90	5,57	4,02500	5.891.580
dez/19	4,40	5,57	4,00000	5.951.601



Importações (US\$ milhões)

Período	Importações Subtotal	Petróleo - Brent
	Sem Combustíveis US\$ Milhões	US\$/barril média de período
jan/18	12.085	68,99
fev/18	12.716	65,42
mar/18	12.014	66,45
abr/18	12.249	71,63
mai/18	11.680	76,65
jun/18	12.809	75,19
jul/18	17.049	74,44
ago/18	16.420	73,13
set/18	12.560	78,86
out/18	13.838	80,47
nov/18	15.054	65,17
dez/18	10.723	56,46
jan/19	14.534	59,27
fev/19	11.383	64,13
mar/19	11.513	66,41
abr/19	11.924	71,20
mai/19	12.859	70,53
jun/19	11.477	63,30
jul/19	15.718	64,00
ago/19	14.080	59,25
set/19	14.888	62,33
out/19	15.099	59,30
nov/19	16.128	61,48
dez/19	11.060	61,17



Combustíveis

	Gasolina	Óleo Diesel
	Milhões de Metros Cúbicos	Milhões de Metros Cúbicos
jan/18	2,475	4,136
fev/18	2,287	4,120
mar/18	2,647	4,826
abr/18	2,463	4,618
mai/18	2,239	3,773
jun/18	2,301	5,012
jul/18	2,187	4,982
ago/18	2,334	5,198
set/18	2,108	4,760
out/18	2,229	5,059
nov/18	2,204	4,738
dez/18	2,523	4,408
jan/19	2,283	4,392
fev/19	2,159	4,375
mar/19	2,272	4,555
abr/19	2,333	4,654
mai/19	2,292	4,797
jun/19	2,158	4,653
jul/19	2,355	5,187
ago/19	2,376	5,283
set/19	2,165	4,989
out/19	2,292	5,238
nov/19	2,267	4,873
dez/19	2,585	4,440



**ANEXO II - Memória de Cálculo das Receitas Administradas pela RFB/ME, exceto
Receitas Previdenciárias e CPSS (LDO-2019, art. 59, § 3º, Incisos I e IV)**

**ESTIMATIVA DE ARRECADAÇÃO DAS RECEITAS FEDERAIS ADMINISTRADAS PELA SECRETARIA DA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL – 2019
(Exceto CPSS e Receitas Previdenciárias)
NOTA METODOLÓGICA – 11/11/19**

CONSIDERAÇÕES GERAIS

A presente estimativa de arrecadação dos impostos e contribuições federais administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil - RFB (exceto receitas previdenciárias) foi elaborada, para o ano de 2019, tomando-se por base a arrecadação efetivamente realizada de janeiro a dezembro de 2018, os parâmetros estabelecidos pela Secretaria de Política Econômica – SPE em 31/10/19 e as modificações na legislação tributária.

Os parâmetros básicos principais de 31/10/19 e respectivas variações médias, projetadas para o ano de 2019 em relação a 2018, foram os seguintes:

Índice Ponderado (55% IPCA e 45% IGP):.....	4,61%
PIB:.....	0,90%
Taxa Média de Câmbio:.....	7,45%
Taxa de Juros (Over):.....	-8,60%
Massa Salarial:.....	3,80%

A arrecadação-base 2018 foi ajustada em função, principalmente, da ocorrência de receitas atípicas verificadas durante o período base.

À base ajustada foram aplicados, mês a mês e por tributo, os indicadores específicos relativos a preço, quantidade e efeitos decorrentes de alterações da legislação tributária. Nos tributos para os quais não se dispõe de indicadores específicos e naqueles que se ajustam melhor aos indicadores gerais, utilizou-se, como indicador de preço, um índice ponderado (55% IPCA e 45% IGP-DI) e, como indicador de quantidade, o PIB.

No caso específico dessa revisão, foi adicionado, ainda, o valor efetivamente realizado nos meses de janeiro a outubro de 2019.

Assim o valor da previsão da arrecadação das receitas administradas pela RFB, exceto CPSS e receitas previdenciárias, para o ano de 2019, está estruturado na tabela abaixo.

**PREVISÃO DAS RECEITAS ADMINISTRADAS PELA RFB
(EXCETO CPSS E PREVIDENCIÁRIA)
PERÍODO: 2019**

UNIDADE: R\$ MILHÕES

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
1) NOV-DEZ (PREVISÃO DA RECEITA BRUTA)	167.942
1.1) PREVISÃO FLUXO ORIGINAL	165.275
1.2) RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS	2.667
2) JAN-OUT (ARRECADAÇÃO EFETIVA DA RECEITA BRUTA)	839.228
3) JAN-DEZ (ARRECADAÇÃO/PREVISÃO DA RECEITA BRUTA (1 + 2))	1.007.170
4) JAN-DEZ (RESTITUIÇÕES)	(61.097)

39



5) JAN-DEZ (ARRECADAÇÃO/PREVISÃO DA RECEITA LÍQUIDA (3 - 4))**946.073**

A seguir, o detalhamento da planilha básica (anexa) que consolida as planilhas mensais por tributo.

DETALHAMENTO (PLANILHA BÁSICA – EFEITOS)

Discriminação, por tributo, dos efeitos que influenciaram a estimativa de arrecadação para o ano de 2019.

A) CORREÇÃO DE BASE:**1) IRRF-Rendimentos do Capital: (-R\$ 118 milhões)**

- Arrecadação atípica, de operações de SWAP.

2) IRRF-Rendimentos de Residentes no Exterior: (-R\$ 1.500 milhões)

- a. Arrecadação atípica de rendimentos do trabalho assalariado.

3) Outras Receitas Administradas-Demais: (+R\$ 396 milhões)

- a. Normalização da base em função de reclassificações de receitas, em dezembro de 2018.

B) EFEITO PREÇO (ponderado de acordo com a participação mensal na arrecadação-base).**1) Imposto de Importação: 1,0480; Imposto de Exportação: 1,0478; IPI-Vinculado à Importação: 1,0478; Outras Receitas Administradas-CIDE-Remessas ao Exterior: 1,0474**

- Variação da taxa média de câmbio.

2) IPI-Fumo; IPI-Bebidas e CIDE-Combustíveis: 1,0000

- O imposto é fixo por unidade de medida do produto. Portanto, o preço não interfere no valor do imposto.

3) IPI-Automóveis: 1,0313

- Índice de preço específico do setor.

4) IPI-Outros: 1,0296

- Índice de preço da indústria de transformação.

5) IRPF: 1,0294

- Cotas (Declaração de Ajuste): crescimento da massa salarial em 2018. Incorpora variação de preço e de quantidade;
- Ganhos em Bolsa: sem variação;
- Demais: Índice Ponderado (IER) de 2019.

6) IRPJ: 1,0331 e CSLL: 1,0330

- Declaração de Ajuste: Índice Ponderado (IER) de 2018;
- Demais: Índice Ponderado (IER) de 2019.

7) IRRF-Rendimentos do Trabalho: 1,0654

- Setor privado: crescimento da massa salarial;
- Setor público: variação da folha de pagamento dos servidores públicos. Incorpora variação de preço e de quantidade.

8) IRRF-Rendimentos do Capital: 0,9166

- Fundos e Títulos de Renda Fixa: variação da taxa de juros “over”;
- Juros Remuneratórios do Capital Próprio: variação da taxa de juros de longo prazo - TJLP;
- Fundos de Renda variável: sem variação;
- SWAP: Câmbio;
- Demais: Índice Ponderado (IER).

9) IRRF-Rendimentos de Residentes no Exterior: 1,0364

- Juros Remuneratórios do Capital Próprio: variação da taxa de juros de longo prazo - TJLP;
- Demais: Câmbio.

10) IRRF-Outros Rendimentos: 1,0329; IOF: 1,0414; ITR: 1,0463; COFINS: 1,0331; PIS/PASEP: 1,0332; FUNDAF: 1,0403; Outras Receitas Administradas-Receitas de Loterias: 1,0412 e Outras Receitas Administradas-Demais: 1,0411

- Índice Ponderado (IER).

C) EFEITO QUANTIDADE (ponderado de acordo com a participação mensal na arrecadação-base).

1) I. Importação: 1,0538 e IPI-Vinculado à Importação: 1,0535

- Variação, em dólar, das importações.

2) IPI-Fumo: 0,9154

- Vendas de cigarros ao mercado interno.

3) IPI-Bebidas: 1,0127

- Produção física de bebidas.

4) IPI-Automóveis: 1,0602

- Vendas de automóveis nacionais ao mercado interno.

5) IPI-Outros: 1,0211

- Produção física da indústria de transformação.

6) IRPF: 1,0073

- Cotas (Declaração de Ajuste): crescimento da massa salarial em 2018 já considerado no efeito-preço;
- Ganhos em Bolsa: Sem variação;
- Demais: PIB de 2019.

7) IRPJ: 1,0123 e CSLL: 1,0123



- Declaração de ajuste: PIB de 2018;
 - Demais: PIB de 2019.
- 8) IRRF- Rendimentos do Trabalho: 1,0000**
- Crescimento da massa salarial já considerado no efeito-preço.
- 9) IRRF-Rendimentos do Capital: 1,0590**
- Fundos e Títulos de Renda Fixa: variação das aplicações financeiras;
 - Fundos de Renda variável: sem variação;
 - Juros Remuneratórios do Capital Próprio: IER e PIB;
 - Demais: PIB.
- 10) IRRF-Rendimentos de Residentes no Exterior: 1,0195**
- Juros Remuneratórios do Capital Próprio: IER e PIB;
 - Demais: PIB.
- 11) CIDE-Combustíveis: 1,0284**
- Variação no volume comercializado de gasolina e diesel. O efeito dessa variação é ponderado pela alíquota ad-rem, em vigor. A alíquota aplicável ao Diesel foi reduzida para zero, com efeitos a partir do mês de julho de 2018 (Decreto 9.391/18);
- 12) I. Exportação: 1,0123; IRRF-Outros Rendimentos: 1,0123; IOF: 1,0123; COFINS: 1,0123; PIS/PASEP: 1,0123; FUNDAF: 1,0123; Outras Receitas Administradas-CIDE-Remessas ao Exterior: 1,0123 e Outras Receitas Administradas-Demais: 1,0123**
- PIB.
- D) EFEITO LEGISLAÇÃO (ponderado de acordo com a participação mensal na arrecadação-base).**
- 2) I. Importação: 0,9836 e IPI-Vinculado à Importação: 1,0000**
- Isenção do Imposto de Importação na importação de autopeças não produzidas no Brasil, destinada à industrialização de produtos automotivos – Lei 13.755/18.
- 3) IPI-Bebidas: 0,8158**
- Altera a tributação da tributação de xarope ou extrato concentrado destinado ao preparo de bebidas (Decretos 9.514/18 e 9.897/19).
- 4) IPI-Automóveis: 0,9983**
- Redução da alíquota do IPI para veículos equipados com motores elétricos ou híbridos por meio do Decreto 9.442/18;
- 5) IPI-Outros: 0,9970**
- Extensão aos quadriciclos e triciclos, classificados no código NCM 87.03, o tratamento tributário dispensado aos bens produzidos ao abrigo dos benefícios fiscais da Zona Franca de Manaus;
 - Redução das alíquotas aplicáveis aos videogames – Decreto 9.971/2019.
- 6) IRPJ: 0,9842 e CSLL: 0,9312**



- Alteração na lei do audiovisual, criada por meio da Lei 8.685/93. (Lei 13.594/18)
- Impacto das alterações na legislação do Programa de Regularização Tributária Rural (PRR), no IRPJ/CSLL, convertida na lei 13.606/18;
- Dedução do IRPJ e da CSLL devidos, do valor correspondente à aplicação da alíquota e adicional do IRPJ e da alíquota da CSLL sobre até 30% dos dispêndios realizados no País, desde que sejam classificáveis como despesas operacionais aplicados em pesquisa e desenvolvimento (Medida Provisória 843/18 que instituiu o Programa Rota 2030);
- Retorno à 15% das alíquotas aplicáveis às instituições financeiras (Lei 13.169/15);
- Prorrogação dos incentivos fiscais de redução do imposto de renda e reinvestimento para empreendimentos instalados nas áreas de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM e Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE.

7) COFINS: 0,9962 e PIS/PASEP: 0,9969

- Redução, para 0,1%, da alíquota do Reintegra (Decreto 9.393/18);
- Reoneração da folha de pagamentos para setores específicos da economia – Lei 13.670/18: a reoneração da folha afeta somente a Cofins que, teve sua incidência, na importação, reduzida em 1%, para determinados produtos que estavam relacionados na legislação sobre a desoneração da folha;
- Redução da alíquota específica incidente sobre o óleo diesel (Decreto 9.391/18).

8) Outras Receitas Administradas-Demais: 0,9462

- Efeito estimado do PERT do Simples Nacional na arrecadação dos parcelamentos existentes.

E) RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS

Acrescentou-se, a título de receitas extraordinárias, o valor de **R\$ 2.667 milhões**.

As receitas extraordinárias, como regra, decorrem da recuperação de arrecadação referente a fatos geradores passados, em função da atuação direta da administração tributária, seja pela aplicação de autos de infração ou pela cobrança de débitos em atraso.

Cabe ressaltar que essas receitas não guardam nenhuma relação com qualquer parâmetro nem se processam em períodos regulares.

F) PREVISÃO DAS RESTITUIÇÕES

A previsão de restituições ficou em **R\$ 61.097 milhões**. Nessa estimativa foi considerado o efeito, das alterações promovidas por meio da Lei 13.670/18 em relação aos procedimentos de reconhecimento contábil da compensação financeira na arrecadação líquida, em especial, a possibilidade de utilização de créditos tributários de tributos fazendários com débitos de natureza previdenciária.

G) TABELA DE EFEITOS – JAN/DEZ 2019

A seguir, é apresentada uma tabela que mostra a aplicação de efeitos numa base de 12 meses. Esta tabela não leva em consideração a realização da arrecadação bruta no período de janeiro a abril de 2019.



Principais alterações em relação à revisão do PLOA 2019.

1. Incorporação do resultado da arrecadação referente aos meses de janeiro a outubro de 2019;
2. Revisão da projeção dos levantamentos de depósitos judiciais;
3. Revisão da legislação tributária, com a incorporação dos efeitos esperados, na arrecadação, em decorrência da publicação da Lei 13.799/19, da conversão da Medida Provisória 843/2018 (Lei 13.755/18), da publicação do Decreto 9.897/19 que altera a tributação de bebidas e do Decreto 9.971/2019, referente à tributação de videogames;
4. Revisão dos parâmetros macroeconômicos.





PREVISÃO DE ARRECAÇÃO DAS RECEITAS ADMINISTRADAS PELA RFB - 2019 (EXCETO CPSSS)
Parâmetros SPE - Versão: 31/out/19
CONSOLIDAÇÃO DAS PLANILHAS MENSUAIS
JAN-DEZ/19 - ARRECAÇÃO BRUTA: NÃO CONSIDERA A REALIZAÇÃO DA ARRECAÇÃO
(A PREÇOS CORRENTES)
2019

RECEITAS	ARRECAÇÃO BASE - 2018 (1)	ARRECAÇÃO ATUAL (2)	BASE ANALISADA (3)	EFETOS BÁSICOS (Média)			PREVISÃO 2019 (7)	RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS (8)	BRUTA (9)	RESTITUIÇÃO (12 MESES) (10)	LÍQUIDA (11)	PREV. DO RELATÓRIO (12)	DIFERENÇA (12) (11) (13)
				PREÇO (4)	QUANT. (5)	LEGISL. (6)							
IMPOSTO SOBRE A IMPORTAÇÃO	40.692	-	40.692	1,0756	1,0155	0,9826	43.672	765	44.437	(575)	43.863	43.271	(592)
IMPOSTO SOBRE A EXPORTAÇÃO	15	-	-	1,0979	1,0079	1,0000	17	-	17	42	59	81	22
IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	54.606	-	54.606	-	-	-	57.727	1.060	58.787	(2.937)	55.850	53.740	(2.109)
I.P.I. - FUMO	5.141	-	5.141	1,0000	0,9170	1,0000	4.714	118	4.832	252	5.084	5.526	441
I.P.I. - BEBIDAS	2.510	-	2.510	1,0000	1,0246	1,1270	2.899	70	2.969	428	3.397	3.308	(88)
I.P.I. - AUTOMÓVEIS	4.318	-	4.318	1,0320	1,1064	0,9982	4.921	95	5.016	1.915	6.931	6.113	(819)
I.P.I. - VINCULADO À IMPORTAÇÃO	18.014	-	18.014	1,0733	1,0156	1,0000	19.636	517	19.953	(247)	19.706	19.505	(200)
I.P.I. - OUTROS	24.622	-	24.622	1,0418	0,9990	0,9973	25.557	460	26.017	(5.283)	20.732	19.288	(1.444)
IMPOSTO SOBRE A RENDA	390.834	(6.053)	384.781	-	-	-	399.470	6.350	405.820	(23.371)	380.449	397.595	17.146
I.R. - PESSOA FÍSICA	33.989	(2.735)	33.989	1,0357	1,0037	1,0000	35.335	580	35.915	(32)	35.883	37.416	1.532
I.R. - PESSOA JURÍDICA	141.856	(2.735)	139.121	1,0463	1,0092	0,9794	143.871	2.529	146.400	(32.171)	114.229	130.204	15.975
I.R. - RETIDO NA FONTE	214.990	(3.318)	211.672	-	-	-	220.263	3.242	223.505	6.832	230.337	229.975	(362)
I.R.R.F. - RENDIMENTOS DO TRABALHO	118.417	-	118.417	1,0438	1,0000	1,0000	123.589	1.812	125.411	(8.751)	116.659	118.761	2.102
I.R.R.F. - RENDIMENTOS DO CAPITAL	51.872	(718)	51.154	0,9562	1,0523	1,0000	51.475	810	52.303	7.009	59.312	57.884	(1.428)
I.R.R.F. - RENDIMENTOS DE RESIDENTES NO EXTERIOR	32.616	(2.600)	30.016	1,0641	1,0153	1,0000	32.428	390	32.818	7.230	40.048	39.356	(692)
I.R.R.F. - OUTROS RENDIMENTOS	12.085	-	12.085	1,0466	1,0090	1,0000	12.763	210	12.973	1.344	14.318	13.974	(344)
I.O.F. - IMPOSTO S/ OPERAÇÕES FINANCEIRAS	36.340	-	36.340	1,0462	1,0090	1,0000	38.361	621	38.982	268	39.251	39.820	569
I.T.R. - IMPOSTO TERRITORIAL RURAL	1.503	(0)	1.502	1,0466	1,0000	1,0000	1.572	21	1.593	30	1.623	1.688	66
CONVENIADO	1.352	(0)	1.352	1,0466	1,0000	1,0000	1.415	18	1.434	30	1.463	1.520	56
NÃO CONVENIADO	150	(0)	150	1,0466	1,0000	1,0000	157	2	159	-	159	169	10
COFINS - CONTRIBUIÇÃO SEGURIDADE SOCIAL	242.314	(215)	242.099	1,0469	1,0089	0,9944	254.272	4.070	258.342	(12.689)	245.653	239.884	(5.769)
CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	64.535	(48)	64.489	1,0470	1,0089	1,0037	68.368	1.082	69.450	(1.459)	67.991	65.846	(2.145)
CSLL - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL S/ LUCRO LÍQUIDO	78.857	(1.175)	77.682	1,0462	1,0093	0,9484	77.792	1.367	79.159	(5.722)	73.437	82.123	8.686
CIDE - COMBUSTÍVEIS	3.910	-	3.910	1,0000	0,6545	1,0000	2.559	-	2.559	(48)	2.511	2.862	351
CONTRIBUIÇÃO PARA O FUNDAP	380	-	380	1,0448	1,0097	1,0000	401	10	411	884	1.295	1.099	(196)
OUTRAS RECEITAS ADMINISTRADAS	34.164	(6.991)	27.173	-	-	-	27.700	254	27.954	(8.785)	19.169	20.361	1.192
RECEITAS DE LOTERIAS	4.909	-	4.909	1,0464	1,0000	1,0000	5.137	-	5.137	-	5.137	5.371	234
CIDE-REMESSAS AO EXTERIOR	3.650	-	3.650	1,0782	1,0088	1,0000	3.970	51	4.021	810	4.832	5.073	242
DEMAIS	25.605	(6.991)	18.614	1,0463	1,0089	0,9462	18.594	203	18.796	(9.596)	9.201	9.917	716
SUBTOTAL (A)	948.149	(14.480)	933.653	-	-	-	971.911	15.600	987.511	(56.362)	931.149	948.369	17.220
RECEITA PREVIDENCIÁRIA (B)	417.131	-	417.131	1,0369	1,0012	1,0079	436.506	(9.600)	426.906	(30.992)	395.914	402.282	6.369
RECEITA ADMINISTRADA PELA RFB (C)=(A)-(B)	1.365.280	(14.480)	1.350.784	-	-	-	1.408.417	6.000	1.414.417	(87.354)	1.327.063	1.350.652	23.589



ANEXO III - Memória de Cálculo das Receitas Previdenciárias
Secretaria da Receita Federal do Brasil (LDO-2019, Art. 59, § 3º, Incisos I e IV)

ESTIMATIVA DE ARRECADAÇÃO DAS RECEITAS FEDERAIS ADMINISTRADAS PELA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL – 2019

(Receitas Previdenciárias)

NOTA METODOLÓGICA – 11/11/19

CONSIDERAÇÕES GERAIS

A presente estimativa de arrecadação das contribuições previdenciárias administradas pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil – RFB foi elaborada, para o ano de 2019, tomando-se por base a arrecadação efetivamente realizada dos meses de janeiro a outubro de 2019, a arrecadação prevista para os meses de novembro e dezembro de 2019, os parâmetros estabelecidos pela Secretaria de Política Econômica – SPE em 31/10/19 e as modificações na legislação tributária.

Os parâmetros básicos principais de 31/10/19 e respectivas variações médias, projetadas para o ano de 2019 em relação a 2018, foram os seguintes:

Índice Ponderado (55% IPCA e 45% IGP): 4,61%
PIB: 0,90%
Massa Salarial: 3,80%
Salário Mínimo: 4,61%

A arrecadação-base 2018 foi ajustada em função, principalmente, da ocorrência de receitas atípicas verificadas durante o período base.

À base ajustada foram aplicados, mês a mês, indicadores específicos relativos a preço, quantidade e efeitos decorrentes de alterações da legislação tributária: IER - Índice Ponderado (55% IPCA e 45% IGP-DI), crescimento do PIB, variação da massa salarial, aumento do salário mínimo e do teto previdenciário.

No caso específico dessa revisão, foi adicionado, ainda, o valor efetivamente realizado nos meses de janeiro a agosto de 2019.

Assim o valor da previsão da arrecadação das receitas previdenciárias, para o ano de 2019, está estruturado na tabela abaixo.

PREVISÃO DE ARRECADAÇÃO DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - 2019

UNIDADE: R\$ MILHÕES

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
1) NOV-DEZ (PREVISÃO DA RECEITA BRUTA)	88.560
2) JAN-OUT (ARRECADAÇÃO EFETIVA DA RECEITA BRUTA)	343.436
3) JAN-DEZ (ARRECADAÇÃO/PREVISÃO DA RECEITA BRUTA (1 + 2))	431.966
4) JAN-DEZ (RESTITUIÇÕES)	(30.312)
5) JAN-DEZ (ARRECADAÇÃO/PREVISÃO DA RECEITA LÍQUIDA (3 - 4))	401.684

46



A seguir, o detalhamento da planilha básica (anexa) que consolida as planilhas mensais por tributo.

DETALHAMENTO (PLANILHA BÁSICA – EFEITOS)

Discriminação dos efeitos que influenciaram a estimativa de arrecadação para o ano de 2019.

A) EFEITO PREÇO: 1,0393 (ponderado de acordo com a participação mensal da arrecadação-base).

- Contribuição incidente sobre folha de pagamento: crescimento da massa salarial. Incorpora variação de preço e de quantidade;
- Contribuição incidente sobre receita/faturamento: índice ponderado (IER).

B) EFEITO QUANTIDADE: 1,0015 (ponderado de acordo com a participação mensal da arrecadação-base).

- Contribuição incidente sobre folha de pagamento: crescimento da massa salarial já considerado no efeito preço;
- Contribuição incidente sobre receita/faturamento: PIB.

C) EFEITO LEGISLAÇÃO: 1,0006 (ponderado de acordo com a participação mensal da arrecadação-base).

- Contribuição incidente sobre folha de pagamento: aumento do salário mínimo e do teto previdenciário, parcelamentos especiais PERT/PRT, efeitos do PRR – Lei 13.606/18 e da reoneração da folha – Lei 13.670/18.



ANEXO IV - Estimativa Atualizada do Resultado Primário das Empresas Estatais Federais (LDO - 2019, Art. 59, § 3º, Inciso V)



O resultado primário das empresas estatais federais, no conceito “acima da linha”, é calculado com base no regime de caixa, no qual são consideradas apenas as receitas genuinamente arrecadadas pelas empresas e abatidas todas as despesas correntes e de capital efetivamente pagas, inclusive dispêndios com investimentos. Excluem-se as amortizações de operações de crédito e as receitas e despesas financeiras. Para a apuração do resultado nominal, são consideradas as receitas e as despesas financeiras.

Considerando que as receitas e as despesas constantes do Programa de Dispêndios Globais – PDG das empresas estatais estão expressas segundo o “regime de competência”, para se chegar ao resultado primário instituiu-se a rubrica “Ajuste Critério Competência/Caixa”, onde são identificadas as variações das rubricas “Contas a Receber”, “Contas a Pagar” e “Receitas e Despesas Financeiras”.

Os dispêndios das instituições financeiras estatais também não afetam o resultado fiscal, uma vez que, por praticarem apenas intermediação financeira, suas atividades não impactam a dívida líquida do setor público.

Como se pode observar, o resultado primário das estatais é pautado, principalmente, na receita oriunda da venda de bens e serviços e nas demais receitas – operacionais e não operacionais. São considerados também os ingressos decorrentes de aportes de capital, bem como de outros recursos não resultantes da tomada de empréstimos e financiamentos junto ao sistema financeiro.

No que se refere à despesa, os gastos estimados com Pessoal e Encargos Sociais estão compatíveis com os planos de cargos e salários de cada empresa estatal e também com a política salarial a ser adotada pelo Governo Federal para as negociações dos acordos coletivos de trabalho em 2019. A rubrica Materiais e Produtos representa a previsão de gastos com a aquisição de matérias-primas, produtos para revenda, compra de energia, material de consumo e outros. Os dispêndios com Serviços de Terceiros resultam da contratação de serviços técnicos administrativos e operacionais, gastos com propaganda, publicidade e publicações oficiais e dos dispêndios indiretos com pessoal próprio. Na rubrica Tributos e Encargos Parafiscais, estão inseridos os pagamentos de impostos e contribuições incidentes sobre a receita, vinculados ao resultado e também relacionados aos demais encargos fiscais. Os Demais Custeios contemplam dispêndios com o pagamento de aluguéis em geral, de provisões para demandas trabalhistas, de participação dos empregados nos lucros ou resultados, bem como para a cobertura de eventuais déficits de planos de previdência complementar etc. Na rubrica Outros Dispêndios de Capital estão incluídas, principalmente, provisões para pagamento de dividendos pelas empresas estatais do setor produtivo e inversões financeiras em outras empresas, inclusive em Sociedade de Propósito Específico - SPE.



O valor dos investimentos representa os gastos destinados à aquisição de bens contabilizados no ativo imobilizado, necessários às atividades das empresas estatais do setor produtivo, excetuados os bens de arrendamento mercantil e os valores do custo dos empréstimos contabilizados no ativo imobilizado. Ademais, consideram-se investimentos também as benfeitorias realizadas em bens da União e as benfeitorias necessárias à infraestrutura de serviços públicos concedidos pela União. Esses dispêndios estão compatíveis com o Orçamento de Investimento constante na LOA 2019.

A projeção do resultado primário de responsabilidade das empresas estatais remanescentes, para 2019, está demonstrada na tabela a seguir:

RESULTADO PRIMÁRIO DAS EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS – 2019

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões	% PIB
I - Receitas	33.431	0,54
II - Despesas	33.964	0,52
Investimentos	1.281	0,04
Demais Despesas(*)	32.684	0,48
RESULTADO PRIMÁRIO (I-II)	(533)	0,01

PIB considerado: R\$ 7.159.610 milhões
 Obs. Valores positivos indicam "superávit".
 (*) Inclui Ajuste Metodológico

Observa-se que, embora a meta de déficit primário das empresas estatais federais, prevista no art. 2º da Lei nº 13.707, de 14 de agosto de 2018 (LDO 2019), seja de R\$ 3.500 milhões, a projeção atualizada é de déficit primário de R\$ 533 milhões. Esse resultado foi calculado com base na execução de setembro e na projeção orçamentária efetuada pelas empresas para os meses de outubro a dezembro desse exercício conforme estimativas usadas na elaboração do Programa de Dispêndios Globais de 2019.

Além do quadro acima, que atende a LDO, com a projeção de Resultado Primário das Estatais de forma consolidada, o quadro a seguir discrimina, a partir do Programa de Dispêndios Globais, o Resultado Primário por empresa estatal.



Resumo por Empresa

R\$ 1,00

Empresa	Setembro Real.	Reprojeção
ABGF	-14.662.525	-54.390.052
CASEMG	-894.272	-1.707.870
CDC	10.214.440	2.691.848
CDP	3.449.938	-4.780.483
CDRJ	-5.373.540	-4.298.190
CEAGESP	-1.335.605	-12.033.987
CEASAMINAS	2.056.027	5.044.959
CMB	-60.176.044	-96.217.833
CODEBA	6.834.012	1.072.291
CODERN	-3.962.231	-5.191.340
CODESA	-39.305.874	-49.723.295
CODESP	246.339.514	164.391.761
CODOMAR	0	1.097.483
CORREIOSPAR	-6.920.416	-2.633.524
DATAPREV	119.169.132	65.854.614
ECT	212.931.678	433.380.178
EMGEA	-603.504.318	-550.369.172
EMGEPRON	-58.668.928	-66.961.251
HEMOBRÁS	81.834.889	24.155.170
INFRAERO	87.312.182	-92.741.043
PPSA	-13.150.715	5.619.796
SERPRO	-154.073.141	-161.058.473
TELEBRAS	-157.031.953	-134.501.871
A. RESULTADO PRIMÁRIO PDG	(348.917.750)	(533.300.284)
B. Ajuste Metodológico *	(450.535.594)	
C = A - B - RESULTADO PRIMÁRIO PDG AJUSTADO	101.617.843	
D= RESULTADO PRIMÁRIO BANCO CENTRAL	(132.219.524)	
E= C-D - Discrepância PDG/Banco Central	233.837.368	

* Corresponde ao resultado das estatais que executam na Conta Única do Tesouro Nacional. Este valor é computado pelo BC no âmbito do Governo Central, na apuração abaixo da linha. Fonte: STN/setembro SERPRO, CEAGESP, CMB, CDRJ, CODEBA, CDC, CDP, CODERN, CODESP, CODESA, ECT



ANEXO V – Demais Receitas Primárias e Receitas Próprias e de Convênios

Demais Receitas (+ R\$ 18,8 milhões)

Doações (+ R\$ 2,9 milhões): o acréscimo ocorreu pela incorporação de valores arrecadados no bimestre.

Outras Contribuições Econômicas (- R\$ 25,2 milhões): os principais decréscimos estão explicados a seguir:

- - R\$ 11,9 milhões na “Contribuição sobre as Receitas das Concessionárias e Permissionárias de Energia Elétrica – Principal”;
- - R\$ 9,9 milhões na “Contribuição sobre o Faturamento das Empresas de Informática Instaladas nas Demais Regiões – Principal”;
- - R\$ 7,0 milhões na “Contribuição sobre a Receita Bruta das Empresas Prestadoras de Serviços de Telecomunicações – Principal”;

Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia (+ R\$ 234,7 milhões): as seguintes receitas tiveram suas estimativas revistas para um valor maior, as quais vêm sistematicamente arrecadando em patamares superiores ao previsto:

- + R\$ 132,4 milhões em “Multas Previstas em Legislação Específica - Principal” do Departamento de Polícia Rodoviária Federal;
- + R\$ 57,3 milhões em “Multas Previstas em Lei por Infrações ao Setor de Energia Elétrica - Principal” da ANEEL, por autos de infração pagos em setembro sem judicialização;
- + R\$ 20,3 milhões em “Multas Previstas em Legislação Específica - Principal” da ANS;
- + R\$ 17,2 milhões em “Multas Previstas em Legislação Específica – Dívida Ativa” do Ministério da Economia;
- + R\$ 17,1 milhões em “Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal” da ANVISA;
- + 14,0 milhões em “Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal” da CVM;
- + 13,3 milhões em “Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal” do INCRA; e
- + R\$ 12,7 milhões em “Multas Administrativas por Danos Ambientais - Principal” do IBAMA.

Esses acréscimos foram parcialmente compensados principalmente pela redução das estimativas das “Multas Previstas em Legislação Específica – Principal” do DNIT, no valor de R\$ 65,5 milhões; das “Multas Previstas em Legislação Específica – Principal” da ANTT, no valor de R\$ 15,5 milhões; das “Multas Previstas em Legislação Específica – Dívida Ativa” do Ibama, no valor de R\$ 13,9 milhões; das “Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização – Principal” do Ministério das Relações Exteriores, no valor de R\$ 12,5 milhões; e das “Multas Previstas em Legislação Específica – Principal” da ANP no valor de R\$ 11,6 milhões, todas em função de arrecadação menor que o previsto no 5º bimestre.

Taxas por Serviços Públicos (+ R\$ 13,5 milhões): o acréscimo nesse grupo concentrou-se em “Emolumentos e Custas Judiciais - Principal”, pela arrecadação R\$ 9,1 milhões maior que o previsto no bimestre.

Outras Contribuições Sociais (- R\$ 85,2 milhões): o principal decréscimo ocorreu na receita do “Adicional à Contribuição Previdenciária Rural – Principal”. Conforme mencionado nos outros



relatórios bimestrais de 2019, houve uma alteração na rotina de arrecadação e distribuição da receita de contribuição rural. Até setembro/2018 os valores eram recolhidos via GPS e repassados pelo INSS à Receita Federal, com posterior distribuição aos beneficiários legais via GRU. A partir de outubro/2018, com a implementação do e-social para arrecadação dessas receitas, parte dos valores passou a ser distribuída via Darf para os beneficiários. Desse modo, as variações da “Contribuição Industrial Rural – Principal” e do “Adicional à Contribuição Previdenciária Rural – Principal” precisam ser analisadas em conjunto. Neste bimestre, a Contribuição Industrial Rural teve sua estimativa acrescida em R\$ 45,7 milhões, enquanto o Adicional à Contribuição Previdenciária Rural teve sua estimativa reduzida em R\$ 115,9 milhões.

Pensões Militares (+ R\$ 27,4 milhões): a arrecadação de setembro e outubro foi superior ao previsto na estimativa anterior para esse bimestre. Por seguinte, houve aumento de 0,7% na estimativa anual em comparação com a avaliação anterior.

Honorários Advocatícios (+ R\$ 0,3 milhão): a variação ocorreu em “Ônus de Sucumbência” da Defensoria Pública.

Rendas da SPU (- R\$ 4,3 milhões): o principal decréscimo, no valor de R\$ 4,1 milhões, ocorreu em “Foros, Laudêmios e Tarifas de Ocupação - Principal”, correspondente ao montante arrecadado aquém do previsto no 5º bimestre.

Cota-Parte Adicional Frete Renovação Marinha Mercante (- R\$ 665,4 milhão): a arrecadação dessa receita ao longo de 2019 não foi regular, tendo ficado em média 18% abaixo da média mensal de 2018. Desse modo, o modelo de projeção foi alterado para média ponderada móvel dos últimos 12 meses de modo a ter melhor aderência nos meses ainda estimados.

DPVAT (- R\$ 3,8 milhões): houve pequena frustração de arrecadação no 5º bimestre.

Restituições (+ 350,8 milhões): as variações aconteceram pela efetiva arrecadação no 5º bimestre.

ATAERO (+ R\$ 21,8 milhões): o acréscimo na estimativa deveu-se à arrecadação no bimestre superior ao esperado na “Parcela da Tarifa de Embarque Internacional - Principal”.

Alienação de Bens (- R\$ 2,5 milhões): o pequeno acréscimo reflete arrecadação abaixo do esperado em “Alienação de Bens Imóveis – Principal”.

Outras (+ R\$ 153,8 milhões): os principais acréscimos foram: + R\$ 66,5 milhões em “Ressarcimento por Operadoras de Seguros Privados de Assistência a Saúde - Principal” e + R\$ 32,0 milhões em “Prêmios Prescritos de Concursos de Prognósticos - Principal”, devido à arrecadação efetiva registrada no bimestre.

Receitas Próprias (+ R\$ 297,0 milhões)

Convênios (+ R\$ 83,8 milhões): o acréscimo se deu em função de registros de arrecadação em unidades que não tinham estimativa registrada, ou cujo registro de arrecadação superou a estimativa outrora informada pelo órgão setorial.

Próprias Primárias – Fontes 50 e 63 (+ R\$ 213,2 milhões): de modo geral, em função da revisão da estimativa do crescimento real do PIB de 0,85% para 0,90%, várias receitas desse grupo tiveram pequenos acréscimos em suas projeções. Destaca-se, na tabela a seguir, as principais alterações, negativas e positivas, que tiveram influência significativa na variação total do grupo.



Natureza de Receita		Unidade Orçamentária		Avaliação do 4º Bimestre	Avaliação Atual	Diferença	Alteração
15000111	Receita Industrial - Principal	32397	INB	457.275.220	609.359.653	+152.084.433	Base externa inserida pelo órgão com a seguinte justificativa: "O desbloqueio de créditos realizados pelo Governo Federal, a partir do final de setembro, com a edição do Decreto 10.028/2019, da Portaria 5.776/2019 e outros, regularizou o limite de pagamentos da INB após 6 meses de forte contingenciamento. Desta forma, foi viabilizada a emissão de faturas relativas a eventos contratuais da 16ª Recarga de Angra 2, que, somadas as receitas obtidas envolvendo eventos da 15ª recarga de Angra 2 e da 25ª recarga de Angra 1, contribuíram para a projeção de receitas apresentada nesta 5ª reestimativa."
16100111	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	25303	INSS	33.106.681	101.097.466	+67.990.785	Segundo informações do órgão setorial em outubro houve arrecadação extraordinária de valores recuperados de anos anteriores.
16100111	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	44207	ICMBIO	63.543.501	109.437.854	+45.894.353	Houve arrecadação atípica em setembro e outubro nos valores respectivos de R\$ 28,8 e de R\$ 4,9 milhões e, segundo base externa inserida pelo órgão setorial, há previsão de outra arrecadação extraordinária no mês de novembro.
19220111	Restituição de Convênios - Primárias - Principal	25915	FAT	26.499.643	42.412.788	+15.913.145	O acréscimo corresponde exclusivamente à arrecadação ocorrida no 5º bimestre
19229911	Outras Restituições - Principal	36901	Fundo Nacional de Saúde	275.151.242	224.405.770	-50.745.472	Redução por meio de inserção de base externa pelo órgão setorial.

53

Página 54 de 69

Parte integrante do Avulso da MCN nº 13 de 2019.



Natureza de Receita				Unidade Orçamentária	Avaliação do 4º Bimestre	Avaliação Atual	Diferença	Alteração
16100111	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	25103	Secretaria da Receita Federal		1.002.764.062	971.289.426	-31.474.636	Arrecadou R\$ 31,3 milhões a menos no 5º bimestre, em função de uma arrecadação extraordinária em setembro/2019 que não se repetiu.
16100111	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	26271	Fundação Universidade de Brasília		68.197.967	42.963.656	-25.234.311	Retirada de base externa inserida pelo órgão setorial em momento anterior, uma vez que a projeção apresentada pela UNB não vem se confirmando, de modo que a arrecadação até o momento (de aprox. 40 milhões) está significativamente abaixo do valor estimado pela universidade (68,2 milhões). Sendo assim, a partir desse momento, por prudência, passou-se a adotar o valor projetado pelo SIOP.

6

54

Página 55 de 69

Parte integrante do Avulso da MCN nº 13 de 2019.



ANEXO VI - Histórico das Avaliações*

R\$ milhões				
Discriminação	PLOA-2019	LOA 2019	Avaliação 1º Bimestre	Avaliação 2º Bimestre
I. RECEITA TOTAL	1.574.861	1.574.861	1.545.121	1.545.832
I.1. Receita Administrada pela RFB (exceto RGPS)	961.808	961.808	950.648	945.238
I.1.1. Imposto de Importação	47.057	47.057	41.391	43.376
I.1.2. IPI	62.208	62.208	56.248	54.352
I.1.3. Imposto sobre a Renda	375.708	375.708	386.749	394.960
I.1.4. IOF	39.719	39.719	39.145	39.809
I.1.5. COFINS	265.461	265.461	256.455	245.299
I.1.6. PIS/PASEP	71.251	71.251	68.720	67.308
I.1.7. CSLL	75.181	75.181	77.624	76.797
I.1.8. CIDE - Combustíveis	2.838	2.838	2.714	2.665
I.1.9. Outras Administradas pela RFB	22.384	22.384	21.604	20.671
I.2. Incentivos Fiscais	0	0	0	-49
I.3. Arrecadação Líquida para o RGPS	419.812	419.812	413.082	413.511
I.3.1. Arrecadação Ordinária	409.838	409.838	402.881	402.981
I.3.2. Ressarcimento pela Desoneração da Folha	9.974	9.974	10.201	10.529
I.4. Receitas Não Administradas pela RFB	193.240	193.240	181.391	187.133
I.4.1. Concessões e Permissões	15.631	15.631	16.923	17.209
I.4.2. Complemento para o FGTS	5.985	5.985	5.346	5.366
I.4.3. Cont. Plano de Seg. do Servidor	14.681	14.681	14.522	14.217
I.4.4. Contribuição do Salário-Educação	21.622	21.622	21.972	21.542
I.4.5. Exploração de Recursos Naturais	73.296	73.296	61.681	65.263
I.4.6. Dividendos e Participações	7.489	7.489	6.720	8.376
I.4.7. Operações com Ativos	1.157	1.157	1.115	1.124
I.4.8. Receita Própria e de Convênios	14.843	14.843	14.837	15.423
I.4.9. Demais Receitas	38.537	38.537	38.276	38.613
II. TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	275.158	275.158	271.599	275.494
II.1. Cide combustíveis	821	821	780	759
II.2. Exploração de Recursos Naturais	44.665	44.665	38.061	39.703
II.3. Contribuição do Salário Educação	12.973	12.973	13.183	12.925
II.4. FPE/FPM/IPH-EE	207.071	207.071	208.742	211.771
II.5. Fundos Constitucionais	8.113	8.113	9.160	8.613
II.6. Demais	1.514	1.514	1.673	1.723
III. RECEITA LÍQUIDA (I - II)	1.299.703	1.299.703	1.273.521	1.270.338
IV. DESPESAS	1.438.703	1.438.693	1.412.521	1.409.119
IV.1. Benefícios Previdenciários ⁽¹⁾	637.852	637.852	631.158	630.158
IV.2. Pessoal e Encargos Sociais	325.860	324.937	326.153	325.005
IV.3. Outras Desp. Obrigatórias	222.866	207.080	212.736	213.085
IV.3.1. Abono e Seguro Desemprego	59.831	59.831	56.673	56.831
IV.3.2. Anistiados	275	275	275	275
IV.3.3. Auxílio à CDE	0	0	0	0
IV.3.4. Benefícios de Leg. Especial e Indenizações	895	895	900	900
IV.3.5. Benefícios de Prestação Continuada da LOAS / RMV	60.234	60.234	59.682	59.682
IV.3.6. Complemento para o FGTS	5.985	5.985	5.346	5.366
IV.3.7. Créditos Extraordinários	0	0	6.526	6.715
IV.3.8. Compensação ao RGPS pela Desoneração da Folha	9.974	9.974	10.201	10.529
IV.3.9. Fabricação de Cédulas e Moedas	951	951	951	951
IV.3.10. Fundef / Fundeb - Complementação	15.249	15.249	15.037	14.922
IV.3.11. Fundo Constitucional do DF (Custeio e Capital)	1.635	1.635	1.612	1.612
IV.3.12. Fundos FDA e FDNE	0	0	0	0
IV.3.13. Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)	13.318	13.267	13.153	13.346
IV.3.14. Lei Kandir e FEX	0	0	0	0
IV.3.15. Reserva de Contingência	14.590	0	0	0
IV.3.16. Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital) ⁽²⁾	17.519	17.519	17.519	17.519
IV.3.17. Subsídios, Subvenções e Proagro	18.678	17.483	20.375	19.820
IV.3.18. Transf. ANA-Receitas Uso Recursos Hídricos	282	282	289	295
IV.3.19. Transferência Multas ANEEL	946	946	938	917
IV.3.20. Impacto Primário do FIES	2.505	2.505	3.258	3.405
IV.3.21. Financiamento de Campanha Eleitoral	0	0	0	0
IV.4. Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira	252.125	268.874	242.475	240.871
IV.4.1. Obrigatórias com Controle de Fluxo	139.495	139.495	142.679	143.241
IV.4.2. Discrecionárias	112.630	129.379	99.796	97.630
V. PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV)	-139.000	-138.990	-139.000	-138.781
V.1. Resultado do Tesouro	79.040	79.050	79.076	77.866
V.2. Resultado da Previdência Social	-218.040	-218.040	-218.076	-216.647
VI. AJUSTE METODOLÓGICO	0	0	0	0
VII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	0	0	0	0
VIII. PRIMÁRIO ABAIXO DA LINHA (V+VI+VII)	-139.000	-138.990	-139.000	-138.781

(1) Inclusive COMPREV, Sentenças Judiciais e Precatórios Previdenciários.

(2) Exclusive Sentenças Judiciais e Precatórios de Pessoal, FRGPS e FNAS.

Fontes: SOF/FAZENDA/ME; STN/FAZENDA/ME.
Elaboração: SOF/FAZENDA/ME.

* Equivale ao Quadro 9 da LOA 2019.

R\$ milhões					
Discriminação	Avaliação 3º Bimestre	Avaliação 4º Bimestre	Avaliação Extemporânea de Outubro	Avaliação Extemporânea de Novembro	Avaliação 5º Bimestre
I. RECEITA TOTAL	1.540.536	1.547.470	1.607.173	1.629.713	1.634.648
I.1. Receita Administrada pela RFB (exceto RGPS)	939.286	947.568	945.736	945.736	946.073
I.1.1. Imposto de Importação	42.602	42.914	42.946	42.946	42.901
I.1.2. IPI	54.225	53.250	53.631	53.631	53.553
I.1.3. Imposto sobre a Renda	393.015	394.966	393.956	393.956	397.619
I.1.4. IOF	39.307	39.591	39.966	39.966	40.300
I.1.5. COFINS	239.554	241.562	240.632	240.632	238.617
I.1.6. PIS/PASEP	66.285	66.281	65.939	65.939	65.414
I.1.7. CSLL	79.156	82.487	81.833	81.833	82.850
I.1.8. CIDE - Combustíveis	2.652	2.861	2.851	2.851	2.852
I.1.9. Outras Administradas pela RFB	22.490	23.656	23.982	23.982	21.968
I.2. Incentivos Fiscais	-49	-49	-49	-49	-49
I.3. Arrecadação Líquida para o RGPS	414.988	412.927	413.075	413.075	411.886
I.3.1. Arrecadação Ordinária	404.602	402.522	402.670	402.670	401.684
I.3.2. Ressarcimento pela Desoneração da Folha	10.387	10.405	10.405	10.405	10.202
I.4. Receitas Não Administradas pela RFB	186.310	187.024	248.410	270.950	276.738
I.4.1. Concessões e Permissões	17.067	8.716	70.102	92.642	92.659
I.4.2. Complemento para o FGTS	5.322	5.298	5.298	5.298	5.297
I.4.3. Cont. Plano de Seg. do Servidor	14.125	14.072	14.072	14.072	13.919
I.4.4. Contribuição do Salário-Educação	21.775	21.742	21.742	21.742	21.539
I.4.5. Exploração de Recursos Naturais	66.369	65.236	65.236	65.236	66.331
I.4.6. Dividendos e Participações	8.449	16.052	16.052	16.052	20.764
I.4.7. Operações com Ativos	1.129	1.137	1.137	1.137	1.141
I.4.8. Receita Própria e de Convênios	15.462	15.389	15.389	15.389	15.686
I.4.9. Demais Receitas	36.612	39.382	39.382	39.382	39.401
II. TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	276.155	276.630	276.426	288.095	290.256
II.1. Cide combustíveis	762	815	821	821	821
II.2. Exploração de Recursos Naturais	40.890	40.199	40.199	40.199	40.717
II.3. Contribuição do Salário Educação	13.065	13.045	13.045	13.045	12.924
II.4. FPE/FPM/IFI-EE	210.909	211.327	211.076	211.076	212.562
II.5. Fundos Constitucionais	8.796	9.496	9.485	9.485	9.755
II.6. Demais	1.732	1.748	1.801	13.469	13.478
III. RECEITA LÍQUIDA (I - II)	1.264.381	1.270.840	1.330.746	1.341.617	1.344.392
IV. DESPESAS	1.403.381	1.409.840	1.469.746	1.463.849	1.459.388
IV.1. Benefícios Previdenciários	630.860	630.960	630.960	630.960	629.348
IV.2. Pessoal e Encargos Sociais	324.594	318.801	318.801	318.801	318.801
IV.3. Outras Desp. Obrigatórias	209.312	208.321	208.475	208.475	205.451
IV.3.1. Abono e Seguro Desemprego	56.831	56.831	56.831	56.831	56.831
IV.3.2. Anistiados	275	275	275	275	275
IV.3.3. Auxílio à CDE	0	0	0	0	0
IV.3.4. Benefícios de Leg. Especial e Indenizações	900	900	900	900	900
IV.3.5. Benefícios de Prestação Continuada da LOAS / RMV	59.888	59.888	59.888	59.888	59.888
IV.3.6. Complemento para o FGTS	5.322	5.298	5.298	5.298	5.297
IV.3.7. Créditos Extraordinários	4.857	4.824	4.824	4.824	4.904
IV.3.8. Compensação ao RGPS pela Desoneração da Folha	10.387	10.405	10.405	10.405	10.202
IV.3.9. Fabricação de Cédulas e Moedas	951	951	951	951	951
IV.3.10. Fundef / Fundeb - Complementação	14.922	14.922	14.922	14.922	17.515
IV.3.11. Fundo Constitucional do DF (Custeio e Capital)	1.612	1.727	1.727	1.727	1.749
IV.3.12. Fundos FDA e FDNE	0	0	0	0	0
IV.3.13. Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)	13.331	13.425	13.571	13.571	13.262
IV.3.14. Lei Kandir e FEX	0	0	0	0	0
IV.3.15. Reserva de Contingência	0	0	0	0	0
IV.3.16. Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	16.054	16.063	16.072	16.072	16.181
IV.3.17. Subsídios, Subvenções e Proagro	19.278	18.186	18.186	18.186	14.548
IV.3.18. Transf. ANA-Receitas Uso Recursos Hídricos	294	286	286	286	283
IV.3.19. Transferência Multas ANEEL	930	930	930	930	994
IV.3.20. Impacto Primário do FIES	3.480	3.410	3.410	3.410	1.671
IV.3.21. Financiamento de Campanha Eleitoral	0	0	0	0	0
IV.4. Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira	238.616	251.758	311.510	305.613	305.788
IV.4.1. Obrigatórias com Controle de Fluxo	143.238	144.004	144.164	144.164	144.339
IV.4.2. Discricionárias	95.378	107.754	167.346	161.449	161.449
V. PRIMARIO GOVERNO CENTRAL (III - IV)	-139.000	-139.000	-139.000	-122.232	-114.996
V.1. Resultado do Tesouro	76.872	79.032	78.885	95.653	102.465
V.2. Resultado da Previdência Social	-215.872	-218.032	-217.885	-217.885	-217.461
VI. AJUSTE METODOLÓGICO	0	0	0	0	0
VII. DISCREPANCIA ESTATÍSTICA	0	0	0	0	0
VIII. PRIMARIO ABAIXO DA LINHA (V+VI+VII)	-139.000	-139.000	-139.000	-122.232	-114.996

(1) Inclusive COMPREV, Sentenças Judiciais e Precatórios Previdenciários.

(2) Exclusive Sentenças Judiciais e Precatórios de Pessoal, FRGPS e FNAS.

Fontes: SOF/FAZENDA/ME; STN/FAZENDA/ME.
Elaboração: SOF/FAZENDA/ME.



ANEXO VII - Mínimos Constitucionais de Saúde e de Educação

Mínimo Constitucional de Saúde (EC nº 95/2016) Avaliação 5º Bimestre

Discriminação	R\$ milhões
A. Mínimo ASPS 2018	112.360,8
B. Percentual Aplicação (IPCA 12 meses) ¹	4,39%
C. Valor Mínimo para 2019 (C) = (A)*(1+B)	117.293,4
D. Projeção de ASPS para 2019	121.298,7
E. Dotações ASPS que não compõem a base de cálculo do Mínimo do exercício ²	1.862,6
<i>Devolução RAPs Cancelados ou Prescritos (art. 24, §2º)</i>	1.469,8
<i>Fonte 42 - Compensação Petróleo (Liminar na ADI 5595/DF)</i>	392,8
F. Despesas ASPS Base de Cálculo do Mínimo do Ano (F) = (D-E)	119.436,1
G. (+) Excesso ou (-) Necessidade de ASPS em relação ao Mínimo (G) = (F-D)	2.142,6

Fonte/Elaboração: SOF/FAZENDA/ME

(1) De acordo com o art. 110 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

(2) Dotações classificadas com ASPS que não compõem a base de cálculo do Mínimo do ano, conforme arts. 24 e 25 da LC nº 141/2012: (i) devolução de RAPs de exercícios anteriores; (ii) dotações financiadas com fontes de operações de crédito; (iii) recomposição de ASPS de outros exercícios; (iv) dotações financiadas com fonte 42 - Compensação Petróleo (Liminar na ADI nº 5595/DF; com a suspensão da eficácia do art. 3º da EC nº 86/2015, torna-se aplicável o art. 4º da Lei nº 12.858/2013).

Mínimo Constitucional de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Avaliação 5º Bimestre

Discriminação	R\$ milhões Dotação Atual 2019
A. DESPESA MDE (DO MÍNIMO CONSTITUCIONAL) (B+C) ⁽¹⁾	66.575,3
B. DESPESAS NÃO SUJEITAS A LIMITES	56.662,9
Pessoal e Encargos	48.150,4
Benefícios ao Servidor	3.112,6
Complementação da União ao FUNDEB (30% da Complementação Total)	4.574,6
Outras Despesas Obrigatórias MEC	825,3
C. DESPESAS SUJEITAS A LIMITES	9.912,4
D. MÍNIMO CONSTITUCIONAL MDE 2018 ⁽²⁾	50.450,4
E. PERCENTUAL DE APLICAÇÃO (IPCA 12 meses) ⁽³⁾	4,39%
F. VALOR MÍNIMO PARA 2019	52.665,2
G. EXCESSO (+) OU FRUSTRAÇÃO (-) EM RELAÇÃO AO MÍNIMO (A - F)	13.910,1

Fonte/Elaboração: SOF/FAZENDA/ME

(1) IDUSO 8 financiado por Fonte 00 - Recursos Ordinários

(2) Mínimo de 2018, conforme o art. 110 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT

(3) De acordo com o art. 110 do ADCT

57



ANEXO VIII - Disposições Legais

O art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, LRF dispõe que, se verificado ao final de um bimestre que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes, o Ministério Público da União - MPU e a Defensoria Pública da União - DPU promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO.

A Lei nº 13.707, de 14 de agosto de 2018, Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2019, LDO-2019, por sua vez, estabelece, em seu art. 59, que, caso seja necessário efetuar limitação de empenho e movimentação financeira de que trata o art. 9º da LRF, o Poder Executivo apurará o montante necessário e informará a cada órgão orçamentário dos Poderes Legislativo e Judiciário, do MPU e da DPU até o vigésimo segundo dia após o encerramento do bimestre.

Adicionalmente, o § 3º do citado art. 59 determina ao Poder Executivo divulgar na internet e encaminhar ao Congresso Nacional relatório que será apreciado pela Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição, contendo:

I - a memória de cálculo das novas estimativas de receitas e despesas primárias e a demonstração da necessidade da limitação de empenho e movimentação financeira nos percentuais e montantes estabelecidos por órgão;

II - a revisão dos parâmetros e das projeções das variáveis de que tratam o inciso XXI do Anexo II e o Anexo de Metas Fiscais;

III - a justificativa das alterações de despesas obrigatórias, explicitando as providências que serão adotadas quanto à alteração da dotação orçamentária, bem como os efeitos dos créditos extraordinários abertos;

IV - os cálculos relativos à frustração das receitas primárias, que terão por base demonstrativos atualizados de que trata o inciso XI do Anexo II, e demonstrativos equivalentes, no caso das demais receitas, justificando os desvios em relação à sazonalidade originalmente prevista;

V - a estimativa atualizada do resultado primário das empresas estatais, acompanhada da memória dos cálculos referentes às empresas que responderem pela variação;

VI - a justificativa dos desvios ocorridos em relação às projeções realizadas nos relatórios anteriores;

VII - detalhamento das dotações relativas às despesas obrigatórias com controle de fluxo financeiro, com a identificação dos respectivos órgãos, programas, ações e valores envolvidos; e



Cumpra ainda ressaltar que, apesar de o art. 9º da LRF exigir avaliação da receita orçamentária, torna-se também necessário proceder, para fins de uma completa avaliação para cumprimento das metas, à análise do comportamento das despesas primárias de execução obrigatória, uma vez que suas reestimativas em relação às dotações constantes da LOA podem afetar a obtenção do referido resultado.



ANEXO IX – Demonstrativo Transferências Constitucionais

R\$ milhões

Discriminação	LOA (a)	Avaliação (b)	Espaço para Crédito (b) - (a)
I. TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	275.157,9	290.282,5	15.124,6
II.1. Cide combustíveis	821,4	820,8	(0,6)
0999 - Recursos para a Repartição da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE-Combustíveis	823,0	827,1	4,1
Float	(1,6)	(6,3)	(4,7)
II.2. Compensações Financeiras	44.664,7	40.716,9	(3.947,8)
0A53 - Transferências das Participações pela Produção de Petróleo e Gás Natural (Lei nº 9.478, de 1997)	39.875,9	34.252,1	(5.623,8)
PO Pagamento Sentença de Correção Monetária		81,6	81,6
0223 - Transferência de Cotas-Partes da Compensação Financeira - Tratado de ITAIPU (Lei nº 8.001, de 1990 - Art. 1º)	889,7	893,0	3,3
0546 - Transferências de Cotas-Partes da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos para fins de	1.501,4	1.475,8	(25,6)
0547 - Transferências de Cotas-Partes da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (Lei nº 8.001,	2.397,7	4.014,3	1.616,6
II.3. Contribuição do Salário Educação	12.973,3	12.923,7	(49,7)
0369 - Transferência da Cota-Parte do Salário-Educação (Lei nº 9.424, de 1996 - Art. 15)	12.973,3	12.923,7	(49,7)
II.4. FPE/FPM/IPI-EE	207.071,4	212.562,3	5.490,9
0044 - Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - FPE (CF, art. 159)	75.321,6	77.593,1	2.271,5
0045 - Fundo de Participação dos Municípios - FPM (CF, art. 159)	87.583,2	90.224,6	2.641,3
0046 - Transferência da Cota-Parte dos Estados e DF Exportadores na Arrecadação do IPI (CF, Art. 159)	4.976,7	4.284,2	(692,4)
0C33 - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação -	39.780,8	40.769,9	989,1
FLOAT	(590,90)	(309,54)	281,4
II.5. Subsídio aos Fundos Constitucionais	8.113,4	9.781,0	1.667,6
0029 - Financiamento aos Setores Produtivos da Região Centro-Oeste	2.627,5	2.745,4	117,9
0030 - Financiamento aos Setores Produtivos do Semiárido da Região Nordeste	3.941,2	4.118,1	176,9
0031 - Financiamento aos Setores Produtivos da Região Nordeste	3.941,2	4.118,1	176,9
0534 - Financiamento aos Setores Produtivos da Região Norte (FNO)	2.627,5	2.745,4	117,9
Superávit Fundos	-5.024,0	-3.946,1	1.078,0
II.5. Demais	1.513,7	13.477,8	11.964,2
006M - Transferência do Imposto Territorial Rural	1.091,1	1.332,4	241,3
0C33 - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação -	272,8	333,1	60,3
00H6 - Transferência do Imposto sobre Operações Financeiras Incidentes sobre o Ouro (Lei nº 7.766, de 1989)	35,2	26,5	(8,7)
0169 - Transferência de Concursos de Prognósticos (Lei nº 9.615, de 1998)	-		-
0C03 - Transferência de Recursos Decorrentes de Concessões Florestais (Lei nº 11.284, de 2006 - Art. 39)	2,6	4,4	1,7
00PX - Transferência de Recursos Arrecadados por Taxa de Ocupação, Foro e Laudêmio	112,0	112,7	0,7
00RX - Transferência a Estados, Distrito Federal e Municípios de parte dos valores arrecadados com os leilões dos volumes	-	11.668,8	11.668,8

Fonte: SOF/FAZENDA/ME e STN/FAZENDA/ME

Elaboração: SOF/FAZENDA/ME

60



ANEXO X – Demonstrativo Despesas Obrigatórias com Subsídios, Subvenções e Proagro

		R\$ milhões			
Ação		LOA 2019 - Orçamentária (a)	Avaliação 5º Bimestre Orçamentário (b)	Float (c = d-b)	Avaliação 5º Bimestre Financeiro (d)
TOTAL GERAL		17.916,5	14.146,5	401,6	14.548,1
Total Orçamentário e Financeiro		15.774,2	13.393,0	381,8	13.774,9
009J	Subvenção Econômica nos Financiamentos destinados à Reestruturação Produtiva e às Exportações (Lei nº 11.529, de 2007) - REVITALIZA	6,1	6,1	-0,5	5,6
00GW	Subvenção Econômica para Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos da Agricultura Familiar (Lei nº 8.427, de 1992)	50,0	25,0	-1,6	23,4
00GZ	Subvenção Econômica nas Aquisições do Governo Federal de Produtos da Agricultura Familiar e na Formação de Estoques Reguladores e Estratégicos - AGF-AF (Lei nº 8.427, de 1992)	18,0	0,0	0,0	0,0
0281	Subvenção Econômica em Operações no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF (Lei nº 8.427, de 1992)	3.473,6	2.843,6	-159,7	2.684,0
0294	Subvenção Econômica nas Operações de Custeio Agropecuário (Lei nº 8.427, de 1992)	2.217,5	1.240,5	-65,5	1.175,0
0297	Subvenção Econômica para Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana (Leis nº 9.126, de 1995)	60,1	52,1	0,0	52,1
0298	Subvenção Econômica em Operações de Comercialização de Produtos Agropecuários (Lei nº 8.427, de 1992)	40,4	40,4	-16,5	24,0
0299	Subvenção Econômica nas Aquisições do Governo Federal e na Formação de Estoques Reguladores e Estratégicos - AGF (Lei nº 8.427, de 1992)	382,0	289,0	-3,3	285,7
0300	Subvenção Econômica para Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários (Lei nº 8.427, de 1992)	630,0	390,0	-123,4	266,6
0301	Subvenção Econômica em Operações de Investimento Rural e Agroindustrial (Lei nº 8.427, de 1992)	2.308,6	1.576,8	-4,6	1.572,3
0611	Subvenção Econômica para Operações decorrentes do Alongamento de Dívidas Originárias de Crédito Rural (Leis nº 9.138, de 1995, nº 9.866, de 1999, nº 10.437, de 2002, e nº 11.775, de 2008) - PESA	2.090,2	1.277,1	0,0	1.277,1
00PL	Subvenção Econômica em Operações Contratadas no âmbito do Programa FAT Giro Rural (Lei nº 11.775, de 2008)	10,0	0,0	0,0	0,0
00EI	Subvenção Econômica nas Operações de Financiamento para a Estocagem de Alcool Combustível e para Renovação e Implantação de Canaviais (Lei nº 12.613, de 2012)	10,6	10,6	4,1	14,7
0267	Subvenção Econômica em Operações no âmbito do Programa de Financiamento às Exportações - PROEX (Lei nº 10.184, de 2001)	1.600,0	300,0	-12,8	287,2
0E85	Subvenção Econômica em Operações de Financiamento para a Aquisição de Bens e Serviços de Tecnologia Assistiva Destinados a Pessoas com Deficiência (Lei nº 12.613, de 2012)	10,0	10,0	-2,9	7,1
000K	Subvenção Econômica em Operações de Financiamento no âmbito do Programa de Sustentação do Investimento - PSI e do Programa Emergencial de Reconstrução de Municípios Afetados por Desastres Naturais (Leis nº 12.096, de 2009 e nº 12.409, de 2011)	2.226,1	2.585,0	677,6	3.262,6
00P4	Subvenção Econômica nas Operações de Crédito Rural para empreendimentos localizados em áreas de abrangência da SUDENE ou da SUDAM ou para atendimento de Decisão Judicial (Leis nº 12.844/2013 e nº 13.340/2016)	0,0	1.849,0	96,9	1.945,9
00M3	Subvenção Econômica nas Operações de Financiamento ao Setor Produtivo para o Desenvolvimento Regional (Lei nº 12.712, de 2012)	46,3	46,3	-6,2	40,1
0265	Indenizações e Restituições relativas ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - PROAGRO (Lei nº 8.171, de 1991) - Proagro	437,2	695,1	0,0	695,0
0A27	Equalização de Juros nos Financiamentos ao Agronegócio Café (Lei nº 8.427, de 1992) - FUNCAFÉ	156,4	156,4	0,0	156,4
002E	Equalização de Juros no Âmbito do Programa de Incentivo à Implementação de Projetos de Interesse Social - PIPS (Lei nº 10.735, de 2003)	1,0	0,0	0,0	0,0
0EC1	Subvenção Econômica nas Operações de Crédito Rural para Empreendimentos Localizados na Área de Abrangência da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE ou da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM (Leis nº 13.340, de 2016 e nº 13.729, de 2018)	0,1	0,0	0,0	0,0
Total Net Lending		2.142,3	753,5	19,7	773,3

61



ANEXO XI – Demonstrativo Reserva para ampliação de limites de empenho**Reserva para ampliação de limites de empenho - Decreto nº 10.079, de 23 de outubro de 2019 - Extemporâneo Outubro****Valor inicial - Decreto 9.943, (art. 8º, inciso I) 60.645.006.552****Utilização (b) 39.414.135.859**

Portaria nº 7713, de 25 de outubro de 2019 13.200.000

Portaria nº 7786, de 25 de outubro de 2019 2.061.056.387

Portaria nº 7854, de 25 de outubro de 2019 2.466.096.522

Portaria nº 7926, de 29 de outubro de 2019 231.957.523

Portaria nº 8065, de 29 de outubro de 2019 34.600.000.000

Portaria nº 9020, de 04 de novembro de 2019 41.116.951

Portaria nº 10110, de 11 de novembro de 2019 708.476

Saldo (c) = (a) - (b) 21.230.870.693**Reserva para ampliação de limites de empenho - Decreto nº 10.028, de 26 de setembro de 2019 - 4º Bimestre****Valor inicial - Decreto 9.943, (art. 8º, inciso I) 3.275.810.057****Utilização (b) 66.820.000**

Portaria SEF nº 4.838, de 4/10/2019 1.000.000

Portaria SEF nº 4.831, de 4/10/2019 36.000.000

Portaria SEF nº 5.776, de 10/10/2019 29.820.000

Saldo (c) = (a) - (b) 3.208.990.057

Fonte/Elaboração: SOF/FAZENDA/ME



EM nº 00367/2019 ME

Brasília, 21 de novembro de 2019.

Senhor Presidente da República,

1. O art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, LRF, dispõe que, se verificado ao final de um bimestre que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário constante do Anexo de Metas Fiscais, os Poderes, o Ministério Público da União-MPU e a Defensoria Pública União-DPU promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias-LDO.
2. A Lei nº 13.707, de 14 de agosto de 2018, Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2019, LD0-2019, por sua vez, estabelece no art. 59 que, se houver necessidade de efetuar a limitação de empenho e movimentação financeira de que trata o art. 9º da LRF, o Poder Executivo apurará o montante necessário e informará a cada um dos órgãos orçamentários dos Poderes Legislativo e Judiciário, do MPU e da DPU até o vigésimo segundo dia após o encerramento do bimestre.
3. Adicionalmente, o § 3º do citado art. 59 da LD0-2019 determina que o Poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional e aos órgãos pertencentes aos Poderes Legislativo e Judiciário, ao MPU e à DPU, relatório que será apreciado pela Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição, contendo, dentre outras informações, as memórias de cálculo e justificativas das alterações das projeções de receitas e despesas primárias.
4. Em consonância com o § 1º do art. 9º da LRF, o § 5º do aludido art. 59 da LD0-2019 dispõe que o restabelecimento dos limites de empenho e movimentação financeira poderá ser efetuado a qualquer tempo, devendo o relatório, a que se refere o § 3º do mesmo artigo, ser divulgado na internet e encaminhado ao Congresso Nacional e aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, do MPU e da DPU.
5. A Lei nº 13.808, de 15 de janeiro de 2019, Lei Orçamentária Anual de 2019, LOA-2019, foi publicada em 16 de janeiro de 2019. Em cumprimento à determinação contida no art. 8º da LRF e no art. 59 da LD0-2019, o Poder Executivo publicou o Decreto nº 9.711, de 15 de fevereiro de 2019, que estabeleceu o cronograma anual de desembolso mensal, por órgão, com vistas ao cumprimento da meta de resultado primário estabelecida pela LD0-2019.
6. Encerrado o primeiro bimestre, procedeu-se à reavaliação de receitas e despesas, conforme determinação do art. 9º da LRF, retratada no relatório encaminhado pela Mensagem nº 95, de 21 de março de 2019, encaminhada ao Congresso Nacional, no qual foi evidenciada a necessidade de limitação de R\$ 29.782,5 milhões, operacionalizada no Poder Executivo por meio do Decreto nº 9.741, de 29 de março de 2019.



7. Findo o segundo bimestre, foram reavaliadas as estimativas das receitas e despesas primárias do Governo Federal. Ao fim da reavaliação, constatou-se a necessidade de redução dos limites de empenho e movimentação financeira de todos os Poderes, MPU e DPU, no montante de R\$ 2.181,1 milhões. O Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do 2º bimestre foi enviado ao Congresso Nacional por meio da Mensagem nº 205, de 22 de maio de 2019, e operacionalizado pelo Decreto nº 9.809, de 30 de maio de 2019.

8. A reavaliação de receitas e despesas primárias, realizada ao fim do terceiro bimestre, apurou uma necessidade de redução de R\$ 2.267,0 milhões nas despesas discricionárias da União. O Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do 3º bimestre foi enviado ao Congresso Nacional por meio da Mensagem nº 312, de 22 de julho de 2019, e instrumentalizado pelo Decreto nº 9.943, de 30 de julho de 2019.

9. Ao fim do quarto bimestre, procedeu-se à reavaliação das receitas e despesas primárias do Governo Federal, que indicou a possibilidade de elevação de valores no montante de R\$ 12.459,4 milhões nas despesas discricionárias dos Poderes da União, do MPU e da DPU, enviado ao Congresso Nacional mediante a Mensagem Presidencial nº 437, de 20 de setembro de 2019, e implementado, no âmbito do Poder Executivo, pelo Decreto nº 10.028, de 26 de setembro de 2019.

10. Em regra, o próximo relatório seria publicado apenas em novembro de 2019. Contudo, dada a ocorrência de arrecadação extraordinária, oriunda da realização do leilão relativo à 16ª rodada de concessões da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis -ANP, no valor de R\$ 8.915,9 milhões, e a iminência da realização do leilão relativo ao excedente da Cessão Onerosa, com ingresso previsto de R\$ 52.470,0 milhões, e da necessidade de operacionalizar os pagamentos decorrentes desse ingresso, optou-se pela elaboração do Relatório Extemporâneo de Outubro de 2019, com base na autorização legal constante do § 5º do art. 59 da LDO-20 19.

11. Em 14 de outubro de 2019, foi encaminhado ao Congresso Nacional, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Extemporâneo de Outubro de 2019, por meio da Mensagem Presidencial nº 506, dessa mesma data. Dado o exíguo prazo entre o referido relatório e o do 4º bimestre, a revisão das estimativas dos agregados de receita e despesa primárias foi efetuada, em sua maioria, com base na arrecadação verificada até agosto do corrente ano e mantidos os parâmetros macroeconômicos constantes do relatório do 4º bimestre. A elaboração da avaliação extemporânea em outubro foi necessária devido à ocorrência de arrecadação extraordinária, oriunda da realização do leilão relativo à 16ª rodada de concessões da ANP, à iminência da realização do leilão relativo ao excedente da Cessão Onerosa e à necessidade de operacionalizar os pagamentos decorrentes desse ingresso de receitas. O Decreto nº 10.079, de 23 de outubro de 2019, estabeleceu a programação orçamentária e financeira com base nas estimativas da Avaliação mencionada.

12. Em virtude do valor realizado no leilão do excedente da Cessão Onerosa, ocorrido em 6 de novembro de 2019, que foi superior ao valor estimado na Avaliação Extemporânea de Outubro, fez-se necessária a elaboração de um novo relatório para operacionalizar o pagamento das transferências aos Estados, Distrito Federal e Municípios incidentes sobre a diferença entre o valor previsto e o valor realizado do leilão. Tendo em vista o prazo estabelecido na LDO para o encaminhamento de Projetos



de Lei ao Congresso Nacional, até 14 de novembro de 2019, não foi possível aguardar a publicação do Relatório do 5º Bimestre, em 22 de novembro de 2019. Dessa forma, elaborou-se um novo relatório extemporâneo com base na autorização legal constante do § 5º, art. 59 da LD0-2019. Até o momento não houve publicação do decreto que operacionaliza a programação orçamentária e financeira com base nas estimativas da Avaliação mencionada.

13. Findo o 5º bimestre, em cumprimento ao art. 9º da LRF e art. 59 da LD0-2019, foram reavaliadas as estimativas das receitas e despesas primárias do Governo Federal, observando a arrecadação das receitas primárias e a realização das despesas primárias até o mês de outubro de 2019, em sua maioria, bem como parâmetros macroeconômicos atualizados, compatíveis com o cenário econômico vigente.

14. As atuais projeções das receitas primárias federais previstas para o corrente ano indicam um aumento, no valor de R\$ 4.935,5 milhões, em relação à Avaliação Extemporânea de Novembro. A Receita Administrada pela RFB, líquida de incentivos fiscais, exceto a Arrecadação Líquida para o RGPS, apresentou estimativa acima da observada na referida avaliação, em R\$ 337,0 milhões, em função, principalmente, da elevação no IR.

15. Por sua vez, a estimativa da Arrecadação Líquida para o RGPS apresentou decréscimo de R\$ 1.189,0 milhões, devido não só à realização observada até outubro, como também à revisão nos parâmetros de mercado de trabalho, especialmente a massa salarial nominal.

16. De modo semelhante às Receitas Administradas pela RFB, as projeções das Receitas não-Administradas pela RFB apresentaram aumento na previsão de arrecadação em R\$ 5.787,5 milhões, tendo como destaque os aumentos na receita de Dividendos e Participações, no valor de R\$ 4.712,3 milhões, e na receita de Exploração de Recursos Naturais, de R\$ 1.094,6 milhões.

17. Diante da combinação de todos os fatores acima descritos, a presente avaliação demonstra um aumento da projeção da receita líquida de transferências por repartição de receita em R\$ 2.774,8 milhões, em relação à projeção contida na Avaliação Extemporânea de Novembro.

18. As projeções das despesas primárias obrigatórias apresentaram decréscimo de R\$ 4.460,9 milhões em relação à avaliação anterior. As maiores variações observadas referem-se: à redução da estimativa de Benefícios Previdenciários, em R\$ 1.612,3 milhões, e Subsídios e Subvenções, em R\$ 3.637,7 milhões, devido à incorporação dos dados realizados até outubro. Por outro lado, verificou-se aumento na estimativa da Complementação da União ao FUNDEB, de R\$ 2.593,5 milhões.

19. Desse modo, a partir dessa avaliação de receitas e despesas primárias, há possibilidade de ampliação das despesas primárias discricionárias dos Poderes da União, do MPU e da DPU, relativamente à avaliação anterior, em R\$ 7.235,7 milhões, conforme demonstrado a seguir:



R\$ milhões			
Discriminação	Avaliação Extemporânea de Novembro (a)	Avaliação 5º Bimestre (b)	Diferença (c) = (b) - (a)
1. Receita Primária Total	1.629.712,6	1.634.648,2	4.935,5
Receita Administrada pela RFB/ME, exceto RGPS e líquida de incentivos fiscais	945.687,3	946.024,3	337,0
Arrecadação Líquida para o RGPS	413.075,3	411.886,3	(1.189,0)
Receitas Não-Administradas pela RFB/ME	270.950,0	276.737,5	5.787,5
2. Transferências por Repartição de Receita	288.095,2	290.256,0	2.160,8
3. Receita Líquida de Transferências (1) - (2)	1.341.617,4	1.344.392,2	2.774,8
4. Despesas Primárias	1.463.849,1	1.459.388,2	(4.460,9)
Obrigatória	1.302.400,0	1.297.939,1	(4.460,9)
Discricionárias do Poder Executivo	161.449,1	161.449,1	-
5. Resultado Primário (3) - (4)	(122.231,7)	(114.996,0)	7.235,7
6. Meta de Resultado Primário OFS (Art. 2º, caput, LDO-2019)	(139.000,0)	(139.000,0)	-
7. Esforço (-) ou Ampliação (+) (5) - (6)	16.768,3	24.004,0	7.235,7

Fonte/Elaboração: SOF/Fazenda/ME.

20. Cabe ainda ressaltar que a referida possibilidade de ampliação está condicionada aos limites estabelecidos pela Emenda Constitucional nº 95, de 15 de Dezembro de 2016, que instituiu um teto de gastos para as despesas primárias da União.

21. Isso posto, submeto à sua consideração o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do 5º Bimestre de 2019, em anexo, elaborado em observância ao disposto no art. 59, da LDO-2019, propondo seu encaminhamento à Comissão Mista a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição, bem como o envio de cópia aos Poderes Legislativo e Judiciário, ao MPU e à DPU.

Respeitosamente,

Assinado por: Paulo Roberto Nunes Guedes



MENSAGEM Nº 608

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do disposto no art. 59 da Lei nº 13.707, de 14 de agosto de 2018, encaminho a Vossas Excelências o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias, referente ao 5º bimestre de 2019, destinado à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional.

Brasília, 21 de novembro de 2019.



CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DA MATÉRIA, NOS TERMOS DO ART. 120 DA RESOLUÇÃO Nº 1 DE 2006-CN

Data início	Data fim	Tipo de tramitação
22/11/2019		Despachado
22/11/2019	26/11/2019	Publicação em avulso eletrônico da matéria
27/11/2019	11/12/2019	Apresentação de relatório e eventual projeto de decreto legislativo
12/12/2019	18/12/2019	Apresentação de Emendas a Projeto de Decreto Legislativo sobre fiscalização da execução orçamentária e financeira e da gestão fiscal
19/12/2019	04/02/2020	Votação do relatório e encaminhamento do parecer da CMO à Mesa do Congresso Nacional



Veto



Publicação da Mensagem Presidencial nº 616, de 2019, em 26 de novembro de 2019, recebida em 27/11/2019, que comunica as razões do veto total aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 11, de 2004 (nº 6.588, de 2006, na Câmara dos Deputados), o qual "Altera o art. 41 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para prever a interceptação de correspondência de presos condenados ou provisórios para fins de investigação criminal ou de instrução processual penal". (Veto nº 45, de 2019). O prazo previsto no § 4º do art. 66 da Constituição Federal e no art. 104-A do Regimento Comum do Congresso Nacional encerrar-se-á em 5 de fevereiro de 2020. A matéria está publicada em avulso eletrônico. São os seguintes, a Mensagem e o autógrafo do projeto:





CONGRESSO NACIONAL

VETO N° 45, DE 2019

Veto Total aposto ao Projeto de Lei do Senado n° 11 de 2004 (n° 6.588/2006, na Câmara dos Deputados), que "Altera o art. 41 da Lei n° 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para prever a interceptação de correspondência de presos condenados ou provisórios para fins de investigação criminal ou de instrução processual penal".

Mensagem n° 616 de 2019, na origem
DOU - Edição Extra "A" de 26/11/2019

DOCUMENTOS:

- [Mensagem](#)
- [Autógrafo da matéria vetada](#)

PUBLICAÇÃO: DCN de 28/11/2019



[Página da matéria](#)



MENSAGEM Nº 616

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar integralmente, por contrariedade ao interesse público e inconstitucionalidade, o Projeto de Lei nº 6.588, de 2006 (nº 11/04 no Senado Federal), que “Altera o art. 41 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para prever a interceptação de correspondência de presos condenados ou provisórios para fins de investigação criminal ou de instrução processual penal”.

Ouvido, o Ministério da Justiça e Segurança Pública manifestou-se pelo veto ao projeto pelas seguintes razões:

“A propositura legislativa, ao limitar as hipóteses de interceptação de correspondência de presos ou condenados provisórios atualmente em vigor, nos termos do art. 41 da Lei de Execuções Penais, gera insegurança jurídica por estabelecer para a fiscalização ordinária dessas comunicações escritas um regime de tratamento legal equiparado ao das interceptações telefônicas reguladas pela Lei nº 9.296, de 1996, em descompasso com a Constituição da República que as tratam como institutos diversos, resultando em um aparente conflito de normas. Ademais, o projeto ofende o interesse público, pois essa limitação e a criação de embaraços na possibilidade de interceptação e controle sobre o conteúdo das correspondências dos presos agravará a crise no sistema penitenciário do país, impactando negativamente o sistema de segurança e a gestão dos presídios, especialmente nos presídios de segurança máxima, de forma que o próprio Supremo Tribunal Federal já possui o entendimento de que a cláusula tutelar da inviolabilidade do sigilo de correspondência dos presos não pode constituir instrumento de salvaguarda de práticas ilícitas (v.g. HC 70.814-5, 1ª Turma, Rel. Min. Celso de Mello, DJU 24.06.1994).”

Essas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar o projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 25 de novembro de 2019.

Jair Bolsonaro



PROJETO VETADO:

Projeto de Lei do Senado nº 11, de 2004
(nº 6.588/2006, na Câmara dos Deputados)

Altera o art. 41 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para prever a interceptação de correspondência de presos condenados ou provisórios para fins de investigação criminal ou de instrução processual penal.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 41 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 2º e 3º, numerando-se o parágrafo único como § 1º:

“Art. 41.

§ 1º

§ 2º A correspondência de presos condenados ou provisórios, a ser remetida ou recebida, poderá ser interceptada e analisada para fins de investigação criminal ou de instrução processual penal, e seu conteúdo será mantido sob sigilo, sob pena de responsabilização penal nos termos do art. 10, parte final, da Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996.

§ 3º A interceptação e análise da correspondência deverá ser fundada nos requisitos previstos pelo art. 2º da Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996, e comunicada imediatamente ao órgão



competente do Poder Judiciário, com as respectivas justificativas.”(NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL



**ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO
CONGRESSO NACIONAL Nº 66, DE 2019**

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 897, de 1º de outubro de 2019**, publicada no Diário Oficial da União no dia 2, do mesmo mês e ano, que “Institui o Fundo de Aval Fraternal, dispõe sobre o patrimônio de afetação de propriedades rurais, a Cédula Imobiliária Rural, a escrituração de títulos de crédito e a concessão de subvenção econômica para empresas cerealistas, e dá outras providências”, tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, em 21 de novembro de 2019.

Senador Davi Alcolumbre
Presidente da Mesa do Congresso Nacional



COMPOSIÇÃO

COMISSÕES MISTAS

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

(Resolução nº 1, de 2006-CN)

Finalidade: Apreciação das matérias orçamentárias e acompanhamento e fiscalização das respectivas execuções.

Número de membros: 11 Senadores e 31 Deputados

PRESIDENTE: Senador Marcelo Castro (MDB-PI)

1º VICE-PRESIDENTE: Deputado Dagoberto Nogueira (PDT-MS)

2º VICE-PRESIDENTE: Senador Elmano Férrer (PODEMOS-PI)

3º VICE-PRESIDENTE: Deputado Beto Faro (PT-PA) ⁽³⁸⁾

Relator do Projeto de Lei Orçamentária Anual: Deputado Domingos Neto (PSD-CE)

Relator do Projeto de Plano Plurianual: Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR)

Rel. do Proj. de Lei de Diretrizes Orçamentárias: Deputado Cacá Leão (PP-BA)

Relator da Receita: Senador Zequinha Marinho (PSC-PA)

Designação: 09/04/2019

Instalação: 10/04/2019

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
Marcelo Castro - MDB/PI ⁽²⁾	1. Eduardo Gomes - MDB/TO ⁽²⁾
Luiz do Carmo - MDB/GO ⁽²⁾	2. Mecias de Jesus - REPUBLICANOS/RR ⁽²⁾
Vanderlan Cardoso - PP/GO ⁽³¹⁾	3. Daniella Ribeiro - PP/PB ⁽³⁷⁾
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Izalci Lucas - PSDB/DF ⁽³⁾	1. Mara Gabrilli - PSDB/SP ⁽³⁾
Elmano Férrer - PODEMOS/PI ⁽⁴⁾	2. Oriovisto Guimarães - PODEMOS/PR ^(5,34)
Flávio Bolsonaro - S/Partido/RJ ^(6,42,43)	3. Soraya Thronicke - PSL/MS ^(6,30,42,43)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
Veneziano Vital do Rêgo - PSB/PB ⁽²⁷⁾	1. Randolfe Rodrigues - REDE/AP ⁽²⁷⁾
Kátia Abreu - PDT/TO ⁽²⁷⁾	2. Alessandro Vieira - CIDADANIA/SE ^(27,36)
PSD	
Angelo Coronel - BA ⁽⁷⁾	1. Carlos Viana - MG ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Jean Paul Prates - PT/RN ⁽⁸⁾	1. Jaques Wagner - PT/BA ⁽⁸⁾



TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Wellington Fagundes - PL/MT ⁽²⁸⁾	1. Zequinha Marinho - PSC/PA ⁽²⁸⁾

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
DEM, MDB, PMN, PP, PSC, PSD, PSDB, PSL, PTB, REPUBLICANOS, PL	
Felipe Francischini - PSL/PR ⁽⁹⁾	1. Joice Hasselmann - PSL/SP ^(9,33,41)
Filipe Barros - PSL/PR ⁽⁹⁾	2. Delegado Waldir - PSL/GO ⁽⁹⁾
Gurgel - PSL/RJ ^(9,41)	3. Dra. Soraya Manato - PSL/ES ⁽¹⁰⁾
Cacá Leão - PP/BA ⁽²⁶⁾	4. Jaqueline Cassol - PP/RO ⁽²⁶⁾
Hiran Gonçalves - PP/RR ⁽²⁶⁾	5. Ronaldo Carletto - PP/BA ⁽²⁶⁾
Domingos Neto - PSD/CE ⁽¹¹⁾	6. Marx Beltrão - PSD/AL ⁽¹¹⁾
Misael Varella - PSD/MG ⁽¹¹⁾	7. José Nunes - PSD/BA ^(11,47)
Hildo Rocha - MDB/MA ⁽¹²⁾	8. Flaviano Melo - MDB/AC ⁽¹²⁾
Lucio Mosquini - MDB/RO ⁽¹²⁾	9. Hercílio Coelho Diniz - MDB/MG ⁽¹²⁾
Vicentinho Júnior - PL/TO ⁽¹³⁾	10. Júnior Mano - PL/CE ⁽¹³⁾
Josimar Maranhãozinho - PL/MA ⁽¹³⁾	11. João Carlos Bacelar - PL/BA ⁽¹³⁾
João Roma - REPUBLICANOS/BA ^(14,40,45,46)	12. Gilberto Abramo - REPUBLICANOS/MG ⁽¹⁵⁾
Márcio Marinho - REPUBLICANOS/BA ⁽¹⁴⁾	13. Silvio Costa Filho - REPUBLICANOS/PE ⁽¹⁵⁾
Carlos Henrique Gaguim - DEM/TO ⁽¹⁶⁾	14. Efraim Filho - DEM/PB ^(16,35)
Paulo Azi - DEM/BA ⁽¹⁶⁾	15. Juscelino Filho - DEM/MA ⁽¹⁶⁾
Celso Sabino - PSDB/PA ⁽¹⁷⁾	16. Adolfo Viana - PSDB/BA ⁽¹⁷⁾
Rodrigo de Castro - PSDB/MG ⁽¹⁷⁾	17. Samuel Moreira - PSDB/SP ⁽¹⁷⁾
Nivaldo Albuquerque - PTB/AL ⁽¹⁸⁾	18. Pedro Augusto Bezerra - PTB/CE ⁽¹⁸⁾
AVANTE, DC, PCdoB, PDT, PODEMOS, PV, SOLIDARIEDADE, PROS	
André Figueiredo - PDT/CE ⁽³²⁾	1. Leônidas Cristino - PDT/CE ⁽³²⁾
Dagoberto Nogueira - PDT/MS ⁽³²⁾	2. Weliton Prado - PROS/MG ⁽³²⁾
Aluisio Mendes - PSC/MA ⁽¹⁹⁾	3. Ricardo Teobaldo - PODEMOS/PE ⁽¹⁹⁾
Genecias Noronha - SOLIDARIEDADE/CE ⁽²⁰⁾	4. Aureo Ribeiro - SOLIDARIEDADE/RJ ⁽²⁰⁾
Orlando Silva - PCdoB/SP ⁽²¹⁾	5. Alice Portugal - PCdoB/BA ⁽²¹⁾
PT	
Vander Loubet - MS ⁽²²⁾	1. Bohn Gass - RS ^(22,39)
Zeca Dirceu - PR ⁽²²⁾	2. Nelson Pellegrino - BA ⁽²²⁾
Beto Faro - PA ^(22,39)	3. Zé Carlos - MA ⁽²²⁾
PSB	
Gonzaga Patriota - PE ⁽²³⁾	1. Marcelo Nilo - BA ⁽²³⁾
Luciano Ducci - PR ⁽²³⁾	2. VAGO ^(23,48)
PSOL	
Edmilson Rodrigues - PA ⁽²⁴⁾	1. Ivan Valente - SP ⁽²⁴⁾
PATRIOTA	



TITULARES	SUPLENTE
Marreca Filho - MA (25)	1. Roman - PSD/PR (25,49)
NOVO (1)	
Lucas Gonzalez - MG (29,44)	1. Alexis Fonteyne - SP (29,44)

Notas:

- Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional (NOVO-CD).
- Designados, como titulares, os Senadores Marcelo Castro (MDB) e Luiz do Carmo (MDB); e, como suplentes, os Senadores Eduardo Gomes (MDB) e Mecias de Jesus (PRB), em 9.4.2019, conforme Ofício nº 142/2019 da Liderança do MDB. ([DCN de 11/04/2019, p. 89](#))
- Designado, como membro titular, o Senador Izalci Lucas (PSDB); e, como suplente, é designada a Senadora Mara Gabrilli (PSDB), em 9.4.2019, conforme Ofício nº 65/2019 da Liderança do PSDB. ([DCN de 11/04/2019, p. 90](#))
- Designado, como membro titular, o Senador Elmano Férrer (PODE), em 9.4.2019, conforme Ofício nº 38/2019 da Liderança do PODE. ([DCN de 11/04/2019, p. 91](#))
- Designada, como membro suplente, a Senadora Rose de Freitas (PODE), em 9.4.2019, conforme Ofício nº 34/2019 da Liderança do PODE. ([DCN de 11/04/2019, p. 92](#))
- Designado, como membro titular, o Senador Flávio Bolsonaro (PSL); e, como suplente, o Senador Major Olímpio (PSL), em 9.4.2019, conforme Ofício nº 21/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 11/04/2019, p. 93](#))
- Designado, como membro titular, o Senador Angelo Coronel (PSD); e, como suplente, o Senador Carlos Viana (PSD), em 9.4.2019, conforme Ofício nº 16/2019 da Liderança do PSD. ([DCN de 11/04/2019, p. 94](#))
- Designado, como membro titular, o Senador Jean Paul Prates (PT); e, como suplente, o Senador Jaques Wagner (PT), em 9.4.2019, conforme Ofício nº 42/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática. ([DCN de 11/04/2019, p. 95](#))
- Designados, como membros titulares, os Deputados Felipe Francischini (PSL), Filipe Barros (PSL) e a Deputada Joice Hasselmann (PSL); e, como suplentes, a Deputada Professora Dayane Pimentel (PSL) e o Deputado Delegado Waldir (PSL), em 9.4.2019, conforme Ofício nº 138/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 11/04/2019, p. 96](#))
- Designada, como membro suplente, a Deputada Dra. Soraya Manato (PSL), em 9.4.2019, conforme Ofício nº 146/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 11/04/2019, p. 97](#))
- Designados, como membros titulares, os Deputados Domingos Neto (PSD) e Misael Varella (PSD); e, como suplentes, os Deputados Marx Beltrão (PSD) e Evandro Roman (PSD), em 9.4.2019, conforme Ofício nº 117/2019 da Liderança do PSD. ([DCN de 11/04/2019, p. 98](#))
- Designados, como membros titulares, os Deputados Hildo Rocha (MDB) e Lucio Mosquini (MDB); e, como suplentes, os Deputados Flaviano Melo (MDB) e Hercílio Coelho Diniz (MDB), em 9.4.2019, conforme Ofício nº 113/2019 da Liderança do MDB. ([DCN de 11/04/2019, p. 99](#))
- Designados, como membros titulares, os Deputados Vicentinho Júnior (PR) e Josimar Maranhãozinho (PR); e, como suplentes, os Deputados Júnior Mano (PR) e João Carlos Bacelar (PR), em 9.4.2019, conforme Ofício nº 99/2019 da Liderança do PR. ([DCN de 11/04/2019, p. 100](#))
- Designados, como membros titulares, os Deputados Jhonatan de Jesus (PRB) e Márcio Marinho (PRB), em 9.4.2019, conforme Ofício nº 56/2019 da Liderança do PRB. ([DCN de 11/04/2019, p. 101](#))
- Designados, como membros suplentes, os Deputados Gilberto Abramo (PRB) e Silvio Costa Filho (PRB), em 9.4.2019, conforme Ofício nº 75/2019 da Liderança do PRB. ([DCN de 11/04/2019, p. 102](#))
- Designados, como membros titulares, os Deputados Carlos Henrique Gaguim (DEM) e Paulo Azi (DEM); e, como suplentes, os Deputados Arthur Oliveira Maia (DEM) e Juscelino Filho (DEM), em 9.4.2019, conforme Ofício nº 370/2019 da Liderança do DEM. ([DCN de 11/04/2019, p. 103](#))
- Designados, como membros titulares, os Deputados Celso Sabino (PSDB) e Rodrigo de Castro (PSDB); e, como suplentes, os Deputados Adolfo Viana (PSDB) e Samuel Moreira (PSDB), em 9.4.2019, conforme Ofício nº 198/2019 da Liderança do PSDB. ([DCN de 11/04/2019, p. 104](#))
- Designado, como membro titular, o Deputado Nivaldo Albuquerque (PTB); e, como suplente, o Deputado Pedro Augusto Bezerra (PTB), em 9.4.2019, conforme Ofício nº 68/2019 da Liderança do PTB. ([DCN de 11/04/2019, p. 105](#))
- Designado, como membro titular, o Deputado Aluisio Mendes (PODE); e, como suplente, o Deputado Ricardo Teobaldo (PODE), em 9.4.2019, conforme Ofício nº 91/2019 da Liderança do PODE. ([DCN de 11/04/2019, p. 106](#))
- Designado, como membro titular, o Deputado Genecias Noronha (SD); e, como suplente, o Deputado Aureo Ribeiro (SD), em 9.4.2019, conforme Ofício nº 91/2019 da Liderança do Solidariedade. ([DCN de 11/04/2019, p. 107](#))
- Designado, como membro titular, o Deputado Orlando Silva (PCdoB); e, como suplente, é designada a Deputada Alice Portugal (PCdoB), em 9.4.2019, conforme Ofício nº 46/2019 da Liderança do PCdoB. ([DCN de 11/04/2019, p. 108](#))
- Designados, como membros titulares, os Deputados Vander Loubet (PT), Zeca Dirceu (PT) e Bohn Gass (PT); e, como suplentes, os Deputados Beto Faro (PT), Nelson Pellegrino (PT) e Zé Carlos (PT), em 9.4.2019, conforme Ofício nº 80/2019 da Liderança do PT. ([DCN de 11/04/2019, p. 109](#))
- Designados, como membros titulares, os Deputados Gonzaga Patriota (PSB) e Luciano Ducci (PSB); e, como suplentes, os Deputados Marcelo Nilo (PSB) e Rodrigo Coelho (PSB), em 9.4.2019, conforme Ofício nº 110/2019 da Liderança do PSB. ([DCN de 11/04/2019, p. 110](#))
- Designado, como membro titular, o Deputado Edmilson Rodrigues (PSOL); e, como suplente, o Deputado Ivan Valente (PSOL), em 9.4.2019, conforme Ofício nº 46/2019 da Liderança do PSOL. ([DCN de 11/04/2019, p. 111](#))
- Designado, como membro titular, o Deputado Marreca Filho (PATRI); e, como suplente, o Deputado Fred Costa (PATRI), em 9.4.2019, conforme Ofício nº 5/2019 da Liderança do PATRI. ([DCN de 11/04/2019, p. 112](#))
- Designados, como membros titulares, os Deputados Cacá Leão (PP) e Hiran Gonçalves (PP); e, como suplente, é designada a Deputada Jaqueline Cassol (PP) e o Deputado Ronaldo Carletto (PP), em 9.4.2019, conforme Ofício nº 55/2019 da Liderança do PP. ([DCN de 11/04/2019, p. 114](#))
- Designados, como membros titulares, o Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB) e a Senadora Kátia Abreu (PDT); e, como suplentes, o Senador Randolfe Rodrigues (REDE) e a Senadora Eliziane Gama (Cidadania), em 9.4.2019, conforme Memorando nº 72/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar Senado Independente. ([DCN de 11/04/2019, p. 113](#))
- Designado, como membro titular, o Senador Wellington Fagundes (PR); e, como suplente, o Senador Zequinha Marinho (PSC), em 10.4.2019, conforme Ofício nº 25/2019 do Bloco Vanguarda. ([DCN de 11/04/2019, p. 117](#))
- Designado, como membro titular, o Deputado Alexis Fonteyne (NOVO); e, como suplente, o Deputado Lucas Gonzales (NOVO), em 9.4.2019, conforme Ofício nº 50/2019 da Liderança do NOVO. ([DCN de 11/04/2019, p. 116](#))
- Designada, como membro suplente, a Senadora Soraya Thronicke (PSL), em substituição ao Senador Major Olímpio (PSL), em 10.4.2019, conforme Ofício nº 24/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 11/04/2019, p. 115](#))
- Designado, como membro titular, o Senador Vanderlan Cardoso (PP), em 10.4.2019, conforme Ofício nº 11/2019 da Liderança do Bloco Unidos pelo Brasil, com anuência da Líder do PP. ([DCN de 11/04/2019, p. 118](#))
- Designados, como membros titulares, os Deputados André Figueiredo (PDT) e Dagoberto (PDT); e, como suplentes, os Deputados Leônidas Cristino (PDT) e Weliton Prado (PROS), em 10.4.2019, conforme Ofício nº 151/2019 da Liderança do PDT. ([DCN de 11/04/2019, p. 119](#))

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



33. Designado, como membro suplente, o Deputado Gurgel (PSL), em substituição à Deputada Dayane Pimentel (PSL), em 12.4.2019, conforme Ofício nº 155/2019 da Liderança do PSL.
34. Designado, como membro suplente, o Senador Oriovisto Guimarães (PODE), em substituição à Senadora Rose de Freitas (PODE), em 16.4.2019, conforme Ofício nº 49/2019 da Liderança do Podemos. ([DCN de 18/04/2019, p. 119](#))
35. Designado, como membro suplente, o Deputado Efraim Filho (DEM), em substituição ao Deputado Arthur Oliveira Maia (DEM), em 16.4.2019, conforme Ofício nº 440/2019 da Liderança do Democratas. ([DCN de 18/04/2019, p. 120](#))
36. Designado, como membro suplente, o Senador Alessandro Vieira (Cidadania), em substituição à Senadora Eliziane Gama (Cidadania), em 17.4.2019, conforme Memorando nº 75/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar Senado Independente. ([DCN de 18/04/2019, p. 118](#))
37. Designada, como membro suplente, a Senadora Daniella Ribeiro (PP/PB), em 25/4/2019, conforme Ofício nº 37/2019 da Liderança do PP. ([DCN de 02/05/2019, p. 86](#))
38. Deputado Beto Faro (PT) foi eleito 3º Vice-Presidente por aclamação em 7.5.2019.
39. Designado, como membro titular, o Deputado Beto Faro (PT), em substituição ao Deputado Bohn Gass (PT), que passa à condição de suplente, em 7.5.2019, conforme Ofício nº 268/2019 da Liderança do PT. ([DCN de 09/05/2019, p. 86](#))
40. Designado, como membro titular, o Deputado João Roma (PRB), em substituição ao Deputado Jhonatan de Jesus (PRB), em 8.5.2019, conforme Ofício nº 108/2019 da Liderança do PRB. ([DCN de 09/05/2019, p. 87](#))
41. Solicitada a inversão das vagas dos Deputados Gurgel (PSL), que passa a ocupar a vaga de suplente, e da Deputada Joice Hasselmann (PSL), que passa à condição de suplente, em 7.6.2019, conforme Ofício nº 206/2019, da Liderança do PSL. ([DCN de 13/06/2019, p. 237](#))
42. Designada, como membro titular, a Senadora Thronicke (PSL); e, como suplente, o Senador Flávio Bolsonaro (PSL), em 11.6.2019, conforme Ofício nº 41/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 13/06/2019, p. 235](#))
43. Designado, como membro titular, o Senador Flávio Bolsonaro (PSL), em substituição à Senadora Soraya Thronicke (PSL), que retorna à condição de suplente, em 12.6.2019, conforme Ofício nº 42/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 13/06/2019, p. 236](#))
44. Designado, como membro titular, o Deputado Lucas Gonzalez (NOVO); e, como suplente, o Deputado Alexis Fonteyne (NOVO), em 27.6.2019, conforme Ofício nº 84/2019 da Liderança do NOVO. ([DCN de 04/07/2019, p. 235](#))
45. Designado, como membro titular, o Deputado Jhonatan de Jesus (PRB), em substituição ao Deputado João Roma (PRB), em 15.7.2019, conforme Ofício nº 148/2019, da Liderança do PRB. ([DCN de 18/07/2019, p. 460](#))
46. Designado, como membro titular, o Deputado João Roma (Republicanos), em substituição ao Deputado Jhonatan de Jesus (Republicanos), em 27.8.2019, conforme Ofício nº 171/2019 da Liderança do Republicanos. ([DCN de 29/08/2019, p. 322](#))
47. Designado, como membro suplente, o Deputado José Nunes (PSD), em substituição ao Deputado Evandro Roman (PSD), em 11.9.2019, conforme Ofício nº 401/2019 da Liderança do PSD. ([DCN de 12/09/2019, p. 224](#))
48. Dispensada a participação do Deputado Rodrigo Coelho (PSB), em 23.9.2019, conforme Ofício nº 268/2019 da liderança do PSB (decisão do diretório Nacional do PSB de 30/8/19). ([DCN de 26/09/2019, p. 358](#))
49. Designado, como membro suplente, o Deputado Evandro Roman (PSD), em vaga cedida pelo Patriota, em 25.9.2019, conforme Ofício nº 12/2019 da Liderança do Patriota. ([DCN de 26/09/2019, p. 390](#))

Secretário: Walbinson Tavares de Araújo

Telefone(s): 3216-6893

Local: Anexo II (Anexo Luís Magalhães) - Ala C Sala 12 - Térreo - Câmara dos Deputados



CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**I - Comitê de Avaliação , Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária - CFIS****II - Comitê de Avaliação da Receita - CAR****COORDENADOR:** Senador Zequinha Marinho (PSC-PA)**Senado Federal**

Bloco / Partido	Membros
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS / RR)
PSD	Senador Carlos Viana (PSD / MG)
Bloco Parlamentar Vanguarda	Senador Zequinha Marinho (PSC / PA)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
MDB	Deputado Hercílio Coelho Diniz (MDB)
PP	Deputado Hiran Gonçalves (PP)
PT	Deputado Vander Loubet (PT)
PSD	Deputado Misael Varella (PSD)
DEM	Deputado Carlos Henrique Gaguim (DEM)
PCdoB	Deputado Orlando Silva (PCdoB)
SOLIDARIEDADE	Deputado Genecias Noronha (SOLIDARIEDADE)

Notas:

1. Designado, como membro e coordenador do Comitê de Avaliação da Receita (CAR), o Senador Zequinha Marinho (PSC), conforme Ofício nº 110/2019-CMO.
2. Designado, como membro do Comitê de Avaliação da Receita (CAR), o Senador Carlos Viana (PSD), conforme Ofício nº 118/2019-CMO.
3. Designado, como membro do Comitê de Avaliação da Receita (CAR), o Senador Mecias de Jesus (Republicanos), conforme Ofício nº 119/2019-CMO.
4. Designado, como membro do Comitê de Avaliação da Receita (CAR), o Deputado Hercílio Coelho Diniz (MDB), conforme Ofício nº 115/2019-CMO.
5. Designado, como membro do Comitê de Avaliação da Receita (CAR), o Deputado Hiran Gonçalves (PP), conforme Ofício nº 114/2019-CMO.
6. Designado, como membro do Comitê de Avaliação da Receita (CAR), o Deputado Vander Loubet (PT), conforme Ofício nº 112/2019-CMO.
7. Designado, como membro do Comitê de Avaliação da Receita (CAR), o Deputado Misael Varella (PSD), conforme Ofício nº 117/2019-CMO.
8. Designado, como membro do Comitê de Avaliação da Receita (CAR), o Deputado Carlos Henrique Gaguim (DEM), conforme Ofício nº 116/2019-CMO.
9. Designado, como membro do Comitê de Avaliação da Receita (CAR), o Deputado Orlando Silva (PCdoB), conforme Ofício nº 113/2019-CMO.
10. Designado, como membro do Comitê de Avaliação da Receita (CAR), o Deputado Genecias Noronha (Solidariedade), conforme Ofício nº 111/2019-CMO.

III - Comitê de Avaliação das Inform. sobre Obras e Serviços com Índícios de Irregularidades Graves - COI**COORDENADOR:** Deputado Filipe Barros (PSL-PR)**Senado Federal**

Bloco / Partido	Membros
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil	Senador Eduardo Gomes (MDB / TO)
Bloco Parlamentar PSDB/PSL	Senadora Soraya Thronicke (PSL / MS)
PSD	Senador Angelo Coronel (PSD / BA)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PSL	Deputado Filipe Barros (PSL)



Bloco / Partido	Membros
PSL	Deputada Dra. Soraya Manato (PSL)
PT	Deputado Zeca Dirceu (PT)
PL	Deputado Josimar Maranhãozinho (PL)
PSD	Deputado Marx Beltrão (PSD)
PSB	Deputado Gonzaga Patriota (PSB)
PDT	Deputado Leônidas Cristino (PDT)

Notas:

1. Designado, como membro do COI, o Senador Eduardo Gomes (MDB), conforme Ofício nº 108/2019-CMO.
2. Designado, como membro do COI, o Senador Ângelo Coronel (PSD), conforme Ofício nº 107/2019-CMO.
3. Designado, como membro do COI, a Senadora Soraya Thronicke (PSL), conforme Ofício nº 109/2019-CMO.
4. Designado, como membro e coordenador do COI, o Deputado Filipe Barros (PSL), conforme Ofício nº 100/2019-CMO.
5. Designado, como membro, o Deputado Zeca Dirceu (PT), conforme Ofício nº 103/2019-CMO.
6. Designado, como membro, a Deputada Dra Soraya Manato (PSL), conforme Ofício nº 102/2019-CMO.
7. Designado, como membro e coordenador do COI, o Deputado Josimar Maranhãozinho (PL), conforme Ofício nº 101/2019-CMO.
8. Designado, como membro e coordenador do COI, o Deputado Marx Beltrão (PSD), conforme Ofício nº 106/2019-CMO.
9. Designado, como membro e coordenador do COI, o Deputado Gonzaga Patriota (PSB), conforme Ofício nº 105/2019-CMO.
10. Designado, como membro e coordenador do COI, o Deputado Leônidas Cristino (PDT), conforme Ofício nº 104/2019-CMO.

IV - Comitê de Admissibilidade de Emendas - CAEM**COORDENADOR:** Deputado João Carlos Bacelar (PL-BA)**Senado Federal**

Bloco / Partido	Membros
MDB	Senador Luiz do Carmo (MDB / GO)
PODEMOS	Senador Elmano Férrer (PODEMOS / PI)
CIDADANIA	Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA / SE)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PL	Deputado João Carlos Bacelar (PL)
PSDB	Deputado Adolfo Viana (PSDB)
PODEMOS	Deputado Aluisio Mendes (PSC)
PT	Deputado Zé Carlos (PT)
PSB	Deputado Luciano Ducci (PSB)
PATRIOTA	Deputado Marreca Filho (PATRIOTA)

Notas:

1. Designado, como membro e coordenador, o Deputado João Carlos Bacelar (PL), em substituição ao Deputado Vicentinho Júnior (PL), conforme Ofício nº 122/2019-CMO.



Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Finalidade: Acompanhar, monitorar e fiscalizar, de modo contínuo, as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil

Número de membros: 12 Senadores e 12 Deputados

PRESIDENTE: Senador Zequinha Marinho (PSC-PA)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Sergio Souza (MDB-PR)

RELATOR: Deputado Edilázio Júnior (PSD-MA)

Designação: 14/08/2019

Instalação: 28/08/2019

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
Eduardo Gomes - MDB/TO ⁽¹⁴⁾	1. Marcio Bittar - MDB/AC ⁽¹⁴⁾
Confúcio Moura - MDB/RO ⁽¹⁴⁾	2. Eduardo Braga - MDB/AM ⁽¹⁴⁾
Luis Carlos Heinze - PP/RS ⁽²⁾	3. VAGO
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Rodrigo Cunha - PSDB/AL ⁽¹⁷⁾	1. Tasso Jereissati - PSDB/CE
Rose de Freitas ^(3,18,22)	2. Styvenson Valentim - PODEMOS/RN ^(19,22)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
Fabiano Contarato - REDE/ES ⁽⁴⁾	1. Randolfe Rodrigues - REDE/AP ⁽⁵⁾
Alessandro Vieira - CIDADANIA/SE ⁽¹⁵⁾	2. Eliziane Gama - CIDADANIA/MA ⁽¹⁵⁾
PSD	
Sérgio Petecão - AC ⁽⁶⁾	1. Otto Alencar - BA ⁽²⁷⁾
Lucas Barreto - AP ⁽²⁷⁾	2. Angelo Coronel - BA ⁽²⁷⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Jaques Wagner - PT/BA ⁽⁷⁾	1. Telmário Mota - PROS/RR ⁽⁷⁾
Paulo Rocha - PT/PA ⁽⁷⁾	2. Zenaide Maia - PROS/RN ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Zequinha Marinho - PSC/PA ⁽⁸⁾	1. Chico Rodrigues - DEM/RR ⁽⁸⁾

Câmara dos Deputados



TITULARES	SUPLENTE
DEM, MDB, PMN, PP, PSC, PSD, PSDB, PSL, PTB, REPUBLICANOS, PL	
Delegado Pablo - PSL/AM ^(18,25)	1. Delegado Waldir - PSL/GO ⁽¹⁸⁾
Átila Lins - PP/AM ⁽¹⁸⁾	2. Claudio Cajado - PP/BA ⁽¹⁸⁾
Edilázio Júnior - PSD/MA ⁽¹⁶⁾	3. Sidney Leite - PSD/AM ⁽³²⁾
Sergio Souza - MDB/PR ⁽⁹⁾	4. VAGO
Zé Vitor - PL/MG ^(10,30)	5. Raimundo Costa - PL/BA ^(10,30)
Aroldo Martins - REPUBLICANOS/PR ⁽¹¹⁾	6. Carlos Gomes - REPUBLICANOS/RS ⁽¹¹⁾
Luiz Carlos - PSDB/AP ⁽²¹⁾	7. Alan Rick - DEM/AC ⁽²⁹⁾
AVANTE, DC, PCdoB, PDT, PODEMOS, PV, SOLIDARIEDADE, PROS	
Leônidas Cristino - PDT/CE ^(18,23,28)	1. Acácio Favacho - PROS/AP ⁽¹⁸⁾
Roberto de Lucena - PODEMOS/SP ⁽¹²⁾	2. Léo Moraes - PODEMOS/RO ⁽²⁶⁾
PT	
Leonardo Monteiro - MG ⁽¹³⁾	1. Nilto Tatto - SP ⁽¹³⁾
PSB	
Camilo Capiberibe - AP ^(18,20)	1. Lídice da Mata - BA ^(18,20)
PSOL ⁽¹⁾	
Talíria Petrone - RJ ^(18,24)	1. Edmilson Rodrigues - PA ^(18,31)

Notas:

1. Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional (PSOL-CD).
2. Designado, como membro titular, o Senador Luis Carlos Heinze (PP), em 14.8.2019, conforme Ofício nº 49/2019 da Liderança do PP.
3. Designado, como membro titular, o Senador Styvenson Valentim (PODE), em 14.8.2019, conforme Ofício nº 54/2019 da Liderança do PODEMOS.
4. Designado, como membro titular, o Senador Fabiano Contarato (REDE), em 14.8.2019, conforme Memorando nº 94/2019 da Liderança do Bloco Senado Independente.
5. Designado, como membro suplente, o Senador Randolfe Rodrigues (REDE), em 14.8.2019, conforme Memorando nº 94/2019 da Liderança do Bloco Senado Independente.
6. Designado, como membro titular, o Senador Sérgio Petecão (PSD), em 14.8.2019, conforme Ofício nº 17/2019 da Liderança do PSD.
7. Designados, como membros titulares, os Senadores Jaques Wagner (PT) e Paulo Rocha (PT); e, como suplentes, o Senador Telmário Mota (PROS) e a Senadora Zenaide Maia (PROS), em 14.8.2019, conforme Ofício nº 53/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.
8. Designado, como membro titular, o Senador Zequinha Marinho (PSC); e como suplente, o Senador Chico Rodrigues (DEM), em 14.8.2019, conforme Ofício nº 42/2019 da Liderança do Bloco Vanguarda.
9. Designado, como membro titular, o Deputado Sérgio Souza (MDB), em 14.8.2019, conforme Ofício nº 184/2019 da Liderança do Bloco PP/MDB/PTB.
10. Designado, como membro titular, o Deputado Raimundo Costa (PL); e, como suplente, o Deputado Zé Vitor (PL), em 14.8.2019, conforme Ofício nº 212/2019 da Liderança do PL.
11. Designado, como membro titular, o Deputado Aroldo Martins (PRB); e, como suplente, o Deputado Carlos Gomes (PRB), em 14.8.2019, conforme Ofício nº 125/2019 da Liderança do PRB.
12. Designado, como membro titular, o Deputado Roberto de Lucena (PODE), em 14.8.2019, conforme Ofício nº 132/2019 da Liderança do PODEMOS.
13. Designado, como membro titular, o Deputado Leonardo Monteiro (PT); e, como suplente, o Deputado Nilto Tatto (PT), em 14.8.2019, conforme Ofício nº 294/2019 da Liderança do PT.
14. Designados, como membros titulares, os Senadores Eduardo Gomes (MDB) e Confúcio Moura (MDB); e, como suplentes, os Senadores Márcio Bittar (MDB) e Eduardo Braga (MDB), em 14.8.2019, conforme Ofício nº 173/2019 da Liderança do MDB.
15. Designado, como membro titular, o Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA); e, como suplente, a Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA), em 14.8.2019, conforme Ofício nº 101/2019 da Liderança do Bloco Senado Independente.
16. Designado, como membro titular, o Deputado Edilázio Júnior (PSD), em 14.8.2019, conforme Ofício nº 314/2019 da Liderança do PSD.
17. Designado, como titular, o Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL), em 14.8.2019, conforme Ofício nº 94/2019 da Liderança do PSDB.
18. Parlamentares designados com base no art. 9º, § 1º, do Regimento Comum do Congresso Nacional e art. 4º, § 2º, da Resolução nº 4/2008-CN: Senador Tasso Jereissati (PSDB) e Deputados Luciano Bivar (PSL), Delegado Waldir (PSL), Atila Lins (PP), Claudio Cajado (PP), Damião Feliciano (PDT), Wolney Queiroz (PDT), Gonzaga Patriota (PSB), Atila Lira (PSB), Ivan Valente (PSOL) e Luiza Erundina (PSOL).
19. Designada, como membro suplente, a Senadora Rose de Freitas (PODE), em vaga existente, em 15.8.2019, conforme Ofício nº 84/2019 da Liderança do PODEMOS. ([DCN de 22/08/2019, p. 79](#))
20. Designado, como membro titular, o Deputado Camilo Capiberibe (PSB), em substituição ao Deputado Gonzaga Patriota (PSB); e, como suplente, é designada a Deputada Lídice da Mata (PSB), em substituição ao Deputado Atila Lira (PSB), em 16.8.2019, conforme Ofício nº 203/2019 da Liderança do PSB. ([DCN de 22/08/2019, p. 80](#))
21. Designado, como membro titular, o Deputado Luiz Carlos (PSDB), em 27.8.2019, conforme Ofício nº 465/2019 da Liderança do PSDB. ([DCN de 29/08/2019, p. 320](#))
22. Designada, como membro titular, a Senadora Rose de Freitas (PODE), em substituição ao Senador Styvenson Valentim (PODE), que passa à condição de suplente, em 27.8.2019, conforme Ofício nº 98/2019 da Liderança do PODEMOS. ([DCN de 29/08/2019, p. 316](#))
23. Designado, como membro titular, o Deputado Leônidas Cristino (PDT), em substituição ao Deputado Damião Feliciano (PDT), em 27.8.2019, conforme Ofício nº 309/2019 da Liderança do PDT. ([DCN de 29/08/2019, p. 318](#))
24. Designada, como membro titular, a Deputada Talíria Petrone (PSOL), em substituição ao Deputado Ivan Valente (PSOL), em 28.8.2019, conforme Ofício nº 165/2019 da Liderança do PSOL. ([DCN de 29/08/2019, p. 317](#))

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



25. Designado, como membro titular, o Deputado Delegado Pablo (PSL), em substituição ao Deputado Luciano Bivar (PSL), em 28.8.2019, conforme Ofício nº 310/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 29/08/2019, p. 319](#))
26. Designado, como membro suplente, o Deputado Léo Moraes (PODE), em vaga existente, em 29.8.2019, conforme Ofício nº 195/2019 da Liderança do Podemos. ([DCN de 05/09/2019, p. 97](#))
27. Designado, como membro titular, o Senador Lucas Barreto (PSD), em vaga existente; e, como suplentes, são designados os Senadores Otto Alencar (PSD) e Angelo Coronel (PSD), em vagas existentes, em 3.9.2019, conforme Ofício nº 130/2019 da Liderança do PSD. ([DCN de 05/09/2019, p. 96](#))
28. Designado, como membro suplente, o Deputado Acácio Favacho (PROS), em substituição ao Deputado Wolney Queiroz (PDT), em vaga cedida, em 3.9.2019, conforme Ofício nº 312/2019 da Liderança do PDT. ([DCN de 05/09/2019, p. 98](#))
29. Designado, como membro suplente, o Deputado Alan Rick (DEM), em vaga existente, em 3.9.2019, conforme Ofício nº 762/2019 da Liderança do DEM.
30. Designado, como membro titular, o Deputado Zé Vitor (PL), em substituição ao Deputado Raimundo Costa (PL), que passa à condição de suplente, em 11.9.2019, conforme Ofício nº 229/2019 da Liderança do PL. ([DCN de 12/09/2019, p. 225](#))
31. Designado, como membro suplente, o Deputado Edmilson Rodrigues (PSOL), em substituição à Deputada Luiza Erundina (PSOL), em 02.10.2019, conforme Memo nº 192/2019 da Liderança do PSOL. ([DCN de 03/10/2019, p. 229](#))
32. Designado, como membro suplente, o Deputado Sidney Leite (PSD), em vaga existente, em 8.10.2019, conforme Ofício nº 444/2019 da Liderança do PSD.

Secretário: Tiago Torres de Lima Brum

Telefone(s): (61) 3303-3534

E-mail: cocm@senado.gov.br



Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência

(Resolução nº 2, de 2013-CN - Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

Finalidade: A fiscalização e o controle externos das atividades de inteligência e contrainteligência e de outras a elas relacionadas, no Brasil ou no exterior.

Número de membros: 6 Senadores e 6 Deputados

PRESIDENTE: Deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Nelsinho Trad (PSD-MS)

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputado Eduardo Bolsonaro (PSL/SP)	Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senador Nelsinho Trad (PSD/MS)
Líder do Bloco Parlamentar da Maioria Deputado Aguinaldo Ribeiro (PP/PB)	Líder da Maioria Senador Eduardo Braga (MDB/AM)
Líder do Bloco Parlamentar Minoria Deputada Jandira Feghali (PCdoB/RJ)	Líder da Minoria Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)
Deputado indicado pela Liderança da Maioria Deputado Claudio Cajado (PP/BA) ⁽⁶⁾	Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria Senadora Daniella Ribeiro (PP/PB) ⁽¹⁾
Deputado indicado pela Liderança da Minoria Deputado Carlos Zarattini (PT/SP) ⁽⁴⁾	Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar Minoria Senador Jaques Wagner (PT/BA) ⁽⁵⁾
Deputado indicado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputado Edio Lopes (PL/RR) ⁽²⁾	Senador indicado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES) ⁽³⁾

Notas:

- Designada a Senadora Daniella Ribeiro (PP/PB) para a vaga destinada ao Bloco Parlamentar da Maioria do Senado Federal, em 3.4.2019, conforme Ofício nº 141/2019 da Liderança da Maioria do Senado Federal. ([DCN de 04/04/2019, p. 276](#))
- Deputado Edio Lopes (PP) é indicado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, em 16.4.2019, conforme Ofício nº 6/2019 da CREDN-CD. ([DCN de 18/04/2019, p. 117](#))
- Senador Marcos do Val (Cidadania) é indicado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, em 22.4.2019, conforme Ofício nº 18/2019 da CRE-SF. ([DCN de 25/04/2019, p. 117](#))
- Designado o Deputado Carlos Zarattini (PT) para a vaga destinada à Minoria da Câmara dos Deputados, em 9.5.2019, conforme Ofício nº 20/2019 da Liderança da Minoria da Câmara dos Deputados. ([DCN de 16/05/2019, p. 8](#))
- Designado o Senador Jaques Wagner (PT) para a vaga destinada à Minoria do Senado Federal, em 11.6.2019, conforme Memorando nº 14/2019 da Liderança da Minoria do Senado Federal. ([DCN de 13/06/2019, p. 234](#))
- Designado o Deputado Cláudio Cajado (PP) para a vaga destinada à Maioria da Câmara dos Deputados, em 13.8.2019, conforme Ofício nº 5/2019 da Liderança da Maioria da Câmara dos Deputados. ([DCN de 15/08/2019, p. 153](#))

Secretário: Marcos Machado Melo

Telefone(s): 3303-4256

E-mail: cocom@senado.leg.br



**Comissão Mista do Congresso Nacional de Assuntos
Relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa**

(Resolução nº 2, de 2014-CN)

Finalidade: A Comissão Mista é órgão de ligação entre o Congresso Nacional e a Assembleia Parlamentar da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (AP-CPLP)

Número de membros: 3 Senadores e 5 Deputados

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

Designação: 05/06/2019

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
Dário Berger - MDB/SC ⁽⁵⁾	1. VAGO
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Izalci Lucas - PSDB/DF ⁽⁴⁾	1. VAGO
Bloco Parlamentar Senado Independente ⁽¹⁾ (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
Flávio Arns - REDE/PR ⁽⁶⁾	1. VAGO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
DEM, MDB, PMN, PP, PSC, PSD, PSDB, PSL, PTB, REPUBLICANOS, PL	
Delegado Waldir - PSL/GO ⁽³⁾	1. Delegado Marcelo Freitas - PSL/MG ⁽³⁾
Rosângela Gomes - REPUBLICANOS/RJ ⁽³⁾	2. Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr. - PP/RJ ⁽³⁾
AVANTE, DC, PCdoB, PDT, PODEMOS, PV, SOLIDARIEDADE, PROS	
Márcio Marinho - REPUBLICANOS/BA ⁽³⁾	1. Damião Feliciano - PDT/PB ⁽³⁾
PT	
VAGO ⁽³⁾	1. VAGO ⁽³⁾
PSB ⁽²⁾	
VAGO ^(3,8)	1. Pastor Eurico - PATRIOTA/PE ^(3,7)

Notas:

*. PRESIDÊNCIA DO PARLAMENTO (para efeito de participação brasileira na AP-CPLP, de acordo com o parágrafo único do art. 5º da Resolução nº 2/2014-CN): Presidente: Senador Davi Alcolumbre (Presidente da Mesa do Congresso Nacional); Vice-Presidente: Deputado Marcos Pereira (Primeiro Vice-Presidente da Mesa do Congresso Nacional).

**. Composição da Câmara dos Deputados informada pelo Ofício nº 405/2019/SGM/P. Observações: 1) Deputada Rosângela Gomes (PRB) indicada para vaga de titular, cedida pelo PP; 2) Deputado Márcio Marinho (PRB) indicado para vaga de titular, cedida pelo PDT.

1. Vaga destinada ao rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum (Bloco Senado Independente-SF).

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



2. Vaga destinada ao rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum (PSB-CD).
3. Designados, por meio do Ofício nº 405/2019/SGM/P, os seguintes Deputados: 1. Bloco PSL,PP,PR,PSD,MDB,PRB,PSDB,DEM,PTB,PSD,PMN: Titulares: Delegado Waldir (PSL) e Rosângela Gomes (PRB); Suplentes: Delegado Marcelo Freitas (PSL) e Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr. (PP); 2. Bloco PDT,SD,PODE,PROS,PCdoB,AVANTE,PV,DC: Titular: Deputado Márcio Marinho (PRB); Suplente: Deputado Damião Feliciano (PDT); 3. PT: Titular: (vago); Suplente: (vago); 4. PSB: Titular: Deputado Rodrigo Coelho (PSB); Suplente: (vago). ([DCN de 06/06/2019, p. 206](#))
4. Designado, como titular, o Senador Izalci Lucas (PSDB), conforme Ofício nº 77/2019, da Liderança do PSDB. ([DCN de 06/06/2019, p. 204](#))
5. Designado, como titular, o Senador Dário Berger (MDB), conforme Ofício nº 160/2019 da Liderança do MDB. ([DCN de 06/06/2019, p. 203](#))
6. Designado, como membro titular, o Senador Flávio Arns (REDE), conforme Memorando nº 91/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar Senado Independente. ([DCN de 06/06/2019, p. 205](#))
7. Designado, como membro suplente, o Deputado Pastor Eurico (Patriota), em vaga cedida, em 8.8.2019, conforme Ofício nº 201/2019 da Liderança do PSB ([DCN de 15/08/2019, p. 152](#))
8. Dispensada a participação do Deputado Rodrigo Coelho (PSB), em 23.9.2019 conforme Ofício nº 268/2019 da liderança do PSB (decisão do diretório Nacional do PSB de 30.08.19). ([DCN de 26/09/2019, p. 358](#))



Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher

(Resolução nº 1, de 2014-CN)

Finalidade: Diagnosticar as lacunas existentes nas ações e serviços da Seguridade Social e na prestação de segurança pública e jurídica às mulheres vítimas de violência; e apresentar propostas para a consolidação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

Número de membros: 12 Senadores e 12 Deputados

PRESIDENTE: Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽¹⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: Deputada Elcione Barbalho (MDB-PA)

RELATOR: VAGO

Designação: 07/08/2019

Instalação: 14/08/2019

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
Simone Tebet - MDB/MS ⁽²⁾	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Daniella Ribeiro - PP/PB ⁽³⁾	3. VAGO
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Mara Gabrilli - PSDB/SP ⁽¹⁶⁾	1. Juíza Selma - PODEMOS/MT ⁽¹⁹⁾
Rose de Freitas ⁽⁴⁾	2. VAGO
Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
Leila Barros - PSB/DF ⁽⁵⁾	1. Fabiano Contarato - REDE/ES ⁽⁵⁾
Eliziane Gama - CIDADANIA/MA ⁽⁵⁾	2. VAGO
PSD	
Nelsinho Trad - MS ⁽⁶⁾	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Zenaide Maia - PROS/RN ⁽⁷⁾	1. Paulo Paim - PT/RS ⁽⁷⁾
VAGO ⁽⁷⁾	2. Jean Paul Prates - PT/RN ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Maria do Carmo Alves - DEM/SE ⁽⁸⁾	1. Chico Rodrigues - DEM/RR ⁽⁸⁾



Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
DEM, MDB, PMN, PP, PSC, PSD, PSDB, PSL, PTB, REPUBLICANOS, PL	
VAGO	1. VAGO
Margarete Coelho - PP/PI ⁽¹⁵⁾	2. Angela Amin - PP/SC ⁽¹⁵⁾
Flordelis - PSD/RJ ⁽⁹⁾	3. VAGO
Elcione Barbalho - MDB/PA ⁽¹⁰⁾	4. VAGO
Policial Katia Sastre - PL/SP ⁽¹¹⁾	5. Flávia Arruda - PL/DF ⁽¹¹⁾
Aline Gurgel - REPUBLICANOS/AP ⁽¹²⁾	6. Maria Rosas - REPUBLICANOS/SP ⁽¹²⁾
VAGO	7. VAGO
AVANTE, DC, PCdoB, PDT, PODEMOS, PV, SOLIDARIEDADE, PROS	
Flávia Moraes - PDT/GO ⁽¹⁷⁾	1. VAGO
Léo Moraes - PODEMOS/RO ⁽¹³⁾	2. VAGO
PT	
Luizianne Lins - CE ⁽¹⁴⁾	1. VAGO
PSB	
Vilson da Fetaemg - MG ⁽²¹⁾	1. VAGO ^(21,22)
PSOL ⁽¹⁾	
Áurea Carolina - MG ⁽²⁰⁾	1. Talíria Petrone - RJ ⁽²⁰⁾

Notas:

1. Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional (PSOL-CD).
2. Designada, como membro titular, a Senadora Simone Tebet (MDB), em 7.8.2019, conforme Ofício nº 156/2019 da Liderança do MDB.
3. Designada, como membro titular, a Senadora Daniella Ribeiro (PP), em 7.8.2019, conforme Ofício nº 48/2019 da Liderança do PP.
4. Designada, como membro titular, a Senadora Rose de Freitas (PODE), em 7.8.2019, conforme Ofício nº 55/2019 da Liderança do PODEMOS.
5. Designadas, como membros titulares, as Senadoras Leila Barros (PSB) e Eliziane Gama (CIDADANIA); e, como suplente, é designado o Senador Fabiano Contarato (REDE), em 7.8.2019, conforme Memorando nº 92/2019 da Liderança do Bloco Senado Independente.
6. Designado, como membro titular, o Senador Nelsinho Trad (PSD), em 7.8.2019, conforme Ofício nº 18/2019 da Liderança do PSD.
7. Designada, como membro titular, a Senadora Zenaide Maia (PROS); e, como suplentes, são designados os Senadores Paulo Paim (PT) e Jean Paul Prates (PT), em 7.8.2019, conforme Ofício nº 52/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática. [Obs.: A indicação da Senadora Renilde Bulhões (PROS) constou no ofício da liderança, porém a indicada não estava no exercício do mandato parlamentar na data da designação - 07/08/2019].
8. Designada, como membro titular, a Senadora Maria do Carmo (DEM); e, como suplente, é designado o Senador Chico Rodrigues (DEM), em 7.8.2019, conforme Ofício nº 41/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar Vanguarda.
9. Designada, como membro titular, a Deputada Flordelis (PSD), em 7.8.2019, conforme Ofício nº 235/2019 da Liderança do PSD.
10. Designada, como membro titular, a Deputada Elcione Barbalho (MDB), em 7.8.2019, conforme Ofício nº 185/2019 da Liderança do Bloco PP/MDB/PT.
11. Designada, como membro titular, a Deputada Policial Katia Sastre (PL); e, como suplente, a Deputada Flávia Arruda (PL), em 7.8.2019, conforme Ofício nº 211/2019 da Liderança do PL.
12. Designada, como membro titular, a Deputada Aline Gurgel (PRB); e, como suplente, a Deputada Maria Rosas (PRB), em 7.8.2019, conforme Ofício nº 122/2019 da Liderança do PL.
13. Designado, como membro titular, o Deputado Léo Moraes (PODE), em 7.8.2019, conforme Ofício nº 131/2019 da Liderança do PODEMOS.
14. Designada, como membro titular, a Deputada Luizianne Lins (PT), em 7.8.2019, conforme Ofício nº 295/2019 da Liderança do PT.
15. Designada, como membro titular, a Deputada Margarete Coelho (PP); e, como suplente, a Deputada Angela Amin (PP), em 7.8.2019, conforme Ofício nº 121/2019 da Liderança do Bloco PP/MDB/PTB.
16. Designada, como membro titular, a Senadora Mara Gabrilli (PSDB), em 8.8.2019, conforme Ofício nº 93/2019 da Liderança do PSDB. ([DCN de 15/08/2019, p. 148](#))
17. Designada, como membro titular, a Deputada Flávia Moraes (PDT), em 13.8.2019, conforme Ofício nº 296/2019 da Liderança do PDT. ([DCN de 15/08/2019, p. 150](#))
18. Instalação e eleição da Presidência em 14/08/2019.
19. Designada, como membro suplente, a Senadora Juíza Selma (PSL), em vaga cedida pelo PSDB, em 14.8.2019, conforme Ofício nº 73/2019, da Liderança do PSL. ([DCN de 15/08/2019, p. 149](#))
20. Designada, como membro titular, a Deputada Áurea Carolina (PSOL); e, como suplente, a Deputada Talíria Petrone (PSOL), em 14.8.2019, conforme Ofício nº 155/2019 da Liderança do PSOL. ([DCN de 15/08/2019, p. 151](#))
21. Designados, como membro titular, o Deputado Vilson da Fetaemg (PSB); e, como suplente, a Deputada Rosana Valle (PSB), em vagas existentes, em 16.8.2019, conforme Ofício nº 204/2019 da Liderança do PSB. ([DCN de 22/08/2019, p. 81](#))



22. Dispensada a participação da Deputada Rosana Valle (PSB), em 23/9/2019, conforme Ofício nº 273/2019 da liderança do PSB (decisão do diretório Nacional do PSB de 30/8/19). ([DCN de 26/09/2019, p. 389](#))

Secretário: Gigliola Ansiliero

Telefone(s): 61 3303-3504

E-mail: cocm@senado.leg.br



Comissão Mista de Consolidação da Legislação Federal

Finalidade: Destinada a apresentar projetos de lei visando à consolidação da legislação federal, à regulamentação dos dispositivos da Constituição Federal, bem como à modernização e ao fortalecimento econômico e social do País.

Número de membros: 12 Senadores e 12 Deputados

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Notas:

*. A composição da Comissão designada em 7/3/2017 foi encerrada em virtude do final da legislatura.

Secretário: Rodrigo Ribeiro Bedritichuk

Telefone(s): 3303-4256



COMISSÕES MISTAS DE MEDIDAS PROVISÓRIAS

CMMPV 866/2018 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 866, de 2018.

(ver Medida Provisória)

Finalidade: Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 866, de 2018.

Número de membros: 13 Senadores e 13 Deputados

PRESIDENTE: Mauro Lopes (MDB-MG) ⁽¹⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: Flávio Bolsonaro (S/Partido-RJ) ⁽¹⁸⁾

RELATOR REVISOR: VAGO

Designação: 15/02/2019

Instalação: 27/03/2019

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
Marcelo Castro - MDB/PI ⁽¹⁴⁾	1. Fernando Bezerra Coelho - MDB/PE ⁽¹⁴⁾
Dário Berger - MDB/SC ⁽¹⁴⁾	2. Jarbas Vasconcelos - MDB/PE ⁽¹⁴⁾
Esperidião Amin - PP/SC ⁽²²⁾	3. Vanderlan Cardoso - PP/GO ⁽²²⁾
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Antonio Anastasia - PSDB/MG ⁽⁶⁾	1. Izalci Lucas - PSDB/DF ⁽¹⁰⁾
Oriovisto Guimarães - PODEMOS/PR ⁽⁷⁾	2. VAGO
Flávio Bolsonaro - S/Partido/RJ ^(12,19)	3. Soraya Thronicke - PSL/MS ^(12,19)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
Marcos do Val - PODEMOS/ES ⁽⁹⁾	1. Jorge Kajuru - CIDADANIA/GO
Leila Barros - PSB/DF ⁽⁹⁾	2. Randolfe Rodrigues - REDE/AP
PSD	
Angelo Coronel - BA ⁽⁸⁾	1. Carlos Viana - MG ^(8,11)
Lucas Barreto - AP ^(8,11)	2. Arolde de Oliveira - RJ ^(8,11)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Jaques Wagner - PT/BA ⁽¹⁷⁾	1. Jean Paul Prates - PT/RN ⁽¹⁷⁾
Telmário Mota - PROS/RR ⁽¹⁷⁾	2. Zenaide Maia - PROS/RN ⁽¹⁷⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Rodrigo Pacheco - DEM/MG	1. Jorginho Mello - PL/SC



Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
DEM, MDB, PMN, PP, PSC, PSD, PSDB, PSL, PTB, REPUBLICANOS	
Mauro Lopes - MDB/MG ^(2,20)	1. Hildo Rocha - MDB/MA ⁽²⁾
Pedro Paulo - DEM/RJ ⁽²⁾	2. Kim Kataguri - DEM/SP ⁽²⁾
Celso Sabino - PSDB/PA ⁽⁴⁾	3. Delegado Pablo - PSL/AM ⁽⁵⁾
Coronel Tadeu - PSL/SP ⁽⁵⁾	4. VAGO
Celso Russomanno - REPUBLICANOS/SP ⁽¹³⁾	5. VAGO
VAGO	6. VAGO
VAGO	7. VAGO
AVANTE, DC, PCdoB, PDT, PODEMOS, PROS, PV, SOLIDARIEDADE	
Paulo Ramos - PDT/RJ ⁽²¹⁾	1. Augusto Coutinho - SOLIDARIEDADE/PE
Pr. Marco Feliciano - PODEMOS/SP ⁽¹⁵⁾	2. Orlando Silva - PCdoB/SP
PT	
Alencar Santana Braga - SP ⁽¹⁶⁾	1. Carlos Zarattini - SP ⁽¹⁶⁾
PL	
José Rocha - BA ⁽³⁾	1. Giovani Cherini - RS ⁽³⁾
PSB	
Tadeu Alencar - PE	1. VAGO
PTC ⁽¹⁾	
VAGO	1. VAGO

Notas:

- Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional (PTC-CD).
- Designados, como membros titulares, os Deputados Marcos Aurélio Sampaio e Pedro Paulo; e, como membros suplentes, os Deputados Hildo Rocha e Kim Kataguri, em 15/02/2019, conforme Of. 25 e 62/2019, do Bloco PSL/PP/PSD/MDB/PRB/DEM/PSDB/PTB/PSC/PMN. ([DCN de 21/02/2019, p. 22](#); [DCN de 21/02/2019, p. 23](#))
- Designado, como membro titular, o Deputado José Rocha (PR); e, como membro suplente, o Deputado Giovani Cherini (PR), em 15/02/2019, conforme Ofício nº 008/2019, da Liderança do PR. ([DCN de 21/02/2019, p. 17](#))
- Designado, como membro titular, o Deputado Celso Sabino (PSDB), em vaga existente, em 19/02/2019, conforme Ofício nº 90/2019, da Liderança do Bloco PSL/PP/PSD/MDB/PR/PRB/PSDB/DEM/PTB/PSC/PMN. ([DCN de 21/02/2019, p. 153](#))
- Designado, como membro titular, o Deputado Coronel Tadeu (PSL); e, como membro suplente, o Deputado Delegado Pablo (PSL), em vagas existentes, em 19/02/2019, conforme Ofício nº 99/2019, da Liderança do Bloco PSL/PP/PSD/MDB/PR/PRB/PSDB/DEM/PTB/PSC/PMN. ([DCN de 21/02/2019, p. 154](#))
- Designado, como membro titular, o Senador Antônio Anastasia (PSDB), em substituição ao Senador Roberto Rocha (PSDB), em 20/02/2019, conforme Ofício nº 42/2019, da Liderança do PSDB. ([DCN de 21/02/2019, p. 152](#))
- Designado, como membro titular, o Senador Orlanovista Guimarães (PODE), em substituição ao Senador Alvaro Dias (PODE), em 21/2/2019, conforme Ofício nº 18/2019, do Bloco PODEMOS/PSDB/PSL. ([DCN de 21/02/2019, p. 150](#))
- Designados, como membros titulares, os Senadores Ângelo Coronel (PSD) e Nelsinho Trad (PSD), em substituição aos Senadores Otto Alencar (PSD) e Irajá (PSD); e, como membro suplente, o Senador Lucas Barreto (PSD), em vaga existente, na data de 21/2/2019, conforme Ofício nº 28/2019 da Liderança do PSD. ([DCN de 21/02/2019, p. 151](#))
- Designados, como membros titulares, os Senadores Marcos do Val (PPS) e Leila Barros (PSB), em substituição aos Senadores Weverton (PDT) e Eliziane Gama (PPS), em 22/2/2019, conforme Memo nº 35/2019, do Bloco Senado Independente. ([DCN de 28/02/2019, p. 36](#))
- Designado, como membro suplente, o Senador Izalci Lucas (PSDB), em 25/02/2019, conforme Ofício nº 50/2019 da Liderança do PSDB. ([DCN de 28/02/2019, p. 38](#))
- Designado, como membro titular, o Senador Lucas Barreto (PSD), em substituição ao Senador Nelsinho Trad (PSD); e, como membros suplentes, os Senadores Carlos Viana (PSD) e Arolde de Oliveira (PSD), em 26/2/2019, conforme Ofício nº 21/2019, da Liderança do PSD. ([DCN de 28/02/2019, p. 37](#))
- Designada, como membro titular, a Senadora Soraya Thronicke (PSL), em substituição ao Senador Major Olimpio (PSL); e, como membro suplente, o Senador Flávio Bolsonaro (PSL), em 11/3/2019, conforme Ofício nº 24/2019, da Liderança do PSL. ([DCN de 14/03/2019, p. 37](#))
- Designado, como membro titular, o Deputado Celso Russomanno (PRB), em vaga existente, em 19/3/2019, conforme Ofício nº 165/2019, do Bloco PSL, PP, PSD, MDB, PR, PRB, PSDB, DEM, PTB, PSC, PMN. ([DCN de 21/03/2019, p. 107](#))
- Designados como membros titulares o Senador Marcelo Castro (MDB/PI), em substituição ao Senador Eduardo Braga (MDB/AM), e o Senador Dário Berger (MDB/SC); e como membros suplentes os Senadores Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE) e Jarbas Vasconcelos (MDB/PE), em 19/3/2019, conforme Ofício nº 103/2019 da Liderança do MDB. ([DCN de 21/03/2019, p. 105](#))

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



15. Designado, como membro titular, o Deputado Pr. Marco Feliciano (PODE), em substituição ao Deputado José Nelto (PODE), em 20/3/2019, conforme Ofício nº 115/2019, do Bloco PDT, SOLIDARIEDADE, PODE, PCdoB, PROS, AVANTE, PV. ([DCN de 21/03/2019, p. 106](#))
16. Designado, como membro titular, o Deputado Alencar Santana (PT), em substituição ao Deputado Paulo Pimenta (PT); e, como membro suplente, o Deputado Carlos Zarattini (PT), em substituição ao Deputado Afonso Florence (PT), em 20/3/2019, conforme Ofício nº 38/2019, da Liderança do PT. ([DCN de 21/03/2019, p. 104](#))
17. Designados, como membros titulares, os Senadores Jaques Wagner e Telmário Mota, e, como suplentes, os Senadores Jean Paul Prates e Zenaide Maia, em 20/3/2019, conforme Ofício nº 29/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática. ([DCN de 21/03/2019, p. 103](#))
18. Designados como Presidente e Relator, respectivamente, o Deputado Mauro Lopes e o Senador Flávio Bolsonaro, em 27/3/2019, conforme Ofício nº 1/2019 da CMMPV 866/2018.
19. Designado, como membro titular, o Senador Flávio Bolsonaro (PSL), em substituição à Senadora Soraya Thronicke (PSL), que passa à condição de suplente, em 27/3/2019, conforme Ofício nº 17/2019, da Liderança do PSL. ([DCN de 28/03/2019, p. 135](#))
20. Designado, como membro titular, o Deputado Mauro Lopes (MDB), em substituição ao Deputado Marcos Aurélio Sampaio (MDB), em 27/3/2019, conforme Ofício nº 346/2019, do Bloco PR, PP, PSD, MDB, DEM, PTB, PSC, PMN. ([DCN de 04/04/2019, p. 292](#))
21. Designado, como membro titular, o Deputado Paulo Ramos (PDT/RJ), em substituição ao Deputado André Figueiredo (PDT/CE), em 9/4/2019, conforme Ofício nº 150/2019 da Liderança do Bloco PDT, AVANTE, PV. ([DCN de 11/04/2019, p. 69](#))
22. Designados os Senadores Esperidião Amin (PP/SC), como membro titular, e Vanderlan Cardoso (PP/GO), como membro suplente, em substituição, respectivamente, à Senadora Daniella Ribeiro (PP/PB) e ao Senador Ciro Nogueira (PP/PI), em 17/4/2019, conforme Ofício nº 34/2019 da Liderança do PP. ([DCN de 18/04/2019, p. 130](#))

Secretário: Ricardo Maia

Telefone(s): 3303-4256



CMMPV 884/2019 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 884, de 2019

(ver Medida Provisória)

Finalidade: Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 884, de 2019.**Número de membros:** 13 Senadores e 13 Deputados**PRESIDENTE:** Jose Mario Schreiner (DEM-GO)**VICE-PRESIDENTE:** Marcio Bittar (MDB-AC)**RELATOR:** Irajá (PSD-TO)**RELATOR REVISOR:** Nelson Barbudo (PSL-MT)**Designação:** 18/06/2019**Instalação:** 10/07/2019**Senado Federal**

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
Marcio Bittar - MDB/AC ⁽¹⁴⁾	1. Luiz do Carmo - MDB/GO ⁽¹⁴⁾
Fernando Bezerra Coelho - MDB/PE ⁽¹⁴⁾	2. Mecias de Jesus - REPUBLICANOS/RR ⁽¹⁴⁾
Luis Carlos Heinze - PP/RS ⁽²²⁾	3. Ciro Nogueira - PP/PI
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Plínio Valério - PSDB/AM ⁽¹²⁾	1. Rodrigo Cunha - PSDB/AL ⁽¹²⁾
Lasier Martins - PODEMOS/RS ⁽¹⁶⁾	2. Elmano Férrer - PODEMOS/PI ⁽¹⁶⁾
Soraya Thronicke - PSL/MS ⁽¹⁵⁾	3. Flávio Bolsonaro - S/Partido/RJ ⁽¹⁵⁾
Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
Weverton - PDT/MA	1. Jorge Kajuru - CIDADANIA/GO
Fabiano Contarato - REDE/ES ⁽⁴⁾	2. Eliziane Gama - CIDADANIA/MA
PSD	
Sérgio Petecão - AC ⁽¹⁰⁾	1. Lucas Barreto - AP ⁽¹⁰⁾
Irajá - TO	2. Nelsinho Trad - MS ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Paulo Rocha - PT/PA ⁽⁷⁾	1. Jaques Wagner - PT/BA ⁽⁷⁾
Zenaide Maia - PROS/RN ⁽⁷⁾	2. Telmário Mota - PROS/RR ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Rodrigo Pacheco - DEM/MG	1. Jorginho Mello - PL/SC

Câmara dos Deputados

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



TITULARES	SUPLENTE
MDB, PP, PTB	
Neri Geller - PP/MT ⁽¹⁸⁾	1. Paulo Bengtson - PTB/PA ⁽⁸⁾
Sergio Souza - MDB/PR ⁽¹³⁾	2. Marcelo Aro - PP/MG ⁽¹⁸⁾
PT	
Nilto Tatto - SP ⁽²¹⁾	1. Carlos Zarattini - SP ⁽²¹⁾
PSL	
Nelson Barbudo - MT ^(2,19)	1. Coronel Armando - SC ^(2,19)
PSD	
André de Paula - PE	1. Diego Andrade - MG
PL	
Zé Vitor - MG ⁽⁵⁾	1. Marcelo Ramos - AM
PSB	
VAGO ^(6,11)	1. Marcelo Nilo - BA ⁽⁶⁾
REPUBLICANOS	
Aroldo Martins - PR ⁽²⁰⁾	1. Benes Leocádio - RN ⁽²⁰⁾
PSDB	
Carlos Sampaio - SP	1. Beto Pereira - MS
DEM	
Jose Mario Schreiner - GO ⁽³⁾	1. Pedro Lupion - PR ⁽⁹⁾
PDT	
André Figueiredo - CE	1. Afonso Motta - RS
PODEMOS	
Pr. Marco Feliciano - SP ⁽¹⁷⁾	1. Igor Timo - MG
PATRIOTA ⁽¹⁾	
Fred Costa - MG	1. Pastor Eurico - PE

Notas:

1. Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional (PATRIOTA-CD)
2. Designadas, como titular e suplente, respectivamente, as Deputadas Bia Kicis (PSL/DF) e Joice Hasselmann (PSL/SP), em 18/6/2019, conforme Ofício n° 162/2019 da Liderança do PSL, publicado no DCN de 25/04/2019, p. 120
3. Designado como titular o Deputado José Mário Schreiner (DEM/GO), em 18/6/2019, conforme Ofício n° 582/2019 da Liderança do DEM.
4. Designado como titular o Senador Fabiano Contarato (REDE/ES), em 18/6/2019, conforme Memorando n° 98/2019 da Liderança do Bloco Senado Independente.
5. Designado como titular o Deputado Zé Vitor (PL/MG), em substituição ao Deputado Wellington Roberto (PL/PB), em 18/6/2019, conforme Ofício n° 226/2019 da Liderança do PL. ([DCN de 20/06/2019, p. 304](#))
6. Designados, como titular e suplente, respectivamente, os Deputados Rodrigo Agostinho (PSB/SP) e Marcelo Nilo (PSB/BA), em substituição aos Deputados Tadeu Alencar (PSB/PE) e Elias (PSB/GO), em 19/6/2019, conforme Ofício n° 176/2019 da Liderança do PSB. ([DCN de 20/06/2019, p. 303](#))
7. Designados, como titulares, o Senador Paulo Rocha(PT/PA) e a Senadora Zenaide Maia (PROS/RN), em substituição, respectivamente, ao Senador Humberto Costa (PT/PE) e o Senador Telmário Mota (PROS/RR), e como suplentes, o Senador Jaques Wagner(PT/BA) e Telmário Mota (PROS/RR), em substituição, respectivamente, ao Senador Rogério Carvalho (PT/SE) e a Senadora Zenaide Maia (PROS/RN), em 19/06/2019, conforme Ofício n° 60/2019 do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática. ([DCN de 20/06/2019, p. 300](#))
8. Designado como suplente o Deputado Paulo Bengtson (PTB/PA), em 19/6/2019, conforme Ofício n° 120/2019 da Liderança do Bloco PP, MDB, PTB. ([DCN de 20/06/2019, p. 302](#))
9. Designado como suplente o Deputado Pedro Lupion (DEM/PR), em substituição ao Deputado Efraim Filho (DEM/PB), em 19/6/2019, conforme Ofício n° 587/2019 da Liderança do DEM. ([DCN de 20/06/2019, p. 305](#))
10. Designados o Senador Sérgio Petecão (PSD/AC), como titular, em substituição ao Senador Otto Alencar (PSD/BA); e, como suplentes, os Senadores Lucas Barreto (PSD/AP) e Nelsinho Trad (PSD/MS), em substituição ao Senador Angelo Coronel (PSD/BA), em 19/6/2019, conforme Ofício n° 104/2019 da Liderança do PSD. ([DCN de 20/06/2019, p. 301](#))
11. Dispensada a participação do Deputado Rodrigo Agostinho (PSB/SP), conforme Ofício n° 266/2019 da liderança do PSB (decisão do diretório Nacional do PSB de 30.08.19) ([DCN de 26/09/2019, p. 357](#))
12. Designados os Senadores Plínio Valério (PSDB/AM), como titular, e Rodrigo Cunha (PSDB/AL), como suplente, em substituição, respectivamente, aos Senadores Roberto Rocha (PSDB/MA) e Izalci Lucas (PSDB/DF), em 24/6/2019, conforme Ofício n° 82/2019 da Liderança do PSDB. ([DCN de 27/06/2019, p. 56](#))



13. Designado, como titular, o Deputado Sérgio Souza (MDB/PR), em substituição ao Deputado Baleia Rossi (MDB/SP), em 25/06/2019, conforme Ofício nº 124/2019 da Liderança do Bloco PP/MDB/PTB. ([DCN de 27/06/2019, p. 57](#))
14. Designados em 25/6/2019, conforme Ofício nº 185/2019 da Liderança do MDB: Senador Marcio Bittar (MDB/AC), como primeiro titular, em substituição ao Senador Eduardo Braga (MDB/AM); Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE), como segundo titular; Senador Luiz do Carmo (MDB/GO), como primeiro suplente; e Senador Mecias de Jesus (PRB/RR), como segundo suplente. ([DCN de 27/06/2019, p. 60](#))
15. Designados, como titular, a Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS), em substituição ao Senador Major Olimpio (PSL/SP), e como suplente, o Senador Flávio Bolsonaro (PSL/RJ), em 26/06/2019, conforme Ofício nº 46/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 27/06/2019, p. 54](#))
16. Designados, em 26/6/2019, conforme Ofício nº 70/2019 da Liderança do PODEMOS: Senador Laiser Martins (PODEMOS/RS), como titular, em substituição ao Senador Alvaro Dias (PODEMOS/PR); e Senador Elmano Férrer (PODEMOS/PI), como suplente, em substituição ao Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS/PR). ([DCN de 27/06/2019, p. 55](#))
17. Designado, como titular, o Deputado Pastor Marco Feliciano (PODEMOS/SP), em substituição ao Deputado José Nelto (PODEMOS/GO), em 26/06/2019, conforme Ofício nº 151/2019 da Liderança do PODEMOS. ([DCN de 27/06/2019, p. 59](#))
18. Designados o Deputado Neri Geller (PP/MT), como titular, em substituição ao Deputado Arthur Iria (PP/AL); e, como suplente, o Deputado Marcelo Aro (PP/MG), em 26/6/2019, conforme Ofício nº 131/2019 da Liderança do Bloco PP/MDB/PTB. ([DCN de 27/06/2019, p. 58](#))
19. Designados, como titular e suplente, os Deputados Nelson Barbudo (PSL/MT) e Coronel Armando (PSL/SC), em substituição, respectivamente, às Deputadas Bia Kicis (PSL/DF) e Joice Hasselmann (PSL/SP), em 2/7/2019, conforme Ofício nº 239/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 04/07/2019, p. 243](#))
20. Designados em 8/7/2019, conforme Ofício nº 137/2019 da Liderança do PRB: o Deputado Aroldo Martins (PRB/PR), como titular, em substituição ao Deputado Jhonatan de Jesus (PRB/RR); e o Deputado Benes Leocárdio (PRB/RN), como suplente, em substituição ao Deputado João Roma (PROB/RN). ([DCN de 11/07/2019, p. 52](#))
21. Designados, em 9/7/2019, conforme Ofício nº 422/2019 da Liderança do PT: o Deputado Nilton Tatto (PT/SP), como titular, em substituição ao Deputado Paulo Pimenta (PT/RS); e o Deputado Carlos Zarattini (PT/SP), como suplente, em substituição ao Deputado Rui Falcão (PT/SP). ([DCN de 11/07/2019, p. 41](#))
22. Designado como titular o Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS), em substituição à Senadora Daniella Ribeiro (PP/PB), em 15/7/2019, conforme Ofício nº 52/2019 da Liderança do PP. ([DCN de 18/07/2019, p. 463](#))

Secretário: Ricardo Maia

Telefone(s): 3303-4256



CMMPV 885/2019 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 885, de 2019

(ver Medida Provisória)

Finalidade: Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 885, de 2019.**Número de membros:** 13 Senadores e 13 Deputados**PRESIDENTE:** Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE)**VICE-PRESIDENTE:** VAGO**RELATOR:** Capitão Wagner (PROS-CE)**RELATOR REVISOR:** VAGO**Designação:** 21/06/2019**Instalação:** 10/07/2019**Senado Federal**

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
Marcelo Castro - MDB/PI ⁽¹⁹⁾	1. Jader Barbalho - MDB/PA ⁽¹⁹⁾
Confúcio Moura - MDB/RO ⁽¹⁹⁾	2. Mecias de Jesus - REPUBLICANOS/RR ⁽¹⁹⁾
Daniella Ribeiro - PP/PB	3. Ciro Nogueira - PP/PI
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Antonio Anastasia - PSDB/MG ⁽⁵⁾	1. VAGO ⁽⁵⁾
Alvaro Dias - PODEMOS/PR	2. Oriovisto Guimarães - PODEMOS/PR
Major Olimpio - PSL/SP ⁽⁴⁾	3. Juíza Selma - PODEMOS/MT ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
Alessandro Vieira - CIDADANIA/SE ⁽¹⁵⁾	1. Weverton - PDT/MA ⁽¹⁵⁾
Fabiano Contarato - REDE/ES	2. Eliziane Gama - CIDADANIA/MA
PSD	
Lucas Barreto - AP ⁽³⁾	1. Carlos Viana - MG ⁽³⁾
Angelo Coronel - BA ⁽³⁾	2. Arolde de Oliveira - RJ ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Jean Paul Prates - PT/RN ⁽²⁰⁾	1. Rogério Carvalho - PT/SE
Telmário Mota - PROS/RR	2. Zenaide Maia - PROS/RN
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Marcos Rogério - DEM/RO ⁽¹⁷⁾	1. Jorginho Mello - PL/SC

Câmara dos DeputadosSecretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>

TITULARES	SUPLENTE
MDB, PP, PTB	
Guilherme Derrite - PP/SP ⁽¹⁰⁾	1. Santini - PTB/RS ⁽¹¹⁾
Marcos Aurélio Sampaio - MDB/PI ⁽⁸⁾	2. VAGO
PT	
Carlos Zarattini - SP ⁽¹⁶⁾	1. Rui Falcão - SP
PSL	
Felício Laterça - RJ ^(2,13)	1. Daniel Silveira - RJ ^(2,13)
PSD	
Joaquim Passarinho - PA ⁽¹¹⁾	1. Diego Andrade - MG
PL	
Policial Katia Sastre - SP ⁽²²⁾	1. Marcelo Ramos - AM
PSB	
Tadeu Alencar - PE	1. Elias Vaz - GO
REPUBLICANOS	
Gilberto Abramo - MG ⁽¹⁴⁾	1. João Campos - GO ⁽¹⁴⁾
PSDB	
Carlos Sampaio - SP	1. Beto Pereira - MS
DEM	
Pedro Lupion - PR ⁽²¹⁾	1. Efraim Filho - PB
PDT	
Subtenente Gonzaga - MG ⁽⁹⁾	1. Fábio Henrique - SE ⁽¹²⁾
PODEMOS	
Capitão Wagner - PROS/CE ⁽⁷⁾	1. Léo Moraes - RO ⁽⁶⁾
NOVO ⁽¹⁾	
Adriana Ventura - SP ⁽¹⁸⁾	1. Paulo Ganime - RJ

Notas:

1. Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum.
2. Designadas, como titular e suplente, respectivamente, as Deputadas Bia Kicis (PSL/DF) e Joice Hasselmann (PSL/SP), em 18/6/2019, conforme Ofício nº 162/2019 da Liderança do PSL, publicado no DCN de 25/04/2019, p. 120
3. Designados como titulares os Senadores Lucas Barreto (PSD/AP) e Angelo Coronel (PSD/BA); e, como suplentes, os Senadores Carlos Viana (PSD/MG) e Arolde de Oliveira (PSD/RJ), conforme Ofício nº 114/2019 da Liderança do PSD.
4. Designado o Senador Major Olímpio (PSL/SP), como titular, e a Senadora Juíza Selma (PSL/MT), como suplente, em 19/6/2019, conforme Ofício nº 44/2019 da Liderança do PSL.
5. Designado como titular o Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG), em substituição ao Senador Roberto Rocha (PSDB/MA); e desligado da suplência o Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), em 24/6/2019, conforme Ofício nº 83/2019 da Liderança do PSDB. ([DCN de 27/06/2019, p. 61](#))
6. Designado como suplente o Deputado Léo Moraes (PODEMOS/RO), em substituição ao Deputado Igor Timo (PODEMOS/MG), em 24/6/2019, conforme Ofício nº 146/2019 da Liderança do PODEMOS. ([DCN de 27/06/2019, p. 65](#))
7. Designado como titular o Deputado Capitão Wagner (PROS/CE), em substituição ao Deputado José Nelto (PODEMOS/GO), em 24/6/2019, conforme Ofício nº 145/2019 da Liderança do PODEMOS. ([DCN de 27/06/2019, p. 64](#))
8. Designado, como titular, o Deputado Marcos Aurélio Sampaio (MDB/PI), em substituição ao Deputado Baleia Rossi (MDB/SP), em 26/06/2019, conforme Ofício nº 125/2019 da Liderança do Bloco PP/MDB/PTB. ([DCN de 27/06/2019, p. 62](#))
9. Designado, como titular, o Deputado Subtenente Gonzaga (PDT/MG), em substituição ao Deputado André Figueiredo (PDT/CE), em 26/06/2019, conforme Ofício nº 241/2019 da Liderança do PDT. ([DCN de 27/06/2019, p. 66](#))
10. Designados o Deputado Guilherme Derrite (PP/SP), como titular, em substituição ao Deputado Arthur Lira (PP/AL); e, como suplente, o Deputado Santini (PTB/RS), em 26/06/2019, conforme Ofício nº 132/2019 da Liderança do Bloco PP/MDB/PTB. ([DCN de 27/06/2019, p. 63](#))
11. Designado, como titular, o Deputado Joaquim Passarinho (PSD/PA) em substituição ao Deputado André de Paula (PSD/PE), em 26/06/2019, conforme Ofício nº 260/2019 da Liderança do PSD. ([DCN de 27/06/2019, p. 67](#))
12. Designado como suplente o Deputado Fábio Henrique (PDT/CE), em substituição ao Deputado Afonso Motta (PDT/RS), em 27/6/2019, conforme Ofício nº 248/2019 da Liderança do PDT. ([DCN de 04/07/2019, p. 245](#))
13. Designados, como titular suplente, os Deputados Felício Laterça (PSL/RJ) e Daniel Silveira (PSL/RJ), em substituição respectivamente às Deputadas Bia Kicis (PSL/DF) e Joice Hasselmann (PSL/SP), em 2/7/2019, conforme Ofício nº 240/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 04/07/2019, p. 244](#))



14. Designados o Deputado Gilberto Abramo (PRB/MG), como titular, em substituição ao Deputado Jhonatan de Jesus (PRB/RR); e, como suplente, o Deputado João Campos (PRB/GO), em substituição ao Deputado João Roma (PRB/BA), em 8/7/2019, conforme Ofício n° 137/2019 da Liderança do PRB. ([DCN de 11/07/2019, p. 52](#))
15. Designado como titular o Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE), em substituição ao Senador Weverton (PDT/MA), que, por sua vez, passa à suplência, substituindo o Senador Jorge Kajuru (PSB/GO), em 9/7/2019, conforme Ofício n° 104/2019 da Liderança do Bloco Senado Independente. ([DCN de 11/07/2019, p. 43](#))
16. Designado como titular o Deputado Carlos Zarattini (PT/SP), em substituição ao Deputado Paulo Pimenta (PT/RS), em 9/7/2019, conforme Ofício n° 423/2019 da Liderança do PT. ([DCN de 11/07/2019, p. 44](#))
17. Designado, como membro titular, o Senador Marcos Rogério (DEM), em substituição ao Senador Rodrigo Pacheco (PL), em 10.7.2019, conforme Ofício n° 49/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar Vanguarda. ([DCN de 11/07/2019, p. 42](#))
18. Designada como titular a Deputada Adriana Ventura em substituição ao Deputado Marcel Van Hattem, em 10/7/2019, conforme Ofício n° 87/2019 da Liderança do NOVO, . ([DCN de 11/07/2019, p. 47](#))
19. Designados, em 10/7/2019, conforme Ofício n° 192/2019 da Liderança do MDB: Senador Marcelo Castro (MDB/PI), como primeiro titular, em substituição ao Senador Eduardo Braga (MDB/AM); Senador Confúcio Moura (MDB/RO), como segundo titular; Senador Jader Barbalho (MDB/PA), como primeiro suplente; e Senador Mecias de Jesus (PRB/RR), como segundo suplente. ([DCN de 11/07/2019, p. 45](#))
20. Designado como titular o Senador Jean Paul Prates (PT/RN), em substituição ao Senador Humberto Costa (PR/PE), em 10/7/2019, conforme Ofício n° 62/2019 da Liderança do Bloco da Resistência Democrática. ([DCN de 11/07/2019, p. 46](#))
21. Designado como titular o Deputado Pedro Lupion (DEM/PR), em substituição ao Deputado Elmar Nascimento (DEM/BA), em 13/8/2019, conforme Ofício n° 710/2019 da Liderança do DEM. ([DCN de 15/08/2019, p. 102](#))
22. Designada como titular a Deputada Policial Katia Sastre (PL/SP), em substituição ao Deputado Wellington Roberto (PL/PB), em 13/8/2019, conforme Ofício n° 275/2019 da Liderança do PL. ([DCN de 15/08/2019, p. 101](#))

Secretário: Vivian Zoehler

Telefone(s): 3303-4256



CMMPV 886/2019 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 886, de 2019

(ver Medida Provisória)

Finalidade: Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 886, de 2019.**Número de membros:** 13 Senadores e 13 Deputados**PRESIDENTE:** Dra. Soraya Manato (PSL-ES)**VICE-PRESIDENTE:** VAGO**RELATOR:** Marcos Rogério (DEM-RO)**RELATOR REVISOR:** VAGO**Designação:** 26/06/2019**Instalação:** 14/08/2019**Senado Federal**

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
Fernando Bezerra Coelho - MDB/PE ⁽¹¹⁾	1. Eduardo Gomes - MDB/TO ⁽¹¹⁾
Simone Tebet - MDB/MS ⁽¹¹⁾	2. Dário Berger - MDB/SC ⁽¹¹⁾
Daniella Ribeiro - PP/PB	3. Ciro Nogueira - PP/PI
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Antonio Anastasia - PSDB/MG ⁽⁷⁾	1. Izalci Lucas - PSDB/DF
Alvaro Dias - PODEMOS/PR	2. Oriovisto Guimarães - PODEMOS/PR
Flávio Bolsonaro - S/Partido/RJ ⁽³⁾	3. Soraya Thronicke - PSL/MS ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
Weverton - PDT/MA	1. Jorge Kajuru - CIDADANIA/GO
Randolfe Rodrigues - REDE/AP	2. Eliziane Gama - CIDADANIA/MA
PSD	
Arolde de Oliveira - RJ ⁽¹³⁾	1. Sérgio Petecão - AC ⁽¹³⁾
Lucas Barreto - AP ⁽¹³⁾	2. Nelsinho Trad - MS ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Rogério Carvalho - PT/SE ⁽¹⁰⁾	1. Paulo Rocha - PT/PA ⁽¹⁰⁾
Zenaide Maia - PROS/RN ⁽¹⁰⁾	2. Telmário Mota - PROS/RR ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Marcos Rogério - DEM/RO ⁽¹⁴⁾	1. Jorginho Mello - PL/SC

Câmara dos Deputados

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



TITULARES	SUPLENTE
MDB, PP, PTB	
Arthur Lira - PP/AL	1. VAGO
Darcísio Perondi - MDB/RS ⁽¹⁹⁾	2. Hercílio Coelho Diniz - MDB/MG ⁽¹⁹⁾
PT	
Carlos Zarattini - SP ⁽¹⁶⁾	1. Afonso Florence - BA ⁽¹⁶⁾
PSL	
Dra. Soraya Manato - ES ^(2,6,15)	1. Coronel Tadeu - SP ^(2,6,15)
PSD	
André de Paula - PE	1. Diego Andrade - MG
PL	
Magda Mofatto - GO ⁽¹⁷⁾	1. Marcelo Ramos - AM
PSB	
Camilo Capiberibe - AP ⁽²⁰⁾	1. VAGO ^(20,21)
REPUBLICANOS	
João Roma - BA ⁽⁹⁾	1. Hugo Motta - PB ⁽⁹⁾
PSDB	
Adolfo Viana - BA ⁽¹⁸⁾	1. Beto Pereira - MS
DEM	
Elmar Nascimento - BA	1. Pedro Lupion - PR ⁽⁸⁾
PDT	
Túlio Gadêlha - PE ⁽⁵⁾	1. Joenia Wapichana - REDE/RR ⁽⁴⁾
PODEMOS	
Diego Garcia - PR ⁽¹²⁾	1. Igor Timo - MG
PROS ⁽¹⁾	
Toninho Wandscheer - PR	1. Capitão Wagner - CE

Notas:

1. Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum.
2. Designadas, como titular e suplente, respectivamente, as Deputadas Bia Kicis (PSL/DF) e Joice Hasselmann (PSL/SP), em 24/6/2019, conforme Ofício n° 162/2019 da Liderança do PSL, publicado no DCN de 25/04/2019, p. 120
3. Designados o Senador Flávio Bolsonaro (PSL/RJ), como titular, e a Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS), como suplente, em 26/6/2019, conforme Ofício n° 47/2019 da Liderança do PSL.
4. Designada como suplente a Deputada Joenia Wapichana (REDE/RR), em 26/6/2019, conforme Ofício n° 245/2019 da Liderança do PDT.
5. Designado como titular o Deputado Túlio Gadêlha (PDT/PE), em substituição ao Deputado André Figueiredo (PDT/CE), em 27/6/2019, conforme Ofício n° 250/2019 da Liderança do PDT. ([DCN de 04/07/2019, p. 248](#))
6. Designado o Deputado Coronel Tadeu (PSL/SP), como titular, em substituição à Deputada Bia Kicis (PSL/DF), que passa a ocupar vaga de suplente, substituindo a Deputada Joice Hasselmann (PSL/SP), em 2/7/2019, conforme Ofício n° 241/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 04/07/2019, p. 247](#))
7. Designado como titular o Senador Antônio Anastasia (PSDB/MG), em substituição ao Senador Roberto Rocha (PSDB/MA), que passa a ocupar vaga de suplente, substituindo o Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), em 2/7/2019, conforme Ofício n° 84/2019 da Liderança do PSDB. ([DCN de 04/07/2019, p. 246](#))
8. Designado o Deputado Pedro Lupion (DEM/PR), como suplente, em substituição ao Deputado Efraim Filho (DEM/PB), em 3/7/2019, conforme Ofício n° 597/2019 da Liderança do DEM. ([DCN de 04/07/2019, p. 249](#))
9. Designado o Deputado João Roma (PRB/BA), como titular, em substituição ao Deputado Jhonatan de Jesus (PRB/RR); e, como suplente, o Deputado Hugo Motta (PRB/PB), em 5/7/2019, conforme Ofício n° 137/2019 da Liderança do PRB. ([DCN de 11/07/2019, p. 52](#))
10. Designados, em 10/7/2019, conforme Ofício n° 63/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática: Senador Rogério Carvalho (PT/SE), como primeiro titular, em substituição ao Senador Humberto Costa (PT/PE); a Senadora Zenaide Maia (PROS/RN), como segunda titular, em substituição ao Senador Telmário Mota (PROS/RR); o Senador Paulo Rocha (PT/PA), como primeiro suplente, em substituição ao Senador Rogério Carvalho (PT/SE); e o Senador Telmário Mota (PROS/RR), como segundo suplente, em substituição à Senadora Zeinade Maia (PROS/RN). ([DCN de 11/07/2019, p. 48](#))
11. Designados, em 10/7/2019, conforme Ofício n° 193/2019 da Liderança do MDB: Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE), como primeiro titular, em substituição ao Senador Eduardo Braga (MDB/AM); Senadora Simone Tebet (MDB/MS), como segunda titular; Senador Eduardo Gomes (MDB/TO), como primeiro suplente; e Senador Dário Berger (MDB/SC), como segundo suplente. ([DCN de 11/07/2019, p. 49](#))
12. Designado como titular o Deputado Diego Garcia (PODEMOS/PR), em substituição ao Deputado José Nelto (PODEMOS/GO), em 15/7/2019, conforme Ofício n° 159/2019 da Liderança do PODEMOS. ([DCN de 18/07/2019, p. 461](#))



13. Designados, em 7/8/2019, conforme Ofício n° 117/2019 da Liderança do PSD: o Senador Arolde de Oliveira (PSD/RJ), como primeiro titular, em substituição ao Senador Otto Alencar (PSD/BA); o Senador Lucas Barreto (PSD/AP), como segundo titular, em substituição ao Senador Irajá (PSD/TO); o Senador Sérgio Petecão (PSD/AC), como primeiro suplente, em substituição Senador Angelo Coronel (PSD/BA); e o Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), como segundo suplente. ([DCN de 08/08/2019, p. 155](#))
14. Designado como titular o Senador Marcos Rogério (DEM/RR), em substituição ao Senador Rodrigo Pacheco (PR/MG), em 13/8/2019, conforme Ofício n° 54/2019 do Bloco Vanguarda. ([DCN de 15/08/2019, p. 103](#))
15. Designada como titular a Deputada Soraya Manato (PSL/ES), em substituição ao Deputado Coronel Tadeu (PSL/SP), que, por sua vez, passa à condição de suplente, substituindo a Deputada Bia Kicis (PSL/DF), em 13/8/2019, conforme Ofício n° 285/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 15/08/2019, p. 105](#))
16. Designados, em 13/8/2019, conforme Ofício n° 460/2019 da Liderança do PT: Deputado Carlos Zarattini (PT/SP), como titular, em substituição ao Deputado Paulo Pimenta (PT/RS); e Deputado Afonso Florence (PT/BA), como suplente, em substituição ao Deputado Rui Falcão (PT/SP). ([DCN de 15/08/2019, p. 107](#))
17. Designada como titular a Deputada Magda Mofatto (PL/GO), em substituição ao Deputado Wellington Roberto (PL/PB), em 13/8/2019, conforme Ofício n° 276/2019 da Liderança do PL. ([DCN de 15/08/2019, p. 104](#))
18. Designado como titular o Deputado Adolfo Viana (PSDB/BA), em substituição ao Deputado Carlos Sampaio (PSDB/SP), em 14/8/2019, conforme Ofício n° 414/2019 da Liderança do PSDB. ([DCN de 15/08/2019, p. 106](#))
19. Designados, em 15/8/2019, conforme Ofício n° 271/2019 da Liderança do Bloco PP, MDB, PTB: Deputado Darcísio Perondi (MDB/RS), como titular, em substituição ao Deputado Baleia Rossi (MDB/SP); e Hercílio Coelho Diniz (MG/MDB), como segundo suplente. ([DCN de 22/08/2019, p. 48](#))
20. Designados, em 21/8/2019, conforme Ofício n° 214/2019 da Liderança do PSB: Deputado Camilo Capiberibe, como titular, em substituição ao Deputado Tadeu Alencar; e Deputado Rodrigo Agostinho, como suplente, em substituição ao Deputado Elias Vaz. ([DCN de 22/08/2019, p. 47](#))
21. Dispensada a participação do Deputado Rodrigo Agostinho (PSB/SP), conforme Ofício n° 266/2019 da Liderança do PSB (decisão do diretório Nacional do PSB de 30.08.19) ([DCN de 26/09/2019, p. 357](#))

Secretário: Rodrigo Bedritchuk
Telefone(s): 3303-4256



CMMPV 888/2019 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 888, de 2019

(ver Medida Provisória)

Finalidade: Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 888, de 2019.**Número de membros:** 13 Senadores e 13 Deputados**PRESIDENTE:** Paulão (PT-AL)**VICE-PRESIDENTE:** VAGO**RELATOR:** Lasier Martins (PODEMOS-RS)**RELATOR REVISOR:** VAGO**Designação:** 05/08/2019**Instalação:** 21/08/2019**Senado Federal**

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
Dário Berger - MDB/SC ⁽⁵⁾	1. Renan Calheiros - MDB/AL ⁽⁵⁾
Luiz do Carmo - MDB/GO ⁽⁵⁾	2. José Maranhão - MDB/PB ⁽⁵⁾
Daniella Ribeiro - PP/PB	3. Ciro Nogueira - PP/PI
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Izalci Lucas - PSDB/DF ⁽⁶⁾	1. VAGO
Juíza Selma - PODEMOS/MT ⁽³⁾	2. Major Olimpio - PSL/SP ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
Weverton - PDT/MA	1. Jorge Kajuru - CIDADANIA/GO
Randolfe Rodrigues - REDE/AP	2. Eliziane Gama - CIDADANIA/MA
PSD	
Otto Alencar - BA	1. Angelo Coronel - BA
VAGO ⁽²⁰⁾	2. VAGO
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Paulo Paim - PT/RS ⁽¹⁴⁾	1. Jean Paul Prates - PT/RN ⁽¹⁴⁾
Zenaide Maia - PROS/RN ⁽¹⁴⁾	2. Telmário Mota - PROS/RR ⁽¹⁴⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Rodrigo Pacheco - DEM/MG	1. Jorginho Mello - PL/SC
PODEMOS	
Lasier Martins - RS ⁽⁸⁾	1. Rose de Freitas - PP/AL ⁽¹⁹⁾



Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
MDB, PP, PTB	
Arthur Lira - PP/AL	1. VAGO
Márcio Biolchi - MDB/RS	2. VAGO
PT	
Paulão - AL ⁽¹⁰⁾	1. Paulo Teixeira - SP ⁽¹⁰⁾
PSL	
Bia Kicis - DF ⁽²⁾	1. Joice Hasselmann - SP ⁽²⁾
PSD	
André de Paula - PE	1. Diego Andrade - MG
PL	
Lincoln Portela - MG ⁽¹²⁾	1. Marcelo Ramos - AM
PSB	
Tadeu Alencar - PE	1. Elias Vaz - GO
REPUBLICANOS	
Lafayette de Andrada - MG ⁽¹³⁾	1. João Roma - BA
PSDB	
Eduardo Barbosa - MG ^(16,17,18)	1. VAGO ⁽¹⁵⁾
DEM	
Bilac Pinto ⁽⁴⁾	1. Efraim Filho - PB
PDT	
Túlio Gadêlha - PE ⁽⁹⁾	1. Afonso Motta - RS
PODEMOS	
Pr. Marco Feliciano - SP ⁽⁷⁾	1. Igor Timo - MG
CIDADANIA ⁽¹⁾	
Paula Belmonte - DF ⁽¹¹⁾	1. Da Vitoria - ES

Notas:

1. Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum.
2. Designadas, como titular e suplente, respectivamente, as Deputadas Bia Kicis (PSL/DF) e Joice Hasselmann (PSL/SP), conforme Ofício n° 162/2019 da Liderança do PSL, publicado no DCN de 25/04/2019, p. 120
3. Designada a Senadora Juíza Selma (PSL/MT), como titular, em substituição ao Senador Major Olímpio (PSL/SP), que passa à condição de suplente, em 6/8/2019, conforme Ofício n° 62/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 08/08/2019, p. 157](#))
4. Designado como titular o Deputado Bilac Pinto (DEM/MG), em substituição ao Deputado Elmar Nascimento (DEM/BA), em 7/8/2019, conforme Ofício n° 628/2019 da Liderança do DEM. ([DCN de 08/08/2019, p. 159](#))
5. Designados, em 7/8/2019, conforme Ofício n° 196/2019 da Liderança do MDB: Senador Dário Berger (MDB/SC), como primeiro titular, em substituição ao Senador Eduardo Braga (MDB/AM); Senador Luiz do Carmo (MDB/GO), como segundo titular, em substituição ao Senador Marcio Bittar (MDB/AC); Senador Renan Calheiros (MDB/AL), como primeiro suplente; e Senador José Maranhão (MDB/PB), segundo suplente. ([DCN de 08/08/2019, p. 158](#))
6. Designado como titular o Senador Izalci Lucas (PSDB/SF), em substituição ao Senador Roberto Rocha (PSDB/MA), em 8/8/2019, conforme Ofício n° 88/2019 da Liderança do PSDB. ([DCN de 15/08/2019, p. 113](#))
7. Designado como titular o Deputado Pr. Marco Feliciano (PODEMOS/SP), em substituição ao Deputado José Nelto (PODEMOS/GO), em 9/8/2019, conforme Ofício n° 174/2019 da Liderança do PODEMOS. ([DCN de 15/08/2019, p. 115](#))
8. Designado como titular o Senador Lasier Martins (PODEMOS/RS), em substituição ao Senador Alvaro Dias (PODEMOS/PR), em 12/8/2019, conforme Ofício n° 80/2019 da Liderança do PODEMOS. ([DCN de 15/08/2019, p. 112](#))
9. Designado, como membro titular, o Deputado Túlio Gadêlha (PDT/PE), em substituição ao Deputado André Figueiredo (PDT/CE), em 13/08/2019, conforme Ofício n° 294/2019 da Liderança do PDT. ([DCN de 15/08/2019, p. 117](#))



10. Designados, como membro titular, o Deputado Paulão (PT/AL), em substituição ao Deputado Paulo Pimenta (PT/RS), e como membro suplente, o Deputado Paulo Teixeira (PT/SP), em substituição ao Deputado Rui Falcão (PT/SP), em 13/08/2019, conforme Ofício nº 456/2019, da Liderança do PT. ([DCN de 15/08/2019, p. 118](#))
11. Designada como titular a Deputada Paula Belmonte (CIDADANIA/DF), em substituição ao Deputado Daniel Coelho (CIDADANIA/PE), em 13/8/2019, conforme Ofício nº 77/2019 da Liderança do CIDADANIA. ([DCN de 15/08/2019, p. 111](#))
12. Designado como titular o Deputado Lincoln Portela (PL/MG), em substituição ao Deputado Wellington Roberto (PL/PB), em 13/8/2019, conforme Ofício nº 273/2019 da Liderança do PL. ([DCN de 15/08/2019, p. 116](#))
13. Designado como titular o Deputado Lafayette de Andrada (PRB/MG), em substituição ao Deputado Jhonatan de Jesus (PRB/RR), em 14/8/2019, conforme Ofício nº 159/2019 da Liderança do PRB. ([DCN de 15/08/2019, p. 114](#))
14. Designados, em 14/8/2019, conforme Ofício nº 75/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática: Senador Paulo Paim (PT/RS), como primeiro titular, em substituição ao Senador Humberto Costa (PT/PE); Senadora Zenaide Maia (PROS/RN), como segunda titular, em substituição ao Senador Telmário Mota (PROS/RR), que passa à segunda suplência; e Senador Jean Paul Prates (PT/RN), como primeiro suplente, em substituição ao Senador Rogério Carvalho (PT/SE). ([DCN de 15/08/2019, p. 110](#))
15. Designado como suplente o Deputado Eduardo Barbosa (PSDB/MG), em substituição ao Deputado Beto Pereira (PSDB/MS), em 16/8/2019, conforme Ofício nº 429/2019 da Liderança do PSDB. ([DCN de 22/08/2019, p. 58](#))
16. Designada como titular a Deputada Bruna Furlan, em substituição ao Deputado Carlos Sampaio, em 16/8/2019, conforme Ofício nº 428/2019 da Liderança do PSDB. ([DCN de 22/08/2019, p. 57](#))
17. Desligada da vaga de titular a Deputada Bruna Furlan, em 21/8/2019, conforme Ofício nº 449/2019 da Liderança do PSDB. ([DCN de 22/08/2019, p. 59](#))
18. Designado como titular o Deputado Eduardo Barbosa, em 21/8/2019, conforme Ofício nº 457/2019 da Liderança do PSDB. ([DCN de 22/08/2019, p. 60](#))
19. Designada como suplente a Senadora Rose de Freitas, em substituição ao Senador Eduardo Girão, em 21/8/2019, conforme Ofício nº 93/2019 da Liderança do PODEMOS. ([DCN de 22/08/2019, p. 56](#))
20. Desligado da vaga de titular o Senador Irajá, em 3/9/2019, conforme Ofício nº 132/2019 da Liderança do PSD. ([DCN de 05/09/2019, p. 88](#))

Secretário: Vivian Zoehler

Telefone(s): 3303-4256



CMMPV 889/2019 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 889, de 2019

(ver Medida Provisória)

Finalidade: Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 889, de 2019.**Número de membros:** 13 Senadores e 13 Deputados**PRESIDENTE:** Chico Rodrigues (DEM-RR)**VICE-PRESIDENTE:** VAGO**RELATOR:** Hugo Motta (REPUBLICANOS-PB)**RELATOR REVISOR:** VAGO**Designação:** 05/08/2019**Instalação:** 21/08/2019**Senado Federal**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
Fernando Bezerra Coelho - MDB/PE ⁽⁶⁾	1. Dário Berger - MDB/SC ⁽⁶⁾
Mecias de Jesus - REPUBLICANOS/RR ⁽⁶⁾	2. Luiz do Carmo - MDB/GO ⁽⁶⁾
Daniella Ribeiro - PP/PB	3. Ciro Nogueira - PP/PI
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Antonio Anastasia - PSDB/MG ⁽⁹⁾	1. Flávio Bolsonaro - S/Partido/RJ ⁽²⁴⁾
Soraya Thronicke - PSL/MS ⁽⁴⁾	2. Major Olimpio - PSL/SP ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
Weverton - PDT/MA	1. Jorge Kajuru - CIDADANIA/GO
Randolfe Rodrigues - REDE/AP	2. Eliziane Gama - CIDADANIA/MA
PSD	
Lucas Barreto - AP ⁽⁸⁾	1. Angelo Coronel - BA
Carlos Viana - MG ⁽⁸⁾	2. Arolde de Oliveira - RJ ⁽⁸⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Jean Paul Prates - PT/RN ⁽¹³⁾	1. Paulo Rocha - PT/PA ⁽¹³⁾
Telmário Mota - PROS/RR	2. Zenaide Maia - PROS/RN
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Chico Rodrigues - DEM/RR ⁽¹⁸⁾	1. Marcos Rogério - DEM/RO ⁽²⁶⁾
PODEMOS	
Rose de Freitas ⁽¹⁹⁾	1. Alvaro Dias - PR ⁽¹⁹⁾



Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
MDB, PP, PTB	
Arthur Lira - PP/AL	1. VAGO
Baleia Rossi - MDB/SP	2. VAGO
PT	
Reginaldo Lopes - MG ⁽¹⁰⁾	1. Alencar Santana Braga - SP ⁽¹⁰⁾
PSL	
Felipe Francischini - PR ^(2,22)	1. Bia Kicis - DF ^(2,22,25,27)
PSD	
Marco Bertaiolli - SP ⁽⁵⁾	1. Diego Andrade - MG
PL	
Marcelo Ramos - AM ⁽¹¹⁾	1. VAGO
PSB	
VAGO ^(17,20)	1. Elias Vaz - GO
REPUBLICANOS	
Hugo Motta - PB ⁽¹⁴⁾	1. Milton Vieira - SP ⁽¹⁴⁾
PSDB	
Rodrigo de Castro - MG ⁽⁷⁾	1. Shéridan - RR ⁽²¹⁾
DEM	
Kim Kataguirí - SP ⁽¹²⁾	1. Pedro Lupion - PR ⁽¹²⁾
PDT	
André Figueiredo - CE	1. Pompeo de Mattos - RS ⁽²⁸⁾
PODEMOS	
Diego Garcia - PR ⁽¹⁵⁾	1. José Nelto - GO ⁽¹⁶⁾
AVANTE ⁽¹⁾	
Luis Tibé - MG ^(3,23)	1. Leda Sadala - AP ^(3,23)

Notas:

- Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum.
- Designadas, como titular e suplente, respectivamente, as Deputadas Bia Kicis (PSL/DF) e Joice Hasselmann (PSL/SP), conforme Ofício n° 162/2019 da Liderança do PSL, publicado no DCN de 25/04/2019, p. 120
- Designada, como titular, a Deputada Leda Sadala(AVANTE)e, como suplente, o Deputado Luis Tibé(AVANTE) em 11.09.2019, conforme Ofício n° 69/2019 da Liderança do AVANTE. ([DCN de 12/09/2019, p. 194](#))
- Designada a Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS), como titular, em substituição ao Senador Major Olímpio (PSL/SP), que passa à condição de suplente, em 6/8/2019, conforme Ofício n° 63/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 08/08/2019, p. 160](#))
- Designado como titular o Deputado Marco Bertaiolli (PSD/SP), em substituição ao Deputado André de Paula (PSD/PE), em 7/8/2019, conforme Ofício n° 313/2019 da Liderança do PSD. ([DCN de 08/08/2019, p. 163](#))
- Designados, em 7/8/2019, conforme Ofício n° 197/2019 da Liderança do MDB: Senador Fernando Bezerra (MDB/PE), como primeiro titular, em substituição ao Senador Eduardo Braga (MDB/AM); Senador Mecias de Jesus (PRB/RR), como segundo titular, em substituição ao Senador Marcio Bittar (MDB/AC); Senador Dário Berger (MDB/SC); como primeiro suplente; Senador Luiz do Carmo (MDB/GO), como segundo suplente. ([DCN de 08/08/2019, p. 162](#))
- Designado o Deputado Rodrigo de Castro (PSDB/MG), como titular, em substituição ao Deputado Carlos Sampaio (PSDB/SP), em 7/8/2019, conforme Ofício n° 399/2019 da Liderança do PSDB. ([DCN de 08/08/2019, p. 164](#))
- Designados, em 7/8/2019, conforme Ofício n° 122/2019 da Liderança do PSD: Senador Lucas Barreto (PSD/AP), como primeiro titular, em substituição ao Senador Otto Alencar (PSD/BA); Senador Carlos Viana (PSD/MG), como segundo titular, em substituição ao Senador Irajá (PSD/TO); e Senador Arolde de Oliveira (PSD/RJ), como segundo suplente. ([DCN de 08/08/2019, p. 161](#))



9. Designado como titular o Senador Antônio Anastasia (PSDB/MG), em substituição ao Senador Roberto Rocha (PSDB/MA); e desligado da suplência o Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), em 8/8/2019, conforme Ofício nº 89/2019 da Liderança do PSDB. ([DCN de 15/08/2019, p. 120](#))
10. Designados, como membro titular, o Deputado Reginaldo Lopes (PT/MG), em substituição ao Deputado Paulo Pimenta (PT/RS), e como membro suplente, o Deputado Alencar Santana (PT/SP), em substituição ao Deputado Rui Falcão (PT/SP), em 13/08/2019, conforme Ofício nº 452/2019 da Liderança do PT. ([DCN de 15/08/2019, p. 122](#))
11. Designado como titular o Deputado Marcelo Ramos (PL/AM), em substituição ao Deputado Wellington Roberto (PL/PB), em 13/8/2019, conforme Ofício nº 278/2019 da Liderança do PL. ([DCN de 15/08/2019, p. 121](#))
12. Designados, em 13/8/2019, conforme Ofício nº 714/2019 da Liderança do DEM: Deputado Kim Kataguirí (DEM/SP), como titular, em substituição ao Deputado Elmar Nascimento (DEM/BA); e Deputado Pedro Lupion (DEM/PR), como suplente, em substituição ao Deputado Efraim Filho (DEM/PB). ([DCN de 15/08/2019, p. 123](#))
13. Designados, em 14/8/2019, conforme Ofício nº 76/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática: Senador Jean Paul Prates (PT/RN), como primeiro titular, em substituição ao Senador Humberto Costa (PT/PE); e Senador Paulo Rocha (PT/BA), como primeiro suplente, em substituição ao Senador Rogério Carvalho (PT/SE).
14. Designados, em 20/8/2019, conforme Ofício nº 165/2019 da Liderança do Republicanos: Deputado Hugo Motta, como titular, em substituição ao Deputado Jhonatan de Jesus; Deputado Milton Vieira, como suplente, em substituição ao Deputado João Roma. ([DCN de 22/08/2019, p. 77](#))
15. Designado como titular o Deputado Diego Garcia, em substituição ao Deputado José Nelto, em 21/8/2019, conforme Ofício nº 189/2019 da Liderança do PODEMOS. ([DCN de 22/08/2019, p. 64](#))
16. Designado como suplente o Deputado José Nelto, em substituição ao Deputado Igor Timo, em 21/8/2019, conforme Ofício nº 188/2019 da Liderança do PODEMOS. ([DCN de 22/08/2019, p. 63](#))
17. Designado como titular o Deputado Rodrigo Coelho, em substituição ao Deputado Tadeu Alencar, em 21/8/2019, conforme Ofício nº 199/2019 da Liderança do PSB. ([DCN de 22/08/2019, p. 65](#))
18. Designado como titular o Senador Chico Rodrigues, em substituição ao Senador Rodrigo Pacheco, em 21/8/2019, conforme Ofício nº 58/2019 da Liderança do Bloco Vanguarda. ([DCN de 22/08/2019, p. 61](#))
19. Designados, como titular, a Senadora Rose de Freitas (PODEMOS/ES), em substituição ao Senador Alvaro Dias (PODEMOS/PR), que, por sua vez, passa à suplência, em substituição ao Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE), em 21/8/2019, conforme Ofício nº 94/2019 da Liderança do PODEMOS. ([DCN de 22/08/2019, p. 62](#))
20. Dispensada a participação do Deputado Rodrigo Coelho (PSB/SC), conforme Ofício nº 268/2019 da liderança do PSB (decisão do diretório Nacional do PSB de 30.08.19) ([DCN de 26/09/2019, p. 358](#))
21. Designada a Deputada Sheridan como suplente, em substituição ao Deputado Beto Pereira, em 04/09/2019, conforme Of. nº 484/2019 da liderança do PSDB. ([DCN de 05/09/2019, p. 89](#))
22. 08/10/2019: Designado como titular o Deputado Felipe Francischini, em substituição à Deputada Bia Kicis, que passa a ocupar a vaga de suplente em substituição à Deputada Joice Hasselmann. (Of. 381/2019 - Liderança do PSL)
23. 09/10/2019: Designado como titular o Deputado Luís Tibé, em substituição à Deputada Leda Sadala; designada como suplente a Deputada Leda Sadala. (Of. 74/2019 - Liderança do AVANTE)
24. 09/10/2019: Designado como suplente o Senador Flávio Bolsonaro. (Of. 114/2019 - Liderança do PSDB)
25. 10/10/2019: Designado como suplente o Deputado Júnior Bozellla, em substituição à Deputada Bia Kicis. (Of. 394/2019 - Liderança do PSL) ([DCN de 17/10/2019, p. 16](#))
26. 10/10/2019: Designado como suplente o Senador Marcos Rogério, em substituição ao Senador Jorginho Mello. (Of. 70/2019 - Liderança do Bloco Vanguarda) ([DCN de 17/10/2019, p. 15](#))
27. 24/10/2019: Designada como suplente a Deputada Bia Kicis, em substituição ao Deputado Júnior Bozellla. (Of. 449/2019 - Liderança do PSL)
28. Designado, como membro suplente, o Deputado Pompeo de Mattos (PDT), em substituição ao Deputado Afonso Motta (PDT), em 30/10/2019, conforme Ofício nº 356/2019 da Liderança do PDT.

Secretário: Rodrigo Bedritichuk
Telefone(s): 3303-4256



CMMPV 890/2019 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 890, de 2019

(ver Medida Provisória)

Finalidade: Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 890, de 2019.**Número de membros:** 13 Senadores e 13 Deputados

PRESIDENTE: Ruy Carneiro (PSDB-PB)
VICE-PRESIDENTE: Marcio Bittar (MDB-AC)
RELATOR: Confúcio Moura (MDB-RO)
RELATOR REVISOR: Antonio Brito (PSD-BA)

Designação: 06/08/2019**Instalação:** 21/08/2019

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
Confúcio Moura - MDB/RO ⁽⁷⁾	1. Marcelo Castro - MDB/PI ^(7,27)
Marcio Bittar - MDB/AC ^(7,27)	2. Simone Tebet - MDB/MS ⁽⁷⁾
Ciro Nogueira - PP/PI ⁽⁸⁾	3. Daniella Ribeiro - PP/PB ⁽³¹⁾
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Rodrigo Cunha - PSDB/AL ⁽¹⁴⁾	1. VAGO ⁽¹⁴⁾
Soraya Thronicke - PSL/MS ^(4,35)	2. Juíza Selma - PODEMOS/MT ^(4,35)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
Veneziano Vital do Rêgo - PSB/PB ⁽¹⁶⁾	1. Weverton - PDT/MA ⁽¹⁶⁾
Randolfe Rodrigues - REDE/AP	2. Eliziane Gama - CIDADANIA/MA
PSD	
Lucas Barreto - AP ⁽¹⁵⁾	1. Carlos Viana - MG ⁽¹⁵⁾
Nelsinho Trad - MS ⁽¹⁵⁾	2. Otto Alencar - BA ⁽¹⁵⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Rogério Carvalho - PT/SE ⁽²³⁾	1. Humberto Costa - PT/PE ⁽²³⁾
Zenaide Maia - PROS/RN ⁽²³⁾	2. Telmário Mota - PROS/RR ⁽²³⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Marcos Rogério - DEM/RO ⁽³⁰⁾	1. Jorginho Mello - PL/SC
PODEMOS	
Elmano Férrer - PI ⁽²¹⁾	1. Rose de Freitas - PP/RR ⁽²⁸⁾



Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
MDB, PP, PTB	
Hiran Gonçalves - PP/RR ⁽²⁹⁾	1. Alan Rick - DEM/AC ⁽²⁰⁾
Eduardo Costa - PTB/PA ⁽¹³⁾	2. Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr. - PP/RJ ⁽²⁹⁾
PT	
Alexandre Padilha - SP ⁽²⁶⁾	1. Zeca Dirceu - PR ⁽²⁶⁾
PSL	
Dr. Luiz Ovando - MS ^(3,33)	1. Dra. Soraya Manato - ES ^(3,34)
PSD	
Antonio Brito - BA ⁽¹¹⁾	1. Alexandre Serfotis - RJ ⁽¹⁰⁾
PL	
Marcelo Ramos - AM ^(2,36)	1. Wellington Roberto - PB ⁽²⁾
PSB	
VAGO ^(5,12)	1. Luciano Ducci - PR ⁽²⁵⁾
REPUBLICANOS	
Jhonatan de Jesus - RR	1. João Roma - BA
PSDB	
Ruy Carneiro - PB ⁽⁹⁾	1. Beto Pereira - MS
DEM	
Dr. Zacharias Calil - GO ⁽⁶⁾	1. Juscelino Filho - MA ⁽¹⁹⁾
PDT	
Mário Heringer - MG ⁽¹⁸⁾	1. Sergio Vidigal - ES ⁽³²⁾
PODEMOS	
Léo Moraes - RO ⁽¹⁷⁾	1. José Nelto - GO ⁽²⁴⁾
PV ⁽¹⁾	
Leandre - PR	1. Carmen Zanotto - CIDADANIA/SC ⁽²²⁾

Notas:

1. Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum
2. Designados o Deputado Dr. Jaziel (PL/CE), como titular, e o Deputado Wellington Roberto (PL/PB), como suplente, em 6/8/2019, conforme Ofício n° 267/2019 da Liderança do PL.
3. Designadas, como titular e suplente, respectivamente, as Deputadas Bia Kicis (PSL/DF) e Joice Hasselmann (PSL/SP), em 6/8/2019, conforme Ofício n° 162/2019 da Liderança do PSL, publicado no DCN de 25/04/2019, p. 120
4. Designadas a Senadora Juiza Selma (PSL/MT), como titular, e a Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS), como suplente, em 6/8/2019, conforme Ofício n° 69/2019 da Liderança do PSL.
5. Designado como titular o Deputado Átila Lira (PSB/PI), em substituição ao Deputado Tadeu Alencar (PSB/PE), em 7/8/2019, conforme Ofício n° 200/2019 da Liderança do PSB. ([DCN de 08/08/2019, p. 167](#))
6. Designado como titular o Deputado Dr. Zacharias Calil (DEM/GO), em substituição ao Deputado Elmar Nascimento (DEM/BA), em 7/8/2019, conforme Ofício n° 650/2019 da Liderança do DEM. ([DCN de 08/08/2019, p. 171](#))
7. Designados, em 7/8/2019, conforme Ofício n° 198/2019 da Liderança do MDB: Senador Confúcio Moura (MDB/RO), como primeiro titular, em substituição ao Senador Eduardo Braga (MDB/AM); Senador Marcelo Castro (MDB/PI), como segundo titular, em substituição ao Senador Marcio Bittar (MDB/AC), que passa à condição de primeiro suplente; e Senadora Simone Tebet (MDB/MS), como segundo suplente. ([DCN de 08/08/2019, p. 166](#))
8. Designado como titular o Senador Ciro Nogueira (PP/PI), em substituição à Senadora Daniella Ribeiro (PP/PB), em 7/8/2019, conforme Ofício n° 54/2019 da Liderança do PP. ([DCN de 08/08/2019, p. 165](#))
9. Designado como titular o Deputado Ruy Carneiro (PSDB/PB), em substituição Deputado Carlos Sampaio (PSDB/SP), em 7/8/2019, conforme Ofício n° 401/2019 do PSDB. ([DCN de 08/08/2019, p. 170](#))



10. Designado como suplente o Deputado Alexandre Serfiotis (PSD/RJ), em substituição ao Deputado Diego Andrade (PSD/MG), em 7/8/2019, conforme Ofício nº 317/2019 da Liderança do PSD. ([DCN de 08/08/2019, p. 169](#))
11. Designado como titular o Deputado Antônio Brito (PSD/BA), em substituição ao Deputado André de Paula (PSD/PE), em 7/8/2019, conforme Ofício nº 312/2019 da Liderança do PSD. ([DCN de 08/08/2019, p. 168](#))
12. Dispensada a participação do Deputado Átila Lira, conforme Ofício nº 270/2019 da liderança do PSB (decisão do diretório Nacional do PSB de 30.08.19) ([DCN de 26/09/2019, p. 396](#))
13. Designado como titular o Deputado Eduardo Costa (MDB/PA), em substituição ao Deputado Baleia Rossi (MDB/SP), em 8/8/2019, conforme Ofício nº 262/2019 da Liderança do Bloco MDB, PP, PTB. ([DSF de 15/08/2019, p. 131](#))
14. Designado como titular o Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL), em substituição ao Senador Roberto Rocha (PSDB/MA); e desligado da suplência o Senador Izalci Lucas, em 8/8/2019, conforme Ofício nº 90/2019 da Liderança do PSDB. ([DCN de 15/08/2019, p. 127](#))
15. Designados, em 8/8/2019, conforme Ofício nº 121/2019 da Liderança do PSD: Senador Lucas Barreto (PSD/AP), como primeiro titular, em substituição ao Senador Otto Alencar (PSD/BA), que passa à condição de segundo suplente; Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), como segundo titular, em substituição ao Senador Irajá (PSD/TO); e Senador Carlos Viana (PSD/MG), como primeiro suplente, em substituição ao Senador Angelo Coronel (PSD/BA). ([DCN de 15/08/2019, p. 129](#))
16. Designado como titular o Senador Veneziano Vital do Rêgo, em substituição ao Senador Weverton, que passa à condição de suplente, em substituição ao Senador Jorge Kajuru, em 8/8/2019, conforme Ofício nº 106/2019 da Liderança do Bloco Senado Independente. ([DCN de 15/08/2019, p. 128](#))
17. Designado como titular o Deputado Léo Moraes (PODEMOS/RO), em substituição ao Deputado José Nelto (PODEMOS/GO), em 9/8/2019, conforme Ofício nº 175/2019 da Liderança do PODEMOS. ([DCN de 15/08/2019, p. 130](#))
18. Designado como membro titular o Deputado Mário Heringer (PDT/MG), em substituição ao Deputado André Figueiredo (PDT/CE), em 13/08/2019, conforme Ofício nº 292/2019 da Liderança do PDT. ([DCN de 15/08/2019, p. 133](#))
19. Designado como suplente o Deputado Juscelino Filho (DEM/MA), em substituição ao Deputado Efraim Filho (DEM/PB), em 13/8/2019, conforme Ofício nº 702/2019 da Liderança do DEM. ([DCN de 15/08/2019, p. 134](#))
20. Designado como suplente o Deputado Alan Rick (DEM/AC), em 13/8/2019, conforme Ofício nº 264/2019 da Liderança do Bloco PP, MDB, PTB. ([DCN de 15/08/2019, p. 132](#))
21. Designado como titular o Senador Elmano Férrer (PODEMOS/PI), em substituição ao Senador Alvaro Dias (PODEMOS/PR), em 14/8/2019, conforme Ofício nº 82/2019 da Liderança do PODEMOS. ([DCN de 15/08/2019, p. 126](#))
22. Designada como suplente a Deputada Carmen Zanotto (CIDADANIA/SC), em substituição ao Deputado Célio Studart (PV/CE), em 14/8/2019, conforme Ofício nº 54/2019 da Liderança do PV. ([DCN de 15/08/2019, p. 124](#))
23. Designados, em 14/8/2019, conforme Ofício nº 77/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática: Senador Rogério Carvalho (PT/SE) e Senadora Zenaide Maia (PROS/RN), como primeiro e segundo titulares, respectivamente, em substituição aos Senadores Humberto Costa (PT/PE) e Telmário Mota (PROS/RR), que passam a ocupar a primeira e segunda suplência. ([DCN de 15/08/2019, p. 125](#))
24. Designado como suplente o Senador José Nelto (PODEMOS/GO), em substituição ao Deputado Igor Timo (PODEMOS/MG), em 15/8/2019, conforme Ofício nº 178/2019 da Liderança do PODEMOS. ([DCN de 22/08/2019, p. 67](#))
25. Designado como suplente o Deputado Luciano Ducci (PSB/PR), em substituição ao Deputado Elias Vaz (PSB/GO), em 16/8/2019, conforme Ofício nº 211/2019 da Liderança do PSB. ([DCN de 22/08/2019, p. 69](#))
26. Designados, em 21/8/2019, conforme Ofício nº 462/2019 da Liderança do PT: Deputado Alexandre Padilha, como titular, em substituição ao Deputado Paulo Pimenta; e Deputado Zeca Dirceu, como suplente, em substituição ao Deputado Rui Falcão. ([DCN de 22/08/2019, p. 70](#))
27. Designado como primeiro titular o Deputado Márcio Bittar, em substituição ao Deputado Marcelo Castro, que, por sua vez, passa à primeira suplência, em 21/8/2019, conforme Ofício nº 202/2019 da Liderança do MDB. ([DCN de 22/08/2019, p. 68](#))
28. Designada como suplente a Senadora Rose de Freitas (PODEMOS/ES), em substituição ao Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE), em 21/8/2019, conforme Ofício nº 95 da Liderança do PODEMOS. ([DCN de 22/08/2019, p. 66](#))
29. Designado, em 27/8/2019, conforme Ofício nº 288/2019 da Liderança do Bloco PP, MDB, PTB: Deputado Hiran Gonçalves, como titular, em substituição ao Deputado Arthur Lira; e Deputado Dr. Luiz Antônio Teixeira Jr., como suplente. ([DCN de 29/08/2019, p. 312](#))
30. Designado como titular o Senador Marcos Rogério, em substituição ao Senador Rodrigo Pacheco, às 16h23 de 3/9/2019, conforme Ofício nº 63/2019 da Liderança do Bloco Vanguarda. ([DCN de 05/09/2019, p. 91](#))
31. Designada como suplente, em vaga existente, a Senadora Daniella Ribeiro, em 3/9/2019, conforme Ofício nº 60/2019 da Liderança do PP. ([DCN de 05/09/2019, p. 90](#))
32. Designado, como titular, o Deputado Sérgio Vidigal (PDT/ES), em substituição ao Deputado Afonso Motta (PDT/RS), em 11/9/2019, conforme Ofício nº 319/2019 da Liderança do PDT. ([DCN de 19/09/2019, p. 7](#))
33. 24/09/2019: Designado como titular o Deputado Dr. Luiz Ovando (PSL/MS), em substituição a Deputada Bia Kicis (PSL/DF). (Of. 345/2019 - Liderança do PSL) ([DCN de 26/09/2019, p. 360](#))
34. 24/09/2019: Designada como suplente a Deputada Soraya Manato (PSL/ES), em substituição a Deputada Joyce Hasselmann (PSL/SP). (Of. 347/2019 - Liderança do PSL) ([DCN de 26/09/2019, p. 361](#))
35. 25/09/2019: Designada como titular a Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS), em substituição a Senadora Juíza Selma (PODEMOS/MT) que passa a ocupar o cargo de suplente. (Of. 93/2019 - Liderança do PSL) ([DCN de 26/09/2019, p. 362](#))
36. 25/09/2019: Designado como titular o Deputado Marcelo Ramos (PL/AM), em substituição ao Deputado Dr. Jaziel (PL/CE). (Of. 347/2019 - Liderança do PL) ([DCN de 26/09/2019, p. 363](#))

Secretário: Marcos Melo
Telefone(s): 3303-4256



CMMPV 891/2019 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 891 de 2019

(ver Medida Provisória)

Finalidade: Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 891, de 2019.**Número de membros:** 13 Senadores e 13 Deputados**PRESIDENTE:** Sérgio Petecão (PSD-AC)**VICE-PRESIDENTE:** VAGO**RELATOR:** Fernando Rodolfo (PL-PE)**RELATOR REVISOR:** VAGO**Designação:** 08/08/2019**Instalação:** 11/09/2019**Senado Federal**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
Jader Barbalho - MDB/PA ⁽¹⁶⁾	1. José Maranhão - MDB/PB ⁽¹⁶⁾
Marcio Bittar - MDB/AC	2. Mecias de Jesus - REPUBLICANOS/RR ⁽¹⁶⁾
Daniella Ribeiro - PP/PB	3. Ciro Nogueira - PP/PI
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Plínio Valério - PSDB/AM ⁽¹⁾	1. VAGO
Flávio Bolsonaro - S/Partido/RJ ⁽⁵⁾	2. Major Olimpio - PSL/SP ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
Veneziano Vital do Rêgo - PSB/PB ⁽²⁾	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
PSD	
Sérgio Petecão - AC ^(3,19,20)	1. Carlos Viana - MG ^(3,20)
Angelo Coronel - BA ⁽³⁾	2. Arolde de Oliveira - RJ ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Paulo Paim - PT/RS ⁽¹⁰⁾	1. Paulo Rocha - PT/PA ⁽¹⁰⁾
Zenaide Maia - PROS/RN ⁽¹⁰⁾	2. Telmário Mota - PROS/RR ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Rodrigo Pacheco - DEM/MG	1. Jorginho Mello - PL/SC
PODEMOS	
Rose de Freitas ⁽¹⁵⁾	1. Alvaro Dias - PR ⁽¹⁵⁾



Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
MDB, PP, PTB	
Arthur Lira - PP/AL	1. VAGO
Baleia Rossi - MDB/SP	2. VAGO
PT	
Carlos Zarattini - SP ^(13,23)	1. José Guimarães - CE ⁽¹³⁾
PSL	
Bia Kicis - DF ⁽⁴⁾	1. Joice Hasselmann - SP ⁽⁴⁾
PSD	
Marco Bertaiolli - SP ⁽⁸⁾	1. Diego Andrade - MG
PL	
Fernando Rodolfo - PE ^(7,17)	1. Marcelo Ramos - AM ^(7,9,17)
PSB	
Heitor Schuch - RS ⁽¹¹⁾	1. Elias Vaz - GO
REPUBLICANOS	
Ossesio Silva - PE ⁽¹²⁾	1. Manuel Marcos - AC ⁽¹²⁾
PSDB	
Eduardo Barbosa - MG ⁽²¹⁾	1. Tereza Nelma - AL ⁽²²⁾
DEM	
Paulo Azi - BA ⁽¹⁸⁾	1. Arthur Oliveira Maia - BA ⁽¹⁸⁾
PDT	
Mauro Benevides Filho - CE ⁽²⁴⁾	1. Afonso Motta - RS
PODEMOS	
Pr. Marco Feliciano - SP ⁽¹⁴⁾	1. Igor Timo - MG
PMN ⁽⁶⁾	
Eduardo Braide - MA	1. VAGO

Notas:

- Designado como titular o Senador Plínio Valério, conforme Ofício nº 91/2019 da Liderança do PSDB.
- Designado como titular o Senador Veneziano Vital do Rêgo, conforme Ofício nº 107/2019 da Liderança do Bloco Senado Independente.
- Designações conforme Ofício nº 123/2019 da Liderança do PSD.
- Designadas, como titular e suplente, respectivamente, as Deputadas Bia Kicis (PSL/DF) e Joice Hasselmann (PSL/SP), conforme Ofício nº 162/2019 da Liderança do PSL, publicado no DCN de 25/04/2019, p. 120
- Designado como titular o Senador Flávio Bolsonaro (PSL/RJ), em substituição ao Senador Major Olímpio (PSL/SP), que passa à condição de suplente, em 8/8/2019, conforme Ofício nº 70/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 15/08/2019, p. 135](#))
- Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum.
- Designado como titular o Deputado Marcelo Ramos (PL/AM), em substituição ao Deputado Wellington Roberto (PL/PB), que, por sua vez, passa à condição de suplente, em 13/8/2019, conforme Ofício nº 279/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 15/08/2019, p. 137](#))
- Designado como titular o Deputado Marco Bertaiolli (PSD/SP), em substituição ao Deputado André de Paula (PSD/PE), em 14/8/2019, conforme Ofício nº 319/2019 da Liderança do PSD. ([DCN de 15/08/2019, p. 139](#))
- Designado como suplente o Deputado Fernando Rodolfo (PL/PE), em substituição ao Deputado Wellington Roberto (PL/PB), em 14/8/2019, conforme Ofício nº 283/2019 da Liderança do PL. ([DCN de 15/08/2019, p. 138](#))
- Designados, em 14/8/2019, conforme Ofício nº 78/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática: Senador Paulo Paim (PT/RS), como primeiro titular, em substituição ao Senador Humberto Costa (PT/PE); Senadora Zenaide Maia (PROS/RN), como segunda titular, em substituição ao Senador Telmário Mota (PROS/RR), que passa à segunda suplência; e Senador Paulo Rocha (PT/PA), como primeiro suplente, em substituição ao Senador Rogério Carvalho (PT/SE). ([DCN de 15/08/2019, p. 136](#))



11. Designado como titular o Deputado Heitor Schuch (PSB/RS), em substituição ao Deputado Tadeu Alencar (PSB/PE), em 16/8/2019, conforme Ofício nº 209/2019 da Liderança do PSB. ([DCN de 22/08/2019, p. 73](#))
12. Designados, em 20/8/2019, conforme Ofício nº 165/2019 da Liderança do Republicanos: Deputado Ossesio Silva, como titular, em substituição ao Deputado Jhonatan de Jesus; e Deputado Manuel Marcos, como suplente, em substituição ao Deputado João Roma. ([DCN de 22/08/2019, p. 77](#))
13. Designados, em 20/8/2019, conforme Ofício nº 463/2019 da Liderança do PT: Deputado Paulo Guedes, como titular, em substituição ao Deputado Paulo Pimenta; e Deputado José Guimarães, como suplente, em substituição ao Deputado Rui Falcão. ([DCD de 22/08/2019, p. 74](#))
14. Designado como titular o Deputado Pr. Marco Feliciano, em substituição ao Deputado José Nelto, em 21/8/2019, conforme Ofício nº 190/2019 da Liderança do PODEMOS. ([DCN de 22/08/2019, p. 72](#))
15. Designados, em 22/8/2019, conforme Ofício nº 96/2019 da Liderança do PODEMOS: Senadora Rose de Freitas, como titular, em substituição ao Senador Alvaro Dias, que, por sua vez, passa à suplência, em substituição ao Senador Eduardo Girão. ([DCN de 22/08/2019, p. 71](#))
16. Designados, em 03/09/2019, conforme Ofício nº 205/2019 da Liderança do MDB: Senador Jader Barbalho (MDB/PA), como primeiro titular, em substituição ao Senador Eduardo Braga (MDB/AM); Senador José Maranhão (MDB/PB), como primeiro suplente; Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR), como segundo suplente. ([DCN de 05/09/2019, p. 92](#))
17. Designado como titular o Deputado Fernando Rodolfo (PL/PE), em substituição ao Deputado Marcelo Ramos, que passa à condição de suplente, em 10/9/2019, conforme Ofício nº 380/2019 da Liderança do PSD. ([DCN de 12/09/2019, p. 324](#))
18. 10/09/2019: Designado como titular o Deputado Paulo Azi, em substituição ao Deputado Elmar Nascimento; designado como suplente o Deputado Athur Oliveira Maia, em substituição ao Deputado Efraim Filho. (Of. 713/2019 - Liderança do DEM). ([DCN de 12/09/2019, p. 198](#))
19. 10/09/2019: Designado como titular o Senador Carlos Viana, em substituição ao Senador Lucas Barreto. (Of. 140/2019 - Liderança do PSD) ([DCN de 12/09/2019, p. 195](#))
20. 11/09/2019: Designado como titular o Senador Sérgio Petecão, em substituição ao Senador Carlos Viana; designado como suplente o Senador Carlos Viana. (Of. 142/2019 - Liderança do PSD) ([DCN de 12/09/2019, p. 196](#))
21. 19/09/2019: Designado como titular o Deputado Eduardo Barbosa (PSDB/MG), em substituição ao Deputado Carlos Sampaio (PSDB/SP). (Of. 527/2019 - Liderança do PSDB) ([DCN de 26/09/2019, p. 365](#))
22. 19/09/2019: Designada como suplente a Deputada Tereza Nelma (PSDB/AL), em substituição ao Deputado Beto Pereira (PSDB/MS). (Of. 525/2019 - Liderança do PSDB) ([DCN de 26/09/2019, p. 364](#))
23. 29/10/2019: Designado como titular o Deputado Carlos Zarattini, em substituição ao Deputado Paulo Guedes. (Of. 604/2019 - Liderança do PT)
24. 12/11/2019: Designado como titular o Deputado Mauro Benevides Filho, em substituição ao Deputado André Figueiredo. (Of. 371/2019 - Liderança do PDT)

Secretário: Vivian Zoehler

Telefone(s): 3303-4256



CMMPV 892/2019 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 892, de 2019

(ver Medida Provisória)

Finalidade: Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 892, de 2019.**Número de membros:** titulares**PRESIDENTE:** Rogério Peninha Mendonça (MDB-SC)**VICE-PRESIDENTE:** VAGO**RELATOR:** Rose de Freitas (-)**RELATOR REVISOR:** VAGO**Designação:** 08/08/2019**Instalação:** 11/09/2019

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
MDB, PP, PTB Laercio Oliveira (PP/SE) (25)	Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil Marcelo Castro (MDB/PI) (17)
MDB, PP, PTB VAGO	Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil Confúcio Moura (MDB/RO) (17)
PT Paulo Teixeira (PT/SP) (27)	Bloco Parlamentar PSDB/PSL Tasso Jereissati (PSDB/CE) (2)
PT Carlos Zarattini (PT/SP) (27)	Bloco Parlamentar PSDB/PSL Antonio Anastasia (PSDB/MG) (7)
PSL Bia Kicis (PSL/DF) (5,24,26)	Bloco Parlamentar Senado Independente Weverton (PDT/MA)
PSL Joice Hasselmann (PSL/SP) (5)	Bloco Parlamentar Senado Independente Jorge Kajuru (CIDADANIA/GO)
PSD Wladimir Garotinho (PSD/RJ) (11)	PSD Nelsinho Trad (PSD/MS) (3)
PSD Diego Andrade (PSD/MG)	PSD Lucas Barreto (PSD/AP) (3)
PL Miguel Lombardi (PL/SP) (10)	Bloco Parlamentar da Resistência Democrática Paulo Rocha (PT/PA) (12,31)
PL Marcelo Ramos (PL/AM)	Bloco Parlamentar da Resistência Democrática Rogério Carvalho (PT/SE)
PSB Elias Vaz (PSB/GO) (23)	Bloco Parlamentar Vanguarda Rodrigo Pacheco (DEM/MG)
PSB Alessandro Molon (PSB/RJ) (28)	Bloco Parlamentar Vanguarda Jorginho Mello (PL/SC)
REPUBLICANOS João Roma (REPUBLICANOS/BA) (13)	PODEMOS Juíza Selma (PODEMOS/MT) (16,18,22)



CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
REPUBLICANOS Hugo Motta (REPUBLICANOS/PB) ⁽¹⁴⁾	PODEMOS Rose de Freitas ⁽¹⁶⁾
PSDB Eduardo Cury (PSDB/SP) ⁽²¹⁾	Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil Eduardo Gomes (MDB/TO) ⁽¹⁷⁾
PSDB Daniel Trzeciak (PSDB/RS) ⁽²⁰⁾	Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE) ⁽¹⁷⁾
DEM Paulo Azi (DEM/BA) ⁽⁶⁾	Bloco Parlamentar PSDB/PSL Soraya Thronicke (PSL/MS) ⁽¹⁹⁾
DEM David Soares (DEM/SP) ⁽⁹⁾	Bloco Parlamentar PSDB/PSL Major Olimpio (PSL/SP) ⁽⁸⁾
PDT Afonso Motta (PDT/RS) ⁽²⁹⁾	Bloco Parlamentar Senado Independente Randolfe Rodrigues (REDE/AP)
PDT Mauro Benevides Filho (PDT/CE) ^(29,30)	Bloco Parlamentar Senado Independente Eliziane Gama (CIDADANIA/MA)
PODEMOS Pr. Marco Feliciano (PODEMOS/SP) ⁽¹⁵⁾	PSD Angelo Coronel (PSD/BA) ⁽³⁾
PODEMOS Igor Timo (PODEMOS/MG)	PSD Irajá (PSD/TO) ⁽³⁾
REDE Joenia Wapichana (REDE/RR)	Bloco Parlamentar da Resistência Democrática Telmário Mota (PROS/RR)
REDE VAGO	Bloco Parlamentar da Resistência Democrática Zenaide Maia (PROS/RN)
MDB, PP, PTB Rogério Peninha Mendonça (MDB/SC) ⁽⁴⁾	Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil Daniella Ribeiro (PP/PB)
MDB, PP, PTB Gutemberg Reis (MDB/RJ) ⁽⁴⁾	Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil Ciro Nogueira (PP/PI)

Notas:

1. Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum.
2. Designação conforme Ofício nº 92/2019 da Liderança do PSDB.
3. Designações conforme Ofício nº 124/2019 da Liderança do PSD.
4. Designações conforme Ofício nº 263/2019 da Liderança do Bloco MDB, PP, PTB.
5. Designadas, como titular e suplente, respectivamente, as Deputadas Bia Kicis (PSL/DF) e Joice Hasselmann (PSL/SP), conforme Ofício nº 162/2019 da Liderança do PSL, publicado no DCN de 25/04/2019, p. 120.
6. Designação conforme Ofício nº 692/2019 da Liderança do DEM.
7. Designado como suplente o Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG), em 8/8/2019, conforme Ofício nº 95/2019 da Liderança do PSDB. ([DCN de 15/08/2019, p. 142](#))
8. Designada como suplente a Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS), em 8/8/2019, conforme Ofício nº 71/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 15/08/2019, p. 140](#))
9. Designado como suplente o Deputado David Soares (DEM/SP), em 13/8/2019, conforme Ofício nº 712/2019 da Liderança do DEM. ([DCN de 15/08/2019, p. 146](#))
10. Designado como titular o Deputado Miguel Lombardi (PL/SP), em substituição ao Deputado Wellington Roberto (PL/PB), em 13/8/2019, conforme Ofício nº 272/2019 da Liderança do PL. ([DCN de 15/08/2019, p. 144](#))
11. Designado como titular o Deputado Wladimir Garotinho (PSD/RJ), em substituição ao Deputado André de Paula (PSD/PE), em 14/8/2019, conforme Ofício nº 342/2019 da Liderança do PSD. ([DCN de 15/08/2019, p. 145](#))
12. Designado como titular o Deputado Jean Paul Prates (PT/RN), em substituição ao Deputado Humberto Costa (PT/PE), em 14/8/2019, conforme Ofício nº 79/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática. ([DCN de 15/08/2019, p. 141](#))
13. Designado como titular o Deputado João Roma (PRB/BA), em substituição ao Deputado Jhonatan de Jesus (PRB/RR), em 14/8/2019, conforme Ofício nº 153/2019 da Liderança do PRB. ([DCN de 15/08/2019, p. 143](#))

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



14. Designado como suplente o Deputado Hugo Motta, em 20/8/2019, conforme Ofício nº 165/2019 da Liderança do Republicanos. ([DCN de 22/08/2019, p. 77](#))
15. Designado como titular o Deputado Pr. Marco Feliciano, em substituição ao Deputado José Nelto, em 21/8/2019, conforme Ofício nº 191/2019 da Liderança do PODEMOS. ([DCN de 22/08/2019, p. 76](#))
16. Designados, em 22/8/2019, conforme Ofício nº 97/2019 da Liderança do PODEMOS: Senador Oriovisto Guimarães, como titular, em substituição ao Senador Alvaro Dias; e Senadora Rose de Freitas, como suplente, em substituição ao Senador Eduardo Girão. ([DCN de 22/08/2019, p. 75](#))
17. Designados, em 03/09/2019, conforme Ofício nº 206/2019 da Liderança do MDB: Senador Marcelo Castro (MDB/PI), como primeiro titular, em substituição ao Senador Eduardo Braga (MDB/AM); Senador Eduardo Gomes (MDB/TO), como segundo titular, em substituição ao Senador Marcio Bittar (MDB/AC); Senador Confúcio Moura (MDB/RO), como primeiro suplente; Senador Fernando Bezerra (MDB/PE), como segundo suplente. ([DCN de 05/09/2019, p. 93](#))
18. Designado como titular o Senador Alvaro Dias em substituição ao Senador Oriovisto Guimarães, em 10/09/2019, conforme o ofício 101/2019 da Liderança do PODEMOS. ([DCN de 12/09/2019, p. 200](#))
19. 11/09/2019: Designada como titular a Senadora Soraya Thronicke, em substituição ao Senador Major Olímpio; designado como suplente o Senador Major Olímpio. (Of. 86/2019 - Liderança do PSL) ([DCN de 12/09/2019, p. 199](#))
20. 19/09/2019: Designado como suplente o Deputado Daniel Trzeciak (PSDB/RS), em substituição ao Deputado Beto Pereira (PSDB/MS). (Of. 529/2019 - Liderança do PSDB) ([DCN de 26/09/2019, p. 366](#))
21. 19/09/2019: Designado como titular o Deputado Eduardo Cury (PSDB/SP), em substituição ao Deputado Carlos Sampaio (PSDB/SP), (Of. 531/2019 - Liderança do PSDB) ([DCN de 26/09/2019, p. 367](#))
22. 02/10/2019: Designada como titular a Senadora Juíza Selma, em substituição ao Senador Alvaro Dias. (Of. 110/2019 - Liderança do PODEMOS) ([DCN de 03/10/2019, p. 233](#))
23. 03/10/2019: Designado como titular o Deputado Elias Vaz, em substituição ao Deputado Tadeu Alencar. (Of. 284/2019 - Liderança do PSB)
24. 10/10/2019: Designado como titular o Deputado Júnior Bozzella, em substituição à Deputada Bia Kicis. (Of. 400/2019 - Liderança do PSL) ([DCN de 17/10/2019, p. 18](#))
25. 10/10/2019: Designado como titular o Deputado Laercio Oliveira, em substituição ao Deputado Arthur Lira. (Of. 195/2019 - Liderança do PP) ([DCN de 17/10/2019, p. 17](#))
26. 24/10/2019: Designada como titular a Deputada Bia Kicis, em substituição ao Deputado Júnior Bozell. (Of. 448/2019 - Liderança do PSL)
27. 15/10/2019: Designado como titular o Deputado Paulo Teixeira, em substituição ao Deputado Paulo Pimenta; designado como suplente o Deputado Carlos Zarattini, em substituição ao Deputado Rui Falcão. (Of. 588/2019 - Liderança do PT) ([DCN de 17/10/2019, p. 19](#))
28. 05/11/2019: Designado como suplente o Deputado Alessandro Molon. (Of. 317/2019 - Liderança do PSB)
29. 06/11/2019: Designado como Titular o Deputado Afonso Motta (PDT/RS), em substituição ao Deputado André Figueiredo (PDT/CE); designado como suplente o Deputado Pompeo de Mattos (PDT-RS). (Ofício nº 365/2019 - Liderança do PDT)
30. 12/11/2019: Designado como suplente o Deputado Mauro Benevides Filho, em substituição ao Deputado Pompeo de Mattos. (Of. 369/2019 - Liderança do PDT)
31. 12/11/2019: Designado como titular o Senador Paulo Rocha, em substituição ao Senador Jean Paul Prates. (Of. 106/2019 - Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática)

Secretário: Rodrigo Chia

Telefone(s): 3303-4256



CMMPV 893/2019 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 893, de 2019

(ver Medida Provisória)

Finalidade: Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 893, de 2019.**Número de membros:** 13 Senadores e 13 Deputados**PRESIDENTE:** José Serra (PSDB-SP)**RELATOR:** Reinhold Stephanes Junior (PSD-PR)**RELATOR REVISOR:** VAGO**Designação:** 22/08/2019**Instalação:** 11/09/2019**Senado Federal**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
Eduardo Braga - MDB/AM	1. Renan Calheiros - MDB/AL ⁽⁹⁾
Marcio Bittar - MDB/AC	2. Dário Berger - MDB/SC ⁽⁹⁾
Daniella Ribeiro - PP/PB	3. Ciro Nogueira - PP/PI
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
José Serra - PSDB/SP ⁽⁸⁾	1. VAGO ⁽⁸⁾
Soraya Thronicke - PSL/MS ⁽⁶⁾	2. Juíza Selma - PODEMOS/MT ⁽¹⁵⁾
Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
Alessandro Vieira - CIDADANIA/SE ⁽²⁾	1. Randolfe Rodrigues - REDE/AP
Weverton - PDT/MA	2. Eliziane Gama - CIDADANIA/MA
PSD	
Otto Alencar - BA ^(3,14)	1. Carlos Viana - MG ⁽³⁾
Arolde de Oliveira - RJ ⁽³⁾	2. Irajá - TO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Rogério Carvalho - PT/SE ⁽¹⁹⁾	1. Jean Paul Prates - PT/RN ⁽¹⁹⁾
Zenaide Maia - PROS/RN ⁽¹⁹⁾	2. Telmário Mota - PROS/RR ⁽¹⁹⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Rodrigo Pacheco - DEM/MG	1. Jorginho Mello - PL/SC
PODEMOS	
Alvaro Dias - PR	1. Eduardo Girão - CE

Câmara dos Deputados

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



TITULARES	SUPLENTE
MDB, PP, PTB	
Arthur Lira - PP/AL	1. VAGO
Rogério Peninha Mendonça - MDB/SC ⁽²²⁾	2. VAGO
PT	
Arlindo Chinaglia - SP ⁽¹³⁾	1. Carlos Zarattini - SP ⁽¹³⁾
PSL	
Bia Kicis - DF ^(4,20,23)	1. Delegado Pablo - AM ^(4,21)
PSD	
Reinhold Stephanes Junior - PR ⁽¹⁰⁾	1. Diego Andrade - MG
PL	
Marcelo Ramos - AM ⁽⁷⁾	1. VAGO
PSB	
Marcelo Nilo - BA ⁽⁵⁾	1. Elias Vaz - GO
REPUBLICANOS	
Jhonatan de Jesus - RR	1. João Roma - BA
PSDB	
Vitor Lippi - SP ⁽¹⁸⁾	1. Paulo Abi-Ackel - MG ⁽¹⁷⁾
DEM	
Kim Kataguiri - SP ⁽¹¹⁾	1. Luis Miranda - DF ⁽²⁴⁾
PDT	
Mauro Benevides Filho - CE ⁽²⁵⁾	1. Afonso Motta - RS
PODEMOS	
Pr. Marco Feliciano - SP ^(12,13)	1. Igor Timo - MG
SOLIDARIEDADE ⁽¹⁾	
Eli Borges - TO ⁽¹⁶⁾	1. Tiago Dimas - TO ⁽¹⁶⁾

Notas:

1. Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum
2. Designado como titular o Senador Alessandro Vieira, em 22/8/2019, conforme Ofício nº 113/2019 da Liderança do Bloco Senado Independente
3. Designados, em 22/8/2019, conforme Ofício nº 126/2019 da Liderança do PSD: Senador Angelo Coronel, como primeiro titular; Senador Aroldo de Oliveira, como segundo titular; Senador Carlos Viana, como primeiro suplente; e Senador Irajá, como segundo suplente.
4. Designadas, em 22/8/2019, como titular e suplente, respectivamente, as Deputadas Bia Kicis (PSL/DF) e Joice Hasselmann (PSL/SP), conforme Ofício nº 162/2019 da Liderança do PSL, publicado no DCN de 25/04/2019, p. 120
5. Designado como titular o Deputado Marcelo Nilo, em 22/8/2019, conforme Ofício nº 219/2019 da Liderança do PSB.
6. Designada como titular a Senadora Soraya Thronicke, em substituição ao Senador Major Olímpio, em 23/8/2019, conforme Ofício nº 75/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 29/08/2019, p. 313](#))
7. Designado como titular o Deputado Marcelo Ramos, em substituição ao Deputado Wellington Roberto, em 26/8/2019, conforme Ofício nº 297/2019 da Liderança do PL. ([DCN de 29/08/2019, p. 314](#))
8. Designado como titular o Senador José Serra, em substituição ao Senador Roberto Rocha, e desligado da suplência o Senador Izalci Lucas, em 29/8/2019, conforme Ofício nº 102/2019 da Liderança do PSDB. ([DCN de 05/09/2019, p. 94](#))
9. Designados, em 03/09/2019, conforme Ofício nº 207/2019 da Liderança do MDB: Senador Renan Calheiros (MDB/AL); como primeiro suplente; Senador Dário Berger (MDB/SC), como segundo suplente. ([DCN de 05/09/2019, p. 95](#))
10. Designado como titular o deputado Reinhold Stephanes Junior em substituição ao deputado André de Paula, em 10/09/2019, conforme o ofício 380/2019 da Liderança do PSD. ([DCN de 12/09/2019, p. 204](#))
11. 10/09/2019: Designado como titular o Deputado Kim Kataguiri, em substituição ao Deputado Elmar Nascimento. (Of. 771/2019 - Liderança do DEM). ([DCN de 12/09/2019, p. 206](#))
12. 11/09/2019: Designado como titular o Deputado Marco Feliciano, em substituição ao Deputado José Nelto. (Of. 202/2019 - Liderança do PODEMOS) ([DCN de 12/09/2019, p. 203](#))
13. 11/09/2019: Designado como titular o Deputado Arlindo Chinaglia, em substituição ao Deputado Paulo Pimenta; designado como suplente o Deputado Carlos Zarattini, em substituição ao Deputado Rui Falcão. (Of. 518/2019 - Liderança do PT). ([DCN de 12/09/2019, p. 205](#))
14. 10/09/2019: Designado como titular o Senador Otto Alencar, em substituição ao Senador Angelo Coronel. (Of. 141/2019 - Liderança do PSD) ([DCN de 12/09/2019, p. 202](#))
15. 11/09/2019: Designada como suplente a Senadora Juíza Selma. (Of. 82/2019 - Liderança do PSL) ([DCN de 12/09/2019, p. 201](#))



16. 17/09/2019 : Designado como membro titular o Deputado Eli Borges (Solidariedade/TO), em substituição ao Deputado Augusto Coutinho (Solidariedade/PE); e, como membro suplente, o Deputado Tiago Dimas (Solidariedade/TO) em substituição ao Deputado Zé Silva (Solidariedade/MG). (Of. 196/2019 - Liderança do Solidariedade) ([DCN de 19/09/2019, p. 8](#))
17. 19/09/2019: Designado como suplente o Deputado Paulo Abi-Ackel(PSDB/MG), em substituição ao Deputado Beto Pereira (PSDB/MS). (Of. 535/2019 - Liderança do PSDB) ([DCN de 26/09/2019, p. 369](#))
18. 19/09/2019: Designado como titular o Deputado Vitor Lippi (PSDB/SP), em substituição ao Deputado Carlos Sampaio (PSDB/SP). (Of. 523/2019 - Liderança do PSDB) ([DCN de 26/09/2019, p. 368](#))
19. 24/09/2019: Designados como titulares os Senadores Rogério Carvalho (PT/SE), em substituição ao Senador Humberto Costa (PT/PE), e a Senadora Zenaide Maia (PROS/RN), em substituição ao Senador Telmário Mota (PROS/RR). Designados como suplentes os Senadores Jean Paul (PT/RN), em substituição ao Senador Rogério Carvalho (PT/SE), e o Senador Telmário Mota (PROS/RR), em substituição a Senadora Zenaide Maia (PROS/RN). (Of. 90/2019 - Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática) ([DCN de 26/09/2019, p. 370](#))
20. 10/10/2019: Designado como titular o Deputado Felício Laterça, em substituição à Deputada Bia Kicis. (Of. 399/2019 - Liderança do PSL) ([DCN de 17/10/2019, p. 20](#))
21. 16/10/2019: Designado como suplente o Deputado Delegado Pablo (PSL/AM), em substituição a Deputada Joice Hasselmann (PSL/SP). (Of. 412/2019 - Liderança do PSL) ([DCN de 17/10/2019, p. 21](#))
22. 23/10/2019: Designado como titular o Deputado Rogério Peninha Mendonça, em substituição ao Deputado Baleia Rossi. (Of. 361/2019 - Liderança do Bloco PP,MDB,PTB)
23. 24/10/2019: Designada como titular a Deputada Bia Kicis, em substituição ao Deputado Felício Laterça. (Of. 447/2019 - Liderança do PSL)
24. 30/10/2019: Designado como suplente o Deputado Luis Miranda, em substituição ao Deputado Efraim Filho. (Of. 817/2019 - Liderança do DEM)
25. 12/11/2019: Designado como titular o Deputado Mauro Benevides Filho, em substituição ao Deputado André Figueiredo. (Of. 372/2019 - Liderança do PDT)

Secretário: Rodrigo Bedritchuk
Telefone(s): 3303-4256



CMMPV 894/2019 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 894, de 2019

(ver Medida Provisória)

Finalidade: Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 894, de 2019.**Número de membros:** 13 Senadores e 13 Deputados**PRESIDENTE:** Diego Garcia (PODEMOS-PR)**VICE-PRESIDENTE:** VAGO**RELATOR:** Izalci Lucas (PSDB-DF)**RELATOR REVISOR:** VAGO**Designação:** 09/09/2019**Instalação:** 25/09/2019**Senado Federal**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
Confúcio Moura - MDB/RO ⁽¹⁹⁾	1. Fernando Bezerra Coelho - MDB/PE ⁽¹⁹⁾
Marcelo Castro - MDB/PI ⁽¹⁹⁾	2. Jarbas Vasconcelos - MDB/PE ⁽¹⁹⁾
Daniella Ribeiro - PP/PB	3. Mailza Gomes - PP/AC ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Izalci Lucas - PSDB/DF ^(3,15)	1. Mara Gabrilli - PSDB/SP ^(3,15)
Major Olimpio - PSL/SP	2. Flávio Bolsonaro - S/Partido/RJ ⁽¹⁴⁾
Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
Weverton - PDT/MA	1. Leila Barros - PSB/DF
Veneziano Vital do Rêgo - PSB/PB ⁽⁸⁾	2. Eliziane Gama - CIDADANIA/MA
PSD	
Otto Alencar - BA	1. Lucas Barreto - AP ⁽⁷⁾
Nelsinho Trad - MS ⁽⁷⁾	2. Carlos Viana - MG ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Paulo Paim - PT/RS ⁽²⁵⁾	1. Rogério Carvalho - PT/SE
Telmário Mota - PROS/RR	2. Zenaide Maia - PROS/RN
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Rodrigo Pacheco - DEM/MG	1. Jorginho Mello - PL/SC
PODEMOS	
Styvenson Valentim - RN ⁽²⁰⁾	1. Eduardo Girão - CE ^(20,24)



Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
MDB, PP, PTB	
Eduardo da Fonte - PP/PE ⁽²³⁾	1. Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr. - PP/RJ ⁽²⁶⁾
Daniela do Waguinho - MDB/RJ ⁽²⁷⁾	2. VAGO
PT	
Jorge Solla - BA ⁽²¹⁾	1. Marília Arraes - PE ⁽²¹⁾
PSL	
Dra. Soraya Manato - ES ^(2,22)	1. Joice Hasselmann - SP ⁽²⁾
PSD	
André de Paula - PE	1. Diego Andrade - MG
PL	
Dr. Jaziel - CE ⁽⁵⁾	1. Bosco Costa - SE ⁽⁵⁾
PSB	
Luciano Ducci - PR ⁽¹¹⁾	1. Elias Vaz - GO
REPUBLICANOS	
Ossesio Silva - PE ⁽¹⁸⁾	1. João Roma - BA
PSDB	
Tereza Nelma - AL ⁽¹⁶⁾	1. Beto Pereira - MS
DEM	
Dr. Zacharias Calil - GO ⁽⁴⁾	1. Efraim Filho - PB
PDT	
Chico D'Angelo - RJ ⁽⁶⁾	1. Sergio Vidigal - ES ⁽¹²⁾
PODEMOS	
Diego Garcia - PR ⁽⁹⁾	1. Pr. Marco Feliciano - SP ⁽¹⁷⁾
PSOL ⁽¹⁾	
Sâmia Bomfim - SP ⁽¹³⁾	1. Fernanda Melchionna - RS

Notas:

1. Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum
2. Designadas, em 9/9/2019, como titular e suplente, respectivamente, as Deputadas Bia Kicis (PSL/DF) e Joice Hasselmann (PSL/SP), conforme Ofício nº 162/2019 da Liderança do PSL, publicado no DCN de 25/04/2019, p. 120
3. Designada como titular a Senadora Mara Gabrilli, em substituição ao Senador Roberto Rocha; e desligado da suplência o Senador Izalci Lucas, em 10/9/2019, conforme Ofício nº 103/2019 da Liderança do PSDB. ([DCN de 12/09/2019, p. 208](#))
4. Designado como titular o deputado Dr. Zacharias Calil em substituição ao deputado Elmar Nascimento, em 10/09/2019, conforme o ofício 768/2019 da Liderança do Democratas. ([DCN de 12/09/2019, p. 214](#))
5. Designados o Deputado Dr. Jaziel, como titular, em substituição ao Deputado Wellington Roberto; e o Deputado Bosco Costa, como suplente, em substituição ao Deputado Marcelo Ramos, em 10/9/2019, conforme Ofício nº 322/2019 da Liderança do PL. ([DCN de 12/09/2019, p. 213](#))
6. 10/09/2019: Designado como titular o Deputado Chico D'Angelo, em substituição ao Deputado André Figueiredo. (Of. 317/2019 - Liderança do PDT) ([DCN de 12/09/2019, p. 212](#))
7. 11/09/2019: Designado como titular o Senador Nelsinho Trad, em substituição ao Senador Irajá; designado como suplente o Senador Lucas Barreto, em substituição ao Senador Angelo Coronel; designado como suplente o Senador Carlos Viana. (Of. 137/2019 - Liderança do PSD) ([DCN de 12/09/2019, p. 210](#))
8. 11/09/2019: Designado como titular o Senador Veneziano Vital do Rêgo, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues. (Of. 123/2019 - Liderança do Bloco Senado Independente) ([DCN de 12/09/2019, p. 209](#))
9. 11/09/2019: Designado como titular o Deputado Diego Garcia, em substituição ao Deputado José Nelto. (Of. 201/2019 - Liderança do PODEMOS) ([DCN de 12/09/2019, p. 211](#))



10. Designada, em 11/09/2019, conforme Ofício nº 61/2019 da Liderança do PP: Senadora Mailza Gomes (PP), como suplente, em substituição ao Senador Ciro Nogueira(PP). ([DCN de 12/09/2019, p. 207](#))
11. 11/09/2019: Designado como titular o Deputado Luciano Ducci, em substituição ao Deputado Tadeu Alencar. (Of. 239/2019 - Liderança do PSB) ([DCN de 19/09/2019, p. 9](#))
12. 11/09/2019: Designado como suplente o Deputado Sérgio Vidigal, em substituição ao Deputado Afonso Motta. (Of. 320/2019 - Liderança do PDT) ([DCN de 19/09/2019, p. 10](#))
13. Em 12/09/2019, conforme Of. 180 da Liderança do PSOL, a Deputada Sâmia Bomfim (PSOL) assume a vaga titular em substituição ao Deputado Ivan Valente (PSOL). ([DCN de 19/09/2019, p. 11](#))
14. Em 12/09/2019, conforme Of. 83 da Liderança do PSL, o Senador Flávio Bolsonaro assume como suplente. ([DCN de 19/09/2019, p. 12](#))
15. 17/09/2019 : Designado como titular o Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), em substituição a Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP), que passa integrar a Comissão como suplente (OF 108/2019 - Liderança do PSDB) ([DCN de 19/09/2019, p. 13](#))
16. 19/09/2019: Designada como titular a Deputada Tereza Nelma(PSDB/AL), em substituição ao Deputado Carlos Sampaio (PSDB/SP),(Of. 512/2019 - Liderança do PSDB) ([DCN de 26/09/2019, p. 373](#))
17. 19/09/2019: Designado como suplente o Deputado Pastor Marco Feliciano (PODEMOS/SP), em substituição ao Deputado Bacelar (PODEMOS/BA). (Of. 221/2019 - Liderança do PODEMOS) ([DCN de 26/09/2019, p. 372](#))
18. 19/09/2019: Designado como titular o Deputado Ossesio Silva (REPUBLICANOS/PE), em substituição ao Deputado Jhonatan de Jesus (REPUBLICANOS/RR). (Of. 177/2019 - Liderança do REPUBLICANOS) ([DCN de 26/09/2019, p. 371](#))
19. 20/09/2019: Designados como titulares o Senador Confúcio Moura (MDB/RO), em substituição ao Senador Eduardo Braga (MDB/AM), e o Senador Marcelo Castro (MDB/PI), em substituição ao Senador Marcio Bittar (MDB/AC). Designados como suplentes os Senadores Fernando Bezerra (MDB/PE) e Jarbas Vasconcelos(MDB/PE). (Of. 209/2019 - Liderança do MDB) ([DCN de 26/09/2019, p. 374](#))
20. 23/09/2019: Designado como titular o Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN), em substituição ao Senador Álvaro Dias (PODEMOS/PR); designado como suplente o Senador Elmano Férrer(PODEMOS/PI), em substituição ao Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE). (Of. 105/2019 - Liderança do PODEMOS) ([DCN de 26/09/2019, p. 375](#))
21. 25/09/2019: Designado como titular o Deputado Jorge Solla (PT/BA), em substituição ao Deputado Paulo Pimenta (PT/RS). Designado como suplente a Deputada Marília Arraes(PT/PE), em substituição ao Deputado Rui Falcão (PT/SP). (Of. 550/2019 - Liderança do PT) ([DCN de 26/09/2019, p. 376](#))
22. 27/09/2019: Designada como titular a Deputada Soraya Manato (PSL/ES), em substituição a Deputada Bia Kicis (PSL/DF). (Of. 358/2019 - Liderança do PSL) ([DCN de 03/10/2019, p. 234](#))
23. 10/10/2019: Designado como titular o Deputado Eduardo da Fonte, em substituição ao Deputado Arthur Lira. (Of. 196/2019 - Liderança do Bloco PP,MDB,PTB) ([DCN de 17/10/2019, p. 24](#))
24. 15/10/2019: Designado como suplente o Senador Eduardo Girão, em substituição ao Senador Elmano Férrer. (Of. 115/2019 - Liderança do PODEMOS) ([DCN de 17/10/2019, p. 23](#))
25. 15/10/2019: Designado como titular o Senador Paulo Paim, em substituição ao Senador Humberto Costa. (Of. 91/2019 - Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática) ([DCN de 17/10/2019, p. 22](#))
26. 16/10/2019: Designado como suplente o Deputado Dr. Luiz Antônio Teixeira Jr. (Of. 202/2019 - Liderança do Bloco PP,MDB,PTB) ([DCN de 17/10/2019, p. 25](#))
27. 16/10/2019: Designada como titular a Deputada Daniela do Waguinho, em substituição ao Deputado Baleia Rossi. (Of. 355/2019 - Liderança do Bloco PP,MDB,PTB) ([DCN de 17/10/2019, p. 26](#))

Secretário: Marcos Melo

Telefone(s): 3303-4256



CMMPV 895/2019 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 895, de 2019

(ver Medida Provisória)

Finalidade: Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 895, de 2019.**Número de membros:** 13 Senadores e 13 Deputados**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO**RELATOR:** VAGO**RELATOR REVISOR:** VAGO**Designação:** 11/09/2019**Senado Federal**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
Eduardo Gomes - MDB/TO ⁽¹⁹⁾	1. Eduardo Braga - MDB/AM ⁽¹⁹⁾
Renan Calheiros - MDB/AL ⁽¹⁹⁾	2. José Maranhão - MDB/PB ⁽¹⁹⁾
Luis Carlos Heinze - PP/RS ^(3,20)	3. Vanderlan Cardoso - PP/GO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Roberto Rocha - PSDB/MA	1. Izalci Lucas - PSDB/DF
Major Olimpio - PSL/SP ⁽⁹⁾	2. Flávio Bolsonaro - S/Partido/RJ ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
Weverton - PDT/MA	1. Leila Barros - PSB/DF
Randolfe Rodrigues - REDE/AP	2. Alessandro Vieira - CIDADANIA/SE ⁽²⁹⁾
PSD	
Irajá - TO ⁽⁴⁾	1. Nelsinho Trad - MS ⁽⁴⁾
Otto Alencar - BA ^(4,17)	2. Carlos Viana - MG ⁽¹⁷⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Jean Paul Prates - PT/RN ⁽²⁵⁾	1. Paulo Rocha - PT/PA ⁽²⁵⁾
Zenaide Maia - PROS/RN ⁽²⁵⁾	2. Telmário Mota - PROS/RR ⁽²⁵⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Rodrigo Pacheco - DEM/MG	1. VAGO ⁽¹⁴⁾
PODEMOS	
Juíza Selma - MT ^(24,26)	1. Eduardo Girão - CE ^(24,26)



Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
MDB, PP, PTB	
Margarete Coelho - PP/PI ⁽¹¹⁾	1. José Priante - MDB/PA ⁽¹²⁾
Carlos Bezerra - MDB/MT ⁽¹¹⁾	2. Pedro Lucas Fernandes - PTB/MA ^(12,13)
PT	
Rejane Dias - PI ⁽³¹⁾	1. Carlos Zarattini - SP ⁽³¹⁾
PSL	
Bia Kicis - DF ^(5,27,30)	1. Dra. Soraya Manato - ES ^(5,28,30)
PSD	
Darci de Matos - SC ⁽¹⁾	1. Fábio Mitidieri - SE ⁽¹⁸⁾
PL	
Marcelo Ramos - AM ⁽⁶⁾	1. Zé Vitor - MG ⁽⁶⁾
PSB	
Aliel Machado - PR ⁽¹⁵⁾	1. João H. Campos - PE ⁽¹⁵⁾
REPUBLICANOS	
Julio Cesar Ribeiro - DF ⁽²³⁾	1. Hélio Costa - SC ⁽²³⁾
PSDB	
Bruna Furlan - SP ⁽²²⁾	1. Beto Pereira - MS
DEM	
Professora Dorinha Seabra Rezende - TO ⁽⁷⁾	1. Leur Lomanto Júnior - BA ⁽⁷⁾
PDT	
Túlio Gadêlha - PE ⁽¹⁰⁾	1. André Figueiredo - CE ⁽¹⁰⁾
PODEMOS	
Diego Garcia - PR ⁽⁸⁾	1. Bacelar - BA ⁽²¹⁾
PCdoB ⁽²⁾	
Orlando Silva - SP ⁽¹⁶⁾	1. Alice Portugal - BA ⁽¹⁶⁾

Notas:

1. Em 12/09/2019, conforme Of. 407 da liderança do PSD, o Deputado Darci de Matos (PSD) assume como titular em substituição ao Deputado André de Paula (PSD). ([DCN de 19/09/2019, p. 15](#))
2. Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional.
3. 11/09/2019: Designado como titular o Senador Ciro Nogueira; designado como suplente o Senador Vanderlan Cardoso. (Of. 62/2019 - Liderança do PP)
4. 11/09/2019: Designado como titular o Senador Irajá; designado como titular o Senador Carlos Viana; designado como suplente o Senador Nelsinho Trad. (Of. 138/2019 - Liderança do PSD)
5. 11/09/2019: Designada como titular a Deputada Bia Kicis; designada como suplente a Deputada Joice Hasselmann. (Of. 162/2019 - PSL)
6. 11/09/2019: Designado como titular o Deputado Marcelo Ramos; designado como suplente o Deputado Zé Vitor. (Of. 331/2019 - Liderança do PL)
7. 11/09/2019: Designado como titular a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende; designado como suplente Leur Lomanto Júnior. (Of. 776/2019 - DEM)
8. 11/09/2019: Designado como titular o Deputado Diego Garcia. (Of. 203/2019 - Liderança do PODEMOS)
9. 11/09/2019: Designado como titular o Senador Major Olímpio; designado como suplente o Senador Flávio Bolsonaro. (Of. 84/2019 - Liderança do PSL)
10. 11/09/2019: Designado como titular o Deputado Túlio Gadelha, em substituição ao Deputado André Figueiredo; designado como suplente o Deputado André Figueiredo, em substituição ao Deputado Afonso Motta. (Of. 322/2019 - Liderança do PDT) ([DCN de 12/09/2019, p. 215](#))
11. Designada, como titular, a Deputada Margarete Coelho (PP/PI), em substituição ao Deputado Arthur Lira (PP/AL); designado, como titular, o Deputado Carlos Bezerra (MDB/MT), em substituição ao Deputado Baleia Rossi (MDB/SP), em 13/09/2019, conforme Ofício nº 177/2019 da Liderança do PP/MDB/PTB. ([DCN de 19/09/2019, p. 16](#))



12. Designados o Deputado José Priante(MDB/PA)e Pedro Lucas Fernandes(PTB/MA), como suplentes, em 12/09/2019, conforme Ofício nº 176/2019 da Liderança do Bloco PP/MDB/PTB. ([DCN de 19/09/2019, p. 178](#))
13. Designados o Deputado José Priante(MDB/PA) e Pedro Lucas Fernandes(PTB/MA), como suplentes, em 12/09/2019, conforme Ofício nº 176/2019 da Liderança do Bloco PP/MDB/PTB.
14. 12/09/2019: Desligado da vaga de suplente o Senador Jorginho Mello. (Of. 65/2019 - Liderança do Bloco Vanguarda)
15. 16/09/2019: Designado como titular o Deputado Aliel Machado (PSB), em substituição ao Deputado Tadeu Alencar (PSB); designado como suplente o Deputado João H. Campos (PSB), em substituição ao Deputado Elias Vaz (PSB). (Of. 242/2019 - PSB) ([DCN de 19/09/2019, p. 18](#))
16. 16/09/2019: Designado como titular o Deputado Orlando Silva (PCdoB), em substituição ao Deputado André Almeida (PCdoB); designada como suplente a Deputada Alice Portugal (PCdoB), em substituição à Deputada Perpétua Almeida (PCdoB). (Of. 107/2019 - PCdoB) ([DCN de 19/09/2019, p. 19](#))
17. 18/09/2019 : Designado como titular o Senador Otto Alencar (PSD/BA), em substituição ao Senador Carlos Viana(PSD/MG), que passa integrar a Comissão como suplente (Of. 144/2019 - Liderança do PSD) ([DCN de 19/09/2019, p. 20](#))
18. 18/09/2019 : Designado como suplente o Deputado Fábio Mitidieri (PSD/SE), em substituição ao Deputado Diego Andrade(PSD/MG). (Of. 411/2019 - Liderança do PSD) ([DCN de 19/09/2019, p. 21](#))
19. 18/09/2019 : Designado como titular o Senador Eduardo Gomes (MDB/TO), em substituição ao Senador Eduardo Braga(MDB/AM), que passa integrar a Comissão como suplente; designado como titular o Senador Renan Calheiros (MDB/AL), em substituição ao Senador Márcio Bittar (MDB/AC); designado como suplente o Senador José Maranhão (MDB/PB). (Of. 210/2019 - Liderança do MDB) (Of. 210/2019 - Liderança do MDB) ([DCN de 19/09/2019, p. 22](#))
20. 19/09/2019: Designado como titular o Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS), em substituição ao Senador Ciro Nogueira (PP/PI). (Of. 067/2019 - Liderança do PP) ([DCN de 26/09/2019, p. 379](#))
21. 19/09/2019: Designado como suplente o Deputado Bacelar (PODEMOS/BA). (Of. 222/2019 - Liderança do PODEMOS). ([DCN de 26/09/2019, p. 377](#))
22. 19/09/2019: Designada como titular a Deputada Bruna Furlan (PSDB/SP), em substituição ao Deputado Carlos Sampaio (PSDB/SP). (Of. 514/2019 - Liderança do PSDB) ([DCN de 26/09/2019, p. 378](#))
23. 19/09/2019: Designado como titular o Deputado Júlio Cesar Ribeiro (REPUBLICANOS/DF), em substituição ao Deputado Jhonatan de Jesus (REPUBLICANOS/RR); designado como suplente o Deputado Hélio Costa (REPUBLICANOS/SC), em substituição ao Deputado João Roma (REPUBLICANOS/BA). (Of. 184/2019 - Liderança do REPUBLICANOS). ([DCN de 26/09/2019, p. 383](#))
24. 23/09/2019: Designado como titular o Senador Reguffe (PODEMOS/DF), em substituição ao Senador Álvaro Dias (PODEMOS/PR); designado como suplente a Senadora Juíza Selma(PODEMOS/MT), em substituição ao Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE). (Of. 106/2019 - Liderança do PODEMOS) ([DCN de 26/09/2019, p. 380](#))
25. 24/09/2019: Designados como titulares os Senadores Jean Paul (PT/RN), em substituição ao Senador Humberto Costa (PT/PE), e a Senadora Zenaide Maia (PROS/RN), em substituição ao Senador Telmário Mota (PROS/RR). Designados como suplentes os Senadores Paulo Rocha (PT/PA), em substituição ao Senador Rogério Carvalho (PT/SE), e o Senador Telmário Mota (PROS/RR), em substituição a Senadora Zenaide Maia (PROS/RN). (Of. 92/2019 - Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática) ([DCN de 26/09/2019, p. 381](#))
26. 25/09/2019: Designada como titular a Senadora Juíza Selma(PODEMOS/MT), em substituição ao Senador Reguffe (PODEMOS/DF); designado como suplente o Senador Eudrdo Girão(PODEMOS/CE), em substituição a Senadora Juíza Selma(PODEMOS/MT). (Of. 109/2019 - Liderança do PODEMOS) ([DCN de 26/09/2019, p. 382](#))
27. 27/09/2019: Designada como titular a Deputada Soraya Manato (PSL/ES), em substituição a Deputada Bia Kicis (PSL/DF). (Of. 359/2019 - Liderança do PSL) ([DCN de 03/10/2019, p. 235](#))
28. 01/10/2019: Designado como suplente o Deputado Felipe Francischini, em substituição à Deputada Joisse Hasselmann. (Of. 364/2019 - Liderança do PSL) ([DCN de 03/10/2019, p. 236](#))
29. 09/10/2019: Designado como suplente o Senador Alessandro Vieira, em substituição à Senadora Eliziane Gama. (Of. 127/2019 - Liderança do Bloco Senado Independente)
30. 30/10/2019: Designada como titular a Deputada Bia Kicis, em substituição à Deputada Soraya Manato; designada como suplente a Deputada Soraya Manato, em substituição ao Deputado Felipe Francischini. (Of. 452/2019 - Liderança do PSL)
31. 05/11/2019: Designada como titular a Deputada Rejane Dias, em substituição ao Deputado Paulo Pimenta; designado como suplente o Deputado Carlos Zarattini, em substituição ao Deputado Rui Falcão. (Of. 635/2019 - Liderança do PT)



CMMPV 896/2019 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 896, de 2019

(ver Medida Provisória)

Finalidade: Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 896, de 2019.**Número de membros:** 13 Senadores e 13 Deputados**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO**RELATOR:** VAGO**RELATOR REVISOR:** VAGO**Designação:** 11/09/2019**Senado Federal**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
Fernando Bezerra Coelho - MDB/PE ⁽¹⁰⁾	1. Renan Calheiros - MDB/AL ⁽¹⁰⁾
Eduardo Gomes - MDB/TO ⁽¹⁰⁾	2. Mecias de Jesus - REPUBLICANOS/RR ⁽¹⁰⁾
Vanderlan Cardoso - PP/GO ⁽³⁾	3. Ciro Nogueira - PP/PI ⁽³⁾
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Antonio Anastasia - PSDB/MG ⁽⁶⁾	1. VAGO
Flávio Bolsonaro - S/Partido/RJ ⁽⁴⁾	2. Juíza Selma - PODEMOS/MT ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
Weverton - PDT/MA	1. Leila Barros - PSB/DF
Randolfe Rodrigues - REDE/AP	2. Alessandro Vieira - CIDADANIA/SE ⁽¹⁵⁾
PSD	
Otto Alencar - BA ⁽²⁾	1. Lucas Barreto - AP ⁽²⁾
Irajá - TO ⁽²⁾	2. VAGO
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Jean Paul Prates - PT/RN ⁽¹³⁾	1. Rogério Carvalho - PT/SE ⁽¹³⁾
Telmário Mota - PROS/RR ⁽¹³⁾	2. Zenaide Maia - PROS/RN ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Rodrigo Pacheco - DEM/MG	1. VAGO ⁽⁷⁾
PODEMOS	
Marcos do Val - ES ⁽¹¹⁾	1. Lasier Martins - RS ⁽¹¹⁾



Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
MDB, PP, PTB	
Arthur Lira - PP/AL	1. VAGO
Baleia Rossi - MDB/SP	2. VAGO
PT	
Paulo Pimenta - RS	1. Rui Falcão - SP
PSL	
Bia Kicis - DF ^(5,16,17)	1. Joice Hasselmann - SP ⁽⁵⁾
PSD	
André de Paula - PE	1. Diego Andrade - MG
PL	
Wellington Roberto - PB	1. Marcelo Ramos - AM
PSB	
Elias Vaz - GO ⁽¹⁴⁾	1. VAGO
REPUBLICANOS	
Márcio Marinho - BA ⁽⁸⁾	1. Roberto Alves - SP ⁽⁸⁾
PSDB	
Carlos Sampaio - SP	1. Beto Pereira - MS
DEM	
Elmar Nascimento - BA	1. Efraim Filho - PB
PDT	
Eduardo Bismarck - CE ⁽¹²⁾	1. Afonso Motta - RS
PODEMOS	
Pr. Marco Feliciano - SP ⁽⁹⁾	1. Bacelar - BA
PATRIOTA ⁽¹⁾	
Fred Costa - MG	1. Dr. Frederico - MG

Notas:

1. Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional.
2. 11/09/2019: Designado como titular o Senador Otto Alencar; designado como suplente o Senador Irajá; designado como suplente o Senador Lucas Barreto. (Of.139/2019 - Liderança do PSD)
3. 11/09/2019: Designado como titular o Senador Vanderlan Cardoso; designado como suplente o Senador Ciro Nogueira. (Of. 63/2019 - Liderança do PP)
4. 11/09/2019: Designado como titular o Senador Flávio Bolsonaro; designada como suplente a Senadora Juíza Selma. (Of. 85/2019 - Liderança do PSL)
5. 11/09/2019: Designada como titular a Deputada Bia Kicis; designada como suplente a Deputada Joice Hasselmann. (Of. 162/2019 - PSL)
6. 11/09/2019: Designado como titular o Senador Antônio Anastasia. (Of. 105/2019 - Liderança do PSDB)
7. 13/09/2019: Desligado da vaga de suplente o Senador Jorginho Mello. (Of. 65/2019 - Liderança do Bloco Vanguarda)
8. 19/09/2019: Designado como titular o Deputado Márcio Marinho (REPUBLICANOS/BA), em substituição ao Deputado Jhonatan de Jesus (REPUBLICANOS/RR); designado como suplente o Deputado Roberto Alves (REPUBLICANOS/SP), em substituição ao Deputado João Roma (REPUBLICANOS/BA). (Of. 184/2019 - Liderança do REPUBLICANOS). ([DCN de 26/09/2019, p. 383](#))
9. 19/09/2019: Designado como titular o Deputado Pastor Marco Feliciano (PODEMOS/SP), em substituição ao Deputado José Nelto (PODEMOS/GO). (Of. 223/2019 - Liderança do PODEMOS) ([DCN de 26/09/2019, p. 384](#))
10. 20/09/2019: Designados como titulares o Senador Fernando Bezerra (MDB/PE), em substituição ao Senador Eduardo Braga (MDB/AM), e o Senador Eduardo Gomes (MDB/TO), em substituição ao Senador Marcio Bittar (MDB/AC). Designados como suplentes os Senadores Renan Calheiros (MDB/AL) e Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR). (Of. 211/2019 - Liderança do MDB) ([DCN de 26/09/2019, p. 385](#))



11. 23/09/2019: Designado como titular o Senador Marcos do Val(PODEMOS/ES), em substituição ao Senador Álvaro Dias (PODEMOS/PR); designado como suplente o Senador Lasier Martins(PODEMOS/RS), em substituição ao Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE). (Of. 107/2019 - Liderança do PODEMOS) ([DCN de 26/09/2019, p. 386](#))
12. 24/09/2019: Designado como titular o Deputado Eduardo Bismarck (PDT/CE), em substituição ao Deputado André Figueiredo(PDT/CE). (Of. 325/2019 - Liderança do PDT) ([DCN de 26/09/2019, p. 388](#))
13. 25/09/2019: Designados como titulares os Senadores Jean Paul (PT/RN), em substituição ao Senador Humberto Costa (PT/PE), e o Senador Telmário Mota (PROS/RR). Designados como suplentes os Senadores Rogério Carvalho (PT/SE) e a Senadora Zenaide Maia (PROS/RN). (Of. 93/2019 - Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática) ([DCN de 26/09/2019, p. 387](#))
14. 03/10/2019: Designado como titular o Deputado Elias Vaz, em substituição ao Deputado Tadeu Alencar. (Of. 285/2019 - Liderança do PSB)
15. 09/10/2019: Designado como suplente o Senador Alessandro Vieira, em substituição à Senadora Eliziane Gama. (Of. 128/2019 - Liderança do Bloco Senado Independente)
16. 10/10/2019: Designado como titular o Deputado Fabio Schiochet, em substituição à Deputada Bia Kicis. (Of. 398/2019 - Liderança do PSL) ([DCN de 17/10/2019, p. 27](#))
17. 24/10/2019: Designada como titular a Deputada Bia Kicis, em substituição ao Deputado Fábio Schiochet. (Of. 446/2019 - Liderança do PSL)



CMMPV 897/2019 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 897, de 2019

(ver Medida Provisória)

Finalidade: Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 897, de 2019.**Número de membros:** 13 Senadores e 13 Deputados**PRESIDENTE:** Luis Carlos Heinze (PP-RS)**VICE-PRESIDENTE:** Benes Leocádio (REPUBLICANOS-RN)**RELATOR:** Pedro Lupion (DEM-PR)**RELATOR REVISOR:** Soraya Thronicke (PSL-MS)**Designação:** 04/10/2019**Instalação:** 16/10/2019**Senado Federal**

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
Marcio Bittar - MDB/AC ⁽²⁵⁾	1. Renan Calheiros - MDB/AL ⁽²⁵⁾
Luiz do Carmo - MDB/GO ⁽²⁵⁾	2. Dário Berger - MDB/SC ⁽²⁵⁾
Luis Carlos Heinze - PP/RS ⁽²⁾	3. Vanderlan Cardoso - PP/GO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Izalci Lucas - PSDB/DF ⁽¹⁰⁾	1. VAGO
Soraya Thronicke - PSL/MS ⁽³⁾	2. Major Olimpio - PSL/SP ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
Weverton - PDT/MA	1. Leila Barros - PSB/DF
Randolfe Rodrigues - REDE/AP	2. Alessandro Vieira - CIDADANIA/SE ⁽¹⁶⁾
PSD	
Irajá - TO ⁽⁴⁾	1. Nelsinho Trad - MS ⁽⁴⁾
Sérgio Petecão - AC ⁽⁴⁾	2. Otto Alencar - BA ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Paulo Rocha - PT/PA ⁽²⁸⁾	1. Jean Paul Prates - PT/RN ⁽²⁸⁾
Zenaide Maia - PROS/RN ⁽²⁸⁾	2. Telmário Mota - PROS/RR ⁽²⁸⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Wellington Fagundes - PL/MT ⁽¹⁴⁾	1. Marcos Rogério - DEM/RO ^(14,30)
PODEMOS	
Lasier Martins - RS ⁽¹⁹⁾	1. Alvaro Dias - PR ⁽¹⁹⁾



Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
MDB, PP, PTB	
Luisa Canziani - PTB/PR ⁽²²⁾	1. Alceu Moreira - MDB/RS ⁽²⁶⁾
Laercio Oliveira - PP/SE ⁽²³⁾	2. VAGO
PT	
Vander Loubet - MS ⁽²⁷⁾	1. Bohn Gass - RS ⁽²⁷⁾
PSL	
Nelson Barbudo - MT ⁽⁵⁾	1. Aline Sleutjes - PR ⁽¹³⁾
PSD	
Darci de Matos - SC ⁽¹⁵⁾	1. Vermelho - PR ⁽²⁰⁾
PL	
Bosco Costa - SE ⁽⁶⁾	1. Zé Vitor - MG ⁽⁶⁾
PSB	
Heitor Schuch - RS ⁽¹²⁾	1. Denis Bezerra - CE ⁽¹²⁾
REPUBLICANOS	
Benes Leocádio - RN ⁽²⁴⁾	1. Arnaldo Jardim - CIDADANIA/SP ⁽²¹⁾
PSDB	
Domingos Sávio - MG ⁽¹⁷⁾	1. Roberto Pessoa - CE ⁽¹⁸⁾
DEM	
Pedro Lupion - PR ⁽⁷⁾	1. Jose Mario Schreiner - GO ⁽⁷⁾
PDT	
Dagoberto Nogueira - MS ⁽⁸⁾	1. Félix Mendonça Júnior - BA ⁽⁸⁾
PODEMOS	
José Medeiros - MT ⁽¹¹⁾	1. Pr. Marco Feliciano - SP ⁽²⁹⁾
NOVO ⁽¹⁾	
Vinicius Poit - SP ⁽⁹⁾	1. Lucas Gonzalez - MG ⁽⁹⁾

Notas:

1. Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional.
2. 04/10/2019: Designado o Senador Luis Carlos Heinze; designado como suplente o Senador Vanderlan Cardoso. (Of. 69/2019 - Liderança do PP)
3. 03/10/2019: Designada como titular a Senadora Soraya Thronicke; designado como suplente o Senador Major Olímpio. (Of. 97/2019 - Liderança do PSL)
4. 04/10/2019: Designado como titular o Senador Irajá; designado como titular o Senador Sérgio Petecão; designado como suplente o Senador Nelsinho Trad; designado como suplente o Senador Otto Alencar. (Of. 149/2019 - Liderança do PSD)
5. 04/10/2019: Designado como titular o Deputado Nelson Barbudo. (Of. 375/2019 - Liderança do PSL)
6. 04/10/2019: Designado como titular o Deputado Bosco Costa; designado como suplente o Deputado Zé Vitor. (Of. 352/2019 - Liderança do PL)
7. 04/10/2019: Designado como titular o Deputado Pedro Lupion; designado como suplente o Deputado José Mário Schreiner. (Ofs. 795 e 797/2019 - Liderança do DEM)
8. 04/10/2019: Designado como titular o Deputado Dagoberto; designado como suplente o Deputado Félix Mendonça. (Of. 332/2019 - Liderança do PDT)
9. 04/10/2019: Designado como titular o Deputado Vinicius Poit; designado como suplente o Deputado Lucas Gonzalez. (Of. 113/2019 - Liderança do NOVO)
10. 07/10/2019: Designado como titular o Senador Izalci Lucas, em substituição ao Senador Roberto Rocha. (Of. 113/2019 - Liderança do PSDB)
11. 08/10/2019: Designado titular o Deputado José Medeiros, em substituição ao Deputado José Nelto. (Of. 246/2019 - Liderança do PODEMOS)
12. 08/10/2019: Designado como titular o Deputado Heitor Schuch e, como suplente, o Deputado Denis Bezerra, em substituição aos Deputados Tadeu Alencar e Elias Vaz. (Of. 291/2019 - Liderança do PSB)
13. 08/10/2019: Designada como suplente a Deputada Aline Sleutjes. (Of. 378/2019 - Liderança do PSL)



14. 08/10/2019: Designado como titular o Senador Wellington Fagundes e, como suplente, o Senador Chico Rodrigues, em substituição aos Senadores Rodrigo Pacheco e Jorginho Mello. (Of. 69/2019 - Liderança do Bloco Vanguarda)
15. 08/10/2019: Designado como titular o Deputado Darci de Matos em substituição ao Deputado André de Paula. (Of. 447/2019 - Liderança do PSD)
16. 09/10/2019: Designado como suplente o Senador Alessandro Vieira, em substituição à Senadora Eliziane Gama. (Of. 129/2019 - Liderança do Bloco Senado Independente)
17. 09/10/2019: Designado como titular o Deputado Domingos Sávio, em substituição ao Deputado Carlos Sampaio. (Of. 560/2019 - Liderança do PSDB)
18. 09/10/2019: Designado como suplente o Deputado Roberto Pessoa, em substituição ao Deputado Beto Pereira. (Of. 561/2019 - Liderança do PSDB)
19. 09/10/2019: Designado como titular o Senador Lasier Martins, em substituição ao Senador Alvaro Dias; designado como suplente o Senador Alvaro Dias, em substituição ao Senador Eduardo Girão. (Of. 113/2019 - Liderança do PODEMOS)
20. 09/10/2019: Designado como suplente o Deputado Vermelho, em substituição ao Deputado Diego Andrade. (Of. 451/2019 - Liderança do PSD) ([DCN de 17/10/2019, p. 33](#))
21. 10/10/2019: Designado como suplente o Deputado Arnaldo Jardim, em substituição ao Deputado João Roma. (Of. 195/2019 - Liderança do REPUBLICANOS) ([DCN de 17/10/2019, p. 28](#))
22. 10/10/2019: Designada como titular a Deputada Luisa Canziani, em substituição ao Deputado Arthur Lira. (Of. 198/2019 - Liderança do Bloco PP, MDB, PTB) ([DCN de 17/10/2019, p. 29](#))
23. 10/10/2019: Designado como titular o Deputado Laercio Oliveira, em substituição ao Deputado Baleia Rossi. (Of. 199/2019 - Liderança do Bloco PP, MDB, PTB) ([DCN de 17/10/2019, p. 30](#))
24. 09/10/2019: Designado como titular o Deputado Benes Leocádio, em substituição ao Deputado Jhonatan de Jesus. (Of. 191/2019 - Liderança do REPUBLICANOS)
25. 16/10/2019: Designado como primeiro titular o Senador Márcio Bittar, em substituição ao Senador Eduardo Braga; designado como segundo titular o Senador Luiz do Carmo, em substituição ao Senador Márcio Bittar; designado como primeiro suplente o Senador Renan Calheiros; designado como segundo suplente o Senador Dário Berger. (Of. 219/2019 - Liderança do MDB) ([DCN de 17/10/2019, p. 32](#))
26. 16/10/2019: Designado como suplente o Deputado Alceu Moreira. (Of. 201/2019 - Liderança do Bloco PP, MDB, PTB) ([DCN de 17/10/2019, p. 31](#))
27. 16/10/2019: Designado como titular o Deputado Vander Loubet (PT/MS), em substituição ao Deputado Paulo Pimenta (PT/RS). Designado como suplente o Deputado Bohn Gass (PT/RS), em substituição ao Deputado Rui Falcão (PT/SP). (Of. 595/2019 - Liderança do PT) ([DCN de 17/10/2019, p. 34](#))
28. 17/10/2019: Designado como titular o Senador Paulo Rocha, em substituição ao Senador Humberto Costa; designada como titular a Senadora Zenaide Maia, em substituição ao Senador Telmário Mota; designado como suplente o Senador Jean Paul Prates, em substituição ao Senador Rogério Carvalho; designado como suplente o Senador Telmário Mota, em substituição à Senadora Zenaide Maia. (Of. 99/2019 - Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática)
29. 23/10/2019: Designado como suplente o Deputado Pr. Marco Feliciano, em substituição ao Deputado Bacelar. (Of. 254/2019 - Liderança do PODEMOS)
30. 25/10/2019: Designado como suplente o Senador Marcos Rogério, em substituição ao Senador Chico Rodrigues. (Of. 73/2019 - Bloco Vanguarda)

Secretário: Marcos Melo

Telefone(s): 3303-4256



CMMPV 898/2019 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 898, de 2019

(ver Medida Provisória)

Finalidade: Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 898, de 2019.**Número de membros:** 13 Senadores e 13 Deputados

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: VAGO
RELATOR REVISOR: VAGO

Designação: 18/10/2019**Senado Federal**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
Eduardo Braga - MDB/AM	1. Confúcio Moura - MDB/RO ⁽⁷⁾
Jarbas Vasconcelos - MDB/PE ⁽⁷⁾	2. Marcio Bittar - MDB/AC ⁽⁷⁾
Daniella Ribeiro - PP/PB ⁽⁶⁾	3. Ciro Nogueira - PP/PI ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Antonio Anastasia - PSDB/MG ⁽¹⁰⁾	1. VAGO ⁽¹⁰⁾
Soraya Thronicke - PSL/MS	2. Major Olimpio - PSL/SP
Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
Weverton - PDT/MA	1. Leila Barros - PSB/DF
Randolfe Rodrigues - REDE/AP	2. Eliziane Gama - CIDADANIA/MA
PSD	
Nelsinho Trad - MS ⁽⁵⁾	1. Lucas Barreto - AP ⁽⁵⁾
Arolde de Oliveira - RJ ⁽⁵⁾	2. VAGO
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Rogério Carvalho - PT/SE ⁽¹¹⁾	1. Jean Paul Prates - PT/RN ⁽¹¹⁾
Zenaide Maia - PROS/RN ⁽¹¹⁾	2. Telmário Mota - PROS/RR ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Rodrigo Pacheco - DEM/MG	1. Jorginho Mello - PL/SC
PODEMOS	
Eduardo Girão - CE ⁽¹⁴⁾	1. Alvaro Dias - PR ⁽¹⁴⁾



Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
MDB, PP, PTB	
Arthur Lira - PP/AL	1. VAGO
Baleia Rossi - MDB/SP	2. VAGO
PT	
Carlos Zarattini - SP ⁽¹³⁾	1. Afonso Florence - BA ⁽¹³⁾
PSL	
Bia Kicis - DF ⁽¹⁾	1. Joice Hasselmann - SP ⁽¹⁾
PSD	
Antonio Brito - BA ^(2,8)	1. Diego Andrade - MG
PL	
Gildenemyr - MA ⁽³⁾	1. Marcelo Ramos - AM
PSB	
Camilo Capiberibe - AP ⁽¹⁵⁾	1. Elias Vaz - GO
REPUBLICANOS	
Ronaldo Martins - CE	1. VAGO
PSDB	
Carlos Sampaio - SP	1. Beto Pereira - MS
DEM	
Elmar Nascimento - BA	1. Efraim Filho - PB
PDT	
André Figueiredo - CE	1. Mauro Benevides Filho - CE ⁽¹²⁾
PODEMOS	
Diego Garcia - PR ⁽⁴⁾	1. Pr. Marco Feliciano - SP ⁽⁹⁾
PROS	
Toninho Wandscheer - PR	1. Capitão Wagner - CE

Notas:

- 18/10/2019: Designada como titular a Deputada Bia Kicis; designada como suplente a Deputada Joice Hasselman. (Of. 162/2019 - PSL)
- 22/10/2019: Designado como titular o Deputado Júlio César(PSD/PI) em substituição ao Deputado André de Paula (PSD/PE). (Of. 465/2019 - Liderança do PSD)
- 22/10/2019: Designado como titular o Deputado Gildenemyr(PL/MA) em substituição ao Deputado Wellington Roberto(PSD/PB). (Of. 368/2019 - Liderança do PL)
- 23/10/2019: Designado como titular o Deputado Diego Garcia, em substituição ao Deputado José Nelto. (Of. 253/2019 - Liderança do PODEMOS)
- 23/10/2019: Designados como titulares os Senadores Nelsinho Trad (PSD/MS) e Arolde de Oliveira (PSD/RJ), em substituição aos Senadores Otto Alencar (PSD/BA) e Irajá (PSD/TO); Como suplente, o Senador Lucas Barreto (PSD/AP) assume a vaga em substituição ao Senador Angelo Coronel (PSD/BA). (Of. 152/2019 - Liderança do PSD)
- 24/10/2019: A Senadora Daniella Ribeiro e o Senador Ciro Nogueira passam a constar como indicados pela Liderança, como titular e suplente, respectivamente. (Of. 71/2019 - Liderança do PP)
- 25/10/2019: Designado como titular o Senador Jarbas Vasconcelos, em substituição ao Senador Marcio Bittar; designado como suplente o Senador Confúcio Moura; designado como suplente o Senador Márcio Bittar. (Of. 222/2019 - Liderança do MDB)
- 30/10/2019: Designado como titular o Deputado Antonio Brito, em substituição ao Deputado Júlio César. (Of. 474/2019 - Liderança do PSD)
- 30/10/2019: Designado como suplente o Deputado Pr. Marco Feliciano, em substituição ao Deputado Bacelar.
- 05/11/2019: Designado como titular o Senador Antônio Anastasia, em substituição ao Senador Roberto Rocha; desligado da suplência o Senador Izalci Lucas. (Of. 117/2019 - Liderança do PSDB)



11. 07/11/2019: Designado como titulares os Senadores Rogério Carvalho e Zenaide Maia, em substituição aos Senadores Humberto Costa e Telmário Mota; Como suplentes, foram designados os Senadores Jean Paul Prates e Telmário Mota em substituição aos Senadores designados como titulares.(Of. 102/2019 - Liderança do Bloco Parlamentar Resistência Democrática)
12. 12/11/2019: Designado como suplente o Deputado Mauro Benevides Filho, em substituição ao Deputado Afonso Motta. (Of. 37/2019 - Liderança do PDT)
13. 20/11/2019: Designado como titular o Deputado Carlos Zarattini, em substituição ao Deputado Paulo Pimenta; designado como suplente o Deputado Afonso Florence, em substituição ao Deputado Rui Falcão. (Of. 646/2019 - Liderança do PT)
14. 20/11/2019: Designado como titular o Senador Eduardo Girão, em substituição ao Senador Alvaro Dias; designado como suplente o Senador Alvaro Dias. (Of. 127/2019 - Liderança do PODEMOS)
15. 20/11/2019: Designado como titular o Deputado Camilo Capiberibe. (Of. 324/2019 - Liderança do PSB)

Secretário: Rodrigo Bedritichuk

Telefone(s): 3303-4256



CMMPV 899/2019 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 899, de 2019

(ver Medida Provisória)

Finalidade: Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 899, de 2019.**Número de membros:** 13 Senadores e 13 Deputados**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO**RELATOR:** VAGO**RELATOR REVISOR:** VAGO**Designação:** 21/10/2019**Senado Federal**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
Renan Calheiros - MDB/AL ⁽⁹⁾	1. Simone Tebet - MDB/MS ⁽⁹⁾
Luiz do Carmo - MDB/GO ⁽⁹⁾	2. Marcelo Castro - MDB/PI ⁽⁹⁾
Daniella Ribeiro - PP/PB	3. Ciro Nogueira - PP/PI
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Izalci Lucas - PSDB/DF ⁽¹²⁾	1. VAGO
Soraya Thronicke - PSL/MS ⁽³⁾	2. Major Olimpio - PSL/SP ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
Acir Gurgacz - PDT/RO ⁽⁴⁾	1. Leila Barros - PSB/DF
Randolfe Rodrigues - REDE/AP	2. Eliziane Gama - CIDADANIA/MA
PSD	
Otto Alencar - BA ⁽¹⁾	1. VAGO ⁽¹⁾
Omar Aziz - AM ⁽¹⁾	2. VAGO
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Jean Paul Prates - PT/RN ⁽¹³⁾	1. Zenaide Maia - PROS/RN ⁽¹³⁾
Jaques Wagner - PT/BA ⁽¹³⁾	2. Rogério Carvalho - PT/SE ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Rodrigo Pacheco - DEM/MG	1. Jorginho Mello - PL/SC
PODEMOS	
Alvaro Dias - PR	1. Eduardo Girão - CE



Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
MDB, PP, PTB	
Arthur Lira - PP/AL	1. Alceu Moreira - MDB/RS ⁽¹⁵⁾
Hercílio Coelho Diniz - MDB/MG ⁽⁵⁾	2. VAGO
PT	
Carlos Zarattini - SP ⁽¹⁴⁾	1. Afonso Florence - BA ⁽¹⁴⁾
PSL	
Eduardo Bolsonaro - SP	1. Felício Laterça - RJ
PSD	
Marco Bertaiolli - SP ⁽⁶⁾	1. Diego Andrade - MG
PL	
Wellington Roberto - PB	1. Marcelo Ramos - AM
PSB	
Tadeu Alencar - PE	1. Elias Vaz - GO
REPUBLICANOS	
Luizão Goulart - PR ⁽¹⁶⁾	1. João Campos - GO ⁽¹⁶⁾
PSDB	
Carlos Sampaio - SP	1. Beto Pereira - MS
DEM	
Alexandre Leite - SP ⁽⁸⁾	1. Efraim Filho - PB
PDT	
Félix Mendonça Júnior - BA ⁽⁷⁾	1. Mauro Benevides Filho - CE ⁽⁷⁾
PODEMOS	
Pr. Marco Feliciano - SP ⁽¹¹⁾	1. Bacelar - BA
PSC ⁽²⁾	
Glaustin Fokus - GO ⁽¹⁰⁾	1. Osires Damaso - TO ⁽¹⁰⁾

Notas:

- 23/10/2019: Designado como titular o Senador Otto Alencar (PSD/BA); O Senador Omar Aziz(PSD/AM) passa a compor a vaga de titular, em substituição ao Senador Irajá (PSD/TO); O Senador Angelo Coronel (PSD/BA)deixa a vaga de suplente. (OF.153/2019 - Liderança do PSD)
- Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum.
- 23/10/2019: A Senadora Soraya Thronicke assume a vaga de titular, em substituição ao Senador Major Olimpio, que passará a assumir a vaga de suplente, deixada pela senadora. (OF. 103/2019 - Liderança do PSL)
- 23/10/2019: Designado como titular o Senador Acir Gurgacz, em substituição ao Senador Weverton. (OF. 130/2019 - Liderança do Bloco Senado Independente)
- 23/10/2019: Designado como titular o Deputado Hercílio Coelho Diniz, em substituição ao Deputado Baleia Rossi. (OF. 360/2019 - Liderança do bloco PP,MDB.PTB)
- 24/10/2019: Designado como titular o Deputado Marco Bertaiolli, em substituição ao Deputado André de Paula. (Of. 470/2019 - Liderança do PSD)
- 24/10/2019: Designado como titular o Deputado Félix Mendonça Júnior, em substituição ao Deputado André Figueiredo; designado como titular o Deputado Mauro Benevides Filho, em substituição ao Deputado Afonso Motta. (Of. 347/2019 - Liderança do PDT)
- 24/10/2019: Designado como titular o Deputado Alexandre Leite, em substituição ao Deputado Elmar Nascimento. (Of. 811/2019 - Liderança do DEM)
- 25/10/2019: Designado como titular o Senador Renan Calheiros, em substituição ao Senador Eduardo Braga; designado como titular o Senador Luiz do Carmo, em substituição ao Senador Marcio Bittar; designada como suplente o Senador Simone Tebet; designado como suplente o Senador Marcelo Castro. (Of. 223/2019 - Liderança do MDB)
- 30/10/2019: Designado como titular o Deputado Glaustyn Fokus, em substituição ao Deputado André Ferreira; designado como suplente o Deputado Osires Damaso, em substituição ao Deputado Otoni de Paula. (Of. 112/2019 - Liderança do PSC)



11. 30/10/2019: Designado como titular o Deputado Pr. Marco Feliciano em substituição ao Deputado José Nelto. (Of. 260/2019 - Liderança do PODEMOS)
12. 05/11/2019: Designado como titular o Senador Izalci Lucas, em substituição ao Senador Roberto Rocha. (Of. 118/2019 - Liderança do PSDB)
13. 07/11/2019: Designado como titulares os Senadores Jean Paul Prates e Jaques Wagner, em substituição aos Senadores Humberto Costa e Telmário Mota; Como suplentes, foram designados os Senadores Rogério Carvalho e Zenaide Maia.(Of. 103/2019 - Liderança do Bloco Parlamentar Resistência Democrática)
14. 20/11/2019: Designado como titular o Deputado Carlos Zarattini, em substituição ao Deputado Paulo Pimenta; designado como suplente o Deputado Afonso Florence, em substituição ao Deputado Rui Falcão. (Of. 647/2019 - Liderança do PT)
15. 20/11/2019: Designado como suplente o Deputado Alceu Moreira. (Of. 391/2019 - Liderança do Bloco PP,MDB,PTB)
16. 20/11/2019: Designado como titular o Deputado Luizão Goulart, em substituição ao Deputado Jhonatan de Jesus; designado como suplente o Deputado João Campos, em substituição ao Deputado João Roma. (Of. 231/2019 - Liderança do REPUBLICANOS)

Secretário: Rodrigo Bedritichuk

Telefone(s): 3303-4256



CMMPV 900/2019 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 900, de 2019

(ver Medida Provisória)

Finalidade: Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 900, de 2019.**Número de membros:** 13 Senadores e 13 Deputados**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO**RELATOR:** VAGO**RELATOR REVISOR:** VAGO**Designação:** 22/10/2019**Senado Federal**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
Eduardo Braga - MDB/AM	1. José Maranhão - MDB/PB ⁽⁸⁾
Marcio Bittar - MDB/AC	2. Eduardo Gomes - MDB/TO ⁽⁸⁾
Luis Carlos Heinze - PP/RS ⁽⁷⁾	3. Vanderlan Cardoso - PP/GO ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Plínio Valério - PSDB/AM ⁽¹²⁾	1. VAGO ⁽¹²⁾
Soraya Thronicke - PSL/MS ⁽²⁾	2. Major Olimpio - PSL/SP ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
Weverton - PDT/MA	1. Leila Barros - PSB/DF
Alessandro Vieira - CIDADANIA/SE ⁽¹⁵⁾	2. Randolfe Rodrigues - REDE/AP ^(13,15)
PSD	
Sérgio Petecão - AC ⁽⁴⁾	1. VAGO ⁽⁴⁾
Carlos Viana - MG ⁽⁴⁾	2. VAGO
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Paulo Rocha - PT/PA ⁽¹⁴⁾	1. Zenaide Maia - PROS/RN ⁽¹⁴⁾
Jaques Wagner - PT/BA ⁽¹⁴⁾	2. Jean Paul Prates - PT/RN ⁽¹⁴⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Rodrigo Pacheco - DEM/MG	1. Zequinha Marinho - PSC/PA ⁽¹⁰⁾
PODEMOS	
Alvaro Dias - PR	1. Eduardo Girão - CE



Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
MDB, PP, PTB	
Arthur Lira - PP/AL	1. VAGO
Baleia Rossi - MDB/SP	2. VAGO
PT	
Nilto Tatto - SP ⁽¹¹⁾	1. Rui Falcão - SP
PSL	
Eduardo Bolsonaro - SP	1. Filipe Barros - PR
PSD	
Sidney Leite - AM	1. Diego Andrade - MG
PL	
Zé Vitor - MG ⁽¹⁾	1. Raimundo Costa - BA ⁽³⁾
PSB	
Tadeu Alencar - PE	1. Elias Vaz - GO
REPUBLICANOS	
Carlos Gomes - RS ⁽¹⁶⁾	1. Vavá Martins - PA ⁽¹⁶⁾
PSDB	
Carlos Sampaio - SP	1. Beto Pereira - MS
DEM	
Jose Mario Schreiner - GO ⁽⁶⁾	1. Efraim Filho - PB
PDT	
Túlio Gadêlha - PE ⁽⁵⁾	1. Chico D'Angelo - RJ ⁽⁵⁾
PODEMOS	
Pr. Marco Feliciano - SP ⁽⁹⁾	1. Bacelar - BA
CIDADANIA	
Daniel Coelho - PE	1. Da Vitoria - ES

Notas:

- 22/10/2019: Designado como titular o Deputado Zé Vitor(PL/MG) em substituição ao Deputado Wellington Roberto(PSD/PB). (Of. 369/2019 - Liderança do PL)
- 23/10/2019: A Senadora Soraya Thronicke assume a vaga de titular, em substituição ao Senador Major Olimpio, que passará a assumir a vaga de suplente, deixada pela senadora. (Of. 104/2019 - Liderança do PSL)
- 23/10/2019: Designado como suplente o Deputado Raimundo Costa, em substituição ao Deputado Marcelo Ramos. (Of. 371/2019 - Liderança do PL)
- 23/10/2019: Designados como titulares os Senadores Sergio Petecão (PSD/AC) e Carlos Viana (PSD/MG), em substituição aos Senadores Otto Alencar (PSD/BA) e Irajá (PSD/TO); O Senador Angelo Coronel (PSD/BA) deixa a vaga de suplente. (Of.154/2019 - Liderança do PSD)
- 24/10/2019: Designado como titular o Deputado Túlio Gadelha, em substituição ao Deputado André Figueiredo; designado como suplente o Deputado Chico D'Angelo, em substituição ao Deputado Afonso Motta. (Of. 351/2019 - Liderança do PDT)
- 24/10/2019: Designado como titular o Deputado José Mario Schreiner, em substituição ao Deputado Elmar Nascimento. (Of. 809/2019 - Liderança do DEM)
- 24/10/2019: Designado como titular o Senador Luiz Carlos Heinze, em substituição à Senadora Daniella Ribeiro; designado como suplente o Senador Vanderlan Cardoso, em substituição ao Senador Ciro Nogueira. (Of. 73/2019 - Liderança do PP)
- 25/10/2019: Designado como suplente o Senador José Maranhão; designado como suplente o Senador Eduardo Gomes. (Of. 224/2019 - Liderança do MDB)
- 30/10/2019: Designado como titular o Deputado Pr. Marco Feliciano, em substituição ao Deputado José Nelto. (Of. 261/2019 - Liderança do PODEMOS)
- 30/10/2019: Designado como suplente o Senador Zequinha Marinho, em substituição ao Senador Jorginho Mello. (Of. 47/2019 - Liderança do Bloco Vanguarda)

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



11. 05/11/2019: Designado como titular o Deputado Nilto Tatto, e substituição ao Deputado Paulo Pimenta; designado como suplente o Deputado Airton Faleiro, em substituição ao Deputado Rui Falcão. (Of. 636/2019 - Liderança do PT)
12. 05/11/2019: Designado como titular o Senador Plínio Valério, em substituição ao Senador Roberto Rocha; desligado da suplência o Senador Izalci Lucas. (Of. 119/2019 - Liderança do PSDB)
13. 06/11/2019: Designado como Suplente o Senador Alessandro Vieira, em substituição a Senadora Eliziane Gama. (Of. 134/2019 - Liderança do Bloco Senado Independente).
14. 07/11/2019: Designado como titulares os Senadores Paulo Rocha e Jaques Wagner, em substituição aos Senadores Humberto Costa e Telmário Mota; Como suplentes, foram designados a Senadora Zenaide Maia e o Senador Jean Paul Prates, em substituição aos Senadores Rogério Carvalho e Zenaide Maia, respectivamente. (Of. 104/2019 - Liderança do Bloco Parlamentar Resistência Democrática)
15. 12/11/2019: Designado como titular o Senador Alessandro Vieira, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues; designado como suplente o Senador Randolfe Rodrigues. (Of. 138/2019 - Bloco Senado Independente)
16. 20/11/2019: Designado como titular o Deputado Carlos Gomes, em substituição ao Deputado Jhonatan de Jesus; designado como suplente o Deputado Vavá Martins, em substituição ao Deputado João Roma. (Of. 230/2019 - Liderança do REPUBLICANOS)

Secretário: Rodrigo Bedritichuk

Telefone(s): 3303-4256



CMMPV 901/2019 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 901, de 2019

(ver Medida Provisória)

Finalidade: Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 901, de 2019**Número de membros:** 13 Senadores e 13 Deputados**PRESIDENTE:** Lucas Barreto (PSD-AP)**VICE-PRESIDENTE:** Gutemberg Reis (MDB-RJ)**RELATOR:** Edio Lopes (PL-RR)**RELATOR REVISOR:** Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)**Designação:** 23/10/2019**Instalação:** 21/11/2019**Senado Federal**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
Mecias de Jesus - REPUBLICANOS/RR ⁽⁷⁾	1. Eduardo Gomes - MDB/TO ⁽⁷⁾
Dário Berger - MDB/SC ⁽⁷⁾	2. Jader Barbalho - MDB/PA ⁽⁷⁾
Ciro Nogueira - PP/PI ⁽⁶⁾	3. Esperidião Amin - PP/SC ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Rodrigo Cunha - PSDB/AL ⁽¹²⁾	1. VAGO ⁽¹²⁾
Major Olimpio - PSL/SP	2. Soraya Thronicke - PSL/MS
Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
Weverton - PDT/MA	1. Leila Barros - PSB/DF
Randolfe Rodrigues - REDE/AP	2. Eliziane Gama - CIDADANIA/MA
PSD	
Lucas Barreto - AP ⁽³⁾	1. VAGO
Sérgio Petecão - AC ⁽³⁾	2. VAGO
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Paulo Rocha - PT/PA ⁽¹³⁾	1. Zenaide Maia - PROS/RN ⁽¹³⁾
Telmário Mota - PROS/RR ⁽¹³⁾	2. Jean Paul Prates - PT/RN ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Chico Rodrigues - DEM/RR ⁽²⁾	1. VAGO
PODEMOS	
Oriovisto Guimarães - PR ⁽⁹⁾	2. Elmano Férrer - PI ⁽⁹⁾



Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
MDB, PP, PTB	
Hiran Gonçalves - PP/RR ⁽¹⁴⁾	1. VAGO ⁽¹¹⁾
Acácio Favacho - PROS/AP ^(15,20)	2. Gutemberg Reis - MDB/RJ ⁽²⁰⁾
PT	
Nilto Tatto - SP ⁽¹⁶⁾	1. Carlos Zarattini - SP ⁽¹⁶⁾
PSL	
Bia Kicis - DF ⁽¹⁸⁾	1. Carlos Jordy - RJ ⁽¹⁸⁾
PSD	
André de Paula - PE	1. Diego Andrade - MG
PL	
Edio Lopes - RR ⁽⁴⁾	1. Marcelo Ramos - AM
PSB	
Camilo Capiberibe - AP ⁽⁵⁾	1. Elias Vaz - GO
REPUBLICANOS	
Jhonatan de Jesus - RR	1. Aline Gurgel - AP ⁽¹⁰⁾
PSDB	
Luiz Carlos - AP ⁽¹⁷⁾	1. Beto Pereira - MS
DEM	
Elmar Nascimento - BA	1. Efraim Filho - PB
PDT	
André Figueiredo - CE	1. Afonso Motta - RS
PODEMOS	
Pr. Marco Feliciano - SP ⁽¹⁹⁾	1. Bacelar - BA
AVANTE ⁽¹⁾	
Leda Sadala - AP ⁽⁸⁾	1. Tito - BA

Notas:

1. Rodízio nos termos do art. 10-A do regimento comum.
2. 23/10/2019: Designado como titular o Senador Chico Rodrigues. (Of. 72/2019 - Liderança do Bloco Vanguarda)
3. 23/10/2019: Designado como titular o Senador Lucas Barreto; designado como titular o Senador Sérgio Petecão. (Of. 155/2019 - Liderança do PSD)
4. 23/10/2019: Designado como titular o Deputado Edio Lopes, em substituição ao Deputado Wellington Roberto. (Of. 375/2019 - Liderança do PL)
5. 24/10/2019: Designado como titular o Deputado Camilo Capiberibe, em substituição ao Deputado Tadeu Alencar. (Of. 307/2019 - Liderança do PSB)
6. 24/10/2019: Designado como titular o Senador Ciro Nogueira, em substituição à Senadora Daniella Ribeiro; designado como suplente o Senador Esperidião Amin. (Of. 74/2019 - Liderança do PP)
7. 25/10/2019: Designado como titular o Senador Mecias de Jesus, em substituição ao Senador Eduardo Braga; designado como titular o Senador Dário Berger, em substituição ao Senador Marcio Bittar; designado como suplente o Senador Eduardo Gomes; designado como suplente o Senador Jader Barbalho. (Of. 225/2019- Liderança do MDB)
8. 30/10/2019: Designada como titular a Deputada Leda Sadala, em substituição ao Deputado Luis Tibé. (Of. 80/2019 - Liderança do AVANTE)
9. 30/10/2019: Designado como titular o Senador Orlonildo Guimarães, em substituição ao Senador Alvaro Dias; designado como suplente o Senador Elmano Ferrer, em substituição ao Senador Eduardo Girão. (Of. 117/2019 - Liderança do PODEMOS)
10. 01/11/2019: Designada como suplente a Deputada Aline Gurgel, em substituição ao Deputado João Roma. (Of. 212/2019 - Liderança do REPUBLICANOS)
11. 05/11/2019: Designado como suplente o Deputado Acácio Favacho. (Of. 372/2019 - Liderança do Bloco PP,MDB,PTB)
12. 05/11/2019: Designado como titular o Senador Rodrigo Cunha, em substituição ao Senador Roberto Rocha; desligado da suplência o Senador Izalci Lucas. (Of. 120/2019 - Liderança do PSDB)



13. 07/11/2019: Designado como titulares os Senadores Paulo Rocha, em substituição ao Senador Humberto Costa, e Telmário Mota; Como suplentes, foram designados os Senadores Zenaide Maia e Jean Paul Prates, em substituição aos Senadores Rogério Carvalho e Zenaide Maia, respectivamente.(Of. 105/2019 - Liderança do Bloco Parlamentar Resistência Democrática)
14. 07/11/2019: Designado como titular o Deputado Hiran Gonçalves, em substituição ao Deputado Arthur Lira .(Of. 383/2019 - Liderança do Bloco PP/ MDB/PTB)
15. 07/11/2019: Designado como titular o Deputado Gutemberg Reis, em substituição ao Deputado Baleia Rossi.(Of. 380/2019 - Liderança do Bloco PP/ MDB/PTB)
16. 19/11/2019: Designado como titular o Deputado Nilto Tatto, em substituição ao Deputado Paulo Pimenta; designado como suplente o Deputado Carlos Zarattini, em substituição ao Deputado Rui Falcão. (Of. 645/2019 - Liderança do PT)
17. 19/11/2019: Designado como titular o Deputado Luiz Carlos, em substituição ao Deputado Carlos Sampaio. (Of. 599/2019 - Liderança do PSDB)
18. 20/11/2019: Designada como titular a Deputada Bia Kicis, em substituição ao Deputado Eduardo Bolsonaro; designado como suplente o Deputado Carlos Jordy, em substituição ao Deputado Filipe Barros. (Of. 485/2019 - Liderança do PSL)
19. 20/11/2019: Designado como titular o Deputado Pr. Marco Feliciano, em substituição Deputado José Nelto. (Of. 274/2019 - Liderança do PODEMOS)
20. 21/11/2019: Designado como titular o Deputado Acácio Favacho, em substituição ao Deputado Gutemberg Reis, que passa a assumir a vaga de suplente.(Of. 396/2019 - Liderança do Bloco PP/MDB/PTB)

Secretário: Rodrigo Bedritichuk

Telefone(s): 3303-4256



CMMPV 902/2019 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 902 de 2019

(ver Medida Provisória)

Finalidade: Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 902, de 2019**Número de membros:** 13 Senadores e 13 Deputados**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO**RELATOR:** VAGO**RELATOR REVISOR:** VAGO**Designação:** 08/11/2019**Senado Federal**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
Renan Calheiros - MDB/AL ⁽¹¹⁾	1. Jarbas Vasconcelos - MDB/PE ⁽¹¹⁾
Fernando Bezerra Coelho - MDB/PE ⁽¹¹⁾	2. José Maranhão - MDB/PB ⁽¹¹⁾
Vanderlan Cardoso - PP/GO ⁽⁹⁾	3. Daniella Ribeiro - PP/PB ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Roberto Rocha - PSDB/MA	1. Izalci Lucas - PSDB/DF
Major Olimpio - PSL/SP	2. Soraya Thronicke - PSL/MS
Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
Jorge Kajuru - CIDADANIA/GO ⁽¹⁾	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
PSD	
Nelsinho Trad - MS ⁽⁶⁾	1. Angelo Coronel - BA
Sérgio Petecão - AC ⁽⁶⁾	2. Arolde de Oliveira - RJ ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Rogério Carvalho - PT/SE ⁽¹⁰⁾	1. Jaques Wagner - PT/BA ⁽¹⁰⁾
Jean Paul Prates - PT/RN ⁽¹⁰⁾	2. Zenaide Maia - PROS/RN
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Rodrigo Pacheco - DEM/MG	1. Jorginho Mello - PL/SC
PODEMOS	
Marcos do Val - ES ⁽⁸⁾	1. Oriovisto Guimarães - PR ⁽⁸⁾

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
MDB, PP, PTB	
Alceu Moreira - MDB/RS ⁽³⁾	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
PT	
Benedita da Silva - RJ ⁽⁷⁾	1. Carlos Zarattini - SP ⁽⁷⁾
PSL	
Bia Kicis - DF ⁽²⁾	1. Carlos Jordy - RJ ⁽²⁾
PSD	
André de Paula - PE	1. Diego Andrade - MG
PL	
Wellington Roberto - PB	1. Marcelo Ramos - AM
PSB	
Tadeu Alencar - PE	1. Elias Vaz - GO
REPUBLICANOS	
Jhonatan de Jesus - RR	1. João Roma - BA
PSDB	
Carlos Sampaio - SP	1. Beto Pereira - MS
DEM	
Luis Miranda - DF ⁽⁵⁾	1. Efraim Filho - PB
PDT	
André Figueiredo - CE	1. Afonso Motta - RS
PODEMOS	
José Nelto - GO	1. Bacelar - BA
PV ⁽⁴⁾	
Fred Costa - PATRIOTA/MG ⁽¹²⁾	1. Célio Studart - CE

Notas:

- 08/11/2019: Designado como titular o Senador Jorge Kajuru. (Of. 137/2019 - Liderança do Bloco Senado Independente)
- 08/11/2019: Designada como titular a Deputado Bia Kicis; designado como suplente o Deputado Carlos Jordy. (Of. 441/2019 - Liderança do PSL)
- 08/11/2019: Designado como titular o deputado Alceu Moreira. (Of. 384/2019 - Liderança do Bloco PP,MDB,PTB)
- Rodízio nos termos do art. 10-A do regimento comum.
- 18/11/2019: Designado como titular o Deputado Luis Miranda, em substituição ao Deputado Elmar Nascimento. (Of. 821/2019 - Liderança do DEM)
- 19/11/2019: Designado como titular o Senador Nelsinho Trad, em substituição ao Senador Otto Alencar; designado como titular o Senador Sergio Petecão, em substituição ao Senador Irajá; designado como suplente o Senador Arolde de Oliveira. (Of. 158/2019 - Liderança do PSD)
- 20/11/2019: Designada como titular a Deputado Benedita da Silva, em substituição ao Deputado Paulo Pimenta; designado como suplente o Deputado Carlos Zarattini, em substituição ao Deputado Rui Falcão. (Of. 648/2019 - Liderança do PT)
- 20/11/2019: Designado como titular o Senador Marcos do Val, em substituição ao Senador Alvaro Dias; designado como suplente o Senador Oriovisto Guimarães, em substituição ao Senador Eduardo Girão. (Of. 123/2019 - Liderança do PODEMOS)
- 20/11/2019: Designado como titular o Senador Vanderlan Cardoso, em substituição à Senadora Daniella Ribeiro; designada como suplente a Senadora Daniella Ribeiro, em substituição ao Senador Ciro Nogueira. (Of. 77/2019 - Liderança do PP)
- 20/11/2019: Designado como titular o Senador Rogério Carvalho, em substituição ao Senador Humberto Costa; designado como titular o Senador Jean Paul Prates, em substituição ao Senador Telmário Mota; designado como suplente o Senador Jaques Wagner. (Of. 10/2019 - Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática)
- 21/11/2019: Designados como titulares os Senadores Renan Calheiros e Fernando Bezerra, em substituição aos Senadores Eduardo Braga e Marcio Bittar; Como suplentes, foram indicados os Senadores Jarbas Vasconcelos e José Maranhão. (Of. 228/2019 - Liderança MDB)
- 25/11/2019: Designado como suplente o Deputado Fred Costa, em substituição à Deputada Leandre. (Of. 77/2019 - Liderança do PV)

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



Secretário: Rodrigo Bedritichuk
Telefone(s): 3303-4256

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



CMMPV 903/2019 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 903, de 2019

(ver Medida Provisória)

Finalidade: Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 903, de 2019.**Número de membros:** 13 Senadores e 13 Deputados**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO**RELATOR:** VAGO**RELATOR REVISOR:** VAGO**Designação:** 11/11/2019**Senado Federal**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
Luiz do Carmo - MDB/GO ⁽¹²⁾	1. Mecias de Jesus - REPUBLICANOS/RR ⁽¹²⁾
Marcelo Castro - MDB/PI ⁽¹²⁾	2. Marcio Bittar - MDB/AC ⁽¹²⁾
Esperidião Amin - PP/SC ⁽¹⁰⁾	3. Mailza Gomes - PP/AC ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Roberto Rocha - PSDB/MA	1. Izalci Lucas - PSDB/DF
Major Olimpio - PSL/SP	2. Soraya Thronicke - PSL/MS
Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
Weverton - PDT/MA	1. Randolfe Rodrigues - REDE/AP ⁽¹³⁾
Veneziano Vital do Rêgo - PSB/PB ⁽¹³⁾	2. Eliziane Gama - CIDADANIA/MA
PSD	
Sérgio Petecão - AC ⁽³⁾	1. VAGO ⁽³⁾
Irajá - TO	2. VAGO
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Telmário Mota - PROS/RR ⁽¹¹⁾	1. Paulo Rocha - PT/PA ⁽¹¹⁾
Jean Paul Prates - PT/RN ⁽¹¹⁾	2. Zenaide Maia - PROS/RN
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Wellington Fagundes - PL/MT ⁽⁹⁾	1. Jorginho Mello - PL/SC
PODEMOS	
Elmano Férrer - PI ⁽⁵⁾	1. Alvaro Dias - PR ⁽⁵⁾



Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
MDB, PP, PTB	
Arthur Lira - PP/AL	1. VAGO
Baleia Rossi - MDB/SP	2. VAGO
PT	
Carlos Zarattini - SP ⁽⁴⁾	1. Afonso Florence - BA ⁽⁴⁾
PSL	
Bia Kicis - DF	1. Carlos Jordy - RJ
PSD	
André de Paula - PE	1. Diego Andrade - MG
PL	
Wellington Roberto - PB	1. Marcelo Ramos - AM
PSB	
Tadeu Alencar - PE	1. Elias Vaz - GO
REPUBLICANOS	
Jhonatan de Jesus - RR	1. João Roma - BA
PSDB	
Domingos Sávio - MG ⁽⁶⁾	1. Beto Pereira - MS
DEM	
Elmar Nascimento - BA	1. Efraim Filho - PB
PDT	
André Figueiredo - CE	1. Afonso Motta - RS
PODEMOS	
Léo Moraes - RO ⁽⁷⁾	1. Pr. Marco Feliciano - SP ⁽⁸⁾
PMN ⁽¹⁾	
Eduardo Braide - MA ⁽²⁾	1. VAGO

Notas:

1. Rodízio nos termos do art. 10-A do regimento comum.
2. 18/11/2019: Designado como titular o Deputado Eduardo Braide. (Of. 38/2019 - Liderança do PMN)
3. 19/11/2019: Designado como titular o Senador Sérgio Petecão, em substituição ao Senador Otto Alencar; desligado da suplência o Senador Angelo Coronel. (Of. 160/2019 - Liderança do PSD)
4. 20/11/2019: Designado como titular o Deputado Carlos Zarattini, em substituição ao Deputado Paulo Pimenta; designado como suplente o Deputado Afonso Florence, em substituição ao Deputado Rui Falcão. (Of. 649/2019 - Liderança do PT)
5. 20/11/2019: Designado como titular o Senador Elmano Férrer, em substituição ao Senador Alvaro Dias; designado como suplente o Senador Alvaro Dias, em substituição ao Senador Eduardo Girão. (Of. 124/2019 - Liderança do PODEMOS)
6. 20/11/2019: Designado como titular o Deputado Domingos Sávio, em substituição ao Deputado Carlos Sampaio. (Of. 603/2019 - Liderança do PSDB)
7. 20/11/2019: Designado como titular o Deputado Léo Moraes, em substituição ao Deputado José Nelto. (Of. 267/2019 - Liderança do PODEMOS)
8. 20/11/2019: Designado como suplente o Deputado Pr. Marco Feliciano, em substituição ao Deputado Bacelar. (Of. 270/2019 - Liderança do PODEMOS)
9. 20/11/2019: Designado como titular o Senador Wellington Fagundes, em substituição ao Senador Rodrigo Pacheco. (Of. 75/2019 - Liderança do Bloco Vanguarda)
10. 20/11/2019: Designado como titular o Senador Esperidião Amin, em substituição à Senadora Daniella Ribeiro; designada como suplente a Senadora Mailza Gomes, em substituição ao Senador Ciro Nogueira. (Of. 78/2019 - Liderança do PP)
11. 20/11/2019: Designado como titular o Senador Telmário Mota, em substituição ao Senador Humberto Costa; designado como titular o Senador Jean Paul Prates; designado como suplente o Senador Paulo Rocha, em substituição ao Senador Rogério Carvalho. (Of. 108/2019 - Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática)



12. 21/11/2019: Designados como titulares os Senadores Luiz do Carmo e Marcelo Castro, em substituição aos Senadores Eduardo Braga e Marcio Bittar; Como suplentes, foram indicados os Senadores Mecias de Jesus e Marcio Bittar.(Of. 229/2019 - Liderança MDB)
13. 26/11/2019: Designado como titular o Senador Veneziano Vital do Rêgo, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues; designado como suplente o Senador Randolfe Rodrigues, em substituição à senadora Leila Barros. (Of. 138/2019 - Liderança do Bloco Senado Independente)

Secretário: Rodrigo Bedritchuk

Telefone(s): 3303-4256



CMMPV 904/2019 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 904, de 2019

(ver Medida Provisória)

Finalidade: Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 904, de 2019.**Número de membros:** 13 Senadores e 13 Deputados**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO**RELATOR:** VAGO**RELATOR REVISOR:** VAGO**Designação:** 18/11/2019**Senado Federal**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
Dário Berger - MDB/SC ⁽¹³⁾	1. Eduardo Gomes - MDB/TO ⁽¹³⁾
Confúcio Moura - MDB/RO ⁽¹³⁾	2. Marcio Bittar - MDB/AC ⁽¹³⁾
Daniella Ribeiro - PP/PB	3. Ciro Nogueira - PP/PI
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Roberto Rocha - PSDB/MA	1. Izalci Lucas - PSDB/DF
Major Olimpio - PSL/SP	2. Soraya Thronicke - PSL/MS
Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
Cid Gomes - PDT/CE ⁽¹⁷⁾	1. Leila Barros - PSB/DF
Randolfe Rodrigues - REDE/AP	2. Eliziane Gama - CIDADANIA/MA
PSD	
Otto Alencar - BA	1. Angelo Coronel - BA
Omar Aziz - AM ⁽³⁾	2. Sérgio Petecão - AC ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Rogério Carvalho - PT/SE ⁽⁸⁾	1. Jean Paul Prates - PT/RN ⁽⁸⁾
Zenaide Maia - PROS/RN ⁽⁸⁾	2. Humberto Costa - PT/PE ⁽⁸⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Rodrigo Pacheco - DEM/MG	1. Jorginho Mello - PL/SC
PODEMOS	
Styvenson Valentim - RN ⁽⁶⁾	1. Marcos do Val - ES ⁽⁶⁾



Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
MDB, PP, PTB	
Arthur Lira - PP/AL	1. Juarez Costa - MDB/MT ⁽¹⁰⁾
Mauro Lopes - MDB/MG ⁽⁹⁾	2. VAGO
PT	
Jorge Solla - BA ⁽⁵⁾	1. Rui Falcão - SP
PSL	
Sanderson - RS ^(2,14)	1. Carlos Jordy - RJ ⁽²⁾
PSD	
André de Paula - PE	1. Diego Andrade - MG
PL	
Bosco Costa - SE ⁽⁴⁾	1. Marcelo Ramos - AM
PSB	
Elias Vaz - GO ⁽⁷⁾	1. VAGO
REPUBLICANOS	
Hugo Motta - PB ⁽¹¹⁾	1. Manuel Marcos - AC ⁽¹¹⁾
PSDB	
Carlos Sampaio - SP	1. Beto Pereira - MS
DEM	
Lucas Vergilio - SOLIDARIEDADE/GO ⁽¹⁶⁾	1. Efraim Filho - PB
PDT	
Fábio Henrique - SE ⁽¹²⁾	1. Leônidas Cristino - CE ⁽¹²⁾
PODEMOS	
José Nelto - GO	1. Bacelar - BA
REDE ⁽¹⁾	
Joenia Wapichana - RR	1. Lucas Gonzalez - NOVO/MG ⁽¹⁵⁾

Notas:

1. Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum.
2. 18/11/2019: Designada como titular a Deputado Bia Kicis; designado como suplente o Deputado Carlos Jordy. (Of. 441/2019 - Liderança do PSL)
3. 19/11/2019: Designado como titular o Senador Omar Aziz, em substituição ao Senador Irajá; designado como suplente o Senador Sérgio Petecão. (Of. 161/2019 - Liderança do PSD)
4. 19/11/2019: Designado como titular o Deputado Bosco Costa, em substituição ao Deputado Wellington Roberto. (Of. 391/2019 - Liderança do PL)
5. 20/11/2019: Designado como titular o Deputado Jorge Solla, em substituição ao Deputado Paulo Pimenta. (Of. 651/2019 - Liderança do PT)
6. 20/11/2019: Designado como titular o Senador Styvenson Valentim, em substituição ao Senador Alvaro Dias; designado como suplente o Senador Marcos do Val, em substituição ao Senador Eduardo Girão. (Of. 125/2019 - Liderança do PODEMOS)
7. 20/11/2019: Designado como titular o Deputado Elias Vaz, em substituição ao Deputado Tadeu Alencar. (Of. 319/2019 - Liderança do PSB)
8. 20/11/2019: Designado como titular o Senador Rogério Carvalho, em substituição ao Senador Humberto Costa; designada como titular a Senadora Zenaide Maia, em substituição ao Senador Telmário Mota; designado como suplente o Senador Jean Paul Prates; designado como suplente o Senador Humberto Costa. (Of. 109/2019 - Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática)
9. 20/11/2019: Designado como titular o Deputado Mauro Lopes, em substituição ao Deputado Baleia Rossi. (Of. 398/2019 - Liderança do Bloco PP,MDB,PTB)
10. 20/11/2019: Designado como suplente o Deputado Juarez Costa. (Of. 397/2019 - Liderança do Bloco PP,MDB,PTB)
11. 20/11/2019: Designado como titular o Deputado Hugo Motta, em substituição ao Deputado Jhonatan de Jesus; designado como suplente o Deputado Manuel Marcos, em substituição ao Deputado João Roma. (Of. 229/2019 - Liderança do REPUBLICANOS)
12. 21/11/2019: Designado como titular o Deputado Fábio Henrique, em substituição ao Deputado André Figueiredo; designado como suplente o Deputado Leônidas Cristino, em substituição ao Deputado Afonso Motta. (Of. 382/2019 - Liderança do PDT)

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



13. 21/11/2019: Designados como titulares os Senadores Dário Berger e Confúcio Moura, em substituição aos Senadores Eduardo Braga e Marcio Bittar; Como suplentes, foram indicados os Senadores Eduardo Gomes e Marcio Bittar. (Of. 231/2019 - Liderança MDB)
14. 21/11/2019: Designado como titular o Deputado o Deputado Sanderson, em substituição à Deputada Bia Kicis. (Of. 475/2019 - Liderança do PSL)
15. 21/11/2019: Designado como suplente o Deputado Lucas Gonzalez. (Of. sn/2019 - Liderança da REDE)
16. 21/11/2019: Designado como titular o Deputado o Deputado Lucas Vergílio, em substituição ao Deputado Elmar Nascimento. (Of. 612/2019 - Liderança do DEM)
17. 26/11/2019: Designado como titular o Senador Cid Gomes, em substituição ao Senador Weverton. (Of. 139/2019 - Liderança do Bloco Senado Independente)

Secretário: Rodrigo Bedritichuk

Telefone(s): 3303-4256



CMMPV 905/2019 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 905, de 2019

(ver Medida Provisória)

Finalidade: Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 905, de 2019.**Número de membros:** 13 Senadores e 13 Deputados**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO**RELATOR:** VAGO**RELATOR REVISOR:** VAGO**Designação:** 18/11/2019**Senado Federal**

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
Eduardo Braga - MDB/AM ⁽¹⁾	1. Marcelo Castro - MDB/PI ⁽¹⁾
Confúcio Moura - MDB/RO ⁽¹⁾	2. Eduardo Gomes - MDB/TO ⁽¹⁾
Mailza Gomes - PP/AC ⁽¹³⁾	3. Luis Carlos Heinze - PP/RS ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Roberto Rocha - PSDB/MA	1. Izalci Lucas - PSDB/DF
Major Olimpio - PSL/SP	2. Soraya Thronicke - PSL/MS
Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
Veneziano Vital do Rêgo - PSB/PB ⁽²⁾	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
PSD	
Sérgio Petecão - AC ^(8,16)	1. Arolde de Oliveira - RJ ⁽⁸⁾
Irajá - TO	2. Carlos Viana - MG ^(7,16)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Humberto Costa - PT/PE	1. Rogério Carvalho - PT/SE
Telmário Mota - PROS/RR	2. Zenaide Maia - PROS/RN
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Rodrigo Pacheco - DEM/MG	1. Jorginho Mello - PL/SC
PODEMOS	
Lasier Martins - RS ⁽¹⁰⁾	1. Alvaro Dias - PR ⁽¹⁰⁾



Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
MDB, PP, PTB	
Christino Aureo - PP/RJ ⁽³⁾	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
PT	
Paulo Pimenta - RS	1. Rogério Correia - MG
PSL	
Major Fabiana - RJ ^(4,15)	1. Sanderson - RS ^(4,15)
PSD	
André de Paula - PE	1. Diego Andrade - MG
PL	
Wellington Roberto - PB	1. Marcelo Ramos - AM
PSB	
Tadeu Alencar - PE	1. Elias Vaz - GO
REPUBLICANOS	
Jhonatan de Jesus - RR	1. João Roma - BA
PSDB	
Carlos Sampaio - SP	1. Beto Pereira - MS
DEM	
Kim Katagui - SP ⁽⁵⁾	1. Fred Costa - PATRIOTA/MG ⁽¹⁴⁾
PDT	
André Figueiredo - CE	1. Mauro Benevides Filho - CE ⁽⁹⁾
PODEMOS	
José Nelto - GO	1. Pr. Marco Feliciano - SP ⁽¹¹⁾
SOLIDARIEDADE	
Paulo Pereira da Silva - SP ⁽⁶⁾	1. Lucas Vergilio - GO ⁽¹²⁾

Notas:

- 18/11/2019: Designado como titular o Senador Eduardo Braga; designado como titular o Senador Confúcio Moura; designado como suplente o Senador Marcelo Castro; designado como suplente o Senador Eduardo Gomes. (Of. 230/2019 - Liderança do MDB)
- 18/11/2019: Designado como titular o Senador Veneziano Vital do Rêgo. (Of. 140/2019 - Liderança do Bloco Senado Independente)
- 18/11/2019: Designado como titular o Deputado Christino Aureo. (Of. 387/2019 - Liderança do Bloco PP,MDB,PTB)
- 18/11/2019: Designada como titular a Deputada Bia Kicis; designado como suplente o Deputado Carlos Jordy. (Of. 441/2019 - Liderança do PSL)
- 18/11/2019: Designado como titular o Deputado Kim Katagui. (Of. 825/2019 - Liderança do DEM)
- 18/11/2019: Designado como titular o Deputado Paulo Pereira da Silva. (Of. 212/2019 - Liderança do Solidariedade)
- 19/11/2019: Designado como suplente o Senador Otto Alencar. (Of. 164/2019 - Liderança do PSD)
- 19/11/2019: Designado como titular o Senador Carlos Viana, em substituição ao Senador Otto Alencar; designado como suplente o Senador Arolde de Oliveira, em substituição ao Senador Angelo Coronel. (Of. 162/2019 - Liderança do PSD)
- 20/11/2019: Designado como suplente o Deputado Mauro Benevides Filho, em substituição ao Deputado Afonso Motta. (Of. 380/2019 - Liderança do PDT)
- 20/11/2019: Designado como titular o Senador Lasier Martins, em substituição ao Senador Alvaro Dias; designado como suplente o Senador Alvaro Dias, em substituição ao Senador Eduardo Girão. (Of. 126/2019 - Liderança do PODEMOS)
- 20/11/2019: Designado como suplente o Deputado Pr. Marco Feliciano, em substituição ao Deputado Bacelar. (Of. 271/2019 - Liderança do PODEMOS)
- 20/11/2019: Designado como suplente o Deputado Lucas Vergilio. (Of. 213/2019 - Liderança do SOLIDARIEDADE)
- 20/11/2019: Designada como titular a Senadora Mailza Gomes, em substituição à Senadora Daniella Ribeiro; designado como suplente o Senador Luis Carlos Heinze, em substituição ao Senador Ciro Nogueira. (Of. 80/2019 - Liderança do PP)

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



14. 21/11/2019: Designado como suplente o Deputado Fred Costa. (Of. 829/2019 - Liderança do DEM)
15. 21/11/2019: Designada como titular a Deputada Major Fabiana, em substituição à Deputada Bia Kicis; Como suplente, o Deputado Sanderson substitui o Deputado Carlos Jody. (Of. 473/2019 - Liderança do PSL)
16. 21/11/2019: Designado como Titular o Senador Sérgio Petecão, em substituição ao Senador Carlos Viana, que passa a assumir a vaga de suplente em substituição ao Senador Otto Alencar. (OF.166, Liderança do PSD)

Secretário: Rodrigo Bedritichuk

Telefone(s): 3303-4256



CMMPV 906/2019 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 906, de 2019

(ver Medida Provisória)

Finalidade: Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 906, de 2019.**Número de membros:** 13 Senadores e 13 Deputados**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO**RELATOR:** VAGO**RELATOR REVISOR:** VAGO**Designação:** 22/11/2019**Senado Federal**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
Eduardo Braga - MDB/AM	1. VAGO
Marcio Bittar - MDB/AC	2. VAGO
Daniella Ribeiro - PP/PB	3. Ciro Nogueira - PP/PI
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Roberto Rocha - PSDB/MA	1. Izalci Lucas - PSDB/DF
Major Olimpio - PSL/SP	2. Soraya Thronicke - PSL/MS
Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
Acir Gurgacz - PDT/RO ⁽⁵⁾	1. Leila Barros - PSB/DF
Randolfe Rodrigues - REDE/AP	2. Eliziane Gama - CIDADANIA/MA
PSD	
Nelsinho Trad - MS ⁽⁴⁾	1. Angelo Coronel - BA ⁽⁴⁾
Sérgio Petecão - AC ⁽⁴⁾	2. Otto Alencar - BA ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Humberto Costa - PT/PE	1. Rogério Carvalho - PT/SE
Telmário Mota - PROS/RR	2. Zenaide Maia - PROS/RN
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Rodrigo Pacheco - DEM/MG	1. Jorginho Mello - PL/SC
PODEMOS	
Alvaro Dias - PR	1. Eduardo Girão - CE



Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
MDB, PP, PTB	
Arthur Lira - PP/AL	1. VAGO
Baleia Rossi - MDB/SP	2. VAGO
PT	
Paulo Pimenta - RS	1. Rui Falcão - SP
PSL	
Bia Kicis - DF	1. Carlos Jordy - RJ
PSD	
André de Paula - PE	1. Diego Andrade - MG
PL	
Bosco Costa - SE ⁽²⁾	1. VAGO
PSB	
Tadeu Alencar - PE	1. Elias Vaz - GO
REPUBLICANOS	
Jhonatan de Jesus - RR	1. João Roma - BA
PSDB	
Carlos Sampaio - SP	1. Beto Pereira - MS
DEM	
Geninho Zuliani - SP	1. Juninho do Pneu - RJ
PDT	
Leônidas Cristino - CE ⁽³⁾	1. Fábio Henrique - SE ⁽³⁾
PODEMOS	
José Nelto - GO	1. Bacelar - BA
PSOL ⁽¹⁾	
Ivan Valente - SP	1. Fernanda Melchionna - RS

Notas:

1. Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum.
2. 22/11/2019: Designado como titular o Deputado Bosco Costa. (Of. 400/2019 - Liderança do PL)
3. 22/11/2019: Designado como titular o Deputado Leônidas Cristino; designado como suplente o Deputado Fábio Henrique. (Of. 383/2019 - Liderança do PDT)
4. 22/11/2019: Designado como titular o Senador Nelsinho Trad; designado como titular o Senador Sérgio Petecão; designado como suplente o Senador Angelo Coronel; designado como suplente o Senador Otto Alencar. (Of. 165/2019 - Liderança do PSD)
5. 26/11/2019: Designado como titular o Senador Acir Gurgacz, em substituição ao Senador Weverton. (Of. 140/2019 - Bloco Senado Independente)

Secretário: Rodrigo Bedritchuk**Telefone(s): 3303-4256**

COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS

COMISSÕES PARLAMENTARES MISTAS DE INQUÉRITO

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito - Fake News

Finalidade: Investigar, no prazo de 180 dias, os ataques cibernéticos que atentam contra a democracia e o debate público; a utilização de perfis falsos para influenciar os resultados das eleições 2018; a prática de cyberbullying sobre os usuários mais vulneráveis da rede de computadores, bem como sobre agentes públicos; e o aliciamento e orientação de crianças para o cometimento de crimes de ódio e suicídio.

Número de membros: 16 Senadores e 16 Deputados

PRESIDENTE: Senador Angelo Coronel (PSD-BA)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Ricardo Barros (PP-PR)

RELATOR: Deputada Lídice da Mata (PSB-BA)

Designação: 21/08/2019

Instalação: 04/09/2019

Prazo final: 13/04/2020

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
Eduardo Braga - MDB/AM ⁽²⁾	1. Renan Calheiros - MDB/AL ⁽²⁾
Eduardo Gomes - MDB/TO ⁽²⁾	2. Luiz do Carmo - MDB/GO ⁽²⁾
Marcio Bittar - MDB/AC ⁽²⁾	3. Mecias de Jesus - REPUBLICANOS/RR ⁽²⁾
Ciro Nogueira - PP/PI ⁽³¹⁾	4. Esperidião Amin - PP/SC ⁽³²⁾
Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
Veneziano Vital do Rêgo - PSB/PB ⁽³⁾	1. Fabiano Contarato - REDE/ES ⁽⁴⁾
Randolfe Rodrigues - REDE/AP ⁽³⁾	2. Alessandro Vieira - CIDADANIA/SE ⁽⁴⁾
Kátia Abreu - PDT/TO ^(3,24,43)	3. Eliziane Gama - CIDADANIA/MA ^(4,24,34)
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Roberto Rocha - PSDB/MA ⁽²¹⁾	1. Flávio Bolsonaro - S/Partido/RJ ⁽³³⁾
Soraya Thronicke - PSL/MS ^(26,44)	2. Major Olimpio - PSL/SP ⁽²⁶⁾
PSD	
Angelo Coronel - BA ⁽⁵⁾	1. Otto Alencar - BA ⁽⁵⁾
Nelsinho Trad - MS ⁽⁵⁾	2. Irajá - TO ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Humberto Costa - PT/PE ⁽⁶⁾	1. Jean Paul Prates - PT/RN ⁽⁶⁾
Rogério Carvalho - PT/SE ⁽⁶⁾	2. Telmário Mota - PROS/RR ^(6,27)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



TITULARES	SUPLENTE
Chico Rodrigues - DEM/RR ⁽⁷⁾	1. Jorginho Mello - PL/SC ^(8,35,48)
Wellington Fagundes - PL/MT ⁽⁴⁸⁾	2. Zequinha Marinho - PSC/PA ⁽⁴⁸⁾
PODEMOS	
Eduardo Girão - CE	1. Styvenson Valentim - RN

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
MDB, PP, PTB	
Hiran Gonçalves - PP/RR ⁽⁹⁾	1. Jandira Feghali - PCdoB/RJ ⁽⁴⁵⁾
Ricardo Barros - PP/PR ⁽⁹⁾	2. David Miranda - PSOL/RJ ⁽⁵⁰⁾
Walter Alves - MDB/RN ⁽³⁷⁾	3. Juarez Costa - MDB/MT ⁽³⁷⁾
PT	
Luizianne Lins - CE ^(10,25)	1. Natália Bonavides - RN ⁽¹⁰⁾
Rui Falcão - SP ⁽¹⁰⁾	2. Carlos Zarattini - SP ^(10,25)
PSL	
Filipe Barros - PR ^(11,46,52)	1. Eduardo Bolsonaro - SP ^(11,36)
Caroline de Toni - SC ^(11,49,52)	2. Carlos Jordy - RJ ^(11,51,52,58)
PSD	
Delegado Éder Mauro - PA ⁽¹²⁾	1. Márcio Labre - PSL/RJ ^(38,56)
PL	
Marcelo Ramos - AM ⁽⁴¹⁾	1. Wellington Roberto - PB ^(13,41)
PSB	
Lídice da Mata - BA ^(14,28)	1. Alessandro Molon - RJ ^(14,23,28)
REPUBLICANOS	
Celso Russomanno - SP ⁽¹⁵⁾	1. Silvio Costa Filho - PE ⁽³⁰⁾
PSDB	
Alexandre Frota - SP ^(16,42,57)	1. Shéridan - RR ^(54,57)
DEM	
Arthur Oliveira Maia - BA ^(17,29)	1. Pedro Lupion - PR ^(17,53)
PDT	
Túlio Gadêlha - PE ⁽¹⁹⁾	1. Paulo Ramos - RJ ^(22,55)
PODEMOS	
Pr. Marco Feliciano - SP ^(20,47)	1. José Medeiros - MT ^(39,47)
SOLIDARIEDADE ⁽¹⁾	
Dr. Leonardo - MT ⁽¹⁸⁾	1. Aureo Ribeiro - RJ ^(18,40)

Notas:

1. Rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional (Solidariedade-CD).
2. Designados, como titulares, os Senadores Eduardo Braga (MDB), Eduardo Gomes (MDB) e Márcio Bitar (MDB); e, como suplentes, os Senadores Renan Calheiros (MDB), Luiz do Carmo (MDB) e Mecias de Jesus (Republicanos), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 195/2019 da Liderança do MDB.
3. Designados, como titulares, os Senadores Veneziano Vital do Rêgo (PSB), Randolfe Rodrigues (Rede) e Marcos do Val (Podemos), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 102/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar Senado Independente. Obs.: No período de indicações das lideranças, o Senador Marcos do Val estava filiado ao Cidadania.

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



4. Designados, como suplentes, os Senadores Fabiano Contarato (Rede), Alessandro Vieira (Cidadania) e Weverton (PDT), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 103/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar Senado Independente.
5. Designados, como titulares, os Senadores Angelo Coronel (PSD) e Nelsinho Trad (PSD); e, como suplentes, Otto Alencar (PSD) e Irajá (PSD), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 119/2019 da Liderança do PSD.
6. Designados, como titulares, os Senadores Humberto Costa (PT) e Rogério Carvalho (PT); e, como suplentes, os Senadores Jean Paul Prates (PT) e Zenaide Maia (PROS), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 65/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.
7. Designado, como membro titular, o Senador Chico Rodrigues (DEM), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 51/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar Vanguarda.
8. Designado, como membro suplente, o Senador Zequinha Marinho (PSC), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 50/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar Vanguarda.
9. Designados, como membros titulares, os Deputados Hiran Gonçalves (PP) e Ricardo Barros (PP), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 142/2019 da Liderança do Bloco PP MDB PTB.
10. Designados, como membros titulares, os Deputados Carlos Zarattini (PT) e Rui Falcão (PT); e, como suplentes, os Deputados Nathália Bonavides (PT) e Luizianne Lins (PT), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 421/2019 da Liderança do PT.
11. Designados, como membros titulares, os Deputados Filipe Barros (PSL) e Caroline de Toni (PSL); e, como suplentes, os Deputados Coronel Tadeu (PSL) e Carla Zambelli (PSL), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 271/2019 da Liderança do PSL.
12. Designado, como membro titular, o Deputado Delegado Eder Mauro (PSD), em 21.8.2019, conforme Ofício 318/2019 da Liderança do PSD.
13. Designado, como membro suplente, o Deputado Capitão Augusto (PL), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 271/2019 da Liderança do PL.
14. Designados, como membro titular, o Deputado Alessandro Molon (PSB); e, como suplente, a Deputada Rosana Valle (PSB), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 194/2019 da Liderança do PSB.
15. Designado, como membro titular, o Deputado Celso Russomanno (Republicanos), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 157/2019 da Liderança do Republicanos.
16. Designada, como membro titular, a Deputada Bruna Furlan (PSDB), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 363/2019 da Liderança do PSDB.
17. Designado, como membro titular, o Deputado Alexandre Leite (DEM); e, como suplente, o Deputado Elmar Nascimento (DEM), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 601/2019 da Liderança do Democratas.
18. Designado, como membro titular, o Deputado Dr. Leonardo (Solidariedade); e, como suplente, o Deputado Zé Silva (Solidariedade), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 165/2019 da Liderança do Solidariedade.
19. Designado, como membro titular, o Deputado Túlio Gadelha (PDT), em 27.8.2019, conforme Ofício nº 310/2019 da Liderança do PDT. ([DCN de 29/08/2019, p. 323](#))
20. Designado, como membro titular, o Deputado Bacelar (PODE), em vaga existente, em 29.8.2019, conforme Ofício nº 196/2019 da Liderança do Podemos. ([DCN de 05/09/2019, p. 106](#))
21. Designado, como membro titular, o Senador Roberto Rocha (PSDB), em vaga existente, em 29.8.2019, conforme Ofício nº 100/2019 da Liderança do PSDB. ([DCN de 05/09/2019, p. 104](#))
22. Designado, como membro suplente, o Deputado Afonso Motta (PDT), em vaga existente, em 29.8.2019, conforme Ofício nº 311/2019 da Liderança do PDT. ([DCN de 05/09/2019, p. 108](#))
23. Designada, como membro suplente, a Deputada Lídice da Mata (PSB/BA), em substituição à Deputada Rosana Valle (PSB/SP), em 29/08/2019, conforme Ofício nº 230/2019 da Liderança do PSB. ([DCN de 05/09/2019, p. 107](#))
24. Designado, como membro titular, o Senador Weverton (PDT), em substituição ao Senador Marcos do Val (PODE), em 3.9.2019, conforme Memorando nº 119/2019 do Bloco Parlamentar Senado Independente. ([DCN de 05/09/2019, p. 105](#))
25. Designada, como membro titular, a Deputada Luizianne Lins (PT), em substituição ao Deputado Carlos Zarattini (PT), que passa à condição de suplente, em 3.9.2019, conforme Ofício nº 503/2019 da Liderança do PT. ([DCN de 05/09/2019, p. 109](#))
26. Designada, como membro titular, a Senadora Juíza Selma (PSL); e, como suplente, é designado o Senador Major Olímpio (PSL), em vagas existentes, em 4.9.2019, conforme Ofício nº 78/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 05/09/2019, p. 100](#))
27. Designado, como membro suplente, o Senador Telmário Mota (PROS), em substituição à Senadora Zenaide Maia (PROS), em 4.9.2019, conforme Ofício nº 86/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática. ([DCN de 05/09/2019, p. 101](#))
28. Designada, como membro titular, a Deputada Lídice da Mata (PSB), em substituição ao Deputado Alessandro Molon (PSB), que passa à condição de suplente, em 4.9.2019, conforme Ofício nº 235/2019 da Liderança do PSB. ([DCN de 05/09/2019, p. 102](#))
29. Designado, como membro titular, o Deputado Arthur Oliveira Maia (DEM), em substituição ao Deputado Alexandre Leite (DEM), em 4.9.2019, conforme Ofício nº 765 da Liderança do DEM. ([DCN de 05/09/2019, p. 130](#))
30. Designado, como membro suplente, o Deputado Sílvio Costa Filho (Republicanos), em vaga existente, em 5.9.2019, conforme Ofício nº 172/2019 da Liderança do Republicanos. ([DCN de 12/09/2019, p. 223](#))
31. Designado, como membro titular, o Senador Ciro Nogueira (PP), em vaga existente, em 10.9.2019, conforme Ofício nº 65/2019 da Liderança do PP. ([DCN de 12/09/2019, p. 221](#))
32. Designado, como membro suplente, o Senador Esperidião Amin (PP), em vaga existente, em 10.9.2019, conforme Ofício nº 64/2019 da Liderança do PP. ([DCN de 12/09/2019, p. 220](#))
33. Designado, como membro suplente, o Senador Flávio Bolsonaro (PSL), em vaga cedida pelo PSDB, em 10.9.2019, conforme Ofício nº 104/2019 da Liderança do PSDB. ([DCN de 12/09/2019, p. 222](#))
34. Designada, como membro suplente, a Senadora Eliziane Gama (Cidadania), em vaga existente, em 10.9.2019, conforme Memorando nº 123/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar Senado Independente. ([DCN de 12/09/2019, p. 219](#))
35. Senador Zequinha Marinho (PSC) deixa de compor a Comissão, em 11.9.2019, conforme Ofício nº 64/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar Vanguarda.
36. Designado, como membro suplente, o Deputado Eduardo Bolsonaro (PSL), em substituição ao Deputado Coronel Tadeu (PSL), em 12.9.2019, conforme Ofício nº 310/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 19/09/2019, p. 26](#))
37. Designado, como membro titular, o Deputado Walter Alves (MDB); e, como suplente, o Deputado Juarez Costa (MDB), em 12.9.2019, conforme Ofício nº 317/2019 da Liderança do Bloco MDB PP PTB. ([DCN de 19/09/2019, p. 27](#))
38. Designado, como membro suplente, o Deputado Coronel Tadeu (PSL), em vaga cedida pelo PSD, em 12.9.2019, conforme Ofício nº 406/2019 da Liderança do PSD. ([DCN de 19/09/2019, p. 29](#))
39. Designado, como membro suplente, o Deputado Pr. Marco Feliciano (PODE), em 12.9.2019, conforme Ofício nº 207/2019 da Liderança do Podemos. ([DCN de 19/09/2019, p. 25](#))
40. Designado, como membro suplente, o Deputado Aureo Ribeiro (SD), em substituição ao Deputado Zé Silva (SD), em 16.9.2019, conforme Ofício nº 193/2019 do Solidariedade. ([DCN de 19/09/2019, p. 24](#))
41. Designado, como membro titular, o Deputado Marcelo Ramos (PL/AM); e, como suplente, o Deputado Wellington Roberto (PL/PB), em substituição ao Deputado Capitão Augusto (PL/SP), em 18.9.2019, conforme Ofício nº 336/2019 da Liderança do Partido Liberal. ([DCN de 19/09/2019, p. 28](#))

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



42. 19/09/2019: Designada como titular a Deputada Shéridan(PSDB/RR), em substituição à Deputada Bruna Furlan(PSDB/SP),(Of. 513/2019 - Liderança do PSDB) ([DCN de 26/09/2019, p. 393](#))
43. Designada, como membro titular, a Senadora Kátia Abreu (PDT), em substituição ao Senador Weverton (PDT), em 25.9.2019, conforme Memorando nº 126/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar Senado Independente. ([DCN de 26/09/2019, p. 391](#))
44. Designada, como membro titular, a Senadora Soraya Thronicke (PSL), em substituição à Senadora Juiza Selma (PODE), em 01.10.2019, conforme Ofício nº 92/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 03/10/2019, p. 231](#))
45. Designada, como membro suplente, a Deputada Jandira Feghali (PCdoB), em vaga cedida pelo Bloco MDB PP PTB (PP), em 02.10.2019, conforme Ofício nº 180/2019 da Liderança do Bloco MDB PP PTB. ([DCN de 03/10/2019, p. 230](#))
46. 10/10/2019: Designado como titular o Deputado Julian Lemos (PSL/PB), em substituição ao Deputado Filipe Barros (PSL/PR). (Of.395/2019 - Liderança do PSL) ([DCN de 17/10/2019, p. 12](#))
47. 10/10/2019: Designado como titular o Deputado Pr. Marco Feliciano (PODEMOS/SP), em substituição ao Deputado Bacelar (PODEMOS/BA); designado como suplente o Deputado José Medeiros (PODEMOS/MT), em substituição ao Deputado Pr. Marco Feliciano (PODEMOS/SP). (Of. 244/2019 - Liderança do PODEMOS) ([DCN de 17/11/2019, p. 11](#))
48. 15/10/2019: Designados os Senadores Wellington Fagundes, Jorginho Mello e Zequinha Marinho como titular, 1º suplente e 2º suplente respectivamente. (Of.071/2019, Liderança Bloco Vanguarda. ([DCN de 17/10/2019, p. 10](#))
49. Designado, como membro titular, o Deputado Nereu Crispim (PSL), em substituição à Deputada Caroline de Toni (PSL), em 16.10.2019, conforme Ofício nº 417/2019 da Liderança do PSL.
50. Designado, como membro suplente, o Deputado David Miranda (PSOL), em vaga cedida pelo Bloco MDB PP PTB, em 17.10.2019, conforme Ofício nº 181/2019 da Liderança do Bloco.
51. Solicitado o desligamento da Deputada Carla Zambelli (PSL), em 18.10.2019, conforme Ofício nº 426/2019 da Liderança do PSL.
52. Designados, como membros titulares, os Deputados Filipe Barros (PSL) e Caroline de Toni (PSL), em substituição aos Deputados Julian Lemos (PSL) e Nereu Crispim (PSL); e, como suplente, a Deputada Carla Zambelli (PSL), em vaga existente, em 22.10.2019, conforme Ofício nº 429/2019 da Liderança do PSL.
53. Designado, como membro suplente, o Deputado Pedro Lupion (DEM), em substituição ao Deputado Elmar Nascimento (DEM), em 24.10.2019, conforme Ofício nº 810/2019 da Liderança do Democratas.
54. Designado, como membro suplente, o Deputado Alexandre Frota (PSDB), em substituição ao Deputado Luiz Carlos (PSDB), em 30/10/2019, conforme Ofício nº 591/2019 da Liderança do PSDB.
55. Designado, como membro suplente, o Deputado Paulo Ramos (PDT), em substituição ao Deputado Afonso Motta (PDT), em 30/10/2019, conforme Ofício nº 358/2019 da Liderança do PDT.
56. Designado, como membro suplente, o Deputado Márcio Labre (PSL), em substituição ao Deputado Coronel Tadeu (PSL), em vaga cedida, em 06.11.2019, conforme Ofício nº 483/2019 da Liderança do PSD (com anuência da Liderança do PSL).
57. Designado, como membro titular, o Deputado Alexandre Frota (PSDB), em substituição à Deputada Sheridan (PSDB), que passa à condição de suplente, em 06.11.2019, conforme Ofícios nºs 593 e 594/2019 da Liderança do PSDB.
58. Designado, como membro suplente, o Deputado Carlos Jordy (PSL), em substituição à Deputada Carla Zambelli (PSL), em 06.11.2019, conforme Ofício nº 468/2019 da Liderança do PSL.

Secretário: Marcelo Assaife \ Lenita Cunha

Telefone(s): 3303-3514



CONSELHOS E ÓRGÃOS

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul

COMPOSIÇÃO

Número de membros: 10 Senadores e 27 Deputados

SENADO FEDERAL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil	
Marcelo Castro - MDB/PI ⁽¹⁾	1. Mecias de Jesus - REPUBLICANOS/RR ⁽¹⁾
Marcio Bittar - MDB/AC ⁽¹⁾	2. VAGO
Humberto Costa - PT/PE ⁽²⁾	3. Luis Carlos Heinze - PP/RS ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar PSDB/PSL	
Rodrigo Cunha - PSDB/AL ⁽³⁾	1. VAGO
Soraya Thronicke - PSL/MS ⁽⁴⁾	2. VAGO
Bloco Parlamentar Senado Independente	
Veneziano Vital do Rêgo - PSB/PB ⁽⁵⁾	1. Flávio Arns - REDE/PR ⁽⁶⁾
Marcos do Val - PODEMOS/ES ⁽⁵⁾	2. Leila Barros - PSB/DF ⁽¹⁴⁾
PSD	
Angelo Coronel - BA ⁽⁷⁾	1. Nelsinho Trad - MS ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática	
Telmário Mota - PROS/RR ⁽⁸⁾	1. Jaques Wagner - PT/BA ⁽⁸⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda	
Rodrigo Pacheco - DEM/MG ⁽⁹⁾	1. Jayme Campos - DEM/MT ⁽⁹⁾



CÂMARA DOS DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTE
DEM, MDB, PL, PMN, PP, PSC, PSD, PSDB, PSL, PTB, REPUBLICANOS ⁽¹⁰⁾	
Coronel Armando - PSL/SC ⁽¹⁷⁾	1. Carlos Jordy - PSL/RJ ^(16,22,24)
Delegado Waldir - PSL/GO ^(16,21)	2. Heitor Freire - PSL/CE ⁽¹⁵⁾
Afonso Hamm - PP/RS	3. Fausto Pinato - PP/SP
VAGO ⁽²⁵⁾	4. Ricardo Barros - PP/PR
Dr. Jaziel - PL/CE	5. José Rocha - PL/BA ⁽¹¹⁾
Edio Lopes - PL/RR ⁽¹¹⁾	6. Giovani Cherini - PL/RS
Danrlei de Deus Hinterholz - PSD/RS	7. Cezinha de Madureira - PSD/SP
Vermelho - PSD/PR	8. Hugo Leal - PSD/RJ
Moses Rodrigues	9. Celso Maldaner - MDB/SC
Vinicius Farah - MDB/RJ	10. Rogério Peninha Mendonça - MDB/SC
Celso Russomanno - REPUBLICANOS/SP	11. Carlos Gomes - REPUBLICANOS/RS
Lucas Redecker - PSDB/RS	12. Beto Pereira - PSDB/MS
Alexandre Leite - DEM/SP	13. Pedro Lupion - DEM/PR
Maurício Dziedricki - PTB/RS	14. Santini - PTB/RS
Paulo Eduardo Martins - PSC/PR ⁽¹⁹⁾	15. Bruna Furlan - PSDB/SP
AVANTE, CIDADANIA, DC, PATRIOTA, PCdoB, PDT, PODEMOS, PROS, PV, SOLIDARIEDADE ⁽¹⁰⁾	
Paulo Ramos - PDT/RJ	1. Afonso Motta - PDT/RS
Aureo Ribeiro - SOLIDARIEDADE/RJ	2. Tiago Dimas - SOLIDARIEDADE/TO
Bacelar - PODEMOS/BA	3. Roberto de Lucena - PODEMOS/SP
Perpétua Almeida - PCdoB/AC	4. Jandira Feghali - PCdoB/RJ
Pastor Eurico - PATRIOTA/PE	5. Marreca Filho - PATRIOTA/MA
PSB, PSOL, PT, REDE ⁽¹⁰⁾	
Arlindo Chinaglia - PT/SP	1. Maria do Rosário - PT/RS
Odair Cunha - PT/MG	2. Paulão - PT/AL
Heitor Schuch - PSB/RS ⁽¹⁸⁾	3. VAGO ⁽¹⁸⁾
Fernanda Melchionna - PSOL/RS	4. Glauber Braga - PSOL/RJ
Zeca Dirceu - PT/PR	5. VAGO
NOVO ⁽¹⁰⁾	
Marcel Van Hattem - RS	1. Gilson Marques - SC ^(12,20,26)
PTC ⁽¹⁰⁾	
Rosângela Gomes - REPUBLICANOS/RJ	1. Eros Biondini - PROS/MG ⁽²³⁾

Notas:

*. Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 30 de 2019 (art. 6º da Resolução nº 1 de 2011-CN). Publicação no DOU de 22.5.2019 e no DCN de 23.5.2019.

**. A indicação dos Deputados foi encaminhada por meio do Ofício nº 382/2019/SGM/P (DCN de 23.5.2019). Observações: 1) Deputado Eros Biondini (PROS) e Deputada Bruna Furlan (PSDB) são indicados para vagas cedidas pelo PSC; 2) Deputado Zeca Dirceu (PT) é indicado para vaga de titular cedida pelo Partido REDE; 3) Deputada Rosângela Gomes (PRB) é indicada para vaga de titular cedida pelo PTC.

1. Designados, como titulares, os Senadores Marcelo Castro (MDB) e Márcio Bittar (MDB); e, como suplente, o Senador Mecias de Jesus (PRB), em 10.4.2019, conforme Ofício nº 38/2019 da Liderança do MDB.

2. Designado, como titular, o Senador Humberto Costa (PT), em vaga cedida, em 10.4.2019, conforme Ofício nº 9/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, com anuência da Liderança do PP.

3. Designado, como titular, o Senador Rodrigo Cunha (PSDB), em 10.4.2019, conforme Ofício nº 61/2019 da Liderança do PSDB.

4. Designada, como titular, a Senadora Soraya Thronicke (PSL), em vaga cedida, em 10.4.2019, conforme Ofício nº 15/2019 da Liderança do PSL.

5. Designados, como titulares, os Senadores Veneziano Vital do Rêgo (PSB) e Marcos do Val (CIDADANIA), em 10.4.2019, conforme Ofício nº 56/2019 da Liderança do Bloco Senado Independente.

6. Designado, como suplente, o Senador Flávio Arns (REDE), em 10.4.2019, conforme Ofício nº 71/2019 da Liderança do Bloco Senado Independente.



7. Designados, como titular, o Senador Angelo Coronel (PSD); e, como suplente, o Senador Nelsinho Trad (PSD), em 10.4.2019, conforme Ofício nº 22/2019 da Liderança do PSD.
8. Designados, como titular, o Senador Telmário Mota (PROS); e, como suplente, o Senador Jaques Wagner (PT), em 10.4.2019, conforme Ofício nº 21/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.
9. Designados, como titular, o Senador Rodrigo Pacheco (DEM); e, como suplente, o Senador Jayme Campos (DEM), em 10.4.2019, conforme Ofício nº 24/2019 da Liderança do Bloco Vanguarda.
10. Indicação dos Deputados encaminhada à Mesa do Congresso Nacional por meio do Ofício nº 382/2019/SGM/P.
11. Designado, como membro titular, o Deputado Édio Lopes (PR), em substituição ao Deputado José Rocha (PR), que passa à condição de suplente, em 16.5.2019, conforme Ofício nº 179/2019 da Liderança do PR.
12. Designado, como membro suplente, o Deputado Gilson Marques (NOVO/SC), em 22/05/2019, conforme Ofício nº 70/2019 da Liderança do NOVO.
13. Designado, como membro titular, o Senador Luis Carlos Heinze (PP), em 4.6.2019, conforme Ofício nº 50/2019, da Liderança do PP.
14. Designada, como membro suplente, a Senadora Leila Barros (PSB), em 12.6.2019, conforme Memorando nº 96/2019 da Liderança do Bloco Senado Independente.
15. Designado, como membro suplente, o Deputado Heitor Freire (PSL), em 13.6.2019, conforme Ofício nº 217/2019 da Liderança do PSL.
16. Designado, como membro titular, o Deputado Sanderson (PSL), em substituição ao Deputado Filipe Barros (PSL), que deixa de compor a Representação.
17. Designado, como membro titular, o Deputado Coronel Armando (PSL), em substituição ao Deputado Delegado Waldir (PSL), em 12.9.2019, conforme Ofício nº 329/2019 da Liderança do PSL.
18. Designado, como titular, o Deputado Heitor Schuch (PSB/RS), em substituição ao Deputado Átila Lira (PSB/PI), conforme Ofício nº 240/2019 da Liderança do PSB).
19. Designado, como membro titular, o Deputado Paulo Eduardo Martins (PSC), em substituição ao Deputado Eros Biondini (PROS), em 26.9.2019, conforme Ofício nº 101/2019 da Liderança do PSC.
20. Designado, como membro suplente, o Deputado Tiago Mitraud (NOVO), em substituição ao Deputado Gilson Marques (NOVO), em 01.10.2019, conforme Ofício nº 105/2019 da Liderança do NOVO.
21. Designado como titular o Deputado Delegado Waldir (PSL/GO), em substituição ao Deputado Sanderson (PSL/RS), em 7/10/2019, conforme Ofício nº 376/2019 da Liderança do PSL.
22. Designado como suplente o Deputado Sanderson (PSL/RS), em 7/10/2019, conforme Ofício nº 376/2019 da Liderança do PSL.
23. 10/10/2019: Designado como suplente o Deputado Eros Biondini (PROS/MG), conforme Ato do Presidente da Câmara dos Deputados de 10 de outubro de 2019.
24. Designado, como membro suplente, o Deputado Carlos Jordy (PSL), em substituição ao Deputado Sanderson (PSL), em 31.10.2019, conforme Ofício nº 459/2019 da Liderança do PSL.
25. Solicitado o desligamento da Deputada Jaqueline Cassol (PP) da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, em 20.11.2019, conforme Ofício nº 394/2019 da Liderança do Bloco PP MDB PP.
26. Designado, como membro suplente, o deputado Gilson Marques (NOVO), em substituição ao Deputado Tiago Mitraud (NOVO), em 21.11.2019, conforme Ofício nº 129/2019 da Liderança do Novo.

Telefone(s): 3216-6871
cpcms.decom@camara.leg.br



Conselho da Ordem do Congresso Nacional

Decreto Legislativo nº 70, de 1972, regulamentado pelo Ato nº 1, de 1973-CN

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal**Chanceler:** Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
Presidente Deputado Rodrigo Maia (DEM/RJ)	Presidente Senador Davi Alcolumbre (DEM/AP)
1º Vice-Presidente Deputado Marcos Pereira (REPUBLICANOS/SP)	1º Vice-Presidente Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG)
2º Vice-Presidente Deputado Luciano Bivar (PSL/PE)	2º Vice-Presidente Senador Lasier Martins (PODEMOS/RS)
1ª Secretária Deputada Soraya Santos (PL/RJ)	1º Secretário Senador Sérgio Petecão (PSD/AC)
2º Secretário Deputado Mário Heringer (PDT/MG)	2º Secretário Senador Eduardo Gomes (MDB/TO)
3º Secretário Deputado Fábio Faria (PSD/RN)	3º Secretário Senador Flávio Bolsonaro (S/Partido/RJ)
4º Secretário Deputado André Fufuca (PP/MA)	4º Secretário Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)
Líder da Maioria Deputado Aguinaldo Ribeiro (PP/PB)	Líder da Maioria Senador Eduardo Braga (MDB/AM)
Líder da Minoria Deputada Jandira Feghali (PCdoB/RJ)	Líder da Minoria Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Deputado Felipe Francischini (PSL/PR)	Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Senadora Simone Tebet (MDB/MS)
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputado Eduardo Bolsonaro (PSL/SP)	Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senador Nelsinho Trad (PSD/MS)

Atualização: 19/02/2019

Notas:

*. A composição da Conselho com Eleição Geral em 7/2/2017 foi encerrada em virtude do final da legislatura.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Telefone(s): 3303-5255/ 3303-5256
Fax: 3303-5260
saop@senado.leg.br

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



Conselho do Diploma do Mérito Educativo Darcy Ribeiro**Resolução do Senado Federal nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001****COMPOSIÇÃO****Número de membros: titulares**

CÂMARA DOS DEPUTADOS
MDB VAGO
PSDB VAGO
PT VAGO

SENADO FEDERAL
MDB VAGO
PDT VAGO
PTB VAGO
Presidente do Congresso Nacional VAGO

Atualização: 31/01/2015**Notas:**

*. Vago (Art. 3º da Res. 02/1999-CN).

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento****Telefone(s): 3303-5255****Fax: 3303-5260****scop@senado.leg.br**

Conselho de Comunicação Social**Lei nº 8.389, de 1991,****Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2013****COMPOSIÇÃO****Número de membros: 13 titulares e 13 suplentes.****Eleição Geral: 05/06/2002****Eleição Geral: 22/12/2004****Eleição Geral: 17/07/2012****Eleição Geral: 08/07/2015**

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTE
Representante das empresas de rádio (inciso I)	VAGO ⁽¹⁾	VAGO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	VAGO	VAGO
Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III)	VAGO	VAGO
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	VAGO	VAGO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	VAGO	VAGO
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	VAGO	VAGO
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	VAGO	VAGO ⁽²⁾
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO

Atualização: 14/07/2017

Notas:

1. Vago em virtude da renúncia do Conselheiro José Carlos da Silveira Júnior, conforme carta de renúncia datada de 02 de abril de 2019.
2. Vago em virtude da renúncia do Conselheiro Jorge Coutinho, conforme carta de renúncia datada de 28 de março de 2018.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Telefone(s): 3303-5258
Fax: 3303-5260
CCSCN@senado.leg.br



COMPOSIÇÃO DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)
PRESIDENTE

Deputado Marcos Pereira (REPUBLICANOS-SP)
1º VICE-PRESIDENTE

Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS)
2º VICE-PRESIDENTE

Deputada Soraya Santos (PL-RJ)
1ª SECRETÁRIA

Senador Eduardo Gomes (MDB-TO)
2º SECRETÁRIO

Deputado Fábio Faria (PSD-RN)
3º SECRETÁRIO

Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS)
4º SECRETÁRIO

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL	COMPOSIÇÃO DA MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
<p style="text-align: center;">Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) PRESIDENTE</p> <p style="text-align: center;">Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) 1º VICE-PRESIDENTE</p> <p style="text-align: center;">Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) 2º VICE-PRESIDENTE</p> <p style="text-align: center;">Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) 1º SECRETÁRIO</p> <p style="text-align: center;">Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) 2º SECRETÁRIO</p> <p style="text-align: center;">Senador Flávio Bolsonaro (S/Partido-RJ) 3º SECRETÁRIO</p> <p style="text-align: center;">Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) 4º SECRETÁRIO</p> <p style="text-align: center;">SUPLENTES DE SECRETÁRIO</p> <p>1º - Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES)</p> <p>2º - Senador Weverton (PDT-MA)</p> <p>3º - Senador Jaques Wagner (PT-BA)</p> <p>4º - Senadora Leila Barros (PSB-DF)</p>	<p style="text-align: center;">Deputado(a) Rodrigo Maia (DEM -RJ) PRESIDENTE</p> <p style="text-align: center;">Deputado(a) Marcos Pereira (REPUBLIC -SP) 1º VICE-PRESIDENTE</p> <p style="text-align: center;">Deputado(a) Luciano Bivar (PSL -PE) 2º VICE-PRESIDENTE</p> <p style="text-align: center;">Deputado(a) Soraya Santos (PL -RJ) 1º SECRETÁRIO</p> <p style="text-align: center;">Deputado(a) Mário Heringer (PDT -MG) 2º SECRETÁRIO</p> <p style="text-align: center;">Deputado(a) Fábio Faria (PSD -RN) 3º SECRETÁRIO</p> <p style="text-align: center;">Deputado(a) André Fufuca (PP -MA) 4º SECRETÁRIO</p> <p style="text-align: center;">SUPLENTES DE SECRETÁRIO</p> <p>1º - Deputado(a) Rafael Motta (PSB -RN)</p> <p>2º - Deputado(a) Geovania de Sá (PSDB -SC)</p> <p>3º - Deputado(a) Isnaldo Bulhões Jr. (MDB -AL)</p> <p>4º - Deputado(a) Assis Carvalho (PT -PI)</p>



LIDERANÇAS E VICE-LIDERANÇAS NO CONGRESSO NACIONAL

Líder do Governo	Líder da Maioria	Líder da Minoria
Senador Eduardo Gomes - MDB / TO	Senador Roberto Rocha - PSDB / MA	Deputado Carlos Zarattini - PT / SP
Vice-Líderes		Vice-Líderes
Deputado Claudio Cajado - PP / BA		Senador Jean Paul Prates - PT / RN
Deputado Celso Russomanno - REPUBLICANOS / SP		Deputado Afonso Florence - PT / BA
Senador Marcio Bittar - MDB / AC		
Senador Sérgio Petecão - PSD / AC		
Deputado Pr. Marco Feliciano - PODEMOS / SP		
Deputado Rogério Peninha Mendonça - MDB / SC		
Deputado Pedro Lupion - DEM / PR		
Deputada Bia Kicis - PSL / DF		
Deputado Ricardo Barros - PP / PR		
Senador Lucas Barreto - PSD / AP		



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

**SENADO
FEDERAL**

